

# Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios



**OKOS**  
EDITORA

Alexandre Karsburg  
Maíra Ines Vendrame  
(Orgs.)

**Alexandre Karsburg**  
**Maíra Ines Vendrame**  
(Orgs.)

**Variações da**  
**Micro-História no Brasil:**  
**temas, abordagens e desafios**

**E-BOOK**



**2019**

© Editora Oikos Ltda. – 2019  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120-020 São Leopoldo/RS  
Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965  
contato@oikoseditora.com.br  
www.oikoseditora.com.br

Revisão: Dos autores de cada artigo

Imagem da capa: “A saída dos imigrantes”, de Angiolo Tomasi, pintura sobre tela, 1896.  
Acervo: Galeria de Arte Moderna em Roma, Itália.

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)  
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)  
Danilo Streck (Unisinos)  
Elcio Cecchetti (SED/SC e GPEAD/FURB)  
Eunice S. Nodari (UFSC)  
Haroldo Reimer (UEG)  
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)  
João Biehl (Princeton University)  
Luís H. Dreher (UFJF)  
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)  
Marluza M. Harres (Unisinos)  
Martin N. Dreher (IHSL)  
Oneide Bobsin (Faculdades EST)  
Raúl Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)  
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)  
Vitor Izecksohn (UFRJ)

V299	Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios / Organizadores: Alexandre Karsburg e Maíra Ines Vendrame. – São Leopoldo: Oikos, 2019. 709 p.; il.; color.; 21 x 29,7cm. 1 recurso online (e-book) ISBN 978-85-7843-863-0 1. História – Brasil. 2. História social. 3. Imigração. 4. Imigração italiana. 5. Cultura. 6. Historiografia. I. Karsburg, Alexandre. II. Vendrame, Maíra Ines.
------	--

CDU 981

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

# Sumário

Apresentação .....	6
<i>Alexandre Karsburg</i>	
<i>Maíra Ines Vendrame</i>	
<b>Parte I: História social</b>	
Nas lentes do microscópio: estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no sul da América Portuguesa a partir da trajetória do casal Simões Pires (Rio Pardo, segunda metade do Século XVIII) .....	11
<i>Cibele Caroline da Rosa</i>	
Tecendo um mundo desigual: análise de redes de compadrio na freguesia de Viamão (1759-1769) .....	27
<i>Israel da Silva Aquino</i>	
Antônio Lopes da Costa, homem de negócios: uma trajetória no mundo mercantil em busca da ascensão social (Rio de Janeiro, 1732-1773) .....	51
<i>Alana Thais Basso</i>	
Micro-história e escravidão no Brasil: caminhos e possibilidades .....	72
<i>Letícia Batistella Silveira Guterres</i>	
<b>Parte II: Imigrantes, conflitos e redes sociais</b>	
Conflito, justiça e controle social: apontamentos sobre as relações entre imigrantes e descendentes numa região de colonização alemã (Vila de São João de Santa Cruz/RS, 1879-1905) .....	88
<i>Jéssica Fernanda Arend</i>	
<i>Maíra Ines Vendrame</i>	
Redes sociais e familiares: matrimônio e economia em áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul .....	105
<i>Marinilse Marina Busato</i>	
O diretor da colônia: Hermann Faulhaber, sua trajetória e redes sociais .....	130
<i>Rosane Márcia Neumann</i>	
<b>Parte III: Imigração italiana: cultura, educação e religião</b>	
Entre resistências e integração: a cultura alimentar nas memórias e na literatura dos primeiros imigrantes italianos no Rio Grande do Sul .....	156
<i>Antônio de Ruggiero</i>	
Uma história da educação dos (i)migrantes italianos entre o local e o transnacional: entrecruzando documentos e olhares investigativos .....	171
<i>Alberto Barausse</i>	
<i>Terciane Ângela Luchese</i>	

As canções e o processo migratório italiano no Rio Grande do Sul ..... 204  
*Juliana Maria Manfio*

Os primeiros templos metodistas da região colonial italiana da Serra Gaúcha  
(1887-1900) ..... 217  
*Vicente Dalla Chiesa*

#### **Parte IV: Trajetórias e biografias**

Das ruas às tribunas: uma análise biográfica de João Café Filho (1923-1937) ..... 242  
*Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha*

A implantação da República no Rio Grande do Norte: uma análise a partir  
da trajetória de José Leão Ferreira Souto ..... 262  
*Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi*

A trajetória do marmorista italiano Leone Lonardi em Porto Alegre (1927-1961) ..... 278  
*Regina Zimmermann Guilherme*

Aldo Locatelli no Brasil: de pintor sacro a professor no Instituto de Artes  
de Porto Alegre, RS – Uma trajetória marcada por relações pessoais  
e profissionais (1948-62) ..... 291  
*Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos*

Do norte da Itália ao sul do Brasil: a trajetória de Vicente Monteggia ..... 308  
*Egiselda Brum Charão*

O imigrante Frederico Jorge Logemann e seus descendentes ..... 333  
*Margareth Anne Camargo Contessa*

Um homem e suas máquinas: a trajetória de um fabricante de computadores  
durante a Ditadura Civil-Militar ..... 346  
*Marcelo Vianna*

#### **Parte V: História global, transnacional e variação de escalas**

O imaginário anticlerical libertário sob uma perspectiva global: algumas possibilidades ..... 374  
*Caroline Poletto*

A questão palestina e a identidade Árabe em Porto Alegre: no contexto  
do conflito Árabe Israelense de maio de 1948 ..... 399  
*Júlio C. Bittencourt Francisco*

Entre Los Angeles e Rio de Janeiro: a luta contra o fascismo em perspectiva transnacional ..... 427  
*Wanilton Dudek*

Da Redução de São Francisco de Borja ao processo de contato entre sociedades  
indígenas e euro-americanas: variações de escalas na trajetória de pesquisa ..... 446  
*Leandro Goya Fontella*

#### **Parte VI: Gênero e crime**

Margarida Hirschmann, a “Bela Espiã”: crime, justiça e gênero no Brasil  
do pós-guerra (1945-1949) ..... 475  
*Camilla Caetano La Pasta*

Rondas e orgias: prostituição e policiamento na Porto Alegre de fins do século XIX .....	500
<i>Giane Caroline Flores</i>	
<i>Priscilla Almaleh</i>	
Quanto vale a vida de uma mulher na China? Uma análise das memórias de opressão presentes no livro “As boas mulheres da China” .....	519
<i>Bettina Pinheiro Martins</i>	
As representações das mães em processos de defloramento de Novo Hamburgo na década de 1930 .....	538
<i>Yara Fernanda Chimite</i>	
<b>Parte VII: Temas variados</b>	
<b>Saúde</b>	
“Vai a esta hora o tracoma colhendo em seus tentáculos novos candidatos para a cegueira”: a profilaxia do tracoma e a imigração .....	556
<i>Leonor C. B. Schwartsmann</i>	
Velhos atores, novos agentes: atuação médica sanitária em Juiz de Fora (1893-1911) .....	567
<i>Maciel Antônio Silveira Fonseca</i>	
<b>Identidade</b>	
Memória e identidade na construção de um anarquista: Roberto Freire e sua adolescência .....	584
<i>Giovan Sehn Ferraz</i>	
Tejiendo relaciones en torno a un vacío: sobre la identidad de José de Acosta SJ. y su familia .....	607
<i>Luis Alberto Murguía</i>	
<b>Polícia e Direito</b>	
Corpo de Tropa da Província do Piauí: organização, engajamento e fuga da polícia (1852 a 1873) .....	629
<i>Marcelo Cardoso</i>	
Tensões e experiências no tempo: os operadores do direito e a história do processo de Manoel Joaquim dos Santos (Ceará – 1923) .....	647
<i>Lucas Pereira de Oliveira</i>	
<b>Cultura letrada</b>	
Muito além do papel do jornal: periódicos como objeto e fonte da pesquisa historiográfica sob a perspectiva da microanálise .....	677
<i>Gilson Moura Henrique Junior</i>	
“Voltados para a luz”: a construção de uma Academia de Letras no Rio Grande do Norte (1935-1940) .....	696
<i>Cecil Vinicius Oliveira Guerra</i>	

## Apresentação

Existiria somente uma maneira de utilizar o método da micro-história? Evidentemente, a micro-história tem uma matriz, uma origem, nascida das preocupações de três historiadores italianos – Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi – que se reuniram para organizar e difundir o método com a publicação de textos na revista *Quaderni Storici*, a partir da década de 1970. Porém, assim como as pessoas, ideias migram, se espalham, são objeto de debates e se adaptam. Desse modo, antes de ser um método “fora de lugar”, a micro-história foi um método “migrante” que serviu e vem servindo de inspiração para interpretar realidades diferentes daquelas de onde partiram as ideias originalmente. Uma segunda geração de historiadores ligados à micro-história e aos seus “pais fundadores” atravessou os Alpes, indo trabalhar em universidades francesas e influenciando a prestigiosa Escola dos Annales. Nomes como Maurizio Gribaudi, Simona Cerutti e Sabina Loriga são alguns exemplos nesse sentido.<sup>1</sup> Contudo, a micro-história italiana também cruzou o Oceano, tornando-se referência entre pesquisadores na América Latina.

A partir dos anos 80, com a tradução de vários de seus livros para o português, Carlo Ginzburg teve rápida difusão e influência no Brasil. Explorando aspectos culturais das sociedades, mas sem esquecer os elementos políticos, religiosos, artísticos e, também, da narrativa histórica, Ginzburg inspirou, e ainda inspira, gerações de historiadores brasileiros. Giovanni Levi, outro dos criadores da micro-história italiana, teve seu livro, *A Herança Imaterial*, publicado no Brasil no ano de 2000, e, desde então, tem sido presença marcante em encontros e seminários em diversas universidades brasileiras.

Alguns centros acadêmicos de vários estados brasileiros passaram a divulgar e difundir o método, ampliando, ainda mais, o modelo de história presente no *A Herança Imaterial*. Por sua vez, a influência de Edoardo Grendi entre os pesquisadores brasileiros cresceu à medida que se ia percebendo a proximidade com Giovanni Levi,

---

<sup>1</sup> Os três trabalham na École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris.

pois ambos estudavam o mundo rural e a relação entre centro e periferia no Antigo Regime europeu. Desde então, alguns artigos de Edoardo Grendi foram traduzidos para o português.<sup>2</sup>

A realidade brasileira, porém, não era e não é a mesma da italiana. Aqui, no Brasil, não temos o mesmo número de arquivos como na Itália. Do mesmo modo, os documentos de lá fazem referência a outras realidades, outros contextos e estruturas. Se o método da micro-história italiana nasceu tendo como fontes processos inquisitoriais dos séculos XVI e XVII, no caso de Ginzburg,<sup>3</sup> e registros notariais de compra e venda de terras, no caso de Levi,<sup>4</sup> a micro-história aplicada no Brasil teve que se adaptar à realidade local, trabalhando com uma tipologia de documentos que fazia referência a outra(s) realidade(s) histórica(s). O fato não desmerece, em momento algum, o que se produziu e vem se produzindo em termos de conhecimento, muito pelo contrário: estudos que abordam o Antigo Regime no Brasil alcançaram o mesmo patamar de importância que os que foram feitos na Europa; a Inquisição, apesar de menos presente no Brasil do que nas regiões de fala espanhola na América, também produziu documentos que serviram de inspiração para produção historiográfica de qualidade; e o que dizer a respeito dos estudos sobre escravidão e pós-abolição no Brasil? Esta é uma das temáticas que utilizou e vem utilizando a micro-história italiana, adaptando o método ao tipo de fonte e alcançando resultados satisfatórios que revolucionaram o que se sabia sobre uma realidade tipicamente brasileira, no caso a escravidão. Mas não para por aí: estudos migratórios, das elites, biografias e trajetórias, das guerras e conflitos regionais, enfim, o método micro-histórico, nas suas duas vertentes, vem sendo adotado para os mais diferentes temas.

Por outro lado, talvez possa ter acontecido uma banalização do método, ou antes, certa confusão no uso de tão complexa metodologia. A impressão que se tem, ao se analisar algumas teses e dissertações que pronunciam ter utilizado a micro-história, é que o termo está ou estava “na moda”, funcionando como justificativa para o pós-graduando que tem como objeto algo circunscrito. Apesar de adaptado ao Brasil, o

---

<sup>2</sup> Destacamos os artigos: “Repensar a micro-história” (GRENDI, 1998, p. 251-262) e “Microanálise e história social” (GRENDI, 2009, p. 17-38).

<sup>3</sup> Referimo-nos aos livros: “I bendandanti”, publicado na Itália em 1966 (No Brasil teve por título: “Os andarilhos do bem”, publicado em 1988 pela Companhia das Letras); e “Il formaggio e i vermi”, de 1976 (No Brasil o título foi: “O Queijo e os Vermes”, também publicado pela Companhia das Letras, 1989).

<sup>4</sup> Fazemos referência ao livro “L’eredità immateriale”, publicado na Itália em 1985; No Brasil, foi publicado em 2000, pela Civilização Brasileira.



método micro-histórico não deve abrir mão de pressupostos básicos sob o risco de se tornar qualquer coisa, menos micro-história: a variedade e quantidade de fontes, a análise minuciosa dos documentos, a variação da escala de observação para evitar generalizações e reducionismos e, não menos relevante, buscar respostas locais para perguntas gerais. Estes são pressupostos fundamentais para aquele que deseja utilizar o método, independentemente do objeto, tema ou fonte escolhidos.

\* \* \*

O presente livro é resultado do III Seminário Internacional de Micro-História, Trajetórias e Imigração, ocorrido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos em junho de 2018. Aqui, estão reunidos 34 artigos selecionados dentre os quase 100 comunicadores que apresentaram seus trabalhos em 6 diferentes Simpósios Temáticos. O ponto que une todos os artigos, e suas respectivas pesquisas, é o método da micro-história. Alguns buscando em Carlo Ginzburg sua inspiração, outros em Giovanni Levi. Aliás, Giovanni Levi, mais uma vez, participou ativamente do evento, contribuindo com sua palestra, comentários e conversas para o sucesso da 3ª edição do Seminário. Junto a Levi tivemos a presença de vários nomes conhecidos e reconhecidos na historiografia brasileira, argentina e italiana, destacando-se o professor Maurizio Gribaudi que veio ao Brasil pela primeira vez. Assim como Levi e Gribaudi, outros pesquisadores estrangeiros e brasileiros marcaram presença, como: Mariela Ceva, Javier Grossutti, Henrique Espada Lima, Jacqueline Hermann, Ana Silvia Scott, Tiago Gil, Alberto Barausse, Diego Galeano, Deivy Ferreira Carneiro, Luis Augusto Farinatti, Paulo Roberto Staudt Moreira, Jonas Moreira Vargas, Antônio de Ruggiero, dentre outros.

A participação de Levi e Gribaudi, contudo, não se deu unicamente nas conferências para cada qual estava convidado: eles também participaram ativamente como ouvintes em alguns Simpósios Temáticos, comentando os trabalhos apresentados com críticas e sugestões.

Os artigos publicados neste livro estão divididos por eixos temáticos variados: de história social à história de gênero e crime, passando por estudos migratórios, trajetórias e biografias, história transnacional, da saúde, cultura e educação. Essa diversidade de temas só comprova que o método da micro-história pode ser utilizado para quaisquer assuntos, desde que se respeite aqueles pressupostos básicos comentados

anteriormente. Evidentemente, alguns artigos estão mais ou menos próximos do método, porém, todos apresentam uma preocupação em bem comunicar ao leitor, construindo uma narrativa acessível sem perder o rigor acadêmico, afinal, como mesmo afirma Giovanni Levi, o método da micro-história, além de ser uma “prática historiográfica”, é um exercício narrativo.

Por fim, gostaríamos de agradecer à CAPES e à FAPERGS por disponibilizarem recursos financeiros para que o evento e este livro fossem possíveis. Sentimo-nos orgulhosos por mais uma vez termos proporcionado momentos de integração entre renomados historiadores e jovens pesquisadores. Percebemos que ainda é grande o entusiasmo dos jovens historiadores brasileiros com a micro-história, mesmo com outros métodos, como a *Global History*, ganhando espaço nos centros acadêmicos. Aliás, os desdobramentos deste encontro entre micro e global estão produzindo novas e interessantes pesquisas, nos dando a certeza de que a micro-história continua se adaptando e sendo aperfeiçoada.

Os organizadores

## Referências

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 251-262;

\_\_\_\_\_. “Microanálise e história social”. In: OLIVEIRA, Mônica Riberiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 17-38.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

# Parte I:

# História Social

## **Nas lentes do microscópio: estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no sul da América Portuguesa a partir da trajetória do casal Simões Pires (Rio Pardo, segunda metade do Século XVIII)**

Cibele Caroline da Rosa\*

### **Introdução**

Corria o verão de 1818 na vila de Rio Pardo quando o inventário *post-mortem* de Catarina Inácia da Purificação era aberto. Seu marido, Matheus Simões Pires, encontrava-se enfermo e delegou à administração dos bens da família para o único filho homem do casal, o tenente Antônio Simões Pires, que se apresentava ao escrivão como inventariante dos bens da família (*APERS – Inventário post mortem de Catarina Inácia da Purificação*). Bens de uma das famílias mais abastadas da região Oeste do Continente de Rio Grande de São Pedro, a qual a cifra final do processo de inventário chegou a um monte-mor um pouco maior que quarenta contos de réis.

Catarina Inácia faleceu aos setenta e quatro anos, em 1817, vítima de uma febre e deixava nas mãos do tenente Pereira de Carvalho o testamento por ela realizado no ano de 1810. Os bens do casal dispostos no inventário de Catarina Inácia eram compostos por terras, gado e escravizados, estes últimos somando sessenta e dois cativos. O casal possuía duas estâncias, a saber, a Capivari e São João, além de um sítio e uma morada de casal, provavelmente concedida a Matheus como uma data de terras na década de 1780, fruto da política imperial de doação de datas de terras aos casais açorianos que povoaram o Continente de Rio Grande de São Pedro durante o século XVIII.

Nas linhas a seguir, pretende-se discutir a respeito da migração de nativos do conjunto de Ilhas dos Açores e seu estabelecimento no Rio Grande do Sul durante o período colonial<sup>5</sup>. A ideia, como aponta Giovanni Levi (2015), é lançar questões gerais e preservar as infinitas possibilidades de resposta, bem como, ao reduzir a escala de análise, complexificar o objeto em estudo. Nesse sentido, busca-se analisar estratégias de inserção socioeconômica dos migrantes açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro, um espaço em formação territorial e constantes conflitos entre as Coroas

---

\* Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Bolsista Capes.

<sup>5</sup>Cabe destacar que este estudo é um recorte da pesquisa que possui como objetivo a realização de uma dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Alerta-se, portanto, que com o andar da pesquisa, os resultados são passíveis de modificação.

ibéricas, permeado por gentes de todo lado, em sua maior parte indígenas, europeus e africanos escravizados. Para tanto, reduz-se a escala de análise para a localidade de Rio Pardo e busca-se na trajetória do casal Catarina Inácia da Purificação e Matheus Simões Pires possibilidades de discussão de tal processo histórico.

O estudo de trajetória permite a reconstrução e o alcance de contextos no quais os indivíduos estavam inseridos. Assim, buscou-se o maior número de fontes possíveis sobre o casal Simões Pires, confrontando-as, como aponta Alexandre Karsburg (2015), a respeito dos procedimentos metodológicos na tentativa de reconstrução de trajetórias. Optou-se pelo estudo de trajetória, e não de biografia, pelo fato de haver um maior número de fontes e informações sobre os Simões Pires a partir do casamento de Catarina e Matheus no Continente de Rio Grande de São Pedro. Apesar de haver dados a respeito do nascimento do casal nas Ilhas dos Açores, julga-se essa informação ínfima, necessitando de maiores dados a respeito da vida e das relações de ambos para complexificar a análise da vida do casal no Arquipélago e contribuir na tentativa de se apreender as estratégias de inserção socioeconômica nas terras meridionais da América portuguesa.

Compreende-se que estes migrantes otimizaram estratégias em relação aos processos de inserção social e econômica por eles vivenciados e desenvolvidos. Giovanni Levi (2000, 2016) alega que as concepções historiográficas generalizantes, que prezam pela análise macro, não enxergam os sujeitos como portadores de uma racionalidade. Ao reduzir a escala de análise sobre a sociedade do Piemonte no século XVII, o mencionado autor, no livro *Herança Imaterial*, demonstra que “nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política” (LEVI, 2000, p. 45). É nesse sentido que se pretende apreender estratégias de inserção tanto social quanto econômicas numa localidade em formação, como era Rio Pardo na segunda metade do século XVIII.

Muitas foram as pesquisas desenvolvidas com o tema da migração açoriana para o Rio Grande do Sul, sobretudo durante o período colonial. Desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) os nativos das Ilhas dos Açores que se deslocaram para povoar o meridional da América portuguesa são tema de pesquisa, tanto no nível acadêmico, quanto folclorista. Nesse sentido, destacam-se estudos que abordam desde a perspectiva de que o povoamento das terras meridionais da América eram um projeto da Coroa tendo em vista a fronteira e os conflitos bélicos com os espanhóis e cultivo da agricultura, bem como estudos que privilegiam os motivos de saída das Ilhas (WINDERSPHAN, 1978; FORTES [1932] 1978; QUEIROZ, 1989; OSÓRIO, 1990, 2007; GRAEBIN, 2004).

Há, ainda, estudos que questionam o fato de que os açorianos migrados e instalados no Rio Grande de São Pedro seriam todos pobres e submissos aos mandos e desmandos da Coroa (HAMEISTER, 2006; COMISSOLI, 2009). Nesse sentido, busca-

se nessa historiografia questões que podem colaborar na análise da trajetória do casal Simões Pires, dado que tais estudos procuraram lançar questões gerais e também complexificar o objeto em estudo. A trajetória de Matheus Simões Pires também já foi observada pela historiografia, como na tese de doutorado de Silmei Petiz (2009), na qual o historiador discute, a partir do plantel escravista dos Simões Pires, as estratégias de sobrevivência das famílias cativas na fronteira Oeste durante a segunda metade do século XVIII<sup>6</sup>. Nesse seguimento, busca-se unir à historiografia tanto sobre os Simões Pires quanto o tema da migração açoriana às fontes tais como os registros paroquiais para apreender possíveis manobras e possibilidades de sobrevivência e inserção socioeconômica desse casal de migrantes no sul da América portuguesa.

### **O casamento, a sociedade, os compadrios e as múltiplas relações**

Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação casaram-se em 1757, em Rio Grande em frente às testemunhas, o Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório e o Capitão Mor Francisco Coelho Osório (AHCMPA – *registros de matrimônios da Paróquia de São Pedro*, Rio Grande, 1756-1763). Catarina Inácia era natural da freguesia de Lages, na Ilha Terceira e filha de Manuel Gonçalves Mancebo e Agada Maria (MACHADO, 2013). Natural da Ilha Terceira era também Matheus, batizado a 24 de setembro de 1726 na freguesia de São Sebastião e filho de Manuel Simões e Maria da Conceição (MACHADO, 2013).

Catarina Inácia e seus pais residiam na freguesia de Rio Grande, migrados das Ilhas dos Açores, provavelmente a partir da década de 1750. No dia do casamento, Matheus casou-se por procuração, sendo representado por Antonio Mendes Borges, tio de Catarina, irmão do pai da noiva (AHCMPA – *registros de matrimônios da Paróquia de São Pedro*, Rio Grande, 1756-1763; MACHADO, 2013). É possível que as famílias de Matheus e Catarina já se conheciam antes do deslocamento para América, haja vista que ambos são naturais da mesma ilha.

A ilha Terceira faz parte de um conjunto de ilhas dos Açores colonizado por portugueses no século XV, a partir da expansão marítima lusa (RODRIGUES, 2016). Ao todo, são nove ilhas, divididas em três conjuntos: Corvo e Flores; Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa; São Miguel e Santa Maria. Dessas ilhas, homens, mulheres e crianças saíram para povoar as possessões portuguesas no além-mar, embalados pelas informações do descobrimento da prata na América hispânica e do ouro nas Minas Gerais (RODRIGUES, 2016). Também se moviam em função de causas ambientais, como os terremotos e vulcões recorrentes no Arquipélago, que causaram crises econômicas, principalmente ligadas ao cultivo do trigo (GRAEBIN, 2004), bem como apertados pelo sistema de herança português, em que apenas o primogênito era herdeiro

---

<sup>6</sup> Contudo, destaca-se que não se tem conhecimento sobre algum estudo que busque apreender estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro a partir da trajetória do casal Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação.

dos bens da família, fazendo com que os demais filhos, principalmente das famílias mais abastadas, migrassem em busca de oportunidades (HAMEISTER, 2006).

No registro de casamento de Catarina Inácia e Matheus, o vigário Manuel Francisco da Silva informa o local de origem dos noivos, referindo-se à Ilha Terceira (AHCMPA –registros de matrimônios da Paróquia de São Pedro, Rio Grande, 1756-1763). Cabe destacar que uma discussão sobre uma possível identidade açoriana foi posta recentemente à historiografia, destacando-se os estudos de Martha Hameister (2006). Apoiando-se nos estudos sobre identidade do antropólogo Fredrik Barth, a referida historiadora, ao debruçar-se sobre as fontes do período colonial, destaca que não há referência sobre o fato de ser açoriano, sendo que na maioria das vezes havia referência ou à ilha de origem ou então ao fato de que ser “casal” ou “casal de sua majestade”. Ainda de acordo com a autora, o termo “açoriano” soa como anacrônico e é de criação de uma historiografia tradicional, vinculada ao IHGRGS. Nesse sentido, utiliza-se da terminologia *açoriano(a)* ou *migração açoriana* de forma instrumental, associando os termos a uma ideia de que essas pessoas compartilhavam uma origem em comum, não um uso identitário<sup>7</sup> ou de pertencimento.

Antes do casamento em Rio Grande, é provável que Matheus Simões Pires tenha residido na Colônia do Sacramento. Como aponta Silmei Petiz (2009), há informações de uma irmã de Matheus, de nome Luciana, casada e falecida em Sacramento. É possível que Matheus tenha se transferido para Rio Grande na década de 1750, a partir da política migratória da Coroa portuguesa de povoar as regiões de fronteira, haja vista o Tratado de Limites, assinado entre as Coroas ibéricas que determinava uma nova divisão sobre as terras americanas.

Data de 1750 a assinatura do Tratado de Madri, o qual entregava a Portugal a posse das Missões em detrimento da Colônia de Sacramento, que passaria à posse espanhola. A referida Colônia foi criada em 1680 por portugueses às margens do Rio da Prata, com base no *uti posseditis*, o qual permitia a manutenção de terras já ocupadas de forma mansa e pacífica (OSÓRIO, 1990). Conforme Helen Osório (1990), a Coroa espanhola não enxergava com bons olhos uma fortaleza portuguesa às margens do rio mais importante da região, pois os espanhóis viam como fundamental o monopólio da navegação na região do Prata. O pedido de devolução da Colônia de Sacramento foi realizado e a Coroa portuguesa atendeu a demanda espanhola solicitando uma compensação. Assim, a região das Missões, ocupada por jesuítas e indígenas guarani foi oferecida em troca da Colônia do Sacramento (OSÓRIO, 1990).

Caberia então à Coroa portuguesa povoar a região das Missões. Atendendo a essa demanda, foram recrutados casais de açorianos migrados das ilhas dos Açores que se localizavam em Santa Catarina desde 1748, bem como casais que haviam povoado a

---

<sup>7</sup>Cabe destacar que a discussão se vincula ao século XVIII. Uma discussão sobre identidade açoriana vinculada ao processo migratório de setecentos com descendentes dos mesmos pode ser visto em Weber (2006), Robin (2008), Rosa (2017).

Colônia do Sacramento (OSÓRIO, 2007)<sup>8</sup>. Na tentativa de alcance das Missões, a Expedição portuguesa criou um forte, em 1751, no deságue do rio Pardo com o rio Jacuí, no meio do caminho de Rio Grande para as Missões. Esse forte tinha como objetivo suprir e abastecer o exército de Gomes Freire, que marchava no reconhecimento das terras a oeste. Como medida compensadora e também em vistas de povoar o território, Gomes Freire doava sesmarias ao longo do trajeto de Rio Grande às Missões (OSÓRIO, 1990).

Nesse período, como já mencionado, Matheus Simões Pires provavelmente se encontrava em Rio Grande ou em Sacramento e, ao saber da Expedição Demarcadora dos Limites, comandada pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, é possível que tenha se alistado para o povoamento da região das Missões. É provável que Matheus tenha se deslocado com vistas em estabelecer um comércio na região, se deslocando junto à Expedição, que levava consigo casais de açorianos, os quais deveriam povoar as Missões. Com a resistência indígena guarani na região, as promessas aos casais açorianos que deveriam povoar as Missões não foram cumpridas, e muitos deles acabaram por ficar em Rio Grande ou se estabelecendo em outras freguesias, como Viamão e Rio Pardo<sup>9</sup> (OSÓRIO, 1990; GRAEBIN, 2004).

A chegada do pároco em Rio Pardo no ano de 1755 motivou os primeiros registros de batismo na localidade. No livro de registros de batismos de 1755 a 1761, Matheus aparece como padrinho de uma criança, demonstrando que sua presença em Rio Pardo é anterior ao seu casamento com Catarina Inácia. O registro de batismo é de Isidoro, filho legítimo de Vicente Ferreira e Maria Inácia, naturais da Ilha Terceira (AHCMPA – registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Rio Pardo, 1755-1761). É provável que este casal de açorianos tenha migrado a partir do Edital de 1747 publicado nas Ilhas dos Açores, o qual prometia, dentre outras coisas, um quarto de légua de terras para aqueles casais que se motivaram a migrar para povoar a fronteira sul do império português na América.

A presença de Matheus como padrinho de Isidoro, tendo em comum a origem dos pais e do padrinho na mesma ilha, pode demonstrar que estas famílias já se conheciam antes do deslocamento para a América. Não se pode descartar a possibilidade de que Matheus, haja vista o imenso patrimônio que o mesmo viria a possuir nos próximos cinquenta anos e pelo fato de já estar residindo na América, poderia representar, naquele momento, um bom padrinho para os filhos de pais de

---

<sup>8</sup>Sobre a notícia de que deveriam abandonar a região das Missões e o protagonismo guarani frente à Guerra Guaranítica, ver Neuman (2005).

<sup>9</sup>Entre 1750 e 1780, há uma intensa criação de freguesias no Continente de Rio Grande de São Pedro. Algumas foram criadas em virtude da Expedição Demarcadora de Limites, como Rio Pardo (forte estabelecido em 1751 e a freguesia em 1755) e Santo Amaro (armazém real criado em 1752 e freguesia em 1773); outras foram criadas a partir de assentamentos espontâneos, como Viamão (1747) e Triunfo (1756); outras, ainda, criadas a partir do estabelecimento de casais açorianos, os quais ficaram à mercê depois da Guerra Guaranítica, como Taquari (1764), Porto Alegre (1772) e Mostardas (1773). Ao todo, durante o século XVIII, foram criadas dezesseis freguesias no Continente de Rio Grande de São Pedro, atendendo a diversos interesses da Coroa portuguesa (Osório, 2015).



origem açoriana. Martha Hameister (2006), em um estudo sobre as relações de compadrio na Vila de Rio Grande entre as décadas de 1730 e 1760, apontou que os que os ilhéus, no ato do batismo, e na busca por livrar os filhos do pecado original, escolhiam como padrinhos os migrantes açorianos ou então moradores que já estavam na Vila há mais tempo. A considerar que os ilhéus que povoaram Rio Pardo estiveram, mesmo que durante um pequeno período, estabelecidos em Rio Grande, essa possibilidade pode alcançar os moradores de Rio Pardo.

A imersão na água benta – o batismo - representava, para sociedades do Antigo Regime ou em sociedade com características dele, a purificação da alma contida no pecado original (HAMEISTER, 2006). Conforme Martha Hameister (2006, p. 202 – grifos da autora), “ao ser batizado, um cristão recebe a *graça do Senhor* e também a *graça lhe é concedida pelo padrinho*”, figura essa que representa a adesão à vida espiritual. Nesse sentido, a relação padrinho-afilhado é fortemente marcada, tanto na esfera espiritual quanto no mundo terreno, na medida em que “ao padrinho correspondem a educação, os conselhos, o encaminhamento do jovem a uma profissão ou a um casamento, e ao jovem competem as atitudes de respeito e apoio aos seus padrinhos” (HAMEISTER, 2006, p. 207).

Para a Igreja, o batismo representava um controle social sobre as almas daquela região. Atuando em conjunto com a Coroa, a Igreja católica possuía um forte poder social perante os moradores das freguesias. Ao discutir a presença da Igreja católica na região de Córdoba, na Argentina, durante o século XVIII, Antônio Lopes et al (2015, p. 21-22), demonstram a forte presença da Igreja:

La importancia social do bautismo residía em que significaba la incorporación de un nuevo fiel a la Iglesia pero también un nuevo miembro a la sociedad y un nuevo súbdito a la monarquía ya que 'ninguno sino es que se bautiza puede ser matriculado en la religión cristiana' (Vega, 1602:61r)" [...] la ceremonia de bautismo se convertía entonces en expresión de poder de la Iglesia y sus clérigos, mediadores necesarios y exclusivos con la divinidad. La Iglesia tenía poder religioso incontestado, pero también tenía poder social.

O registro de batismo de Isidoro indica outro aspecto da vida de Matheus. A madrinha de Isidoro foi Eugênia Rosa, natural da Ilha Terceira também. Eugênia Rosa casou-se, no ano seguinte, com João Pereira Fortes, natural da Ilha Terceira, com quem, na década de 1770, Matheus estabelecerá uma sociedade. Tal sociedade foi declarada em 30 de novembro de 1773, quando Matheus e João Pereira compareceram ao cartório do tabelião Domingos Martins Pereira, em Porto Alegre, para um registro de exploração agropecuária e comercial (PETIZ, 2009). Na ocasião, declararam que haviam povoado uma estância, de nome “Guardinha”, onde possuíam gado e criação de bestas muars, além de outra estância chamada “Nossa senhora do Rosário”, às margens do rio Guaíba, na qual também possuíam animais vacuns e cavalares e crias de mulas bem como possuíam seis escravos; os sócios ainda eram donos de uns campos além do compartilho

de uma atafona (PETIZ, 2009). Sobre o contrato e as obrigações dos sócios, destaca Silmei Petiz (2009, p. 237 – grifos do autor):

O contrato que regulamenta essa sociedade nos revela dados importantes para a compreensão das relações e obrigações de cada sócio. Previa que ‘dos desfrutes de suas fazendas farias tropas e mulas que ele sócio Mateus Simões Pires, presentemente, iria dispor a São Paulo’. Outra consideração que deve ser feita refere-se [...] ligação que Mateus mantinha no porto carioca. Conforme o contrato, ‘seriam sócios em todo e qualquer negócio que da cidade do *Rio de Janeiro* se fizesse conveniente, tanto em fazendas secas e molhados, *como de escravos* que se remetesse para a dita cidade [Rio Pardo].

Como se vê, Matheus Simões Pires dedicava-se ao comércio, como também à criação de animais. Nessas atividades, vendia mulas para São Paulo e trazia do Rio de Janeiro artigos para a venda em Rio Pardo. A produção de farinha de trigo também estava dentre as atividades exercidas por Matheus Simões Pires e João Pereira Fortes, bem como a possibilidade de comércio de escravos.

Tanto Matheus Simões Pires quanto João Pereira Fortes progrediram com a sociedade. Além dos campos citados, João Pereira Fortes adquiriu, em 1780, a sesmaria do “Campo Grande”, na região de Cachoeira, que a fez por compra do tenente José da Silva Baldaia; três anos depois, adquiriu outra sesmaria comprada de Santos Martins a qual vendeu para Antônio Gonçalves Borges, este irmão de Catarina Inácia da Purificação, mulher de Matheus Simões Pires (PETIZ, 2008; MACHADO, 2013).

As afinidades de Matheus Simões Pires e João Pereira Fortes superaram o campo das relações comerciais. João Pereira Fortes era ilhéu, também da Ilha Terceira, bem como sua mulher, Eugênia Rosa, a qual compareceu à pia batismal para o batismo de Isidoro, em 1755, compartilhando do apadrinhamento com Matheus Simões Pires. Silmei Petiz (2008, p. 8), ao analisar o plantel de escravos da família Simões Pires em Rio Pardo, acredita que João Pereira Fortes e Matheus Simões Pires possuíam vínculos familiares:

Uma circunstância interessante dos d’Águeda, é o fato de haverem os dois irmãos mais velhos adotado o sobrenome Fortes, abandonando o que haviam trazido da ilha nativa e, haver o terceiro irmão, Miguel, conservado o sobrenome Simões. Ajunte-se a essa coincidência de nomes com Mateus Simões Pires a associação de interesses estabelecida entre este e João Pereira Fortes, para nos induzir à convicção de que existiam vínculos familiares (além dos evidentes) entre os Simões e os d’Águeda (ou Fortes).

Matheus Simões Pires e Catarina Inácia compareceram à pia batismal para serem padrinhos de Eugênia (AHCMPA –*registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora do Rosário*, Rio Pardo, 1755-1761), filha de João Pereira Fortes e Eugênia Rosa. No ano de 1777, Matheus resolveu levar o único filho homem, Antônio, então com onze anos, para estudar comércio no Rio de Janeiro. O caminho fez por terra e no retorno, Matheus sofreu um ataque de espanhóis em Santa Catarina, tendo ficado como

prisioneiro por um determinado período (MACHADO, 2013). A administração dos bens da família ficou por conta de João Pereira Fortes, o referido sócio de Matheus.

Nesse sentido, acredita-se que esses dois açorianos e suas esposas, além de compartilharem uma origem em comum, firmaram sociedade e estabeleceram relações de compadrio como uma estratégia de inserção tanto social quanto econômica na freguesia de Rio Pardo, local que estava se constituindo juntamente com a chegada dos primeiros açorianos. A sociedade entre Matheus Simões Pires e João Pereira Fortes foi desfeita na década de 1790, em comum acordo entre as partes (PETIZ, 2009).

Para além das relações comerciais evidentes entre os Simões Pires e os Pereira Fortes, as quais demonstrou Silmei Petiz (2008; 2009), procura-se atentar para as estratégias de inserção desses açorianos na localidade de Rio Pardo, a qual era fundada juntamente com a chegada dessas famílias. O já referido registro de batismo de Isidoro atua como pontapé na tentativa de buscar a rede de relacional desenvolvida por Matheus Simões Pires. Acredita-se que a rede, aqui entendida como uma complexa gama de relações que o indivíduo carrega consigo (IMÍZCOZ, 2004), pode ajudar a compreender algumas das estratégias de inserção tanto social quanto econômica dos migrantes açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro durante o século XVIII.

Nesse sentido, buscou-se averiguar as relações de compadrio desenvolvidas por Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação na localidade de Rio Pardo. Para tanto, foram analisados os livros de registro de Batismo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo entre os períodos de 1755 e 1790<sup>10</sup>. Num período de trinta e cinco anos, o casal Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação batizaram dezenove crianças, todas filhas legítimas e juridicamente livres. Como se pode observar a seguir:

**Tabela 1 – Relação de afilhados de Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação entre 1755 e 1790 na paróquia Nossa Senhora do Rosário (Rio Pardo)**

Nome batizado	e Pai	Origem	Mãe	Origem	Avós paternos	Origem	Avós maternos	Origem	Padrinhos	Madrinhas
Isidoro 24.04. 1755	Vicente Ferreira	PT, Açores, Ilha Terceira	Maria Inacia	PT, Açores, Ilha Terceira	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Eugênia Rosa
Inacio 04.07.	Luis da Silva Xavier	BR, Rio de Janeiro	Bernarda Rosa de Ramos	PT, Açores, Ilha do	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Inácia da Purificação

<sup>10</sup> São os livros: 1755-1762; 1774-1783; 1772-1790 e 1783-1789. Os livros encontram-se online no *site* familysearch.com.br ou então na Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Atenta-se para o fato de haver um lapso entre 1762 e 1772, pois o livro n. 2 de registros de batismo da paróquia Nossa Senhora do Rosário consta estar desaparecido.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

1760				Faial							
Eugenia 08.11.	João Pereira da Gueda	PT, Açore s, Ilha	Eugenia Rosa	PT, Açore s, Ilha	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
1761		Tercei ra		Tercei ra							
Salvador 30.11.	Domingo s Martins	BR, Curiti ba	Clara Rodrigue s	BR, Curiti ba	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
1761											
Antão 26.01.	Francisco Munhoz de Camargo	BR, São Paulo	Maria de São Francisco	PT, Açore s, Ilha	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
1762				Tercei ra							
Florencio 23. 11.	Custodio Leite Ferreira	PT, Braga	Maria Santa	PT, Açore s, Ilha	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
1761				Faial							
José 18.01. 1773	Luis Jose Leão	PT, Porto	Jacinta Teresa de Jesus	BR, RS, Rio Grand e	José Pereira da Rosa e Joana da Rosa	s/r	Antonio Francisc o Xavier e Teresa Maria de Jesus	s/r	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
Maria 12.04. 1775	Pascoal Ferreira	Ilha do Rio	Joana Maria	BR, RS, Rio Grand e	Manuel Ferreira e Isabel Pereira	s/r	Francisc o Pereira e Josefa Teixeira	s/r	Manuel Gonçalv es Dias	Catarina Inácia	
João 09.02. 1777	Antonio Machado Pereira	PT, Açore s, Ilha do Faial	Maria de Jesus	PT, Açore s, Ilha do Faial	s/r	-	s/r	-	João Pereira Fortes	Catarina Inácia	
Mateus 20.10. 1782	Manuel Gonçalve s Dias	PT, Açore s, Ilha Tercei ra	Cecília Maria dos Anjos	BR, RS, Rio Pardo	Manuel Gonçalve s e Agueda Maria	PT, Açore s, Ilha Tercei ra	Luís Pereira e Maria dos Anjos	Ele – s/r Ela – PT, Açore s, Ilha do Faial	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
Vicencia 31.01. 1783	Antonio Jose de Matos	PT, Açore s, Ilha do Faial	Catarina Antonia da Encarnaç ão	BR, RS, Rio Grand e	Francisc o da Costa Matos e Rosa Maria	PT, Açore s, Ilha do Faial	Manuel Gonçalv es Manceb o e Agueda Maria	PT, Açore s, Ilha Tercei ra	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	
Catarina 07.09.	Aleixo Correa	PT, Açore s, São	Ana Francisca da	BR, RS, Viamã	Manuel Machado Cabral e Agued	PT, Açore s, São	João Silveira Gulart e Josefa	PT, Açore s, Ilha do	Matheus Simões Pires	Catarina Inácia	

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

1783		Jorge	Silveira	o	Pereira	Jorge	Jacinta	Faial		
Isabel 16.05.	Sebastião Francisco de Carvalho	BR, Rio de Janeiro	Florencia Rosa	BR, RS, Rio Pardo	João Ferreira e Vicencia de Carvalho	BR, Rio de Janeiro	João Teixeira de Magalhães	s/r	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1784										
Emerenciana 20.10.	Antonio Jose de Matos	PT, Açores, Ilha do Faial	Catarina Antonia da Encarnação	BR, RS, Rio Grande	Francisco da Costa Matos e Rosa Maria	PT, Açores, Ilha do Faial	Manuel Gonçalves Mancebo e Agueda Maria	PT, Açores, Ilha Terceira	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1787										
Felisberto 13.06.	Manuel da Silva Machado	BR, RS, Triunfo	Maria do Nascimento	BR, RS, Rio Pardo	João Silveira e Francisca Maria de Jesus	PT, Açores, Ilha de São Jorge	Francisca Maria de Jesus e Amaro	PT, Açores, Ilha do Faial	Antonio Simões Pires	Catarina Inacia
1788										
Emerenciana 30.03.	Luis Jose Leão	PT, Porto	Jacinta Teresa de Jesus	BR, RS, Rio Grande	José Pereira da Rosa e Joana Rosa de São Bento	PT, Porto	Antonio Francisco Xavier e Teresa Maria de Jesus	PT, Açores, São Miguel	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1788										
Marcelino 13.06.	Joaquim da Costa	BR, Rio de Janeiro	Clara Maria	BR, RS, Rio Grande	s/r	-	s/r	-	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1789										
Maria 04.11.	Antonio Simões Pires	BR, RS, Rio Pardo	Maria do Carmo Violante	BR, RS, Rio Pardo	Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação	PT, Açores, Ilha Terceira	Alexandre Luis de Queiroz e Maria Eulália	Ele – PT, Porto Ela – BR, RS, Rio Pardo	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1789										
Raimundo 07.06.	Bras Domingues	BR, São Paulo	Joana Maria de Jesus	BR, RS, Triunfo	Francisco Nobre da Luz e Isabel Pedroso de Almeida	BR, SP	Francisco do Couto e Maria de São Francisco	PT, Açores, Ilha Terceira	Matheus Simões Pires	Catarina Inacia
1790										

Fonte: Livros de Registro de Batismo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1755 e 1790.

A primeira observação realizada é que grande parte dos afilhados de Matheus e Catarina possui alguma relação com as Ilhas dos Açores. Exceto os batismos de Salvador (30.11.1761), José (18.08.1773), Maria (12.04.1775) Isabel (16.05.1784) e

Marcelino (13.06.1789) não possuem um vínculo, registrado nas anotações do pároco, com alguma das nove ilhas do Arquipélago. Os outros catorze afilhados do casal possuem algum vínculo com as Ilhas, seja na origem de um ou dos dois pais - ou ambos - ou então de avós. A análise desses dados levanta a hipótese de que essas famílias poderiam já conhecer tanto quanto os Simões Pires quanto os Gonçalves Mancebo (família de Catarina Inácia) das Ilhas dos Açores, principalmente aqueles vinculados com a Ilha Terceira, local de origem do casal.

O fato de que Matheus e Catarina terem batizados, juntos, quinze crianças, pode demonstrar um protagonismo enquanto casal, não apenas da figura masculina de Matheus. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (DA VIDE, 1707), os padrinhos deveriam ser escolhidos pelos pais da criança batizada, não havendo mais de um padrinho e uma madrinha. No caso de adultos, caberia ao batizando escolher o parentesco espiritual. O que se percebe nos livros de registro de batismo da paróquia Nossa Senhora de Rosário de Rio Pardo é uma constante ausência da figura feminina frente à pia batismal no parentesco espiritual. Do total de 2.866 batismos realizados na paróquia de Rio Pardo durante o período de 1755 e 1790<sup>11</sup>, apenas oito batismos, pouco menos de 0,3%, aparecem sem o padrinho, enquanto que 508 batismos, ou seja, um percentual de 17,7%, aparecem sem a madrinha<sup>12</sup>. Contabilizados apenas os registros de batizados “livres”, o percentual é ainda maior: dos 1802 batizados nessa categoria (representado 62,87% do total de batismos), apenas seis foram batizados sem padrinho, somando 0,33% do total de livres, enquanto que o número de batizados livres sem madrinha contabiliza 21,5%, sendo 388 registros.

Voltando-se o olhar para os batismos que Catarina Inácia e Matheus Simões Pires realizam como padrinhos, percebe-se que Catarina Inácia foi madrinha em dezoito batismos, compartilhando catorze deles com Matheus, um com seu irmão, Manuel Gonçalves Dias, outro com João Pereira Fortes e mais um com seu filho, Antônio Simões Pires. Enquanto isso, Matheus compareceu à pia batismal dezesseis vezes, sendo que em quinze delas, o fez com sua mulher e o único batismo em que a presença feminina não compartilhou com sua esposa, e sim com Eugenia Rosa, esposa de João Pereira Fortes, foi antes do casamento com Catarina Inácia.

Nesse sentido, atenta-se para o protagonismo de Catarina Inácia. Além de batizar mais crianças, o fez com outros parceiros, mesmo que esses homens tivessem algum parentesco sanguíneo ou então uma forte relação com o casal. É provável que a mesma tenha mantido uma relação com seus afilhados, como solicitava as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Como Martha Hameister (2006) apontou, as relações de compadrio nas sociedades com traços do Antigo Regime demonstravam-se de fundamental importância, pois o parentesco espiritual era responsável por conduzir a nova alma pelo mundo dos vivos.

---

<sup>11</sup> São os livros: 1755-1762; 1774-1783; 1772-1790 e 1783-1789.

<sup>12</sup> Não foram contabilizados os registros em que a madrinha é alguma figura espiritual, como santas.

Nos batismos em que Catarina Inácia compareceu à pia batismal sem a presença de seu marido, os três homens que a acompanhavam possuíam alguma representatividade para o casal. Manuel Gonçalves Dias, padrinho de Maria (12.04.1775) era irmão de Catarina Inácia, e também residia em Rio Pardo. O filho de Manuel Gonçalves Dias e sua mulher, Cecília Maria dos Anjos, foi apadrinhado pelo casal Simões Pires, e recebeu o mesmo nome que o padrinho, Matheus. Destaca-se para que o nome, nas sociedades do Antigo Regime, possui um forte caráter social, na medida em que um nome representava um pertencimento a um grupo, conferindo uma espécie de herança imaterial (HAMEISTER, 2006). Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (DA VIDE, 1707), cabia aos padrinhos a escolha do nome da criança batizada. É impossível dizer se essa disposição era seguida à risca, ou se havia um acordo entre pais e padrinhos, mas o fato é que o filho do irmão de Catarina Inácia recebeu o mesmo nome que o padrinho, Matheus.

Matheus e Catarina apadrinharam outra sobrinha: Vicência, filha de Antonio Jose de Matos e Catarina Antonia da Encarnação, irmã de Catarina Inácia. Nesse sentido, acredita-se que as relações de compadrio estabelecidas pelo casal Simões Pires tanto com os irmãos de Catarina Inácia como com João Pereira Fortes, residentes em Rio Pardo e possivelmente já conhecidos antes do estabelecimento na referida freguesia, poderiam conferir uma ideia de estratégia de inserção socioeconômica desses migrantes açorianos. Firmando alianças entre si, estabelecendo sociedades e relações de parentesco espiritual, esses migrantes souberam gerir as condições de uma freguesia em construção para melhor se firmar numa localidade em formação.

Despontando nos negócios em Rio Pardo, Matheus Simões Pires possuía uma vida de intenso deslocamento. Acredita-se que nos primeiros anos após o casamento, Catarina Inácia acompanhava o marido em algumas viagens a negócio, tanto que a primeira filha do casal, Vicência Joaquina, teria nascido e sido batizada em Santa Catarina, provavelmente um ou dois anos após o casamento (MACHADO, 2013). Matheus possuía negócios com o Rio de Janeiro, onde comprava mercadorias para revender em Rio Pardo; também destacava-se no porto de Rio Grande. O reforço da hipótese de que Catarina acompanhava Matheus em alguns de seus deslocamentos está também no fato de que o casal batizou, no ano de 1762, três crianças na paróquia São Pedro de Rio Grande, sendo que Catarina Inácia foi madrinha de duas crianças e Matheus, de uma (MACHADO, 2013).

O outro filho do casal, Antônio, nasceu em Rio Pardo e foi batizado, provavelmente, em 1766<sup>13</sup> (MACHADO, 2013). O casal teve apenas Vicência e Antonio de filhos. Vicência casou-se em 1778 com João de Souza Pimentel, filho de Francisco de Souza e Úrsula Josefa, natural da Ilha de São Miguel. Vicência Joaquina e João de Souza Pimentel não tiveram filhos e João faleceu, de forma súbita, em 1793, deixando Vicência viúva após 15 anos de casamento. O casal batizou quatro crianças

---

<sup>13</sup> Como já referido, há um lapso entre os anos de 1762 e 1772, onde provavelmente está o batismo de Antônio.

entre 1778 e 1785, a saber: Vicência, Joaquina e Juliana, filhas de João Inácio da Silveira (ele natural de Rio Pardo e seus pais naturais da Ilha do Faial) e Ana Francisca de Menezes (natural da Ilha de Santa Maria) e Feliciano, filha de João da Costa (natural da Ilha de São Miguel) e Catarina Tomasia de Jesus (natural de Santa Catarina e seus pais naturais da Ilha Terceira).

No ano de 1777, Matheus Simões Pires, tendo em vista o filho Antônio como substituto no comércio, resolveu levá-lo para o Rio de Janeiro, com a finalidade de estudar no porto mais comercial da América portuguesa (PETIZ, 2009). Antônio retornou onze anos depois, então com vinte e dois anos e se casou um ano depois com Maria do Carmo Violante, filha do tenente Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos e dona Eulália Pereira Pinto (AHCMPOA - *Livro de registros de Matrimônios da paróquia Nossa Senhora do Rosário*. Rio Pardo. 1783-1789).

É provável que o casamento de Antônio com uma das filhas do tenente Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos tenha selado a posição de elite a qual Matheus Simões Pires pertencia. Nesse sentido, o casamento entre Antônio e Maria do Carmo pode ter representado uma estratégia de inserção socioeconômica e confirmação do poderio imaterial da família Simões Pires. Antônio, após o casamento, tornou-se administrador dos bens de seu pai como também parte dos bens do sogro; além disso, foi juiz almotacé em 1815 e eleitor de paróquia por três vezes (MACHADO, 2013).

Os bens do casal Simões Pires inventariados em 1818 somavam pouco mais da cifra de quarenta contos de réis. Dentre os maiores bens dispostos no inventário *post mortem* de Catarina Inácia da Purificação, encontram-se cativos, terras e animais, dentre eles duas estâncias. Esse inventário, que pode ser entendido como uma radiografia dos bens do casal em 1818, corrobora com as discussões e questionamentos que vêm sendo postos na historiografia a respeito da migração de açorianos para o Continente de Rio Grande de São Pedro. Por muito tempo, acreditou-se que os açorianos migrados, fossem eles a partir do Edital de 1747 ou então casais que já estavam em Sacramento, formaram uma massa pobre e submissa aos mandos e desmandos das autoridades portuguesas.

Tanto Martha Hameister (2006, 2009, 2014) quanto Adriano Comissoli (2009) abordam a questão do deslocamento dos açorianos para as terras meridionais da América portuguesa e sua conseqüente instalação (a partir de Rio Grande e dos Campos de Viamão, respectivamente) sob um panorama de estratégias adotadas pelos sujeitos deste grupo, não os reduzindo a uma massa de manobra da Coroa lusa. Ambos também questionam a homogeneidade do grupo, trazendo dados sobre sujeitos de diferentes situações socioeconômicas que desembarcaram no porto de Rio Grande.

Pode-se perceber que o caso de Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação e sua rede de relações estabelecida a partir de compadrio e sociedades contribuem para o questionamento a respeito de uma homogeneidade sobre o processo migratório de moradores do conjunto de Ilhas dos Açores para o Sul da América portuguesa durante o período colonial. Nesse sentido, é possível que Matheus já



desenvolvesse o comércio ou nas ilhas dos Açores ou então o tempo em que residiu em Sacramento, visualizando na política de casais do império português uma oportunidade de continuar seus negócios em terras brasileiras.

### **Considerações finais**

Matheus Simões Pires e Catarina Inácia da Purificação tiveram um longo casamento. Ao longo de sessenta anos, o casal pode construir uma rede de relações intensa, batizando crianças tanto na localidade de Rio Pardo quanto em viagens que o casal fazia para Rio Grande. Casaram seus dois filhos de maneiras diferentes, sendo que a mais velha, Vicência, casou-se com um filho de açorianos e Antônio, o filho homem, tornou-se genro do tenente Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos.

O casal batizou, ao longo de trinta e cinco anos (1755 e 1790), dezenove crianças, demonstrando sua rede de relações pessoais na localidade de Rio Pardo. É nesse sentido que se apontou para o protagonismo do casal, não apenas de Matheus Simões Pires, na medida em que Catarina Inácia compareceu à pia batismal mais vezes que o marido e com padrinhos diferentes, haja vista que esses homens representavam alguma importância, seja nos negócios ou consanguínea. Assim, acredita-se que uma das estratégias apreendidas pelo casal Simões Pires foi firmar sociedade e relações de compadrio com outros açorianos e familiares, na busca de se sobressair em uma freguesia em construção, como era Rio Pardo na segunda metade do século XVIII.

### **Fontes primárias manuscritas**

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPOA):

*Livro de registro de Matrimônios da paróquia São Pedro de Rio Grande. 1756-1763.*

*Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1755-1762.*

*Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1774-1783.*

*Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1772-1790.*

*Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1783-1789.*

*Livro de registros de Matrimônios da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1783-1789.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário *post-mortem* de Catarina Inácia da Purificação. Autos 22, maço 1. 1818.

### Fontes primárias publicadas

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

MACHADO, Cesar Pires. *Simões Pires: revisão bibliográfica e documental*. Porto Alegre: Edigal, 2013.

### Referências

COMISSOLI, Adriano. Do arquipélago ao continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. 2009. p. 74-96.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. 2ªEd. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. 2004. 324p. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio Sinos. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo. 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro. 2006.

IMIZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para uns historia más global. *Revista da Faculdade de Letras e História*. Porto, III série, v. 5. 2004, p. 115-140.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME, Maíra Inês et al (orgs). *Micro—história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Micro-história e história da imigração. In.: VENDRAME, Maíra Inês et al (orgs). *Micro—história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

\_\_\_\_\_. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In.: VENDRAME, Maria Inês;

KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Ensaio de micro-historia: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

LOPES, Antonio Iriogoyen; GHIRARDI, Mônica; SARTORI, Frederico. Bautismo y padrinazgo en la ciudad de Córdoba (1691-1775). In.: GHIRARDI, Mônica; SCOTT, Anna Silvia Volpi. *Famílias históricas: interpeçaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España y Uruguay*. São Leopoldo: Oikos, Editora da Unisinos, 2015.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (século XVII e XVIII)*. 2005. 361p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1999. 246p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós graduação em História. Porto Alegre. 1990.

\_\_\_\_\_. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de Pesquisa. *Claves*. n.1. Montevideu. 2015.p. 67-90.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e famílias entre os cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008. p. 1-21.

\_\_\_\_\_. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande d São Pedro (1750-1835)*. 2009. 322p. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2009.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737 – 1822)*. 1985. 352p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, 1985.

ROBIN, Sinara Santos. *Conversas com açorianos: entre as memórias e os conflitos*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo. 2008.

RODRIGUES, José Damião. O Comércio dos portos açorianos com o Brasil e a legislação régia (séculos XVII – XVIII). In: POLANIA, Amelia; MEDINA, Ana Maria Rivera. *La gobernanza de lospuertosatlanticos, siglos XIV-XX*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

ROSA, Cibele Caroline da. *Dos Açores ao Vale do Taquari: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração*. Monografia (Graduação em História). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2017.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, vol. 18, 2006. p. 236-250.

WIEDERPHAN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural português, 1979.

## **Tecendo um mundo desigual: análise de redes de compadrio na freguesia de Viamão (1759-1769)**

Israel da Silva Aquino\*

### **Introdução**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e investiga as relações sociais firmadas através do instituto do compadrio por membros de uma importante família sulista, durante sua passagem pela freguesia de Viamão, em meados do século XVIII. Tem como objetivo identificar como esses laços sociais reproduziam as relações de diferenciação, hierarquia e interdependência que sustentavam a sociedade colonial. Conforme aponta João Fragoso (2010), a sociedade constituída no Brasil do período colonial foi marcada por uma ‘hierarquia social costumeira’, constituída por intrincadas relações entre indivíduos de diferentes estratos socioeconômicos. Nesse contexto, é possível pensar o compadrio como parte de uma estratégia de diferenciação social que buscava favorecer a posição de um indivíduo ou grupo frente a seus semelhantes. A fonte utilizada para este estudo foi o segundo Livro de Batismo da freguesia de Viamão. O trabalho adota uma abordagem microanalítica e utiliza ferramentas conceituais da metodologia da análise de redes sociais para fins de análise e crítica dos resultados.

### **Microanálise e análise de redes sociais**

A Micro-história, como gênero historiográfico, surgiu com a publicação da coleção "*Microstorie*", sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, na Itália dos anos 1980. Em sua gênese, trazia como principais preocupações a discussão a respeito dos paradigmas da História social e dos rumos da Escola dos *Annales*, sendo percebida

---

\* Mestrando em História, UFRGS.

como a expressão de uma história descritiva, de viés antropológico e etnográfico (VAINFAS, 2002, p. 30).

Fundava-se no conceito de paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg, ou seja, um conjunto de procedimentos que propõe um método heurístico centrado nos detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, ou indícios (GINZBURG, 1989, p. 152). Por sua vez, Giovanni Levi assinalava que a micro-história deveria servir como um mecanismo de aproximação, um “zoom”, destacando a variação de escala como a principal ferramenta do historiador que procede a prática da microanálise (LEVI, 1992, p. 136-137).

Tomando como ponto de partida essa variação na escala de investigação, a micro-história procura colocar em evidência, conforme aponta Jacques Revel, que a escolha de uma escala particular produz efeitos de conhecimentos específicos, podendo tal escolha ser posta a serviço de estratégias de conhecimento determinadas (REVEL, 2010, p. 438). A microanálise relaciona-se essencialmente, portanto, à redução da escala de observação, apoiando-se na análise focada e no estudo intensivo do material documental. A abordagem micro-histórica assume, assim, a tarefa de compreender como se constituem configurações e processos sociais, mediante o estudo intensivo e aproximado de seus movimentos, seus agentes e suas fontes.

Embora apresente temática variada, os trabalhos no gênero costumam contemplar em geral pesquisas ligadas ao cotidiano de comunidades, redes de sociabilidade, reconstituição de microcontextos ou dedicados a biografias. Essas escolhas, entretanto, não são consideradas contraditórias com a apreensão do social. Conforme aponta Revel, espera-se que tornem possível a inclusão de uma trajetória (a de um homem ou de um grupo) numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e que lhe conferem uma significação (REVEL, 2010, p. 439).

A noção de rede social, por sua vez, remete a uma estrutura construída com base nas relações existentes entre indivíduos (BERTRAND, 2012, p. 61). Desta forma, conforme aponta Fioravante (2013, p. 222), o estudo desses vínculos busca evidenciar a capacidade de cada ator social manipular o conjunto de suas ligações com o intuito de satisfazer seus interesses. Considerando as temáticas comuns tratadas por uma e outra

abordagem, a micro-história e a análise de redes são vistas de forma díspar por historiadores e cientistas sociais, ora como práticas complementares, ora como abordagens que se distanciam.

Partindo da teoria dos grafos e da sociometria, uma rede social é representada graficamente como um conjunto de pontos, representando os agente ou atores sociais, estes vinculados por uma série de relações, que são representadas pelas linhas do gráfico. Essas relações são influenciadas pelo posicionamento do indivíduo na rede (central ou periférico), seu acesso a recursos, a intensidade dos relacionamentos, a densidade da rede, entre outros fatores (PONCE LEIVAS e AMADORI, 2008, p. 22).

A primeira etapa da análise de redes é a criação do que chamamos matriz de adjacência, em que linhas e colunas representam os atores sociais envolvidos em determinada relação e contexto históricos (PANDOLFI & BUENO, 2014). A elaboração das matrizes e seus grafos correspondentes é parte fundamental deste método. Cada matriz e seu grafo correspondem a uma espécie de instantâneo dos relacionamentos do grupo em análise. O grafo é formado pelas unidades de análise (pessoas, organizações) e pelas relações estabelecidas entre elas, que são representadas por pontos (nódulos) e linhas, respectivamente.

De acordo com o tipo de grafo utilizado, as formas e cores dos nódulos variam, o que também ocorre com o comprimento das linhas, de forma a dar um significado visual ao que foi expresso na matriz pelo pesquisador. Para a elaboração destes grafos existem diversos softwares, disponíveis, de forma gratuita, na Internet, ou no mercado. São exemplos o Cyram, o Pajek e o NodeXL, este último um complemento da empresa Microsoft disponibilizado gratuitamente para o software Office Excel, que foi adotado para a elaboração das matrizes e componentes visuais deste trabalho.

Para além da elaboração das matrizes e a geração dos respectivos grafos, outra contribuição fundamental deste método é a produção dos coeficientes ou estatísticas de análise, denominadas métricas, que permitem evidenciar algumas das características dessas redes, colocando em evidência alguns tipos de relação que se estabelecem, ou destacando a atuação de um determinado agente no grupo a partir da posição por este assumida. Essas métricas cumprem papel fundamental para a análise, tanto quanto o recurso gráfico proporcionado pelo software.

Uma das preocupações que surgem com o uso da SNA é a aparente simplificação das relações ou, conforme aponta Thiago Gil (2005, p. 1), certa pretensão de objetivizar as relações humanas. Torna-se, portanto, necessário ressaltar que com esta técnica não se pretende dar conta da totalidade das relações, mas sim "*apresentá-las de uma forma ordenada e visualmente inteligível para o investigador*" (Idem). Cabe, portanto, ao pesquisador interessado em aplicar o método, o cuidado e o esforço de demonstrar efetivamente as consequências das relações identificadas, mais que o simples ato de enumerá-las.

### **A freguesia de Viamão no mundo corporativo português**

Situado nos confins do Império Português, a região do Continente de São Pedro foi palco de contendas envolvendo os diferentes grupos que atuavam na dinâmica colonial da América do Sul setecentista. Portugueses, espanhóis e povos originários estiveram, ao longo de todo o período, envolvidos em rusgas, guerras e tratados que não findaram senão no século seguinte. A estes componentes se somavam outros grupos populacionais europeus e um expressivo contingente cativo negro, formando uma estrutura social altamente complexa e estratificada, que refletia um sistema imperial que buscava mimetizar características da sociedade metropolitana ao mesmo tempo em que era atravessado por características que o particularizavam.

Estabelecida sobre uma noção de 'bem comum', a sociedade forjada nos extensos domínios lusos estava baseada na distribuição de privilégios, na construção de alianças familiares e clientelistas e em um exercício constante de diferenciação social. Nas palavras de João Fragoso, esta sociedade estava organizada por práticas costumeiras, construídas pela regularidade das sociabilidades locais, e vinculadas a uma concepção corporativa de mundo.

Estou me referindo à hierarquia social costumeira, construída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da coroa, clérigos, etc. Ou seja, sujeitos portadores de orientações valorativas próprias (conforme o grupo, vindos da escravidão africana e da sociedade rural do Velho Mundo) e presentes na Conquista. A materialidade dessas práticas adquiriu a forma das relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros

fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana. (FRAGOSO, 2010, p. 249)

Ainda segundo Fragoso (2001, p. 21-22), para entendermos o conceito de economia do bem comum é necessário considerar que o mesmo encerra uma forma particular de apropriação do excedente social, onde os a produção e o controle de bens e serviços eram concedidos a particulares e exercidos através de monopólios, através do sistema de mercês. Isso reforçava uma organização social estratificada onde, conforme lembra Hespanha (2007, p. 135-136), a prestação de serviços à Coroa se colocava como uma forma importante de mobilidade social. Além disso, a noção de bem comum implica em duas outras noções, a saber: a primeira diz respeito a um mercado regulado pela política; e, além disso, a organização de uma hierarquia social excludente, que funcionava simultaneamente como ponto de partida e de chegada desta economia. Como pano de fundo, havia a estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava pela prestação de serviços ao Rei e à República (FRAGOSO, 2001, p. 22). Porém, esse sistema só fica completo quando atentamos para o fato de que se baseava em uma série de interdependências e reciprocidades, atravessada por práticas de alianças com seus dons e contra dons, que criavam extensas redes de compromisso, proteção e clientela. Assim, fechava-se o ciclo que servia de sustentação para a economia do bem-comum e para a mimese do Antigo Regime nos domínios atlânticos lusos.

Ao estudar as estratégias sociais de proprietários de terras e comerciantes do Rio de Janeiro, João Fragoso encontrou indícios dessas práticas que formavam um *ethos* de uma nobreza principal da terra, alegadamente atuante na conquista dos territórios do Império Português em expansão. Em nome dos serviços prestados à Sua Majestade, esses homens buscavam ascender social e economicamente através do sistema de mercês que vinculava a Coroa e seus súditos em um intrincado sistema de interdependência (FRAGOSO, 2001, p. 15-16). Através de expedientes semelhantes, especialmente pela prática da conquista, bandeirantes, tropeiros, militares e homens de negócio ampliaram a fronteira sul do império português, ocupando a região do Continente do Rio Grande de São Pedro a partir do século XVIII. Leia-se, enquanto conquista, a prática que possibilitava a apropriação de terras e de homens através da guerra, especialmente através da prática da guerra justa (FRAGOSO, 2001, p. 19). Conforme aponta Blanco, esses homens se apropriaram de terras e rebanhos, e mais



tarde reivindicaram sesmarias, utilizando-se do mesmo argumento da ‘conquista’, e trazendo assim “*para o sul as insígnias de Antigo Regime que presidiam, há duzentos anos, a colonização dos domínios lusitanos no continente americano*” (BLANCO, 2011, p. 1).

Dentro desse contexto, a freguesia de Viamão foi criada por ordem do bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, e desmembrada de Laguna a 14 de setembro de 1747. Mas, antes disso, a região dos ‘Campos de Viamão’ já vinha recebendo fluxos migratórios há alguns anos, especialmente por conta das incursões para captura do gado selvagem das vacarias do sul. Assim, conforme aponta Fábio Kuhn (2006, p. 103), é necessário, primeiramente, fazer a distinção entre a denominação ‘Campos de Viamão’, uma extensa área que então englobava todo o nordeste do Continente de São Pedro, e a freguesia propriamente dita. Está última, por ocasião de sua criação, abrangia a região limitada a oeste pelas margens do Guaíba e da Lagoa dos Patos e a leste pelo oceano Atlântico, se estendendo ao norte até os chamados ‘Campos de Cima da Serra’, incluídas aí as regiões dos vales dos rios Caí, Taquari e Sinos. Esse imenso território, contudo, começou a ser desmembrado já nas décadas seguintes, a partir da criação de novas freguesias na região, tais como Triunfo, Santo Antônio e Porto Alegre (Idem).

Conforme demonstra Kuhn (2006, p. 13-15), o povoamento inicial desta região se deu, principalmente, através da migração de famílias lagunenses que começaram a se fixar no segundo quartel do século XVIII. Para além destas, a população inicial da freguesia - que no início da década de 1750 rondava 800 indivíduos - era constituída também por algumas famílias advindas das regiões de São Paulo, Colônia do Sacramento e de Portugal continental, além de um contingente de cativos - negros, sobretudo - que nos Róis do ano de 1751 já rondava 40% da população. Contudo, esse estrato demográfico sofreria profundas transformações nos anos seguintes, por ocasião da emancipação das freguesias de Triunfo (1756) e Santo Antônio (1763), da criação do Aldeamento dos Anjos e a chegada dos povos guaranis (1757) e do fluxo repentino das famílias fugidas de Rio Grande por ocasião da invasão dos espanhóis (1763), além da chegada de casais açorianos a partir da década de 1750, por ocasião da assinatura (e do não cumprimento) do Tratado de Madrid.

A extensa área da freguesia apresentava baixa densidade demográfica, configurando-se como uma localidade predominantemente rural, conforme demonstrou Kuhn. Ao analisar os róis do ano de 1751, o autor apresenta dados que nos permitem ter uma ideia de como estava distribuída a população local naquele momento:

somente três localidades (...) abrigavam a metade dos fregueses: o Arraial, o Morro Santana e a Guarda de Viamão. No “núcleo urbano” [o Arraial] da freguesia havia um número reduzido de moradores efetivos: o livro de aforamentos de terrenos da Irmandade de N.S. da Conceição demonstra bem qual era a situação existente a essa altura, pois até 1750 foram aforados somente 27 terrenos pertencentes ao patrimônio da confraria, todos eles pequenos lotes variando entre duas e dezesseis braças de frente, que pagavam de foro a módica quantia de 20 réis por braça ao ano. Nesses terrenos, situados na “rua direita” ou na “travessa da fonte”, os primeiros estancieiros construíram suas moradas de casas, ocupadas por ocasião da assistência aos serviços religiosos ou por ocasião das festividades profanas. (KUHN, 2006, p. 112)

A região que concentrava o maior contingente populacional então - cerca de 200 pessoas - era àquela conhecida como a ‘Guarda’, onde estava localizado o Registro, local onde ocorria a cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé, que era levado pelos condutores de tropas às capitânicas do Sudeste (Idem, p. 113). Ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos, a Guarda foi instalada em 1737, tendo sido transformada em Registro em outubro de 1752 (JACOBUS, 1996). No momento da criação da Freguesia, a administração da Guarda já se encontrava sob o comando do tenente Francisco Pinto Bandeira, proeminente estancieiro da região, tropeiro, militar e patriarca de uma das famílias mais importantes da localidade. Já no ano de 1763, essa região seria desmembrada com a criação da Freguesia de Santo Antônio da Patrulha.

Com a invasão da vila de Rio Grande pelas tropas do governador de Buenos Aires Pedro de Ceballos, também em 1763, Viamão transformou-se na segunda sede da Capitania. O ato foi oficializado em 16 de junho de 1764, sendo nomeado governador o coronel José Custódio de Sá e Faria. Devido às dificuldades causadas pela guerra, contudo, a primeira sessão da Câmara seria realizada somente em junho de 1766 (KUHN, 2006). Assim, nesse contexto de guerra e conquista, deu-se o pano de fundo para a formação dessa sociedade situada nos confins do império ultramarino português.

Para compreendê-la melhor, cabem alguns comentários a respeito das estruturas sociais que a constituíam.

### **Compadrio e redes sociais da freguesia de Viamão**

O segundo livro de batismos da freguesia de Viamão reúne 522 registros, realizados entre os anos de 1759 e 1769. Neste período, conforme podemos depreender dos róis de confessados ainda disponíveis, das fontes paroquiais e de outros trabalhos consultados, a população da freguesia vinha passando por oscilações bastante sensíveis, devido às sucessivas levas migratórias que ali chegaram. Existem sérias dificuldades em se precisar um número exato, especialmente porque os róis de confessados remanescentes compreendem apenas o período entre 1751 e 1758, e reiniciarem somente após 1770, além de apresentarem (assim como os registros de casamento e batismo) páginas corroídas, falhas e omissões relevantes. No final da década de 1750, a população da freguesia devia rondar 1200 pessoas, distribuídas em aproximadamente 135 fogos<sup>14</sup>.

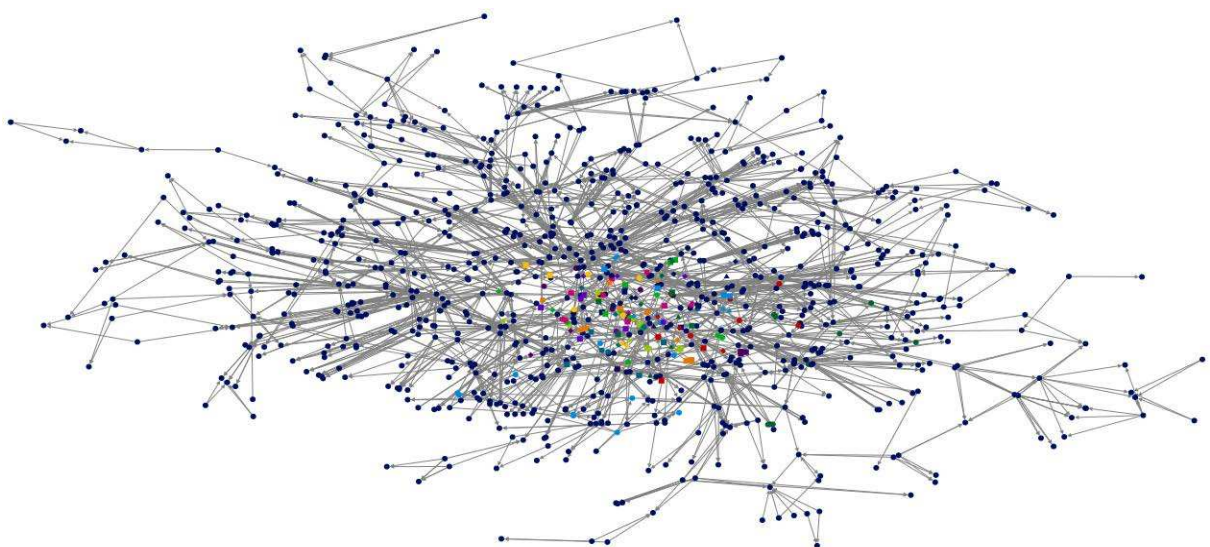
Os registros apresentaram uma média de 48 batismos ao ano, porém com claras oscilações ocorrendo ao longo do período. Os anos imediatamente posteriores ao desmembramento da freguesia de Triunfo, em 1757, apresentam números mais baixos. Por outro lado, a chegada de grupos populacionais é claramente percebida, principalmente nos anos de 1765 em diante, culminando com o maior pico de registros no final da década de 1760. Cabe ainda lembrar que os registros paroquiais remanescentes, especialmente no caso dos batismos, contêm lacunas importantes, posto que ali não encontramos, praticamente, registros dos nascimentos ocorridos no aldeamento indígena dos Anjos, bem como foram omitidos os batismos de crianças filhas de pais cativos negros para praticamente toda a década de 1760, de modo que os números disponíveis, seguramente, subestimam a população real.

---

<sup>14</sup> Apenas nos róis de 1751 e 1756 se conservou a estimativa produzida pelo padre José Carlos da Silva quanto a população visitada. Já para o ano de 1756, o padre estima uma população de 1125 pessoas.

A partir do mapeamento e sistematização dos registros de batismos da freguesia, foi possível identificar como se configurava a rede de relações de compadrio dessa população, permitindo-nos avançar algumas características a respeito desses relacionamentos. A rede de compadrios das famílias viamonenses em meados do século XVIII era composta por 1005 agentes (nós), que estabeleceram entre si um total de 1754. Cada um dos nós desta rede (também chamados pontos, nodos ou vértices) representa um indivíduo (um dos pais ou padrinhos) mencionado nos registros de batismos, enquanto os laços (linhas, *edges*) são uma representação das relações que essas pessoas estabeleciam entre si.

A representação gráfica da rede formada pelas relações de compadrio das famílias viamonenses nos permite distinguir a existência de um componente principal, relacionado mais densamente, que reúne 84% dos agentes participantes e agrega 91,8% do total de relações de compadrio estabelecidas. Esse número demonstra que, embora nem sempre estivesse ligada diretamente, a maioria das famílias da região estava ritualmente relacionada, o que reforça a ideia de uma sociedade interdependente, onde diferentes estratos sociais se interligavam através das práticas religiosas. Além do componente principal, identificamos outros 39 componentes menores e isolados, formados por de 3 a 11 indivíduos cada, ou seja, pequenos grupos que não estavam ligados através do compadrio à comunidade da freguesia, sendo estes formados majoritariamente por famílias de migrantes que estavam chegando à região no período.



Grafo 1: Redes de Batismo - 1747-1769  
Fonte: Livro 2 de Batismos de Viamão

As métricas produzidas para esta rede indicaram que a mesma possuía densidade baixa, de apenas 0,001. A densidade  $D$  de uma rede é calculada a partir da fórmula  $D = l/[n(n-1)]$ , onde  $l$  indica o número de laços presentes no grafo e  $n$  o número de vértices. Essa métrica produz uma relação entre o número de relações possíveis dentro de uma rede e o número de relações efetivas, permitindo identificar quão aglutinados são os vínculos do grupo analisado (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Os dados da rede coadunam com as informações disponíveis a respeito da demografia regional, indicando a existência de uma comunidade pequena e dispersa, indicada pela baixa densidade geral, apresentando, porém, grupos no interior da rede que são mais densamente relacionados.

A existência de grupos mais densos no interior da rede é favorecida, também, pela atuação de agentes destacados no conjunto da comunidade, recorrentemente procurados como padrinhos, constituindo o grupo dos ‘campeões de batismo’ da região (cfe. denominação de BRUGGER, 2007). Esses indivíduos, parte da elite econômica regional, surgem nos registros apadrinhando um número expressivo de crianças, constituindo assim extensas redes de compadres e comadres. Se considerarmos apenas os 10 indivíduos que mais apadrinharam no período, identificamos que as relações destes correspondem a 14,3% do total de relações da freguesia. Esses ‘campeões’ de batismo faziam parte do estrato econômico mais abastado da região, sendo em sua maioria proprietários de terras, funcionários régios e comerciantes, ou suas esposas e filhos. A seguir, realizamos a análise da rede de compadrios de um desses grupos.

### **Comerciantes, oficiais, potentados: a elite rio-grandina fugida da guerra**

Ainda que o papel de elite local de Viamão tenha sido desempenhado por famílias lagunenses no início, essa situação durou poucos anos. Dezesseis, para ser mais exato. No embalo das intensas transformações que a freguesia já vinha sofrendo, sua composição social sofreria em 1763 um assalto: a invasão da vila de Rio Grande pelos espanhóis, sob o comando do governador portenho Dom Pedro de Cevallos, e a guerra que se seguiu pelos próximos 13 anos, o que fez com que parte da população da vila fugisse em direção ao norte, fixando-se em Viamão.

Mais do que um novo fluxo migratório, esse episódio fez com que fossem transferidas para Viamão as estruturas administrativas que funcionavam em Rio Grande, incluindo aí a própria Câmara. Dessa forma, potentes famílias rio-grandinas desembarcaram na freguesia, junto com colonos, escravos, soldados e outros. Enquanto isso, o restante da população da vila de Rio Grande (especialmente açorianos, aqueles que não conseguiram ou não tinham como fugir) era feito prisioneiro e levado para a região de Maldonado, no Uruguai.

Segundo Kuhn, quase 80% dos moradores de Rio Grande fugiram diante da invasão espanhola, dos quais aproximadamente dois terços se estabeleceram em Viamão, o que significou cerca de 340 novas famílias (KUHN, 2006, p. 116). Confrontados aos dados dos últimos róis disponíveis, isso pode ter mais do que dobrado a população local em poucos meses, gerando, evidentemente, muita confusão.

A situação era caótica: além dos açorianos espalhados há uma década, aos quais se somaram os guaranis missionários, agora chegara uma nova leva de refugiados, a maior parte deles carente em todos os aspectos. Somente uma pequena minoria, formada pela elite mercantil da praça invadida, podia sustentar-se sozinha. (KUHN, 2006, p. 117)

Essa elite mercantil, que formava então o estrato econômico superior da vila de Rio Grande e ocupava a maioria de seus postos, viria a compor a nova elite econômica de Viamão, apresentando, em sua maioria, cabedais muito superiores às famílias lagunenses já residentes na freguesia.

Para os objetivos buscados neste trabalho, um grupo familiar tem importância central: trata-se da família Silveira, uma imponente casa formada pelas filhas e genros do ilhéu Antônio Furtado de Mendonça, que migrou para a vila de Rio Grande por volta de 1752.

A família Silveira já foi estudada por Rachel Marques em sua dissertação de mestrado (2011), onde a autora segue os passos do grupo pelo Continente, na tentativa de identificar suas estratégias sociais através dos laços criados pelo compadrio e pelo matrimônio, além de estudar suas práticas nominativas. Em seu estudo, Marques pôde identificar uma estratégia consistente do grupo em reforçar seus laços familiares através de práticas de compadrio endógeno, entre outros expedientes que permitiram a essa família consolidar por um longo período sua posição dentro a elite econômica da

província. A nós, interessa particularmente a passagem de alguns membros desse grupo pela freguesia de Viamão durante os anos da guerra luso-espanhola, a fim de observarmos a (extensa) rede de compadrio que vieram a formar nesta localidade.

Conforme aponta Marques (2011, p. 34-49), este grupo familiar migrou do Faial para a vila de Rio Grande no início dos anos de 1750. Vieram, além do casal Antônio Mendonça e Isabel da Silveira, pelo menos cinco filhas do casal, Maria Antônia, Ana Inácia, Mariana Eufrásia, Isabel Francisca e Joana Margarida. À partida, lembra Marques, a família Silveira engajou-se em uma exitosa campanha de casamentos, que permitiu às cinco moças obterem matrimônios muito vantajosos, junto a homens importantes da região.

Nos quinze anos que se seguiram a chegada da família ao Continente, todas as cinco irmãs se casaram com homens proeminentes nessa sociedade, homens que acumulavam as características de serem detentores de terras, comerciantes, possuidores de patentes militares e cargos na administração régia. (MARQUES, 2011, p. 36)

Os cinco genros da família Silveira ocuparam cargos administrativos e tiveram patentes militares. Exerceram cargos da administração tanto quando estavam em Rio Grande como após, já em Viamão. Também se destacaram como comerciantes, desenvolvendo alguns de seus negócios em sociedade. A maioria deles aparece citada com destaque nos registros analisados, colecionando afilhados e compadres. Eram eles Mateus Inácio da Silveira, que foi capitão de ordenanças e também juiz ordinário da Câmara em Viamão por duas vezes; Manuel Fernandes Vieira, que exerceu em Rio Grande os cargos de Tabelião e Escrivão de Órfãos, Também foi oficial da Câmara e, mais tarde, em Viamão, ocupou os cargos de Juiz Ordinário e vereador. Alcançou também a patente de Capitão de Ordenanças e exerceu comércio, além de atuar como arrematante de contratos régios e manter sociedade com comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Tanto Kuhn (2006) como Marques (2011) chamam atenção para o fato deste ter constituído grande plantel de cativos e ser o proprietário da casa mais cara de Viamão na década de 1770, avaliada em 1 conto de réis. Francisco Pires Casado foi Capitão e Sargento-Mor de Ordenanças, além de vereador e proprietário de terras, gado e escravos em Viamão; Manuel Bento da Rocha foi Capitão de Ordenanças, Capitão-Mor da Vila de Rio Grande e Capitão-Mor de Ordenanças do Continente do Rio Grande de São Pedro. Também foi proprietário de uma sesmaria, além de exercer o cargo de

vereador e de contratador do açougue de Viamão; finalmente, Antônio Moreira da Cruz foi estancieiro, vereador e arrematador de contratos de dízimos junto a seus cunhados (MARQUES, 2011, p. 71-72).

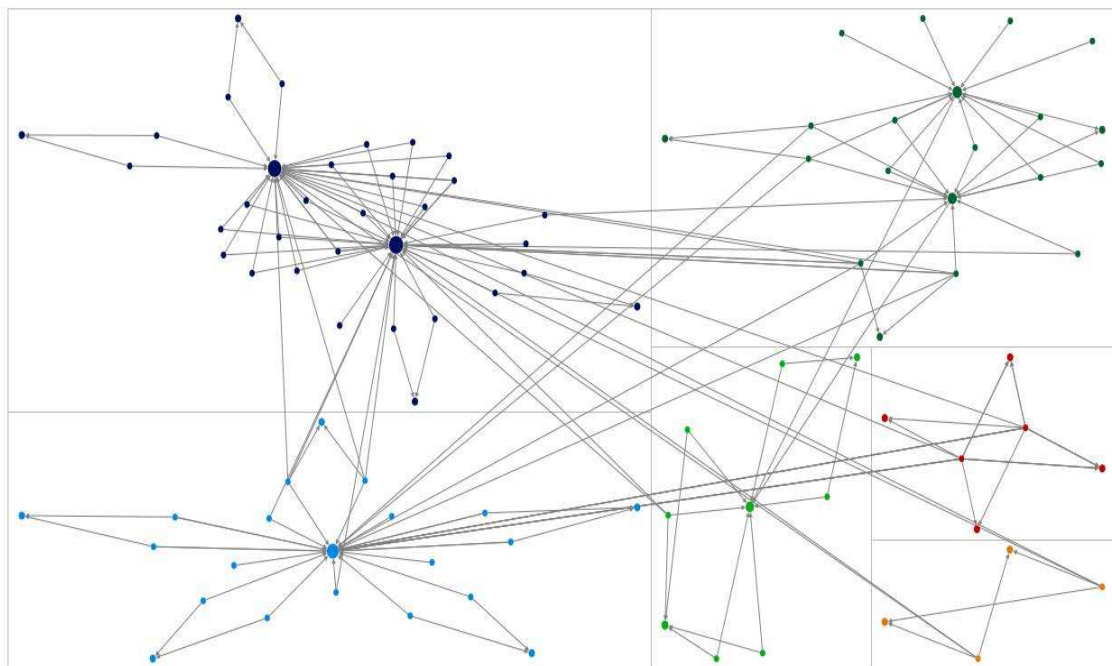
Não resta dúvida de que esse grupo era detentor de grande poder e notoriedade na sociedade em que viviam. Mas seria injusto pensar que o foram apenas pelos homens da família. Nos registros da época, as mulheres desta família ostentavam o epíteto de Dona, que como já dissemos era um distintivo social costumeiro nesta sociedade. Marques informa que, para o caso das filhas, essa designação já aparecia nas fontes, mesmo antes de seus casamentos; portanto, podemos afirmar que essas uniões se deram dentro de um estrato social comum. A pesquisa de Raquel Marques concorda com as informações que encontramos nas genealogias pesquisadas, e dão conta de que a mãe dessas moças - Isabel da Silveira - era provavelmente originária da nobreza insular e descendente de famílias nobres flamengas, remontando sua árvore familiar ao notório Wilhelm Van der Haegen, um dos primeiros colonizadores dos Açores. Nota-se, inclusive, a opção das mulheres da família em adotar um padrão de nomenclatura matrilinear, indicando que o sobrenome Silveira deveria gozar de maior prestígio naquela sociedade (MARQUES, 2011). Vale notar que pelo menos um dos genros dessa família compartilhava dessa ascendência. Através da reconstituição da árvore familiar de Francisco Pires Casado, conseguimos identificar que o mesmo descendia do mesmo nobre por linha paterna. Informação semelhante é encontrada sobre Mateus Inácio da Silveira, mas sobre este não encontramos documentos que confirmassem tal afirmação.

Nota-se, portanto, que este grupo formado por homens e mulheres de boas famílias, possuidores de capital econômico e relacional privilegiados, cumpria vários dos requisitos de diferenciação social valorizados em sociedades de Antigo Regime. Não apenas eram abastados proprietários, comerciantes e escravistas, como também estavam envolvidos no governo da *Res publica* e possuíam o sangue de famílias nobres e antigas. Esses fatores certamente contribuem para explicar a atuação social destes indivíduos no período entre 1764, quando aparece a primeira menção a Manuel Bento da Rocha nos registros de Viamão, a 1769. Em apenas cinco anos, esse grupo assumiria a liderança no número de afilhados e compadres na freguesia. E também se consolidaria como a elite política e econômica local, rivalizando diretamente com as famílias precursoras lagunenses.



Outro personagem importante do grupo rio-grandino, que também se transferiu para Viamão e é citado com frequência nos registros de batismo, é o capitão Inácio Osório Vieira. De naturalidade portuguesa, Inácio era um homem de origem nobre que parece ter migrado para o Brasil por encontrar-se em situação econômica em seu país de origem. Porém, sua origem possibilitou que tivesse acesso a nomeações em cargos administrativos e militares no Brasil, exercendo funções no Rio de Janeiro e em Santa Catarina antes de vir para Rio Grande. Já na vila sulista, ele desempenhou as funções de Tabelião da Câmara, Juiz de Órfãos e Capitão de Ordenanças, sendo ainda nomeado para o cargo de Provedor Real da Fazenda quando já se encontrava em Viamão. Vieira também é citado nos registros de batismo da família Silveira, mas, mais que isso, é um dos nomes mais citados nos registros de Viamão.

Lembremos da fala de Michel Bertrand, quando aponta que, na verdade, ao historiador alcança a reconstituição de fragmentos de rede, um excerto de um todo que lhe possibilita observar mais atentamente para as relações estabelecidas e, a partir disso, lançar um olhar na tentativa de compreender qual o significado dessas relações. Assim, o que buscamos aqui é apresentar um recorte que seja representativo dos relacionamentos constituídos por esse grupo, e a partir daí tentar compreender como essa rede contribuía para suas estratégias de reprodução no interior daquela sociedade. Vejamos, então, como se constituiu essa rede:



Considerando a presença de vários casais e suas redes nesta representação, utilizamos o recurso de dividir a rede em grupos (*clusters*), de modo a permitir a visualização das redes familiares e dos grupos mais integrados dentre o conjunto de relacionamentos. Na SNA, um *cluster* define um grupo de nós (pessoas ou organizações) que mantêm ligações mais próximas e frequentes. Desta forma, podemos dizer que cada grupo presente nessa rede, representado por nós de cores e formatos diferentes, retrata um casal e o grupo que orbitava ao seu redor. Note-se, porém, que esta representação não engessa cada família ‘no seu quadrado’: na verdade, um agente que mantinha mais vínculos (de compadrio, no caso) com pessoas de fora de seu círculo íntimo terá maior destaque na representação visual, bem como nos índices de centralidade que serão apresentados a seguir.

A representação dessa rede de segmentada em grupos serve para nos ajudar a identificar os agentes mais destacados. Destacam-se, notadamente, os casais Manoel e Isabel Francisca (acima, à esquerda) e Francisco e Mariana Eufrásia (acima, à direita), além do Provedor Inácio Osório Vieira (abaixo, à esquerda). O primeiro casal concentra 41 vínculos, enquanto o Provedor Real da Fazenda acumulou 21 compadres. Outros agentes, como Antônio Moreira da Cruz, também concentram vários vínculos. Esse padrão, aliás, já foi demonstrado por outros pesquisadores, que apontam o destaque destes agentes como padrinhos preferenciais também nas localidades de Rio Grande e Pelotas, notadamente nos trabalhos de Kuhn (2006), Arpini (2009) e Marques (2011).

Mas para entender as configurações dessa rede precisamos olhar para os demais agentes que dela participavam. A primeira característica que nos chama atenção é o recorte social estabelecido nas escolhas da família Silveira. Apenas filhos de casais livres foram batizados pelas irmãs e seus maridos. Para o casal Antônio e Joana, bem como para Francisco e Mariana, temos preferencialmente compadres oriundos de Portugal continental ou das Ilhas. Em nenhum desses registros, contudo, esses casais (açorianos, no caso) são mencionados como “Casais d’El Rei”, distintivo comumente utilizado para designar as famílias trazidas para o Continente por ocasião do Edital de 1747<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Registro do edital que Sua Majestade mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e casais, e todos os mais que se quisessem alistar para povoadores deste estabelecimento

Vale dizer que, apesar de compartilharem uma origem semelhante, essas pessoas não necessariamente participavam do mesmo estrato social. Na verdade, a única referência que os registros mencionam a respeito do status desses compadres é a patente de Alferes de Manuel Barbosa de Menezes, que teve uma filha apadrinhada pelo casal Francisco e Mariana Eufrásia. Ao consultar outras fontes e trabalhos sobre o período, pudemos identificar outros proprietários da região que contraíram laços de compadrio com a família, tais como José Fernandes Petim e Claudio Guterres. Além destes, destaca-se o nome do governador José Custódio de Sá e Faria, que apadrinhou um dos filhos do casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira em 1765.

Por outro lado, o casal Francisco Machado e Francisca Xavier é mencionado como “*moradores na chácara de Manuel Bento da Rocha*”, o que indica que estes deveriam ser agregados e trabalhadores desta propriedade<sup>16</sup>, tendo se tornado compadres de Antônio Moreira da Cruz e sua esposa Joana Margarida. Nota-se, portanto, que as escolhas desses casais mantêm estratégias de relacionamento horizontal e vertical, contudo restritas a uma população livre.

Para o casal Manoel e Isabel Francisca essa dinâmica se repete, com o acréscimo de compadres originários de famílias cariocas e vicentinas. Nota-se, também, que este casal concentrou um número muito maior de relações, inserindo-se no grupo de campeões de batismo da freguesia. Podemos notar na representação gráfica da rede este atributo, demonstrado pela extensa e bem conectada rede pessoal (*egonet*) destes dois agentes, que aparecem conectados com todos os outros grupos da rede. Por outro lado, notamos que os compadrios endógenos na família, embora ocorram, não se destacam no conjunto das relações estabelecidas. Marques (2011) havia notado essa tendência nos registros envolvendo a família Silveira das localidades de Rio Grande e Pelotas; para Viamão, esse expediente se limita a três ocorrências, do total de 10 filhos batizados pelas irmãs na freguesia.

---

e Santa Catarina. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1877, t. 40, I, p. 217.

<sup>16</sup> Infelizmente não tivemos acesso aos Róis da década de 1760 para verificar essa informação.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

	Degree	InDegree	OutDegree	Betweenness Centrality	Closeness Centrality	Eigenvector Centrality
Ana Inácia da Silveira	6	0	6	462,882	0,004	0,018
Antônio Moreira da Cruz	8	8	0	1333,500	0,004	0,005
Francisco Pires Casado	14	12	2	1031,433	0,003	0,003
Inácio Osorio Vieira	21	21	0	3062,828	0,004	0,013
Isabel Francisca da Silveira	29	29	0	2708,731	0,005	0,034
Joana Margarida da Silveira	4	4	0	147,000	0,003	0,002
Manoel Bento da Rocha	33	33	0	3026,253	0,005	0,037
Manoel Fernandes Vieira	6	0	6	462,882	0,004	0,018
Maria Antônia da Silveira	4	0	4	190,974	0,004	0,025
Mariana Eufrásia da Silveira	14	12	2	1373,021	0,004	0,008
Mateus Inácio da Silveira	4	0	4	190,974	0,004	0,025

Tabela 3: Métricas da rede do grupo rio-grandino.

Fonte: Livros 1 e 2 de batismos de Viamão.

Analisando as métricas produzidas para essa rede, podemos perceber que o casal Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira ocupou, de forma consistente, a condição de padrinhos preferenciais entre a população da freguesia durante o período de 1764 a 1769, apresentando os maiores índices não apenas dentro de sua rede familiar, mas para toda a freguesia. No conjunto dos registros estudados, os únicos moradores que apresentam métricas semelhantes são o casal Dionísio Rodrigues Mendes e Beatriz Barbosa Rangel, mas apenas se considerarmos o conjunto de suas relações de

compadrio nos dois livros analisados. Por outro lado, se ponderamos apenas o período em os Silveira se encontravam em Viamão, o primeiro casal assume uma liderança imbatível, o que também explica o destaque em todas as outras métricas apresentadas pelos dois.

Por outro lado, se os membros deste grupo desenvolveram uma rede consistente de relações envolvendo seu grupo familiar ampliado, autoridades locais e colonos ilhéus, chama atenção o fato de terem optado por não criar vínculos com membros da elite preexistente na freguesia. Na verdade, à exceção de dois registros as irmãs Isabel e Mariana batizam dois dos netos de Jerônimo de Ornellas, não identificamos outro indício de aproximação entre os rio-grandinos e as famílias lagunenses e paulistas que já estavam estabelecidas na freguesia antes de 1763. Isso, em parte, pode estar relacionado aos interesses políticos e econômicos destes grupos, que inclusive viriam a disputar as vagas da Câmara, por ocasião de sua instalação no Arraial a partir de 1765 (KUHN, 2006, p. 315-318).

Outro agente que se destaca nessa rede é o capitão Inácio Osório Vieira, que além de apadrinhar dois filhos do casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira, também forjou relações com outras famílias principais da região, batizando dois filhos de Domingos de Lima Veiga e um neto de Jerônimo de Ornellas de Menezes, por exemplo. Mas o futuro provedor parece ter sido mais eclético em suas relações, apadrinhando dois filhos do casal de pardos forros Antônio Xavier Cavalcante e Ana Velosa, e de uma preta, também forra, Teresa de Jesus.

Embora o registro aonde aparece o nome do capitão não indique os nomes dos avós dessas crianças, ou dos antigos proprietários de seus pais, encontramos essa informação em outros registros onde o casal de pardos é mencionado. Nos registros B-147 e B-251, de 1764 e 1766, respectivamente, não apenas constam a naturalidade e ascendência do casal, como são omitidas quaisquer menções à condição social de pardos ou forros. Já no registro de 1768 essa condição é informada expressamente, e volta a ser omitida em 1769. Terá havido um erro em algum dos registros?

Em primeiro lugar, importa definir se estamos falando das mesmas pessoas, pois casos de homônimos eram comuns nesses registros. Isso pode ser afirmado para os dois primeiros casos, onde os registros são mais completos, e se torna menos claro para os

dois últimos. Os prenomes e sobrenomes do casal, entretanto, são sempre os mesmos. Acrescente-se a isso o fato de que nos dois primeiros batismos essas pessoas também firmaram relações com personagens distintos daquela comunidade, no caso o capitão José Antônio de Vasconcelos, em 1764, e o coronel de dragões José Casemiro Roncalho e 'dona' Isabel Felícia Pereira da Silva, em 1766. No registro de 1768, além de Inácio Osório é mencionado também como padrinho o próprio vigário Baltazar Custódio dos Reis.

Nos registros, Antônio é mencionado como sendo natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, nas Minas Gerais, e Ana aparece como natural da vila do Rio Grande. Se somarmos a isso o fato de que o casal não é mencionado nos róis da década de 1750, tampouco no primeiro livro de batismos, pode-se supor que tenham sido parte da leva oriunda de Rio Grande após a invasão. Outro elemento a ser considerado é o fato de estes registros terem sido realizados por párocos diferentes, o que comumente implicava em diferenças sensíveis no detalhamento do assento. Para os dois primeiros casos, os registros foram realizados pelo padre José Antônio Borges e Castro, enquanto o terceiro batismo fora sacramentado por um tal 'frei Francisco' (sendo o assento provavelmente lançado depois), e o último (que possui menos detalhes) foi registrado pelo padre José Antônio de Mattos.

Acreditamos tratarem-se das mesmas pessoas, considerando as informações encontradas nas fontes. Mas, então, porque sua condição social nos registros muda? E o que justifica sua rede de compadres tão distintos? Bem, se considerarmos a informação do único registro que menciona a condição de 'pardos' e 'forros' como fidedigna, podemos estar diante de um excelente exemplo das práticas de hierarquização costumeiras que organizavam a sociedade colonial. Isso porque, embora de forma limitada, essas práticas também ordenavam mecanismos que possibilitavam *certa mobilidade* no corpo de uma sociedade rígida e estratificada.

Considerando os registros de 1764 e 1766, podemos dizer que a condição de libertos do casal Antônio e Ana já deveria ser uma realidade quando estes eram (possivelmente) moradores de Rio Grande. Talvez o pardo Antônio já gozasse desta condição quando (também possivelmente) migrou das Minas Gerais em busca de novas oportunidades no sul. Essa ideia é reforçada pelo uso do sobrenome 'Xavier Cavalcante'. Não encontramos nenhuma outra família Cavalcante nos registros de

batismo de Viamão, de quem o dito Antônio pudesse ter herdado o nome, tampouco nos róis. Mas sabemos que a própria prática da adoção de sobrenomes de famílias portuguesas era uma das formas de diferenciação que alcançava às populações escrava e forra nessa sociedade.

Por outro lado, os compadres desse casal, desde o primeiro registro localizado, indicam uma posição social que já lhes dava acesso a relações privilegiadas. Isso também reforça a ideia de que a condição de liberdade não devia ser recente. Ou, talvez, poderíamos pensar que estes já vinham construindo uma rede diferenciada desde o cativeiro. Seja como for, ao firmarem relações com homens detentores de patentes e elevada condição social, este casal se colocava sob a proteção destes notáveis compadres, mas ao mesmo tempo auferia certa distinção no seio daquela sociedade. O que poderia servir de explicação para o ‘apagamento’ de sua condição social nos registros de batismo.

A participação desses agentes na rede do capitão e futuro provedor Inácio Vieira é um indício significativo de como as camadas subalternas desta sociedade estavam envolvidas nas estratégias de reprodução social dos membros da elite, se beneficiando disto ao mesmo tempo. Voltamos, assim, a análise das relações do capitão Inácio Osório Vieira. O exercício teórico que acabamos de produzir indica que, ao construir relações verticais e horizontais naquela sociedade, o capitão não apenas se legitimava socialmente, mas contribuía também para a legitimação de outros, em um exercício constante de diferenciação e hierarquização onde ele e outros notáveis ocupavam o cimo de uma estrutura organizada pelas práticas do Antigo Regime. Isso é refletido nas métricas que apresentamos pelos índices alcançados pelo capitão. Apesar de não ser o agente que apresenta o maior número de relações (teve 16 afilhados e 21 compadres), ele é quem possui a maior *Betweneess* da rede. Isso nos diz que Inácio era um intermediário importante naquele grupo, afinal, através dele seus compadres forros poderiam, quem sabe, ter acesso aos poderosos membros da família Silveira; que, por sua vez, eram compadres do governador da capitania<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Essa relação de compadrio com Inácio Vieira e Custódio de Sá e Faria era compartilhada pelo casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira.

Essas teias superpostas iam, assim, cimentando a estratificação social daquela sociedade, ao ligarem escravos, forros e senhores em uma estrutura complexa que se legitimava e se retroalimentava a partir do exercício coletivo de diferenciação levado a cabo por cada um e pelo conjunto desses agentes.

### **Considerações finais**

Neste trabalho buscamos produzir um breve ensaio, utilizando as ferramentas fornecidas pela Análise de Redes Sociais para examinar algumas das características das redes de apadrinhamento formada por famílias viamonenses no século XVIII, com o objetivo de tecer algumas considerações iniciais a respeito da forma como a instituição do compadrio era utilizada por estas. Considerando o referencial adotado e nossos resultados preliminares, as relações identificadas sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia social dessas famílias. As redes apresentadas permitem identificar um conjunto de alianças verticais e horizontais, onde temos, por um lado, ligações entre famílias abastadas, que se ligavam através do parentesco ritual ao batizar os filhos uns dos outros, enquanto a associação com outras camadas sociais indica a utilização do compadrio também para o fortalecimento das relações verticais destas famílias com estratos subalternos dessa sociedade, que lhe serviam de base social e política.

A imagem que nos vem à mente a partir do estudo dessas relações é a de teias superpostas no tempo e no espaço, integrando personagens de diferentes estratos sociais em intrincadas redes de proteção, favorecimento e reciprocidade. Assim, ao analisar as redes formadas através da instituição do compadrio por proprietários, comerciantes e outros potentados da terra, o que percebemos foi uma presença regular de indivíduos provenientes dos estratos econômicos inferiores daquela sociedade, surgindo como compadres-clientes que oferecem seus rebentos como afilhados e personificam as normas de hierarquia e equidade que atravessavam àquela sociedade. Assim, conforme Fragoso (2010) e outros autores já demonstraram, surgem as figuras dos senhores ‘compadres de pretos’, de colonos, de padres, de governadores, de outros senhores; o esqueleto semirrígido daquela sociedade se vê transpassado por linhas imaginárias que, ao mesmo tempo, conectam os diversos pontos da rede e mantêm cada um em seu lugar.



A inclusão de estratos subalternos nas redes das famílias de elite respondia a uma lógica de legitimação de uma estratificação costumeira, que formatava uma sociedade hierarquizada a partir de uma concepção de equidade social, ou seja, uma concepção que previa que a cada indivíduo nessa sociedade cumpria um lugar natural. Dessa forma, a construção de relações verticais respondia a uma necessidade de ordenamento social que permitia ao senhor criar uma base clientelar que lhe serviria de sustentação social e econômica, mas ao mesmo tempo também o obrigava a fornecer proteção ao seu cliente. Lembrando o que nos diz Hespanha, a prática do dom implicava também na expectativa de retribuição. Desta forma, se evidencia que o interesse dessas camadas subalternas em procurar padrinhos abastados estava ligado às benesses que disso poderiam auferir.

Claro que, dentro deste universo, atuava a questão da escolha - escolha limitada e regulada pela mesma lógica predita de hierarquização e diferenciação social. E as escolhas realizadas pela família Silveira respondiam, certamente, a uma estratégia mais ampla de reprodução enquanto grupo. Assim, podemos pensar que dentre as razões que contribuíram para diferenciar sua rede das demais estão as características próprias que diferenciavam o seu grupo familiar, dentre as quais figuravam uma origem mais homogênea e uma atuação mais voltada para a atividade mercantil, além de um capital econômico e relacional bastante superior às demais famílias de Viamão.

Compreender que os membros da família Silveira consideravam a si mesmos enquanto indivíduos diferenciados, pertencentes a um substrato social e economicamente superior - ou mais qualificado, para pensar em termos da época - nos permite conjecturar como essa autopercepção contribuiu para suas escolhas relacionais, ao compartilhar vínculos exclusivamente com pessoas livres, ou optar por não firmar laços com a elite local preexistente. Da mesma forma, os interesses econômicos e políticos do grupo podem ter contribuído para que optassem por se relacionar com certas famílias, enquanto outras foram excluídas de seu círculo.

Percebemos, portanto, que dentro dessa sociedade organizada por preceitos do Antigo Regime, os expedientes mobilizados por cada grupo poderiam variar de acordo com os interesses, trajetórias e compromissos de cada um, mas eram em geral presididos por uma lógica que organizava a vida social, qual seja, uma lógica equitativa.

Cabe ressaltar que estas primeiras considerações apresentam limitações evidentes, seja por sua brevidade, seja pelo recorte limitado, ou ainda pela fase inicial em que o trabalho se encontra. Ainda assim, entendemos que este breve ensaio nos permitiu apontar que os métodos formais derivados da análise de redes podem ser proveitosamente aplicados a corpos selecionados de registros históricos, oferecendo ao pesquisador novas possibilidades de análise e crítica de suas fontes. Esperamos, com a continuidade da pesquisa em curso e a extensão das análises a outras camadas sociais envolvidas, poder contribuir para o aprofundamento deste debate.

## Referências

ARPINI, Paula D. *Do provedor à rede de sociabilidade: trajetória de Inácio Osório Vieira (1760-1798)*. Porto Alegre: UFRGS, Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação). 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/52077>>. Acesso em 09/04/2018.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Escuela de Historia*. Rosário, ano 4, n. 6, p. 47-80, 2012. Disponível em: <<http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/94/94>>. Acesso em 09/04/2018.

BLANCO, Márcio M. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758). *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/blanco%20marcio%20munhoz.pdf>>. Acesso em 09/04/2018.

BRUGGER, Silvia M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.

FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da Análise de Rede Social nas sociedades de Antigo Regime. *Revista de Teoria da História*, v. 10, n. 2, p. 221-240, 2013. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29094/16186>>. Acesso em 09/04/2018.

FRAGOSO, João. A Economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XVI e XVII). *Dimensões*, Vitória: UFES, v. 13, p. 14-27, 2001. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2373/1869>>. Acesso em 09/04/2018.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João, e GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 244-294.

GIL, Tiago L. O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social. *I Colóquio do LAHES: Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social*, Juiz de Fora. 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a66.pdf>>. Acesso em 09/04/2018.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HESPANHA, Antônio M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v.16, n.21, p. 121-143, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09>>. Acesso em 09/04/2018.

JACOBUS, André Luiz. *Resgate Arqueológico e Histórico do Registro de Viamão* (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS). Porto Alegre: PUCRS, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 1996.

KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006\\_KUHN\\_Fabio-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf)>. Acesso em 09/04/2018.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 51-86.

MARQUES, Rachel dos S. *Por cima da carne seca: Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*. Curitiba: UFPR, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 2011. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/Rachel.pdf>>. Acesso em 09/04/2018.

PANDOLFI, Fernanda C. ; BUENO, Newton P. Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho*. Juiz de Fora: UFMG, 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401385226\\_ARQUIVO\\_anpuhpa\\_per29-05corrigido.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401385226_ARQUIVO_anpuhpa_per29-05corrigido.pdf)>. Acesso em 06/04/2018.

PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de Historia da America*, Madrid: UC, v. 34, p. 15-42. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0808110015A/28432>>. Acesso em 06/04/2018

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808*. Editora Objetiva, 2000. Verbete: Compadrio, p. 126-127.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

**Antônio Lopes da Costa, homem de negócios: uma trajetória  
no mundo mercantil em busca da ascensão social  
(Rio de Janeiro, 1732-1773)**

Alana Thais Basso\*

Antônio Lopes da Costa saiu de Portugal para o Brasil quando tinha entre 14 e 15 anos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, recebeu ajuda de seus irmãos que já estavam estabelecidos na cidade, Manuel Lopes da Costa e João Lopes da Costa e que o iniciaram no mundo dos negócios (OLIVEIRA, 2014, p. 275). De acordo com Donovan (1990, p. 285), no século XVIII, a maioria dos comerciantes do Rio de Janeiro tinha origem portuguesa e chegava ao Brasil ainda criança ou adolescente, contando com auxílio de familiares para adentrarem o mundo mercantil; quando conseguiam se alçar como homens de negócios, geralmente já se encontravam há alguns anos nas terras além-mar. O personagem desse trabalho, Costa, tem uma trajetória de ascensão no mundo mercantil, a partir dos negócios que realizava em diversas localidades, da obtenção de cargos na administração colonial, na arrematação de contratos que garantiam grandes lucros e, também, a partir de seu casamento e das diversas alianças comerciais e de amizade que construiu, até o momento de sua morte em 1773<sup>18</sup>.

Nosso objetivo, aqui, é observar as estratégias de ascensão social de homens de negócio no século XVIII a partir da trajetória de Antônio Lopes da Costa. Esse indivíduo faz parte de um grupo de 29 agentes mercantis que estudamos em outras ocasiões, e que foram reunidos por contrabandearmos escravos para a Colônia do Sacramento<sup>19</sup>. Optamos por analisar, nesse momento, a trajetória de um desses

---

\* Mestranda em História, PPGH/UFRGS.

<sup>18</sup> Por volta de 1773, sua esposa, Francisca Antunes Maciel da Costa, aparece na documentação solicitando a tutela dos filhos menores e dos bens devido ao falecimento de Antônio Lopes da Costa (AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 95, D. 8252).

<sup>19</sup> A pesquisa desse grupo se iniciou na graduação, quando delimitamos 29 agentes mercantis que aparecem nos óbitos de escravos da Colônia do Sacramento como moradores do Rio de Janeiro e consignatários ou proprietários dos escravos que lá faleciam. Os registros encontram-se no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ), sob as notações 724, 727 e 732. (ACMRJ. Colônia do Sacramento. Livro 2º de óbitos de livres e escravos (1735-1747), fl. 91-137v; livro 6º de óbitos de negros,

negociantes, escolhido entre o grupo por se tratar de um dos maiores arrematadores de contratos reais e um dos mais importantes homens de negócio da praça fluminense no século XVIII.

A trajetória de Antônio Lopes da Costa é estudada a partir de uma perspectiva micro-histórica: a escala de análise foi reduzida a um único indivíduo e um universo de aproximadamente 200 comerciantes que atuavam na praça do Rio de Janeiro entre os anos de 1753 a 1766, conforme dados levantados por Cavalcanti (2005, p. 67-72). Estudar sua trajetória nos ajuda a verificar a diversidade de opções disponíveis a esse indivíduo, as relações pessoais e comerciais que formou e os espaços em que atuou; além disso, a partir de suas experiências, podemos refletir sobre as estratégias que eram comuns a outros homens de negócio que buscavam a ascensão social. Nesse sentido, a redução da escala de observação de um grupo da elite mercantil permitiu “compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade” (HEINZ, 2006, p. 8). Acompanhar as oportunidades e as escolhas de Costa ilustra algumas das possibilidades de ação dos negociantes de forma geral: por vezes, seu comportamento se assemelha com o comportamento geral encontrado para homens de negócio e, por vezes, difere do que se costuma perceber entre agentes mercantis. Antônio Lopes da Costa não pode ser entendido como um modelo exemplar e, tampouco, como uma exceção: assim como outros homens de negócio, ele se movimentava na sociedade em que vivia de acordo com as possibilidades a ele existentes.

A redução na escala de observação do objeto histórico, então, tem por objetivo demonstrar as escolhas feitas por Costa dentro de um campo de possibilidades a ele disponível. De acordo com Gilberto Velho (1999), o conceito de campo de possibilidades se relaciona ao de projeto – que é um comportamento racional, organizado, voltado a um fim determinado. O espaço em que os projetos são planejados e implementados se chama *campo de possibilidades*, ou seja, é a dimensão sociocultural presente na vida de determinado indivíduo ou grupos históricos, o local em que a ação

---

índios, mulatos e cativos (1747-1774), fl. 1-54v). A partir disso foi feito o trabalho de conclusão de curso, em que buscamos estudar as estratégias de ascensão social desse grupo de comerciantes, e que originou este artigo (cf. BASSO, Alana Thais. “*Das couzas mais vitais ao bem commum*”: estratégias de ascensão social dos homens de negócio fluminenses (1732-1773). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), UFRGS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/156948>).

social é operada. Ambos os conceitos “podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico” (VELHO, 1999, p. 40), rompendo com a lógica de que há pouca ou nenhuma oportunidade de escolha nas ações dos seres humanos. Nessa perspectiva, as trajetórias ganham sentido quando percebemos os projetos delineados; a viabilidade desses projetos, contudo, depende “do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 1999, p. 47). Assim, podemos afirmar que os homens de negócio do século XVIII, como Antônio Lopes da Costa, realizavam seus projetos – entre os quais se encontravam o enriquecimento mercantil e a ascensão social – dentro de um campo de possibilidades a eles disponível – o mundo mercantil e o que ele poderia proporcionar. Por isso, a redução de escala faz sentido, sendo “uma intenção deliberada de visar a um objeto e indica[r] o campo de referência no qual o objeto é pensado” (LEPETIT, 1998, p. 94). Sua trajetória, assim, ilustra algumas das várias formas de ascensão econômica e social no Rio de Janeiro do século XVIII.

Antônio Lopes da Costa pertencia à elite mercantil da sociedade fluminense do setecentos: era um homem de negócios, ou seja, participava do comércio de longas distâncias. Conforme definição encontrada no *Compromisso da Mesa do Bem Comum do Rio de Janeiro*, o termo *homem de negócios* significa “comerciar do mar em fora”<sup>20</sup>, o que significava tomar parte em negócios que envolviam localidades outras que a de sua residência, geralmente no além-mar – negócios de alto risco por envolverem grandes distâncias, mas que proporcionavam lucros significativos. Esses indivíduos tornaram-se a elite mercantil devido ao poder econômico que possuíam, advindo do comércio de longas distâncias, e também por causa das estratégias familiares que utilizavam e das alianças políticas que formavam. Eram uma comunidade, pois se reconheciam como homens de negócio, se viam como pertencentes a esse grupo e, sobretudo, tinham um discurso coeso, produzido para apoiar a “proeminência política e econômica experimentada pelos negociantes” (SAMPAIO, 2007, p. 261), especialmente quando buscavam se diferenciar da nobreza da terra ou quando negociavam com a Coroa.

A nobreza da terra, por sua vez, era a elite local proprietária de terras e que possuía o poder político. Constituiu-se nos primeiros anos da colonização portuguesa, tendo sua fortuna e status adquiridos através de mecanismos de Antigo Regime: a

---

<sup>20</sup> Extraído do *Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro* (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 79, D. 18331).

conquista de terras e a escravização de seres humanos e a participação na administração local, obtida através de mercês dadas pela Coroa como recompensa pela prestação de serviços. Sua riqueza, originada de negócios bandeirantes de apresamento de indígenas e do tráfico negreiro e, também, das mercês obtidas, era usada para investimentos em engenhos e para a reprodução de seu modo de vida. Todavia, as atividades que realizavam iam além da *plantation* escravista: tomavam parte na agricultura de subsistência e tinham formas incipientes de comércio (FRAGOSO, 2001, p. 38-43). A elite social do século XVIII não era avessa ao comércio; o que a diferenciava, contudo, dos comerciantes, era o status demarcado que possuía de conquistadora de terras e cargos públicos – o que se tornaria um objetivo a ser alcançado para vários homens de negócio fluminenses.

O comércio de longa distância era cobiçado por proporcionar um considerável acúmulo de capital; contudo, envolver-se com ele não era simples, pois os investimentos necessários para vencer as longas distâncias eram consideráveis. Por isso, os homens de negócio precisavam estabelecer “contatos com indivíduos capazes de atuar como agentes nas diversas praças com as quais mantinham relações mercantis”, formando sociedades ou atuando através de procurações, o que significava que essas relações deveriam ser “contínuas e, portanto, de confiança entre os indivíduos que nele atuavam” (SAMPAIO, 2014, p. 189). Além disso, o sucesso de um homem de negócios advinha de sua capacidade de negociar cargos, mercês e contratos com a Coroa portuguesa, a fim de obterem a “legitimação social e a conquista de poder político” (SAMPAIO, 2010, p. 477) que necessitavam.

Os homens de negócio buscavam essa legitimação devido à mentalidade da sociedade em que viviam, uma sociedade de Antigo Regime, em que a vida de um nobre era o status social mais desejado. Nessa sociedade, as diferenças entre as pessoas eram demarcadas por noções de “estado” e “privilégio”. O estado se relaciona ao lugar ocupado na ordem das coisas, ou seja, ao ofício que o indivíduo empenha na sociedade – nobre, comerciante, senhor de engenho, sapateiro, escravo. O estado é traduzido por privilégio, ou seja, o direito particular que “era o meio pelo qual o príncipe afastava a regra geral, adaptando a norma às diferentes pessoas” (HESPANHA, 2010, p. 35). A Coroa era a responsável pela distribuição de privilégios conforme o estado da pessoa e as obras por ela realizadas em favor do reino, o que configura, de acordo com Levi

(2009), em uma espécie de “justiça distributiva” que garante a cada um o que lhe corresponde conforme seu status social.

Mesmo sendo uma sociedade fortemente estratificada, havia espaço para alguma mobilidade social – mobilidade difícil e não disponível para todos. Para organizar essa sociedade que a Coroa realizava esses “esforços classificatórios” de estados e privilégios, “esforços desprendidos justamente para definir de maneira estável condições sociais às quais se reconhecem privilégios específicos” (LEVI, 2009, p. 63). Por outro lado, a busca de títulos e privilégios por parte dos súditos da Coroa objetivava “o reconhecimento real de seu valor, de seus serviços e sacrifícios, e tais pedidos eram feitos e concedidos em um contexto altamente pessoal da relação vassalo-soberano” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 9). A participação em ordens religiosas e militares, por exemplo, era desejada pelos comerciantes que possuíam cabedal – eles elevavam seu status social através da “compra” de nobilitações. Mesmo que, durante o século XVIII, a importância do comércio e do capital mercantil tenha crescido consideravelmente, viver como um “nobre” ainda era o desejo de grande parte dos homens de negócio.

A reflexão teórica que guia esse estudo é a *micro-história*, uma prática historiográfica que busca redefinir conceitos através de uma análise mais aprofundada e realista do comportamento humano<sup>21</sup>. Com seu método, que de maneira geral consiste na redução da escala de observação do objeto, na análise microscópica e no estudo intensivo do documento (LEVI, 1992), a micro-história pretende evidenciar que alguns objetos de estudo requerem, para sua melhor compreensão, a escala micro. Com isso, ela visa demonstrar que a realidade é complexa e que, para entender o *todo*, é necessário estudar profundamente a *parte*. A redução da escala de observação ajuda a compreender com mais detalhes sociedade em que a distribuição de recursos era desigual, com possibilidades diferentes de ação para cada indivíduo. Nem todos os comerciantes setecentistas tinham acesso às mesmas oportunidades, e nem todos conseguiam os recursos necessários para atuarem no comércio de grosso trato e se tornarem, de fato, homens de negócio. A utilização de métodos micro-históricos, assim, busca auxiliar o trabalho de “construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio

---

<sup>21</sup> A micro-história não é uma escola historiográfica; é um conjunto de proposições formuladas por um grupo de historiadores na década de 1970, e nasceu como “uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos” (REVEL, 1998, p. 16).



de uma rede cerrada de relações” (REVEL, 1998, p. 25), o que torna necessário o afunilamento do campo de observação.

A partir do método onomástico, ferramenta importante em estudos micro-históricos, é possível acompanhar Antônio Lopes da Costa pelos diferentes contextos em que viveu. O método onomástico consiste no cruzamento nominativo em diversas fontes, realizado para que não se corra o risco de “perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (GINZBURG, 1989, p. 173). Isso porque a análise de documentos de forma isolada tende a reduzir a quantidade de informações que podem ser coletadas sobre o objeto de estudo. Se a investigação de um indivíduo ou grupo for circunscrita o suficiente, torna-se possível sobrepor séries documentais para que o objeto de pesquisa seja encontrado em diferentes contextos sociais – assim, o *nome* dos agentes serve, portanto, como o “fio condutor” pela documentação.

Conseguimos traçar a vida de Antônio Lopes da Costa a partir das informações encontradas sobre ele na bibliografia especializada e no uso de fontes administrativas: diversos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino para a localidade do Rio de Janeiro (AHU-RJ) e do inventário feito por Castro e Almeida para esta capitania (AHU-CA), que acessamos através do *Projeto Resgate*<sup>22</sup>; pela busca dos nomes dos agentes, foi possível encontrar informações sobre cargos ocupados, contratos arrematados, negócios mercantis e, mais raro, informações sobre suas famílias. A partir disso, conseguimos delinear a trajetória de Antônio Lopes da Costa, resumida no quadro abaixo:

**Quadro 1:** Trajetória de Antônio Lopes da Costa

1732-1735	Capitão de navio
1747	Cavaleiro da Ordem de Cristo
1747	Casamento com Dona Francisca

---

<sup>22</sup> O *Projeto Resgate* tem por objetivo disponibilizar documentos relacionados à história do Brasil existentes em vários arquivos, principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa. O projeto chegou às universidades públicas do país através de um conjunto de CD-ROMs com o conteúdo do arquivo digitalizado. Na pesquisa, foram utilizadas as coleções relativas à capitania do Rio de Janeiro (AHU-RJ e AHU-CA). Para maiores informações, acessar: [http://www.cmd.unb.br/resgate\\_index.php](http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php).

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

1747-1749	Concedido ofício de Porteiro e Guarda da Alfândega do Rio de Janeiro
1748-1756	Capitão de navio
1753	Membro da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro
1753	Assina representação dos Homens de Negócio do Rio de Janeiro
1756-1759	Constituição da fábrica de arroz
1756	Capitão de navio
1764	Instituiu sociedade para comerciar com Moçambique e Índia
1770	Sargento-Mor
1771	Arrematação de quatro contratos em sociedade
1773	Falecimento

(Fonte: adaptado dos dados apresentados neste artigo)

Antônio Lopes da Costa iniciou sua carreira mercantil como capitão de navio, viajando entre Rio de Janeiro e Lisboa, o que “reforçava ainda mais o leque informacional” de que dispunha como comerciante, facilitando a realização de empreendimentos de grosso trato (PESAVENTO, GUIMARÃES, 2013, p. 86). Ele foi capitão do navio Nossa Senhora do Carmo e Santa Teresa em três ocasiões: em 1732 e em 1733, em que pede permissão para tomar carga em Pernambuco antes de retornar ao Rio de Janeiro<sup>23</sup>; e, depois, em 1735, quando pede licença para tomar carga na Bahia ou em Pernambuco<sup>24</sup>. Costa também capitaneou a Nau Nossa Senhora do Carmo, São Domingos e São Francisco em três ocasiões no ano de 1756, transportando correspondências entre Lisboa e Rio de Janeiro<sup>25</sup>. Pelo menos desde 1748 que ele é

---

<sup>23</sup> Nas duas ocasiões, a permissão foi concedida (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 31, D. 7272-7273; AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 33, D. 7758-7759).

<sup>24</sup> Novamente, a licença lhe foi concedida (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 37, D. 8724-8725).

<sup>25</sup> Levava cartas de Lisboa para serem entregues ao governador do Rio de Janeiro (AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 50, D. 5033) e a outras figuras importantes da cidade, como ao chanceler (AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 50, D. 5031) e ao intendente geral do ouro (AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 50, D. 5030).

capitão da referida Nau, quando é citado na documentação analisada requerendo autorização para adquirir madeira de tapinhoã<sup>26</sup> para forrar a embarcação<sup>27</sup>.

O investimento na compra de embarcações de pequeno e grande porte era bastante comum entre os homens de negócio. Conforme Fragoso (1998, p. 235), a comunidade mercantil do Rio de Janeiro tinha a posse de embarcações, o que permitia a ela atuar de forma autônoma no comércio de longa distância ou, também, a alugar suas embarcações para terceiros. Além disso, um capitão de navio adquiria grande quantidade de experiências e informações sobre a vida mercantil. Antônio Lopes da Costa, que teve essa vivência por muitos anos, possivelmente aprendeu muito sobre os negócios de longas distâncias, o que possibilitou sua participação em outros empreendimentos de grosso trato que exigiam alguma experiência: foi procurador no Rio de Janeiro de diversos homens de negócio lisboetas, franceses, britânicos e alemães, além de ter se envolvido no comércio de tecidos com a Índia (PESAVENTO, GUIMARÃES, 2013, p. 86).

Muitos homens de negócio buscavam, também, realizar investimentos em negócios rurais, que utilizavam amplamente mão-de-obra escravizada. Esses investimentos reafirmavam “uma sociedade que tem por eixo uma estratificação baseada no prestígio social e onde as relações de poder assumem o papel de relações de produção” (FRAGOSO, 1998, p. 367), reiterando a própria estrutura da sociedade. Antônio Lopes da Costa, juntamente com seu sócio Antônio Marques Guimarães, solicitou licença para a montagem de uma fábrica de descascar arroz na região de São Cristóvão em 1756 (CAVALCANTI, 2004, p. 86), fábrica que apenas três anos depois foi assumida por outro comerciante. Além de ser uma manobra que garante prestígio perante uma sociedade fortemente hierarquizada e que prezava possessão de propriedades rurais, a aplicação de capital em empresas agrícolas tinha também objetivos mercantis, visto o crescimento do comércio do açúcar no século XVIII, o fato de que investimentos em terras e escravos eram aplicações seguras e, por fim, que esse tipo de negócio era mais uma opção de lucro para os negociantes. Muitos negociantes abandonavam as atividades mercantis após um período de acumulação de capitais para

---

<sup>26</sup> Tapinhoã é o nome popular dado a uma espécie de árvore nativa da costa brasileira; sua madeira, de alta qualidade, é utilizada primordialmente na construção de embarcações. Fonte: <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Mezilaurus%20navalium>. Acesso em 06/11/2016, 20h.

<sup>27</sup> O pedido pela madeira ocorre em 1748 (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 57, D. 13444) e, novamente, em 1751, onde consta que é necessário pedir permissão porque era proibido a particulares carregarem a madeira (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 65, D. 15244-15246).

adquirirem terras e se dedicarem a fazendas escravistas – buscando, então, uma vida semelhante à da nobreza da terra, o que acarretava na “transformação de segmentos do grupo mercantil em elementos da aristocracia fundiário-escravista” (FRAGOSO, 1998, p. 368).

O ano de 1747 foi agitado para Antônio Lopes da Costa: ele obteve o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, casou-se e também obteve o ofício de Porteiro e Guarda da Alfândega do Rio de Janeiro. Os três eventos, cada um a sua maneira, são interessantes para analisar as estratégias de Costa, ora buscando aproximar-se da nobreza na terra (os dois primeiros eventos) e ora buscando aproximar-se da comunidade mercantil (o último). Ele obteve o ofício de Porteiro e Guarda da Alfândega do Rio de Janeiro em 1747<sup>28</sup>, servindo por três anos. Cargos na Alfândega eram muito visados pela elite mercantil, “não somente por sua rentabilidade, mas também pelo seu caráter estratégico, pois estava ligado à atividade principal deles” (SAMPAIO, 2010, p. 465). Suas funções se relacionavam diretamente ao cotidiano dos comerciantes: lidar com mercadorias, moedas e outros agentes mercantis; por isso, ter um cargo na Alfândega facilitava o trato de negócios particulares e de acúmulo de conhecimentos sobre o mundo mercantil.

Costa ofereceu um donativo de dois contos e novecentos mil réis para obter o cargo, um valor bastante elevado – ou seja, ele investiu muito para conquistar seu espaço na Alfândega. O donativo para a provisão de ofícios nas colônias portuguesas foi instituído, conforme Gallo (2000), em 1741; era uma forma de a Coroa obter uma renda ampla e regular, renovável com o tempo<sup>29</sup>. Os interessados em determinado ofício em instituições locais deveriam apresentar uma oferta, o chamado donativo, que era então analisada pelo Conselho Ultramarino. Esse órgão arrematava o ofício ao indivíduo que oferecesse a maior quantia pelo tempo de três anos, desde que ele fosse *apto* ao serviço. *Aptidão*, nesse sentido, não dizia respeito apenas à competência profissional para o exercício de determinada função, mas também significava que o postulante vivesse em conformidade com critérios tradicionais de poder, honra, status e riqueza de uma sociedade de Antigo Regime (GALLO, 2000, p. 101).

---

<sup>28</sup> Em 1747, foi decretado pelo rei D. João V a serventia de Porteiro e Guarda da Alfândega do Rio de Janeiro para Antônio Lopes da Costa (AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 40, D. 4107).

<sup>29</sup> A arrematação de ofícios através da oferta de donativos não era a única manifestação de venalidade pública no Império português, mas foi singular por ser fundada em um conjunto preciso de leis e regulamentos e não apenas no costume (GALLO, 2000, p. 99).

A venalidade dos ofícios – venda de postos e cargos – não era admitida pela monarquia portuguesa; ela era maquiada na legislação como a “doação” de uma quantia para a obtenção de cargos, uma prestação de serviços que justificaria a mercê dada pela Coroa – o ofício – ao donatário, em uma típica lógica benéfica de Antigo Regime. Oferecer uma quantia para conquistar um posto, assim, não era visto e nem entendido como “uma verdadeira venda, pois o montante pago era uma mera doação, correspondendo ao dever de gratidão para com o rei que lhe concedera o ofício” (HESPANHA, 2001, p. 184-185). Nesse sentido, a propriedade de ofícios tornava-se disponível às elites econômicas locais, que muito se esforçavam para obtê-la – visto Antônio Lopes da Costa, que desembolsou uma quantia bastante elevada para se tornar Porteiro e Guarda da Alfândega –, visto que esses postos possibilitavam a acumulação mercantil e, também, a obtenção de capital político e a formação de novas redes comerciais e de amizade.

Em compensação, seu casamento e a obtenção do hábito da Ordem de Cristo demonstram como esse homem de negócios buscou um status social que o aproximasse da nobreza da terra. Os proponentes ao ingresso em Ordens Militares e Eclesiásticas precisavam informar onde seus pais e avós viveram e seus “ascendentes eram então investigados para comprovar se eram pessoas cristãs-velhas, limpas de sangue e de geração, sem raça alguma de judeu, cristãos-novos, mouro, mourisco, mulato, infiel, ou de outra alguma nação infecta, e de gente novamente convertida à santa fé católica” (RAMINELLI, 2015, p. 52). A comprovação da limpeza de sangue, portanto, necessária para a obtenção do hábito da Ordem de Cristo, conferia muito prestígio, o que foi o caso de Antônio Lopes da Costa já em 1747 – uma estratégia para a aproximação de um estilo de vida marcado por nobilitações, como o da nobreza da terra.

A maioria dos homens de negócio não se casava: o casamento exigia a formação de laços sociais permanentes, e como a atividade mercantil requeria deslocamentos constantes, formar relações matrimoniais era mais raro. Contudo, um bom casamento era uma estratégia de inserção social para esses negociantes que, em sua maioria, vinham de Portugal; nesse sentido, “casar-se no Rio de Janeiro representava enraizar-se, inserir-se de forma permanente na sociedade colonial”, o que significa que “o casamento representava um eixo estruturante da comunidade mercantil carioca” (SAMPAIO, 2014, p. 194). O casamento de Antônio Lopes da Costa foi importante para moldar as ações subsequentes de sua trajetória, pois possibilitou a ele transitar em locais

que muitos outros comerciantes não conseguiam – afinal, ele casou com uma filha de um nobre da terra, Dona Francisca Antunes Maciel da Costa. O matrimônio o inseriu em uma família importante da sociedade carioca, ocasionando seu enraizamento na cidade e influenciando na obtenção de postos e na formação de sociedades. Não por acaso, no mesmo ano em que o casamento é concretizado Costa também obteve o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o posto na Alfândega.

Quem desejasse contrair matrimônio no século XVIII precisava dar entrada, na câmara episcopal, no longo processo dos banhos matrimoniais; era necessário que o indivíduo fosse “livre e desimpedido, sem promessa de casamento com outra pessoa, não possuir voto de castidade ou qualquer outro voto religioso” (OLIVEIRA, 2014, p. 264). Os banhos matrimoniais de Antônio e Francisca são interessantes, pois ele foi um dos poucos homens de negócio que se casou com uma filha de um nobre da terra; além disso, o documento demonstra que ele já era um negociante de algum cabedal, visto a utilização de capital mercantil para a realização do enlace. Costa deu entrada no processo em 13 de maio de 1747; em seu depoimento, diz ser natural da freguesia de São Cristóvão de Rio Mau, termo da Vila de Barcelos, Arcebispado de Braga, Portugal, sendo filho legítimo de João Lopes e de Andresa Gonçalves. Já Francisca é natural do Rio de Janeiro e filha legítima do capitão de infantaria João Antunes Lopes Martins<sup>30</sup> e de Dona Florência da Guarda Maciel da Costa. Citando o documento:

[...] cujas promessas fizeram ocultamente com correspondências particulares; e porque a dita contraente é filha de um homem poderoso pela ocupação que exerce nessa cidade, e se descobrir este ajuste poderá embaraçá-lo com temores na dita filha, extorquindo-lhe o consenso, e poderá contra o suplicante armar também alguma ruína, quer este receber-se para desencargo de sua consciência com a suplicada sem admoestações<sup>31</sup>.

O pai de Francisca era um homem poderoso e, conforme trecho citado acima, poderia prejudicar o casal caso descobrisse os planos de casamento. João Antunes Lopes Martins era capitão de infantaria, enquanto que a mãe da noiva descendia de uma

---

<sup>30</sup> João Antunes Lopes Martins teve carreira militar, exercendo diversos postos nas ordenanças e chegando ao posto de tenente-coronel em 1756, uma “das mais altas patentes militares a que se poderia chegar naquele período, o que reafirma o prestígio de Lopes Martins e justifica o temor de Antônio Lopes da Costa” (OLIVEIRA, 2014, p. 266-267).

<sup>31</sup> ACMRJ. Cx. 1007 Doc. 1261 apud OLIVEIRA, 2014, p. 266

das mais antigas famílias da nobreza da terra<sup>32</sup>. Antônio Lopes da Costa temia o futuro sogro, provavelmente pelo fato de que, dada a importância de João Antunes na sociedade fluminenses e as origens nobres da família, “não lhe agradaria muito a ideia de casar sua filha com um comerciante” (OLIVEIRA, 2014, p. 267). Por isso, Antônio Lopes da Costa solicitou a aceleração do processo a partir do pagamento de uma quantia de dois contos e quatrocentos mil réis, valor bastante elevado. Em menos de um ano, os banhos foram concluídos e o casamento foi realizado.

O casamento de Antônio Lopes da Costa pode ser considerado uma exceção: poucos homens de negócio do Rio de Janeiro setecentista contraíam matrimônio e, destes, menos ainda com filhas de famílias da nobreza da terra. Estes buscavam o casamento com elas “como estratégia para alcançar o topo da hierarquia social e estabelecer-se definitivamente na política da cidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 267). Não podemos afirmar que Costa casou-se apenas como uma estratégia; contudo, o casamento lhe possibilitou se estabelecer na cidade com mais segurança, ligado a uma família importante que provavelmente lhe garantiu diversos benefícios. É importante ressaltar o fato de que o pai da noiva era capitão de infantaria, e contrair matrimônio com filhas de homens que possuíam patentes militares também configurava estratégia para a formação de alianças sociais e políticas. Era uma forma de “gerir as incertezas que a vida e a sociedade impunham” no além-mar, formando alianças “com pessoas de confiança ou com altos funcionários da administração régia”, afinal “o poder político das famílias não se encontrava somente no acesso aos postos, mas também na possibilidade de influenciar quem exercia os mesmos” (OLIVEIRA, 2014, p. 271).

Mesmo assim, os comerciantes que se casavam buscavam se unir com famílias já inseridas em atividades mercantis, objetivando beneficiar seus negócios. Casamentos endogâmicos sugerem que os homens de negócio se tornavam cada vez mais independentes em relação à nobreza da terra, pois esse tipo de união representava um “caminho mais sólido para construir alianças para se estabelecer na cidade” e se constituir como uma nova elite, formando famílias de negociantes (OLIVEIRA, 2014, p. 270). Dona Ana Francisca Maciel da Costa, filha de Antônio Lopes da Costa, casou-se em 1772 com Brás Carneiro Leão, homem de negócios<sup>33</sup>, que teve uma trajetória de

---

<sup>32</sup> A família de Dona Florência Maciel da Costa teve como um de seus fundadores Antônio Maciel da Costa e o Capitão Manuel da Guarda Muniz (OLIVEIRA, 2014, p. 266).

<sup>33</sup> O casal teve seis filhas e dois filhos; as netas de Antônio Lopes da Costa se casaram, também, com membros da elite mercantil e da elite burocrática, conforme Silva (1998, p. 125).

ascensão social e de forte participação no mundo mercantil. Brás Carneiro Leão era natural de Portugal e, como o sogro, veio ao Brasil ainda adolescente. Teve um casamento tardio, quando seus negócios já estavam consolidados, inserindo-se em uma família de comerciantes (SILVA, 1998, p. 124-125).

A trajetória de Antônio Lopes da Costa no mundo comercial, por sua vez, foi intensa, e com o estabelecimento da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro ele passa a ser identificado como homem de negócios. A criação da Mesa em 1753 ocorreu visando determinar regras para o comércio e para os comerciantes do Rio de Janeiro, normatizando as relações entre eles. Era uma instituição criada para apoiar a atividade mercantil, descrita como o bem maior da sociedade. Na introdução do compromisso que firmava a criação da Mesa, os agentes mercantis assim declararam:

Nós abaixo assignados homens de neg[ocio], e moradores nesta Praça do Rio de Jan[ei]ro dezejando q[ue] o comercio della se iguale ao das mais do R[ei]no, e conhecendo a impossibilid[ad]e, e dezordem que o mesmo padece na falta de q[ue]m com Zello, e verd[ad]e proponha a S. Mag[estad]e [...] procurando aplicar a huá materia de tanta consideração o meyo mais proporcionado em pró do bem comum do Comercio<sup>34</sup>.

Um dos objetivos dos homens de negócio, conforme assinalado no trecho acima, era tornar o comércio do Rio de Janeiro igualável ao das outras praças do Império português. Para isso ocorrer, seria necessário organizar e apoiar as pessoas que zelassem pelo comércio – os homens de negócio. Seguindo a leitura do documento, temos a definição do termo como o de comerciantes que praticam o comércio de longas distâncias:

Havendo hum livro em q[ue] se assentem por Irmãos unicom[en]te os Homêns de neg[oci]o desta Praça, que *comercião de mar em fora, e forem conhecidos como taes*, p[ar]a delles no fim de cada tres annos se ellegerem Doze pessoas das mais aptas, e intelligentes no trato mercantil, que congregados em Meza no lugar q[ue] p[ar]a isso se destinar confirão as proposições, e requerim[en]tos que forem precizos fazerse a favor do bem comum do Comercio<sup>35</sup>.

Atentando para o trecho grifado, percebemos que a definição dada pelos comerciantes do Rio de Janeiro aos homens de negócio era, além da prática do comércio

<sup>34</sup> AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 79, D. 18331, Fl. 1.

<sup>35</sup> AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 79, D. 18331. Fl. 1v. Grifos nossos.



de grosso trato (“de mar em fora”), o reconhecimento dos pares. Esses indivíduos, aptos aos negócios no além-mar, fariam parte da instituição, trabalhando para que o comércio – o bem comum das nações – funcionasse adequadamente, sendo protegido e preservado. Os componentes da Mesa seriam renovados a cada três anos; tinham como funções, entre outras, agir sempre em prol do comércio e jamais em proveito próprio, mantendo a confidencialidade do que fosse discutido na instituição. A Mesa teria um papel fiscalizatório: todos os navios que chegassem ao porto do Rio de Janeiro seriam obrigados a darem parte na Mesa, declarando a sua carga. Os negociantes membros da Mesa deveriam atender os comerciantes que os procurassem, sem receber pagamento algum por essa função, além de deverem prestar auxílio às famílias dos membros que porventura falecessem.

Participar da Mesa do Bem Comum era sinônimo de poder econômico e prestígio entre os homens de negócio, afinal os participantes eram eleitos por seus pares para protegerem o “bem mais precioso da sociedade”. Tomar posse nessa instituição comprovava que o indivíduo era um importante homem de negócios, além de reforçar os laços mercantis e de amizade com outros comerciantes. No mesmo ano da criação da Mesa, Antônio Lopes da Costa assina uma representação juntamente com outros homens de negócios do Rio de Janeiro<sup>36</sup>, que se identificam como um grupo coeso a fim de defender seus interesses do que consideram ser um mal-entendido: uma frota vinda de Lisboa teve sua carga apreendida por não ter os selos necessários, configurando carga ilegal e contrabando. Os homens de negócio, entretanto, explicam em várias páginas porque tais fazendas, na verdade, não eram ilícitas: essas mesmas fazendas foram confiscadas anteriormente em Lisboa e postas a leilão; os homens de negócio estavam receosos em comprá-las, visto que eram ilegais, mas foi assegurado pelo Provedor da Fazenda de Lisboa que elas poderiam ser comercializadas livremente. Com o aval da Fazenda, portanto, as mercadorias foram compradas e revendidas por eles. Se forem apreendidas, grandes prejuízos seriam causados aos envolvidos – o que configuraria em uma ameaça ao comércio e a toda sociedade, afinal:

Sendo o Comercio huma das couzas mais vitais ao bem commum e em que se estabelecem as Monarchias porque tanto os Escritores como os Jurisconsultos chamarão huns ao Comercio membros da Republica outros dos Imperios alma e vida dos povos e finalmente outros quinto

---

<sup>36</sup> “Representação dos Homens de negócio da Praça do Rio de Janeiro, sobre o carregamento e partida dos navios da frota e os despachos das fazendas na Alfândega” (AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 70, D. 16201).

elemento tendo todos por mais opulentos os Estados e Monarchias em que gira o mayor comercio ficará esta Praça sendo huma das mais estabelecidas que tem Sua Magestade reduzida a mayor miseria sem esperança de com brevidade se poder restabelecer [...]<sup>37</sup>.

Para esses homens de negócio, Antônio Lopes da Costa incluso, prejudicar o comércio é prejudicar toda a cidade e, também, o Império português, visto a importância que a cidade do Rio de Janeiro tinha no mundo comercial marítimo. É reforçada também, na argumentação do grupo, a importância da Alfândega: com seus rendimentos, ela contribui para a construção de presídios no Rio Grande de São Pedro e em Santa Catarina, além de ajudar na manutenção das praças da Colônia do Sacramento e de Santos; ela não podia, então, ser prejudicada pelo ocorrido. Analisar esse documento é interessante para mostrar a capacidade argumentativa dos homens de negócio, reunidos como um grupo e guiados por interesses em comum. Para mostrarem sua importância e a relevância de suas reivindicações, elucidam como o comércio é essencial para o funcionamento do Império português.

Além de sua expressiva participação no mundo mercantil como parte da elite dos comerciantes, Antônio Lopes da Costa foi Sargento-Mor em 1770<sup>38</sup>, depois de muitos anos de vivência como negociante. Essa patente pertencia às ordenanças, organizações militares de prestação de serviços gratuitos que existiam desde 1570. Portugal possuía muitas terras distantes da Península Ibérica; a fim de melhor controlar suas possessões, a Coroa precisava formar alianças com grupos locais para garantir seu domínio, e uma forma de realizar isso era a partir da formação desses Corpos de Ordenanças. Além da função de defesa do território, a existência dos corpos de ordenanças era fundamental devido ao seu potencial de “expressar e representar uma ordem social que se objetivava construir” (MELLO, 2006, p. 33). Os postos eram providos pelos governantes das capitanias, com o aval da Coroa, e muitos homens de negócio tiveram acesso, o que demonstra que “a política da coroa voltava-se para o reconhecimento da ascensão dos novos grupos sociais” (SAMPAIO, 2010, p. 470). A nobreza da terra, contudo, tinha o controle sobre as patentes mais elevadas, e poucos homens de negócio conseguiam superar a de Capitão. Apesar dos limites aos negociantes, a formação das ordenanças “não deveria colidir frontalmente nem com os respectivos interesses dos notáveis locais e nem, tampouco, com os daqueles que desenvolviam atividades econômicas

---

<sup>37</sup> AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 70, D. 16201. Fl. 3v.

<sup>38</sup> Conforme Pesavento e Guimarães (2013, p. 86).

consideradas úteis ao Estado” (MELLO, 2006, p. 51), como o comércio de grosso trato. A Coroa, portanto, buscava garantir seu controle sem desagradar nenhum grupo de elite local.

Antônio Lopes da Costa, como se percebe, transitou por vários locais diferentes disponíveis aos homens de negócios. Um dos ramos mercantis em que os negociantes de grosso trato costumavam dominar é o de arrematações de contratos, prática comum do Antigo Regime adaptada nas colônias portuguesas. No sistema de arrematações, contratos são estabelecidos entre a Coroa, que transfere a prerrogativa da cobrança dos mais variados impostos, e particulares, que arrematam esses contratos de cobrança de taxas muitas vezes em sociedade. Arrematar contratos era mais uma opção de investimentos para os negociantes e, de acordo com Sampaio (2010, p. 467-468), dependia do interesse e da capacidade de articulação dos envolvidos: para arrematar um contrato, era necessária predisposição financeira e, também, ter uma rede de procuradores bem articulada para representar os interesses do arrematante.

Era muito vantajoso para a Coroa conceder a cobrança de impostos a particulares, pois facilitava a “execução e fiscalização da cobrança de impostos por territórios geograficamente vastos e dispersos”, o que livrava a Coroa “dos custos da montagem de um aparelho burocrático mais amplo” (OSÓRIO, 2001, p. 110). Para os homens de negócios, a arrematação de contratos possibilitava a aceleração da acumulação mercantil, visto que o excedente gerado pela cobrança de impostos não é transferido diretamente para a Metrópole – ele fica na colônia, com esses negociantes, alimentando a economia interna. Pesavento (2013, p. 130) arrola, para o período de 1750 a 1770, os principais contratadores da praça do Rio de Janeiro, com a média do número de sócios que tinham por contrato. Nessa listagem, temos que Antônio Lopes da Costa arrematou seis contratos com a média de 10 sócios no valor total de 277 contos de réis. Ele figurava como um dos principais contratadores do Rio de Janeiro, tendo, portanto, um cabedal suficiente para tanto e, também, tendo boas relações para formar sociedades.

Um exemplo disso é a relação de sociedade entre Costa e outro importante homem de negócios do Rio de Janeiro, Anacleto Elias da Fonseca, que participou de diversos empreendimentos mercantis e arrematou muitos contratos. De acordo com Pesavento (2013), a escolha dos sócios era feita com cuidado por um homem de negócios: as trocas comerciais envolviam grandes quantias de dinheiro e, por isso, era

fundamental que existisse um elevado nível de confiança entre os membros de uma sociedade. Fonseca e Costa, conhecendo as trajetórias um do outro, construíram uma relação de confiança para realizarem negócios em conjunto. Em 1771, arremataram, ao lado de Manoel da Costa Cardoso, outro homem de negócios, quatro contratos régios – passagens dos rios Paraíba e Paraibuna, direitos da saída dos escravos que vão para as Minas Gerais, subsídio do azeite doce, subsídio da aguardente do reino e das ilhas – (PESAVENTO, 2013, p. 134). Os três negociantes envolvidos precisavam conhecer bem uns aos outros a ponto de confiarem a responsabilidade de contratos tão importantes, que envolviam deslocamentos para fora do Rio de Janeiro.

Antônio Lopes da Costa faleceu por volta de 1773, mas seus negócios seguiram ativos mesmo com sua morte, principalmente através da figura de sua esposa, Dona Francisca Antunes Maciel da Costa, e das sociedades que ele formou em vida. Conforme informações arroladas por Maria Beatriz Nizza da Silva (1998), Dona Francisca, agora viúva, cuidou do processo de inventariar os bens do marido, dando um destino às sociedades por ele formadas logo após a sua morte. Uma dessas sociedades havia sido realizada com o negociante João Antunes de Araújo Lima, no Rio de Janeiro; Dona Francisca seguia sendo sócia com a morte do marido, titular no negócio; contudo, havia certa dificuldade em inventariar todas as dívidas e fazendas advindas dessa sociedade, cujos negócios se estendiam por localidades como Minas Gerais, Goiás, Rio Grande e, também, Colônia do Sacramento. Costa também fora o caixa de uma sociedade formada em 1764 para negociar em portos na Índia e em Moçambique, “para onde navegavam um navio, uma corveta e uma sumaca”, sendo que muitas “mercadorias desta sociedade se encontravam ainda na Alfândega do Rio de Janeiro e na casa da viúva” (SILVA, 1998, p. 120). Dona Francisca, contudo, faleceu antes de poder concluir o inventário; a responsabilidade ficou com Joaquim Antônio da Costa<sup>39</sup>, filho do casal, que fora selecionado como testamenteiro em 1792.

\*\*\*

Ao estudarmos a trajetória de Antônio Lopes da Costa em busca de ascensão social, podemos concluir que suas escolhas variavam entre a aproximação e o afastamento da nobreza da terra. Ele foi um respeitável homem de negócios, tendo uma

---

<sup>39</sup> Sabemos que Antônio e Dona Francisca tiveram cinco filhos, mas até o momento só conseguimos obter informações de dois deles: Joaquim Antônio da Costa, que provavelmente era o filho mais velho, testamenteiro dos pais; e Dona Ana Francisca Maciel da Costa, já citada anteriormente por conta do seu casamento com o homem de negócio Brás Carneiro Leão.

participação intensa no mundo mercantil: foi capitão de navio com negócios em diversas localidades; foi procurador de negociantes estrangeiros; investiu pesadamente na arrematação de contratos; participou de instituições locais importantes para comerciantes, como a Alfândega do Rio de Janeiro e a Mesa do Bem Comum do Comércio. Todavia, algumas ações de Costa buscavam uma aproximação maior com a nobreza da terra: sua titulação como Cavaleiro da Ordem de Cristo; seu casamento; o investimento em negócios agrícolas e seu cargo nas ordenanças. Essas escolhas não eram incomuns e nem contraditórias entre os homens de negócio: eles se firmavam como grandes comerciantes, obtendo rendimentos que os possibilitavam alcançar um status social mais elevado – um objetivo válido para uma sociedade em que o prestígio era relacionado ao viver de um modo nobre, e não necessariamente à acumulação mercantil.

Para compreendermos a movimentação dos homens de negócio na sociedade colonial setecentista, precisamos lembrar que eles constituíam sua riqueza a partir do que João Fragoso (1998) denomina de *fortunas jovens* e *fortunas velhas*. As primeiras são as formadas por dívidas ativas e pelo estoque de mercadorias, ou seja, dizem respeito à fase em que comerciantes estão atuando no mundo mercantil e acumulando capital. Já as fortunas velhas são relacionadas a investimentos em imóveis e terras, uma riqueza rentista. Dessa forma, “a acumulação mercantil pode servir de mecanismo gerador de fortunas rentistas e, portanto, representar uma forma de ascensão social do mercador na hierarquia social do Antigo Regime” (FRAGOSO, 1998, p. 348). Isso significa que, se o comerciante de grosso trato acumulasse durante sua vida capital suficiente, ele poderia investir sua riqueza em empreendimentos que viabilizassem a ascensão social, transformando a fortuna jovem em velha: é o caso da participação em ordens militares e religiosas e o investimento em terras, chácaras e engenhos.

Eram homens de negócios, como Antônio Lopes da Costa, que ditavam o ritmo do mercado colonial; por isso, podemos concluir que “os investimentos do excedente econômico em fortunas rentistas, de uma forma ou de outra, reiteram a hierarquia e a sociedade consideradas” (FRAGOSO, 1998, p. 349). Muitos comerciantes, quando mais velhos, abandonavam a carreira mercantil por uma vida calma de nobreza, comprando engenhos e imóveis e vivendo de rendas e de atividades ociosas. A sociedade colonial reproduzia sua ordem hierárquica ao enfatizar a importância da nobilitação: os homens de negócio que aplicavam sua fortuna mercantil na produção de prestígio o faziam

buscando elevar seu status social, e os lucros obtidos com o comércio eram uma forma de realizar esse objetivo.

## Referências

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. IN: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 15-77.

\_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 73-95.

DONOVAN, William Michael. *Commercial Enterprise and Luso-Brazilian society during the Brazilian Gold Rush: the Mercantile House of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695 – 1750*. Tese de doutorado. The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland. 1990.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GALLO, Alberto. “La venalidad de oficios públicos en Brasil durante el siglo XVIII”. IN: BELLINGERI, Marco (coord.). *Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional: representación, justicia y administración en Iberoamérica. Siglos XVIII – XIX*. Torino: Otto Editore, 2000. p. 97-175.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.169-178.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas – As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 47-67.

\_\_\_\_\_. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 77-102.

LEVI, Giovanni. “Reciprocidade mediterrânea”. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 51-86.

\_\_\_\_\_. “Sobre a micro-história”. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133-161.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, 2006. p. 29-56.

OLIVEIRA, Lucimeire. “Para além da praça mercantil: notas sobre laços de parentesco e alianças matrimoniais dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro setecentista”. IN: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, p. 259-277.

OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 107-137.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p.89-138.

PESAVENTO, Fábio; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “Contratos e Contratadores do Atlântico Sul na segunda metade do setecentos”. *História, histórias*. Brasília, v. 1, n. 1, 2013. p.72-87.

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 36, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas”. ”. IN: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, p. 187-208.

\_\_\_\_\_. “Os homens de negócio e a Coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII”. IN: FRAGOSO, GOUVÊA (org.). IN: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 794-105.

\_\_\_\_\_. “Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos”. IN: ALMEIDA, Carla; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio (org.). *Conquistadores e Negociantes: histórias da elite no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225-264.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 107-144.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. RJ: Zahar, 1999, p. 31-48.



## **Micro-história e escravidão no Brasil: caminhos e possibilidades**

Letícia Batistella Silveira Guterres\*

### **Introdução**

Além de pensar nos arquivos e fontes históricas a auxiliar na recuperação das dimensões subjetivas da história dos escravizados, o aporte teórico-metodológico da micro-história italiana vem sendo um caminho alternativo para aproximar o estudioso dessas subjetividades<sup>40</sup>, redimensionando aspectos do entendimento da escravidão no Brasil. Este texto pretende se somar às contribuições, em especial, que se dedicam ao entendimento dos laços familiares envolvendo escravos.

A imagem da sociedade escravista brasileira fundada na grande exploração agrícola utilizando-se do trabalho escravo em larga escala vem sendo redimensionada por pesquisas monográficas mais recentes, em especial para a segunda metade do século XVIII e primeira do XIX, justamente porque mostram a preponderância dos pequenos proprietários entre os escravistas, que, de acordo com arrolamentos nominativos de habitantes, na maioria dos casos, não somava mais de cinco escravos. (MARCONDES, 2011, p.232). Esse fato é particularmente importante se pensarmos que, de forma geral, estudos revelam uma ligação causal entre as características demográficas relacionadas à estrutura de posse de escravos e os resultados de conformação e estabilidade familiar envolvendo escravos (MOTTA & MARCONDES, 2006, p.7).

Por algum tempo, a unanimidade na elaboração dessa equação foi responsável por ajudar a sedimentar uma ideia de que, em áreas que não acumularam grande número de escravos e que, além disso, tiveram estruturas de posse essencialmente marcadas pelas pequenas escravarias, a família e, mais ainda, experiências familiares estáveis estavam condenadas. A estrutura de posse era determinante para se pensar a

---

\* Doutora em História Social. Professora Adjunta da Unespar.

<sup>40</sup> O termo subjetividade está aqui ligado a consciência do ex-escravo quanto a sua condição (crenças, mundo afetivo, visões de mundo, etc.).

possibilidade da existência de laços familiares entre escravos de forma estável. Esse pressuposto era aceito na medida que em propriedades com mais de dez cativos, a escolha de um cônjuge seria mais fácil assim como a ideia de que em tais propriedades, o escravo, dificilmente seria vendido (SLENES, 1999). Há diversos estudos mostrando o contrário, em especial no que se refere à necessidade de se repensar a estrutura de posse como elemento delimitador da família escrava (SILVEIRA GUTERRES, 2018) .

Em grande parte destes estudos, a ideia de propriedade ou unidade produtiva costuma aparecer associada à unidade de produção e de consumo e, como tal, é apresentada a partir de seu proprietário. Ao se tratar de plantéis, geralmente está-se referindo ao conjunto de escravos pertencente ao mesmo proprietário. Os limites desta tipologia estão na invisibilização de outros aspectos constitutivos dessas unidades produtivas, a exemplo do parentesco e da vizinhança. Trazer essa premissa é reconhecer que a família senhorial, seus parentes e vizinhos poderiam interferir na organização dessas unidades produtivas. E, mais do que isso: é reconhecer que os laços estabelecidos pelos escravos não estavam circunscritos e/ou eram exclusivamente definidos pelos limites demográficos das unidades. Dito de outro modo, a estrutura de posse, definida em termos numéricos, não é suficiente para nos fornecer a dimensão de ocorrência ou estabilidade familiar dos escravos, tampouco para nos aproximar das nuances que envolviam as escolhas ali envolvidas. Diversos trabalhos vêm demonstrando isso através das escolhas relacionadas ao compadrio escravo (BACELLAR, *op.cit*, 2011).

### **Possibilidades**

Uma das possibilidades de estudar estas unidades seria transcender à perspectiva de pensá-las circunscritas aos limites demográficos atrelados a ideia de propriedade, ou seja, tomar o espaço demográfico como ponto de partida e não chegada. Agregar a esta perspectiva uma dimensão intrínseca à elas, isto é, o seu grau generativo (BARTH, 1981; FRAGOSO, 2006) . Essa perspectiva tem ainda mais razão de ser se levarmos em consideração a ideia de família relacionada aos sujeitos que a conformavam, que não estava necessariamente atrelada à co-residência e à unidade biológica, já que as pessoas que compunham a *casa* nem sempre estavam ligadas biologicamente ao pai ou ao núcleo relacionado ao casal. Nesse quesito, a família e a unidade produtiva assumem uma distância tênue, justamente porque não findam nos limites da unidade produtiva, mas nas (traduzida pelo número de escravos pertencentes a um único proprietário)

ligações familiares e ou/de parentesco e vizinhança que as conectam. Nesse sentido, acompanhar generacionalmente planteis e os laços familiares dos escravos vem trazendo novas indicações e entendimentos sobre o tema, em especial, no que diz respeito à estabilidade familiar.

### **As ligações das unidades produtivas: alianças familiares e de parentesco**

Quando ocorre a partilha de bens, em decorrência da abertura de inventário, a sua análise solitária, pode produzir imagens distorcidas das alianças familiares e de seu destino (que se traduzem, em geral, na ideia da separação/aniquilamento das famílias escravas). Por isso que, o acompanhamento de famílias ao longo do tempo e das gerações de seus proprietários ajuda a compreender os efeitos que, por exemplo, a morte do senhor provocava nas famílias escravas.

Nesse sentido que, partindo de uma família senhorial e de seus laços de parentesco e vizinhança procurei entender a evolução geracional das famílias escravas relacionadas àquele cenário<sup>41</sup>. A análise perseguiu os laços familiares e de parentesco que ligavam as fazendas de dita família senhorial através das redes de apadrinhamento entre os seus escravos. O local de estudo: Santa Maria (RS) entre os anos de 1844-1882, portanto, período em que a Província do Rio Grande do Sul vivia um declínio de sua população escrava (CONRAD, 1978). Com o fim do tráfico internacional de escravos, a escravaria riograndense alcançou um declínio de 38,9%. Em 1859, a população escrava da província somava 70.595; em 1872, este número cai para 69.138; em 1884, 62.231; em 1885, 22.042; em 1887, 7.901 (PERUSSATO, 2010, p.53). Em contrapartida, em Santa Maria, a população cativa cresceu 24% (de 966 (1859) para 1.204 (1872) no intervalo entre os censos<sup>42</sup>. Tratava-se de população escrava majoritariamente nascida no Brasil, já que os africanos não representavam (ao longo de todo o período analisado) mais que 1% da população escrava local. Quanto à estrutura de posse de escravos, a média de escravos por proprietário manteve-se constante, com cerca de dois escravos por proprietário (SILVEIRA GUTERRES, 2013, p.111). Além

---

<sup>41</sup> As conclusões apresentadas aqui foram tratadas no capítulo 2 de minha tese. SILVEIRA GUTERRES, 2013.

<sup>42</sup> “Mappa Statistico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos.” In: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. Censo Geral de 1872 disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

de marcadas por pequenos planteis, preponderou a desconcentração da propriedade escrava: entre os anos de 1850 e 1870, momento em que os médios e grandes proprietários ganham mais visibilidade, mesmo assim, é na pequena propriedade onde estiveram 85,9% dos cativos contabilizados.(SILVEIRA GUTERRES, *op.cit*, p.111).

Na segunda metade do século XIX, Santa Maria tinha sua economia fundamentalmente ligada à agricultura de alimentos e em menor intensidade à pecuária. (FARINATTI, 1999; KULZER, 2009). A maior proporção dos inventariados em Santa Maria entre os anos de 1858 e 1889, concentrava-se entre lavradores/pastores, pequenos e médios criadores; somando 158 indivíduos (que representavam 62% detentores de 36% de todo o rebanho). (KULZER, *op.cit*, p.71)

### **Laços familiares geracionais do plantel de Francisco José Pinto**

A família Pinto era possuidora de um dos mais significativos patrimônios materiais da localidade, pertencente a uma elite<sup>43</sup> de criadores/proprietários da região. Ao analisar o processo de transmissão do patrimônio dessa família, identificou-se que na maior e mais valorizada propriedade dos Pinto, a Fazenda de Santa Catarina, localizada no distrito Pau Fincado, em Santa Maria, houve um mecanismo de proteção em relação à mesma, evitando a sua pulverização (KULZER, *op.cit*, p.182).

A relação dessa família com a terra na Província de São Pedro remonta ao ano de 1817, quando Constantino José Pinto solicitou sesmaria na capela de Santa Maria. (KULZER, *op.cit*. p.109,110). A partir daí, o patrimônio material da família só fez aumentar. No intervalo de 49 anos da morte de Antônio José Pinto, em 1784, e de Constantino, em 1833, o capital da família aumentou 105.324,7%. (KULZER, *op.cit*, p.109).

Antônio José Pinto estava entre uma das famílias que participaram da primeira onda migratória à Vila de Viamão, em meados da década de 1730. No caso da família Pinto isto ocorreu no ano de 1830. Instalou-se em Viamão após receber de seu padrinho uma grande estância. Teve com sua esposa, Felícia Maria de Oliveira, onze filhos. Dentre eles, Constantino José Pinto, quarto filho da família. Quando Constantino faleceu, em 1833, deixou sete filhos e um patrimônio que contava com 17.652 cabeças de gado, distribuídas nas vilas de Cachoeira, na capela de Santa Maria e em São Francisco de Borja; além de 52 escravos e outros bens que somavam 193:448\$728 réis.

---

<sup>43</sup> Dentre os dados essenciais para a determinação de uma elite: riqueza, status e poder (KUHN, 2006).

Na Relação de 1858<sup>44</sup> estavam listados cinco dos filhos e genro de Constantino Pinto, dentre os quais, Francisco José Pinto, José Constantino Pinto, Clarimundo José Pinto, Tristão José Pinto e Olivério Antonio de Ataíde. Estes sujeitos estavam na lista entre os criadores com mais de 2.000 reses de criar na região e faziam parte do grupo de criadores que eram detentores de 62% do rebanho bovino da região e de 76% dos escravos quando relacionados aos oito criadores com mais de 2.000 reses (KULZER, *op.cit.* p.64).

Francisco José Pinto e José Constantino Pinto seguiram os passos do pai, Constantino, e enquanto proprietários/criadores obtiveram destaque naquela sociedade (KULZER, *op.cit.* p.127). Francisco Pinto teve, ao longo do século XIX, a maior fortuna inventariada em montes brutos. O fato de ser escolhido para representar a continuidade do gerenciamento dos bens adquiridos pelo pai, fica sugerido por ter recebido um valor maior que seus irmãos no inventário de seu pai.

Todos os filhos de Constantino José Pinto receberam partes de campo contíguas, o que favorecia a ligação entre aquela parentela e seus cativos. Francisco José Pinto dividiu moradia com sua mãe na Fazenda Pinheiros, a mesma que desencadeou em 1876 o processo de Medição<sup>45</sup>. Logo que sua mãe faleceu, este campo é redividido entre os demais herdeiros: José Constantino Pinto e Dona Francisca Maria de Oliveira, casada com Manoel de Almeida Barboza. Joaquina Maria de Oliveira (casada com Olivério Antônio de Ataíde), Tristão José Pinto, José Constantino Pinto e Clarimundo José Pinto, ficaram com áreas contíguas referentes ao campo de Santa Maria no Rincão da Cruz.

O primeiro processo de partilha dessas terras deu-se com o falecimento de Francisco José Pinto, em 1858, momento em que foi dividida da forma seguinte: Maria Joaquina recebeu 2% da propriedade, João José Pinto recebeu 3%, Manoela e Thereza (irmãs menores) receberam 8% cada e a viúva, Maria Joaquina, o correspondente a 79% da propriedade. Sete anos após a primeira divisão, em 1864, com a morte da viúva, tem-se o segundo momento de partilha, onde “todos os onze filhos receberam 9% do valor da Fazenda. Porém, pela partilha anterior, alguns herdeiros, descritos acima, acabaram concentrando maior posse sobre a fazenda. Pela análise da redistribuição pós-partilha pode-se chegar a um “herdeiro-concentrador”: João José Pinto (KULZER, *op.cit.*)

---

<sup>44</sup> Na *Relação de 1858* estão relacionados os nomes de 90 criadores da Vila de Santa Maria junto às seguintes informações: a relação jurídica com a terra onde tem seu rebanho, a extensão de suas terras, o número de reses de gado bovino, equino, ovino e muar que possuía; o número de trabalhadores regulares (se escravos, peões livres, capatazes, etc) que exerciam atividade de manutenção em cada propriedade.

<sup>45</sup> Processo de Medição de Terras. Santa Maria. João José Pinto. Ano 1876. Maço5. APERS.

A Fazenda de Santa Catarina era dividida pelos campos denominados: Porta, Tapera e Cria. Através deste processo de Medição<sup>46</sup> requerido por João José Pinto, que envolve outros membros da família foi possível acompanhar o movimento de escravos nas propriedades desses sujeitos pertencentes à família Pinto e as escolhas que envolvem o parentesco dos escravos relacionados à família senhorial e a sua vizinhança.

Os sete filhos de Constantino José Pinto, que receberam partes de campo contíguas foram: Francisco, Maria Constantina de Oliveira, Joaquina Maria de Oliveira, Tristão José Pinto, Francisca Maria de Oliveira, José Constantino Pinto e Clarimundo José Pinto.

Dos dezenove escravos listados no inventário de Francisco José Pinto, no ano de 1858, quatro deles foram herdados de seu pai, Constantino José Pinto: Pedro, Noé, Gregório e Andreza. Do total de escravos informados como pertencentes ao seu plantel, havia referência a apenas dois casais entre os mesmos: Gregório e Benta; Luzia e Thomé. Vou tratar aqui do primeiro casal.

Ao longo de dezessete anos de casamento, Gregório e Benta batizaram seis filhos: Florinda, Catharina, Raquel, Marta, Bazilio e Ciriaca. Quando Francisco José Pinto faleceu, em 1858, o casal já era pai de quatro crianças: Florinda, Catharina, Raquel e Marta. A primogênita estava com 7 anos, Catharina, com 4; Raquel, com 2 e Marta com apenas 9 meses. À primeira vista, da abertura do inventário de Francisco e partilha de seus bens, teria resultado a “separação” dessa família de escravos, já que nenhum dos irmãos permaneceu sob as guardas de um mesmo proprietário. Apenas o casal, Gregório e Benta e mais “um crioulo filho do casal”<sup>47</sup> foram mantidos unidos a um mesmo proprietário, filho de Francisco: João José Pinto. Assim como seus outros irmãos, Marta foi legada à Manoela Maria de Oliveira. Florinda, à Dona Luiza Joaquina de Oliveira; Catharina à Maria Francisca de Oliveira; Raquel, à Dona Brígida Joaquina de Oliveira.

Mesmo após a Lei de 1869, que proibia a separação de filhos menores de 15 anos de seus pais, há evidências de que a prática não deixava de ser praticada. E, sem dúvida, provocava um impacto importante naquelas famílias (ROCHA, 2004).

Ao analisar os herdeiros mais de perto, verificamos que das quatro filhas de Francisco, suas herdeiras, duas eram crianças: Manoela Maria de Oliveira (herdou

---

<sup>46</sup> Processo de Medição de Terras. Santa Maria. João José Pinto. Ano 1876. Maço5. APERS.

<sup>47</sup> Inventário *post mortem* de Francisco José Pinto. Ano 1858. APERS

Marta) tinha apenas cinco anos de idade. Marta, por seu turno, tinha apenas nove meses de idade. A outra sucessora, Maria Francisca de Oliveira, havia apenas doze anos (herdou Catharina, com 4 anos). Dentre as herdeiras, estava entre as adultas de maior idade, Brígida Joaquina de Oliveira, solteira, com 24 anos de idade (herdou Raquel, com dois anos). A última das herdeiras dos filhos do casal era Dona Luiza Joaquina de Oliveira, a única casada. Seu marido era justamente o inventariante e genro de Francisco, José Alexandre de Souza. Desses dados podemos supor que das herdeiras, três eram solteiras – sendo, destas, duas crianças, que, portanto, possivelmente ainda vivessem sobre o mesmo teto de seus pais e, na prática, sua herança permanecesse sob a administração dos familiares de seu senhor falecido. Brígida, ao que tudo indica, por ter-se mantido solteira, permanecia no mesmo local de moradia de seus pais. Em síntese, supõe-se que a família de Benta e Gregório tenha permanecido unida após a partilha dos bens de Francisco José Pinto.

O inventariante e Dona Luiza Joaquina de Oliveira eram casados e ficaram com a posse da mais velha dentre as filhas do casal de escravos: Florinda. Porém, considerando que o herdeiro e inventariante também era administrador das propriedades de Francisco Pinto pode-se supor a continuidade da ligação desse casal com a fazenda em que estavam os pais de Florinda, Gregório e Benta.

### **O apadrinhamento como estratégia para a convivência**

Outro aspecto importante a ser analisado aqui é como as escolhas de apadrinhamento envolvendo os filhos de Gregório e Benta foram importantes no sentido da manutenção da proximidade /estabilidade familiar.

Do apadrinhamento dos filhos do casal conclui-se que todos os padrinhos eram escravos de membros da parentela senhorial. Eis os proprietários dos escravos escolhidos como padrinhos e sua relação de parentesco com Francisco José Pinto: Tristão José Pinto (irmão); Ricarda Gomes dos Santos (mãe); Clarimundo José Pinto (irmão); Manoel Almeida Barboza (cunhado), Inocência Clara de Oliveira (não encontramos referência) e o próprio Francisco José Pinto.

Os quatro batizados ocorreram enquanto estes escravos estavam em propriedade de Francisco José Pinto, ou seja, até o ano de 1858. Genericamente, dessa informação, podemos considerar haver uma estratégia dessa família escrava no sentido de fortalecer laços entre parceiros de cativeiro, ainda que pertencentes a distintos plantéis. Mas, esses

plantéis estavam próximos, pois vizinhos às dependências senhoriais e ligavam-se através destes laços de parentesco. Essas escolhas, portanto, indicam um cálculo desse casal no sentido de fortalecer ou criar laços de parentesco com sujeitos que, mais tarde, poderiam estar dividindo o mesmo plantel.

Portanto, das escolhas do apadrinhamento de escravos pertencentes a Francisco José Pinto, conclui-se a existência da proximidade geográfica entre padrinhos e afilhados, alguns deles, inclusive morando na mesma propriedade. Além dos espaços de sociabilidade garantidos pela proximidade geográfica que a vizinhança poderia garantir, as escolhas entre escravos da parentela senhorial parecem apontar a uma tentativa de proteção e fortalecimento dos laços familiares que haviam conformado. O fato de muitos dos padrinhos serem escravos mais antigos do plantel, também indica uma escolha de proteção. Estar entre os mais velhos indica algum grau superior na hierarquia do interior dos plantéis e o fortalecimento de laços diante de escravos recém ou mais recentemente chegados. Em alguma medida, a política de escolha de padrinhos e madrinhas escravos da família Pinto, revela um conhecimento desses escravos das escolhas senhoriais. Até porque, das partilhas dos escravos, geracionalmente observa-se que há um tendência na família Pinto em resguardar-se membros mais antigos da escravaria. Nesse sentido, a escolha de um padrinho ou madrinha mais velho poderia significar a garantia de uma convivência, que mais dificilmente estaria sujeita à separação, portanto, de escolhas que apontavam para a estabilidade.

Por outro lado, também utilizou-se a estratégia de usar o compadrio como forma de fortalecer relações pregressas, como no caso que segue. Florinda, filha do casal Gregório e Benta, que nove anos após ter sido herdada por José Alexandre de Souza e Dona Luiza Joaquina de Oliveira, anos depois, na casa de Manoel Carvalho da Silva levava a sua filha natural para receber os santos óleos. A menina Sofia, naquele dia 24 de setembro de 1867 não havia completado dois anos de idade e teve como padrinhos os seus avós, Gregório e Benta, que na ocasião eram escravos de João José Pinto. As estratégias impressas nessa escolha revelam o permanente rearranjo que sofriam, considerando a dinâmica da vida da família senhorial.

Além dos quatro filhos do casal de escravos aqui mencionados, Gregório e Benta tiveram mais um casal: Bazilio e Ciriaca. Porém, na ocasião, o casal já era de propriedade de João José Pinto, por herança de seu pai. O Crioulo Bazílio foi batizado na fazenda de seu senhor e teve como padrinhos Jacinto, escravo de Felipe José Pinto e



Andreza, escrava de Teodoro José Pinto. Jacinto, havia sido herdado de seu pai, Constantino, e exercia a atividade de campeiro. A crioula Andreza era também herança, mas de sua mãe. E devia contar com 44 anos de idade. Novamente aqui estão escolhas de escravos (para padrinhos), os quais convivem há tempos naquela família senhorial.

Ciriaca, a última das filhas do casal que temos notícia, recebeu os santos óleos no mesmo dia e local em que seus pais foram escolhidos para apadrinhar a sua neta, Sofia. E, dentre todos os seus irmãos foi a única que teve característica distinta de seus padrinhos, ambos sujeitos livres: Marcos Rodrigues Martins e Andreza Pinto. A mudança de padrão na escolha dos padrinhos indica uma aproximação com o mundo que seu pai, Gregório, inseriu-se quando no dia 24 de junho de 1869 recebeu de seu então senhor a sua carta de alforria, “mediante o pagamento por ele feito da quantia nada desprezível de 1 conto de réis” (KULZER, *op.cit*, p.164). Mais uma vez, aqui, a escolha do apadrinhamento de Ciriaca demonstra o permanente rearrranjo destes laços, que, levavam em conta os recursos e projetos dos próprios escravos.

#### **As visitas paroquiais<sup>48</sup> e a movimentação/mobilidade de escravos da família Pinto**

As visitas paroquiais feitas por párocos às unidades domésticas de membros da família Pinto possibilitou perceber o comportamento e ligações entre membros da parentela senhorial refletidas nas escolhas do apadrinhamento de famílias escravas pertencentes a tal parentela. Francisco José Pinto, José Constantino Pinto, Clarimundo José Pinto e Olivério Antonio de Ataíde foram os membros da família Pinto que tiveram suas casas visitadas em diferentes momentos pelo pároco Antonio Gomes do Valle e que, por isso, servirão para o exercício de análise proposto acima.

A mais extensa das propriedades era a de Francisco José Pinto, com três léguas de campo (13.068 hectares). Também era dele o maior número de escravos destinados àquela ocupação, que contabilizou doze escravos e um filho capataz. O total do seu rebanho bovino também superava os demais, somando 5.000 reses de criar

---

<sup>48</sup> Em Santa Maria, no período em que se desenvolveu este estudo, encontrei, entre os registros batismais, a informação de que haviam sido realizados “em visita paroquial”, indicando a data e nome das casas ou fazendas visitadas. Por sua recorrência mostrou-se como possibilidade de aproximar o pesquisador da cartografia social analisada, em especial, as redes de sociabilidades em que os sujeitos mencionados ali estavam inseridos. Não devem, entretanto, ser confundidas com as visitas pastorais. Essas últimas são parte do projeto de reforma católica de disseminar “os ditames tridentinos através da vasta extensão territorial do bispado, atingindo até mesmo aos fregueses situados nas mais longínquas fronteiras de sua jurisdição.” Sobre as visitas pastorais no Rio Grande ver: KUHN, 1996.

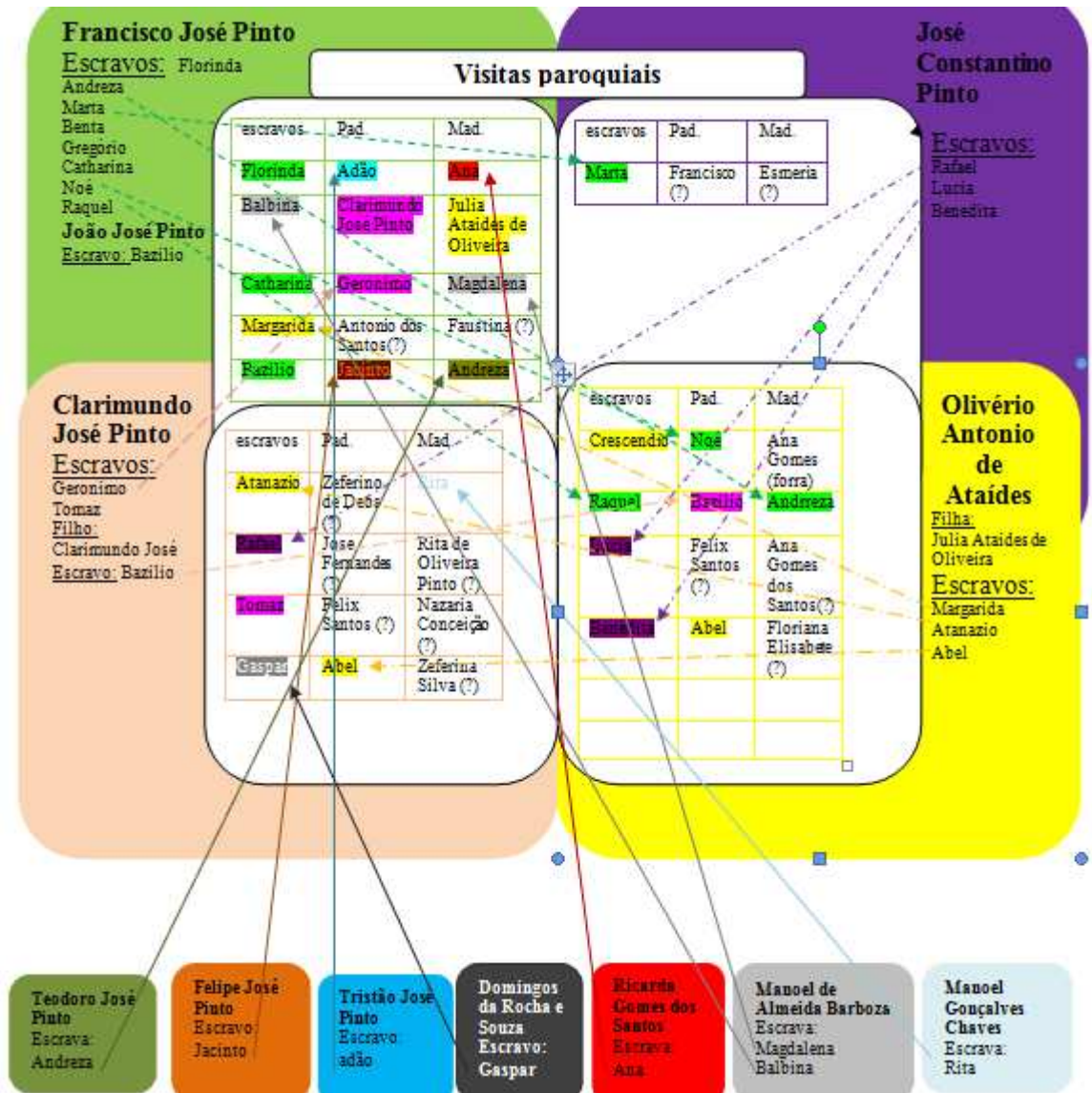
José Constantino Pinto foi visitado pelo mesmo vigário no ano de 1857. Naquela ocasião, José possuía uma légua e meia de campo (6.534 hectares), e, depois de seu irmão Francisco era o que mais escravos utilizava para esse trabalho, somando seis, além de dois peões livres. Ao contrário de seu irmão Francisco que delegava a um de seus filhos a tarefa de administrador, José era quem o fazia. Seu rebanho era de 2.400 animais bovinos.

Além de Francisco e José, o caçula dos irmãos, Clarimundo José Pinto foi, dentre todos, aquele que recebeu a terceira visita do pároco. Ele era detentor de uma légua e meia de campo onde empregava três escravos, um peão livre e um capataz, contando com estes para o manuseio de 2.000 reses de criar.

O último componente da família Pinto que teve sua propriedade visitada pelo vigário da paróquia foi Olivério Antonio de Ataíde, genro dos irmãos, casado com Dona Maria Joaquina de Oliveira. Olivério tinha uma légua e meia de campo, seis escravos, um filho capataz e 2.000 reses.

A figura abaixo representa, através dessas visitas paroquiais, o movimento dos escravos entre as propriedades dos membros desta parentela e de outros sujeitos de sua relação. Conforme poderá se ver, trata-se de quatro grandes quadros representados em cores distintas, que ilustram as propriedades visitadas pelo pároco. No centro e cruzando estas propriedades estão outros quadros em branco, que demonstram os batismos realizados em cada uma destas propriedades. As flechas indicam o movimento dos escravos, quando estão apadrinhando ou sendo batizados em outras propriedades, que não aquelas de seu senhor.

**Figura 1.** Movimentação de escravos pertencentes à família Pinto



Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria. 1844-1888.

Três foram os sujeitos que identificamos batizando seus escravos na propriedade de Francisco em distintas ocasiões: Manoel Almeida Barboza, em 1853; o capitão Olivério Antonio de Ataíde, em 1858; e João José Pinto, em 1865.

As visitas do pároco à fazenda de Francisco ocorreram em diferentes momentos do ciclo de vida daquela família: no ano de 1850, 1853, 1858 e 1865. No primeiro ano, a escrava Florinda, filha natural de Benta é batizada. Três anos depois, observamos dois batizados: um deles de mais um dos filhos de Benta. Nota-se que na ocasião do batizado de seu segundo filho, Benta estava casada com Gregório, os quais eram escravos de

Francisco José Pinto. O outro batizado foi da filha de Magdalena, escrava de Manoel Almeida Barboza. Cinco anos depois, quando o mesmo pároco voltou àquela propriedade, a situação da família havia se alterado, já que Francisco havia falecido. Naquela ocasião foi batizada Margarida, escrava de Olivério Antonio de Ataídes. A última visita se deu em exatos sete anos após a morte de Francisco e naquele dia foram batizadas duas crianças de estatutos jurídicos distintos: Bernardino, livre e Bazílio, escravo.

Manoel Almeida Barboza era genro de Francisco, casado com uma de suas irmãs, Dona Francisca Maria de Oliveira. O segundo é o Capitão Olivério Antonio de Ataídes, também genro de Francisco, casado com Dona Maria Joaquina de Oliveira. O terceiro e último sujeito a apadrinhar escravos na residência de Francisco o fez no ano de 1865, ou seja, sete anos após seu falecimento. João José Pinto era filho de Francisco. João, era possivelmente o filho que antes do falecimento de Francisco era administrador de sua Fazenda e herdeiro da propriedade que antes administrava a serviço de seu pai.

A mobilidade dos cativos pertencentes ao plantel de Francisco é verificável no trânsito pelas propriedades dos seus irmãos, Clarimundo e de José Constantino Pinto, o que nos sugere uma estrutura de posse de escravos mais fluida do que os dados dos inventários (sozinhos) demonstram. Este aspecto pode ser melhor compreendido através do contexto sulino da década de 1860, cujo momento foi de crise da pecuária sulina, caracterizado pela queda do preço do gado na década de 1860 “que tornou insustentável a manutenção de escravos com valor cada vez mais altos após o fim do tráfico internacional” (FARINATTI, 2007, p.322). A falta de escravos teria resultado na utilização maior de peões livres, mais acessíveis aos proprietários. Na década seguinte, em 1870, a crise da economia charqueadora teria sido motivo de venda de escravos por pecuaristas para a região do sudeste brasileiro (PERUSSATO, 2010, p.52).

Ainda que, para Santa Maria não tenhamos verificado uma diminuição dos escravos no geral, (mas o contrário), entendemos que esta crise pode ter sido sentida por pecuaristas, que viam a necessidade de assegurar o número de escravos desempenhados nestas atividades mais escassamente do que em períodos anteriores. Neste sentido, fortalecer alianças com membros de sua família, que passavam pela mesma dificuldade, teria sido uma estratégia articulada ou de reciprocidade entre membros de um mesmo grupo (LEVI, 2000, p.159). Neste caso, evidências de reciprocidade interferiam nas escolhas dos padrinhos dos escravos desta parentela e na estrutura de posse de escravos.

Desta maneira, os ganhos nas escolhas destes laços se mostrariam, por exemplo, nos usos intercalados de escravos trabalhando ora na propriedade de um ora de outro. Isto é uma leitura possível ao verificarmos o trânsito destes escravos entre estas propriedades, batizando seus filhos e escolhendo para padrinhos membros desta parentela, alimentando, desta forma, o círculo de relações endogâmicas verificadas nos vínculos de consangüinidade, que neste caso pareciam orientar a perpetuação das riquezas internas ao grupo.

Nos laços conformados pelo apadrinhamento de seus escravos ficavam evidentes as circularidades destes membros da família senhorial e de sua escravaria. As escolhas do apadrinhamento dos escravos que compunham esta parentela é outro indicativo da solidariedade mantida por escravos destas outras fazendas, de um lado, e de outro, o reforço senhorial destas alianças entre seus pares.

Ademais, à congruência entre dados relativos à maneira como o patrimônio da família Pinto foi transmitido ao longo de gerações (em especial, a terra e seus escravos), bem como a atividade produtiva que lincava membros desta família partiparam os laços de apadrinhamento firmados por seus escravos. A coesão familiar deste grupo parental traduzia-se na estratégia de fortalecimento de alianças concebidas no interior do cativeiro. Assim, traços de endogamia que possibilitaram a manutenção e expansão do legado material da família Pinto também eram vistos nas famílias de seus escravos. O compadrio entre escravos da parentela senhorial sugere uma estratégia de preservação familiar lincada ao entendimento da política senhorial de manutenção de patrimônio.

### **Fontes**

Processo de Medição de Terras. Santa Maria. João José Pinto. Ano 1876. Maço5. APERS.

“Mappa Statistico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos.” In: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. Censo Geral de 1872 disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)  
Inventário *post mortem* de Francisco José Pinto. Ano 1858. APERS

### **Referências**

BACELLAR, Carlos. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

BARTH, F. *Process and form in social life*. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)* – Dissertação de Mestrado do curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

FRAGOSO, João.. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, p.27-48.

FREYRE, Jonis. *Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX)*. Revista da Unisinos. Vol. 15 Nº 1 - janeiro/abril de 2011.

KUHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa, século XVIII*. Tese apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

KULZER, Glaucia. *De sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação de Mestrado – UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. *Fontes censitárias brasileiras e posse de cativos na década de 1870*. Revista de Índias, 2011, vol. LXXI, núm. 251 Págs. 231-258, ISSN: 0034-8341 doi:10.3989/revindias.2011.009, p.232).

MOREIRA, Paulo S; MATHEUS, Marcelo Santos. *A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX)*. Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Volume 28.2 ISSN 0102-9487

MOREIRA, Paulo S. & GARCIA, Natália. Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul. In: *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas* / Organizadores Ana Sílvia Volpi Scott et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP, 1999.

MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. *A família escrava em Lorena e em Cruzeiro (1874)*. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist13\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist13_3.pdf) , 2006.

PERUSSATO, Melina K. *Como se de ventre livre nascesse*. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, 2010.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

ROCHA, Cristiany Miranda da. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004.

SILVEIRA GUTERRES, Letícia. *Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. Tese de Doutorado. UFRJ: 2013.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e família no sul do Império brasileiro: Santa Maria, século XIX*. In: XAVIER, Regina; OSÓRIO, Helen (orgs.). *Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Parte II:  
Imigrantes, Conflitos  
e Redes Sociais



**Conflito, justiça e controle social:  
apontamentos sobre as relações entre imigrantes  
e descendentes numa região de colonização alemã  
(Vila de São João de Santa Cruz/RS, 1879-1905)**

Jéssica Fernanda Arend\*

Maíra Ines Vendrame\*\*

O presente artigo parte de casos específicos – analisados em documentação policial e criminal – enquanto caminho para apreender modos de viver e se comportar numa região de colonização alemã do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século XIX. A Vila de São João de Santa Cruz, localizada no vale do Rio Pardo, a cento e trinta quilômetros da capital Porto Alegre, é o local onde ocorreram os impasses aos quais iremos apresentar a seguir. Mais do que reforçar questões gerais sobre o cotidiano e relações entre os indivíduos, imigrantes e descendentes de alemães, busca-se analisar experiências concretas e situações particulares para propor novos questionamentos e temas de pesquisa para a compreensão das racionalidades dos imigrantes europeus que se fixaram no território sul-rio-grandense no decorrer do século XIX.

Em 24 de setembro de 1889, João Winkelman estava prestes a se casar com Maria Weber quando Frederico Bolzmann – natural da Alemanha, casado – se deslocou até uma autoridade policial para dar queixa contra Winkelman. Alegando pobreza, Frederico afirmou que João Winkelman havia deflorado sua filha, Luiza, quando esta havia ido para a casa da irmã do acusado, em 1887, na localidade de Lajeado, a fim de auxiliar nos afazeres de casa, uma vez que a mesma havia dado à luz a uma criança. A deflorada possuía dezesseis anos incompletos, como a família procurou comprovar com a documentação presente no inquérito: a frequência escolar de Luiza e sua crisma.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

\*\* Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A família Bolzmann – Frederico, esposa Augusta e filha Luiza – migraram de Nowawes para a Vila de São João de Santa Cruz – RS entre os anos 1885 e 1887. Portanto, se tratava de uma família recém-chegada. Não sabemos se a família possuía amigos e parentes que haviam auxiliado de alguma forma na transferência do grupo para o Rio Grande do Sul. É possível que a existência de alguma rede pretérita de contato tenha contribuído para que escolhessem imigrar para o Brasil e, por fim, se fixar na Vila de São João de Santa Cruz. Como podemos encontrar no inquérito, a família alegou pobreza. Portanto, é bastante provável que havendo necessidade de ampliar as estratégias de sobrevivência e reprodução do grupo, a família mandou sua única filha, Luiza, para Lajeado a fim de auxiliar Augusta Winkelman que há pouco havia parido. É provável que esta prática fosse recorrente entre as famílias de imigrantes. O emprego temporário nas casas de famílias que necessitavam de auxílio com as atividades domésticas e no cuidado dos filhos pequenos, certamente, era visto como um serviço que garantiria vantagens diversas: o aprendizado de certos trabalhos com o cuidado da casa e a educação das moças.

A casa de Augusta Winkelman, que era casada com Bernardo Helfer, tinha todos os cômodos ocupados quando Luiza se destinou para lá, pois com ela residiam seus irmãos João e Joana Winkelman. Não havia quartos sobrando para que Luiza pudesse passar as noites durante sua estadia de quinze dias. Segundo Augusta, ela havia lhe oferecido para que dormisse no quarto do casal, entretanto, Luiza disse que não se incomodava em dormir no mesmo quarto que estavam João e Joana. Assim, durante o período em que esteve empregada na casa dos Winkelman, a jovem pernitoou no mesmo quarto do sujeito que será apontado como seu deflorador.

Em 1888, Luiza deu à luz a um menino, o qual foi batizado em maio do mesmo ano com o nome de Oswaldo Jorge, seu filho natural. Provavelmente, a família procurou esconder durante algum tempo a gravidez da jovem, uma vez que o nascimento de um ilegítimo era sinal de vergonha, tanto para a moça quanto para a família. Somente depois de passados dois anos do envolvimento de Luiza com João Winkelman é que este foi denunciado por defloraçmento pelo pai da jovem mãe solteira, Frederico Bolzmann. A demora em apresentar a queixa às autoridades policiais indica a existência de ajustes entre os integrantes da família Winkelman e Bolzmann, provavelmente, firmado quando do nascimento do ilegítimo. O não cumprimento daquilo que havia sido estabelecido e do que se esperava que João Winkelman, pai do

ilegítimo, fizesse, resultou com que o patriarca Frederico B. oferecesse denúncia às autoridades.

Apesar de indicações não terem sido localizadas em outra fonte da existência de acordos privados entre o pai da jovem e o responsável pela gravidez, e conseqüente desonra da filha, pode-se entender a demora do caso ser denunciado como um indício da existência de tratativas privadas entre as partes envolvidas no impasse. Somente, em 1889, passado mais de um ano do nascimento do ilegítimo, quando João Winkelman estava prestes a se casar, é que foi denunciado por Frederico Bolzmann. Este, através da denúncia, buscou manifestar o seu descontentamento e ao mesmo tempo garantir o estabelecimento de certa pressão para que o esperado e prometido fosse cumprido pelo deflorador de sua filha.

O suplicante acabrunhado pelo desgosto e pela vergonha da desonra de sua única filha, e não lhe permitindo o seu estado de pobreza proceder judicialmente contra o ofensor, tratou de empregar meios brandos no intuito de conseguir que o ofensor se casasse com a ofendida, chegando mesmo a nutrir esperanças. Ultimamente soube que o aludido João Winkelman, não obstante as promessas que fizera de reparar o seu erro, vai contrair matrimônio com outra moça<sup>49</sup>.

O não cumprimento da promessa de assumir a responsabilidade do mal causado à honra da família Winkelman, levou, portanto, o acionamento do recurso da Justiça. Entre as testemunhas do processo, temos o relato de Antônio Schwengber, o qual expôs que o pai de João Winkelman, Carlos Winkelman, havia dito que se de fato João era pai do filho de Luiza, este haveria de se casar com ela mesmo que obrigado. Já a testemunha Emília Bencke, que ajudou Luiza a partejar, nos informa que João Winkelman entretinha relações de amizade com a família Bolzmann. Outra testemunha, Germano Thessing, mesmo não querendo fazer suposição nenhuma, conta que a sua vizinhança, que era a mesma da família Winkelman, disse que o filho de Luiza era muito parecido com os Winkelman.

Quando finalmente Luiza fora inquerida, ela disse que, logo após ter chegado da Alemanha, se envolveu com João Winkelman, o qual lhe prometeu casamento e por isso havia se atraído pelo mesmo. Alegou ter acreditado em suas promessas por ainda ser muito criança. Reforçou ter certeza que João Winkelman era o pai de seu filho, já que não havia tido relação sexual com nenhum outro homem.

---

<sup>49</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 126, Maço 67, Processo nº 2221, 1889.

O inquérito foi arquivado em 1890 porque o promotor público não encontrou bases suficientes para dar queixa contra Winkelman. Durante a investigação, João, o denunciado como deflorador, casou-se com Maria Weber. Já Luiza Bolzmann, se casou com Mathias Dick, cinco anos depois do pai de seu primeiro filho, em julho de 1894. No dia do casamento, foi acrescentada uma pequena nota ao lado do registro de batismo do seu filho, Oswaldo Jorge: “Foi adotado e legitimado por Mathias Dick, marido de Luiza Bolzmann, aos 11 dias de julho de 1894”<sup>50</sup>.

Mais que recorrer à Justiça como uma maneira de forçar o cumprimento de acordos privados estabelecidos entre as partes em disputa, a denúncia também era uma maneira de expor publicamente, atingir a honra, causar vergonha e danos materiais ou imateriais àqueles que eram responsáveis por prejudicar a fama e reputação de uma família ou sujeito. Ela também aparece como uma estratégia para controlar a circulação das fofocas e rumores nas comunidades rurais contra fatos condenados moralmente e causadores de desonra. Além é claro, de funcionar como um meio de fazer com que novas tratativas e acordos fossem firmados privadamente, muitas vezes com a intervenção de autoridades locais (VENDRAME, 2016). Não foi possível identificar através da documentação analisada, mas conhecendo ser uma prática recorrente na cultura camponesa dos imigrantes europeus o estabelecimento de acordos privados, é possível que a jovem Luiza tenha recebido um dote do seu deflorador. A compensação financeira enquanto uma forma de reparação, provavelmente, garantiu um pecúlio para que a mesma posteriormente encontrasse um pretendente e se casasse.

Antes da investigação apresentada acima, outras situações de conflitos indicam para o fato da família Bolzmann sofrer certa hostilidade entre a população da Vila de São João de Santa Cruz. Em 1887 encontramos os pais de Luiza, Frederico e Augusta, protagonizando outro processo-crime, também como queixosos. Estavam os dois em um baile, na casa de Otto Beilke, quando André Felten perguntou para Henrique Beckenkamp quem era aquela senhora, se referindo à Augusta, este o respondeu em altas vozes que ela “era uma p... de Berlim, capaz de praticar um ato indecoroso por uma garrafa de cerveja”<sup>51</sup>. As palavras ofensivas contra a recém-chegada imigrante motivaram o conflito, indicando, ao mesmo tempo, a presença de certa resistência àqueles que a pouco haviam se fixado na vila, como era o caso da família Bolzmann.

---

<sup>50</sup> Fonte: Livro de Batismos da paróquia de São João de Santa Cruz do Sul, nº 6, 1884-1889.

<sup>51</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 40, Processo nº 1769, 1887.

Assim, as hospitalidades se faziam presentes através de comentários que questionavam a moralidade das mulheres. Questionamentos e dúvidas sobre a conduta sexual das imigrantes eram aspectos que podiam desencadear prejuízos a honra familiar do grupo ao qual pertenciam. Se falar das suspeitas sobre o comportamento sexual feminino era uma maneira de colocar em dúvida a índole e reputação de uma família, apesar de recém-chegados, também era necessário que as ofensas lançadas fossem aceitas, sem que houvesse uma reação violenta como forma de se contrapor aos insultos.

No livro *Os estabelecidos e os Outsiders*, Norbert Elias e John Scotson (2000), que analisaram as relações numa comunidade inglesa entre os que haviam se fixado por primeiro num bairro e os chegados, constataram que as fofocas e comentários maldosos servem para ferir e humilhar outros indivíduos, principalmente se eles não se encaixavam no grupo já consolidado, descumprindo normas e costumes. Para os autores, “o fato de se mexer com outros sobre tal assunto era prova da própria irrepreensibilidade. Reforçava a comunhão dos virtuosos”. Tal como a sociedade estudada por Elias (2000, p. 124), na qual “a censura grupal imposta aos que infringiam as regras tinha uma vigorosa função integradora”, a sociedade imigrante analisada neste artigo se mostrava muito atenta aos comportamentos. Ela controla e reforça, ao mesmo tempo, os vínculos internos através dos rumores e da violência enquanto mecanismo de controle social.

Na percepção de Elias e Scotson (2000, p. 125), a fofoca não vai apenas desempenhar o papel de “apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os moradores”. Isso porque, a fofoca também exerce a “função de excluir pessoas e cortar relações. Podiam funcionar como um instrumento de rejeição de extrema eficácia”. Tudo isto ajuda a entender as escolhas dos indivíduos no caso apresentado acima. Quando Henrique Beckenkamp utilizou palavras ofensivas a respeito da reputação de Augusta Bolzmann, ele remeteu há algo que ela teria feito antes de imigrar para o Brasil. Fofocas sobre comportamentos pretéritos, antes da partida para o além-mar, poderiam ser usados para excluir, classificar e reforçar diferenciações e hierarquias entre os indivíduos que haviam chegados em épocas diferentes nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul.

Sobre a família Bolzmann, outras informações são encontradas na documentação analisada. Uma delas é a notícia de que eram luteranos. Na cópia da certidão de crisma da imigrante Luiza Bolzmann, nascida no dia 09 de setembro de

1871, aparece que “depois da confissão feita do credo evangélico, prometendo de reter esse credo, foi, crismada no dia 27 de setembro de 1885 na igreja evangélica luterana em Nowawes e tem recebida após a eucaristia (...)”<sup>52</sup>.

Os imigrantes alemães que chegavam ao vale do Rio Pardo, mais especificamente os que se fixaram em Santa Cruz, foram distribuídos nas picadas conforme sua religião, católicos ou luteranos, ou conforme o local de origem das famílias. Assim também foi organizado o espaço urbano da cidade de Santa Cruz, dividindo de um lado os moradores e instituições católicas e do outro, os moradores e instituições protestantes (NORONHA, 2013). O filho da imigrante Luiza foi batizado na Igreja católica, na Matriz, a Catedral de São João Batista em Santa Cruz, onde foi também realizado, posteriormente, o casamento da jovem mãe solteira.

As pessoas com as quais a família passou a se relacionar eram católicas, passando a mesma a realizar as atividades na igreja frequentada pelos imigrantes e descendentes que seguiam as celebrações e rituais católicos. Porém, não sabemos qual era a religião que predominava entre os moradores da Picada que a família Bolzmann viveu. É fato que, Luiza batizou seu filho e casou na Igreja Católica, sendo católico o seu marido. O que leva a intuir que seu círculo mais estreito de relações era de indivíduos que professavam a religião católica. Jorge Frantz, católico, padrinho do filho e testemunha no seu casamento, certamente era um indivíduo importante na rede da família Bolzmann, tendo ele, provavelmente, dado apoio aos recém-chegados. A formação das redes de apoio e o reforço das mesmas através dos “laços de parentesco, compadrio e solidariedade entre grupos envolvidos” é algo muito presente nas áreas de ocupação europeias, nas comunidades fundadas pelos imigrantes, refletindo uma estratégia de inserção e controle social (VENDRAME, 2013, p. 18). As tramas de solidariedade que uma família consegue construir ou manter exerce um importante papel nos momentos de dificuldade da mesma, sendo acionada quando se fazia necessário (VENDRAME, 2013; FARINATTI, 2007; CARNEIRO, 2018).

As pessoas pertencentes ao círculo de relações da família Bolzmann eram todas, das que foram identificadas nas fontes, nascidas na colônia de Santa Cruz. Além disso, como afirmamos anteriormente, João Winkelman e sua esposa Maria Weber e o sujeito com quem Luiza se casou posteriormente, Mathias Dick, eram também católicos. O

---

<sup>52</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 126, Maço 67, Processo nº 2221, 1889. (Grifos nossos).

casamento da jovem Luiza com um católico talvez tenha auxiliado a amenizar as oposições, desconfianças e julgamentos que a família parece ter enfrentado assim que chegou ao lugar. Pode ter o matrimônio funcionado como uma estratégia de integração e fortalecimento das redes de solidariedade, ainda muito frágeis, do grupo que por último havia chegado à localidade. Assim que chegou na companhia da família, Luiza logo passou a ser vista como uma moça pouco honrada, sendo essa percepção reforçada quando da notícia da sua gravidez<sup>53</sup>. Tal julgamento seria controlado apenas com o tempo, quando ela se encontrava casada, tendo seu filho ilegítimo reconhecido pelo companheiro com o qual se casou.

Posteriormente, em 1897, encontramos João Winkelman nos registros cartoriais. Sua irmã, casada com Fernando Helfer, e cunhado vendem parte do lote colonial localizado na Linha Rio Pardinho. No registro de venda, fica acordado o valor de seis contos de réis, com a condição de que o comprador deveria respeitar um caminho existente no arroio com que a propriedade faz divisa.<sup>54</sup> A terra como um bem muito caro entre as famílias camponesas, quando da ocorrência de uma venda, demandava o estabelecimento de acordos para garantir o direito de passagem, uso de estradas e de outros recursos presentes nos espaços transferidos. É provável que a venda seja consequência de tratativas e acordos familiares ligados à herança, onde a circulação de moeda não era intensa, mas sim as trocas, circulação de reciprocidades e favores (VENDRAME, 2017).

João Winkelman, que havia nascido na Província, possuía um extenso grupo familiar, composto de treze irmãos. Além disso, indícios mostram a existência de uma rede de relações reforçada através do apadrinhamento aos filhos de parentes e conhecidos. Assim, em relação à família Winkelman, temos percebido que se trata de um agregado com certo prestígio dentro daquela comunidade, tendo em vista que os pais de João, Carlos e Hedwiges Winkelman, eram proprietários de um salão de baile na Linha Santa Cruz. Essa questão leva a crer que a família era bastante conhecida no local onde residiam. O estabelecimento era um espaço de sociabilidade, atraindo muitas

---

<sup>53</sup> É o que nos dá a entender o relato de Augusta Winkelmann quando testemunha sobre a honra de Luiza. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 126, Maço 67, Processo nº 2221, 1889.

<sup>54</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES). Livros de notas cartoriais. Santa Cruz do Sul. Estante 44. 1º Tabelionato. Livro nº 25, p. 88. 1896-1897.

peças da região para o local a fim de se encontrarem, festejarem e tratarem das mais diversas questões.

Já em relação à família Bolzmann, podemos dizer que a mesma estava procurando criar segurança na localidade onde havia a pouco chegado. Assim que se fixavam nos novos locais de destino, “os recém-imigrados entravam em um jogo de distribuição das propriedades de terras, necessitando, igualmente, de recursos e segurança para estabilizar a difícil situação em que se encontravam no início” (LEVI, 2016, p. 20). A necessidade de garantir vínculos de apoio e reciprocidade se tornava extremamente importante e necessário para controlar as tensões nas linhas coloniais. A imigração podia tanto criar fortes redes de solidariedade por um lado, e por outro, criar um mundo permeado por tensões, divisões e necessidade de controles. Somado a tudo isso, hierarquias e conflitos acentuavam as incertezas, bem exigiam a articulação de mecanismos que garantissem certa segurança e paz (LEVI, 2016; VENDRAME, 2016)

Nesse sentido, é bastante provável que quando a família Bolzmann ficou sabendo que João Winkelman estava prestes a se casar, ela sentiu que iria perder alguma coisa, a segurança. É certo que havia alguma expectativa de que João se casasse com Luiza, buscando assim, reparar o mal causado. No entanto, dois anos já se haviam passado desde o defloramento de Luiza. O não cumprimento de acordos e compromissos firmados entre o ofensor e a família da jovem, fez com que o patriarca Frederico buscasse a Justiça oficial para tentar impedir ou até mesmo formar um novo acordo extrajudicial ou receber algum benefício.

Acordos extrajudiciais ou mesmo articulações privadas, onde a Justiça é ativada apenas como estratégia local para obter algum benefício, não era incomum dentro daquela sociedade. Temos observado em processos de injúria e calúnia algo semelhante, onde é alegado que os indivíduos criam falsas situações e logo depois de realizada a queixa, os mesmos solicitavam um termo de desistência. Os “imaginários crimes de injúrias” eram os mais frequentes. “Entretanto, e isto é admirável, eles quase nunca chegam a um termo final, ao julgamento. Uma concordata é, de ordinário, o ultimatum. O acusado paga uns tantos mil réis, e o processo morre no embrião”<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 41, Processo nº 1846, 1889.



No processo de injúria que estão envolvidos Frederico e Augusta Bolzmann, logo após realizada a queixa, eles assinaram o termo de desistência, conforme pode ser conferido no registro que segue:

compareceram os autores Frederico Bolzmann e sua mulher Augusta Bolzmann, e por eles foi requerido ao Juiz para desistirem da queixa dada contra Henrique B., visto ter este dado a eles autores as explicações precisas a satisfação de sua honra ofendida e pedia para pôr-se em perpétuo silêncio na presente causa lavrando-se o competente termo de desistência [...]<sup>56</sup>.

A denúncia de injúria causava exposição do ofensor e colocava as partes em condições de estabelecerem acertos privados. O termo de desistência da denúncia foi assinado após acordo extrajudicial entre o ofensor e os ofendidos, funcionando como um restaurador da honra ofendida e da harmonia entre os envolvidos no impasse. O fornecimento de explicações e o pedido de perdão foram oferecidos pela parte ofensora, somados, provavelmente, a outro tipo de compensação entre eles que não está mencionado no termo de desistência. Este aponta para a existência de tratativas privadas, que podem ter sido formalizadas perante autoridades através de documentos formais ou apenas mediadas por indivíduos de certo prestígio no local de residência dos envolvidos na contenta.

Em comunidades rurais de colonização europeia como a estudada no presente artigo, a vida de imigrantes e descendentes era marcada por iniciativas constantes que buscavam reforçar os laços de afinidades entre a população de uma mesma origem, através da participação nas atividades religiosas, dos festejos, apadrinhamentos, casamentos e auxílios entre as famílias vizinhas e aparentadas. Frequentar o mesmo espaço da igreja e bar seria agregação e um sentimento de pertença entre a população. Porém, independentemente de serem comunidades fundadas por imigrantes alemães ou italianos, estudos já realizados, bem como o presente, apontam que tais espaços eram marcados por tensões, divisões e lógicas diversas em relação aos usos da justiça (VENDRAME, 2016). O mecanismo da Justiça oficial era utilizado pela população para obter reparações, compensações e vantagens que não estavam condicionadas ao julgamento do denunciado por parte do Estado. Pelo contrário, as esferas de controle e poder policiais e jurídicas eram acionadas para funcionar como instâncias que

---

<sup>56</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 40, Processo nº 1769, 1887.

propiciavam o andamento de formas autônomas de resolução, compensação e restauração da harmonia na vizinhança e comunidade.

Ao analisarmos as escolhas dos sujeitos e famílias acima apresentados, devemos levar em conta as estratégias e a racionalidade que os orientaram. Segundo Giovanni Levi (2000, p. 46), uma “racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrictão”. É constante a tensão entre o desejado, o ambicionado e o que é permitido e tolerado. Essas questões orientam as escolhas dos sujeitos, que sempre são realizadas de acordo com a compreensão limitada que cada um possui da realidade e das normas sociais.

Quando nos referimos ao conceito de estratégias, a entendemos “enquanto escolhas de um determinado grupo no sentido de se adaptar e garantir seus interesses frente a uma realidade externa”. Ao articularem estratégias, os sujeitos buscam aumentar suas vantagens e ganhos, contando para isso dos benefícios que podem extrair das redes de relações que possuem (VENDRAME, 2013 p. 386; CARNEIRO, 2018, p. 56).

Além do que já foi destacado no presente artigo, gostaríamos de chamar atenção para o papel da vizinhança. Esta, assim que soube do nascimento do filho ilegítimo de Luiza, buscou saber quem era o pai. A vizinhança exerce um papel importante de controle da ordem e manutenção da harmonia dentro da comunidade, principalmente através da fofoca – e aqui o elemento da fofoca reaparece como fator relevante dentro dessa comunidade: “Os rumores tinham, portanto, a função de restaurar o equilíbrio local fazendo com que os indivíduos voltassem a se comportar segundo as normas aceitas” (VENDRAME, 2013, p. 321). E, conseqüentemente, também havia a necessidade de controlar a opinião pública, justamente para que a reputação individual e familiar não se danificasse, evitando assim, o prejuízo de futuros acordos e negócios.

Essa questão do controle exercido pelos vizinhos através dos comentários e fofocas que faziam circular pode ser percebido na denúncia que Miguel Bauerman fez contra Guilherme Behling, em 1884. A queixa do primeiro se deve aos comentários e denúncia do segundo de que ele havia cometido infanticídio para esconder a “vergonha e a honra” de sua filha, que havia dado à luz a um filho ilegítimo. De acordo com o relato das testemunhas, Bauerman tinha assassinado e enterrado num matagal o recém-nascido, seu neto. Porém, alegando ter a criança nascido morta, o acusado buscou se

defender das acusações, reforçando em sua defesa que o denunciante, Behling, era mau vizinho e seu “inimigo gratuito”<sup>57</sup>. As calúnias e fofocas que circulavam na vizinhança deviam ser controladas, motivo pelo qual, Bauerman apresentou denúncia. No entanto, além de espalhar a suspeita do infanticídio, o denunciado havia apresentado a queixa às autoridades policiais.

Apesar da denúncia de infanticídio ter sido arquivada, Bauerman, na sequência, apresentou às autoridades queixa de calúnia contra Behling. Mais que expor publicamente seu ofensor através da denúncia e abertura de investigação, Bauerman procurava também controlar as fofocas e rumores através de uma contra ofensa. Assim, o processo-crime de calúnia, além de modelar a opinião pública, restabeleceu certo equilíbrio e paz local, garantindo que as relações fossem recuperadas, apaziguadas e compensações pacificadoras conferidas.

Mais que apresentar a denúncia de calúnia como uma maneira de controlar a opinião pública sobre fatos que causavam a desonra da família, Bauerman vai até a casa de alguns vizinhos para intimidá-los. De acordo com a testemunha Pedro Frantz, Bauerman foi até sua casa pedir para que “nunca contasse que sua filha tivera uma criança e que se o fizesse o perseguiria e talvez houvesse sangue<sup>58</sup>”. O pai da jovem demonstrou ter agido para controlar as fofocas que corriam na vizinhança. Acionou diversos recursos para impedir a continuação dos comentários que prejudicavam a honra familiar e a reputação da filha.

Inicialmente, buscou ocultar a gravidez da filha e a morte do recém-nascido, uma vez que tais fatos eram prejudiciais à honra familiar, bem como restringiam as escolhas de realização do matrimônio e podiam prejudicar a sobrevivência do grupo. Posteriormente, diante das suspeitas do crime de infanticídio e os comentários na vizinhança, buscou constranger alguns vizinhos e ameaçá-los com vingança de “sangue”. E, por fim, diante das tentativas fracassadas de controle das suspeitas e comentários, apresentou denúncia de calúnia para as autoridades policiais como uma escolha de contra ofensa ao vizinho que lhe havia acusado de ter cometido crime de infanticídio. Para além das suspeitas e denúncias, fica evidente neste caso que Bauerman não desfrutava de fortes redes de proteção no local onde residia. Aquilo que

---

<sup>57</sup> Este processo ainda não encontramos, porém, ele está transcrito dentro do processo de calúnia. Este primeiro processo foi arquivado.

<sup>58</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 40, Processo nº 1816, 1884.

se esperava dos vizinhos, ou seja, de um “bom vizinho”, era que não causassem prejuízos e desordens com a divulgação de suspeitas sobre fatos que deveriam ser mantidos em segredo e que eram assuntos privados das famílias. Bauerman não conseguiu garantir que as suspeitas de que o recém-nascido havia sido alvo de um infanticídio fossem silenciadas. O que contribuiu para isto, certamente, foi o fato do pai da moça, mãe solteira, ter muitas inimizades e não ter boa avaliação por parte de alguns vizinhos.

A presente pesquisa, mais que mostrar que as localidades rurais formadas por imigrantes e descendentes de alemães no Rio Grande do Sul não eram espaços harmônicos, homogêneos e tranquilos, aponta para as tensões, conflitos e divisões internas que marcavam as relações cotidianas. Porém, essa realidade conflitiva não excluía a formação de solidariedades, redes de assistência e proteção entre os grupos de indivíduos. Além da realidade aqui estudada, tais questões são identificadas ao se observar outras comunidades fundadas por imigrantes europeus no território sul-riograndense. Divisões e conflitos faziam parte da realidade cotidiana vivida nas áreas de colonização europeia, sendo mobilizados localmente mecanismos de pacificação e resolução violenta de eventos que causam tensões e instabilidades. Para encaminhar acertos, estabelecer controles, afastar da convivência comunitária o indesejado e até causar danos à reputação dos rivais, a população acionava o recurso da Justiça oficial, não como um fim para conseguir alguns benefícios, mas como um meio para fazer com que lógicas de resolução dos conflitos e racionalidades fossem respeitadas (VENDRAME, 2016).

Pensando na articulação interna dos conflitos e nos usos da Justiça do Estado, autores têm chamado a atenção para os mecanismos extrajudiciais, como procedimentos que tinham por finalidade controlar os desvios sociais, segundo práticas costumeiras do grupo. Eles se constituíam através do recurso da violência, de rituais de humilhação pública, vinganças, combinações e pacificação<sup>59</sup>. Longe de garantir a paz e a resolução dos impasses, a Justiça do Estado não se apresentava como a esfera primeira a ser acionada, sendo, geralmente, procurada quando fracassavam as iniciativas autônomas de encaminhamento dos problemas.

---

<sup>59</sup> Sobre a presença de mecanismos extrajudiciais e privados de resolução dos impasses e usos próprios que a população fazia da justiça do Estado, ver: MANTECÓN, (2002) e VENDRAME, (2016).

Portanto, na sociedade estudada, nem sempre a Justiça oficial era de imediato acionada para a resolução dos conflitos. Existiam formas de controle local da vida, que passavam por articulações internas. As escolhas de resolução e apaziguamento são entendidas como um costume que tinham força de lei. Para Edward P. Thompson (1998, p. 14), o costume é “um vocabulário completo do discurso, de legitimação e de expectativa”, além de ser também “um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.”. Enquanto discurso legitimador, o costume ganha força de lei para que a comunidade consiga através de normas e práticas manter o equilíbrio, e dessa forma, “temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes.” (THOMPSON, 1998, p. 19)<sup>60</sup>.

\* \* \*

No presente artigo, através da análise de casos específicos e buscando seguir alguns nomes, foi possível questionar as motivações que levaram os sujeitos a agir de determinada maneira. Além disso, apontamos para a complexidade das relações humanas dentro de uma sociedade e suas diversas estratégias para maximizar os ganhos de cada sujeito ou família. As comunidades fundadas pelos alemães no território sul-riograndense se tornaram um espaço de vivência dos imigrantes e descendentes, encontrando dificuldade para se agregar àqueles conterrâneos que iam chegando em momentos diferentes. Como vimos, conflitos, desarmonias e tentativas de negociação passaram a marcar o cotidiano das relações dos indivíduos e famílias, uma vez que fazia parte de um complexo jogo de escolhas e estratégias de defesa da reputação e honra

---

<sup>60</sup> Ao longo de seu livro “Costumes em Comum”, E. P. Thompson (1998) nos apresenta a *Rough Music*, que seria um costume da Inglaterra rotineiramente usado desde o final do século XVII, caracterizado por um ritual de zombaria e hostilidades públicas contra aqueles indivíduos que transgredem e desrespeitam as normas da comunidade, desequilibrando o espaço comunitário. Assim, “o ritual era visto como um elemento que canalizava e controlava essa hostilidade.” (p. 365) e era a comunidade quem “definia os limites do comportamento permitido” (p. 367), dessa forma, esse ritual simbolizado anunciava “a total desonra pública” (p. 366), se dizia “em público o que já foi dito antes em particular. [...] A vítima deve sair e enfrentar a comunidade no dia seguinte, sabendo que aos olhos de todo vizinho e de toda criança é uma pessoa desonrada.” (p. 367). Quem sofria a *rough music* eram aqueles que cometiam delitos e infrações. Conforme o peso de cada delito, o castigo era diferente, podendo ocorrer até a expulsão do infrator da comunidade. Conforme E. P. Thompson (1998), a *rough music* “é propriedade de uma sociedade em que a justiça não é inteiramente delegada ou especialidade de poucos, mas estabelecida e determinada pela comunidade.” (p. 396), ou seja, “parte da lei ainda pertence à comunidade” (p. 396).

familiar. O reforço das redes de apoio e proteção, por meio das quais circulavam solidariedades e auxílios variados, eram fundamentais para garantir uma melhor segurança e previsibilidade, quando do surgimento de situações e impasses que impunham dificuldades diferentes para a manutenção da harmonia e sobrevivência local.

Neste sentido, queremos ressaltar que o uso da metodologia da micro-história foi fundamental pois, a partir dele, conseguimos acessar compreensão, expectativas e aspectos que as estruturas tendem a inviabilizar. Neste sentido, as escolhas individuais e coletivas devem ser “vistas como resultado de constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. Antes que estar apenas preocupado com “a interpretação dos significados”, o historiador, neste tipo de investigação, deve apontar para a “pluralidade” das leituras possíveis do mundo, para a complexidade e tensões entre os recursos simbólicos e os materiais (LEVI, 2011, p. 137-138).

Mais do que a redução de escala, o nome como fio condutor orientou a pesquisa nas fontes criminais. Através do método indiciário de Carlo Ginzburg (1989), ou seja, do nome como sinal, conseguimos reconstruir não apenas redes de relações, mas, também as possibilidades de escolhas para os imigrantes recém-chegados à Vila de São João de Santa Cruz. Por meio dos indícios, reconstruímos histórias como possibilidade de melhor compreender a realidade vivida nas regiões de colonização europeia, procurando nos distanciar de explicações homogêneas, pois, segundo Fredrik Barth (2000, p. 113), “não devemos buscar moldes daquilo que esperamos ou gostaríamos de encontrar”.

Em relação às fontes criminais, vale destacar que ao trabalharem com processos-crime, Sidney Chalhoub (2001) e Boris Fausto (2014) chamaram atenção para os cuidados ao se usar a mencionada fonte, alertando para o fato de que não devemos nos deixar levar pelo encantamento e fascínio que ela desperta. Levando em consideração este cuidado, ressaltamos que os processos criminais nos servem como uma sala com diversas portas. Em cada uma delas podemos observar diferentes possibilidades de escolhas daqueles sujeitos, bem como as estratégias, que vão se entrelaçando ao longo da narrativa e que, apoiados em outras fontes e bibliografia, podemos interpretar e

descobrir os seus sentidos dentro daquela sociedade, envolvendo tanto homens quanto mulheres.

Por fim, para além de constatar que imigrantes e descendentes de alemães, nas picadas fundadas em áreas de colonização, possuíam maneiras específicas e práticas autônomas de resolução dos conflitos e impasses, através deste artigo buscamos problematizar os usos da Justiça oficial. A utilização do recurso da Justiça do Estado e da mediação das autoridades públicas locais como estratégia para expor, constranger e encaminhar o estabelecimento de acordos privados entre sujeitos e famílias envolvidas num empasse, geralmente em casos que ofendiam a honra familiar, já foram verificados em outras pesquisas. Nelas, o foco da análise eram as práticas de punição e controle social em comunidades rurais fundadas por imigrantes italianos (VENDRAME, 2016). Independentemente de serem imigrantes alemães, italianos e descendentes, acreditamos que as perguntas surgidas da análise dos casos específicos ocorridos envolvendo um ou outro grupo são interessantes. Serve, de um modo geral, para levantarmos questionamentos e entendermos as práticas de justiças consideradas justas e legítimas dentro de uma cultura camponesa de matriz europeia.

### **Fontes**

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 40, Processo nº 1816, 1884.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 40, Processo nº 1769, 1887.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 126, Maço 67, Processo nº 2221, 1889.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos-crime. Santa Cruz do Sul. Estante 125, Maço 41, Processo nº 1846, 1889.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Poder Judiciário. Órfãos e Ausentes. Inventário. Santa Cruz do Sul. Maço 24 A, nº 625, 1910.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Livros de notas cartoriais. Santa Cruz do Sul. Estante 44. 1º Tabelionato. Livro nº 25, p. 88. 1896-1897.

Livro de Batismos da paróquia de São João de Santa Cruz do Sul, nº 6, 1884-1889.

Livro de Matrimônio da paróquia de São João de Santa Cruz do Sul, nº 3, 1883-1896.

## Referências

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

CARNEIRO, Deivy F. *Micro-história e a História do crime e da justiça criminal: um diálogo possível e desejado*. VENDRAME, Máira I.; MAUCH, Claudia; MOREIRA, Paulo S. (Orgs.). *Crime e Justiça: reflexões fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução, Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARINATTI, Luis A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: VENDRAME, Máira Inês. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

MANTECÓN, Tomás A. M. El peso de la infrajudicialidad en el control del crimen durante la Edad Moderna. In: *Estudis*, n. 28, 2002, p. 43-75.

NORONHA, Andrius E. *Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)*. Tese de doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENDRAME, Máira I. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Porto Alegre: PUCRS/FFCH, 2013.

\_\_\_\_\_. Donas do próprio destino?: experiências transnacionais de imigrantes italianos no Brasil meridional. In.: VENDRAME, Máira I.; PEREIRA, Syrléa M. (Orgs.). *Mulheres em*



## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

*movimento*: experiências, conexões e trajetórias transnacionais. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

\_\_\_\_\_. “O mercado da terra entre os imigrantes italianos no Brasil meridional”. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 82-112.

## **Redes sociais e familiares: matrimônio e economia em áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul<sup>61</sup>**

Marinilse Marina Busato\*

### **Introdução**

O presente trabalho analisa a trajetória das famílias de imigrantes italianos Pandolfo, Bernardi, Lunardi e suas ramificações, tendo como fio condutor e elo de interligação a família Busato. Esses imigrantes italianos, originários de áreas urbanas do Vêneto, fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, inicialmente na colônia era Guaporé, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970 para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política. A análise teórica e metodológica segue a linha da micro-história italiana e o uso de fontes orais. A redução de escala de análise, o método indiciário e a exploração exaustiva das fontes permitiram traçar as trajetórias familiares desse grupo de comerciantes.

### **Do Vêneto para o Brasil**

Saiba que quando viemos, em 1888, de Brusaporco (Castelfranco Vêneto), éramos em onze e não tínhamos nada, ou melhor, um débito de duas mil libras emprestadas para fazer a viagem. Hoje, os nossos descendentes são 180, pagamos aquela dívida e nos encontramos, graças ao bom Deus, em boas condições<sup>62</sup>.

O relato acima faz referência à trajetória do patriarca Girolamo Busato, imigrante proveniente da região italiana do Vêneto que instalou-se com numerosa prole em

---

<sup>61</sup> Para elaboração deste artigo, foram retiradas informações da dissertação de mestrado de Marinilse Marina Busato (título, introdução e capítulo II). Defendida em junho de 2017, em Passo Fundo – UPF, tendo como orientadora da pesquisa a professora Doutora Rosane Márcia Neumann.

\* Doutoranda em História pela UPF. Bolsista FAPERGS.

<sup>62</sup> Trecho da entrevista do imigrante italiano Girolamo Busato registrado no livro do *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, vol I, 1875-1925: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia.; Livraria do Globo, 1925, p. 61 (apud BENEDEZZI, 2011, p. 142).

Antônio Prado, em 1888, e posteriormente no distrito de Casca, pertencente à então colônia de Guaporé. Conforme observamos na fala de Girolamo, ele e sua família se encaixam no quadro dos imigrantes que “deram certo” no Rio Grande do Sul. Todavia, esse caso suscita as seguintes perguntas: como os imigrantes que chegaram ao sul do país acompanhados por uma grande família, e trazendo à tona o discurso da pobreza de origem, conseguiram obter ascensão econômica e social? Qual é o perfil desse grupo?

Movidos por essas questões, iniciamos nossa pesquisa buscando indícios para entender quais os fatores que diferenciavam os imigrantes que obtiveram ascensão socioeconômica dos demais. Em termos teóricos e metodológicos nosso estudo segue a linha da micro-história italiana<sup>63</sup>, que é vista como uma nova área nas possibilidades históricas, pois este olhar diferenciado pode ser cruzado com os mais variados conceitos históricos, além de ser imprescindível o cuidado para não confundir simplesmente com uma história regional ou local, ou uma *história menor*. O micro-historiador busca um recorte, mas com a intenção de olhar além daquele espaço, por exemplo, quando analisamos trajetórias, a intenção não é uma simples biografia, mas sim perceber as características que poderão surgir através das particularidades do indivíduo e que levarão ao entendimento de um contexto muito mais amplo. Ou seja, o particular é o ponto de partida, não de chegada, pois são as perguntas realizadas a cada situação que vão permitir a compreensão de contextos mais amplos.

Pautamos a pesquisa no método indiciário de Ginzburg (1989), trabalhamos com um entrecruzamento de fontes, tanto documentais quanto orais. Assim, o recorte de nosso estudo está centrado na família Busato e suas redes familiares<sup>64</sup> e econômicas com as famílias Panolfo, Lunardi e Bernardi, que fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção

---

<sup>63</sup> A micro-história, nasceu na Itália nos anos setenta, graças às insatisfações com as produções limitadas da história. O desenvolvimento da micro-história italiana ocorreu inicialmente em torno da revista *Quaderni Storici*, fundada em Ancona, na Itália, por Alberto Caracciolo. Foi nessa revista que os primeiros trabalhos a se aproximarem do que definimos hoje como micro-história começaram a ser publicados, posteriormente tal revista passou a ser editada em Bologna, onde contou com o apoio de importantes estudiosos italianos, como Carlo Poni, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, elaborando uma coleção com diversos trabalhos que foram publicados, e receberam o nome de *microstorie*. Henrique Espada Lima (2006), por meio de seu livro *A micro-história italiana, escalas, indícios e singularidades*, mostra as origens da micro-história, analisando os escritos dos historiadores considerados pioneiros dessa área, chamada de micro-história mãe, conceitos estes que são considerados os pilares da micro-história.

<sup>64</sup> Em função da delimitação do artigo, recortamos partes mais significativas para esta análise. Na dissertação de mestrado encontra-se trabalho completo.

agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970 para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política.

A escolha da temática de pesquisa foi motivada pela ideia de problematizar os poucos trabalhos que tratam sobre a colônia Guaporé, que pertencia ao núcleo de Caxias do Sul, e que foi fundada pela falta de espaço na “colônia mãe”. A colônia faz parte do terceiro período de colonização e abrangia inicialmente uma extensa área territorial de 250.000 a 300.000 m<sup>2</sup>, com diversos distritos, sendo dividida em 5.000 lotes, ocupados por colonos provenientes das primeiras colônias cedidas para a ocupação de imigrantes italianos. A colônia de Guaporé ficou conhecida como a filha pobre de Caxias, pois a industrialização demorou para chegar à região, que permaneceu por décadas como um local basicamente agrícola.

A sua elite econômica, integrada especialmente pelos comerciantes e profissionais de ofício, localizava-se na sede urbana da colônia, e integravam o grupo que liderava esse espaço. Parte significativa desse contingente era composto por imigrantes provenientes de áreas urbanas da Itália, e não camponeses.

A análise desse mosaico em escala reduzida permite ver que a família Busato é somente uma peça em um imenso quebra-cabeça. Unindo as peças chegamos a uma extensa rede<sup>65</sup> familiar e econômica que se formou em torno dos irmãos Busato, centrados nos filhos do patriarca Girolamo, que se uniram em associações comerciais. Dessa maneira, consideramos “os Busato” como o nó central de nossa análise, a partir do qual buscamos remontar as práticas cotidianas de vida desses sujeitos, como trabalho, ofício, e instrução educacional, e chegamos a outras famílias que estavam ligadas a eles por vias matrimoniais, diretamente ou através dos matrimônios de seus primos, o que proporcionou a constituição de um grande emaranhado de fios que tece essa rede.

---

<sup>65</sup> O emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros (TRUZZI, 2008, p. 203).

Sabemos que desde os tempos mais remotos a questão dos casamentos era vista como uma espécie de trampolim para obter melhores condições de vida, mas em nosso estudo, de maneira alguma, buscamos julgar se os matrimônios ocorreram de forma espontânea ou arranjada, menos ainda se havia amor ou não nessas relações, pois consideramos um campo de subjetividades que vai além de nossa alçada. Nosso objetivo é demonstrar como esses enlaces matrimoniais, que se iniciaram ainda com a primeira geração de italianos no Brasil, permaneceram comuns entre os mesmos grupos até a sua terceira geração, impulsionando a economia no nordeste do Rio Grande do Sul, centrado na colônia de Guaporé, e criando um monopólio comercial.

Nas obras *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grand del Sud: 1875-1925* vol.II, *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul: 1950*, e *Centenário da imigração italiana: 1875-1975*, essas famílias são citadas como exponenciais comerciantes, responsáveis pelo progresso da região. Assim, expandiram-se por outros territórios, através da fundação ou ampliação de negócios, tendo nos matrimônios a base das estratégias que uniram os imigrantes italianos situados na ex-colônia Guaporé.

As famílias Bernardi, Pandolfo, Lunardi e Busato são todas oriundas da mesma região italiana (Vêneto) e provém do mesmo quadro pintado pela pobreza, mas também ascenderam socialmente, especialmente com casas comerciais ou de negócio, como eram popularmente chamadas nas colônias italianas. Esses grupos que se entrecruzaram principalmente pelos matrimônios, e se fortaleceram por diversas associações comerciais, empresariais, políticas e posteriormente industriais, tiveram como ponto de partida o comércio que girava em torno da colônia de Guaporé, já que a sede do distrito funcionava como parada para descanso dos carreteiros e demais negociantes que tinham como destino o porto de Muçum, principal via para o escoamento dos produtos agrícolas cultivados pelos colonos, e entrada de mercadorias que não eram produzidas na colônia. Partindo desse pressuposto, nota-se que Guaporé não era somente uma via de passagem, mas significava um “pequeno grande mundo” (TEDESCO, 2001, p. 1) de relações tecidas entre grupos de italianos que se especializaram como negociantes, e construíram fortes laços de confiabilidade, aproveitando sua localização e porto para ampliar seus negócios.

Para demonstrar minuciosamente como se teciam essas relações, reconstituímos as estruturas familiares analisadas. Note-se que nem todos os matrimônios aconteceram

entre os tradicionais grupos, todavia, isto não significa que deixavam de ser interessantes no todo, já que as peças “vindas de fora” eram filhos de importantes políticos da região de colonização italiana, como Agilberto Atilio Maia e Manoel Francisco Guerreiro.

Além das sólidas estruturas familiares, nossos personagens ampliaram os fios de relações através de compadrios com outras figuras importantes para a organização do terceiro período da colonização, como Vespasiano Corrêa e Lucano Conedera, que foram os responsáveis no estado pela organização e estruturação da colônia de Guaporé, criada no início da década de 1890. Conforme afirma Maíra Ines Vendrame (2016, p. 30), “os italianos também se guiavam por uma racionalidade própria, estabelecendo estratégias de reprodução socioculturais, padrões e normas”.

As associações da família Busato com a sua rede ampliou seus negócios para além do comércio, formando uma ampla teia de negócios centrada em Guaporé, abrangendo os seus distritos, e posteriormente a cidade de Passo Fundo e o oeste do estado de Santa Catarina.

### **Família Busato**

A trajetória do tronco da família Busato começa com o patriarca Girolamo Busato, após sua chegada no Brasil no final do século XIX. Girolamo nasceu em 29 de abril de 1835, em Brusaporco, atual comuna de Castelfranco, província de Treviso, localizada na região do Vêneto, filho de Francesco Busato e Maria Bianco. Sabemos que a família Busato possuía indústria de tecelagem na Itália, e que Girolamo era alfaiate, o que nos leva a supor que além da indústria, a família possuía loja com atendimento de alfaiataria, e provavelmente sociedade. Girolamo casou-se em 26 de junho de 1868 com Giovanna Marangoni, nascida em 19 de dezembro de 1846 na comuna de San Martinho de Lupari, província de Pádua, também pertencente ao Vêneto.

As evidências sobre empresa de tecelagem na Itália, a compra de quatro lotes de terras, a instalação de diversas casas comerciais pelo interior do Rio Grande do Sul, e a extensa família (16 filhos<sup>66</sup>), nos leva a crer que a família Busato veio com Girolamo

---

<sup>66</sup> Girolamo Busato cita em seu depoimento no livro do *Cinquentenário da imigração italiana Vol. I*, que quando chegaram ao Brasil (19/12/1888), estavam em 11 pessoas (família), mas essa informação não confere com os documentos analisados que registram que o casal teve 16 filhos, sendo que somente

para o Brasil munida de intenções ao se estabelecer com a prole em um país distante e desconhecido. Provavelmente, a decadência da empresa familiar no Vêneto, associada à propaganda imigracionista do Brasil, levou os Busato a apostarem em negócios do outro lado do oceano.

O que diferencia a situação dessa família é o fato de que mesmo sendo imigrantes urbanos, não permaneceram em São Paulo, mas deslocaram-se para o sul, onde ainda predominava a imigração de camponeses, sendo que alguns partiram para Venezuela e Argentina, não concentrando o dinheiro em um único país, mas tomando destinos distintos. Já que, “nem todos que emigravam eram camponeses miseráveis, já que muitos eram pequenos proprietários que, antes de partir, venderam seus bens para adquirir terras ou investir em novas atividades econômicas nas regiões de colonização do sul do Brasil” (VENDRAME, 2016, p. 27).

Acreditamos que a família Busato fazia parte do contingente de imigrantes italianos que passaram por decadência empresarial na Itália, mas conseguiram se reestruturar no Brasil, já que somando a numerosa prole, a compra de diversos terrenos e a inserção no ramo comercial torna-se evidente que apesar da quebra da hegemonia empresarial na Itália, esses imigrantes possuíam conhecimento como negociantes, o que viabilizou que inserissem diversas casas de comércio, inicialmente nas localidades de Antônio Prado e posteriormente na Colônia de Guaporé.

Fizeram uso da compra e venda de produtos, de transportes próprios (as carretas e carreteiros para escoar mercadorias através do porto de Muçum), infiltraram-se no interior das colônias, e aproveitaram as oportunidades para expandir os negócios em família, já que como percebemos uma das características desse grupo é a tradição das empresas familiares, desde a Europa até a continuação em diversos setores no Brasil.

Tentaremos compreender as relações entre as estratégias familiares, os laços de amizade e o crescimento do comércio no século XX<sup>67</sup>. Nosso objetivo é perceber como algumas famílias utilizaram estrategicamente sua influência e recursos para estabelecer redes minuciosas em torno do comércio na Região de Colonização Italiana, para tanto, subdividimos nossos personagens e suas estruturas familiares.

---

Olinda (\*02/02/1890) seria brasileira. Assim supomos que alguns filhos permaneceram, ou então faleceram na Itália.

<sup>67</sup> Em função da delimitação de espaço do presente artigo, iremos trabalhar essas relações de forma sucinta.

### **Família de Albino Alberico Busato**

Consideramos a família de Albino Alberico Busato, filho de Girolamo Busato, como o ponto inicial que costura todas as relações que iremos trabalhar. Albino casou-se em 24 de abril de 1902, na comarca de Antônio Prado, com Amália Lorenzette, ambos nascidos na Itália e filhos de comerciantes. O levantamento das relações familiares foi coletado a partir da memória oral, e é perceptível que nem sempre as lembranças e os registros oficiais conferem, já que buscamos comparar o máximo possível de informações dadas com documentos oficiais, e concluimos que era comum, por exemplo, suprimir nomes, registros equivocados e documentos incompletos.

Os historiadores devem ter muitíssima fantasia porque têm um inimigo escondido fundamental: os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais [...]. A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? (LEVI, 2014, p. 11).

Logo, analisaremos os principais acontecimentos que ocorreram entre as famílias Busato, Bernardi e Lunardi, os fatores que definiram as conexões entre elas. É importante salientarmos que esses imigrantes e seus descendentes, iniciaram com trabalho no comércio e depois tornaram-se industrialistas, como é o caso da família de Albino Alberico Busato (que, nasceu na província de Treviso, na região do Vêneto, e aportou no Brasil com seus pais aos 10 anos de idade). Nos interessa observar, a partir de nosso sujeito, todas as relações que se construíram com determinado grupo de pessoas que passaram a ser importantes personagens da ex-colônia de Guaporé.

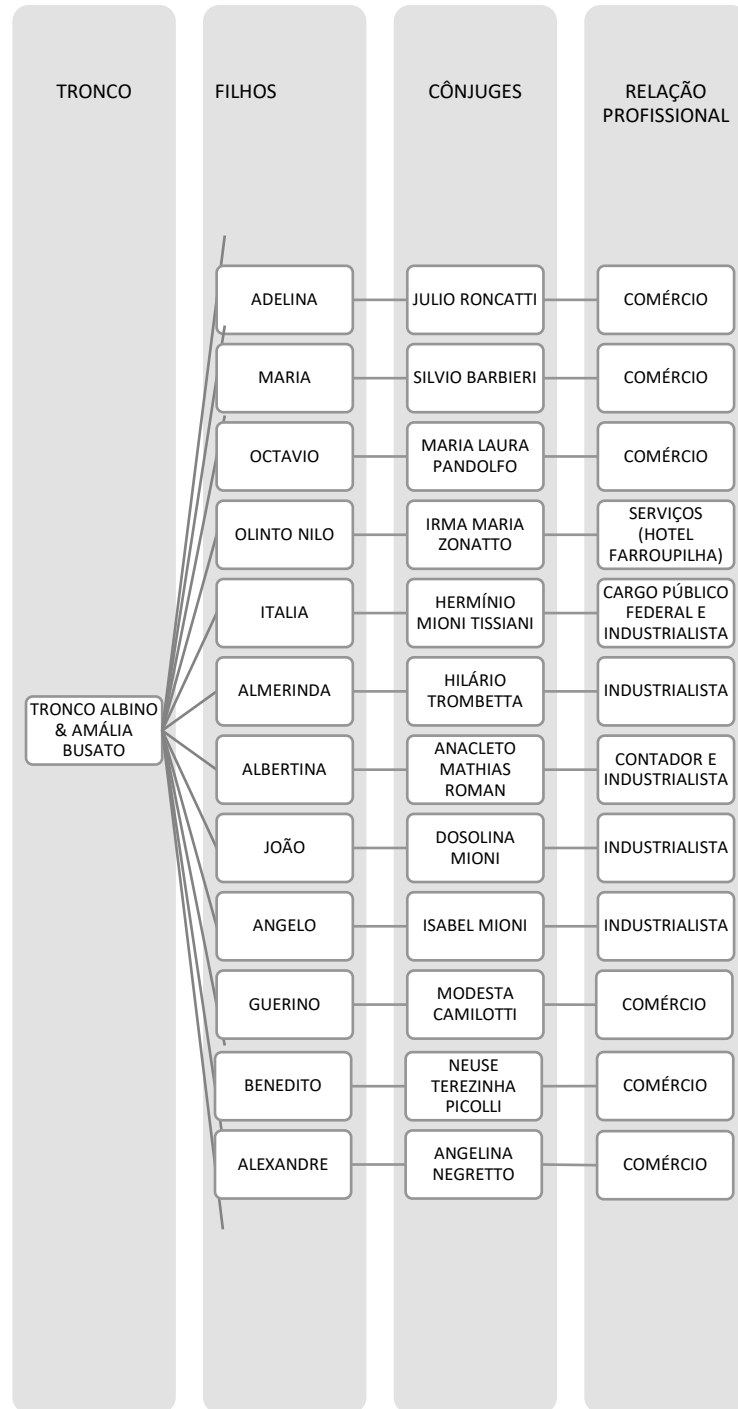
Em função da sociedade patriarcal, quando citamos os nomes das esposas que não exerciam profissão fora do lar, procuramos preencher a lacuna das relações profissionais com o ofício do pai, ou do esposo, pois não encontramos registros de todas as mulheres em relação as suas profissões, mesmo sabendo que diversas mulheres no período estudado ocupavam lugar no mercado de trabalho.

Na coleta das fontes orais, a maioria dos entrevistados preferiram não comentar a respeito da divisão do patrimônio entre a família, mas conseguimos perceber nas entrelinhas e em nossa própria experiência de vida em comunidades italianas, que indiferente de a imigração ser urbana ou rural, a questão de pensar a herança para os filhos homens sempre ficou evidente. Para as mulheres que não tinham carreira profissional sólida, o que também era comum para o período analisado, muitas vezes, o



que restava para obter ascensão social, estabilidade e proteção, ao menos perante os pais, era um bom casamento. Sabemos que nem sempre se passava dessa forma, mas perante a sociedade alguns matrimônios representavam estabilidade econômica.

**Figura 1:** Estrutura familiar de Albino Alberico Busato & Amália Lorenzette



Fonte: Guilherme Busato.

O tronco da família de Albino Alberico Busato nos mostra que o casal teve 12 filhos, dos quais quatro casaram-se com comerciantes, e cinco com industrialistas, que também ocupavam cargos públicos. Já um dos filhos casou-se com filha de proprietários de hotel, lembrando que para o período isso significava status social. Salientamos que em nosso estudo todos os cônjuges tiveram significativa importância para a economia, mas no presente artigo, iremos destacar por questões de simplificações e melhor entendimento do recorte escolhido somente alguns matrimônios.

- Itália contraiu matrimônio com Hermínio Mioni Tissiani, parente próximo do sócio Antônio Mioni, em abril de 1938, no distrito de Casca. Hermínio ocupou cargo público federal, foi presidente do Instituto Nacional Do Pinho, industrialista na cidade de Chapecó e um dos fundadores da Cooperalfa no estado de Santa Catarina;
- Octavio Busato, nascido em 04-06-1916, e falecido em 05-11-2012, casou-se com Maria Laura Bernardi Pandolfo, nascida em 05-11-1918 e falecida em 23-08-1970. O matrimônio ocorreu em 25 de junho de 1938, no distrito de Casca. Maria Laura era filha de Severino Pandolfo, comerciante e industrialista na Colônia de Guaporé e posteriormente em Nova Prata.

Buscamos, então, demonstrar que apesar de todo o caminho traçado da Itália para o Brasil, muitos descendentes italianos casavam com outros do mesmo grupo, pois “o isolamento no espaço e no trabalho, somado ao rígido sistema de vigilância mantido na família e manifesto na comunidade, entre outras, acabava por determinar a redução de oportunidades de encontro e de escolhas” (TEDESCO, 2001, p. 54).

Mas conforme aponta a pesquisa, esse padrão poderia facilmente ser alterado quando se tratava de matrimônios que elevavam o *status* do grupo perante a sociedade, ou seja, a busca por matrimônios da mesma etnia era importante, mas o essencial era obter “um bom partido”, não necessariamente de origem italiana. Aline Matté, ressalta:

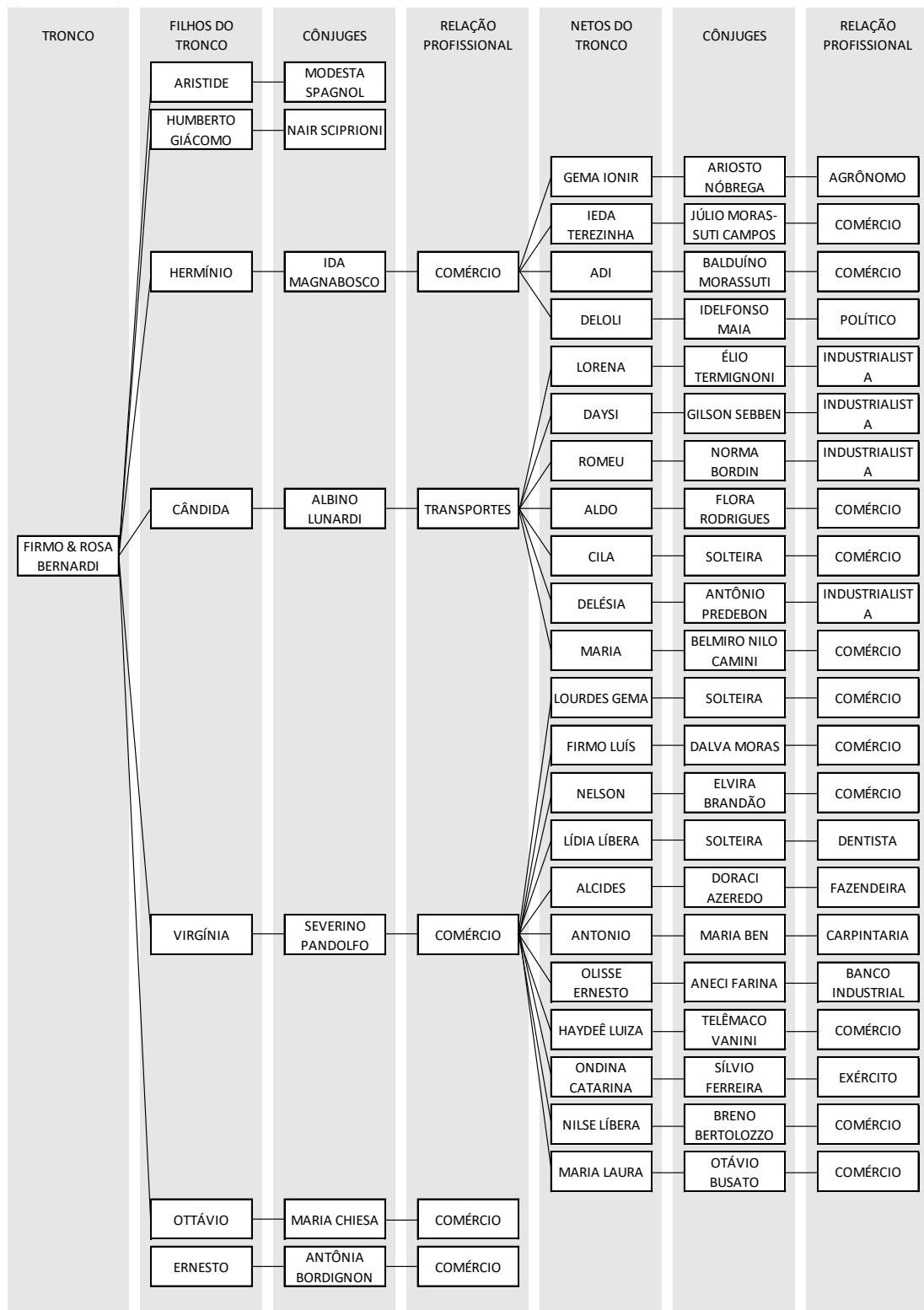
O matrimônio é mais uma realidade na região colonial que merece abordagem. Ele constitui um dos mais fortes discursos em relação à cultura do imigrante italiano. É através do matrimônio que se constitui a família, importante elo identitário do imigrante e seus descendentes (...). O casamento é sacralizado pela Igreja, único espaço onde o sexo é permitido. Mas essa permissividade é relativa, só pode ser aceito o sexo com o intuito de procriação e com o cônjuge (MATTE, 2008, pp. 93-94).

O matrimônio era de fundamental importância na RCI, pois além de garantir a procriação, dando continuidade às famílias, também funcionava como ampliação e manutenção de capital. Teceremos, então, o fio de mais uma família que se interligava com as demais, a família Bernardi.

### **Família Bernardi**

A família Bernardi, originária da região vêneta, fixou-se na Colônia de Guaporé, tendo como patriarcas Firmo e Rosa Bernardi. Dedicaram-se ao comércio e prosperaram, sendo que seus filhos contraíram matrimônios com outras famílias de imigrantes, também ligadas aos setores comercial e empresarial da Colônia de Guaporé. Infiltraram-se, por consequência, em diversas esferas, principalmente a política e a industrial. Entre esses laços que se formaram por vias matrimoniais estão incluídas diversas famílias, das quais nos interessa para análise de estudo, as famílias Pandolfo, Lunardi e Busato, e a partir desses enlaces, alcançaremos outras famílias e analisaremos a grande estrutura econômica e social que se formou no Rio Grande do Sul e impulsionou a economia por décadas. A partir das informações sobre as redes de parentela, estruturamos o tronco da família Bernardi, e seguimos o curso de seus galhos, chegando ao esquema das redes que se formaram desde os patriarcas no Brasil até o ramo da 4<sup>o</sup> geração.

Figura 2: Estrutura familiar de Firmo e Rosa Bernardi



Fonte: Guilherme Busato

O casal Firmo e Rosa Bernardi teve o total de sete filhos, sendo que cinco casaram-se com pessoas que provinham de famílias de comerciantes. Dos sete filhos do casal, iremos nos deter nos ramos dos filhos Hermínio, Cândida e Virgínia, que consideramos mais significativos para a pesquisa.

Hermínio Bernardi e Ida Magnabosco tiveram quatro filhos que vieram a se casar com pessoas ligadas ao comércio, à política e à agronomia. Enquanto que Cândida Bernardi e Albino Lunardi tiveram sete filhos, que oficializaram alianças com demais industrialistas e comerciantes. Unindo os laços que se criaram através das relações matrimoniais dos ramos dos irmãos Hermínio e Cândida, iremos perceber que eram a sólida base da economia e política da ex-colônia de Guaporé, mas ao soma-los aos matrimônios dos filhos da irmã, Virgínia, nota-se uma expansão para outras localidades e alianças.

Dessa forma, podemos afirmar que os matrimônios e/ou profissões dos vinte e dois netos de Firmo e Rosa Bernardi, impulsionaram a economia da região em diversos sentidos. Eram a base da ex-colônia de Guaporé como um todo, já que formaram uma grande família que se uniu em associações, e se expandiram para além dos laços criados pelos primos de primeiro grau, estendendo-se para famílias ligadas ao grupo, e criando uma rede que preenchia todas os espaços sociais, desde o político, o comercial, o industrial, o bancária e o agrícola. Portanto, defendemos que os sobrenomes: Busato, Bernardi, Pandolfo e Lunardi, além de laços de amizade e consanguinidade, constituíram uma grande estrutura que se protegia e associava, sendo que através desse apoio contínuo e mútuo conseguiram se impulsionar interna e externamente, alastrando-se para outros estados, mas sempre ligados ao mesmo grupo do início da colonização. Portanto iremos arrolar sobre os matrimônios que são mais relevantes para a análise.

### **Enlaces matrimônias: filhos de Firmo e Rosa Bernardi**

- Virgínia Bernardi casou-se com Severino Pandolfo, a 25 de junho de 1916, em Guaporé. Trabalharam na casa de comércio Pandolfo, na mesma localidade, e posteriormente fundaram diversos negócios nos atuais municípios de Casca e Nova Prata, formando família de industrialistas;
- Cândida Bernardi casou-se com Albino Lunardi em 10 de maio de 1917, em Guaporé. Albino iniciou o trabalho com transportes da ex-colônia de Guaporé;

- Aristide Bernardi casou-se com Modesta Spagnol em 16 de maio de 1908. Foi subprefeito do atual município de Casca por quase duas décadas.

Por meio dos matrimônios da família Bernardi, podemos traçar o caminho dos cônjuges, que, além de diversificarem sua atuação no ramo comercial, expandiram seus negócios para Porto Alegre. Além disso, nesse quadro é evidente a união de parentesco entre as famílias Bernardi x Pandolfo, e Bernardi x Lunardi.

Como podemos perceber, até a primeira geração os casamentos aconteceram somente com pessoas de etnia italiana. Veremos nos próximos enlaces que o quadro se alterou pouco quanto à etnia, já em relação à importância política e econômica dos cônjuges, podemos afirmar que elas foram crescentes. Vejamos, então, alguns galhos do tronco de Firmo e Rosa Bernardi, que escolhemos para a análise a fim de desenvolver o traçado econômico que seguiu relacionado aos matrimônios da família Bernardi.

### **Enlaces matrimoniais: família de Hermínio Bernardi e Ida Magnabosco**

Seguindo essa linha, iremos destacar alguns dos matrimônios do galho de Hermínio Bernardi e Ida Magnabosco (ver diagrama). São suas filhas: Deloli, Adi, Ieda e Gema Ionir (netas de Firmo e Rosa Bernardi).

- Deloli Bernardi casou-se com Idelfonso Maia, filho do importante político da ex-colônia de Guaporé, coronel Agilberto Atílio Maia, a 19 de dezembro de 1942, em Guaporé;
- Adi Bernardi casou-se com Balduino Morassutti, sócio na concessionária Ford, a 24 de setembro de 1960, em Guaporé;
- Ieda Teresinha Bernardi casou-se com Júlio Morassutti Campos, em 24 de setembro de 1960, em Guaporé. Júlio exerceu a função de gerente do banco do Comércio - Guaporé;
- Gema Ionir Bernardi casou-se com o agrônomo Ariosto Nobrega Barreto, a 24 de abril de 1954, em Guaporé.

Percebemos que a partir da segunda geração de imigrantes em algumas famílias analisadas, os casamentos saíram do âmbito étnico (que inicialmente, na primeira geração de imigrantes na RCI aconteceram somente com famílias de descendentes italianos, mesmo que ainda permanecesse maioria na segunda geração destas famílias). O que torna interessante nossa pesquisa é, justamente, que as relações foram se

expandindo e envolvendo outros grupos familiares, todos com importante posição na ex-colônia de Guaporé, seja política, econômica ou pública.

Dessa maneira, fica evidente, até o momento, a centralidade da família Bernardi com o comércio, funcionando como uma espécie de centro de roda, onde se agregam diversos outros personagens que farão essas teias se tornarem significativas para nossa análise. Assim, prosseguiremos com os próximos enlaces da família Bernardi, com foco na união com os “Lunardi”. Em função do galho de Cândida Bernardi e Albino Lunardi, consideramos pertinente trabalharmos sobre a origem da família Lunardi em Guaporé, já que também está entrelaçada em nossa rede de enlaces, e depois com as demais famílias nas questões empresariais, formando uma grande conexão de compadrios e de alta lucratividade financeira.

### **Família Lunardi**

É explícito que as famílias Bernardi e Pandolfo se interligam com diversas outras famílias devido aos casamentos dos irmãos Bernardi. Relembrando que nossos galhos centrais de análise até o momento foram dos matrimônios dos irmãos Bernardi (Hermínio Bernardi com Ida Magnabosco, Cândida Bernardi com Albino Lunardi e Virgínia Bernardi com Severino Pandolfo) que irão se interligar com a família Busato.

A breve análise da família Lunardi é interessante por terem sido os primeiros imigrantes estabelecidos em Guaporé. Antes da colônia tornar-se município com o território agregado a Lajeado e Passo Fundo, por volta de 1893, a localidade recebeu seus primeiros moradores, os imigrantes italianos Marietta Menegon e Lúcio Lunardi, com seu filho Luís recém-nascido, ambos emigraram com seus pais para o Brasil, em 1884.

Marietta e Lúcio tiveram doze filhos, entre eles Albino Lunardi, que desposou Cândida Bernardi. Instalaram em sua residência um armazém de secos e molhados, e posteriormente, ao lado do casarão, uma olaria, produzindo tijolos artesanais, que supriam a demanda da época de material para a construção civil. Guaporé era passagem entre as regiões de Passo Fundo, Lajeado, Caxias do Sul e Porto Alegre, o que levou o casal a instalar uma paragem, que servia de alojamento para os viajantes e comerciantes que transitavam com suas carroças e ternos de mulas, principalmente outros comerciantes com destino ao porto de Muçum. Além disso, Lúcio Lunardi (pai de Albino) era irmão de Giacomo Lunardi, importante figura na colonização do oeste

catarinense. Portanto, “a participação frequente dos indivíduos no mercado da terra evidenciou como ocorreu o processo de ajustamento dos imigrantes à nova realidade e a expansão dos núcleos coloniais” (VENDRAME, 2016, p. 380).

No decorrer dos anos 1920, o Brasil passa por uma grande campanha intitulada “a marcha para o oeste”. Vargas planejava com esse movimento a ocupação do território oeste de Santa Catarina por meio da colonização. À vista disso, empresas ítalas e teutas foram responsáveis pelo grande número de europeus e descendentes instalados naquele território. Através da ocupação territorial, visava-se à defesa das fronteiras, o que, além de inúmeras outras consequências, conseguia incorporar o espírito nacional ao estadual.

Frisamos que o oeste de Santa Catarina era contemplado pela Mata de Araucária, mais um chamativo para a colonização, o que resultou na instalação de diversas serrarias e madeireiras que serviam para a fabricação de embarcações, imprescindíveis para o comércio com a Argentina, especialmente, através do rio Uruguai, que transpassa o país “da Prata”.

Valdirene Chitolina (2008) trata em seu trabalho, *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920 - 1954)*, sobre os irmãos da família Lunardi, entre eles: Giácomo, Pedro, João e Antônio, que fundaram a “sub colonizadora Irmãos Lunardi”, adquirida em 1920 da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda, com um extenso território no oeste catarinense, chamado Fazenda Rodeio Bonito. A partir disso, os irmãos Lunardi expandiram diversos negócios e ampliaram seu capital com madeireira, comércio, política e associações.

Os compradores das terras eram principalmente de Guaporé, Veranópolis, Fagundes Varela, Antônio Prado, Getúlio Vargas, entres outros municípios do Rio Grande do Sul. A colonização da Fazenda Rodeio Bonito forçou as populações indígenas e caboclas a se integrarem à economia, já que a terra, erva-mate e madeira foram associadas e utilizadas junto à mão de obra do caboclo<sup>68</sup> (CHITOLINA, 2008). Obtiveram ascensão política na região, dessa maneira, “os interesses privados encontravam respaldo nas ações governamentais, e as aspirações das colonizadoras e do Estado se entrelaçavam” (CHITOLINA, 2008, p. 64).

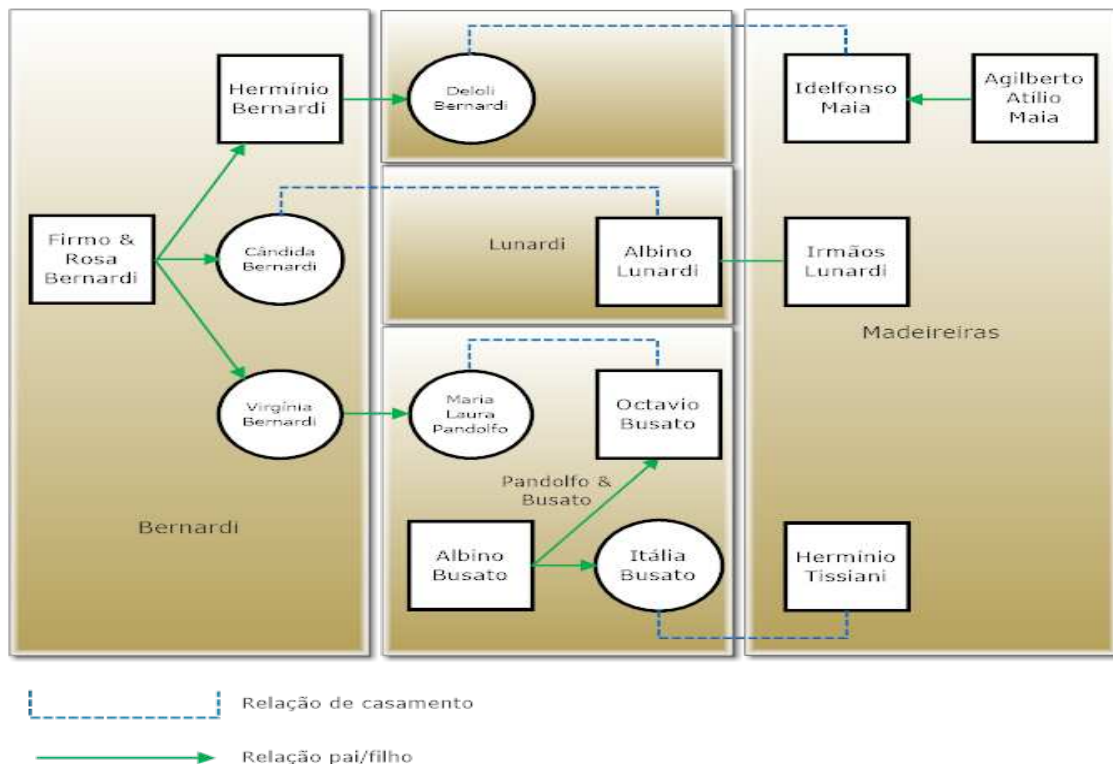
---

<sup>68</sup> Segundo a autora, em 1920, quando a subcolonizadora Irmãos Lunardi adquire a fazenda Rodeio Bonito da Bertaso, Maia & Cia Ltda, estabeleceu-se que os responsáveis pela indenização das terras dos caboclos seriam os vendedores, assim o território da Fazenda Rodeio Bonito foi palco de interesses políticos, econômicos e sociais, além de impasses sobre a questão das indenizações.



Nesse contexto da colonização do oeste catarinense, nos deparamos novamente com a figura de Hermínio Mioni Tissiani, que conforme já arrolamos era casado com Itália Busato, filha do também comerciante da ex-colônia de Guaporé Albino Alberico Busato. Hermínio Tissiani era filho de José Tissiani e Elizabeta Mioni, ele italiano de Beluno, ela gaúcha de Bento Gonçalves. Hermínio, nascido em junho de 1908, em Guaporé, mais especificamente na Linha Sexta. Itália Busato nasceu no distrito de Casca, também pertencente a Guaporé, em 1914, e pertencia ao mesmo círculo de amizades da família. Uma vez que Hermínio Tissiani era responsável, através do INP<sup>69</sup>, de regularizar e controlar as madeireiras, fica evidente que os laços de amizade iniciados com a família Lunardi em Guaporé prosseguiram no oeste de Santa Catarina. Tentamos, então, arrolar a teia de relações que chegaram aos empreendimentos catarinenses. Para isso será necessário retomarmos a questão dos matrimônios, a fim de demonstrarmos novamente os nós das famílias centrais de nossa análise, vale salientar que no caso da madeireira Lunardi, focaremos nas conexões mais evidentes.

**Figura 3:** Diagrama de relações com as madeireiras



Fonte: Guilherme Busato

<sup>69</sup> INP – Instituto Nacional do Pinho.

Fica explícita a influência nas relações políticas, sociais e econômicas dos imigrantes italianos que inicialmente instalaram-se no Rio Grande do Sul. Associados a figuras políticas importantes da época, perceberam na colonização do oeste de Santa Catarina a oportunidade de melhoria socioeconômica, seja através da aquisição de terras, ou da indústria da madeira, já que no Rio Grande do Sul o valor dos territórios havia se tornado muito elevado, e a madeira escassa, bem como a oportunidade de adentrar na política. O que nos interessa é mostrar como os mesmos personagens de nossa pesquisa surgem em outros cenários, sempre unidos através de negócios.

Provavelmente em função da localização de Guaporé, e do porto de Muçum, nossos personagens conheceram outros comerciantes e políticos da região, vindo a tecer relações que floresceram em matrimônios e compadrios. Dessa forma, foram expandindo seus negócios para além do estado rio-grandense, preenchendo as lacunas de empreendimentos e negociatas entre os mesmos grupos.

### **Enlaces matrimoniais: filhos de Cândida Bernardi e Albino Lunardi**

Albino Lunardi teve empresa de transportes responsável pelo trajeto Guaporé/Muçum. Foi uma figura de destaque. Conforme apontado, é proveniente de família com influência na Colônia de Guaporé e prosperou economicamente através de seus negócios com meios de transporte, fazendo-se conhecer por toda a região nordeste do estado. Casou-se com Cândida Bernardi (filha de Firmo e Rosa Bernardi), juntos o casal teve sete filhos, que contraíram matrimônios com pessoas de classe mais elevada na sociedade da época. De nosso diagrama, destacamos os matrimônios:

- Delésia Lunardi casou-se com Antônio Predebon, em 08 de janeiro de 1941, em Guaporé. Antônio trabalhou no Curtume Termignoni, pertencente à família de seu cunhado em Guaporé, e posteriormente transferiu-se para Getúlio Vargas, onde fundou o curtume Predebon;
- Aldo Lunardi casou-se em 1953 com Flora Rodrigues (espanhola) no Rio de Janeiro, e na cidade carioca prosseguiu com a tradição dos cafés, trazida por seus tios italianos para Guaporé;
- Romeu Lunardi casou-se com Norma Bordin, herdeira da empresa MABI Indústria Madeireira, a 13 de outubro de 1951, em Guaporé;

- Lorena Lunardi casou-se com Élio Termignoni, filho do italiano Carlo Termignoni e da argentina Juanita de Rossi, a 08 de setembro de 1955, em Guaporé. O curtume Termignoni era de tal importância que aparece nos três livros referentes à colonização italiana no Rio Grande do Sul. Élio Termignoni, após a morte do pai, passa administrar com os irmãos o curtume da família, com lojas e filiais em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, que ainda realizava exportações para Estados Unidos e Argentina, mantendo a sua base em Guaporé.
- Daysi Lunardi casou-se com Gilson Sebben, fundador da fábrica de joias Sebben, uma das primeiras na localidade, em 27 de fevereiro de 1954, em Guaporé;
- Maria Lunardi casou-se com Belmiro Nilo Camini, proveniente de família de comerciantes, que atuavam principalmente no ramo vestuário, em 15 de setembro de 1934, em Guaporé. Esse casal fugiu à regra comercial: eles foram radioamadores e obtiveram bastante destaque nesse meio, enquanto o restante das famílias Bernardi, Lunardi e Camini prosseguiram no ramo comercial e industrial.

Analisando “as alianças” desta família, fica evidente o desenvolvimento do comércio para as empresas e para a indústria, além disso expandem-se os negócios para outros estados, surgindo uma espécie de ramificação da cultura dos cafés “italianos” da serra gaúcha no Rio de Janeiro. Ainda, o curtume do italiano Carlo Termignoni, instalado na ex-colônia Guaporé, expande suas ramificações para outros estados e países, com negócios nos Estados Unidos e Argentina.

Verificamos até o momento a junção de diversas famílias por enlacedes matrimoniais. Entre elas, podemos citar: Bernardi, Lunardi, Pandolfo, Busato, Termignoni, Maia, Bordin, Morassutti, Campos, Camini, Predebon, Sebben, entre outras. Logo, além dos casamentos, formou-se uma rede repleta de conexões de parentes e conhecidos. A grande maioria até a terceira geração de imigrantes no Rio Grande do Sul permanecia com a maioria dos enlacedes matrimoniais voltados para a etnia italiana, enquanto que personagens de significativa importância política, durante todo o período estudado, surgiram nessa grande teia.

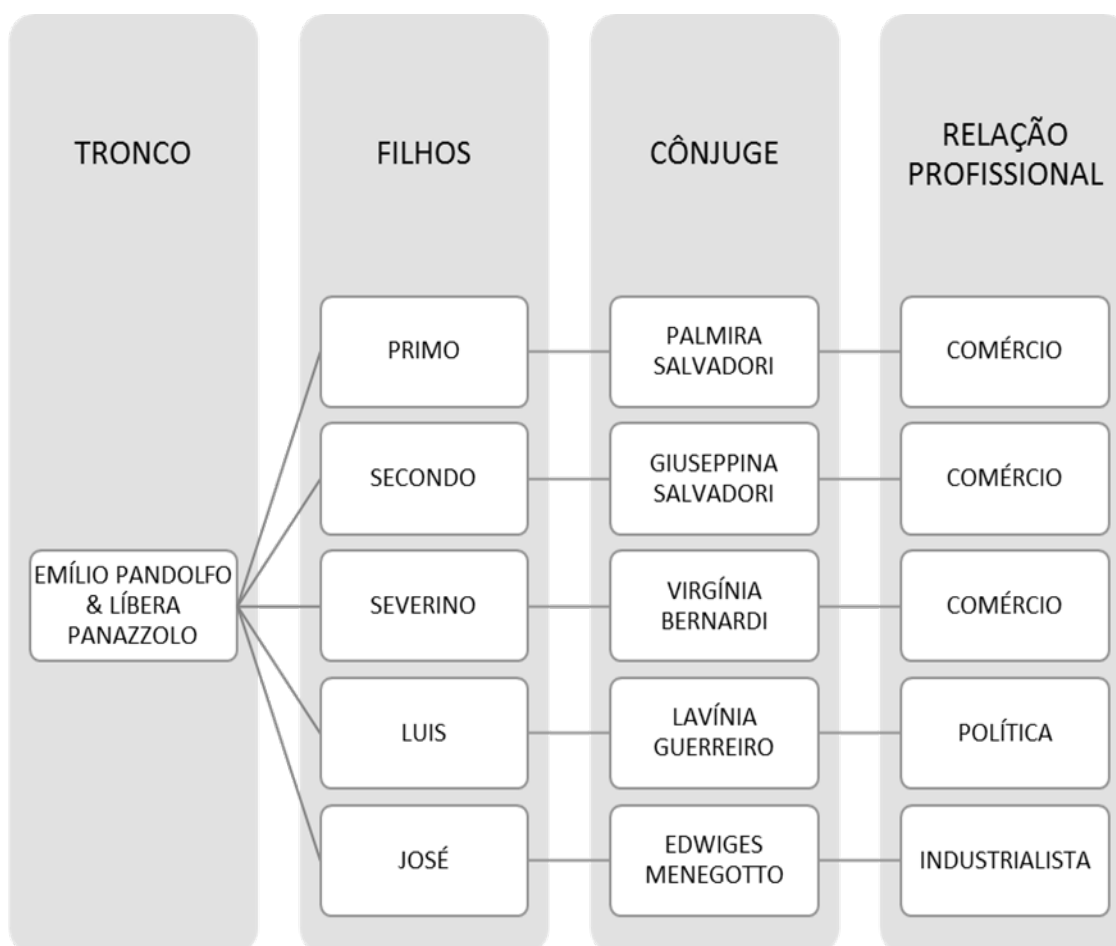
Esses grupos que se cristalizaram foram de fundamental importância para o progresso de Guaporé, e conseqüentemente para a economia do estado, pois

empreenderam nos mais diversos setores. Seguimos para nossa próxima estrutura, que também servirá como nó para prosseguir amarrando nossa teia.

### **Estrutura familiar Emílio Pandolfo e Líbera Panazzolo**

A família Pandolfo, também proveniente da região do Vêneto, iniciou uma nova vida em terras sulinas com os genitores Emílio Pandolfo e Líbera Panazzolo, que casaram-se em 02 de setembro de 1885 na paróquia de Santo Antônio, em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul. Ao contrário das demais, é uma família relativamente pequena, com cinco filhos homens, proprietários de significativos empreendimentos comerciais em Guaporé.

**Figura 4:** Diagrama da família de Emílio Pandolfo e Líbera Panazzolo



Fonte: Guilherme Busato

Os cinco filhos do casal, com seus matrimônios, mostraram uma conexão que se entrelaçou com as outras famílias do ramo comercial, além disso, novamente surge a união endogâmica. Seguindo esses fios, encontramos:

- Primo Pandolfo casou-se com Palmira Salvadori, em 26 de janeiro de 1910, em Guaporé;
- Secondo Pandolfo casou-se com Giuseppina Salvadori, em 26 de abril de 1911, em Guaporé;
- Severino Pandolfo casou-se com Virgínia Bernardi, filha dos comerciantes Bernardi, em de 26 de junho de 1916, em Guaporé;
- Luiz Pandolfo casou-se com Lavínia Guerreiro, filha do Intendente da ex-colônia de Guaporé Manoel Francisco Guerreiro, em 15 de setembro de 1934;
- José Pandolfo casou-se com Edwiges Menegon, filha de industrialista e parente de Marietta Menegon e Lúcio Lunardi.

Palmira e Giuseppina Salvadori eram ambas filhas do carreteiro de confiança da família Pandolfo, que posteriormente tornou-se comerciante em Guaporé. Sendo explícito, nessa rede de relacionamentos, que as pessoas se conheciam desde os mais tenros anos, o enlace com Lavínia Guerreiro, certamente “abriu portas” para a entrada dos comerciantes na política, ou no mínimo proporcionou uma certa notoriedade à família Pandolfo. É significativo acompanhar as ramificações da família de Severino Pandolfo, pela sua significação, traçada pelos casamentos de seus filhos.

### **Família de Severino Pandolfo e Virgínia Bernardi**

O casal Virgínia Bernardi e Severino Pandolfo teve o total de onze filhos, de acordo com o registro com pouquíssima diferença de idade entre eles. Dos onze filhos do casal “Pandolfo”, nove casaram-se, e destacamos:

- Alcides Bernardi Pandolfo casou-se com Doraci Azeredo, filha de proprietários de terras na região da campanha, em 26 de outubro de 1946. Esse caso também nos chama a atenção em função de seu filho, Paulo Pandolfo, que casou-se com Maria Clara Tarasconi Cherubini, filha do fundador da madeireira Cherubini, e neta do empresário Tarasconi, ambos com empreendimentos em Nova Prata. O casal Cherubini/Pandolfo

casou-se em Lages, em 06 de janeiro de 1973. Fica evidente como os laços de compadrio eram fortes, já que Mara Pandolfo, sobrinha de Paulo Pandolfo, casou-se com Reinaldo Cherubini, sobrinho de Maria Clara Tarasconi Cherubini; ou seja, os enlaces entre os Pandolfo e os Cherubini mantêm-se firmes até a geração dos bisnetos de Severino Pandolfo e VÍrginia Bernardi. Traçamos, portanto, nosso emaranhado de fios com mais uma família de “peso” para a economia colonizatória do Rio Grande do Sul, a família Tarasconi/Cherubini;

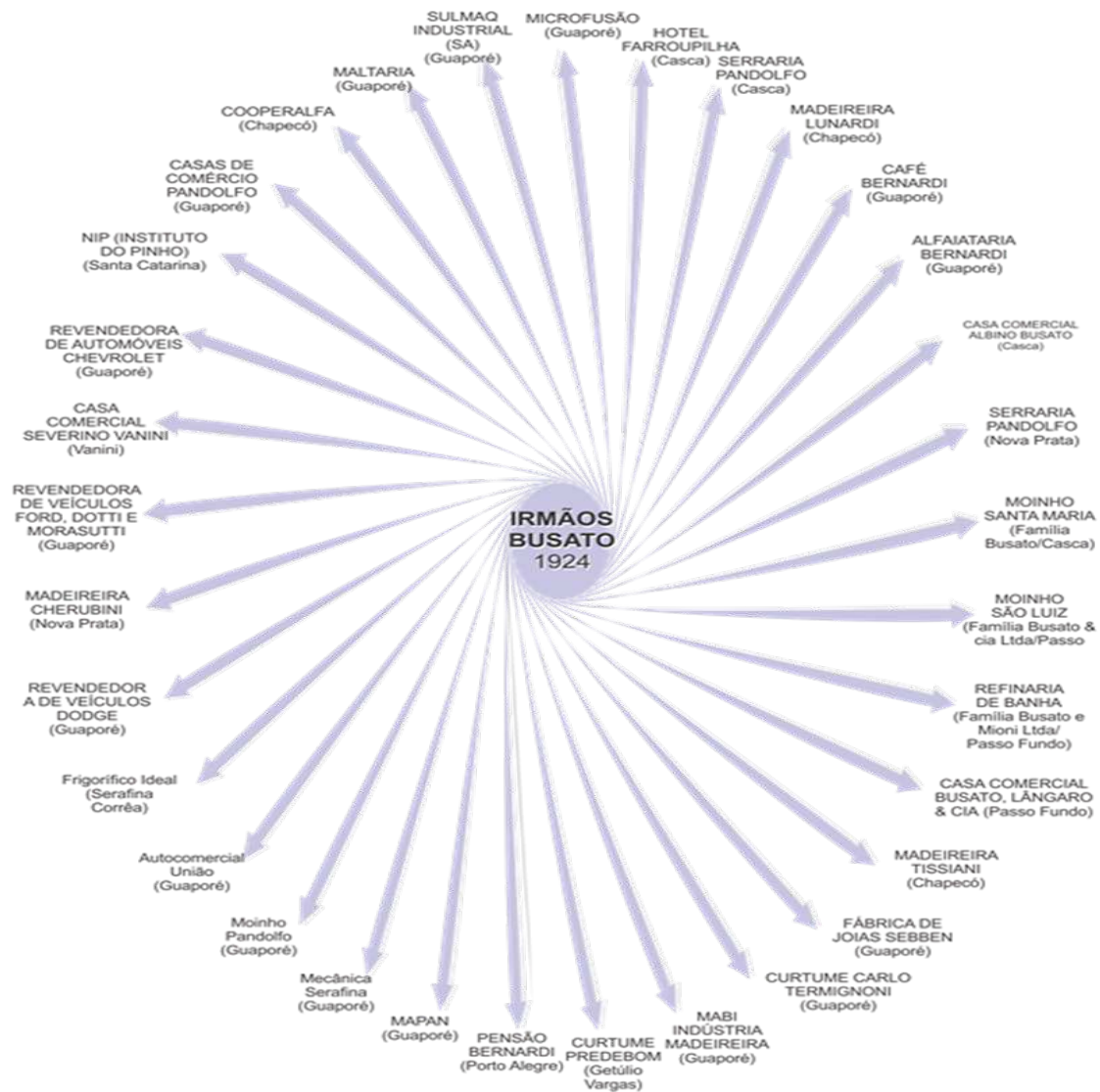
- Maria Laura Bernardi Pandolfo casou-se com Octavio Busato, filho de Albino Alberico Busato, comerciante e industrialista, em 25 de junho de 1938. Novamente os laços entre as principais famílias surgem em nosso cenário;
- Haydeê Luiza Bernardi Pandolfo casou-se com Telemaco Vanini, filho de Severino Vanini, que iniciou sua carreira como carreteiro de Albino Alberico Busato, e depois tornou-se comerciante no território onde é o atual município de Vanini, batizado em sua homenagem;
- Nilse Bernardi Pandolfo casou-se com Breno Bertolozzo, filho de comerciantes, em Porto Alegre;

Na família Pandolfo, formou-se uma rede de parentela que foi além da Colônia de Guaporé. Conforme Severino Pandolfo foi progredindo e ampliando seus negócios nas regiões de Casca e Nova Prata, seus filhos foram definindo laços matrimoniais e de amizade com demais comerciantes e industrialistas da região, como é o caso do neto e da bisneta de Severino, que firmaram parentela de uma geração para a outra com a família Tarasconi e Cherubini.

Além disso, Maria Laura casou-se com Octavio Busato, e Haydeê com Telemaco Vanini, filho do homem de confiança da família Busato. Percebe-se que a família Pandolfo prezava pelo bom trato com seus carreteiros, já que os filhos de Severino optaram por essas uniões, o que nos leva a crer, que existia um *status* e uma possibilidade de crescimento econômico ao ser empregado de comerciantes, como foi o caso de Severino Vanini, que prosperou ao ponto de se tornar um importante comerciante e posteriormente industrialista nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Desse modo tecemos os fios que se entrelaçam com a família Busato, já que “os Bernardi”, com suas diversas ramificações, nos levam ao encontro das famílias Lunardi, Pandolfo, Busato e Termignoni em nossa rede. Os empreendimentos, especialmente na década de 1940, montados e ampliados a partir dos casamentos das famílias Busato, Bernardi, Pandolfo, Termignoni e Lunardi, com suas associações, que ocorreram em Guaporé, estavam interligados às casas de comércio. Conforme podemos analisar no diagrama, com destaque no ano de 1924, quando os irmãos Busato obtiveram notoriedade em outras regiões do Rio Grande do Sul.

**Figura 5:** Diagrama empreendimento



Fonte: Morgana Fávero.

### **Considerações finais**

Conclui-se que em Guaporé, no período analisado de 1906 a 1970, estruturou-se uma sólida rede social, econômica e política, assentada em uma grande parentela de imigrantes italianos, construída e consolidada no espaço colonial e costurada por matrimônios entre um grupo de comerciantes e industrialistas, representados pelas famílias Bernardi, Pandolfo, Lunardi e Busato – esta última, definida como principal elo para as demais. Tratam-se de imigrantes urbanos oriundos da região do Vêneto, instalados nas sedes urbanas dos distritos e do município de Guaporé, que na sua epopeia imigrantista trazem o discurso do “imigrante pobre, que pelo seu trabalho, venceu na pátria de destino”, mas pelos indícios levantados, mostram-se como integrantes de um grupo com condições econômicas suficientes para realizar a travessia e estabelecer-se nos núcleos coloniais como proprietários, em condição privilegiada em relação aos demais imigrantes.

O estudo permitiu traçar a mobilidade interna do grupo imigrante, observando que fixaram-se, na primeira década do século XX, na Colônia de Guaporé, que abrangia um extenso território formado por diversos distritos interligados com a sede Guaporé. O local funcionava como ponto de parada e descanso para os carreteiros e comerciantes carregados de produtos agrícolas, que seguiam com destino ao porto de Muçum, onde eram escoadas essas mercadorias, e comprados determinados artigos não produzidos pelos agricultores. Note-se a localização estratégica, próximo a um porto, e posteriormente, trajeto de ferrovia<sup>70</sup>.

Uma rede de laços de amizade e interesse se formou envolvendo os negociantes que circulavam pelas colônias italianas. Essas redes de compadrio e parentela articularam-se por meio de múltiplas relações, sendo elas fortalecidas através dos matrimônios, que abrangeram quase cem por cento dos casos analisados até a terceira geração dos patriarcas no Brasil, e estenderam-se entre demais comerciantes e filhos (as) de importantes políticos da época, como Agilberto Atílio Maia e Manoel Francisco Guerreiro. Ainda constatamos que essa rede amarrada no início e/ou anteriormente à colonização italiana no Rio Grande do Sul, prosseguiu com diversos negócios, entre os quais a colonização do oeste de Santa Catarina, já que os irmãos Lunardi compraram terras da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda, e a família passou a residir em Xaxim

---

<sup>70</sup> Com indústrias na cidade de Passo Fundo.



e Chapecó, no estado catarinense, vendendo terras principalmente para outros imigrantes italianos também fixados em Guaporé, e fundando madeireira.

Acreditamos que nossos sujeitos não viam perspectiva em manter seus negócios na Itália em função da grave crise que a península enfrentava, e que aportaram no Brasil com determinado capital para investir. Isso não significa, todavia, que somente em função desse suposto capital monetário eles enriqueceram. Reconhecemos o *тино* para os negócios, mas defendemos que os sujeitos de nossa análise sobressaíram-se economicamente em relação a outros imigrantes da mesma região italiana, devido a sua realidade de menor pobreza.

Observamos que a família do patriarca Girolamo Busato veio para o Rio Grande do Sul quando outros parentes já haviam se fixado em Antônio Prado, ou seja, já existia uma ponte de apoio no Brasil, uma vez que Girolamo Busato e sua extensa prole instalam-se na mesma localidade. Conclui-se a partir da análise da rede social, econômica e matrimonial constituída pela família imigrante Busato, articulada às famílias Pandolfo, Bernardi e Lunardi, que formaram um monopólio comercial em Guaporé, ramificado em seus distritos, e para além, expandindo-se em toda a região colonial italiana, interligada pelos carreteiros, o porto de Muçum e posteriormente, pela ferrovia e os meios de transporte mais modernos. Esse monopólio estendeu-se do início do século XX até meados da década de 1970, quando as empresas e indústrias começaram a entrar em declínio. É importante ressaltarmos que o capital para investir em áreas distintas teve como base o comércio.

À vista disso, ao contrário do que a historiografia traz a respeito do imigrante colono, que se dedica à agricultura, foi possível acompanhar e traçar a trajetória de um grupo de imigrantes que se dedicou ao comércio, almejando trilhar um ambicioso caminho, em que espremeram diversos recursos provindos da zona agrícola para investir em indústrias e empresas, seja através dos produtos agrícolas, como proprietários de subcolonizadoras, como políticos ou industrialistas, mas ainda ligados ao mesmo grupo de pessoas do início da colonização. Nota-se que, mesmo em outros territórios, mantiveram a rede de sociedades e os laços de amizade. Portanto, defendemos que os imigrantes de nosso estudo, provindos de uma Europa sem perspectiva imediata de melhoria econômica, investiram seu capital monetário no Brasil, conseguindo ampliar e expandir seus recursos, infiltrando-se em diversas áreas e tornando-se importantes lideranças dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul.

### Fontes primárias

Livros tombos das paróquias de Guaporé e Casca, jornais, além e 21 depoimentos de colaboradores. Entrevistas liberadas pela Equipe Plataforma Brasil (Comitê de ética) CAAE 60489716.8.0000.5342, a partir de 30 de novembro de 2016.

### Referências

ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950. Porto Alegre: Revista do Globo S.A, 1950.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CENTENÁRIO da imigração italiana, 1875-1975. Porto Alegre: Editora Edel Ltda.

CHITOLINA, Valdirene. *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, vol. II, 1875-1925. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.

MATTÉ, Aline Karen. *Prazeres velados e silêncios suspirados: sexualidade e contravenções na Região Colonial Italiana (1920-1950)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, João Vicente Tavares Dos. *Colonos do vinho*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno, grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

TRUZZI, Oswaldo; NETO, Mario Sacomano. Redes, migrações e economia étnica na experiência paulista. In: RUGGIERO, Antônio de; FAY, Cláudia Musa (Orgs.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil/Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

## **O diretor da colônia: Hermann Faulhaber, sua trajetória e redes sociais**

Rosane Marcia Neumann\*

### **Introdução**

O presente estudo gira em torno do diretor da colônia, esse sujeito histórico responsável pela atração e recepção dos imigrantes/colonos, administração do núcleo colonial, o representante direto da empresa de colonização e o intermediário entre esta, os imigrantes/colonos e o Estado. A habilidade pessoal e o empreendedorismo do diretor extrapolavam os limites da colônia, conferindo credibilidade à colônia e, por vezes, seu nome representava o próprio projeto de colonização.

Em escala de análise reduzida, nominal e atrelada às redes sociais, o estudo empírico analisa fragmentos da trajetória migratória do pastor protestante, professor e diretor Hermann Faulhaber; o seu trabalho em prol da manutenção da germanidade, materializado durante sua atuação como diretor das colônias da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, no noroeste rio-grandense, entre 1908 e 1926; e como sócio-gerente da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. e diretor de seu empreendimento colonial no oeste catarinense, entre 1919 e 1926.

O recorte documental privilegia a documentação produzida pelas empresas de colonização e publicações diversas em livros e periódicos impressos sobre o projeto de colonização e o seu diretor. A abordagem proposta contribui para o avanço da produção historiográfica sobre os agentes, sujeitos e projetos de colonização particulares, instalados na região norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX. Sinaliza para um novo modelo de colonização, mais articulado,

---

\* Doutora em História. Universidade de Passo Fundo.

dinâmico e agressivo, marcado pela mobilidade dos colonos, dos projetos e dos colonizadore(a)s, com a presença de empreendedores experientes no mercado.

A abordagem proposta situa, inicialmente, o espaço da colônia e o seu sujeito, o diretor; em seguida, percorre a trajetória individual do imigrante Hermann Faulhaber, do pastorado à direção do empreendimento de colonização, o seu ideal de colonização e, por fim, sua estratégia para preservar seu nome, a estabilidade das empresas de colonização e suas colônias.

### **A colônia e seu diretor**

A imigração e colonização do século XIX até meados do século XX originou no sul do Brasil uma estrutura organizacional própria e peculiar: a colônia (*Kolonie*). Já seus habitantes, por extensão, foram denominados de colonos (*Kolonist*), identidade comum que adotaram, sem distinção étnica. Gradualmente, o termo colono passou a abranger todos os habitantes da colônia e o seu modo de vida, baseado na pequena propriedade agrícola, o trabalho familiar, a produção de subsistência com a venda dos excedentes ao mercado; paralelo a pequenas oficinas artesanais que empregavam os profissionais de ofício; a casa de comércio ou “venda”; e no centro da sede da colônia, a casa ou barracão do imigrante, a igreja, a escola, o cemitério e, por vezes, o salão de baile, a casa pastoral ou paroquial, e a casa do diretor.

No romance *A colônia: cenas da vida no Brasil*, escrito pelo alemão Friedrich Gerstäcker, publicado na Alemanha em 1862, essa estrutura foi descrita pelos seus personagens em um breve diálogo sobre a colônia Santa Clara – mas poderia ser perfeitamente a colônia São Leopoldo (1824), Neu-Württemberg (1898) ou Porto Feliz (1922):

“Ao diretor”, disse Günther, [...] Precisamos perguntar, na próxima casa, onde fica a residência dele”.

“Isso não é necessário, disse seu amigo, “a casa lá em cima, na qual balança a bandeira alemã, é, sem dúvida, a estalagem; o prédio grande ao lado deve ser a igreja – onde o alemão não constrói uma ao lado da outra? Além disso, na direção sul há apenas uma casa em grande com um cercado novo e lá mora certamente o diretor. É para lá que devemos cavalgar.”

“Talvez você tenha razão”, riu Günther, “mas talvez ele more ali, naquele simpático prédio, cercado por laranjeiras. Eu certamente teria escolhido aquele lugar para morar.”

“Aquele é com certeza a casa paroquial”, garantiu seu companheiro; “você não está vendo o caminho claramente percorrido dali até a igreja? Não creio que o diretor tenha deixado essas marcas no caminho até a igreja. É melhor você me seguir, eu o guiarei até lá.” (GERSTÄCKER, 2016, p. 29).

O diretor: este é o personagem central da colônia, responsável pela sua administração e o intermediário direto entre os colonos e o governo, nas colônias públicas; e nas colônias particulares, entre os colonos e a empresa de colonização; os colonos e o representante da colonizadora frente ao Estado; e, em se tratando de imigrantes, o consulado. Cabe ainda ao diretor organizar o cotidiano da colônia, resolver as pendências com/e entre os colonos, apaziguar conflitos familiares, atritos entre vizinhos; resolver questões de divisas e medições das terras, negociar dívidas, responder processos judiciais; contratar ou demitir pastor, padre, professor, médico, agrimensor; equilibrar os interesses da empresa de colonização ou do Estado com as demandas dos colonos. Enfim, as tarefas atribuídas ao diretor eram múltiplas, mas, em síntese, consistiam em manter e restabelecer a ordem, visando o bom andamento da implantação da colônia e o seu desenvolvimento.

Ocupar a função de diretor, por outro lado, representava *status* social, pois lhe concedia uma posição de poder, ampliava os seus espaços de circulação e suas redes sociais. Conhecer as leis, os contratos de compra e venda de terras, intermediar a venda da produção, negociar com as autoridades governamentais, colocava-o em uma situação chave na colônia. O prestígio e as redes sociais tecidas extrapolavam os limites da colônia, e o nome do diretor tornava-se a referência ou mesmo nomeava o projeto da colônia.

O diretor e seu papel na colônia ainda é uma lacuna na historiografia. Nos estudos gerais, o diretor é apresentado como mais um sujeito na colônia, por vezes, enaltecido, outras, apontado como o responsável pelos problemas da colônia e dos colonos e, outras ainda, como um elemento corrupto, que desviava recursos, realizava a

venda de terras sem documentação, atrasava a medição dos lotes, superfaturava transações de terras, dentre outros.

Procura-se localizar e entender a atuação do diretor da colônia em toda sua complexidade: situado no seu espaço e tempo; atrelado a uma rede social; e no seu trabalho cotidiano, frente às possibilidades e incertezas do momento, levado a tomar decisões e fazer escolhas estratégicas. A peculiaridade de sua conduta, a tecitura de suas redes sociais e o jogo de estratégias nem sempre são lógicas e compreensíveis quando avaliadas pelo historiador *a posteriori*, lidas a partir dos vestígios remanescentes na documentação (LEVI, 2000; 2014; CHARTIER, 2002; GINZBURG, 2007).

Talvez no século XIX, no Rio Grande do Sul o diretor da colônia pública de São Leopoldo, Johann Daniel Hillebrand (nasceu em Hamburgo, Alemanha, em 1795; faleceu em São Leopoldo, em 1880), militar e médico, foi controverso e ficou conhecido pelo seu envolvimento político e sua relação com os imigrantes/colonos, bem como sua posição frente ao Estado (cf. TRAMONTINI, 2003; ROCHE, 1969). Tratando-se de colônias particulares, no mesmo contexto, o imigrante Jacob Rheingantz (nasceu em 10 de agosto de 1817, em Sponheim, região da Prússia Renana, Alemanha; faleceu em 15 de julho de 1877, em Hamburgo, Alemanha), comerciante em Rio Grande, fundou em 1858 a colônia de São Lourenço, em Pelotas, atuando como colonizador e diretor. O empreendimento sob sua direção foi marcado por contestação de sua autoridade, dificuldades financeiras e conflitos com os imigrantes, que alegavam descumprimento dos contratos, medições errôneas, bem como queixavam-se das condições precárias da colônia e das arbitrariedades cometidas pela direção (IEPSEN, 2008). Rheingantz foi um modelo de empreendimento onde o colonizador e o diretor se confundiam, havendo contato direto com os imigrantes e colonos.

Já no século XX, destacaram-se diretores contratados para gerenciar empresas de colonização e colônias particulares. O engenheiro civil Karl Culmey (*nasceu em 1879, em Neuwied, na Renânia, Alemanha, e faleceu tragicamente em 1939, no rio Uruguai, no oeste de Santa Catarina*), imigrou no Brasil em 1902 e acompanhou o padre jesuíta Max von Lassberg *na fundação da colônia Serro Azul (Cerro Largo) no mesmo ano, e Santo Cristo, ambas no noroeste do Rio Grande do Sul, e a partir de 1919, as colônias Puerto Rico e Monte Carlo em Misiones, na Argentina*. A partir de 1926, foi diretor da Companhia Territorial Sul Brasil, que colonizou um extenso complexo colonial no oeste

de Santa Catarina, garantindo seu nome credibilidade ao projeto (NEUMANN, 2016; HERWIG, 1984).

Outro exemplo, com perfil e trajetória peculiar no mesmo período foi o imigrante alemão Hermann Faulhaber, cujo nome representava uma concepção de projeto de colonização modelo, conhecido e reconhecido em toda zona de colonização alemã do sul do Brasil.

### **Hermann Faulhaber: de pastor a diretor**

O final do século XIX foi marcado na Alemanha por um discurso colonialista, implementado por meio da atuação de instituições diversas, com os olhos voltados à formação de colônias na África. Paralelo a esse movimento, partilhando do mesmo entusiasmo, indivíduos e grupos capitalistas buscavam espaço para aplicar capital de forma lucrativa. Nesse cenário, encontrava-se o jovem sócio e herdeiro do Instituto Bibliográfico de Leipzig, Dr. Herrmann Meyer, que ao realizar viagem de estudo ao Xingu, no Mato Grosso, centro-oeste do Brasil, foi atraído e convencido pelo guia da expedição e também colono, Carlos Dhein, da possibilidade de investir capital no comércio de compra e venda de terras no norte do Rio Grande do Sul.<sup>71</sup>

Avaliado o custo/benefício e os riscos, o Dr. Meyer optou por aplicar capital nesse ramo de empreendimento. Em 16 de setembro de 1897 passou uma procuração para Carlos Dhein, investindo-o de plenos poderes para comprar e vender terras em seu nome. Logo em seguida, formalizou a sociedade entre ambos, com a assinatura de um contrato em três de novembro de 1898, criando a Firma Herrmann Meyer, com sede em Porto Alegre, definindo e delimitando os papéis sociais de cada um. A empresa destinava-se exclusivamente ao comércio de compra e venda de terras no Estado do Rio Grande do Sul. A ausência de um projeto de colonização, o elevado investimento e as divergências entre o colonizador idealista e o colono rio-grandense, que buscava priorizar as demandas dos colonos, levaram à dissolução formal da sociedade em seis de novembro de 1900.

---

<sup>71</sup> A trajetória do Dr. Herrmann Meyer e seu projeto de colonização é o objeto de estudo central da autora na obra *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*, 2016. Toda documentação em língua alemã arrolada nesse artigo foi traduzida para o português, em tradução livre, pela autora.

Todavia, essa crise serviu para Meyer rever o perfil do empreendimento e elaborar um plano de colonização. Assim, em cinco de janeiro de 1901, oficializou a continuação do projeto de colonização, sob a razão social *Kolonisations- Unternehmen Dr. Herrmann Meyer* (Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer), com sede em Leipzig, na Alemanha, e ele próprio como único proprietário, concentrando a direção geral e o controle financeiro. Para representar a Colonizadora Meyer no Rio Grande do Sul, foi nomeado um procurador, mantendo o escritório até 1904 em Porto Alegre, quando foi transferido para a sede da colônia Neu-Württemberg, em Cruz Alta, onde permaneceu até o encerramento de suas atividades, em 1932, e a posterior liquidação dos bens do inventário de Meyer e seus herdeiros. O complexo colonial, de área descontínua, foi instalado no limite entre os municípios de Cruz Alta (colônia Neu-Württemberg, 1898 – hoje município de Panambi e Condor) e Palmeira (colônia Xingu, 1897 – hoje município de Novo Xingu), na região noroeste do Estado.

Na Alemanha, a propaganda e as notícias sobre o projeto de colonização em formação no sul do Brasil circulava nos meios colonialistas e nas entidades voltadas aos emigrantes alemães no exterior. Transitando nesse meio, recém-formado, o jovem pastor protestante Hermann Faulhaber ofereceu-se espontaneamente para emigrar e, nessa condição, foi apresentado ao Dr. Herrmann Meyer. Decorrido quase um ano de negociações, foi contratado por Meyer como pastor e professor para seu complexo colonial pelo período de cinco anos, a contar de primeiro de setembro de 1902.<sup>72</sup>

O encontro pessoal entre ambos ocorreu em outubro de 1901, do qual Meyer saiu convencido do acerto de sua escolha, pois Faulhaber “deu-me uma impressão extremamente favorável. Ele ainda é jovem, tem 26 anos, vivo, enérgico e prudente”.<sup>73</sup> Talvez “é idealista demais, mas ao mesmo tempo uma pessoa prática”.<sup>74</sup> Na correspondência encaminhada por Meyer ao administrador da colonizadora em Porto Alegre, apresentou Faulhaber como uma pessoa “prática, com brios e enérgico”, ideal para a sua colônia e com os requisitos necessários para a posição que assumiria.

---

<sup>72</sup> Contrato entre Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber, assinado em Leipzig, 19/7/1902. Caixa 31, MAHP (Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegemann, Panambi).

<sup>73</sup> Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, caixa 42, MAHP.

<sup>74</sup> Carta. Leipzig, 24/11/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Porto Alegre. Pasta 1 - cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, caixa 43, MAHP.



Ressaltou que ele era suabo (*Schwabe*) de Württemberg, sul da Alemanha, o que beneficiaria em muito a emigração e, quiça, obteria apoio financeiro oficial daquele estado.<sup>75</sup>

Mas quem era Hermann Faulhaber? Em 1907, ao findar seu contrato de pastor e professor na colônia Neu-Württemberg, ele rascunhou uma pequena autobiografia:

Eu, [Karl] Hermann Faulhaber, nasci em 19 de abril de 1877 em Triensbach, Crailshein em Württemberg, filho do pastor Hermann Faulhaber e sua esposa Fanny nascida Leiss. Por um curto tempo frequentei um curso preparatório para a escola primária (*Vorschule*) em Stuttgart, e após freqüentar cerca de dois anos a escola primária (*Volkschule*), eu fui aluno do ginásio (*Gymnasium*), que eu terminei no ano de 1895. De 1º de outubro de 1895 até 30 de setembro de 1896 eu servi no regimento de infantaria, do reino da Prússia, n. 125. Então eu estudei Teologia na Turíngia, e realizei ali em março de 1901 o primeiro exame de Teologia. Depois eu fui, por um ano, professor-inspetor em Witzhausen junto ao Werra (*Regierungsbezirk Cossel*), na *Deutsche Kolonialschule*, e, ao mesmo tempo, administrador do *Evangelischer Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer*. Em agosto de 1902, em Cannstatt, Stuttgart, sob a ordem do Consistório Evangélico de Württemberg, fui ordenado, e desde 1º de setembro de 1902 assumi o cargo de pastor em Neu-Württemberg, por 5 anos. Eu inaugurei em janeiro de 1903 a escola daqui, na qual eu atuei como professor. Era de minha responsabilidade toda a questão pedagógica da escola. Como isso vai ficar agora tem de ser visto com a *Colonizadora*, ou quem vai exercer essa atividade pedagógica. Desde 4 de setembro de 1902, eu estou casado com Marie, nascida Reinhardt, filha do Major-General von Reinhardt de Stuttgart. Eu tenho dois filhos na idade de 2 ½ e 1 ½ anos. Neu-Württemberg, 2 de fevereiro de 1907. Hermann Faulhaber.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Carta de negócios. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, caixa 42, MAHP.

<sup>76</sup>. Em outro rascunho avulso constam seus dados genealógicos: Karl Hermann Faulhaber - Pai: Hermann Faulhaber, pastor evangélico, e Fanny Leiss Faulhaber, residentes em Stettin, Alemanha; Marie Faulhaber - Pais: general August von Reinhardt e Emilie Widenmann von Reinhardt, residentes em Cannstatt, em Stuttgart, na Alemanha; Filhos - Maria Sofia Faulhaber (6/8/1903), casada com Erich Schild; Walter Faulhaber (12/8/1905), casado com Gerda Irmgard Gudrun Guse e segundas núpcias com Siegrid Holmquist; Gertrud Faulhaber (1912), casada com Karl Klemm (documentos avulsos. Caixa 52, MAHP). Marie Faulhaber nasceu em 8 de setembro de 1867 em Hohenasperg e faleceu em 11 de abril de 1939 na colônia Neu-Württemberg aos 72 anos, vítima de um ataque do coração. Frequentou a escola secundária para moças em Ulm, Ludwigsburg e Heilbronn, e nos anos de 1884-1886 o *Lehrerinnenseminar* – seminário para professoras – em Stuttgart. Formada professora, trabalhou por um ano na escola

As funções e os compromissos de Hermann Faulhaber nas colônias Neu-Württemberg e Xingu eram múltiplos e extrapolavam o espaço formal da igreja e da escola. Conforme o contrato, o pastor receberia uma remuneração de 4.500 marcos, pagos a cada quatro meses no escritório da empresa; passagem paga de ida e volta de vapor na segunda classe, direto de Hamburgo ao porto de Rio Grande. Na colônia, foi construída a casa pastoral, previamente aprovada por Faulhaber, contando com quatro quartos, cozinha e varanda. Um dos quartos destinava-se a hóspedes da colonizadora. Ainda, pertenceriam à casa pastoral dois terrenos no *Stadtplatz*, para horta, galpões etc., bem como meia colônia, que poderia tratar com a empresa, mas não deveria distar mais de uma hora de estrada da casa pastoral. As suas despesas, bem como compra e a manutenção dos animais, deveriam ser por sua conta. A empresa iria colocar à sua disposição dois animais de montaria. A escola e igreja seriam mantidas pela colonizadora e, em breve, deveria ser construída uma escola e igreja. Para as viagens a trabalho para Xingu a serem realizadas a cada dois meses e não deveriam durar mais que seis dias, havia uma verba de Rs. 50\$000. Competia-lhe ordenar a vida cotidiana dos colonos, manter “a moral e os bons costumes na colônia” como um representante direto de Meyer, mas sem vínculos com a administração burocrática e a comercialização de terras.<sup>77</sup> Ainda, era mais um canal de comunicação direto entre o colonizador e a colônia, paralelo ao administrativo. Acatando os termos do contrato, Faulhaber comprometeu-se em auxiliar nesse projeto.

O casal Faulhaber chegou a Porto Alegre em 1º de novembro de 1902, seguindo para a colônia Neu-Württemberg no dia 17, celebrando o primeiro culto em 30 de novembro no barracão dos imigrantes. No natal de 1903, Faulhaber escreveu em correspondência a Meyer: “Preciso dizer-lhe que minha esposa e eu ainda nos sentimos muito bem aqui, que estamos entusiasmados com o nosso trabalho e que, apesar das muitas dificuldades, olhamos confiantes para o futuro. Queira a nossa querida Neu-

---

particular em Backnang e permaneceu por um ano na parte francesa da Suíça. Posteriormente, por cinco anos foi professora no *Prieserei*, uma escola secundária em Stuttgart, até a páscoa de 1896, quando se transferiu para Tübingen (cf. SCHNEIDER, *on line*).

<sup>77</sup> Contrato entre Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber, Leipzig, 19 de julho de 1902. Caixa 31, MAHP.

Württemberg prosseguir em sua ascensão vigorosa também no ano novo” (FAULHABER *apud* FAUSEL, 1949, p. 15).

Na Alemanha, o envio do pastor Faulhaber para o trabalho junto aos alemães no Rio Grande do Sul foi bem recebido, conforme o jornal *Deutsche Post* de Berlim:

O Sr. Faulhaber, enquanto atuou como secretário do *Ev. Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer* e também como professor na *Kolonialschule* de Witzenhausen, já se familiarizou com a situação dos alemães do além-mar e a emigração, assim vai desempenhar sua profissão com essa preparação. No círculo dos simpatizantes da iniciativa das colônias alemãs, o Sr. Faulhaber, com seu realismo, seu sólido caráter pessoal e o seu entusiasmo para o *Deutschtum* no além-mar, se fará notável e será proveitoso. Não só do interesse das colônias do Dr. H. Meyer, mas também e principalmente para a prosperidade cultural do Rio Grande do Sul é de desejar que, nesse posto que irá ocupar na colonização, o homem certo vai estar no lugar certo.<sup>78</sup>

A autonomia concedida a Faulhaber e o fato de se tratar de homem de confiança de Meyer na colônia, logo provocou atritos com o gerente-geral da colonizadora, Horst Hoffmann, de Porto Alegre. Na prática, Faulhaber, como pastor, envolveu-se com questões dos colonos, que, teoricamente, não eram da sua responsabilidade, bem como reclamava que o administrador nunca vinha para a colônia. Hoffmann, por sua vez, alegava que o pastor estava se intrometendo demais na administração da colônia, desautorizando-o perante os colonos. Criou-se, então, um triângulo de intrigas entre Hermann Faulhaber, em Neu-Württemberg, Rudolf Scharf, como representante da colonizadora em Cruz Alta e diretor da colônia, e Horst Hoffmann, gerente-geral da empresa, cujo desfecho sempre acabava em Herrmann Meyer, que procurava não se envolver, aconselhando que eles devessem se entender pelo bem do empreendimento. Segundo Hoffmann,

o pastor Faulhaber não é em absoluto um orador de púlpito, isso já é público; e, em geral, parte para a discussão. Eu acho que a sua prédica em Xingu realmente não pode ter nada de escandaloso. Contra o Pastor Faulhaber, eu pessoalmente não tenho a mais simples objeção; mas nos seus relatórios, que são elaborados pela sua inteligente e prudente esposa, trata de muitas coisas além do que lhe compete pessoal e oficialmente. Entre Faulhaber e Scharf existem as maiores

---

<sup>78</sup> Faulhaber. *Deutsche Post*, 1902 - n. 2405. Nota avulsa. Pasta transcrição Livro copiativo 44 - 1901 a 1904, caixa 109, MAHP.

diferenças intelectuais. Eu me permito aqui rapidamente recapitular as observações sobre as duas pessoas de nossa administração em Neu-Württemberg apontadas pelo velho Cônsul Schmith. Ele considerou Scharf um funcionário extraordinário, hábil, sensato e que trabalha em prol do interesse da *Empresa*; já o pastor Faulhaber, um homem jovem, inexperiente e confuso, o que vai atrapalhar o deslanchar da colônia, e no campo religioso, tem a sua esposa como a sua mentora fiel.<sup>79</sup>

A carta de Hoffmann dá a ver os pontos sensíveis da colônia em formação: o imigrante recém-chegado, os colonos teuto-brasileiros e a empresa. Equilibrar esses interesses, nem sempre convergentes, era o desafio. Ainda, no que se refere à colônia Xingu, evitar atritos com a família de Carlos Dhein, que havia permanecido nas imediações, após o rompimento da sociedade.

Gradualmente, detentor de uma diplomacia própria ou a “didática de lidar com os colonos”, Faulhaber conquistou a confiança dos colonos e tornou-se a pessoa-chave no projeto de colonização. Como pontos de atuação, destaca-se o empenho na formação de uma rede de ensino nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, com um currículo próprio, e na organização associativa dos colonos. Como pastor, manteve a assistência religiosa na sede da colônia. Expirado o contrato com a Colonizadora Meyer em 1907, Faulhaber retornou para a Alemanha, viagem retardada para 26 de maio de 1908 em razão de vários contratemplos, permanecendo lá até março de 1909. No momento da partida, na incerteza de um possível retorno, as colônias Neu-Württemberg e Xingu organizaram um abaixo-assinado, enviando-o para Herrmann Meyer solicitando a sua permanência.<sup>80</sup> Nessas circunstâncias, a designação de Faulhaber para a função de diretor foi bem recebida na colônia pelos seus habitantes. Por sua vez, Herrmann Meyer, ao apresentar seu novo administrador e diretor em 11 de fevereiro de 1909 justificou a sua escolha:

---

<sup>79</sup> Relatório 11-15 - Fim. De 1/6 a 15/8/1903. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 20/08/1903, para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta transcrição Livro copiativo 44 - 1901 a 1904, caixa 109, MAHP. Intermediando a relação entre ambos, Meyer aconselhou-os a separarem os interesses gerais envolvidos no desenvolvimento da colônia e as suas diferenças e controvérsias pessoais, não confundindo as duas instâncias e provocando maiores problemas, prejudicando a todos (Carta. Leipzig, 16/5/1903. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Elsenau, colônia Neu-Württemberg. Pasta cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, caixa 42, MAHP).

<sup>80</sup> Abaixo-assinado de 24 de maio de 1908, assinado pela direção da comunidade evangélica, a sociedade escolar, a sociedade cemitério, cooperativa, sociedade de agricultores, clube de lanceiros e colônia Xingu (*Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927, p. 73-81).

com infatigável energia, cumprindo sua função, ele formou uma sólida comunidade religiosa; começou a atender como professor, de forma precária, com várias classes, e ergueu a escola. O desenvolvimento cultural da colônia e do colono era objetivo da administração, que tanto quanto possível fomentou a Biblioteca e promoveu a cultura alemã, e fortaleceu diversas sociedades de utilidade pública. Pela sua solicitude a toda hora e paciente bondade, pelo seu interesse na vida de cada um, ele ganhou para si a simpatia de todos os colonos, eles avistam nele o cuidado de “pai da colônia”. O que em Neu-Württemberg, nesses poucos anos, foi realizado no interior e exterior, e o seu significado para a germanidade em toda a terra e para os emigrantes alemães principalmente, eu devo em primeiro lugar ao Sr. Faulhaber.<sup>81</sup>

Assim, em 1908 Faulhaber abandonou o pastorado e assumiu a administração da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer e a direção da colônia Neu-Württemberg, função que manteve até 1926. A partir de então, passou a residir na casa da direção da empresa, localizada no alto do morro oposto ao “morro da escola”, onde havia residido, mais afastada da sede da colônia, mas com uma vista privilegiada desse espaço, destacando-se em meio a paisagem pela sua imponência. A fase áurea de sua atuação foi como diretor, extrapolando o trabalho e seu nome dos limites da colônia, transformando-o numa referência de administrador bem-sucedido de uma colônia particular, étnica e predominantemente protestante – uma “colônia-modelo”. Ao longo desse período construiu sua própria rede de relações e influência com base na colônia, conquistando a confiança da ala germanista do estado e da elite política de Cruz Alta e Palmeira – como estrangeiro, não participava dos pleitos eleitorais, o que lhe permitia barganhar com ambas as facções políticas em prol de seus interesses. Para os observadores de fora, o desenvolvimento do projeto de colonização estava diretamente ligado à personalidade de seu administrador.

### **O diretor e seu projeto de colonização**

Hermann Faulhaber, além de idealista enquanto esteve à frente da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, demonstrou ser empreendedor e ousado, tramando negociatas envolvendo grandes somas de capital, negociando com proprietários, lavradores nacionais, Estado, além de sua inserção nas redes de poder de Cruz Alta e

---

<sup>81</sup> *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927, p. 77.

Palmeira. Por esses caminhos, ele transformou Neu-Württemberg numa colônia efetivamente alemã, com os limites delineados e os elementos, que ocupavam esse espaço, definidos, isto é, os lavradores nacionais remanescentes foram empurrados para fora dos domínios da colônia. O projeto de colonização passou a ser o “seu projeto”, e Faulhaber, como a primeira pessoa da Colonizadora Meyer a quem cabia as decisões mais importantes, logo, atuava de forma independente. Dessa forma, o diretor da colônia Neu-Württemberg tornou-se o legítimo representante e idealizador desse projeto, em contrapartida, o proprietário da empresa poucas vezes era lembrado.

As estratégias empregadas por Faulhaber para a compra de terras, com o objetivo de expandir os limites da colônia Neu-Württemberg eram variadas e questionáveis. interessantes. a compra de terras

Para oferecer aos diligentes colonos terras boas e baratas, o diretor da colônia Sr. Faulhaber implantou um sistema louvável. Faulhaber entrava com o requerimento, em nome dos *brasileiros* residentes em terras devolutas próximas da colônia, junto ao Estado, e o título era expedido em nome dos mesmos. O diretor dava, então, *de presente* a esses indivíduos a metade das terras, pagando todo o processo de legalização bem como as terras junto ao Estado, ficando com a outra metade. A sua parte então era demarcada e vendida aos colonos. Depois, com o consentimento do governo, o diretor Faulhaber constrói estradas e pontes, nas áreas onde lhe são garantidos os títulos de propriedade, já investiu nesses serviços 30 contos.

Pretende o benemérito diretor Faulhaber adquirir essas terras, assim como beneficiar ao *pobre brasileiro que nunca vem a ter um pedaço de terra*.

É de esperar que muitas pessoas condenem a atitude de Faulhaber, mas por outro lado, as pessoas agora estão vendo a valorização de suas terras, graças ao trabalho e os investimentos do diretor. Mesmo assim, fizeram denúncias falsas junto ao governo, que recuou provisoriamente de sua promessa de venda.

Espera-se que o governo reconheça o trabalho do diretor Faulhaber e cumpra com a sua palavra. O chefe da *Comissão de Terras*, Dr. Salgado, viajou para Porto Alegre para dar esclarecimentos sobre o negócio, e se espera que o mesmo continue.<sup>82</sup>

Essa prática era apresentada por Faulhaber como um benefício, afinal, esses indivíduos não tinham capital suficiente para requerer do Estado a legitimação e a

---

<sup>82</sup> *O Ijuhyense*, 21 jun. 1916 - grifo nosso. Caixa 52, MAHP.

compra das terras que ocupavam há muitos anos. Já a Colonizadora Meyer não recebia terras do Estado, e ao entrar com pedido de compra, o processo demorava muito, quando não era negado. Para driblar a burocracia e garantir a aprovação do requerimento, Faulhaber empregou uma tática simples: assinava um termo de compromisso com os lavradores nacionais e fazia em nome deles o requerimento de legitimação de posse da área que ocupavam, e que tinham direito, e ele entrava com o capital, garantindo o pagamento à vista dessas terras ao Estado. Uma vez recebidos os títulos de legitimação, eram repassados à empresa, quitando, assim, a negociata. Caso o Estado não aprovasse o requerimento, o dinheiro adiantado deveria ser devolvido para a empresa. Nesse sistema, foram raros os lavradores nacionais que permaneceram nas terras, vendendo imediatamente a parte que tinham direito para Faulhaber. Tais compras, em geral pequenas frações de terras, iniciaram em 1912, prolongando-se até 1918.

Na Comissão de Terras de Ijuí, Faulhaber tinha o apoio incondicional do agrimensor Sebastião Salgado atuando como intermediário junto a Carlos Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização, endossando os requerimentos da colonizadora.<sup>83</sup>

Quando havia dificuldades para negociação ou, mesmo, quando a empresa não contava com capital suficiente, Faulhaber e o guarda-livros Eduard Hempe compravam e escrituravam as terras em seus nomes, vendendo-as posteriormente para a empresa ou direto aos colonos. Os casos de permuta de lotes entre a colonizadora e os proprietários, ou lavradores nacionais vizinhos, eram frequentes, especialmente quando o lote de um “estranho” ao projeto de colonização se situava dentro da área já adquirida pela empresa.

Em nível de colônia, a rede mais produtiva e visível foi estabelecida entre Hermann Faulhaber, primeiro como pastor e depois como diretor, e o professor público Minoly Gomes de Amorim, posteriormente subdelegado, capitão, subintendente e conselheiro municipal, ambos entusiastas do projeto de colonização. Essa parceria e admiração mútua pode ser lida como uma aliança entre, de um lado, os interesses da

---

<sup>83</sup> Ofício. Ijuí, 2/2/1915. Sebastião Salgado, comissário especial de terras, ao Dr. Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização. Pasta 2 - cartas e cartões - diversos a diversos, caixa 47, MAHP.

colonizadora estrangeira e a colônia étnica alemã, e do outro lado, os interesses da municipalidade de Cruz Alta e o meio nacional, mediados pelos dois maiores expoentes de cada grupo.

Numa carta dirigida a Hermann Faulhaber, em 18 de dezembro de 1910, após a ausência de 11 meses, Minoly Amorim afirmou o seu entusiasmo diante do progresso visível da colônia. “Novas casas, ruas e indústrias aqui levantaram-se triunfalmente. Parece que um espírito poderoso ergue sempre, impele com gigantesca força para o nobre campo do adiantamento esta venturosa colônia.” Pois, “imagine, meu ilustre amigo, no ano de 1909 só contava esta colônia 5 engenhos a vapor de serrar tábuas; hoje, existem 12, além de vários motores já encomendados e inumeráveis outras oficinas, umas já funcionando e outras projetadas”.<sup>84</sup> Pautado no desenvolvimento econômico e a barganha política, em 24 de março de 1916, pelo ato nº 18 do intendente municipal, Neu-Württemberg foi elevada a distrito, formando o 8º distrito de Cruz Alta até então, juntamente com Santa Bárbara, 4º distrito. A instalação ocorreu em abril de 1916 numa solenidade muito concorrida, com a presença de várias autoridades.<sup>85</sup> Os discursos de praxe elogiaram o desenvolvimento da colônia, a contribuição do elemento alemão e a administração exemplar de seu diretor Hermann Faulhaber, em conjunto com a municipalidade.<sup>86</sup>

Mesmo ocupando uma posição de destaque dentro do projeto de colonização e da germanidade, Hermann Faulhaber atuou de forma discreta e nos bastidores, pois não possuía as qualidades de um grande orador de massas, nem um intelectual que escrevia sobre seu ideário germanista ou o trabalho cultural que estava sendo realizado em Neu-

---

<sup>84</sup> Carta. Neu-Württemberg, 18/12/1910. Minoly Gomes de Amorim a Hermann Faulhaber, caixa 62, MAHP.

<sup>85</sup> Como distrito de Cruz Alta até 1954, passou a ter subprefeito e subdelegado, cargo esse ocupado, alternadamente, pelos republicanos Minoly Gomes de Amorim (1916-1924 e 1933 a junho de 1938) e Jayme Dumoncel Pithan (1925-1930), ambos representantes do grande latifúndio pecuarista cruz-altense, e o liberal Luiz Martin Hack (1930-1932), de profissão ferreiro, permanecendo nesse período Jayme Dumoncel Pithan como subdelegado. Na legislatura de 1924-1927, Minoly assumiu de conselheiro municipal em Cruz Alta, representando a colônia Neu-Württemberg. Já na legislatura seguinte, 1928-1930, foi eleito representante do distrito o colono Carlos Schafazick, da oposição. Em 1930, como consequência da Revolução de 30, o governo provisório instituído por Getúlio Vargas dissolveu e extinguiu o Conselho Municipal. Em 1935 foi instituída a Câmara de Vereadores e eleitos os seus primeiros representantes. Na legislatura de 1935, elegeu-se o comerciante Leopoldo Hepp. Com o Estado Novo e a dissolução do poder Legislativo, não teve representantes até 1948, quando foram eleitos vereadores Luiz Martin Hack e Carlos Schaffazick, em 1952 assumiram os vereadores Walter Faulhaber, industrialista, e Willy Dietrich, comerciante.

<sup>86</sup> *Cruz Alta*, 16 abr. 1916.



Württemberg. Destacava-se, porém, como articulador de base para a execução desse projeto maior. Quando solicitado, fornecia dados objetivos sobre a colônia e materiais para a divulgação na imprensa. No círculo dos germanistas do Estado, Faulhaber integrava o grupo dos que defendiam, em qualquer circunstância, a integração dos imigrantes alemães e descendentes ao meio nacional brasileiro, utilizando inclusive a língua vernácula, desde que isso não implicasse renúncia da cultura de origem, ou seja, conciliar a nacionalidade alemã com a cidadania brasileira.

No final da década de 1910, pela experiência e pelo renome consolidado, Faulhaber foi convidado para administrar um megaprojeto de colonização no oeste de Santa Catarina, a cargo da Empresa Chapecó-Pepery Ltda., com sede em Carazinho, pois consideravam-no o mais competente e indicado para tal função, cuja credibilidade do nome por si só era capaz de atrair os colonos, compradores em potencial de lotes de terras. Ao se ligar a essa empresa, tinha por objetivo reproduzir em escala maior o projeto de uma colônia exclusivamente para alemães protestantes, ensaiado em Neu-Württemberg, com as devidas correções e adaptações. Como ponto de partida, foi fundada a colônia Porto Feliz (Mondaí) na margem direita do rio Uruguai.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Em 1916, Bruno Kertscher, um ex-oficial austríaco instalado em Carazinho, tentou comprar a ponta do oeste catarinense. As negociações emperraram pelas muitas indefinições legais, somadas ao problema da Primeira Guerra Mundial. Em 1919, os madeireiros Bruno Kertscher, Gustavo Stangler, Carlos Angst, Germano Flad, Adolfo Stangler e as madeireiras Gomes, Sturm e Cia, Weidlich e Cia. e Kreiser e Cia. fundaram uma empresa em Carazinho, incluindo Hermann Faulhaber como sócio-gerente. O objetivo era colonizar as margens catarinenses do rio Uruguai, desde o rio Chapecó até a fronteira com a Argentina. A firma foi registrada com o nome de Empresa Chapecó-Pepery Ltda., com um capital inicial de R\$ 450:000\$000, junto à Junta Comercial de Porto Alegre em 11/8/1922. A Empresa Chapecó-Pepery Ltda. comprou suas terras em 12 de dezembro de 1919 na cidade de Curitiba, a Brazil Development e Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway, com sede no Rio de Janeiro, uma superfície de terra estimada em 20.978 lotes coloniais de 25 ha cada uma, pagando Rs. 15\$835 o hectare, localizados entre os rios Chapecó, Uruguai e Pepery. Todavia, essas terras estavam em litígio e a empresa norte-americana perdeu a área para a Empresa Oeste Catarinense. Assim, em 28 de abril de 1922, no Rio de Janeiro foi assinado novo contrato por meio do qual a Empresa Chapecó-Pepery adquiriu para colonização 13 mil colônias de 25 ha cada uma, situadas entre os rios Pepery, Uruguai e rio das Antas. Com essa mudança, a empresa teve enormes prejuízos, além de receber uma área onde não tinha estradas que a interligasse ao Rio Grande do Sul – a primeira área ficava defronte à cidade de Iraí. A situação melhorou em 1926, quando foi construída a estrada do Prado, ligando Mondaí às cidades do Rio Grande do Sul. Em 1926, em razão das dificuldades financeiras, a referida empresa vendeu 2.340 lotes coloniais à *Volksverein*, com o objetivo de ali formar uma colônia teuto-brasileira católica. Assim, em 10

A associação de Faulhaber à Empresa Chapecó-Pepery só foi informada ao Dr. Herrmann Meyer quando o empreendimento já estava em pleno andamento. Contribuiu para isso o próprio contexto da I Guerra Mundial, quando a troca de informações ente a colônia e o colonizador foram mínimas. Por outro lado, justo esse cenário de guerra deu total autonomia para Faulhaber agir por conta própria, ampliar a área da colônia com a compra de mais terras. Porém, seu expansionismo territorial e projeto de colonização foi barrado por Meyer, que pretendia encerrar suas atividades de colonização, com a liquidação da área de terras restantes. Esse impasse foi um dos fatores que levou o diretor Faulhaber a investir no oeste catarinense, em detrimento da gleba Erval Seco, de propriedade da Colonizadora Meyer, ainda por colonizar.

O renome e credibilidade do diretor Faulhaber foram centrais para atrair compradores de terras para o empreendimento Porto Feliz. A estratégia de associar e centralizar o escritório das duas colonizadoras na colônia Neu-Württemberg, aproveitando a infraestrutura existente e os funcionários da Colonizadora Meyer, acabou por confundir os dois empreendimentos, entendidos à época e por parcela da historiografia como prolongamento um do outro. A estabilidade financeira dos colonos de Neu-Württemberg, somada ao excedente populacional, foi favorável ao novo projeto de colonização, pois Faulhaber conseguiu levantar parte do capital junto aos próprios colonos, oferecendo-lhes como garantia um lote colonial em Porto Feliz. Outra parte do capital investido proveio do caixa da Colonizadora Meyer.

Logo, Porto Feliz pode ser considerado um prolongamento da colônia Neu-Württemberg, pois carregou consigo parte dos filhos de seus colonos. Já outra parcela de colonos investiu capital na compra de um lote, sem o compromisso de se estabelecer na colônia, com o intuito de ajudar Faulhaber. Ainda, os dois projetos contavam com Faulhaber como diretor. Porém, em termos de empresa de colonização, não havia

---

de abril de 1926, sob a direção do padre jesuíta Max von Lassberg foi fundada a sede Porto Novo (hoje Itapiranga e arredores). Com a fundação de uma colônia católica ao lado da protestante, pretendia-se manter em ambas a uniformização no cultivo da língua, fé e escola. A documentação da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. encontra-se, em parte, misturada à documentação da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, no MAHP. Outra parcela está no arquivo municipal P. Karl Raminger, em Mondaí – SC. Na praça central de Mondaí, há uma placa em homenagem “ao diretor Hermann Faulhaber fundador de Porto Feliz – Mondaí 20 de maio de 1922”. (Cf. NEUMANN, 2016).

qualquer vínculo entre a Colonizadora Meyer e a Empresa Chapecó-Pepery. O estrangulamento financeiro comprometeu a estabilidade das duas empresas em 1926, levando o diretor a abdicar de seu ideal de colonização.

### **O legado do diretor: *Gemeinnutz geht vor Eigennutz***

Hermann Faulhaber representava bem mais do que um projeto de colonização privada: era o próprio sustentáculo desse projeto e a colônia Neu-Württemberg, a sua obra-modelo mais bem acabada. “Toda Neu-Württemberg sabe que [Hermann] Faulhaber é o homem certo no lugar certo”, escreveu um repórter em 30 de junho de 1917, na seção alemã do jornal *O Ijuhyense*, após uma visita à colônia particular Neu-Württemberg, reiterando que o seu diretor era conhecido e respeitado em todo Estado, e sua administração incansável era digna de imitação, tendo em vista a prosperidade da colônia. Já Minoly Amorim, então subintendente, considerou-o “pessoa leal, honrada, gentil, muito querido e popular”.<sup>88</sup>

No auge de sua trajetória como diretor, à frente de dois projetos de colonização, com um nome consolidado e respeitado na área, resultado de seu entusiasmo, trabalho e dedicação, somado ao seu idealismo e ambição pessoal, aconteceu o inusitado. Segundo a narrativa das testemunhas oculares, na manhã de 8 de julho de 1926: ele recebeu uma carta, rascunhou um bilhete com letra ilegível, ouviu-se o estrondo de um tiro, o diretor foi encontrado sem vida em seu escritório. Esses são os fatos, mas sobre as motivações que levaram Faulhaber a cometer suicídio, há poucos indícios, a começar pelo bilhete que escreveu, mas que ninguém à época conseguiu decifrar.

A notícia da morte do diretor circulou rapidamente pela colônia, através das redes de vizinhança e amizade, e também na imprensa, que noticiou o fato amplamente. Os artigos, breves biografias e homenagens, de modo geral, trataram de exaltar o seu trabalho e caráter pessoal, permitindo situá-lo melhor nesse meio colonial.

Em 8 de julho, a notícia da morte repentina do nosso respeitado diretor Hermann Faulhaber, percorreu a colônia, trouxe para todas as casas profunda dor e tristeza. Para cada um era como se fosse uma perda pessoal. Cada um que recebeu a notícia de sua morte sabia o que

---

<sup>88</sup> *O Ijuhyense*, 30 de junho de 1917, seção alemã. Caixa 52, MAHP.

isso significava para a colônia, pois tudo que Neu-Württemberg era devia-o a ele [...]. Ele era o guia, ele ia adiante com clareza, com espírito objetivo, de olhos abertos, estava preparado, todo confiante, cuja força tanto necessitamos para a solução de muitos problemas. Ele não está mais. Uma cruel fatalidade o arrancou do nosso meio.”<sup>89</sup>

Nesse contexto, a colônia Neu-Württemberg representava a sua “obra-modelo” concluída, ao passo que Porto Feliz, sob sua administração desde 1919, estava no seu primeiro desdobramento, com uma área dez vezes maior do que a primeira, “era para vir a ser uma grande cidade de cultura alemã”, onde ele

colocou toda sua força, e as dificuldades, que desse trabalho inicial e mais tarde vieram de encontro para superar, também custaram a sua saúde, pois trabalhava dia e noite. Suas forças estavam esgotadas, seus nervos arrebatados, sua mente pesava e estava depressivo. Em tais condições, precisou só uma carta, que um sócio lhe escreveu anunciando novos problemas para ele e para o desenrolar da obra, o que foi um duro golpe. Pouco depois de receber essa carta ele pôs fim à sua vida através de um tiro na sua testa. Nos minutos entre a recepção da carta e a sua morte, o que se passou em sua alma nunca será esclarecido. Em honra de todos os outros sócios da Empresa, podemos dizer que eles em todas as questões concordavam com Faulhaber e a sua administração era elogiada por todos.<sup>90</sup>

Em nome da Colonizadora Meyer, o proprietário Dr. Herrmann Meyer emitiu uma nota na imprensa lamentando o sucedido, atribuindo ao seu diretor o mérito do desenvolvimento do complexo colonial e o trabalho cultural ali realizado.

Em 8 de julho do corrente faleceu repentinamente em Elsenau, colônia Neu-Württemberg, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o diretor da minha Empresa de Colonização, Hermann Faulhaber. Por vinte e quatro anos ele, primeiro como pastor da comunidade evangélica, e desde 1906 [1908] como diretor da colônia, com sua força estruturou a Empresa de Colonização, em sua incansável atividade, sua inteligência para a colonização, para o bem estar dos colonos e a ampliação do ensino. Deve a colônia Neu-Württemberg em primeiro lugar a ele o seu desabrochar. Os colonos pela sua prosperidade, o seu

---

<sup>89</sup> Esse artigo lançou uma “versão oficial” sobre o episódio, publicado originalmente nas páginas do informativo da comunidade evangélica da colônia, *Evangel. Gemeindeblatt für Neu-Württemberg*, de autoria do pastor Karl Michel, e reproduzido integral ou parcialmente em vários outros noticiosos (*Evangel. Gemeindeblatt für Neu-Württemberg.*, n. 8, ago. 1926, capa, p. 30-32. Caixa 52, MAHP. Reproduzido por Hermann Faulhaber. *Uhles Kalender...*, 1927, p. 279-280; Hermann Faulhaber. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927, p. 73-81).

<sup>90</sup> *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927, p. 73-75.

empenho de conhecer a realidade de todos. Milhares de colonos alemães sentem profundamente a sua morte, ele era para eles um verdadeiro e sempre solícito pai e conselheiro. O *Deutschtum* (germanidade) no Brasil perde com ele seu melhor propugnador, seu nome está para sempre gravado no quadro de honra dos pioneiros da cultura alemã. Para minha Empresa, Hermann Faulhaber significa uma perda insubstituível. Com o maior altruísmo, por vinte anos ele retirou a colonização da condição mais precária para a hoje elevada edificação, e o seu trabalho, com idealismo e inteligência, vinha de encontro aos meus esforços para em minhas colônias no sul do Brasil formar um lugar de cultura alemã, para oferecer ao diligente emigrante alemão uma oportunidade para um desenvolvimento salubre. Eu sinto profundamente a sua morte. Eu serei sempre grato a ele pela sua fidelidade abnegada, guardo dele uma honrosa lembrança.<sup>91</sup>

Empenhados em abafar possíveis especulações em torno do suicídio de Faulhaber, seus amigos pessoais, Dr. Ulrich Kuhlmann, vice-cônsul da Alemanha, e Ulrich Löw, proprietário do jornal *Die Serra Post*, ambos de Ijuí, tomaram cada qual as suas providências. Em carta reservada ao cônsul-geral em Porto Alegre, de 10 de julho de 1926, Ulrich Kuhlmann reforçava sua versão dos fatos, justificando que estava muito abalado com o sucedido e que para ele era bem mais difícil falar sobre o fato do que para o cônsul e os demais “senhores do *Deutschtum* porto-alegrense”. Argumentava que geralmente se criava uma sombra em torno de um suicídio, o que, no caso de Faulhaber, não poderia ocorrer. “Faulhaber com certeza era o maior, mais importante e o homem *mais alemão* aqui na serra; de uma pureza e integridade de caráter, de um escrúpulo quase exagerado, como nós não encontramos outros.” Vinculava o desfecho trágico à colonização de Porto Feliz, iniciada há seis anos por capitalistas de Carazinho,<sup>92</sup> e onde Faulhaber, com seu “conhecido talento de organização e com seu nome reconhecido em todos os lugares”, assumiu a administração. Depois de muito esforço e trabalho, as primeiras dificuldades em relação ao título de propriedade foram superadas, mas sempre novos obstáculos se colocaram no caminho.<sup>93</sup> “Ele superou todos [os obstáculos] bem sozinho; os sócios só dificultavam tudo, queriam dinheiro, só estavam interessados em lucrar. Faulhaber, mesmo quase que só, levou a colonização pelo lado dos ideais –

---

<sup>91</sup> *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927, p. 80-81.

<sup>92</sup> A Empresa Chapecó-Pepery Ltda. tinha como sócios: Adolfo Stangler, Gustavo Stangler, Kreiser & Cia., Fr. Weidlich & Cia., Bruno Kertscher, Dr. Otto Schmiedt, Germano [Hermann] Faulhaber, Pedro Garcia de Figueiredo e Antonio Honsiser.

<sup>93</sup> Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao cônsul-geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

trabalhar pelo *Deutschtum*, acomodar os camponeses da *Heimat*, igreja e escola alemã para todos, esta última era sua ‘menina dos olhos’ mais querida.”<sup>94</sup>

Justamente esse era o ponto de discórdia entre Faulhaber e os demais acionistas, pois entendiam que a colonização implicava apenas a compra, divisão, medição e venda dos lotes, sem refletir nos investimentos de infraestrutura. O interesse predominantemente capitalista dos acionistas divergia do ideal germanista de Faulhaber, de construir ali a sua idealizada colônia alemã e protestante. O vice-cônsul apontava também o Dr. Otto Schmiedt como responsável direto por essa situação, visto ter protestado a letra em seu poder, devendo o pagamento ser realizado em três dias, valor que ultrapassava a soma de cem contos de réis, caso contrário, o pagamento seria reclamado na justiça. Esse fato tornou-se público, “a revolta contra o Dr. Schmiedt é geral. Em Neu-Württemberg pessoas queriam linchá-lo caso aparecesse, e eles também chegariam a isso”. Diante dessa situação, “sobre o futuro de todo esse trabalho ninguém sabe. Tudo estava atrelado ao nome de Faulhaber, a confiança de todo público”. Mostrava-se ainda preocupado com a situação da sua família, “que está sem nada, pois Faulhaber nunca entendeu isso de trabalhar para seu próprio bolso, e na própria Empresa Porto Feliz está empregado [o seu pouco capital]”. Concluía dizendo que esses esclarecimentos todos eram necessários para evitar qualquer tipo de especulação ou suspeita.<sup>95</sup>

A notícia publicada por Ulrich Löw no jornal *Die Serra-Post*, de 13 de julho de 1926, resumiu o episódio numa frase: “Um tiro na testa pôs fim a sua grande vida”. Justificava esse ato extremo em consequência dos problemas que o estavam sufocando e a depressão. Hermann Faulhaber representava “o símbolo do nosso ‘*Serra-Deutschtums*’, com o qual nós estávamos acostumados, em todos os momentos de incertezas de nossa cultura mostrava o caminho certo”. O articulista ressaltava também que o “Diretor Faulhaber nunca em sua vida trabalhou em benefício próprio ou se preocupou com a questão material, pois trabalhava em prol do progresso dos demais.

---

<sup>94</sup> Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao cônsul-geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

<sup>95</sup> Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao cônsul-geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11, Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha; Inventariado: Hermann Faulhaber; inventariante: Maria Faulhaber. Entrada do processo: 6/2/1930. Inventário nº 2.263, maço 62, E 61. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime, APERS.

Assim, pelo que sabemos, possui apenas duas ou três colônias em Neu-Württemberg”. Para complicar mais, havia investido suas economias na Empresa Chapecó-Pepery Ltda., em razão das dificuldades financeiras não havia ressarcido ainda o valor. Assim, “deixa apenas a família, o seu nome e os seus compromissos, que morrem com ele”. Sobre o protesto da letra por parte “daquele sócio” (Dr. Otto Schmiedt), do qual nem o nome citava, interpretou o fato do seguinte modo: “Diante de sua alma levanta duas possibilidades: ou paga a letra protestada e cai em ruína moral e financeira; ou beneficia um sócio em prejuízo dos outros, o que o seu caráter e justiça nunca permitiram. Sua alma magoada não teve saída. Suas últimas forças ele tinha gasto nesse empreendimento e não queria levá-lo à falência.”<sup>96</sup>

Enfim, o suicídio não deveria macular a boa reputação de Hermann Faulhaber, sacralizando o seu trabalho engajado em defesa do *Deutschtum*, da escola e da igreja. “*Gemeinnutz geht vor Eigennutz*” (o interesse comum vem antes do interesse particular), teria sido o seu *slogan* ao conduzir os trabalhos de colonização (FAULHABERSTIFTUNG, 1933). Representantes do governo alemão e de outros países, personalidades notórias, homens de ciência, ocupando funções e com interesses distintos, “chegam à colônia [Neu-Württemberg], atraídos pela personalidade e pelo trabalho de Hermann Faulhaber, a cada ano”.<sup>97</sup> Os dados numéricos também confirmavam a eficiência de sua administração: a área que recebeu para administrar em 1909 praticamente duplicara, com a aquisição de novas propriedades e a divisão em colônias. Em 1926, a colônia Neu-Württemberg era composta por 1.400 lotes coloniais, ocupados por 1.800 famílias, aproximadamente, e calculadas quase 14 mil almas.<sup>98</sup> “Na sede Elsenau está estabelecida uma vida agradável e conta com cerca de 200 casas e casa de negócio”.<sup>99</sup> O fim da “era Faulhaber” sinalizava para um “antes” e um “depois” no trabalho da colonizadora Meyer.

---

<sup>96</sup> *Die Serra-Post*, 13 de julho de 1926. Recorte. Caixa 52, MAHP.

<sup>97</sup> As visitas de personalidades brasileiras e alemãs à colônia Neu-Württemberg eram regulares, podendo ser acompanhada pelo noticiário dos jornais, especialmente quando se tratava de autoridades alemãs, como o ministro alemão Hubert Knipping, em viagem oficial ao estado, em 1925 (*O Commercio*, n. 726, ano VII, p. 3, 29/10/1925), e o almirante Behncke, da marinha alemã, em viagem de 18 meses pelo mundo para conhecer o trabalho dos alemães (*O Commercio*, n. 628, ano VI, p. 4, 12 mar. 1925).

<sup>98</sup> Relatório anual da colonização, 1925. Eduard Hempe. Anexo ao balanço da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, 1925. Caixa 38, MAHP.

<sup>99</sup> Cf. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927.

### **Considerações finais**

Herrmann Faulhaber foi um dos muitos diretores de colônias e de empresas de colonização que atuaram no Brasil meridional nos séculos XIX e XX. Sua trajetória como diretor evidencia seu papel como mediador entre os interesses da empresa de colonização, os colonos e o Estado; também seu perfil empreendedor, sua concepção de modelo de colonização e suas estratégias para implantá-lo; e a tecedura de suas redes sociais.

Já a sua trajetória na emigração enquadra-se no perfil dos emigrantes urbanos, com uma profissão, nesse caso, com formação em nível superior e um contrato já assinado na Alemanha, e talvez o diferencial por não haver o retorno, consolidando-se como uma emigração definitiva. Conforme apontado, Faulhaber, como filho de pastor, e Marie, filha de militar, eram jovens, recém-casados, tinham emprego e condições financeiras para permanecer na Alemanha. A opção pela emigração atendia a um ideal de “trabalhar em prol do *Deutschtum*” no exterior e não a uma necessidade de outra ordem. Contudo, também preenchiam o perfil desejável para integrar um projeto de colonização no exterior.

Na colônia Neu-Württemberg, o pastor e professor Faulhaber conquistou a confiança e admiração dos colonos, defendendo os seus interesses. O reconhecimento pelo seu trabalho levou-o a ocupar o cargo de administrador da Colonizadora Meyer e diretor da colônia Neu-Württemberg e Xingu, o que ampliou o seu campo de atuação, colocando-o em contato direto com o Dr. Herrmann Meyer, as autoridades brasileiras, o consulado da Alemanha no Brasil, os círculos políticos de Cruz Alta e Palmeira, as autoridades municipais, as instâncias educacionais e religiosas, a imprensa, dentre outros. A parceria estabelecida com Minoly Gomes Amorim permitiu acessar as redes sociais e de poder local, além de conquistar um aliado e entusiasta do projeto de colonização, porta-voz das demandas da colônia junto ao governo municipal.

No que se refere ao projeto de colonização, Faulhaber e sua esposa Marie foram os grandes responsáveis pela materialização de um projeto cultural, visando a preservação do *ser* alemão, construindo uma consistente rede de ensino, oferecendo assistência religiosa e atividades culturais diversas, bem como a organização de uma diversificada biblioteca. Lentamente, Faulhaber interpretou e se apropriou do projeto de



colonização da Colonizadora Meyer como seu, tornando-se a referência central para o mesmo, enquanto Herrmann Meyer tornava-se um nome distante, desconhecido para a grande maioria dos habitantes do complexo colonial.

Entretanto, a autonomia adquirida por Faulhaber como diretor para gerir o empreendimento além-mar de Meyer, omitindo dados e fatos, tornou-se inviável ao ligar-se à Empresa Chapecó-Pepery, cujo projeto diferia muito de sua concepção de colônia e colonização. A pressão financeira, o investimento a juros do capital da Colonizadora Meyer e os depósitos dos colonos junto a Empresa Chapecó Pepery, sem o conhecimento de Meyer e dos colonos; e a iminência da possibilidade de falência de ambas as empresas decorrente de sua atuação, levaram-o a deixar ambos os projetos e manter a integridade de sua honra e seu nome. A morte do diretor Hermann Faulhaber causou um impacto direto nos complexos coloniais sob sua administração, implicando na interrupção de ambos os projetos de colonização. A Colonizadora Meyer já estava tratando do encerramento de suas atividades, o que foi acelerado; já a Chapecó-Pepery, sem a referência de seu diretor e em meio a especulações diversas, liquidou as terras em Porto Feliz e vendeu o restante da área para a *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul).

No romance escrito por Gerstäcker (2016), no século XIX, a atuação e postura do diretor da colônia foi reconhecida pelos colonos quando ele foi afastado pelas autoridades, substituído por outro diretor. Após inúmeros problemas e a intervenção de suas redes sociais, ele foi reconduzido à sua função e recebido com festa na colônia pelos colonos. No romance, outras histórias particulares se entrecruzam no cotidiano da colônia, dentre elas, o suicídio de uma mulher imigrante, por afogamento, deixando marido e filha; e também são mencionados em vários momentos estados de tristeza profunda de imigrantes, principalmente mulheres. As mentalidades retratadas no romance transparecem em maior ou menor grau na colônia Neu-Württemberg entre os colonos, na tentativa de construir uma explicação plausível frente ao suicídio de Faulhaber: especulações sobre as motivações – era pastor protestante, como a igreja iria explicar; era o diretor, o que ocorreu; a busca por um responsável, no caso, o sócio; o seu estado depressivo e saúde debilitada; sua frustração com o projeto de Porto Feliz. Em meio a essas possibilidades, um grupo apropriou-se do capital social que

representava seu nome na área da educação e fundou a *Faulhaberstiftung*, com o objetivo de manter vivo o nome de Faulhaber, o seu trabalho e uma memória positivada de sua atuação. A memória construída e mantida a partir de então apagou das narrativas o suicídio, e prevaleceu a imagem do diretor, “pai dos colonos”, pastor e professor. O projeto de Porto Feliz consta como uma nota de rodapé.

Portanto, o estudo dessa trajetória migratória particular permite acessar a complexidade dos movimentos migratórios e dos projetos de colonização, construídos e reconstruídos nas relações cotidianas, atravessados pelas interpretações e interesses dos sujeitos envolvidos.

## Referências

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 2002.

FAULHABERSTIFTUNG, *Neu-Württemberg*. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien. Stuttgart (Alemanha): Ausland-und Heimat Verlags A.-G., 1933.

FAUSEL, Erich. *Cinqüentenário de Panambi 1899-1949*. [s. l.]: [s. ed.], 1949.

GERSTÄCKER, Friedrich. *A Colônia*. Cenas da Vida no Brasil. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2016.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERWIG, Tutz Culmey. *Die Tochter des Pioniers*. São Leopoldo: Rotermund; Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1984.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

*Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, Santa Cruz do Sul, Friedrich Brüggemann, ano 4, 1927.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, Niterói, RJ, Vol. 20, 2014, 20 p.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura*. O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SCHNEIDER, Corinna. *Bertha Reinhardt (1866-1944)*. Disponível em: <http://www.uni-tuebingen.de/frauenstudium>. Acesso em: 24 abr. 2008.)

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003

*Uhles Kalender*. Jahrbuch für handel – Industrie – Landwirtschaft Haus und Familie in Brasilien. São Paulo: A. Otto Uhle, 1927.

Parte III:  
Imigração Italiana:  
Cultura, Educação  
e Religião

## **Entre resistências e integração: a cultura alimentar nas memórias e na literatura dos primeiros imigrantes italianos no Rio Grande do Sul**

Antônio de Ruggiero\*

### **Introdução**

Através desse breve artigo, gostaria de refletir sobre o papel que a comida e as culturas gastronômicas têm desempenhado, e desempenham, como elementos distintivos e simbólicos fortes na definição de identidades coletivas "étnicas". Em particular, refiro-me à imigração italiana no estado brasileiro do Rio Grande do Sul que, a partir de 1875, deu acolhimento a um grande número de camponeses peninsulares que se tornaram proprietários de novas terras colocadas à venda pelo governo imperial. A formação, na Serra Gaúcha, de colônias relativamente homogêneas de imigrantes provenientes do Norte da península, estimulou inicialmente algumas formas de "resistências gastronômicas". Com a chegada das primeiras famílias se intensificaram, por exemplo, os enxertos de videiras italianas. Os colonos carregavam em suas malas nas travessias transoceânicas os ramos da videira, junto com outras sementes "na esperança de conseguir cultivar também na terra de destino, aquelas variedades de legumes ou cereais, das quais conheciam as virtudes, os defeitos e as necessidades" (CRISTALDI, 2015). Ao mesmo tempo, também as primeiras oliveiras e várias árvores frutíferas italianas entraram na região, alimentando uma nova tendência de sistema de policultura, sobre o qual o imigrante italiano baseava a sustentação das famílias coloniais.

Sempre se reconheceu o papel dos italianos como difusores de modelos e costumes gastronômicos típicos de sua própria cultura, que se beneficiou de uma grande riqueza de tradições diferenciadas entre as várias regiões, historicamente impregnadas de influências e sobreposições externas greco-romanas, árabes, espanholas, franceses, etc. Como notou o jornalista Francesco Bianco com certa retórica nacionalista em 1922,

---

\* Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

depois de uma visita aos principais locais de imigração no Brasil, os italianos quase teriam monopolizado o comércio de alimentos e com seus conhecimentos na cozinha, teriam sido capazes de "impor sua própria gastronomia, assumindo o domínio da gosto culinário desses povos" (BIANCO, 1922, p. 188).

Existem muitos testemunhos sobre a emigração histórica italiana nas novas colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, que nos permitem destacar alguns aspectos, acredito interessantes, nesse sentido. Em particular, escolhi algumas narrativas histórico-literárias e memórias de imigrantes italianos, significativas do ponto de vista histórico-antropológico, para retratar fenômenos relativos às dinâmicas da inicial preservação de uma "identidade coletiva gastronômica italiana". Nestas fontes, ao mesmo tempo, se evidenciam os fenômenos de hibridismo cultural, que convergiram na criação de uma gastronomia transnacional, denominada "colonial italiana".

### **Resistências**

Um interessante romance histórico de Gian Domenico Mazzocato, *Il bosco veneziano*, publicado na Itália em 1999, narra a epopeia dos miseráveis habitantes da região vêneta próxima ao bosque do Montello, que foram historicamente vítimas dos governos locais que se alternaram na gestão do território. De fato, os *montelliani* foram erradicados à força de sua pátria natal, para chegar às colônias do Rio Grande do Sul no final do século XIX procurando, se não a "cuccagna" prometida – a respeito da qual poucos acreditavam, apesar da propaganda dos recrutadores –, pelo menos uma vida mais digna, sem precisar fugir das leis restritivas e injustas aplicadas para regulamentar a exploração da floresta, única subsistência possível para essas famílias. Na história, mantém-se o léxico e os esquemas mentais da oralidade camponesa – que o autor conhece muito bem – para descrever eficazmente a tragédia de todos aqueles indivíduos que perderam a própria terra de origem. Os *montelliani* representam a metáfora universal daqueles que, já exilados de fato em pátria, escolhem a imigração para procurar uma outra pátria possível. Chegando ao mato brasileiro, porém, sentirão de modo opressor o senso de distância de tudo e de todos e a primeira preocupação será aquela de replicar no lugar de acolhimento, como uma forma de "resistência", os principais elementos culturais identitários da terra natal. Isto é evidente, por exemplo, na escolha de chamar "Nuova Giàvera" – recuperando o nome do vilarejo vêneta de origem – os lotes atribuídos às famílias provenientes daqueles lugares

(MAZZOCATO, 1999). Fora da narrativa romanesca, sabemos bem quantas localidades com o nome de “Nova Vicenza”, “Nova Pádua”, “Nova Bassano”, “Nova Trento”, “Nova Brescia”, “Nova Milano” etc. foram historicamente presenças reais na região rio-grandense ocupada pelos primeiros colonos italianos.

Quando o protagonista do romance de Mazzocato, Bino Barro, chega ao Rio Grande do Sul com o filho Toni, em 1882, traz consigo um ramo de videira das suas terras vênetas, pois, apesar de conhecer as dificuldades e as diferenças geográficas e climáticas, se propõe a produzir um vinho que seja “bom” e que possa lhe lembrar o vinho da sua casa.

As tradições gastronômicas representam um dos elementos identitários mais fortes, ao lado da religião e da língua, entre os imigrantes nestas terras. Como escreveu o antropólogo italiano Ernesto Di Renzo, em todos os processos migratórios a comida assume um papel de “catalizador de lembranças” oferecendo aos protagonistas desta mobilidade a possibilidade de abater as barreiras espaço-temporais para se reconectar com os lugares e os afetos de origem (DI RENZO, 2015, p. 406).

Sobre este tema, em uma interessante análise referente às escritas populares e às correspondências privadas de alguns lígures emigrados na América do Sul no período da grande emigração, Fabio Caffarena destacou a saudade dos “sabores de casa” e a ligação indissolúvel com as tradições alimentares das suas origens como um tema habitual e bastante assíduo. Ressalta-se a importância deste tipo de documentação, considerando que o assunto da comida se liga diretamente a uma dimensão emotiva íntima e familiar. Para amenizar a inexorável dificuldade da integração em uma realidade completamente nova se procuravam estratégias que permitissem reatar o vínculo com a comunidade de origem e “estancar a hemorragia da identidade subjetiva e social” (CAFFARENA, 2006, p. 2) presente nos lugares de acolhimento.

Também no caso específico brasileiro, embora muitas cartas provenientes das regiões coloniais italianas enfatizassem voluntariamente os aspectos positivos ligados à abundância “americana” nos consumos e a uma dieta cotidiana que se beneficiava de alimentos por vezes raros nos campos italianos – como a carne – (FRANZINA, 1979), a questão da nostalgia gastronômica é fortemente presente.

Nesta perspectiva, o estado brasileiro do Rio Grande do Sul se revela extremamente interessante, considerando o grande número de agricultores italianos que desde 1875 tornaram-se proprietários de novas terras devolutas, colocadas à venda pelo

governo imperial. A formação na *Serra Gaúcha* de colônias relativamente homogêneas de imigrantes provenientes do Norte da península, estimulou inicialmente algumas formas de “resistência gastronômica”. Com a chegada das primeiras levadas se intensificaram, por exemplo, como foi dito, os enxertos de videiras italianas, cujos brotos eram transportados diretamente dentro das malas nas travessias transoceânicas, conservados até mesmo dentro das batatas, para manter o grau de umidade necessário até o momento do desembarque.

As primeiras vinhas experimentais, que muitas vezes não deram bons êxitos, em outros casos permitiram a preservação até os dias de hoje de espécies de videira que na Itália não são mais cultivadas. Um exemplo é a uva “*Ancelotta*”, que se tornou a base de alguns vinhos dignos, produzidos hoje na região colonial, enquanto na Itália é utilizada apenas em poucos pequenos cortes. Juntos aos brotos das videiras, chegaram também as primeiras oliveiras italianas, importadas em Caxias do Sul em 1882 por Giuseppe Boff, seguido por Annuccio Ungaretti alguns anos mais tarde. A mesma coisa ocorreu com as plantas frutíferas, e é o caso de recordar o nome de Giuseppe Eberle que, em 1884, transportou consigo da Itália numerosas plantinhas de macieira, pereira, cerejeira, castanheira e amendoeira, que deram origem a um dos mais importantes pomares da região (CINQUANTENARIO, 2000, p. 224-225). Como nos informam os dados encontrados no célebre almanaque “*Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*”, outros ilustres pioneiros italianos, principalmente vênets, transformaram-se em mestres que serviam de exemplo para a difusão das novas técnicas de agricultura racional e pelo enxerto de novas espécies de árvores de frutas, vinhas e oliveiras provenientes da península (CINQUANTENARIO, vol. I, 1925, p. 432-433). Se importaram da Itália também os plátanos, estranhos ao mato brasileiro e que ainda hoje representam um elemento paisagístico característico da região (CRISTALDI, 2015). Junto às sementes mais variadas que os imigrantes transportaram nas próprias bagagens, não faltavam nem mesmo os saquinhos cheios de ovos do bicho da seda, e se registram na região algumas experiências de sericultura devidas à engenhosidade de colonos italianos que já a praticavam na pátria natal (CINQUANTENARIO, vol. I, 1925, p. 432-433).



### **Estranhamento e integração**

A contribuição mais evidente dos imigrantes foi, porém, desde muito cedo a criação de uma cultura gastronômica híbrida, definida “colonial”, que perpetuava as tradições e os saberes de origem, através da adaptação aos produtos locais (como a preparação da polenta, do vinho, do óleo, dos salames, dos queijos, da massa, etc.). Podemos falar de um *Know How* culinário italiano que se integra – se “transnacionaliza” utilizando uma expressão mais atual – para se adaptar às condições e possibilidades oferecidas pelo lugar de acolhimento.

Um exemplo literário interessante neste sentido é o romance colonial *Vita e storia de Nanetto Pipetta*, de autoria do padre capuchino Achille Bernardi, publicado em capítulos nos anos vinte do século XX no principal jornal étnico da região colonial italiana. Obra escrita em dialeto vênето misturado com palavras em português, tornou-se uma referência importante para reconstruir aspectos antropológicos, sociais e linguísticos da primeira imigração italiana na região. Não me detenho muito sobre o trabalho que projeta no jovem Nanetto de Veneza, o símbolo do colono vênето, que embarcou para o Novo Mundo cultivando o sonho da *Cuccagna* em uma terra que prometia comida e riqueza para todos. Quando chegará ao Rio Grande do Sul, encontrará uma realidade bem mais dura e frugal a respeito do *Eldorado* sonhado antes de embarcar. De uma coisa, porém, não podia lamentar-se: “*in Mérica de fame non se morre!*” exclama, quando apenas desembarcado experimenta uma batata doce de dimensões nunca vistas antes:

“Barbaridade! Que batatona! [...] Vou ter comida por uma semana não é? São todas assim as batatas-doces aqui na América? Mas também que gostosa! Lá na Itália, em casa de minha coitada mãe, nunca provei uma coisa tão boa assim! [...] Agora sinto que estou realmente na América! Garanto que jamais tive uma comilança igual a da desta noite. Não, nunca!” (BERNARDI, 1988, p.75)<sup>100</sup>.

Assim como se impressiona com os pinhões enormes e gostosos nas pinhas que caíam das gigantescas araucárias da região; com a quantidade de leite que podia consumir à vontade e sem restrições; com o charque desconhecido até aquele momento; assim como a farinha de mandioca e os feijões pretos (BERNARDI, 1982). E as surpresas não tinham ainda terminadas. Enorme foi o espanto, quando pela primeira vez se encontrou diante de uma “árvore salameira”, definição que deu de uma grande

---

<sup>100</sup> Utiliza-se aqui a versão em português do romance, publicada em 1988 (Bernardi, 1988).

bananeira com uma penca de “salames” verdes e amarelos suspensos em cachos sobre os ramos. Descobriu, assim, pela primeira vez, o gosto saboroso das bananas: “Resolveu provar aqueles ‘salames’. Gostou demais!...Comeu a saciedade, deixando o estômago plenamente satisfeito” (BERNARDI, 1988, p. 132).

Constatando a abundância de produtos que podiam ser cultivados, o jovem colono se encontra diante, porém, ao desafio de domar esta natureza selvagem adaptando também os hábitos culinários de casa aos costumes tradicionais e aos alimentos típicos locais. Não gostava, por exemplo, de como se preparava a feijoada e não compreendia como os nativos pudessem apreciar a água quente do chimarrão, que ele não conseguia mesmo tomar (BERNARDI, 1988, p. 93). Também a tão amada polenta, que lembrava sempre com certa saudade os preparos culinários da mãe que permaneceu em Veneza, devia ser “remexida” com o método tradicional típico da sua região.

Nesse sentido, elementos de análises interessantes se encontram na coleção de memórias, hoje publicadas como *Memórias de um imigrante italiano*, escritas no início do Novecentos (mas inéditas até 1975) por Giulio Lorenzoni, um vêneto de Maróstica que, em 1878, com a idade de 14 anos, imigrou para o Rio Grande do Sul junto com seus familiares. Nestas páginas, com simplicidade estilística e certa fidedignidade histórica, percorrem os momentos referentes à chegada da família Lorenzoni na nova realidade *gaúcha*, e os eventos ligados às várias transferências entre uma localidade e outra da região de colonização italiana. O autor evoca com certa precisão as sensações que provou quando ainda menino, se confrontou com hábitos culinários diversos e também com as potencialidades que o mato rio-grandense podia oferecer (LORENZONI, 1975).

Na verdade, a sensação de estranhamento, em certos aspectos também agradáveis, já começava desde o primeiro dia de embarque no transatlântico brasileiro que o teria transportado da Itália, na ilha de Santa Cruz, próximo de Florianópolis, onde:

Uma enorme quantidade de bananeiras, de longas e largas folhas, plantações de cana de açúcar, laranjeiras carregadas e outras árvores de zona tropical adornavam aquela pequena ilha, exalando um perfume balsâmico, absolutamente desconhecido por nós, europeus (LORENZONI, 1975, p.32).

A primeira etapa no território gaúcho foi no porto de Rio Grande, antes de pegar a rota de Porto Alegre. Aqui descobriu pela primeira vez a cachaça brasileira, que não era exatamente parecida com a *grappa* das suas terras, mas que teve o mérito de “criar ânimo para enfrentar o futuro” entre os seus compatriotas ainda temerosos (LORENZONI, 1975, p. 37). Fascinado, por exemplo, com a grande disponibilidade de carne bovina e suína permaneceu impressionado com o preparo do churrasco, assim como do charque e da nutriente feijoada, que associava ao cozimento dos desconhecidos feijões pretos, também as partes menos nobres do porco. Tudo era acompanhado, ao menos até a chegada em massa dos italianos, da indispensável farinha de mandioca “que substituía o nosso pão”. Depois dos primeiros tempos de desmatamento, na região aumentou substancialmente o cultivo do trigo, que junto a outros cereais se tornou o elemento mais importante para interromper a monotonia dos campos cultivados com milho.

Outras considerações se referem ao chimarrão, ou seja, ao extrato de erva bebido no café da manhã e após todas as refeições dos *gaúchos*, preparado dentro de um recipiente feito de uma espécie de abóbora esvaziada, secada e aberta em cima – o porongo. O mesmo tipo de recipiente que os colonos, na realidade, utilizaram para o bem mais apreciado vinho, mesmo nos campos italianos. A comitiva de Lorenzoni não amava certamente esta infusão, descrita como excessivamente amarga:

Para nós esta bebida não agradava, por achá-la amargosa, e preferíamos muito mais uma xícara de café ou mesmo uma taça de chá, isto é, o mate feito com água fervendo, coado e adoçado; era o que gostávamos! (LORENZONI, 1975, p. 47)

E também a respeito da carne, destacava como esta se encontrasse em abundância e a baixo preço. Ao mesmo tempo, porém, criticava os hábitos dos habitantes locais, que a preparavam sem harmonizá-la adequadamente. O problema estava no fato que faltava a inclusão da cultura das “hortaliças”, e mais em geral das verduras, bastante escassamente utilizadas como acompanhamento (LORENZONI, 1975, p. 45-46). Para não falar da desconhecida cultura da massa, e em particular evocava os talharins, típicos da sua tradição, que – escrevia amargurado – “ao menos nestes primeiros tempos, deveriam ser esquecidos” (LORENZONI, 1975, p. 46).

Várias vezes, Lorenzoni evidencia a escassa predisposição dos autóctones a utilizar de maneira mais profícua e também criativa, os produtos da terra que podiam crescer com exuberância. Assim como os produtos do céu... referindo-se a grande

quantidade de espécies de pássaros, sobretudo as perdizes, que não eram caçadas até a chegada dos imigrantes. A atividade venatória na serra gaúcha se consolida efetivamente com o ingresso dos italianos. Também o personagem de Achille Bernardi, “Nanetto Pipetta”, como o real Luigi Lorenzoni, harmonizava satisfatoriamente a sua polenta, com o preparo das numerosas espécies de aves que conheceu no lugar de acolhimento (BERNARDI, 1988, p. 184-189).

Desde o início, os colonos enjoados pela monotonia alimentar local, começaram a experimentar novas plantações e se equiparam com aquilo que tinham, com o objetivo de reproduzir pratos mais saborosos e variados, alimentando assim um sistema de policultura na região. As observações no texto são emblemáticas:

Uns procuravam sementes de hortaliças como: chicória, ‘radici’, couves, cebola, salsa, e outros interessavam-se mais em plantar batatas inglesas e batatas doces, abóboras e aipim, mudas de pêssego, galhos de figueiras, amoreiras, muda de parreiras, muito raras naqueles lugares, enfim, tudo o que encontrassem servia e levavam para ser plantado. Desta maneira, em pouco tempo, já podiam comer um bom prato de salada e, como não tinham azeite, condimentavam com toucinho frito, e o vinagre era substituído por ácido acético (LORENZONI, 1975, p. 71).

As considerações de Lorenzoni, em suma, confirmam as sugestões derivadas pelos numerosos testemunhos narrativos que relatam as experiências populares e as memórias da região colonial, evidenciando sempre o peso da contribuição italiana em diversos novos preparos culinários.

A qualidade do vinho, por exemplo, começou a melhorar, embora com progressos lentos e conturbados, já que desde os primeiros anos os colonos enfrentaram as dificuldades de adaptação que as videiras italianas apresentavam nestas terras. Por muito tempo foram obrigados a utilizar aquela, que na realidade se apresentava como a grande inimiga da boa qualidade: a uva Isabela, videira americana já experimentada com êxitos positivos pelos imigrantes alemães, que dava bons resultados, era fácil de cultivar, resistia aos parasitas, mas produzia um vinho adocicado definido como *fragola* (morango). E também quando persistiam com tipologias vinícolas italianas, o resultado era profundamente diferente daquele obtido no país de origem, considerando as diferenças enormes entre os dois contextos morfológicos e climáticos. Apesar dos problemas enfrentados, já no final do século XIX o pioneiro *lucchese* Antonio Pieruccini foi o primeiro produtor que exportava de Caxias do Sul para vários estados

brasileiros, inúmeras variedades de vinhos, sobretudo, de brancos. E ao lado do vinho, os colonos produziram desde os primeiros tempos o seu destilado, a *grappa* (graspa), que substituiu quase totalmente a cachaça destilada da cana de açúcar (CINQUANTENARIO, 2000).

Entretanto, o papel principal da enologia nas novas terras do Brasil meridional, não impediu que os italianos iniciassem a produzir também vários produtos relacionados ao leite de vaca. O bom tratamento e o envelhecimento do queijo, a exemplo, é uma novidade que chegou com os camponeses vênets que, embora o pudessem consumir em quantidades mínimas na sua pátria, conheciam perfeitamente as técnicas de preparo, por exemplo do *mascarpone* e da manteiga, consumidos abundantemente na colônia, enquanto na Itália era só um privilégio para os *signori*, grandes proprietários de terras (GASPERIN, 2000, p. 140–144). Para não falar, também, do rico consumo de verdura seja cozida quanto em salada; tanto que os brasileiros brincavam dizendo que os italianos comiam como os cavalos: “erva e milho”.

Depois havia os animais domésticos para criar: as galinhas e, sobretudo, o porco. Mesmo neste caso conheciam com perfeição as técnicas do tratamento e da conservação apropriada para produzir salames, banhas, *cotechini*, etc. (GASPERIN, 2000)<sup>101</sup>, elementos típicos, hoje, da gastronomia colonial italiana, mas desconhecidos até então.

Ao lado dos cereais mais conhecidos, os imigrantes traziam nas suas travessias oceânicas também as sementes de várias qualidades de feijões. Não amavam os feijões pretos, pois consideravam o sabor deles demasiado selvagem, e com os feijões claros introduziram ao mesmo tempo a preparação da sopa de legumes (o *minestrone*). O *minestrone* nos primeiros anos se tornou verdadeiramente o símbolo desta integração e hibridização entre as duas culturas, pois não existindo todos os alimentos à disposição, os colonos o preparavam com as principais verduras do campo, inserindo, porém, sempre pedaços de carne seca e farinha de mandioca, antes que o trigo estivesse disponível para fazer os tantos desejados talharins.

---

<sup>101</sup> O livro de Alice Gasperin, publicado em 2000 remete à transcrição de memórias da autora em 1997 quando tinha 90 anos de idade. A obra publicada em *Talian* com tradução em português, nos oferece, em mais de 400 páginas, um panorama exaustivo e sugestivo, ligado às lembranças das tradições e dos costumes perpetuados pelos imigrantes italianos nas colônias de Bento Gonçalves e de Caxias do Sul. Grande parte dessas lembranças, remetem com lucidez e detalhes a questões gastronômicas e ao preparo dos alimentos em cozinha.

Abandonaram, porém, velozmente a farinha de mandioca para cultivar trigo para o pão e as massas, enquanto o número de moinhos, hoje conservados a símbolo da epopeia migratória, aumentaram substancialmente em toda a região. Depois de pouco mais de um ano da sua chegada, o jovem Giulio podia novamente saborear a sua massa de grão:

Chegou a época da colheita do trigo que foi esplendida; os moinhos para esse cereal também estavam prontos e depois de um mês, mais ou menos, isto é, aos primeiros dias de janeiro de 1880, podia-se comer o excelente talharim e todos construía um forinho de barro, pois tijolos não havia, onde se cozinhava o pão.

E na frase sucessiva, sintetiza um pouco todo o significado, mesmo em uma perspectiva simbólica, de alguns alimentos tradicionais representativos na cultura italiana:

Nesse andar o colono dia a dia melhorava seu padrão de vida, satisfeito, feliz, sentindo-se um pequeno proprietário, livre e independente, esquecendo assim todos os sofrimentos e dificuldades passados depois de sua saída da Pátria (LORENZONI, 1975, p. 72).

### **Entre a colônia e a cidade**

Enfim, gostaria de utilizar um romance histórico ainda muito pouco conhecido: *Al di qua dell'Oceano (Vita coloniale)*, publicado pela primeira vez em São Paulo pelo imigrante toscano Pietro Azzi, nos anos vinte do Novecentos. No livro, ambientado inteiramente no Rio Grande do Sul no final do século XIX, se encontram inúmeras referências autobiográficas que possibilitam uma dupla abordagem: em relação à vida colonial agrícola em si e à experiência imigratória vivida pelo protagonista no contexto urbano de Porto Alegre, capital do Estado. Não obstante o caráter fictício dessa obra, que podemos definir para literária, amadora e sem grandes pretensões estilísticas, realizada à distância dos eventos narrados, existe elementos verídicos e pertinentes que podem ajudar na compreensão de algumas dinâmicas relativas aos processos de integração nestas terras, entre os séculos XIX e XX. Um aspecto que mais do que outros nos convence, é justamente a atenção dedicada à vida cotidiana e aos costumes alimentares dos imigrantes, com uma análise que permite de evidenciar as grandes diferenças entre a colônia agrícola e a grande cidade, onde a comunidade é heterogênea e dividida por fortes regionalismos.

Os centros urbanos maiores ou menores tornaram-se o cenário ideal para a preservação da “pureza” gastronômica, garantida através da importação de produtos autênticos da península, e a proliferação de *trattorie*, bares e restaurantes de compatriotas, onde se perpetuava o consumo de alimentos genuinamente italianos (CORTI, 1998). Estes últimos transformaram-se, em suma, em um “recurso étnico” estratégico, do qual muitos peninsulares aproveitaram para abrir *casas de despachos*, que importavam produtos gastronômicos diretamente das diversas regiões italianas, sobretudo, no final do Oitocentos, quando o governo italiano procurou potencializar as várias formas de “mercado induzido” que a imigração podia favorecer.

O autor do romance, que pode permitir-se uma análise comparativa, evidencia como existisse na região colonial uma *osteria* com o nome enganador “*Al buon vino italiano*”, que na realidade propunha exclusivamente “um vinho genuinamente local conhecido como *fragola* (doce)”, um produto de fato híbrido –“transnacional”, filho de uma técnica italiana sim, mas também do fruto local que melhor se adaptava nestas terras. Os imigrantes da colônia na busca dos sabores da própria tradição, deram vida a uma região considerada de forte identidade culinária italiana, mas, de fato, alcançaram este resultado com formas evidentes de adaptações e transformações ligadas as condições específicas que o contexto permitia, seja no campo da vitivinicultura que do gastronômico. A cidade era outro mundo, como demonstram também as páginas dos almanaques comerciais e as inserções publicitárias nos numerosos jornais étnicos urbanos. E se é verdade que o ambiente cosmopolita urbano, em geral, possibilitava dinâmicas de integração cultural muito mais rápidas que nos contextos fechados e homogêneos da colônia, em relação a gastronomia o paradigma se inverte: era justamente na cidade que o elemento étnico italiano podia afirmar-se na sua versão “original”, ao menos até os primeiros processos de produção industrial.

É assinalada no romance a presença de numerosas casas de importação em Porto Alegre, principalmente na região do porto onde eram instalados grandes depósitos. O protagonista, por exemplo, passava o tempo livre no local de um seu conterrâneo de Lucca, que vendia produtos genuínos importados, como queijos e vinhos de alta qualidade, que ajudavam a diminuir a hemorragia identitária subjetiva e social presente nos lugares de acolhimento. Mesmo para o protagonista do romance de Azzi consumir azeite, cogumelos, vinhos, queijos típicos das suas regiões e disponíveis também do outro lado do oceano, significava religar o elo com as suas origens identitárias.

Tudo isso remete um pouco a uma das imagens mais sugestivas utilizadas por Edmondo de Amicis in *Sull'Oceano*, quando registrava a frequente propensão dos imigrantes italianos a desafiar os controles das alfândegas portuárias para trazer consigo na viagem seus produtos enogastronômicos, com a intenção de presentear os parentes que os esperavam do outro lado do oceano:

Era comovente escutar que se tratava de coisas sem valor, na maioria das vezes de presentes, que levavam para parentes ou amigos da América: alguns levavam uma garrafa de vinho especial; outros, um queijo *caciocavallo*; outros ainda, um salame ou um quilo de massa de Genova ou de Nápoles; um litro de azeite, uma caixa de figos secos, até um punhado de feijões, mas daquele cultivado em casa, daquele cantinho da horta que o amigo ou o parente certamente devia se lembrar (DE AMICIS, 2017, p. 250).

Muitos, nestas primeiras gerações de emigrantes, conseguiram construir discretas fortunas econômicas apontando sobre este aspecto subjetivo. O caso mais emblemático é aquele de São Paulo, mas, em escala menor, mesmo em Porto Alegre se assistiu a este fenômeno. Nas páginas dos jornais étnicos exaltava-se a genuinidade e a autêntica proveniência “italiana”, ou mais em geral, das várias regiões da península; publicavam-se as ofertas relativas à venda dos vinhos Chianti, Barolo ou Barbera; do azeite de Lucca; dos queijos “pecorini”, mas também produtos regionais mais procurados e específicos como as castanhas do Apeninos, o *panforte* de Siena e os *necci* da Garfagnana. Às vezes, o mesmo jornal “impunha” aos bons italianos - com uma linguagem quase “intimidatória” -, o consumo de alimentos e produtos “*nostrani*” (da nossa terra natal), não apenas porque considerados melhores e genuínos, mas também porque úteis para fortalecer um sentimento identitário étnico. Em um dos tantos anúncios direcionados para a comunidade dos toscanos na cidade de São Paulo, leia-se: “qualquer bom filho da Etrúria deve ter em sua mesa um panforte de Siena para se lembrar da pátria distante”<sup>102</sup>.

Também no Rio Grande do Sul não faltaram, de fato, alguns casos de estudos interessantes - entretanto muitas vezes ofuscados, por causa da atenção quase exclusiva que as pesquisas dirigiram para a preponderante imigração agrícola nas colônias -, tanto na capital como no interior do Estado, nas localidades aparentemente periféricas e isoladas. Em Porto Alegre não se podia ignorar a discreta quantidade de pequenos comerciantes italianos, entre os quais lucchesi, romagnoli e meridionais das províncias

---

<sup>102</sup> Propaganda da “Confetteria São Bento” (das famílias Accasto e Lazzarone) repetidas inúmeras vezes no mês de dezembro de 1898 no jornal Fanfulla.



de Salerno, Avellino, Potenza e Cosenza (CONSTANTINO, 2015). Muitos se dedicaram à venda de gêneros alimentícios, frequentemente de importação italiana, que se associava àquela colonial, e nos principais bairros com forte presença italiana não faltavam os restaurantes e bares de imigrantes da península. Angelo Pellegrini, nas páginas do jornal italiano “Pasquino”, nos primeiros anos do século passado, patrocinava os “deliciosos funghi frescos” da Garfagnana, importados diretamente por uma empresa de Lucca e vendidos no seu magazine na cidade.

Exemplos interessantes de promoção e venda do made in Italy enogastronômico se repetiam também nas cidades portuárias principais como Rio Grande e Pelotas, na extremidade mais meridional do país, ou seja, duas das cidades mais cosmopolitas do Estado, considerada também a sua posição geográfica de fronteira com o Uruguai. O que mais surpreende, porém, era aquilo que ocorria nas pequenas cidades mais internas ou de fronteira, onde desde a metade do século XIX existia uma intensa mobilidade humana de europeus e, sobretudo, de italianos provenientes também dos países vizinhos. Nestas localidades os italianos não perderam a ocasião de inserir-se no comércio de gêneros alimentícios importados, tanto das colônias agrícolas do Estado como diretamente da península (DE RUGGIERO, 2018).

Um exemplo, seguramente emblemático, é o dos irmãos Emanuele Filiberto e Vincenzo Luisi, provenientes de Torraca, na província de Salerno, que em Cruz Alta, um pequeno centro urbano não muito distante da fronteira argentina, utilizado frequentemente como emblema do modelo de vida gaúcho, no começo do século XX fundaram uma grande casa comercial onde, além dos produtos da colônia, se encontravam:

Azeites de Genova, da Toscana e das Puglie; conservas de tomates de Parma e de Nápoles; conservas alimentares de todos os gêneros e tudo o quanto de melhor que se poderia encontrar na Itália. E a sua iniciativa não para por aqui [...] Importam da Itália sementes de hortaliças e de flores e brotos de vinhas muito procurados e que até agora deram resultados surpreendentes (CINQUANTENARIO, 2000, p. 249, v. 2).

Um recanto da Itália e das suas comidas deliciosas, em suma, no coração do pampa, que nos diz muito a respeito da importância histórica dessa penetração cultural no mundo.

### **Considerações finais**

As tradições gastronômicas representaram certamente um dos elementos identitários mais fortes, junto com a religião e a língua, entre os imigrantes nestes territórios. Relativamente a isso, nas primeiras décadas da colonização italiana no Rio Grande do Sul, os imigrantes se empenharam na preservação de hábitos e valores genuinamente italianos em uma tentativa de transplante efetivo da própria cultura. As condições particulares dos processos de colonização organizados nos estados meridionais do Brasil, facilitaram a realização destas dinâmicas de conservação, considerando também o isolamento das colônias que acolheram grupos relativamente homogêneos de peninsulares provenientes das mesmas regiões do Norte. Se é verdade – como é amplamente enfatizado nas inúmeras pesquisas históricas sobre o fenômeno migratório no Brasil meridional – que os agricultores italianos chegavam na maior parte das vezes desprovidos de capitais e bens pessoais, não podemos ignorar o grande capital “imaterial” representado, por exemplo, pelo conhecimento das técnicas de preparação de diversos alimentos e pela introdução de novos saberes e sabores em cozinha. A que hoje é identificada como “comida colonial italiana” – valorizada também por finalidades turísticas em toda a região da Serra Gaúcha – é o resultado dos inevitáveis processos de transculturação, que transformaram e adaptaram os costumes gastronômicos de origem à realidade local.

Repropor na mesa uma comida parecida com a de casa, é uma experiência que se liga diretamente à lembrança dos sabores perdidos, algo que permite uma reconexão, pelo menos parcial, com os lugares e os afetos de origem. Por isto, o interesse emotivo de milhares de imigrantes localizados espiritualmente entre dois espaços (o de partida e o de chegada) se tornou, também, o estímulo principal para a proliferação – paralelamente àquilo que acontecia com a cozinha colonial- de empreendimentos comerciais étnicos que garantiram em um primeiro momento a possível manutenção dos costumes alimentares originários. Inicialmente percebida como uma forma de resistência cultural e de defesa das tradições mais íntimas, ao longo dos anos a gastronomia italiana contribuiu, ao mesmo tempo, para fomentar processos de integração e interação, construindo novas identidades culinárias transnacionais, na sua fusão com as diversas culturas gastronômicas de um país multiétnico como o Brasil.

## Referências

AZZI, Pietro. *Al di qua dell'Oceano* (Vita coloniale): romanzo storico contemporaneo. São Paulo, 1948.

BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta: Nassuo in Italia e vegnudo in Mérica per catare la cuccagna*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. Versão portuguesa de Alberto Victor Stawínski e Maria Adami Tcacenco. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

BIANCO, Francesco. *Il Paese dell'avvenire*. Milano-Roma: A. Mondadori, 1922.

CAFFARENA, Fabio. *Il viaggio dei sapori: Il cibo nelle lettere degli emigranti in America*, 2006. Disponível em: <<http://www.pellegrinoartusi.it/convegni-artusiani-2/2006-2/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

*CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925*. Vol.2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *L'italiano di Porto Alegre: immigrati meridionali nella capitale del Rio Grande do Sul*. Cosenza: Pellegrini, 2015.

CORTI, Paola. *Emigrazione e consuetudini alimentari*. L'esperienza di una catena migratoria. Em: CAPATTI, Alberto; DE BERNARDI, Alberto; VARNI, Angelo (a cura di). *Storia d'Italia: Annali 13: L'alimentazione*. Torino: Einaudi, 1998.

CRISTALDI, Flavia. *E andarono per mar a piantar vigneti: gli Italiani nel Rio Grande do Sul*. Todi (PG): Tau, 2015.

DE AMICIS, Edmondo. *Em alto-mar*. São Paulo: Nova Alexandria, 2017.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, RS, a. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

DI RENZO, Ernesto. *Cibo, identità, migrazione: alcune riflessioni a margine dell'emigrazione italiana nel mondo*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/8686237/Cibo\\_identità\\_migrazione\\_alcune\\_riflessioni\\_a\\_margine\\_dellemigrazione\\_italiana\\_nel\\_mondo](https://www.academia.edu/8686237/Cibo_identità_migrazione_alcune_riflessioni_a_margine_dellemigrazione_italiana_nel_mondo)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

*FANFULLA*: Il Giornale Degli Italiani in Brasile dal 1893. São Paulo, 1898-1903.

FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina 1876-1902*. Milano: Feltrinelli, 1979.

GASPERIN, Alice. *Ricordi de la colônia: Lembranças da colônia*. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

LORENZONI, Giulio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAZZOCATO, Gian Domenico. *Il bosco veneziano*. Treviso: Santi Quaranta, 1999.

## **Uma história da educação dos (i)migrantes italianos entre o local e o transnacional: entrecruzando documentos e olhares investigativos**

Alberto Barausse\*  
Terciane Ângela Luchese\*\*

“Em História, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p. 81).

### **Introdução**

A epígrafe escrita por Certeau (2002) nos inspira na produção desse texto que objetiva apresentar algumas reflexões teórico-metodológicas que subsidiam as pesquisas que temos produzido no campo da História da Educação. Quais documentos temos elegido para a pesquisa que desenvolvemos? Como organizamos e interpelamos esses documentos com nossas questões de pesquisa? Pensamos com Certeau (2002) que “fazer História” é uma prática e por entendê-la assim, consideramos que as investigações que temos conduzido ganham contornos distintos quando historiadores com formações e tradições peculiares e, ao mesmo tempo, distintas, elegem um mesmo objeto de análise, no caso específico, a educação entre imigrantes e descendentes saídos da península itálica e estabelecidos no Brasil entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – objeto investigativo transnacional.

Como pesquisadores temos o interesse comum na História da Educação entre (i/e)migrantes italianos, estabelecidos em especial no Brasil, e por isso, a experiência investigativa se enriquece quando tratamos esse objeto transnacional contando com o olhar de Barausse que parte e contribui com um conjunto documental e um referencial teórico-metodológico ligado ao contexto italiano e Luchese, que como historiadora com formação no Brasil, desde o final do século XX aborda a história dos imigrantes italianos atentando especialmente para o Rio Grande do Sul. É com o intuito de compartilhar essa dimensão teórico-metodológica, que parte da contribuição de ambos

---

\* Professor vinculado à Università Degli Studi di Molise, Itália.

\*\* Professora da Universidade de Caxias do Sul.

os pesquisadores e reflete sobre os documentos e suas tipologias, que produzimos o presente texto.

As trajetórias de pesquisa que pretendemos apresentar são parte de um processo que busca a renovação historiográfica no campo da educação que, na Itália, vem ocorrendo nos últimos trinta anos. De modo específico, relembramos que a retomada das investigações amadureceu pelas sugestões e/ou confrontos promovidos, entre o final da década oitenta e a metade da década noventa, com a historiografia da educação europeia francesa (JULIA 1995 e 1996), belga, anglo-saxã (DEPAEPE e SIMON 1995; GROSVENOR, LAWN e ROUSMANIERE 1999) e, depois, ibérica (NOVOA 1997, ESCOLANO 2000 e 2007, BERRIO 2000; VINÃO FRAGO 2012). Naquele contexto colocaram-se os pilares para a promoção de uma investigação histórico-educativa que pudesse ultrapassar as perspectivas oferecidas pela tradicional história das ideias, história das instituições ou história social quantitativa, para vislumbrar uma história da cultura escolar capaz de iluminar as dimensões geralmente inexploradas, como, por exemplo, os aspectos internos da vida escolar, relacionadas às práticas pedagógicas ou aos protagonistas da relação educativa. Neste desenvolvimento foi retomada a importância de uma abordagem fundada na complexidade da dimensão local da pesquisa histórico-educativa (GHIZZONI, BARAUSSE, MEDA 2018). Essa abordagem amadureceu à luz de algumas considerações gerais propostas nos últimos anos por historiadores da educação italiana e também brasileira, que examinaram o valor heurístico dessa dimensão na história da educação. Em particular, é útil recordar o que foi dito pelo falecido David Montino em um estudo publicado postumamente em 2011:

Uma história da escola e das instituições de ensino, hoje, que quer ser complexa, ao mesmo tempo atenta tanto às dinâmicas políticas e institucionais, quanto às culturas escolares que se entrelaçam e se sobrepõem ao longo do tempo, com todas as suas implicações sociais e antropológicas, não pode não levar também em conta um ponto de vista mais próximo da (micro) realidade em que se desdobra a realização concreta do processo de escolarização italiana na época contemporânea. [...] Se considerarmos todos os atores no processo de escolarização, temos uma história que não é simples nem direta. Ao contrário, revela uma história de conflitos e resistências, principalmente entre o centro e a periferia, depois entre espaço público (Estado) e espaço comunitário, entre interesse coletivo e interesse privado (família) e entre modernidade e tradição (MONTINO, 2011, p. 126).

É possível questionar o pressuposto que acompanhou durante décadas as construções histórico-escolares decorrentes de um preconceito ideológico segundo o qual a dimensão nacional da educação pública implicaria que os eventos escolares só pudessem ser lidos em escala nacional. Ao contrário, do ponto de vista estritamente epistemológico, as construções focalizadas sobre a dimensão local resultaram ser extremamente úteis em relação à compreensão de fenômenos históricos mais gerais. Não há dúvida - de fato - que o aprofundamento dos processos escolares locais pode contribuir para a confirmação ou não das premissas elaboradas pela historiografia nacional, bem como para identificar continuidade ou descontinuidade, revelando composições sociais, interesses econômicos e resistências culturais que não podem ser conciliados com esquemas e periodizações gerais. O exame da dimensão local é, portanto, fundamental para verificar a tendência de fenômenos mais gerais no campo, ao nível da comunidade e do território. Novamente, para Montino,

a análise a nível local ou micro impõe-se onde queremos abordar os homens e mulheres que viveram concretamente certos processos históricos. Se quisermos medir a vida cotidiana, os imaginários, os medos e as esperanças, as estratégias de sobrevivência, as resistências e as lutas, as culturas difundidas, as formas de pertença como foram experimentadas na realidade de vidas, empregos e profissões, devemos definir horizontes de estudo bem delineados, precisos e localizados (MONTINO, 2011, p. 11).

Desse modo, o assunto da dimensão local da pesquisa histórico-educativa caracteriza uma abordagem e um exercício historiográfico realizados em outros contextos nacionais, também brasileiros, especificamente pelas pesquisas regionais, as quais se limitam a investigar processos educativos “em um espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram” (LUCHESE, 2014, p. 147).

A centralidade da dimensão local parece ainda mais relevante, uma vez que os recentes processos de internacionalização da pesquisa histórico-educativa evidenciam os riscos decorrentes ou a necessidade da superação do paradigma nacional e/ou nacionalista (CONRAD, 2013). Daí a exigência de propor e expandir a abordagem local em escala global para a análise de fenômenos como os processos de escolarização, específicos da contemporaneidade, que não podem ser separados de seus respectivos contextos nacionais, que são, por sua vez, os contextos micro-geográficos em que o processo de escolarização é articulado em escala global. O objetivo é alcançar uma

"história molecular da escola", que – mesmo partindo da análise do microcosmo local - não se feche dentro dos limites estreitos da erudição local, mas se reconecte ao mais geral contexto político, social, cultural e econômico e baseie-se em um amplo espectro de fontes pesquisadas pela historiografia educacional nas duas últimas décadas. Consideramos que, como observa o historiador italiano Emilio Franzina, a pesquisa histórica sobre migrações internacionais ocupa um lugar excelente na produção de ensaios literários, cinematográficos e musicais (FRANZINA, 2014 e 2015, p. 15-30). No entanto, as pesquisas parecem menos precisas quando o ângulo de investigação se move para questões educacionais (LUCHESE e BARAUSSE, 2017, p. 33-40). Mesmo neste aspecto, no entanto, podemos ver um aumento interessante nas contribuições na última década.

Os sinais do relançamento do interesse dos historiadores da educação nos processos educacionais dos contextos de emigração/imigração são diferentes. Primeiro, é possível detectar o crescimento da produção científica - embora não toda de igual valor – por pesquisadores italianos e brasileiros no quadro de um crescimento de interesse mais geral da historiografia educativa sobre o tema (MYERS; RAMSEY e PROCTOR, 2018). Recentemente historiadores da educação italianos começaram a demonstrar maior interesse sobre os processos educativos e identitários que tem inspirado algumas iniciativas ligadas à escolarização dos italianos e descendentes no Brasil. Também nesse caso é relevante destacar que, nos anos 1990, a proposta de prestar maior atenção aos processos educativos dos imigrantes durante os séculos XIX e XX produziu algumas publicações sobre os países de destino da América do Sul e Estados Unidos, caso de Ambrosoli (1995, p. 63-74) e Rosoli (1990, p. 74-87). Algumas investigações ofereceram um primeiro quadro geral, sintético das políticas adotadas pelo governo italiano na promoção da escolarização dos italianos emigrados, caso de Salvetti (2002) e Ciampi (1998). Em outros casos os estudos foram desenvolvidos de modo mais aprofundado, mesmo que limitados a uma fase ou período específico, às orientações e às intervenções adotadas em nível ministerial para o lançamento de políticas em defesa da italianidade, caso de Pretelli (2010) e Barausse (2016). Dentre as pesquisas ligadas às associações chamadas para empenhar-se na difusão da instrução e da cultura italiana, seja de caráter laico ou religioso, consta a Associação de inspiração laica Dante Alighieri, estudada por Salvetti (1995), a Associação Nacional para socorrer imigrantes e missionários italianos no mundo e a Italica Gens, conforme Confessore

(1989) e Rosoli (1990). Ainda temos uma ou outra pesquisa esporádica de casos, como a que aprofundou um estudo específico sobre o Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri (DELL'AIRA, 2011). Recentemente, enfim, a atenção está nas culturas escolares e, de modo particular, nos livros didáticos e de texto que foram utilizados nas experiências escolares étnicas, caso dos estudos de Barausse (2015) e Luchese (2014), dentre outros.

No contexto brasileiro, pelas diferentes especificidades étnicas e grupos migratórios, um dos estudos que inaugurou a tradição historiográfica educacional de investigar processo escolares étnicos foi a tese de Lúcio Kreutz sobre imigrantes alemães (KREUTZ, 1991). Na investigação das escolas étnicas italianas no contexto brasileiro, seis teses de doutoramento foram defendidas: Luchese (2007) e Rech (2014) sobre o Rio Grande do Sul, Maschio (2012) referente ao Paraná, Rodriguez (2009) sobre Minas Gerais, Corrêa (2000) sobre São Paulo e Otto (2005) relativo à Santa Catarina<sup>103</sup>. Além desses, destacam-se outros estudos em nível de mestrado<sup>104</sup>, caso de Mimesse (2010) e Franchini (2015) sobre São Paulo, Pagani (2014) relativo ao Rio de Janeiro, por exemplo. Desde 2008, o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), vinculado ao CNPq e à Universidade de Caxias do Sul e liderado por Terciane Ângela Luchese, desenvolvem pesquisas articuladas com investigadores de diversas filiações institucionais, estudos relativos ao tema<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> Teses sobre o Rio Grande do Sul: LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930*. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. (Tese em Educação). São Leopoldo: UNISINOS, 495 fl., 2007 e RECH, Gelson Leonardo. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo*. 449f. (Tese em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. No caso do Paraná, a tese de MASCHIO, Elaine C. Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875 – 1930)*. (Tese em Educação). Curitiba, PR: UFPR, 2012. Sobre Minas Gerais, o estudo de GOMES, Maysa Rodrigues. *Sob o céu de outra Pátria: imigração e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG, 1888 – 1912*. (Tese em Educação). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009. Estudo sobre São Paulo: CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920)*. (Tese em História Econômica). São Paulo: USP, 2000. No caso de Santa Catarina, a tese de OTTO, Clárcia. *Catolicidades e italianidades: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina*. (Tese em História). 270fl. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005.

<sup>104</sup> As dissertações de MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. 2ª ed.. São Paulo: Iglu, 2010. FRANCHINI, Fernanda. *Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri*. São Paulo: USP, 2015. 158f. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. A dissertação de PAGANI, Carlo. *A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875 – 1920*. (Dissertação em Educação). Petrópolis, RJ: UCP, 2012.

<sup>105</sup> Alguns dos resultados dessas pesquisas foram publicados em periódicos e livros destacando-se em especial: KREUTZ, Lúcio e LUCHESE, Terciane Ângela (org.) *Imigração e Educação no Brasil*:



(KREUTZ e LUCHESE, 2011; LUCHESE, 2014) em diferentes unidades federativas do Brasil e também da Itália. No conjunto, esses estudos lançam luz sobre as diversas formas pelas quais a escolarização foi sendo constituída pelas iniciativas étnicas italianas, na configuração do fenômeno migratório nos diferentes estados brasileiros.

A participação com a apresentação de painéis em eventos da área como o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE), o Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (CIHELA) e do International Standing Conference for the History of Education (ISCHE) com o SWG sobre o tema Educação e Migração, são exemplos de espaços em eventos relevantes da área em que temos partilhado a produção científica derivada dos estudos que estamos realizando.

Nos últimos anos tem se fortalecido um grupo de trabalho transnacional e bilateral ítalo-brasileiro, reunindo pesquisadores do CeSIS<sup>106</sup> da Universidade de Molise e do CESCO<sup>107</sup> da Universidade de Macerata, juntamente com pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul<sup>108</sup> e da UNISINOS de Porto Alegre. Esse levantamento, mesmo que não exaustivo,

---

*histórias, práticas e processos escolares*. 1ª. ed. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2011 e LUCHESE, Terciane Ângela (org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: UCS, 2014.

<sup>106</sup> O centro de documentação e pesquisa denominado Cesis foi criado em 2006 com o objetivo de realização de pesquisas no campo da história das instituições educacionais, o livro para a escola e literatura infantil. É dirigido por Alberto Barausse, professor de História da Escola e instituições educacionais da Università del Molise e é acompanhado por Rossella Andreassi, funcionária pesquisadora técnica e um grupo de professores e pesquisadores especialista constituído por: Michela D'Alessio, Valeria Viola, Valeria Miceli, Florindo Palladino. Os programas e as iniciativas do Cesis são assistidos por um comitê científico internacional composto por vários professores de história da educação, incluindo Roberto Sani, Anna Ascenzi, Giorgio Chiosso, Maria Helena Bastos Camara, Joaquim Pintassilgo, a equipe de pesquisa há numerosas publicações e iniciou os programas de investigação que tocam tanto no contexto internacional e local. Ver: BARAUSSE, Alberto; ANDREASSI Rossella. Il Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia delle Istituzioni Scolastiche, del Libro Scolastico e della Letteratura per l'Infanzia dell'Università del Molise tra dimensione locale e scenari internazionali. In: GONZÁLEZ Sara, MEDA Juri, MOTILLA Xavier y POMANTE Luigiaurelio (Eds). *La Práctica educativa. Historia, Memoria y Patrimonio*, Salamanca: Fahren House, 2018, pp. 1083-1096.

<sup>107</sup> O Centro de Documentação e Pesquisa denominado CESCO foi estabelecido em 2004 pela Universidade de Macerata com o objetivo de promover pesquisas no campo da história de livros escolares e da literatura para a infância. Apoiado por um comitê científico internacional, o centro é dirigido por Roberto Sani e reúne um grande grupo de professores e pesquisadores, entre os quais: Anna Ascenzi, Edoardo Bressan, Dorena Caroli, Marta Brunelli, Luigi aurelio Pomante, Juri Meda e Elisabetta Patrizi. A intensa atividade de pesquisa realizada pelo grupo de Macerata é evidenciada por inúmeras publicações científicas que, além disso, encontram expressão na publicação da revista internacional History of Education and Children's Literature. Mais dados sobre o centro podem ser encontrados em <https://www.unimc.it/cescom/it>.

<sup>108</sup> Um dos resultados parciais publicados do trabalho conjunto desses pesquisadores é o dossiê “Da Itália ao Brasil: processos educativos e formativos” publicado pela Revista de História da Educação e

demonstra o estado do conhecimento e dos percursos investigativos da temática da história da educação entre imigrantes saídos da península itálica e estabelecidos no Brasil e sinaliza para as brechas e potencialidades a serem tratadas nas pesquisas, nos itinerários de pesquisa e nas abordagens metodológicas finalizadas para garantir um conhecimento mais profundo: a) do desenvolvimento dos processos educacionais nas comunidades, grupos dos migrantes italianos no Brasil e no quadro mais geral da migração transoceânica da segunda metade do século XIX até primeiras décadas do século XX; b) o papel da educação e das escolas como espaços na definição dos modelos de identidade, de assimilação e/ou de inclusão dos (im)migrantes e, portanto, as características do desenvolvimento das sociedades multiculturais na época da afirmação dos estados nacionais (BARAUSSE, LUCHESE, 2018).

### **Olhares cruzados sobre documentos para pensar os processos educativos entre e/imigrantes**

Na investigação da história da educação, com atenção para as escolas de imigrantes e descendentes italianos no contexto, em especial, do Rio Grande do Sul/Brasil, consideramos que os (e/i)migrantes em terras estrangeiras são constituídos pelos contatos, pelas apropriações de novas culturas e práticas. Seus processos identitários são forjados entre as experiências e modos de pensar e viver de um país para outro. Nem italianos, nem brasileiros. Tornam-se outros. Sujeitos híbridos em seus processos identitários, que recriam as tradições, adaptando-se e reinventando modos de viver, em meio a jogos de poder. E investigar a complexidade desse processo educativo e cultural exige que os historiadores atentem para a diversidade documental e para além do que foi preservado no contorno das fronteiras nacionais.

Entendemos que ao migrar, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, aqueles sujeitos promoveram transferências culturais, pois ao contatarem outros grupos sociais precisaram negociar sentidos, modos de vida e de pensamento. No aprofundamento historiográfico, pensamos o entrecruzamento dos itinerários dos investigadores e do conjunto de corpus documentais por eles mobilizados para adensar a narrativa histórica sobre tal objeto.

Sabemos que as escolas italianas foram organizadas a partir da ausência de um sistema escolar público no Brasil, ou seja, como resposta a uma necessidade das famílias de imigrantes, de um lado. De outro, como decorrência das políticas italianas de acompanhamento dos seus emigrados. As formas de organização dessas escolas variaram no tempo e no espaço e perseguir os indícios que foram preservados para compreender essas histórias é possível considerando-se uma diversificação da base documental constituída por documentos preservados em acervos brasileiros e italianos. Esse corpus documental, analisado à luz dos referenciais da História Cultural e da História da Educação, com categorias analíticas, produz um programa de pesquisa que estamos desenvolvendo. Assim, como afirma Chartier “o ponto fundamental é encontrar, construir um objeto histórico, se possível um que ainda não tenha sido realmente analisado ou, se foi analisá-lo de forma diferente, ou seja, mobilizar recursos, a começar pelas fontes e pelas abordagens que permitam explicá-lo” (2012, p. 168) E é o que temos feito no desenvolvimento desse programa de pesquisa.

Para Hartog são os humanos que contribuem para o fazer história “uma história que por certo lhe escapa, mas que não por isso precisa menos de seu concurso para realizar. E, no fundo, quanto mais ele sabe disso, melhor ele a faz, pois assim está devidamente advertido de seus limites e de suas ignorâncias” (2017, p. 15). Nesse sentido, compreendemos os muitos limites que existem, independentemente dos esforços invitados na pesquisa histórico-educacional que realizamos, a despeito das potencialidades e inúmeras possibilidades analíticas.

Considerando que os documentos podem ser pensados como registros das práticas culturais humanas no tempo e que “traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu” (CHARTIER, 2004, p. 18). Assim, na diversidade de tipologias documentais, compreendemos que “os objetos e as imagens, as escritas e as vozes, todos os testemunhos que transmitem o legado do passado da educação são materiais semióticos, que emitem sinais e simbologias, construindo solidariedade entre os praticantes do ofício e entre as gerações de cidadãos que os utilizaram” (ESCOLANO, 2017, p. 275-276).

São inúmeras as fontes que o historiador da educação pode mobilizar para buscar as evidências, localizar os indícios que lhes são significativos em sua investigação, bem como os locais em que os acessa. Podemos mencionar, considerando o conjunto documental que temos mobilizado em nossa pesquisa:

- 1) Documentos arquivísticos preservados em espaços públicos nacionais, estaduais ou municipais em que localizamos livros de atas, relatórios de cônsules, de inspetores escolares, de autoridades políticas, correspondências diversas. Alguns deles preservam também Livros de atas de Associações, em especial as de Mútuo Socorro. Também as hemerotecas com jornais, revistas e ou impressos pedagógicos que tratavam ou noticiavam temas relacionados à pesquisa.
- 2) Documentos provenientes de acervos mantidos nas instituições escolares ou arquivadas em espaços públicos em que localizamos documentos como cadernos escolares, diários de professores, livros didáticos, fotografias, correspondências, registros escolares de um modo geral.
- 3) Bancos de Memória com acervos de história oral ou a realização de entrevistas são outro caminho potente para a investigação.
- 4) Não podemos deixar de considerar os importantes acervos familiares ou pessoais com diários, cadernos, cartas, fotografias, livros escolares, objetos...
- 5) Ainda documentos como Livro de Tombo, cartas, relatórios, publicações e outros documentos vinculados a acervos religiosos, como aqueles mantidos nas paróquias pela Igreja Católica e/ou por Congregações.
- 6) Documentos oficiais produzidos pelo governo brasileiro ou italiano. No caso específico do italiano, podemos mencionar as fontes estatísticas apresentadas nos Anuários das escolas italianas no exterior, que são uma possibilidade de vislumbrar mapas estatísticos da escolarização entre essas comunidades. Ou os boletins oficiais publicados pelo Ministério das Relações Externas são riquezas documentais para a História da Educação.

Assim, dentre as fontes que constituem um interessantíssimo campo de pesquisa e verificação sobre a escola e a educação, direcionamos o olhar para as consulares. Essas fontes têm sido usadas no contexto historiográfico principalmente para destacar aspectos essenciais da história da diplomacia ou da história da migração italiana. Nessa direção, os estudos realizados há alguns anos permitiram reconstruir as características fundamentais do corpo diplomático italiano durante os anos entre a unidade e a Primeira Guerra Mundial (Universidade de Lecce). Por sua parte, a historiografia brasileira utilizou essas pesquisas para aprofundar a abordagem dos cônsules sobre a questão da imigração italiana no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Quando se fez, a atenção foi direcionada especialmente aos aspectos econômicos e políticos e não aos temas

relacionados à escola e aos processos educativos (IOTTI, 2001). Vale a pena registrar, no entanto, que pesquisas recentes desenvolvidas por colegas da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade de Pádua, após amplo projeto de digitalização, resultaram na publicação da maioria dos relatórios consulares produzidos entre 1877 e 1915 sobre o Rio Grande do Sul (HERÉDIA e ROMANATO, 2017).

No que se refere aos processos educacionais são documentos que ajudaram a reconstruir, em geral, a imigração italiana no Brasil - e no Rio Grande do Sul em particular - e isso contribuiu para influenciar nos mecanismos de formação de uma memória coletiva. O uso dos relatórios impressos das autoridades consulares do Boletim do Ministério das Relações Externas e, mais tarde, da emigração - alguns dos quais foram publicados em um dos volumes *Emigração e Colônias* - entre 1875 e 1915, é necessário acrescentar os relatórios de viajantes e jornalistas que circularam nas comunidades de imigrantes, produzindo intervenções em revistas ou na imprensa étnica, em torno dos quais vale a pena observar as considerações feitas no trabalho de Angelo Trento (2013), são fontes que foram parcialmente utilizadas pelos historiadores da educação no Brasil, em especial, nas pesquisas produzidas nos últimos anos. Recentemente, foram utilizados os documentos produzidos por ocasião das grandes comemorações como o Cinquentenário e o Centenário da Imigração Italiana. O cruzamento e uso de fontes documentais de diferentes tipologias tem propiciado colocar em evidência o processo de construção de uma memória coletiva. O acréscimo das contribuições de biografias, autobiografias e narrativas memorialísticas representa enriquecimento para a narrativa da história da educação. Este tipo de documentos de 'ego-história' como referiu Vinão Frago (2005, p. 19-33) há alguns anos, permite aproximar o historiador das representações cotidianas vividas e registradas por diferentes sujeitos.

Cabe mencionar que entre os fundos escassamente utilizados pelos historiadores de História Contemporânea ou mesmo os da Educação, encontram-se os documentos relacionados às escolas italianas no exterior existentes no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Eles constituem uma parte significativa de evidências do que a historiografia classificou como escolas étnicas. A documentação preservada cobre um período amplo - do período pós-unificação até meados do século XX. Parte disso, infelizmente, não é facilmente acessado em virtude da lentidão com que o arquivo diplomático histórico está procedendo ao inventário do material relativo ao "Arquivo

Escolas". A documentação é extremamente variada e permite perceber o processo de organização escolar e as várias tipologias de escolas constituídas no exterior e que foram genericamente denominadas escolas italianas no exterior ou mesmo como escolas coloniais. No entanto, essa categoria, como os estudos tem evidenciado, precisa ser mais bem trabalhada. A inclusão das experiências de escolarização nas áreas coloniais e de imigração no interior dessa categoria “escolas étnicas italianas” começou a partir de uma leitura do fenômeno migratório como produtor de contextos socioculturais multiétnicos. No entanto, com o aprofundamento investigativo e uso de um repertório documental mais rico, temos percebido a diversidade de formas de organizar a escola entre os grupos de imigrantes, bem como a coexistência de propostas semelhantes, mas não necessariamente iguais de escolarização (LUCHESE, 2014; BARAUSSE, 2017, p. 195-248).

A categoria “escola étnica italiana” precisa ser acompanhada por uma análise rigorosa sobre as diferentes naturezas das escolas promovidas durante o período entre 1875 e 1942. Precisamente, através de uma leitura mais atenta das fontes consulares, foi possível identificar a existência de escolas subsidiadas pelo Estado italiano e que eram escolas coloniais assim definidas pela legislação italiana e depois de 1894 passaram a ser denominadas como escolas italianas no exterior e que, posteriormente, foram chamadas escolas ítalo-brasileiras. Com a documentação hoje disponível podemos reconstruir um mapa das instituições escolares de base étnica e perceber seu impacto sob o ponto de vista quantitativo. As pesquisas realizadas nos últimos anos, de fato, começaram a identificar a relevância do fenômeno das ‘escolas italianas’ do ponto de vista de sua quantidade e distribuição territorial.

O corpus documental conservado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália decorre da função exercida pelos serviços consulares italianos no exterior. Como é sabido, os consulados alcançaram um peso considerável também para o desenvolvimento da rede de escolas italianas no exterior. A lei com a qual o governo Crispi reorganizou todo o sistema de escolas italianas no exterior, subdividindo-as entre escolas governamentais e escolas subsidiadas (SALVETTI, 2002, p. 535-549) responsabilizou os cônsules da inspeção das escolas italianas no exterior<sup>109</sup> (L. art. 14).

---

<sup>109</sup> As medidas de 8 de dezembro de 1889, isto é, il *Decreto organico per le scuole italiane all'estero* n. 6566 e il *Regolamento sulle scuole italiane all'estero* encontram-se no MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, *Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico 1889—90*, Roma: Tip. delle

Os regulamentos estabelecidos para as escolas italianas no exterior durante o período após as reformas adotadas por Crispi atribuíram um papel particularmente importante às autoridades consulares. Em particular, o regulamento especificou com clareza que o cônsul tinha autoridade sobre todas as escolas do distrito consular do qual era responsável e por todas as pessoas de administração, ensino e exercício nas escolas.

Como parte de suas funções, o cônsul devia trabalhar para manter "vivo o interesse da colônia nas escolas" e aumentar seu crédito, promovendo festas de caridade, assinaturas a seu favor e implementando todas as iniciativas para que as famílias enviassem seus filhos para escolas, estimulando que estas fossem frequentadas por maior número de estudantes. O cônsul não foi apenas chamado a presidir os órgãos essenciais para a gestão das escolas ou o comitê de supervisão, mas administrou os fundos alocados para a manutenção de cada escola, pagando o estipêndio e a remuneração ao pessoal dirigente, professor e de serviço, bem como as demais despesas necessárias. No caso em que os bens de uma escola fossem administrados por uma comissão especial, o cônsul devia supervisionar a regularidade dos documentos. Portanto, o cônsul examinava e transmitia ao Ministro os balanços com possíveis observações, propunha a entidade do subsídio; ele teria que fornecer à escola um local adequado, tanto do ponto de vista higiênico como pedagógico, e ainda teria que levar em conta as observações que o Diretor Central das Escolas apresentava. Ainda, era tarefa do cônsul apresentar as mudanças na ordem das escolas, cuidar do inventário, monitorar a conduta moral e civil dos professores e diretores das escolas individuais (artigos 2 a 17 do capítulo I do regulamento). Seguindo as tarefas específicas que lhe eram atribuídas pelas disposições legislativas, as autoridades consulares enviaram regularmente relatórios ao Ministério sobre as condições das escolas italianas estabelecidas no exterior.

Na prática, em diversos períodos em que as verbas, por exemplo, foram enviadas para os cônsules subsidiarem as escolas no Rio Grande do Sul, os documentos localizados apontam que esse valor era distribuído, juntamente com livros, por exemplo, para os agentes consulares que tomavam para si parte dessas funções a fim de cobrir, efetivamente, as extensas áreas territoriais sob a responsabilidade do cônsul. Ademais, os agentes consulares organizavam relatórios parciais que eram após integrados para

---

Mantellate, 1890, pp. 201-207 e 211-238. Ver também: FLORIANI, Giorgio. *Scuole italiane all'estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Editore, 1974.

comporem o relatório do cônsul sobre as condições, funcionamento e frequência das escolas.

Nesse sentido, com relação ao Rio Grande do Sul, podemos contar com inúmeros relatórios produzidos pelos cônsules. Os autores deste artigo estão cuidando de uma edição crítica dos relatórios produzidos pelos cônsules italianos no Estado do Rio Grande do Sul durante o período desde a segunda colonização até a queda do fascismo. Estes são relatórios que integram e enriquecem com muitos detalhes e informações os já conhecidos para o período 1875-1915, que foram publicados na época e que hoje foram recuperados em forma quase total da colaboração entre dois estudiosos da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade de Pádua, conforme referido anteriormente. Identificamos diferenças significativas entre os relatórios elaborados pelos cônsules que atuaram nos anos de 1875 e 1915, momento de maior expansão da imigração italiana no Rio Grande do Sul e aqueles redigidos durante o período do fascismo. No que diz respeito ao primeiro período, os relatórios enviados ao Ministério das Relações Exteriores pelos cônsules Enrico Perrod, Antonio Greppi, Pasquale Corte, Mario Compagnoni Marefoschi, Errico Acton, Edoardo Compans de Brichanteau, que seriam seguidos nos anos imediatamente a seguir aos de Gherardo Pio de Sabóia, Angelo Legrenzi, Angiolo Dall'Aste Brandolini, Enrico Ernesto Ciapelli, Giovanni Battista Beverini, Francesco De Velutis<sup>110</sup> (UNIVERSITÀ DI LECCE, 1987; CACIOLI, 1988).

Trata-se de um grupo de diplomatas caracterizados por uma natureza sociológica bastante comum, mas dotados de uma visão nem sempre compartilhada em torno do papel dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Quase todos os membros do corpo consular presentes até a véspera da Primeira Guerra Mundial pertencem à classe nobre, falam explicitamente de colônias italianas no exterior, têm uma visão "colonialista" e

---

<sup>110</sup> Gustavo Errico Perrod foi regente das funções de cônsul em Porto Alegre de 29/07/1882 a 15/09/1883; por apenas seis meses, entre junho e dezembro do mesmo ano, Antonio Greppi assumiu a tarefa que passou para Pasquale Corte, cônsul em Porto Alegre entre dezembro de 1883 e maio de 1888; Mario Compagnoni Marefoschi foi de 27/05/1888 até julho de 1891; Enrico Acton foi vice-Cônsul de Pelotas a partir de 15/01/1889, mas ocupou o consulado de Porto Alegre entre 01/02/1891 e 01/11/1891, quando foi substituído por Edoardo Compans de Brichanteau, nomeado a partir de 20/05/1891 e ocupou o cargo até 13/09/1893. Mais tarde, foi Gherardo Pio di Savoia, que assumiu o cargo até março de 1894, quando Angelo Legrenzi ocupou a mesma função em Porto Alegre de 15/03/1894 a 22/04/1897; Angiolo Dall'Aste Brandolini ocupou o cargo de cônsul de abril de 1897 a maio de 1898; Enrico Ernesto Ciapelli assumiu o consulado de Porto Alegre a partir de 5 de dezembro de 1897. Conforme UNIVERSITÀ DI LECCE. *La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915): repertorio bio bibliográfico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1987; CACIOLI, Manuela. *La rete consolare nel periodo crispino 1861-1891*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1988



compartilham, por um lado, o interesse prioritário pelo desenvolvimento comercial das colônias mas, por outro lado, se diferenciam com relação ao papel e desenvolvimento das instituições educacionais destinadas ao crescimento do sentimento nacional.

Vale ressaltar que os dados e informações coletados pelas autoridades consulares não são exaustivos do quadro geral das escolas italianas estabelecidas no Rio Grande do Sul, apresentando questões que merecem ser colocadas em suspensão na análise histórica. A este respeito, é necessário recordar as modalidades através das quais os relatórios consulares foram elaborados. Em alguns casos, especialmente se financiados pelo Ministério das Relações Exteriores, as autoridades consulares puderam extrair informação obtida diretamente das missões específicas que realizavam. Este foi o caso da visita realizada pelo vice-cônsul de Pelotas, Acton, que no verão de 1890 foi às colônias do interior do Estado. No entanto, os relatórios nem sempre foram preparados após visitas diretas às áreas coloniais, mas indiretamente com base em relatórios elaborados e entregues por agentes consulares locais nem sempre oficiais, representantes das sociedades de socorro mútuo e professores subsidiados (RELATORIO LEGRENZI, 1895). Esta opção foi seguida em virtude da ausência de recursos financeiros necessários para realizar missões diretas e desejáveis aos centros coloniais, muitas vezes distantes umas das outras e mal ligadas por estradas (RELATORIO, MAREFOSCHI, 1891). E não é por acaso que a necessidade de tornar tais missões possíveis levou os cônsules a insistirem junto às cúpulas ministeriais para recuperar os recursos necessários e, também, sugerir o caminho de uma reforma organizacional do pessoal consular, assim como fez Legrenzi (DISPACCIO LEGRENZI, 1894). Apesar da pretensa 'confiabilidade' dos dados coletados pelos agentes consulares, os cônsules não negaram as dificuldades de oferecer uma imagem completa das diferentes situações: "Alguma escola me escapou", afirmou o cônsul Dall'Aste Brandolini ao comunicar os dados relativos às escolas que abertas no ano de 1897, atribuindo os motivos não tanto à negligência dos próprios agentes, mas "pela extrema dificuldade que eles tiveram em encontrar em algumas linhas coloniais, distantes da sede por dias de caminhada, uma pequena escola que um colono ou professora improvisada, mantém aberta para uso de suas famílias vizinhas" (DELL'ASTE BRANDOLINI, 1898). Além da confiabilidade dos documentos, em que um cônsul como Angelo Legrenzi não tinha muita dúvida, o representante do consulado esperava que "duas ou três vezes por ano as escolas fossem visitadas regularmente por

um funcionário consular da carreira" também para estimular as atividades dos professores e dos alunos e a disponibilidade dos pais para enviar seus filhos, mesmo durante o verão, uma temporada em que os interesses agrícolas levaram os colonos a levar as crianças aos campos, em vez da sala de aula (RELATORIO LEGRENZI, 1895).

As fontes consulares, além disso, nos permitem aprofundar a mentalidade e a visão com relação ao papel da escola e da educação. Deste ponto de vista, é interessante notar a atitude diferente daqueles que atuaram como representantes da Itália no sul do estado do Rio Grande do Sul. Por um lado, de fato, as fontes atestam a presença de cônsules que expressam uma visão otimista sobre o papel das escolas e a esperança de uma rápida difusão. É o caso de figuras como o vice-cônsul da Pelotas Errico Acton, que expressou a profunda convicção da necessidade de uma ampliação do compromisso do governo italiano em apoiar o desenvolvimento das escolas étnicas italianas, especialmente nas áreas rurais. Uma posição apoiada pela consideração de que a condição de isolamento de colonos italianos em áreas rurais poderia favorecer a resistência ao processo de assimilação ao contexto brasileiro.

A mim que visitei, minuciosamente as colônias, parece que não se possa ter êxito: precisam de numerosas escolas, pequenas e distribuídas em cada linha. São muitas as razões que poderia apresentar em apoio à minha opinião; cito apenas algumas, que somente com seus valores, eliminam as outras: 1º) as colônias ocupam um território muito vasto: seria então, fisicamente impossível que os filhos dos colonos frequentassem uma escola central; se trata, para cada colônia, de uma extensão de mais de 100 quilômetros de diâmetro, sem meios de comunicação; pretender que uma só escola possa bastar, seria como dizer que as crianças de Nápoles devem instruir-se em [...] Roma! 2º) As sedes são os lugares onde as escolas conseguem ser menos úteis: devido aos fatos a) nas sedes, o sentimento de italianidade é enfraquecido pela mistura necessária do elemento autóctone, b) as sociedades italianas, progredindo, poderão eles mesmos cuidar das escolas, c) Os colonos mais ricos habitam nas sedes onde podem prover a educação de seus filhos, não faltando quem os ensine; 3º) Nas linhas com o concurso das escolas, poderemos manter sempre vivo o espírito nacional, não tendo os colonos qualquer tipo de contato com os brasileiros: por isto atacamos com mais força o lado fraco [...]. Favorecendo a língua e as tradições italianas, nas colônias agrícolas, tarefa fácil, estando eles isolados e negligenciados pelo governo brasileiro, obteremos a dupla vantagem político e econômica de ter grandes núcleos nacionais, apoiados à pátria mãe, e futuros consumidores dos nossos produtos industriais. Nas cidades, ao invés, acontece que uma família italiana, depois de poucos anos de moradia, sofre uma transformação completa: a favorecem, as amizades, as relações de negócios, os casamentos, a afinidade entre as duas línguas nativas e especialmente a nossa natural disposição de assimilação; motivo este, pelo qual o Brasil busca de

preferência as emigrações italianas. Por quê lutar contra essa degeneração fatal? As escolas sociais se guiam, somente, pelos apoios oficiais, e não, certamente, para responder a uma necessidade ou um ideal patriótico (RELATORIO ACTON, 1890).

Por outro lado, temos outros cônsules que não hesitam em expressar fortes preocupações sobre a eficácia das escolas subsidiadas pelo governo italiano quanto às características dos imigrantes e sua falta de propensão para preservar os traços de uma identidade nacional, o que nunca foi totalmente compreendida, ficando sufocada por pequenas identidades regionais. Nesse sentido, as considerações feitas pelo cônsul de Porto Alegre Brichanteau são exemplares. Suas escolhas deram origem a visões e mentalidades ideológicas impregnadas por um forte paternalismo e, acima de tudo, por uma sensação de menor confiança na eficácia da ação educativa e da educação, dirigida aos colonos, juntamente com uma análise diferente das características do fenômeno migratório em relação à perspectiva colonialista. Em particular, as considerações do cônsul Brichanteau foram inspiradas por uma avaliação diferente entre a emigração considerada definitiva dos grupos de colonos com uma forte caracterização étnica, como os vênetsos distribuídos nas linhas mais periféricas e rurais, localizados nas linhas da colônia de Silveira Martins e a imigração para os centros mais importantes, não apenas os da capital, mas também das áreas rurais mais importantes, como Caxias ou Bento Gonçalves ou Encantado, que em sua opinião, eram expressão de uma imigração temporária: "Em uma palavra, a família vêneta que sai da Itália, é irreversivelmente perdida para o país, para onde não mais retornará nem pai, nem filho ou filho do filho". Mas, para induzir o cônsul a expressar a "pequena simpatia" pelo colono vêneto, havia também as razões comerciais prioritárias porque, em alguns anos, tornar-se-ia "um concorrente sério para nossa produção e exportação". Ele contestou o vice-cônsul Acton "jovem ousado e rico, ainda, de todas as melhores ilusões da vida" por ter considerado as escolas distribuídas nas linhas "pelo seu lado poético":

e, na verdade, não é sem uma certa poesia encontrar, depois de 5 ou 6 horas de viagem a cavalo no meio de florestas virgens, povoadas por macacos e papagaios, digo, um barraco de madeira, uma igreja, onde crianças filhas de italianos estão reunidas para ouvir uma lição de um camponês, dependentes de suas orelhas para aprender com o mestre improvisado; enquanto eu, velho e cheio de decepções acumuladas na minha bem sucedida carreira, considero as escolas nas linhas coloniais em seu lado prático (RELATORIO BRICHANTEAU, 1892)

Mesmo o sucessor, o cônsul Pio di Savoia expressou uma visão bastante negativa sobre as condições dos imigrantes italianos e sobre a possibilidade de divulgar uma identidade nacional mais sólida diante da dinâmica da naturalização e assimilação brasileiras:

A língua italiana no Estado [do Rio Grande do Sul] e, em geral, no Brasil não tem força expansiva, nem mesmo apelo a todos aqueles que estiveram aqui e tenham observado. Ela não tem e não pode ter apelo porque - além de muitas outras considerações de natureza mais geral - a grande maioria desses emigrantes são pessoas incultas, ásperas e ignorantes, que ainda não falam a língua de Dante, mas os dialetos do Vêneto, do Friuli, de Nápoles, da Sicília, etc. Eles vieram para cá fugindo da pobreza, em busca de uma nova pátria e para alcançar todas as vantagens que pode lhes conceder, devem assimilar os usos, costumes e a linguagem [do Brasil] o mais rápido possível, hoje em vez de amanhã. Na verdade, depois de dois ou três meses, eles já se entendem na língua do país; depois de dois ou três anos, eles não sabem mais dizer duas palavras em italiano sem tropeçar em quatro em português e, depois de um período mais longo, não falam mais sua língua de origem. É impossível ir contra esta corrente (RELATORIO PIO DI SAVOIA, 1894).

A escola teria surgido não tanto em virtude do apego à pátria e à língua materna, mas sim "pela necessidade que eles têm dos filhos serem observados enquanto vão ao trabalho do campo". Ao mesmo tempo, de acordo com o cônsul, a mesma experiência migratória induziu os colonos a tomar consciência de que "é necessário que seus filhos aprendam algo para serem um pouco mais agressivos contra aqueles que sabem"(IBIDEM). Apesar das limitações existentes nas escolas das áreas rurais para alcançar os objetivos, o cônsul considerou essencial o apoio financeiro. Ele considerou o subsídio para as escolas rurais "um propósito mais filantrópico do que italiano, mais patriótico do que pátrio, como aquele que tem solidariedade entre o emigrante italiano e a Itália, mas não visa diretamente um interesse nacional".

Em outras circunstâncias e contextos históricos, as figuras consulares apresentaram características diferentes. O valor heurístico das fontes histórico diplomáticas também é significativo no que diz respeito ao processo identitários e para a definição das políticas escolares para a italianidade promovidas pelas autoridades italianas.

Um dos exemplos é oferecido pelas cartas relativas ao Arquivo 'Escolas' para a década de 1920, quando, no rescaldo do fim da Primeira Guerra Mundial, a revitalização do papel das escolas italianas no exterior e a promoção da língua e da

cultura nacionais retomaram seu vigor. Como parte da retomada de iniciativas para apoiar o desenvolvimento da presença de escolas italianas no exterior, o Ministério das Relações Externas voltou a recuperar o papel da administração geral das escolas italianas no exterior. A partir de 1920, guiados pelo estudioso Ciro Trabalza, que preferiu a redefinição de um programa de ação que teve um olhar especial com relação às escolas e instituições culturais nas Américas (Barausse, 2015).

Os documentos permitem focar melhor as preocupações dominantes das cúpulas políticas e ministeriais italianas no período entre a crise das instituições liberais e a primeira fase do fascismo, até 1925, e as linhas de continuidade ou descontinuidade na busca dos objetivos da reorganização do sistema de escolas nas Américas, cujo objetivo era apoiar o avivamento da presença das escolas "coloniais" consideradas essenciais para a promoção da italianidade e pôr fim à perda de traços de identidade nacional, o que os especialistas chamaram de processo de "desnacionalização". Em consonância com uma continuidade substancial com as políticas escolares da década anterior, a orientação, mediada pela Direção Geral para as Escolas Italianas no Exterior, era proporcionar uma reorganização docente mais eficiente, para apoiar a introdução de professores especificamente preparados, intervindo nas autoridades religiosas para solicitar o envolvimento do clero italiano, incentivando o envolvimento das comunidades locais através da participação ativa nas associações religiosas ligadas a *Italica Gens*.

Extremamente relevantes como fontes para uma nova compreensão desses caminhos, são os relatórios produzidos pelos membros da comissão convocada para preparar o projeto para relançar as escolas nas Américas. Por exemplo, as conclusões que o presidente da comissão, Vittore Alemanni, relatou depois de coletar as sugestões fornecidas pelos resultados de uma missão realizada entre 1922 e 1923 no sul do Brasil, o líder do comitê especificou as conclusões:

- 1) que o governo italiano promova na Pátria, especialmente nas regiões das quais a emigração para o Brasil foi mais intensa, a formação de mestres, preparados para ensinar nessas terras, com um programa cultural específico.
- 2) que ao mesmo tempo se estudasse, para as nossas colônias no Brasil, um projeto de estudos primários, que desse às nossas escolas, além disso, eficiência no campo mais propriamente didático, na medida em que, mais estreita, fosse a preservação da alma nacional.
- 3) que, entre as condições postas pela Itália, para garantir a italianidade dos emigrados ao Brasil, existisse uma liberdade racional para expandir a cultura popular, integrar ou

substituir (e nunca suplantar) a disposições dos estados brasileiros sobre o assunto. O futuro programa do trabalho de nossos mestres na América deve ser de cultura e civilização, de defesa de nossos sentimentos e não de ofensa e negligência de sentimentos; deve ser um tributo razoável às condições do país de acolhida. A escola italiana deve ser e figurar como um meio de proteção, de providência prudente, que a Pátria Mãe dispõe não para determinar correntes de pensamentos e afeições hostis ao país hospitaleiro, mas sim criar hóspedes mais dignos. A criação de um professor para a emigração no Brasil, e não são necessários mais de 2000, enquanto ainda há muito a se fazer para criar o mestre das novas gerações em Patria, parecerá uma antecipação inadequada para alguns. Mas pode-se responder que o analfabetismo, pior do que a tontura do sentimento e da alma nacional, certamente não é menos uma questão de estar fora do que dentro dos limites da pátria: e que, se as forças do Estado se declarassem desiguais com esse esforço para proteger espiritualmente, na única forma possível, milhões de italianos, apenas pelo fato de viverem longe do solo nativo, ajudariam, pelo menos, as corporações, as missões e qualquer associação que dependem da intenção nacional, especialmente ao atribuir aos religiosos italianos nas colônias italianas, e aceitando a proteção e supervisão do Estado (RELATORIO DGSE, 1921)<sup>111</sup>.

A questão escolar foi objeto de uma verdadeira intervenção diplomática em 1924, quando, perto da visita do Embaixador Badoglio no Brasil, o diretor da estrutura designada para administrar as escolas italianas no exterior, preparou um lembrete em que os pontos fundamentais foram lembrados para serem tratados a nível diplomático a fim de apoiar o processo de "italianidade". Em particular, a ação diplomática visava "moderar as disposições restritivas da liberdade de ensino nas escolas estrangeiras (particularmente no caso do estado de São Paulo, Brasil)"; o reconhecimento da equiparação da língua italiana nos programas escolares locais e uma ação nas instituições individuais destinadas a introduzir o ensino do italiano nas escolas locais e, em particular, as mantidas por ordens religiosas italianas, sobretudo salesianas; a atribuição do clero italiano nas paróquias das colônias italianas que dispunham de escolas anexas para contrabalançar a presença de clérigos pertencentes a outras nacionalidades - especialmente francesas. A fundação de institutos de educação média, a criação de gabinetes de coordenação e inspeção, a restauração do agente consular, caído em desuso, uma formação mais eficaz de professores para escolas italianas, a preparação de missões para a fundação de novas escolas a serem confiadas à federação

---

<sup>111</sup> Relatório da DGSIE, s.d. [mas de 1921], ASDMAE, Archivio Scuole 1888-1920, b. 437.

das associações afiliadas a *Itália Gens*, uma melhor distribuição de subsídios e de material escolar, a partir dos livros didáticos, elaborados no local (DGSIE, 1924)<sup>112</sup>.

Basicamente, nesta primeira fase de ascensão ao poder, as fontes do lado italiano mostram claramente a vontade dos líderes do fascismo e dos órgãos executivos ministeriais, através da preparação de um programa orgânico, para se concentrar no maior envolvimento das comunidades locais também através de instituições religiosas enraizadas localmente para garantir a consolidação das instituições educacionais que deveriam ter assegurado a difusão e defesa do caráter identitário nacional italiano. A rica documentação no fundo do Arquivo ‘Escolas’ permite identificar também a transformação dos instrumentos e formas através das quais as cúpulas ministeriais tentaram traduzir a direção política voltada para a retomada da presença e reorganização das escolas italianas no Brasil e para a promoção da italianidade. Nessa direção, permitem, por exemplo, identificar o crescente envolvimento das organizações católicas na implementação de políticas para a cultura italiana através das escolas. As fontes atestam, por exemplo, o importante papel dos agentes inspetores da associação *Itálica Gens*, que foi investida pela Direção Geral das Escolas Italianas no Exterior, na tarefa de auxiliar a estrutura ministerial e as autoridades consulares em alguns estados brasileiros. Através dos relatórios de agentes consulares em missão no Rio Grande do Sul, tanto das autoridades consulares, embora com tons e nuances diferentes, foi possível, por exemplo, detectar com maior precisão o declínio significativo nas escolas tanto em contextos urbanos como rurais, a perda de força das escolas laicas e, ao mesmo tempo, o crescimento do número de escolas confessionais junto com a maior difusão das escolas públicas promovidas pelo estado brasileiro, considerando a retomada tons nacionalistas.

A partir dos relatórios periódicos de um agente consular da *Itálica Gens* redigidos durante uma longa missão, que durou quase dois anos, a perda de atração das escolas italianas e a hipótese de relançamento emergem claramente (Relatório Seghetti, 1922). Ao descrever a situação das escolas de Porto Alegre, o capitão Luigi Seghetti escreveu em agosto de 1922:

---

<sup>112</sup> DGSIE, Pro-memoria para S. Excelencia o Embaixador Geral Badoglio “Programma scolastico-culturale per gli Stati del Sud America (con specifica attenzione al Brasile)”, 1 Fevereiro 1924, in ASDMAE, Archivio Scuole 1923-28, b. 598.

As condições da escola italiana são mais ou menos prósperas aqui. Com amargura, notei o maior desinteresse em relação ao estudo da nossa língua. Pode-se dizer, em geral, que seus filhos [dos colonos imigrantes] não falam italiano e não o estudam. Mesmo que eles o estudem, podemos observar, eles não o falam. Os pais pressionam que seus filhos conheçam o português e outras línguas que julguem necessárias e a maioria envia para as escolas brasileiras. Uma mãe italiana, proprietária de um hotel, me disse que sua filha vai para a escola alemã e que ela terá tempo para aprender italiano. Conheço pessoas ilustres que ocupam posições em associações patrióticas e cujos filhos não conhecem uma palavra de italiano. Há três escolas italianas aqui: o "Umberto I" e a "Princesa Elena do Montenegro (mantida pelas duas instituições de beneficência homônimas) com as aulas elementares e a do Instituto Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri (um pequeno colégio que tem também estudantes externos), que inclui mais de quatro cursos elementares, quatro cursos comerciais. As três escolas são frequentadas por um total de não mais de 130 alunos (nossa colônia em Porto Alegre é de cerca de 30 mil pessoas). O ensino da língua italiana não é feito nas escolas públicas. Até 1918, se exigia para a admissão à faculdade de Direito e à escola de Engenharia o exame de uma das três línguas: inglês, alemão ou italiano. Desde aquele ano, este último foi excluído. [...] Ao contrário das disposições do governo tem se acelerado a decadência da italianidade na colônia, com a indiferença de nossos compatriotas, que, por um lado, comemoram com solenidade o sexto centenário de Dante e manifestam ardente amor pela Itália em todas as ocasiões. De outra parte, eles não cuidam para que seus filhos aprendam a língua de sua terra natal [Itália] (Relatorio Seghetti, 1922).

Alguns anos depois, foi o cônsul de Porto Alegre, Luigi Arduini, que falou de uma verdadeira "decadência" de "situação desastrosa". Em particular, o cônsul italiano de Porto Alegre denunciou "as condições atuais, infelizmente, longe do florescimento de nossas escolas", observando acima de tudo as condições de "abandono" e "negligência" em que "todas as pequenas escolas laicas" mantidas pelo governo italiano com subsídios e localizadas especialmente no interior, a área colonial "pequenos baluartes da italianidade!" Ao mesmo tempo, ressaltou a falta de "eficácia, utilidade e alcance" do ensino das ações realizadas pelos institutos promovidos pelas congregações religiosas "principalmente de origem e mentalidade francesa" para a promoção da língua nacional [italiana]. O relatório do cônsul, destinado a suscitar reações bastante alarmadas nas cúpulas ministeriais<sup>113</sup>, explicou nestas palavras a perda do sentimento

---

<sup>113</sup> O cônsul em relação à situação negativa das escolas, referiu os frutos do "absenteísmo do R. governo" produzindo uma certa irritação na Direção Geral. As demandas de Trabalza foram para corrigir os tons e torná-los mais compatíveis com o que foi analisado e relatado pelo agente consular de Itálica Gens, Cesare Bompard, que enviou ao ministério um relatório que continha menos avaliações pessimistas. Ver Nota di Ciro Trabalza del 3 dicembre 1925 in ASDMAE, Archivio Scuole 1923-1928, b. 637.



nacional na população imigrante italiana, juntamente com a condição de isolamento que, até alguns anos antes, representava uma resistência ao processo de abasileiramento:

O processo de desnacionalização é, naturalmente, muito mais fácil nas cidades do que no campo, mas é um fato que está ganhando cada vez mais terreno nestes últimos com a abertura de novas estradas e formas de comunicação, com a intensificação das relações comerciais entre as colônias e os centros habitados e, acima de tudo, pelo trabalho que as autoridades locais estão fazendo, que não só não olham favoravelmente para as escolas estrangeiras quanto são modestas, mas tentam com todos os meios onde possam substituí-las (RELATORIO ARDUINI,1925)

O cônsul Arduini não vislumbrou espaço para garantir um "avanço", mas sim a necessidade de proporcionar uma "barreira" real através de uma série de medidas, incluindo o aumento do comprometimento financeiro, o apoio a escolas administradas por professores laicos nas áreas coloniais, o estabelecimento de pessoal eclesiástico de origem italiana e a maior difusão e circulação de materiais escolares e livros didáticos.

As fontes preservadas no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Externas, além disso, nos permitem identificar a maior descontinuidade gerada pela mudança que o chefe do fascismo, Benito Mussolini, queria dar à estrutura atribuída à gestão de escolas e italianos no exterior. A reconstrução das mudanças dentro da estrutura burocrática ministerial introduzida em 1927 com a nomeação do secretário dos 'fasci all'estero', Piero Parini, chefe da estrutura ministerial que agora assumiu o nome da Direção Geral de Escolas e dos Italianos no Exterior e os reflexos no desenvolvimento das escolas. Quanto ao Brasil e ao caso específico do Rio Grande do Sul, as fontes abrem a possibilidade de um conhecimento muito mais profundo do desenvolvimento das escolas. A leitura de relatórios consulares produzidos durante o fascismo, por exemplo, revela a mudança ideológica e cultural do pessoal diplomático e as reflexões sobre o modo de interpretar a função das escolas. Figuras como Luigi Arduini, Luigi Chiostrì, Mario Carli, Guglielmo Barbarisi, Américo Gigli e Santovincenzo Magno representaram um modelo de cônsul certamente diferente dos representantes diplomáticos da era Crispina e Giolittiana (BERTONHA, 2017).

A cooptação progressiva dos funcionários consulares ao fascismo levou a um alinhamento progressivo dos cônsules, mesmo em relação à função ideológica e política reservada às escolas durante o fascismo. O corpus documental apontou as preocupações

da classe consular pela perda do sentimento nacional, mas também pelas diferentes sensibilidades em torno da questão e do papel das escolas a partir dos contextos urbanos da capital Porto Alegre, as estratégias implementadas pelos cônsules fascistas no estado do sul do Brasil durante a primeira metade dos anos trinta para apoiar, ao mesmo tempo, a fascitização de coletividades italianas e as boas relações com o país latino-americano; e conseqüentemente, mudanças na reorganização das escolas para assegurar o relançamento dos membros e um controle altamente centralizado nas mãos do cônsul da escola, a partir da mudança do corpo docente através da nomeação de um diretor didático e de docentes mais alinhados com as orientações e endereçamentos do fascismo.

Ao mesmo tempo, eles nos permitem compreender com maior evidência, os momentos de crise e ruptura, ao menos parcial, das relações entre as autoridades políticas italianas e brasileiras. Um exemplo significativo foi o resultado das reações da autoridade consular italiana de Porto Alegre às medidas introduzidas durante o início da experiência do Estado Novo de Getúlio Vargas, o que levou ao encerramento definitivo das escolas italianas presentes no Rio Grande do Sul em 1938 e as mudanças de estratégia através da ativação exclusiva de cursos de língua e cultura italiana. As fontes revelam as diferenças de comportamento das várias autoridades consulares italianas presentes no Brasil, os limites da capacidade de negociação do cônsul italiano de Porto Alegre em face do crescimento de acentos do nacionalismo varguista, a surpresa e a falta de preparação do cônsul, as dificuldades da responsável pelas escolas na gestão do impacto com a mudança cultural vivida pelo Brasil na década de trinta e as conseqüências para os professores. A título de exemplo, mesmo neste caso, podemos relatar algumas trocas entre o cônsul de Porto Alegre e o embaixador italiano presente no Rio de Janeiro. A comunicação que o cônsul enviou ao embaixador italiano algumas semanas antes do encerramento das escolas revela, por exemplo, o ceticismo do diplomata italiano sobre a capacidade das autoridades políticas riograndenses de aplicarem de forma consistente as disposições estabelecidas pela legislação introduzida pelas políticas nacionalizadoras do ensino, progressivamente, pelo governo federal e estadual. Especificamente, o cônsul ignorou a exigência de registro das escolas italianas [e todas as estrangeiras] bem como a adequação das instituições educativas com relação aos requisitos introduzidos, como o ensino exclusivo em português, o emprego de professores brasileiros, a ausência de símbolos referentes a países estrangeiros. Por

outro lado, os telegramas enviados pelo embaixador ajudam a entender a linha de espera tomada pela diplomacia italiana:

Ao interpretar o Decreto Presidencial nº 383, o pior que poderia acontecer é que nós deixássemos mutilar as nossas escolas, os nossos símbolos no decorrer das medidas que poderiam ser aplicadas. Para interpretar e aplicar o decreto, nos ocorre que as autoridades locais tenham iniciativas que podem ser muito elásticas e podem ser resolvidas com tratamentos diferentes, nem sempre tão severos, podendo conduzir a discriminações que nós, pela nossa atenção sempre leal ao Brasil e pela inegável afinidade, também podemos esperar. O senhor Loro vai abster-se de adotar medidas para providenciar a interpretação do decreto, esperando receber das autoridades locais as diretrizes, advertências ou avisos, os quais gostaria de ser imediatamente informado. Isso servirá para testar a verdadeira atitude das autoridades federais em desalojar nossas posições, pois não sabemos se e em que medida eles desejam nos desalojar. Enquanto isso, a atitude da coletividade continuará a ser, como sempre, com um espírito de lealdade e de colaboração, evitando reações e campanhas que poderiam causar fortes reações e novas campanhas da parte daqueles que inevitavelmente seguram a faca pelo cabo (TELEGRAMA LOJACONO 1938a).

Em um novo telegrama Loiacono confirmava:

o perigo evidente que deriva da atitude de algumas sedes consulares que tem adotado alguns ajustes para satisfazer as autoridades locais brasileiras na vida das nossas instituições afetadas mediante o Decreto nº 383. É evidente que qualquer autoridade por mais disposta a fechar um ou mesmo os dois olhos sobre nossas organizações não poderão eximir-se a cumprir com a aplicação rigorosa do decreto se for convidado por nós para abrir os olhos para resolver um quesito. É necessário, portanto, evitar tais procedimentos e limitar-se a continuar como se nada fosse, para que uma decisão não ataque a todos. Contra esta última eventualidade determino que os régios consulados respondam de modo responsável, mas evasivo, dizendo que se reservam o direito de se comunicar com a Régia Embaixada (TELEGRAMA LOJACONO 1938b).

O Embaixador continuou a manter uma posição de espera, desejando frear os ímpetos do cônsul de Porto Alegre, o qual, no seu entorno era solicitado também para sinalizar ao secretário do Fascio local, sempre mais alarmado sobre a eficácia da política de nacionalização de ensino derivado das políticas riograndenses<sup>114</sup>. E isso ocorria poucos dias antes da primeira indicação fornecida ao Cônsul de Porto Alegre, quando o

---

<sup>114</sup> Segundo o secretário do Fascio Fernando Chiappini a situação era comprometedor não apenas para as escolas para também para todas as organizações fascistas. Cfr. Nota do Secretário do Fascio Fernando Chiappini de 8 de junho de 1938, in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

Embaixador havia recebido uma comunicação de Roma, do Ministro Ciano, muito clara na linha a seguir:

em princípio, é preferível proceder ao encerramento do que aceitar a nacionalização de nossas atividades. Lembro que mesmo que possa ocorrer eventuais renúncias nos outros estados, devemos tentar manter nossas posições de tal maneira que seja possível no estado de São Paulo (TELEGRAMA CIANO, 1938).

Somente em outubro de 1938 havia chegado a indicação do Rio de Janeiro para providenciar o registro como estava previsto no Decreto Federal de nº 383 (TELESPRESO EMBAIXADA, 1938); uma decisão que o Cônsul avaliou com ceticismo, considerando-a, com muita probabilidade, insuficiente para a sobrevivência das escolas em Porto Alegre, em virtude das disposições das autoridades estaduais de efetuar o registro e as medidas muito mais restritivas previstas pelo Decreto Estadual de 8 de abril do Secretário de Educação (TELESPRESO SANTOVINCENZO, 1938)<sup>115</sup>. Se tratou de uma posição que induziu o mesmo Embaixador a considerar, em nota enviada a Roma, a posição expressa pelo Cônsul de não reabrir as escolas na capital do Rio Grande do Sul e propunha recursos diretos para substituir as escolas com cursos de línguas e construir um espaço comum para a coletividade italiana a “Casa da Itália”:

Por quanto pareça estranho que naquela jurisdição consular estejamos presos por procedimentos draconianos contra nossas escolas e, mesmo que nos outros estados do Brasil os vários Cônsules tenham sido capazes de encontrar fórmulas de ajustar de tal modo para apresentar os pedidos de registro sem a necessidade de renunciar completamente ao caráter da italianidade das escolas, no momento não acredito que seja possível mudar a atitude e, portanto, eu expresso humilde opinião de que, no que diz respeito à jurisdição de Porto Alegre, seja conveniente não reabrir mais as escolas. Portanto, será necessário providenciar nova sistemática para os professores ali empregados (TELESPRESO EMBAIXADA, 1938)<sup>116</sup>.

A partir de então e até 1942 a ação para a difusão do fascismo e da italianidade foi possível com outras instituições como os *fascios*, as comemorações cívicas promovidas nas associações de mútuo socorro e os cursos livres de língua e cultura

---

<sup>115</sup> Telespresso do Cônsul Geral Santovincenzo de 19 de outubro de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64, f. São Paulo. Telespresso de 9 de dezembro de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

<sup>116</sup> Telespresso da Embaixada da Itália de 3 de outubro de 1938, in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64, f. São Paulo.

italiana. Após 1942, novas medidas nacionalizadoras restringiram ainda mais a ação consular.

**Considerações finais: pensar na suspensão das fronteiras dos Estados nacionais como possibilidade investigativa**

No programa de pesquisa que construímos é relevante reconhecer que muitos documentos se conservam inéditos e podem ser inovadores também os cruzamentos documentais que consideram – não apenas a diversidade de tipologias, mas para além delas – questionam-nas, perscrutam evidências, contrapõem discursos. Como afirmou Luchese,

Na análise documental considero relevante perguntarmo-nos: Qual o contexto social, cultural, econômico e político em que esse documento foi produzido? Quem o escreveu? De que lugar social? Para quem escreveu? Quem foram os seus interlocutores? Quais opiniões, informações e discursos são colocados? Que indícios discursivos são reforçados? No atravessamento dos documentos, perceber as recorrências, os indícios como formas de pensar a educação e as múltiplas relações sócio-político-econômicas, que produzem os discursos (LUCHESE, 2014).

Desse modo, na construção dos contornos metodológicos da prática de pesquisa os documentos não são dados *a priori*, mas no fazer é que são tecidos, constituídos e pensados. E como sugere Rogers (ROGERS, 2014), ao tratar das congregações femininas francesas numa abordagem transnacional, é no diálogo entre historiadores provenientes de diferentes comunidades e percursos formativos que podemos constituir narrativas potentes para pensar objetos de investigação que superem as fronteiras nacionais. É o caso do nosso objeto investigativo – não é suficiente pensa-lo pelo que pensavam os cônsules ou viajantes italianos, mas é preciso confrontar essas narrativas com os registros locais, com a diversidade documental produzida por aqueles que viveram, em diferentes papéis, a escolarização e demais processos educativos. Não se trata de estabelecer comparações, mas de confrontar documentos, cruzá-los e mostrar as diferentes representações que circularam sobre o processo [e projeto] educativo entre imigrantes italianos no contexto do Rio Grande do Sul.

Na perspectiva de Seigel (2005) a comparação impõe limites, assim é preciso compreender a necessidade de superar as fronteiras do Estado-Nação para pensar as relações, as conexões e outras espacialidades-temporalidades no jogo de análise histórica, sendo esse um caminho potencializador para o objeto de investigação que

estamos trabalhando. Uma história conectada, superando fronteiras nacionais, nem uma história da Itália ou do Brasil. Mas uma história que pensa a circulação de pessoas nos processos migratórios, pessoas que carregam consigo modelos educativos e que, nos contatos com outros grupos sociais, com outros contextos culturais, negociam, se apropriam e tensionam modos de ser e viver. Entendemos que quando os emigrantes saem da península itálica carregam discursos, muitos deles experiências escolares que demarcam modos de pensar currículo, organização do tempo e espaço escolar, bem como memórias de práticas pedagógicas vividas como estudantes ou mesmo, em alguns casos, também como professores. A complexidade dos contatos culturais internacionais para serem perscrutados pelos pesquisadores exige a ampliação de nossas trocas como investigadores. Assim, considerar o contexto em que as trocas culturais se constituem é fundamental – de que territorialidades saíram os emigrantes e para onde se dirigiram, no caso do Brasil, se para áreas urbanas ou rurais, para colonizar e tornar-se proprietário de pequena gleba de terras ou para trabalhar em parceria em fazendas de café. Para as cidades ou o interior. Diferenças que, marcadamente, distinguem itinerários. Questões de classe social, geração, gênero e grupos étnicos também precisam ser consideradas ao analisar os documentos mobilizados na pesquisa.

Uma história transnacional da escola entre e/imigrantes italianos no Rio Grande do Sul sugere pensar em conexões, interações, uso de chaves interpretativas mais complexas e aprofundadas, um exercício interpretativo que produz uma narrativa histórica que considera, para além da diversidade documental, os acúmulos de experiência que cada pesquisador<sup>117</sup> possui, a partir das suas especificidades e da bagagem cultural. Para Gruzinski (2001) “o processo de globalização está mudando inelutavelmente os quadros do nosso pensamento e, por conseguinte, as nossas maneiras de revisitar o passado” (GRUZINSKY, 2001, p. 178), desse modo, o diálogo entre historiadores da educação provenientes de comunidades distintas é potencializador de olhares e narrativas que, conectadas, podem narrar o processo histórico tomando o alerta de Hartog em sua prática

trabalho de identificar as regularidades, apreender as continuidades ou atualizar as fendas, as roturas, de enfatizar, de acordo com os momentos, uma história mais atenta às séries e às continuidades ou

---

<sup>117</sup> Vale retomar, nesse caso o que afirmou Chartier “[...] uma vez que cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais e sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria.” CHARTIER, 2009b, p. 20.

mais interessada pelas rupturas e o descontínuo; de privilegiar os modelos socioeconômicos ou a abordagem biográfica; e de colocar e recolocar, de novo e de novo, a questão da mudança na história e em história (HARTOG, 2017, p. 24).

São muitas as rupturas, as fendas, o contínuo e o descontínuo que podemos identificar ao perscrutar nosso objeto investigativo a partir da diversidade tipológica de documentos que sinalizamos anteriormente, mas também dos modos de ler e interpretá-los. Assim, a análise dos documentos é enriquecida e complexificada quando a interpretação considera as experiências acumuladas pelos pesquisadores. Ou seja, ao operar com o documento histórico fica claro, como procedimento metodológico que “do mesmo conjunto de textos, com efeito, várias leituras podem ser propostas e nenhuma delas pode pretender esgotar a totalidade de suas compreensões possíveis” (CHARTIER, 2004, p. 381) afinal pensamos a história como uma “escritura desdobrada que tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor” (CHARTIER, 2009a, p. 15).

Como historiadores da educação, munidos de nossas formações teórico-metodológicas, da construção de um conjunto documental ensejamos, com o rigor necessário para a construção de uma versão interpretativa plausível, possível, com certezas provisórias e que estabeleçam relações de verossimilhança, contribuir efetivamente para narrar no presente, a história das escolas italianas no contexto brasileiro, em especial aquele gaúcho.

### Fontes

ACTON, ENRICO. Rapporto del vice console Acton Errico, Maio de 1890, in ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 339, f. Scuole al Brasile fino al 1898.

ARDUINI, Luigi. Rapporto del console Luigi Arduini, setembro 1925. In: ASDMAE, AS, 1923-28, b.637.

BRICHANTEAU, Rapporto del regio console C. De Brichanteau, del 6 febbraio 1892. In ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 339, f. *Scuole al Brasile fino al 1898*. Relatório BRICHANTEAU, 1892.

CHIAPPINI Fernando [Secretario do Fascio italiano em Porto Alegre]. Nota do secretário de junho de 1938, in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

CIANO, Ministro (telegrama). Destinatário: Embaixada da Itália. 21 de maio de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

DALL'ASTE, Brandolini Angiolo. Rapporto del regio console Dall'Aste Brandolini Angiolo al ministro degli Esteri del 29 aprile 1898. In ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 343.

DGSIE. Pro-memoria para S. Excelencia o Embaixador Geral Badoglio "Programma scolastico-culturale per gli Stati del Sud America (con specifica attenzione al Brasile)", 1 Fevereiro 1924, in ASDMAE, Archivio Scuole 1923-28, b. 598.

DGSIE. Rapporto della DGSIE, s.d. [mas de 1921], ASDMAE, Archivio Scuole 1888-1920, b. 437.

EMBAIXADA DA ITÁLIA (telespresso). 3 de outubro de 1938, in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64, f. São Paulo.

ITÁLIA, decreto de 8 de dezembro de 1889. Decreto organico per le scuole italiane all'estero n. 6566 in: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico 1889—90, Roma: Tip. delle Mantellate, 1890, pp. 201-207

ITÁLIA, decreto de 8 de dezembro de 1889. Regolamento sulle scuole italiane all'estero, s/n.. MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico 1889—90, Roma: Tip. delle Mantellate, 1890, pp. 211-238.

LEGRENZI, Angelo. Dispaccio del regio console Legrenzi Angelo del 12 novembre 1894. In: ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 339,f. Scuole al Brasile fino al 1898.

LEGRENZI, Angelo. Rapporto del regio console Legrenzi Angelo del gennaio 1895. In ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 339,f. Scuole al Brasile fino al 1898.

LEGRENZI, Angelo. Rapporto del regio console Legrenzi Angelo del gennaio 1895. In ADSMAE, AS, 1889-1910, b. 339. f. Scuole al Brasile fino al 1898.

LOIACONO, Régio [Embaixador] (telegrama). 10 de maio de 1938, in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

LOIACONO, Régio [Embaixador] (telegrama). 21 de abril de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64 .

MAREFOSCHI, Mario. Rapporto del regio console Marefoschi Mario del 29 gennaio 1891. In ASDMAE, AS, 1889-1910, b. 339,f. Scuole al Brasile fino al 1898.

SAVOIA, Gherardo. Rapporto del console di Savoia Gherardo Pio del 18 febbraio 1894, ASDMAE, AS 1889-1910, b. 339, f. Scuole al Brasile fino al 1898.

SEGHETTI, Luigi. Rapporto del Seghetti Luigi del 1 agosto 1922, ASDMAE, Archivio Scuole 1888-1920, b. 437.

Telespresso de 9 de dezembro de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64.

TRABALZA, Ciro. Nota di Ciro Trabalza del 3 dicembre 1925 in ASDMAE, Archivio Scuole 1923-1928, b. 637.



VINCENZO, Santo [cônsul geral] (telespresso). 19 de outubro de 1938 in ASDMAE, AS 1936-1945, b. 64, f. São Paulo.

## Referências

AMBROSOLI, Luigi. L'istruzione degli emigrante nella lotta contro l'analfabetismo in Italia tra Ottocento e Novecento. In: BRUSA, Carlo; GHIRINGHELLI, Robertino (a cura di). *Emigrazione e territorio: tra bisogno e ideale*. Varese: Lativa, 1995, p.63-74.

BARAUSSE, Alberto. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In: DE RUGGIERO, Antonio; HEREDIA, Vania Beatriz. M; BARAUSSE, Alberto (Org.), *História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, v.1, p. 195-248.

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, 2016, p. 81-94.

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, 2016, p. 81-94.

BARAUSSE, Alberto. The construction of national identity in textbooks for Italian schools abroad: the case of Brazil between the two World Wars. *History of Education & Children's Literature*, v. X, n. 2, 2015, p. 425-461.

BARAUSSE, Alberto; ANDREASSI, Rossella. Il Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia delle Istituzioni Scolastiche, del Libro Scolastico e della Letteratura per l'Infanzia dell'Università del Molise tra dimensione locale e scenari internazionali. In: GONZÁLEZ Sara, MEDA Juri, MOTILLA Xavier y POMANTE Luigiaurelio (Eds). *La Práctica educativa. Historia, Memoria y Patrimonio*. Salamanca: Fahren House, 2018, p. 1083-1096.

BARAUSSE, Alberto Barausse & LUCHESE, Terciane Ângela (2018): Education, ethnic identity, and memory in the Italian ethnic schools of South Rio Grande (1875–1902). *Paedagogica Historica*, 2018, DOI: 10.1080/00309230.2018.1521450

BERRIO, José Ruiz (org). *La cultura escolar de Europa*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

BERTONHA, João F. *O fascismo e os imigrantes italianos na Brasil*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2017.

CACIOLI, Manuela. *La rete consolare nel periodo crispino 1861-1891*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1988

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 81.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009b.

CHARTIER, Roger. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. In: *Matrizes*. Ano 5. n. 2. São Paulo: USP, jan./jun. 2012. p. 159-177.

CIAMPI, Gabriella. Le scuole italiane all'estero. In: PELLEGRINI, Vincenzo (ed.). *Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998, p. 115-122.

CONFESSORE, Ornella. L'Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908). In: ROSOLI, Gianfausto (a cura di). *Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo*. Atti del Convegno Storico Internazionale, 1987 (Piacenza), Roma, Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 519-536.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920)*. (Tese em História Econômica). São Paulo: USP, 2000.

DELL'AIRA, Alessandro. *Longo estudo, grande amor: história do Instituto Medio Italo-Brasileiro Dante Alighieri de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2011.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas, SP: Alínea, 2017, p. 275-276.

ESCOLANO, Agustin Benito, DIAZ Hernandez. *La memoria y el deseo. Cultura de la escuela y educacion deseada*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2002.

FLORIANI, Giorgio. *Scuole italiane all'estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Editore, 1974.

FRANCHINI, Fernanda. *Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri*. São Paulo: USP, 2015. 158f. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

FRANZINA, Emilio. Fonti storiche e storiografia. In: RADUNZ, Roberto, HERÉDIA MERLOTTI, Vania Beatriz, (Orgs), *Imigração e Sociedade*. Fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul, EDUCS 2015, p. 15-30.

FRANZINA, Emílio. La storiografia italiana e l'emigrazione in Brasile. In FRANZINA, Emílio. *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*, Stefano Termanini Editore, 2014.

GOMES, Maysa Rodrigues. *Sob o céu de outra Pátria: imigração e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG, 1888 – 1912*. (Tese em Educação). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras. *connected histories. Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195 [p. 178].

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HERÉDIA, Vânia B. M. e ROMANATO, Gianpaolo (org.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana*. 4 volumes. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016. Disponível em <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>

IOTTI, L. H. *O Olhar do poder. A Imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914*. Caxias do Sul: UCS, 2001.

JULIA, Dominique, Riflessioni sulla recente storiografia dell'educazione in Europa: per una storia comparata delle culture scolastiche. *Annali di Storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche*, 3, 1996, 119-147.

KREUTZ, Lúcio e LUCHESE, Terciane Ângela (org.) *Imigração e Educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. 1ª. ed. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2011.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: ed. Universidade / UFRGS; Florianópolis: ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: UCS, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. *História da Educação*. 2014, vol.18, n.43 [cited 2017-10-22], pp.145-161.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. (Tese em Educação). São Leopoldo: UNISINOS, 495 fl., 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela; BARAUSSE, Alberto. Apresentação de dossiê: 'Da Itália ao Brasil: processos educativos e formativos, séculos 19 e 20. *História da Educação*. Santa Maria, v. 21, n. 51, p. 33-40, abr. 2017.

MASCHIO, Elaine C. Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875 – 1930)*. (Tese em Educação). Curitiba, PR: UFPR, 2012.

MYERS, Kevin, RAMSEY Paul J, PROCTOR Helen. Rethinking borders and boundaries for a mobile history of education. *Paedagogica Historica*, 2018.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. 2ª ed.. São Paulo: Iglu, 2010.

OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina*. (Tese em História). 270fl. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005.

PAGANI, Carlo. *A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875 – 1920*. (Dissertação em Educação). Petrópolis, RJ: UCP, 2012.

PRETELLI, Matteo. *Il fascismo e gli italiani all'estero*. Bologna, Itália: Clueb, 2010.

RECH, Gelson Leonardo. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo*. 449f. (Tese em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. In: *Pro-posições*. V. 25, nº 1 (73), p. 55-74, jan./abr. 2014.

ROSOLI, Gianfausto. La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano 1909-1920. *Il Veltro*, v. XXXIV, n. 1-2, 1990, p.87-74.

SALVETTI, Patrizia. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri*. Roma: Bonacci, 1995.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana: II arrivi*. Roma: Donzelli, 2002, p. 535-549.

SEIGEL, Micol. Beyond compare: Comparative Method after the Transnational Turn. In: *Radical History Review*. Nº 91, p. 62 – 90, Winter, 2005.

TRENTO, Angelo. *Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

UNIVERSITÀ DI LECCE. *La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915): repertorio bio bibliográfico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1987.

VINÃO FRAGO, Antonio, Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes, in C.J. Almuiña Fernandez (Ed.) *Culturas y Civilizaciones*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1998, pp. 165-184;

VINÃO FRAGO, Antonio. La memoria escolar. Restos y huellas, recuerdos y holvidos, In: *Annali di Storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche*, 12, (2005), pp. 19-33.

## **As canções e o processo imigratório italiano no Rio Grande do Sul\***

Juliana Maria Manfio \*\*

### **Introdução**

O canto é uma forma que um indivíduo ou um grupo utiliza para expressar seus sentimentos, os acontecimentos do cotidiano e também fazer projeções de um futuro. Mas também a canção torna-se um importante elemento identitário para um determinado grupo étnico. Pensando nisso, o presente artigo tem como objetivo analisar as canções em dialeto talian, organizadas em um pequeno livro de canções produzido para as comemorações do centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto, no interior do Rio Grande do Sul. A preocupação da festividade era homenagear o imigrante italiano, preservando hábitos e costumes, assim como o canto – que até então era apenas cantado e passou a ser escrito para compor o livro. Para analisar a fonte, primeiramente traduziram-se as canções do dialeto para o português, utilizando-se do dicionário e também do conhecimento de pessoas sobre o talian. Após, realizou-se uma análise crítica, buscando compreender o que expressavam os cantos em talian, que foram preservados para o Centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto. Por fim, o canto é uma maneira encontrada pelo imigrante e descendente para expressar seu cotidiano, suas angústias e vitórias, carregando consigo a identidade de seu grupo étnico.

As comemorações do Centenário da Imigração Italiana<sup>118</sup>, ocorridas a partir de 1975, na região central do Rio Grande do Sul, preocuparam-se em recuperar as canções dos imigrantes como uma forma de demonstrar a riqueza cultural de seu povo, bem como preservando um dos elementos que auxiliaram a caracterizar a identidade étnica daquele grupo. As canções em dialeto italiano expressavam a cultura trazida da Itália, o

---

\* A pesquisa faz parte das atividades desempenhadas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com auxílio de bolsa Capes/ Prosup. Este artigo é referente ao 2º capítulo da tese de doutorado, no qual são abordadas as formas de construção da memória em torno do processo imigratório italiano.

\*\* Doutoranda em História/Bolsista CAPES/Prosup, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

<sup>118</sup> Para Beneduzzi (2016), a festa dos 100 anos da imigração italiana apresentou um novo tipo de recuperação do passado, construindo uma memória de vitória, e desenvolvimento e de riqueza.

cotidiano do imigrante nas colônias do Estado, bem como a recuperação do dialeto talian.

Dentro da cultura da imigração e colonização italiana, o canto é interpretado segundo Costa (1974, p. 77) como uma forma de “esquecimento das preocupações e uma celebração da coragem ante as dificuldades, o cultivo do ‘rir de si mesmo’, para esquecer os problemas da vida”. Dessa forma, a canção era vista, segundo o autor, como algo que retratava o cotidiano do imigrante e o encorajava diante das adversidades enfrentadas nos primeiros tempos de colonização.

A comunidade de Vale Vêneto<sup>119</sup>, localizada no centro do Rio Grande do Sul, recebeu seus primeiros imigrantes italianos a partir de 1878. Com a passagem do Centenário da Imigração Italiana, a comissão organizadora dos festejos elaborou um livro de cantos em talian. O projeto foi uma tentativa de preservar os cantos em talian, pois é provável que, “a retomada da fala dialetal é relevante para iluminar este componente da identidade local, que se encontra em um momento de declínio” (BENEDUZZI, 2016, p.124).

Mapa 1: Localização de Vale Vêneto



Fonte: <http://www.valeveneto.net/Como-Chegar>

<sup>119</sup> É uma comunidade do interior do município de São João do Polêsine.

O livro com canções em dialeto, intitulado de *Canti Taliani*<sup>120</sup> tem como imagem de capa a Igreja Matriz *Corpus Christi* da comunidade. Ao abrir o livro, encontra-se uma saudação de Dom Ivo Lorscheiter ao povo do local. Na primeira página, a comunidade de Vale Vêneto “rende justas homenagens aos bravos pioneiros imigrantes que da região vêneta (Itália) vieram povoar este pitoresco vale”, apresentando as famílias que se estabeleceram no local entre 1878 e 1888. Após a homenagem, são apresentadas 34 canções e mais o hino criado para o Centenário da Imigração Italiana de Vale Vêneto. Na última página, encontram-se provérbios em talian e datas históricas da comunidade. E na contra capa, um desenho do monumento ao Imigrante Italiano que foi construído para as comemorações dos 100 anos do processo imigratório italiano<sup>121</sup>. Vale ressaltar que, as canções foram recuperadas da maneira que os seus descendentes pronunciavam as expressões e palavras. Dessa maneira, encontramos versões diferentes de um mesmo canto.

Nesse sentido, o interesse deste artigo é o de analisar as canções que foram preservadas e publicadas em livro para as festividades do centenário da Imigração Italiana. A metodologia seguiu a ordem da tradução dos cantos, através do uso do dicionário e também do conhecimento de pessoas que descendem de imigrantes. Três canções foram eleitas, traduzidas do talian para o português e analisadas, sendo divididas em dois capítulos que seguem abaixo, para uma melhor compreensão.

### **1. Hino do Centenário de Vale Vêneto**

Para as festividades dos 100 anos da imigração italiana de Vale Vêneto “foi solicitado aos dois padres veteranos, poetas e filhos de imigrantes Padre Pedro Luís e Pe. Casimiro Tronco que fizessem um hino para o Centenário” (INFORMAÇÕES PALOTINAS, 1978, p.53). A comunidade elegeu para elaborar o hino do Centenário, dois indivíduos que apresentavam aspectos importantes, que davam legitimidade a canção: eram instruídos, sacerdotes e principalmente, eram descendentes de imigrantes.

Os hinos foram julgados e a canção eleita passou a “ser cantados pela gringolândia valevenetense nas comemorações das festas e assim cairão nos braços da história” (INFORMAÇÕES PALOTINAS, 1978, p.53). Constatamos que todo o tipo de

---

<sup>120</sup> O livro foi encontrado no Arquivo da Prefeitura de Faxinal do Soturno.

<sup>121</sup> Os monumentos são construídos como marcos de uma memória. E aqui, referem-se à memória da imigração e colonização italiana na região.

manifestação festiva tinha como um propósito um elo do passado, com o presente e futuro. Por isso,

[...] os cantos e hinos participam dessa leitura da identidade cultural italiana, fazendo parte de um contar das tradições, dos costumes e das crenças. Assim, faz parte do processo de construção de um sentido de comunidade de pertença, uma identificação de um “nós” e de um “outro”. O fato de se tocar uma canção que todos sabem - e sua execução desencadeia uma relação de reconhecimento de situações e momentos passados - propicia um retorno a um passado vivido ou imaginado, pessoal, familiar ou grupal: ouvir, assistir a execução constrói com que um efeito de relação direta com o objeto de raiva, melancolia, nostalgia ou afeto. (BENEDUZZI, 2004, p.142).

Esta canção criada para o Centenário da Imigração de Vale Vêneto quer reforçar as experiências imigratórias deste grupo étnico, apresentando as situações enfrentadas e superadas pelos imigrantes, através do apoio do trabalho e da família. Abaixo, encontra-se o hino do centenário da Imigração italiana de Vale Vêneto em talian e sua tradução:

<b>Inno Del Centennario di Val Veneta</b>	<b>Tradução: Hino do Centenário de Vale Vêneto</b>
<p><b>Estrilho:</b>                      Sucantiam um inno di gloria                      Um bel cantico in memoria                      dei migranti italiano                      quà arrivanti da bencent'anni</p> <p><b>1.</b> Bosco copri va montie valle,                      Verde mantello naturale,                      Come pure La granpianura,                      Mapiendibestie da farpaura</p> <p><b>2.</b> Là i migranti coraggiosi                      Si son messi volenterosi                      Com amor e disposizione                      A prontar La piantaggione</p> <p><b>3.</b> Ognum si fàla sua casetta                      Ben piccola e poveretta                      La qual e poço più la giova                      Che a diffender dalla piova</p>	<p>Refrão: Cantaremos um hino de glória                      uma bela canção de memória                      dos imigrantes italianos                      que chegaram a cem anos.</p> <p>1. Montanhas do vale coberta por florestas.                      Verde manto natural                      Como também a grande planície                      Mas com feras para dar medo.</p> <p>2. Há migrantes corajosos                      Estão sempre dispostos                      Com amor e disposição                      Para aprontar o plantio</p> <p>3. Cada um faz sua casa de campo.                      Bem pequena e pobrezinha  <b>La quale poço più La giova</b><sup>122</sup>                      que defende da chuva</p>

<sup>122</sup> Não foi possível traduzir.



<p>4. Nei primi anni, in principio, La vita è um sacrificio; poco a poço vâ megliorando, poichè si vince lavorando.</p> <p>5. . Pochi nomi quì ricordiamo, Che metter tutti non possiam: Rorato, Bortoluzzi e Dotto,o Nogara, Righi e Vizzotto.</p> <p>6. Marcuzzo, Marin e Foletto, Pivetta, Iop, Filipetto, Brondani, Londero, Venturini Sartori, Pozzobon, Giacomini</p> <p>7. E Fuor do questinominati, Molti altri ne sono stati, Che lasciamo di cantare, Per non troppo ciallungare.</p> <p><b>FINALE (coda):</b> A TUTTI NOSTRA AMMIRAZIONE, A TUTTI NOSTRA VEERAZIONE, A TUTTI PROFONDO RISPETTO, A TUTTI SINCERO AFFETTO!</p>	<p>4. Nos primeiros anos, no princípio a vida é um sacrificio pouco a pouco vai melhorando pois se vence trabalhando</p> <p>5. Alguns nomes aqui recordamos não podemos colocar todos Rorato, Bortoluzzi e Dotto Nogara, Rigli e Vizzoto</p> <p>6. Marcuzzo, Marin e Foletto Piveta, Iop e Filipetto</p> <p>Brondani, Londero, Venturini Sartori, Possobom, Giacomini</p> <p>7. E fora esses nomes Muitos outros estavam aqui Deixamos de Cantar Mas não podemos nos alongar</p> <p>A TODOS A NOSSA ADMIRAÇÃO A TODOS NOSSA VENERAÇÃO A TODOS PROFUNDO RESPEITO A TODOS SINCERO AFETO</p>
---	---

Este hino compreende-se como uma composição musical que marcou a trajetória da comunidade, no qual retratou heróis de um determinado lugar e tempo, nesse caso, os imigrantes italianos chegados há cem anos na região de Vale Vêneto. Esta canção quis expressar uma memória, amparada nas comemorações do centenário, recordando as dificuldades e os sacrifícios, positivando a imagem do imigrante. Nesse sentido, Manfroi (1975, p. 195) afirmou que “o canto nas colônias italianas do Rio Grande do Sul foi, não somente um paliativo ao sofrimento e à saudade, mas a expressão coletiva da identidade cultural”. Dessa forma, a canção em dialeto representa a memória e a identidade cultural deste grupo.

O hino também se deteve em retratar a memória em relação à situação geográfica do local de estabelecimento dos imigrantes. A região é montanhosa, coberta pela mata nativa e com a presença de animais silvestres, amedrontam os imigrantes. Apesar das adversidades do lugar, ao imigrante foi atribuído adjetivos como corajoso e

disposto, que auxiliavam no cultivo da terra. Percebeu-se que, o “imigrante traz a musicalidade em seu arcabouço de lembranças como uma forma de reforço de sua identidade e de recurso de afirmação subjetiva frente às adversidades de seu projeto migratório” (MAGALHÃES, 2012, p.128). Nesse sentido, o canto em talian tornou-se um aspecto de identificação comum do grupo social, utilizado como recurso de afirmação diante das dificuldades enfrentadas na colonização italiana. Adversidades destas que foram recordadas como forma de reconhecer as situações vivenciadas pelos imigrantes.

A construção da casa também foi retratada no hino, sendo uma moradia pequena e simples, mas que protegia da chuva. Valorizou-se a ideia de sacrifício e de dificuldades, sendo que essas adversidades são superadas através do trabalho. Dessa forma, as canções retratam as histórias da imigração italiana, “[...] fortalecem a imagem mitológica do imigrante” (CONSTANTINO, 2011, p.6).

Na canção também foram recordados os sobrenomes de famílias que se estabeleceram em Vale Vêneto. O grupo familiar é um dos elementos que reforçam a imagem a imposição do imigrante diante das dificuldades. Provavelmente as famílias mencionadas na canção recordavam os “fragmentos de uma experiência coletiva do grupo étnico” (BENEDUZZI, 2016, p.129), baseada na memória familiar.

Essas sociedades se esforçam em responder às expectativas de produção de um ‘imaginário mínimo da continuidade’ e de um legendário familiar que participarão da representação de uma identidade compartilhada graças à construção de uma memória da estirpe (CANDAUI, 2012, p. 13).

Apontar algumas famílias significava identificar parte daqueles descendentes de imigrantes que estavam compondo as comemorações do Centenário da Imigração Italiana, buscando festejar um projeto de colonização vitorioso dos ancestrais. Dessa forma, buscou-se uma memória familiar e de um grupo, no qual, aspectos como o trabalho, família e religiosidade foram os meios que os imigrantes encontraram para se impor diante das dificuldades e adversidades.

Com agradecimento dessa geração aos antepassados, mostrando toda sua admiração, veneração, respeito e afeto do povo de Vale Vêneto, a canção foi finalizada. O canto, que homenageia o imigrante, tem um sentimento de continuidade, não deixando cair no esquecimento dois aspectos considerados importantes no mundo

colonial: o canto e o dialeto. Recordar esses aspectos no Centenário da Imigração Italiana significava permanecer viva uma memória do passado, construindo uma identidade étnica.

## 2. Canto dei migrante

O poema em dialeto vênето de Ângelo Giusti foi transformado em uma canção entre os imigrantes e descendentes de italianos. Popularmente conhecida como *Mèrica*, *Mèrica*, o canto popular vênето foi designado como música tema da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A lei foi instituída, fazendo “parte das comemorações dos 130 anos da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul”. O canto transformado em símbolo da imigração italiana, devido à instituição da Lei Nº 12.411, de 22 de dezembro de 2005, não é a mesma versão encontrada no livro de cantos do Centenário de Vale Vênето<sup>123</sup>.

O *Canto dei Migrante* é uma música que “parte desse sustentáculo imagético da operosidade do colono italiano - no estado - de sua dedicação ao trabalho” (BENEDUZZI, 2004, p.190). Dessa maneira, é uma canção que enfatizou as dificuldades dos imigrantes e que, através do trabalho e da religiosidade, construíram suas vilas e cidades.

<b>Canto dei Migranti</b>	<b>Canto do Imigrante</b>
Noi sian partiti dai nostri paesi Noi sian partiti con i nostrionori Trenta sei giorni de machina a vapore In nel America noi siamo arrivá	Nós partimos de nossos vilarejos Nós partimos com nossas honras Trinta e seis dias de navio a vapor E na América nós estamos chegando
Estr: Mérica Mérica Mérica Cosa saralasta Merica Mérica, Mérica, Mérica Un bel mássolino Del fior	Estr: América, América, América Como será está América? América, América, América Um belo buquê de flor
In nel America i siamo arrivati No abian trovato ne paglia e ne fieno abian dormito sul campo sereno come le bestie noi abiam ori posá	E na América nós estamos chegando Não encontramos em palha nem feno Dormimos no campo sereno Com os animais vamos descansar

<sup>123</sup> Segundo Marcuzzo (1982, p.46), dependendo a região, as “canções sofreram alterações no próprio texto ou melodia. Isto é característico do imigrante italiano que acomodara o canto ao seu gosto, embelezando a melodia, dando novas nuances ao canto, ou usando palavras típicas da região.”.

Mérica, Mérica ... Qui no conosco Il bello Brasile Circundato de monti e de paini \: E com la indústria de nostri Italiani Abian formato paesi e cità: /	América América América ... Quem não conhece o belo Brasil Cercado de montes e planícies /:E com o trabalho dos nossos imigrantes formamos vilarejos e cidades: /.
--	--

O canto do imigrante retrata a partida dos italianos para o Brasil, saindo de suas aldeias e vilarejos para um continente a ser descoberto e, o que lhes atraiu foi a possibilidade da propriedade e com incentivos de iniciar a produção. Para Beneduzzi (2004, p.190), esta canção “expressa à celebração da conquista da terra - de certa forma comemora-se o encontro da terra da *cucagna*”.

Esse discurso tomou vários traços na literatura produzida a respeito da imigração. As festas do Centenário da Imigração Italiana reproduziram as características intrínsecas Logo, a questão da superação das dificuldades e valorização do trabalho foram características que colaboraram a fortalecer a identidade de um italiano colonizador bem sucedido. Sobre este ponto, Weber (2006, p.238) afirmou que,

[...] tende a reificar uma determinada figura do imigrante e a operar com uma linha de continuidade entre a saída do grupo (ou levas) de outro continente, sua instalação no novo território, suas estratégias de adaptação, a superação das dificuldades e, como era de se supor, seu êxito final.

A canção ainda ressalta que os italianos não chegaram sem valores e honras próprios, indicando que, apesar dos 36 dias a bordo de um navio e das adversidades que marcaram a chegada dos italianos, eles consideravam estar preparados para a jornada que estava por ir. Mas, como seria esta América? A pergunta intrigava os imigrantes sobre o que os esperava do outro lado do Atlântico. Tudo era incerteza sobre o que lhes aguardava no Brasil, comparando o país um macinho de flores.

Sobre a chegada, os imigrantes retrataram que não havia lugar adequado para dormir, nem sob a palha ou feno. Então, buscaram descansar junto aos animais, no campo sereno. Pensando na antiga colônia Silveira Martins, na sede, havia um barracão onde os imigrantes foram estabelecidos até receberem os lotes de terras e construírem suas moradias (SPONCHIADO, 1996). Mas sempre é válido ressaltar que alguns

imigrantes que chegaram após as primeiras levas eram ainda estabelecidos em casas alugadas pelas comissões de terras (MANFIO, 2015).

A América, aquele macinho de flor que foi sendo conhecido, colonizado e enriquecido com o trabalho do imigrante e, com isso, formaram-se as vilas e as cidades. Foi possível cruzar e verificar através desta canção, mais uma vez a valorização do trabalho do imigrante italiano. Constantino (2011, p.6) afirmou que “sua experiência (do imigrante) é descrita como verdadeira saga do heroico colono [...]”. Então, essa imagem mitológica do imigrante também está presente das canções em dialeto talian.

Segundo o canto, o trabalho imigrante colaborou na construção de vilas e cidades. No entanto, existe uma lista de estabelecimento de imigrantes na colônia Silveira Martins onde apontam que estes imigrantes não foram os únicos, existindo a colonização de alemães e nacionais de forma conjunta no território. Segundo Manfio (2015, p.99), “constatou que do período de 1883 a 1887, mais de 500 nacionais se estabeleceram em lotes de terras. O que nos leva a concluir que, em concomitância com a distribuição de lotes para imigrantes italianos, havia também a distribuição para as famílias de nacionais”. Percebemos, desta forma, a presença de outros grupos étnicos na colonização do quarto núcleo colonial do Rio Grande do Sul.

Constatamos, dessa forma, que a canção foi utilizada como um instrumento que narra de forma “epopeica o fenômeno migratório” (BENEDUZZI, 2004, p.191). Recordar essas canções significa tocar na memória da população local para desencadear situações e momentos passados, no qual é possível a identificação com elementos comuns dentro de um grupo social.

### 3. *Settimana Del Pigno*

A canção *Settimana Del Pigno* foi escolhida para ser analisada devido à sua letra. Diferente daquelas citadas acima - que valorizam o imigrante como um trabalhador nato -, este canto retrata a semana de um trabalhador preguiçoso. Não foi possível identificar mais informações sobre ela, como autoria e o contexto de sua produção. Esta canção também se encontra no livro de cantos de Vale Vêneto.

É válido ressaltar que, apesar das festividades do Centenário da Imigração Italiana explorar a imagem mítica do imigrante italiano, *os que não deram certo* também foram retratados nas festividades, através do viés do fracasso<sup>124</sup>, sendo um

---

<sup>124</sup> Os autores Elmir; Witt (2014) também abordaram a história do fracasso entre os imigrantes.

elemento que valorizou as dificuldades dos imigrantes diante do processo migratório. Sobre isso, Beneduzzi (2016, p.113) afirmou que, “a ênfase nas dificuldades encontradas pelo imigrante é um dos instrumentos para engrandecer o mito da operosidade e do trabalho árduo, assim, como da sua luta incansável – no momento da comemoração, vencedora – pela sobrevivência e ascensão social”.

A canção *Settimana Del Pigo* que apresenta um italiano preguiçoso, que não é apto ao trabalho, sempre buscando justificar esse percalço. E, mesmo sendo um contraponto do que as festividades querem recordar do imigrante, “a canção se torna um elemento emblemático do processo migratório”, porque permite a “autoidentificação para o grupo de descendentes” (BENEDUZZI, 2004, p.191). Então, o grupo identifica-se porque a canção é um elemento da cultura dos antepassados.

<b>Settimana Del Pigo</b>	<b>Semana do Preguiçoso (Tradução livre)</b>
LUNEDI poi, Ho fatto na ciuca; uma grande baruffa Non voglio lavorare	Segunda-feira agora Eu fiz uma bebedeira Uma grande briga Não vou trabalhar
MARTEDI poi, É Il giordo seguente Neanche per niente! Non voglio lavorare	Terça-feira agora É o dia seguinte Mesmo por nada! Não vou trabalhar.
MERCOLEDI poi, Ho perso Il martello Giusto per quello Non voglio lavorare	Quarta-feira agora Eu perdi o martelo Justo aquele Não vou trabalhar
GIOVEDI poi, É um giorno dolente Nianche per niente Non voglio lavorare	Quinta-feira agora, é um dia dolorido Mesmo por nada Não vou trabalhar
VENERDI poi, É giordididolere É morto ilsignore Non Voglio lavorare	Sexta-feira agora, É um dia de dor O senhor morreu Não vou trabalhar
SABBATO poi, É l'ultimo giorno, fora i transtorno	Sábado agora é último dia fora os transtornos

Non voglio lavorare!	Não vou trabalhar
DOMENICA di matina Mi posto sul portone Ed aspetto Il patrone Che venga a pagar!	Domingo de manhã Me coloco no portão Espero o patrão que venha me pagar.
Ma arriva Il patrone Tuto arrabiato: <Bruto vegliaco! Vammi via di quà!	Mas chega o patrão Todo furioso Mal educado e veiacio Vamos, saia daqui!
Prendi La tua laggera Che poco me n'importa Và anche sul <ostrega> Ma vammi via di quà!	Leve sua preguiça Que pouco me importa Vá também seu <i>ostrega</i> Mas vamos, saia daqui!
<Mi scusi, il patrone S'ho fatto del male; Perchè senza ciuchetoni La fabrica non và!>	Me desculpa, patrão Se te fiz mal Porque sem beberrão A fábrica não vai.

A canção, que provavelmente seja popular, narrou a semana de um italiano, que não tem aptidão ao trabalho e o evitava devido às adversidades do seu cotidiano. De segunda a sábado, o trabalhador expõe seu vício com a bebida, a perda da ferramenta do trabalho, a morte de um senhor e motivações próprias que o impedem de ir ao trabalho. Dessa forma, percebemos que essa canção provoca uma ruptura com o mito do trabalhador, desnaturalizando este discurso. Então, apresentam-se os vícios e as motivações de um trabalhador que evitava o trabalho, a qualquer custo, mostrando este processo de forma heterogênea e sem generalizações (MANFIO, 2015).

Então, depois de uma semana inteira sem ir ao trabalho, o italiano espera receber o pagamento. O patrão que se encontra enfurecido devido às faltas no trabalho de seu funcionário, manda-o embora. O trabalhador é humilhado na canção e, mais uma vez o patrão o manda embora. Em resposta, de forma irônica, o trabalhador pediu desculpas, falando que, sem a bebida, a fábrica não vai para frente, atribuindo que, seu trabalho, mesmo com as faltas, é essencial para a fábrica.

Percebemos que está canção apresenta o universo do italiano em relação ao trabalho e, como uma canção popular vinda da Itália, denunciava a situação dos trabalhadores nas fábricas. Apesar da historiografia tradicional da imigração italiana “reforçam o mito do trabalho, da religiosidade, da solidariedade e harmonia entre os

colonos, da visão alegre de mundo, da solidez da ordem familiar entre outros atributos” (CONSTANTINO, 2011, p.6), a música relata uma população trabalhadora heterogênea, mas nem sempre era devota ao trabalho.

### **Considerações finais**

As comemorações do Centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto tornaram-se um momento oportuno para os descendentes construírem a história dos seus ancestrais, desde a partida, o fenômeno migratório e o processo migratório nas colônias do Rio Grande do Sul. A música foi usada para retratar o sonho da *cucagna*, as dificuldades enfrentadas com a travessia oceânica e com a instalação nos lotes, apresentando o êxito final do imigrante, enfatizando seu trabalho, dedicação, sua coragem e fé.

Fazendo parte da história da imigração italiana, houve a preocupação de preservar as canções dos imigrantes e descendentes de imigrantes, mas também de recuperação do dialeto italiano, que estava em declínio, criando assim, um livro de cantos em dialeto. A festa dos 100 anos tornou-se um cenário de reconstrução do passado através da memória, ressaltando a identidade do grupo étnico.

### **Referências**

BENEDUZZI. A festa como patchwork: indício e laboratório da memória coletiva. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla (org.). *Imigração, práticas culturais e sociabilidade: novos estudos para a América Latina* São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016 (102-134p.).

\_\_\_\_\_. *Mal di Paese: as reelaborações de um vêneta imaginário na ex-colônia de Conde D’Eu (1884-1925)*. Porto Alegre, 2004. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Maria. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil Meridional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*, Mesa Redonda. São Paulo, julho de 2011, (1-9 p.).

COSTA, Rovílio. (org.). *Imigração italiana: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Sulina. 1974.

*INFORMAÇÕES PALOTINAS*. Informativo da Província de Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria: Palotti, Abril de 1978.



MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Imigração em São Paulo e a memória das canções italianas. São Paulo: *Cadernos Ceru*. V.23. n° 2. 2012 (p.127-140).

MANFIO, Juliana Maria. *Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana*. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARCUZZO, Clementino. *Centenário de Vale Veronês: Epopeia da Imigração Italiana de Vale Veronês com seus costumes e tradições*. Santa Maria: Palotti, 1982.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: EDUFMS, 1996.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. In: *Dimensões*. Vitória: Dep. História/ UFES, 2006. V.18, p.236-250.

WITT, Marcos Antônio; Claudio Pereira Elmir. Quem (não) tem medo de fracassos? Notas para uma proposta de investigação no campo dos estudos migratórios. In: *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

## **Os primeiros templos metodistas da região colonial italiana da Serra Gaúcha (1887-1900)**

Vicente Dalla Chiesa\*

### **Introdução**

O objetivo do presente trabalho é descrever o contexto em que ocorreu a edificação dos primeiros templos construídos pelas comunidades metodistas na região colonial italiana da encosta superior do Nordeste Gaúcho. Iniciada ali em 1887, a atividade da Igreja Metodista atingiu inicialmente três localidades, onde, em um espaço de tempo relativamente curto, as pequenas comunidades metodistas, compostas por menos de cem pessoas ao todo, puderam dispor de sólidas igrejas, construídas em terrenos de sua propriedade, o que não ocorreu na capital do estado, Porto Alegre, onde a presença metodista era um pouco mais antiga, mas as primeiras igrejas só surgiram na segunda década do século XX. Pretende-se detalhar como, nas duas primeiras décadas de presença metodista na região colonial italiana (RCI), as comunidades viabilizaram o acesso a bens de raiz e construíram igrejas, levando em conta a presença de uma missão metodista americana, operando a partir do Uruguai, e o fato de que os grupos metodistas locais eram, nesse período, compostos exclusivamente por imigrantes de língua italiana e seus filhos. No decorrer do texto, serão oferecidos dados, obtidos em fontes inéditas, que permitem estabelecer uma cronologia dessa atividade de edificação e aquisição de propriedades destinadas ao culto religioso. Será também apresentada uma possibilidade de interpretação para o pioneirismo do metodismo local na edificação de templos, em relação às demais áreas do Estado do Rio Grande do Sul.

### **A Igreja Metodista e sua presença em solo gaúcho**

O Metodismo surge na Inglaterra, na primeira metade do século XVIII, como um movimento de renovação dentro da Igreja Anglicana, liderado pelo clérigo John Wesley, com grande ênfase na interiorização da fé, na responsabilidade do indivíduo

---

\* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. TRF da 4ª Região.

pelos seus atos e pelos grupos onde está inserido, e na busca constante de aperfeiçoamento moral e espiritual. Combinando elementos do puritanismo, do pietismo alemão e do arminianismo<sup>125</sup>, a fé metodista busca “*reafirmar que Jesus quer todos os ouvintes reunidos como sua família de fé e, portanto, o oferecimento da salvação e da perfeição cristã é universal, embora a decisão seja livre e da responsabilidade de cada ouvinte*” (MENDONÇA e VELÁSQUES, 1990, p. 96).

O movimento metodista logo se expandiu para as colônias inglesas da América do Norte, tendo o próprio Wesley e seus colaboradores mais próximos visitado aquele território. Com a independência americana, em 1776, precipitou-se a separação do metodismo americano de sua raiz inglesa, com a criação da Igreja Metodista Episcopal, em 1784 (REILY, 2003, p. 40), antes mesmo da criação de uma igreja independente em território inglês, o que somente ocorreu após a morte de John Wesley, em 1791. Nos Estados Unidos, a teologia metodista foi em certa medida reelaborada, e a denominação experimentou um imenso crescimento numérico, em particular durante a ocupação do Oeste do país, tendo se adaptado excepcionalmente bem àquelas condições, o que levou a Igreja Metodista, no final do século XIX, a se tornar a maior denominação evangélica daquele país (MENDONÇA e VELÁSQUES, op. cit., p. 97-98). Esse crescimento não foi prejudicado pela divisão do campo metodista em duas igrejas, uma sediada no Norte do país (Igreja Metodista Episcopal) e outra no Sul (Igreja Metodista Episcopal, Sul), devido à questão da escravidão, em 1844 (REILY, 2003, p. 42). Ao contrário, no século XIX, inicia-se ampla atividade missionária de ambas as Igrejas Metodistas em todos os continentes, inclusive na América do Sul.

Após tentativas de estabelecimento missionário fixo na década de 1830, tanto no Brasil como na região do Rio da Prata (SALVADOR, 1983, p. 19-27; PIQUINELA, 2007, p. 108-118), a atividade metodista reinicia na década de 1860, com a Igreja Metodista Episcopal iniciando trabalho em Buenos Aires em 1864 (PIQUINELA, op. cit., p. 180-181), e a Igreja Metodista Episcopal, Sul, em 1866, entre imigrantes americanos estabelecidos no estado brasileiro de São Paulo (REILY, 2003, p. 104-107). A atividade na região platina se estende ao Rio Grande do Sul em 1885, com a chegada do pastor João da Costa Corrêa, enviado de Montevidéu a Porto Alegre.

---

<sup>125</sup> Movimento religioso cujo nome deriva de seu fundador Jakobus Arminius, teólogo reformado holandês, que defendia interpretação diferenciada da doutrina da predestinação de Calvino, de forma a acentuar a responsabilidade e a liberdade do indivíduo, em detrimento de uma idéia absoluta de predestinação. O arminianismo foi oficialmente rejeitado por representantes das igrejas reformadas de vários países, em um sínodo realizado na cidade de Dort (Dordrecht), na Holanda, entre 1618 e 1619.

Alguns imigrantes italianos estabelecidos nas áreas que hoje compõem os municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis haviam tido contato com a Igreja Valdense<sup>126</sup> na Itália e, tendo notícia da presença de um pastor evangélico que os pudesse compreender<sup>127</sup>, entraram em contato com João Corrêa, que os visitou pela primeira vez em abril de 1887, batizando quatro crianças (DALLA CHIESA, 2016). Em seguida, foi providenciada a vinda de um pregador vindo do Uruguai, italiano nato, para atender a comunidade, chamado Carlos Lazzarè, que chegou a Dona Isabel (Bento Gonçalves)<sup>128</sup>, em dezembro de 1888, e em 27/03/1889, a comunidade foi formalmente organizada.

Em 1892, houve a formação de um segundo ponto de atividades para a Igreja Metodista, na localidade de Forqueta<sup>129</sup>, interior do município de Caxias, onde se haviam estabelecido alguns italianos valdenses do Piemonte, juntamente com uma família protestante inglesa (DALLA CHIESA, 2017). Também para essa localidade foi enviado um imigrante italiano residente no Uruguai, que lá havia se convertido ao metodismo, chamado Mateus Donati. A partir dessas duas localidades a atividade metodista se estruturou, com atividades mais regulares também na área que se tornou posteriormente o município de Garibaldi. No ano de 1899, foi efetuada uma tentativa efêmera de estabelecimento na área urbana de Caxias, que não teve seguimento<sup>130</sup>.

No mesmo ano de 1899, os dois ramos da Igreja Metodista decidiram repartir o campo missionário da América do Sul em critérios lingüísticos, cabendo à Igreja do Sul

---

<sup>126</sup> Igreja evangélica cujas origens remontam ao movimento religioso iniciado pelo francês Pedro Valdo, no século XII, que se espalhou especialmente pelo sudoeste da França e norte da Itália. O movimento valdense aderiu às teses das igrejas reformadas no século XVI, e se manteve, não obstante inúmeras dificuldades, como a única denominação evangélica da Itália ao longo dos séculos XVII e XVIII, embora confinada a alguns vales da região alpina ocidental do Piemonte. No século XIX, à medida que se processava a unificação italiana, a Igreja Valdense iniciou vigoroso movimento de difusão na península, que atingiu também localidades no Vêneto e no Friuli de onde partiram imigrantes com destino ao Rio Grande do Sul (DALLA CHIESA, 2016).

<sup>127</sup> Os únicos pastores evangélicos existentes nas proximidades eram luteranos alemães, os quais, apesar de manifestarem desejo de atender não-teutos, alegavam dificuldades lingüísticas (DALLA CHIESA, 2017).

<sup>128</sup> A colônia Dona Isabel, criada em 1870, somente passou a ser povoada a partir de dezembro de 1875, com a vinda de imigrantes de língua italiana. Emancipou-se da situação colonial em 1884, passando a ser distrito do Município de Montenegro, com o mesmo nome de Dona Isabel. Com a emancipação do distrito, já no regime republicano, em 11/10/1890, tomou o nome de Bento Gonçalves (CAPRARA e LUCHESE, 2005). A documentação metodista até 1890 utiliza a denominação “ex-colônia Dona Isabel”.

<sup>129</sup> O local é comumente referido como Forqueta Baixa, para distingui-lo de outra localidade existente no interior do Município de Caxias, também chamada Forqueta, situada na Linha Feijó (DALLA CHIESA, 2017).

<sup>130</sup> Atas da sétima conferência anual sul-americana da Igreja Metodista Episcopal, 1899, p. 114. Arquivo Histórico da Igreja Metodista no Uruguai.

o território brasileiro, a partir de 1º/08/1900<sup>131</sup>. Tal mudança ocasionou alterações significativas na atividade que vinha sendo até então empreendida, razão pela qual essa data é adotada como termo final do período aqui estudado, que inicia em 1887, com o começo do atendimento metodista aos italianos imigrados no Rio Grande do Sul.

É necessário referir que no período inicial de estabelecimento metodista no Rio Grande do Sul, vigia a Constituição Imperial de 1824, que, em seu artigo 5º, vedava a construção de templos religiosos não católicos com aspecto exterior de templo: "*Art. 5º. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo*".<sup>132</sup> Termos semelhantes eram encontrados no Código Criminal do Império Brasileiro, que previa como penalidade, entre outras, a demolição da forma exterior que identificasse o edifício como um templo religioso:

Art. 276. Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da forma exterior; e de multa de dois a doze mil réis, que pagará cada um<sup>133</sup>.

Tais disposições foram, em certa medida, ignoradas. Em pequenas cidades e povoados do interior do Rio Grande do Sul com presença luterana, havia igrejas edificadas com torres e sinos (DREHER, 2014, p. 125), particularmente na fase final do império, após a Questão Religiosa, no início da década de 1870, que colocou em campos opostos o governo central e a Igreja Católica (VIEIRA, 1980). No entanto, tais dispositivos permaneciam vigentes, o que permitiu que se criasse uma situação de tensão na cidade gaúcha de Santa Maria, em maio de 1887, quando a comunidade luterana lançou a pedra fundamental de um campanário a ser edificado, e o delegado de polícia local recebeu ordens de seu superior em Porto Alegre para agir contra a comunidade, com base nos dispositivos acima transcritos (DREHER, 2014, p. 216). Ainda que essa ordem tenha sido posteriormente revogada, a proibição permaneceu

---

<sup>131</sup> Octogésimo segundo relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1900. Nova York, 1901, p. 294. Site da Biblioteca da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017.

<sup>132</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil. Site da Câmara dos Deputados. Acesso em 27/04/2018.

<sup>133</sup> Idem, ibidem.

formalmente vigente até a separação de Estado e Igreja, com o Decreto 119-A de 07/01/1890, logo após o advento da República.

Nota-se que essa situação ocorreu no mês seguinte ao início dos contatos entre a Missão Metodista e os italianos imigrados na região colonial (RCI), de forma que essa problemática compõe o pano de fundo para o início do período temporal aqui analisado.

**A edificação dos primeiros templos metodistas da região colonial italiana gaúcha: Alfredo Chaves (Veranópolis), Forqueta, Bento Gonçalves e – quase – Garibaldi.**

A bibliografia sobre a presença metodista em solo gaúcho traz poucas menções à edificação dos primeiros templos, com uma exceção: em diversas publicações, é mencionado que o primeiro templo metodista construído no Rio Grande do Sul foi a atual igreja de Bento Gonçalves, que teria sido inaugurada no mesmo dia da fundação da comunidade, 27 de março de 1889 (JAIME, 1963; LONG, 1968; SALVADOR, 1983). Tal informação foi repetida sistematicamente ao longo do tempo, por autores posteriores, e mesmo em pequenas publicações efetuadas pela comunidade metodista de Bento Gonçalves, o que fez com que esse dado fosse tomado por este autor como ponto de partida para a pesquisa aqui apresentada. No entanto, essa informação não se confirmou, no confronto com a documentação contemporânea aos fatos que, aos poucos, foi sendo encontrada.

Ao se ler a extensa ata de fundação, lavrada pelo pastor João da Costa Corrêa, datada de 27/03/1889<sup>134</sup>, não há menção alguma à alegada inauguração do templo, não obstante o documento - e os registros subsequentes do mesmo livro - fornecerem muitos detalhes a respeito dos membros da igreja e de sua organização administrativa e eclesiástica. Seria de se esperar que essa inauguração também fosse comemorada e registrada. Contudo, não há nenhum apontamento disso em um dia onde tantos fatos importantes para a comunidade nascente foram reduzidos a termo.

Outro documento que lançou dúvidas sobre as informações até então divulgadas foi o registro civil referente ao primeiro casamento entre metodistas ocorrido na cidade<sup>135</sup>, celebrado no mesmo dia da fundação da comunidade, 27/03/1889. Os noivos eram Francesco Busnello e Giovanna Marcon, ambos imigrantes italianos, residentes na Colônia Alfredo Chaves, cujo núcleo se tornou o atual Município de

---

<sup>134</sup> Livro *Fundação e Rol (1889-1901)*, acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves.

<sup>135</sup> Arquivo do Cartório do Registro Civil de Bento Gonçalves, casamentos celebrados no ano de 1889.

Veranópolis. O documento do registro civil menciona algo que não consta da anotação referente ao casamento religioso<sup>136</sup>: o local da celebração da cerimônia, que foi a casa de Giovanni Ferrari, membro da Igreja Metodista, residente nas proximidades do atual templo (LORENZONI, 1975, p. 122). Portanto, o primeiro casamento da comunidade não foi realizado em uma igreja que, segundo consta, estaria sendo inaugurada no mesmo dia, mas sim em uma casa particular, que ficava a uma quadra de distância do local do templo.

Na busca de informações complementares, foi consultada a coleção do jornal *O Testemunho*, órgão oficial da Igreja Metodista Episcopal no Rio Grande do Sul, que foi editado em Porto Alegre de 1904 a 1917. Na edição de 15/12/1905, é publicada uma longa reportagem do pastor metodista João Vollmer, que residia então em Porto Alegre, e se dirigia em férias à região de colonização italiana da Serra Gaúcha. Após queixar-se das agruras da viagem, devido à precariedade da estrada, o autor informa que, efetivamente, havia constatado melhoras em relação há *dezesseis anos* antes, quando estivera na mesma estrada em companhia do pastor João da Costa Corrêa<sup>137</sup>. A menção há dezesseis anos passados é significativa: como o missivista escreve em 1905, deduz-se que esteve naquela estrada, com destino à Serra, em 1889, ano da fundação da comunidade de Bento Gonçalves, que foi presidida pelo pastor Corrêa. E não é razoável imaginar que Vollmer se dirigisse a outra cidade, uma vez que Bento Gonçalves (então Dona Isabel), era naquele momento a única localidade de atuação metodista no interior do estado. A passagem seguinte do relato é extremamente esclarecedora. Ao chegar a Bento Gonçalves, Vollmer louva as diferenças que vê, a começar pela “*igreja solidamente construída no lugar do acanhado salão de outrora*”. Tem-se, portanto, o relato de um dos primeiros pastores metodistas a atuar no Rio Grande do Sul, que esteve em Dona Isabel em 1889, referindo não haver *igreja* nessa localidade à época.

As fontes disponíveis não apenas contraditam a informação inicial, como não fornecem qualquer referência à existência de uma *igreja* na região colonial italiana nos anos iniciais de atuação metodista. Nas narrativas publicadas no jornal *O Testemunho* ao longo do ano de 1905, numa coluna intitulada *A história da nossa igreja*, escrita por João da Costa Corrêa, não há menção à existência de templos metodistas em qualquer

---

<sup>136</sup> Primeiro livro de registro de casamentos da Igreja Metodista de Bento Gonçalves (1889-1900).

<sup>137</sup> João Vollmer se tornaria genro de João da Costa Corrêa, pois casou com sua única filha, Ponciana.

localidade no Rio Grande do Sul no período imperial, ou seja, até 1889, quando havia ainda vedação formal a esse tipo de edificação.

A primeira citação relativa a um templo ocorre em um relatório enviado aos Estados Unidos, referente ao ano de 1891. A cada ano, a Igreja Metodista Episcopal dos EUA reunia e publicava os relatos de seus missionários espalhados pelo próprio país e pelo mundo em um volume, rico em informações a respeito dos mais diferentes lugares, como se pode ver dos seguintes dados, traduzidos por este autor<sup>138</sup>. O mencionado relatório referente ao ano de 1891, informa o que segue:

O irmão Lazzare continua a fazer o trabalho de um evangelista, visitando as pessoas em suas casas e pregando de vizinhança em vizinhança. Em Alfredo Chaves a capela está praticamente pronta para ocupação, tendo sido erigida principalmente através do trabalho e das contribuições da pequena comunidade, em um local dado pela administração colonial. Iniciativas similares estão em curso em Bento Gonçalves e Conde D'Eu<sup>139</sup>.

Ao contrário de Bento Gonçalves, que já se tornara município autônomo no ano anterior<sup>140</sup>, Alfredo Chaves, à época, ainda era uma colônia<sup>141</sup>, regida por regramento diferente das demais cidades e distritos já emancipados da situação colonial. Tal circunstância, sem dúvida, facilitou a doação do terreno para a construção do templo, devido à maior margem de manobra de que dispunham os administradores locais para a concessão de lotes. Além disso, o diretor da colônia, à época, era Jose Montaury de Aguiar Leitão (PIMENTEL, 1987, p. 7), político identificado com o Positivismo, ideologia que inspirou fortemente a primeira fase do regime republicano no Rio Grande do Sul. Não obstante discordâncias e reservas com a atuação e os dogmas da Igreja Católica, o Positivismo via as religiões como um elemento útil para conservar a ordem social (ZUGNO, 2017, p. 92-93). Nesse contexto, não é de se admirar que a administração colonial tenha cedido aos metodistas um terreno para edificação de um templo, a duas quadras da praça principal da cidade (POSENATO, 1983, p. 172 e 449).

---

<sup>138</sup> O mesmo ocorre em relação às atas constantes das conferências anuais da Igreja Metodista para a Região Platina. A tradução dos originais nas línguas inglesa e espanhola foi efetuada pelo autor.

<sup>139</sup> Septuagésimo terceiro relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1891. Nova York, 1892, p. 55. Site da Biblioteca da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017.

<sup>140</sup> O território das colônias Dona Isabel e Conde D'Eu emancipa-se de Montenegro em 11/10/1890, tornando-se o Município de Bento Gonçalves. A antiga Conde D'Eu, renomeada como Garibaldi, se torna seu primeiro distrito, transformando-se em município autônomo em 31/10/1900.

<sup>141</sup> Somente se emancipou em janeiro de 1898, trocando o nome para Veranópolis em 1944 (PIMENTEL, 1987).



A circunstância de não ser necessária a compra do terreno, poupando os gastos decorrentes, certamente contribuiu para que Alfredo Chaves tivesse o primeiro templo metodista construído no Rio Grande do Sul. Quanto às demais despesas de edificação, há informação de que foram custeadas quase que inteiramente pelos próprios membros, com pequeno auxílio financeiro da Missão<sup>142</sup>.

Sobreviveu ao tempo uma fotografia, datada possivelmente da década de 1890, que retrata a igreja metodista da então Alfredo Chaves e os terrenos vizinhos<sup>143</sup>. Trata-se de uma construção de alvenaria, com 78m<sup>2</sup> de área<sup>144</sup>, duas portas frontais, encimadas por arcos ogivais, e um pequeno óculo na parte central da fachada. Na parte posterior direita, há uma torre e um campanário, este aparentemente edificado justaposto à igreja, e não dentro do seu corpo, como é comum na arquitetura da imigração italiana. Tendo em conta que os relatórios eram publicados no início de cada ano, e o tempo que cada relatório levava para ser compilado, enviado aos Estados Unidos e então editado, é possível deduzir que as informações se refiram ao primeiro semestre de 1891 e ao segundo semestre de 1890, o que também se verifica em relação a outros relatos efetuados. Portanto, é razoável supor que a construção tenha sido terminada no próprio ano de 1891. Em relação ao ano seguinte (1892), é informado que

Em Alfredo Chaves, com o irmão Carlos Lazzare como pastor assistente, o pequeno edifício da igreja foi completado, e está apenas esperando o bispo ou superintendente vir para consagrá-lo. A pregação tem sido mantida em três ou quatro pontos das colônias adjacentes. Os irmãos de Santa Isabel (*sic*) e Conde D'Eu têm algum material para capelas, mas precisam de auxílio para fazê-las. Em Bento Gonçalves e nos pontos a ela pertencentes Matteo Donati fez visitas e pregou com fé. Em La Forqueta, onde ele vive, os membros da própria igreja, utilizando suas pequenas economias, juntaram \$300 e compraram a pequena capela católica. Agora eles se rejubilam em um prédio próprio.<sup>145</sup>

Esse último dado é corroborado pela documentação encontrada junto à Igreja Metodista de Caxias do Sul. Após relatar a história da comunidade, no manuscrito

---

<sup>142</sup> *O Testemunho*, 15/03/1905 e 1º/02/1906.

<sup>143</sup> *Álbum Recordações das Colônias Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Alfredo Chaves*, pertencente ao Arquivo Histórico João Spadari Adami, de Caxias do Sul. Referência DAR 001AL1967.

<sup>144</sup> Informações referentes ao ano de 1947, referentes a um relatório intitulado *Estatísticas do Culto Evangélico em Geral*. Pasta sem classificação, acervo da Igreja Metodista de Bento Gonçalves. Registre-se que não há notícia, na documentação subsequente, de que tenha havido alteração na área construída.

<sup>145</sup> Septuagésimo quarto relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1892. Nova York, 1893, p. 50. Site da Biblioteca da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017.

intitulado *Memorie della Chiesa Metodista Episcopale della Forqueta*, o pastor Matteo Donati registrou em breves anotações finais que, em 1892, foi comprado da comunidade católica o prédio da igreja. Portanto, na localidade da Forqueta, é a comunidade local que toma a iniciativa e, às próprias expensas, compra um prédio já existente, pertencente à comunidade católica local, transformando-a em local de culto, logo após a chegada de Donati, em janeiro de 1892. Pelo que se pôde apurar até o momento, o templo estava localizado nas terras do imigrante italiano Pietro Chaullet, que se converteu ao metodismo naquele mesmo ano (DALLA CHIESA, 2017). Foi localizada pelo autor apenas uma imagem dessa igreja, publicada na primeira página do jornal *O Testemunho* na edição de 1º/05/1907, retratando uma pequena edificação de alvenaria, com apenas uma porta central na fachada, acima da qual está a inscrição *Egreja Evangelica M. EP*. Aos fundos, à direita, está outra edificação, a residência pastoral, que seria construída alguns anos após, como se verá a seguir. Não é possível visualizar mais detalhes do prédio, e nem foi localizada na documentação compulsada a área edificada dessa igreja, mas ela parece ter sido a menor das três igrejas metodistas que surgiram na RCI ao longo daquela década, tanto que é frequentemente citada não como *igreja*, mas sim como *capela*.

Na Forqueta, embora a comunidade tenha tido que arcar com os custos da compra de um terreno, a rápida aquisição de um templo parece ter sido impulsionada por uma característica particular da comunidade, o alto grau de coesão interna e disposição para investimentos em prol da coletividade. Os fundadores da igreja eram, em boa parte, pessoas que já tinham tido uma experiência de vivência comunitária evangélica na Europa, e utilizaram isso em terras brasileiras através da tomada de uma série de iniciativas em benefício da comunidade, como a organização de uma escola e o cultivo de um terreno pelos membros, cuja produção agrícola era vendida para auxiliar nas despesas comunitárias e no sustento do pastor (DALLA CHIESA, 2017).

Há uma circunstância interessante a ser notada acerca da construção da igreja da Forqueta, a diversidade de tons e ênfases utilizados pelo pastor Donati, nas quatro fontes onde ele fornece informações a respeito desse fato. Duas delas são datadas de 1892, contemporâneas aos acontecimentos. A primeira é o registro efetuado na documentação da própria comunidade, onde ele refere, de forma breve, que *“No mesmo ano, 1892, a igreja foi comprada da sociedade católica romana, mediante escritura particular, e no dia 3 de abril se entrou na posse dela, continuando sempre a*

*pregação*”<sup>146</sup>. Não está esclarecido, nesse texto, o motivo dessa demora de alguns meses entre a compra – que parece ter ocorrido logo após a chegada de Donati, em janeiro - e a efetiva tomada de posse, em abril. Como se disse, é um registro curto e sucinto, meramente factual. No entanto, no mesmo ano em correspondência enviada ao jornal *El Estandarte Evangelico*<sup>147</sup>, de Buenos Aires, órgão oficial da missão, Mateus Donati descreve a situação em outras cores. Ele informa que os pioneiros da comunidade “*procuravam edificar um templo perto daquele dos romanistas; a estes, isso não agradava, e então lhes venderam o deles*”. Cerca de treze anos após, em 1905, é publicada no jornal *O Testemunho*, de Porto Alegre, uma série de reportagens escritas pelo pastor João da Costa Corrêa, acima citado, pioneiro da atividade metodista em solo gaúcho. Ao relatar a situação na colônia italiana, certamente utilizado dados fornecidos por Mateus Donati, ele escreve o que segue:

A obra entre os italianos tem um templo em Alfredo Chaves, outro em Bento Gonçalves e uma pequena capela na Linha Forqueta. Os dois primeiros foram adquiridos, em parte, por meios fornecidos pela Missão e pelos membros da Igreja; a capela da Forqueta, os irmãos cotizaram-se entre si e a compraram. Era uma capela católica que durante anos servira para os cultos da Igreja Romana, que foi pelos evangélicos adquirida e consagrada ao Deus Vivo, Eterno e Imutável. Os deuses mudos foram trocados e, no seu lugar, levantado o Deus do Monte Sinai, o Cristo do Mar da Galileia e o Espírito Santo repartido em línguas de fogo em Jerusalém no dia de Pentecostes. É admirável como aqueles irmãos da Forqueta sustentam a obra. Nos fundos do templo há algumas quadras de terreno pertencente à Igreja, o mesmo é cultivado em horas vagas por eles próprios e o produto recolhido vendem e recolhem o dinheiro à administração econômica da Igreja para os devidos fins do culto<sup>148</sup>.

Por fim, há o relato deixado por Donati em suas memórias privadas, escritas na cidade de Gramado, em 1917<sup>149</sup> (FLORES, 1937, p. 54-55). Ele informa que, devido a

---

<sup>146</sup> O original está redigido da seguinte forma: *Il medesimo anno (1892) fu comprata, mediante scrittura particolare, della società cattolica romana la Chiesa, e il giorno 3 Aprile si entrò in possesso di essa, continuando sempre la predicazione.*

<sup>147</sup> Semanário publicado em Buenos Aires a partir de 1892, órgão de divulgação das atividades da Missão da Igreja Metodista Episcopal na região do Rio da Prata. Arquivo Histórico da Igreja Metodista no Uruguai. Edição de 1º/09/1892.

<sup>148</sup> *O Testemunho*, 15/03/1905.

<sup>149</sup> Embora o texto de João do Prado Flores mencione que as memórias teriam sido escritas em 1914, isso não nos parece correto, porque Mateus Donati informa que estava há 26 anos no Brasil, e fornece informações que permitem fixar sua chegada no ano de 1891. Por isso a referência a 1917.

um acordo na comunidade<sup>150</sup>, católicos e metodistas utilizaram durante um certo tempo o mesmo templo, inclusive porque os “romanos” não tinham onde colocar seus móveis, sendo, posteriormente, indenizados. Textualmente, ele diz o que segue: “*Assim, por alguns domingos celebramos cultos na Igrejinha deixando em ordem o altar, Cristo, quadros, flores, velas, confessionário, para que o padre católico pudesse servir-se deles sem nenhum incômodo*”.

É curioso notar dois aspectos dessa diversidade de textos. Em primeiro lugar, quanto mais distante da região onde aconteceram os fatos, mais é acentuada no discurso a hostilidade entre os grupos evangélicos e católicos. Se, para os leitores de Buenos Aires, os católicos eram tão intolerantes a ponto de sequer quererem os evangélicos fisicamente próximos de si, os registros privados de Donati contam uma história substancialmente diferente, talvez inédita para o local e a época, consideradas as posições institucionais de parte a parte<sup>151</sup>. Além disso, é de se notar que essa mesma oposição é acentuada nos discursos que são destinados a uma publicação; os relatos privado e institucional apresentam um outro tom. Essa ênfase na oposição, naturalmente, decorre da necessidade de uma igreja com objetivos missionários e conversionistas apresentar-se como uma alternativa diferente e melhor ao meio católico circundante. No discurso, enfatizam-se certos aspectos em detrimento de outros.

Ao chegar o ano de 1893, portanto, a Igreja Metodista Episcopal tem dois templos construídos na RCI, e já há planos para edificações em Bento Gonçalves e Garibaldi (Conde D’Eu). No entanto, no mesmo ano, eclode a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que se estende até meados de 1895 e, em grande medida, paralisa as atividades metodistas nesse estado, praticamente confinando os pastores a suas paróquias-sede. O único acontecimento desses anos referente aos templos decorre do fato de Alfredo Chaves ter sido palco de encarniçados confrontos entre as forças oponentes. Três fontes metodistas<sup>152</sup> mencionam o mesmo fato: o padre da localidade teria incitado os “soldados” a incendiar o templo metodista, o que não ocorreu porque teria sido explicado que ele era de propriedade de uma sociedade missionária

---

<sup>150</sup> Possivelmente, o “acordo” fosse influenciado pelo fato de que alguns dos metodistas haviam sido, até pouco tempo antes, membros da comunidade católica, possuindo, portanto, direitos de membros.

<sup>151</sup> Significativamente, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 1891, vedava qualquer forma de concelebração ritual com os evangélicos (ZUGNO, 2017, p. 132-136).

<sup>152</sup> 1) Atas da terceira reunião da conferência anual sul-americana, 1895, p. 59-60. Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai; 2) *El Estandarte Evangelico*, 1º/05/1894; 3) Septuagésimo sétimo relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1894; Nova York, 1895, p. 44. Site da Biblioteca da Universidade de Yale. Acesso em 07/10/2017

americana, sendo então colocado uma sentinela na sua porta para protegê-lo. Nas diversas fontes católicas publicadas referentes a Alfredo Chaves, não foi possível encontrar referências ao fato. Menciona-se, no entanto, que o pároco da localidade, o italiano Mateus Pasquali, de personalidade combativa, era um ardente partidário de Júlio de Castilhos, tendo inclusive pegado em armas contra os maragatos que invadiram Alfredo Chaves (ZUGNO, op. cit., p. 104). De qualquer forma, fica evidenciada aqui a capacidade dos membros da Igreja Metodista de mobilizar simpatias e forças em seu favor, mesmo num contexto turbulento.

Terminada a Revolução Federalista, retoma-se a atividade metodista. Pela primeira vez, há um relato sobre edificações em Porto Alegre, referente à reforma de um prédio alugado utilizado pela comunidade para os cultos e escola dominical, sugerindo-se sua compra. Na Forqueta, o débito referente à aquisição de 1892 é saldado, e a comunidade, mesmo com seus recursos limitados, consegue construir uma casinha ao lado do templo para moradia do pastor Donati. Menciona-se, também, que os membros em Bento Gonçalves e Conde D'Eu pretendem “*conseguir terrenos e edificar capelas*” ainda naquele ano<sup>153</sup>.

Ao se consultar o livro de protocolos da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves referente ao ano de 1897<sup>154</sup>, verifica-se que foram efetuados dois requerimentos referentes à edificação de um templo pela comunidade metodista. O primeiro, datado de 04/09/1897, formulado pelo pastor, Carlos Lazzarè, solicita “*alinhamento e altura da soleira para um edifício destinado a um Templo Evangélico na praça Floriano Peixoto, na sede desta Vila*”. No segundo, formulado por “*Carlos Lazzarè, Michele Cabrillo e outros*”, em 11/10/1897, consta que “*querendo dar início à construção do Templo Evangélico na Praça Floriano Peixoto, na sede desta Vila, pedem o nivelamento da mesma, em vista da irregularidade do solo*”. Esclarece-se que a Praça Floriano Peixoto é a atual Praça Vico Barbieri (FAGGION et alii, 2008, p. 13), onde está construída a Igreja Metodista da cidade, o que indica que a menção se refere ao templo atual. No relatório publicado nos Estados Unidos relativo ao ano de 1897, é referido o seguinte:

---

<sup>153</sup> Atas da quarta reunião da conferência anual sul-americana, 1896, p. 8-9, Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai.

<sup>154</sup> Primeiro livro de protocolos da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (1895-1897).

O Rio Grande do Sul é o estado mais meridional da república brasileira, e tem, na sua estação central, a cidade de Porto Alegre. O trabalho aos arredores é principalmente aquele dos dois circuitos no interior recentemente povoado, com dois pregadores estabelecidos respectivamente em Bento Gonçalves e Forqueta. (...) Nos circuitos do interior o trabalho tem prosseguido regularmente, e está em plena eficácia sob os cuidados dos irmãos Lazzare e Donati. Em Bento Gonçalves, a pedra angular da igreja foi colocada com grande contentamento, e o evento atraiu atenção pública e simpatia para nossa causa. As congregações dos dois circuitos das montanhas são compostas principalmente de italianos que buscaram seus lares nas florestas da região subtropical, até recentemente cobertas com florestas impenetráveis<sup>155</sup>.

Note-se que o dado relativo à colocação da pedra angular (*cornerstone*, no original), é compatível com os pedidos feitos à municipalidade no mesmo ano, solicitando alinhamento e definição de altura da soleira. No ano seguinte, a obra teve andamento, pois nas atas da conferência anual, o pastor Corrêa informou ao presbítero presidente que o pastor Lazzarè - que deixaria essa comunidade em maio de 1898<sup>156</sup> - concluíra a maior parte da edificação da igreja de Bento Gonçalves, terminando a construção das paredes e colocando o teto do templo, informando ainda que *“para esta obra, contribuiu o sacrifício dos irmãos, que doaram o terreno e contribuíram de forma notável para o prosseguimento da obra, enquanto se espera a conclusão da empresa”*<sup>157</sup>.

A conclusão referida aconteceu logo em seguida. Ainda em 1898, ocorreu a consagração do templo<sup>158</sup>; conforme relato do novo pastor, Mateus Donati, em carta datada de dezembro de 1898, a comunidade entrou nele pela primeira vez no Natal daquele ano, e são fornecidos outros dados:

Em Bento Gonçalves, estamos nos preparando para dar uma festa infantil. Os meninos e meninas da escola dominical estão preparados para recitar diálogos, sermõezinhos e hinos; teremos uma Árvore de Natal, a primeira que nossas crianças terão o prazer de ver.

---

<sup>155</sup>Septuagésimo nono relatório anual da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal para o ano de 1897. Nova York, 1898, p. 256. Site da Biblioteca da Universidade de Yale.

<sup>156</sup> Conforme deliberação da conferência anual da Igreja Metodista na região platina, realizada entre 31 de março e 04 de abril de 1898 na cidade argentina de Rosario, Carlos Lazzarè e Mateus Donati trocaram de posto, indo o primeiro para a Forqueta e o segundo para Bento Gonçalves, modificação efetivada em maio de 1898.

<sup>157</sup> Atas da sexta reunião da conferência anual sul-americana, 1898, p. 42, Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai.

<sup>158</sup> Atas da sétima reunião da conferência anual sul-americana, 1899, p. 114, Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai.

Entraremos pela primeira vez no Templo. As meninas estão ocupadas em cortar papéis para formar bandeirinhas, flores e objetos de iluminação. Em Conde D'Eu, compramos, em nome da Missão, um terreno perto da igreja católica, para edificação de um templo evangélico. Em Alfredo Chaves, estamos coletando fundos para restaurar o templo, que muito necessita<sup>159</sup>.

Portanto, a atual Igreja Metodista de Bento Gonçalves foi construída entre 1897 e 1898, com notável esforço da parte dos membros da comunidade, que não apenas arcaram com a compra do terreno de seu proprietário anterior, Giuseppe Farina (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p. 445), mas contribuíram decisivamente para a construção em si, aparentemente sem auxílios externos relevantes. Observe-se que três dos fundadores da comunidade tinham sua atividade profissional ligada à empreitada de obras: Francesco Goron, Antonio Premaor e Dionisio Baccin, além de Angelo Dall'Acqua, que ingressou justamente no ano de 1897<sup>160</sup>. O templo também é de alvenaria, mas maior do que o erigido em Alfredo Chaves, com 108m<sup>2</sup> de área<sup>161</sup>. Apresentava uma porta frontal, com uma rosácea no meio da parte superior da fachada, e três janelas de cada lado, com arcadas ogivais, visíveis em fotografia datada possivelmente do pastorado do Reverendo John W. Price<sup>162</sup>, entre 1904 e 1905, e em imagem da década de 1920 (KENNEDY, 1928, p. 249). De início, apenas a parte superior da fachada da igreja foi rebocada, conforme se verifica de duas imagens da cidade de Bento Gonçalves datadas dos últimos anos do século XIX e da primeira década do século XX (MESTURINI, 2014, p. 27 e 36). De acordo com os registros escritos deixados por Antonio Premaor, membro da comunidade, e relatório do pastor

<sup>159</sup> *El Estandarte Evangelico*, 12/01/1899. Interessante também é notar como a Igreja Metodista pode ter contribuído para a difusão dos símbolos natalinos anglo-saxões num contexto cultural latino.

<sup>160</sup> Francesco Goron é referido como empreiteiro em PIMENTEL, 1987, p. 60. Dionisio Baccin é qualificado como *muratore*, pedreiro, na lista de bordo do navio que o trouxe ao Brasil, Vapor América, aportado no Rio de Janeiro em 27/05/1879. A atividade de Antonio Premaor como construtor é comprovada pelos muitos registros existentes em suas cadernetas de anotações, que abrangem o período de 1895 a 1931, e estão no acervo privado do Sr. Ademir Gugel. Por sua vez, Angelo Dall'Acqua exerceu continuamente atividades na empreitada de obras, conforme comprovam seus diários e as memórias de sua filha Italia Dall'Acqua Astolfi, cujo conteúdo está disponível no site da família ([www.astolfi.com.br](http://www.astolfi.com.br), acesso em 07/05/2018).

<sup>161</sup> Informações referentes ao ano de 1947, contidas em relatório intitulado *Estatísticas do Culto Evangélico em Geral*. Pasta sem classificação, acervo da Igreja Metodista de Bento Gonçalves. O templo foi reformado entre 1963 e 1964, mas, ao que tudo indica, não houve ampliação da área construída, que continua a mesma até hoje.

<sup>162</sup> Revista *Vida e Missão*, edição de setembro de 1995, p. 9. Note-se que, em correspondência publicada no jornal *O Testemunho* em 15/12/1904, o pastor John W. Price informa que, em Bento Gonçalves, estaria "o único sino metodista do Brasil". Não há registros no período estudado acerca do sino ou da edificação de um campanário. No entanto, na arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, é relativamente comum a edificação de campanários de madeira, separados da capela (POSENATO, 1983, p. 329).

Frederico Peyrot<sup>163</sup> referente ao ano de 1915, esse trabalho de reboco foi efetuado em todo o templo no ano de 1915. Nos degraus de pedra que dão acesso ao templo, estão esculpidos um sol, ao lado direito, e três peixes formando uma esfera, do lado esquerdo.

Conforme se verifica dos relatórios acima transcritos, desde o início da década de 1890 se fala na possibilidade de edificação de um templo metodista em Garibaldi, quase sempre referida na documentação metodista pelo nome antigo de Conde D'Eu<sup>164</sup>, localidade onde residiam metodistas vinculados à igreja de Bento Gonçalves, desde 1889 (DALLA CHIESA, 2016). Em vários momentos, há referência à possibilidade de compra de terrenos nessa cidade, mas a iniciativa somente foi concretizada no ano de 1898, conforme acima relatado. No entanto, o projeto não progrediu: o relatório anual referente ao ano de 1899 fala em “*surda perseguição*” aos metodistas nessa localidade<sup>165</sup>, e o pastor Donati relata que a receptividade à pregação metodista diminuiu depois da chegada, àquela cidade, de frades e freiras<sup>166</sup>. Trata-se dos freis capuchinhos e das irmãs de São José de Moutiers, chegados a Garibaldi, respectivamente, em 1896 e 1898 (ZUGNO, op. cit.). O mesmo autor, citando como fonte o diário do capuchinho Frei Bernardino D'Aprémont, refere o que segue, fornecendo dados mais precisos acerca da situação aqui abordada:

Quando a pressão não era suficiente, os missionários não hesitavam em utilizar a força para barrar a presença de igrejas concorrentes. Tal aconteceu em Garibaldi, quando, em 1899, a comunidade metodista que se organizara em Bento Gonçalves iniciara a construção de um templo. A construção foi interrompida graças à pressão do pároco, Giovanni Fronchetti, e dos frades sobre a população local (ZUGNO, op. cit., p. 41).

Não foi possível obter dados mais detalhados sobre o que ocorreu. De qualquer forma, Garibaldi parece ter sido o ponto de atuação mais difícil para a Igreja Metodista, numa área onde a Igreja Católica tinha, já então, uma forte presença institucional. A tentativa não sucedida de construção de um templo evidencia isso.

---

<sup>163</sup> Pregador brasileiro, nascido na comunidade de Forqueta Baixa, que atendeu Bento Gonçalves no período de 1913 a 1916. Livro das conferências trimestrais do ano de 1915. Acervo da Igreja Metodista de Bento Gonçalves.

<sup>164</sup> O nome antigo, citado como “Contedeo”, permaneceu também na fala da população rural da região por muitos anos, como atesta GASPERIN (1984, p. 16).

<sup>165</sup> Atas da oitava reunião da conferência anual sul-americana, 1900, p. 40. Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai.

<sup>166</sup> *El Estandarte Evangelico*, 27/08/1899.



Em conclusão, pode-se afirmar, com base nos elementos acima apresentados, que a primeira igreja metodista no Rio Grande do Sul foi construída na sede de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, cuja construção foi concluída em 1891. Conforme informações anotadas no original da parte superior da fotografia acima referida<sup>167</sup>, com a progressiva diminuição da comunidade, a igreja foi adquirida pela família Busato, transformada em residência particular e, posteriormente, demolida<sup>168</sup>. O segundo templo foi o da Forqueta, que já existia e foi comprado da comunidade católica. Essa igreja também não existe mais, em razão do desaparecimento da comunidade metodista local, motivado pelo êxodo rural<sup>169</sup>; em dezembro de 1947, decidiu-se que o terreno e o prédio seriam postos à venda, por só residirem na localidade quatro membros da igreja, dois casais de sexagenários, sem condições de cuidar daquele patrimônio, que se deteriorava<sup>170</sup>. O terceiro foi o de Bento Gonçalves, inaugurado no Natal de 1898, em terreno comprado pela comunidade. Ao que parece, anteriormente, houve outro prédio, chamado de *salão* pelo pastor João Vollmer.

Ressalte-se que, embora a atual igreja de Bento Gonçalves não tenha sido a primeira, as duas mais antigas foram demolidas, de forma que, hoje, ela é o templo metodista mais antigo do Rio Grande do Sul. Além disso, é a única igreja metodista na região - talvez no estado - que ostenta os traços da arquitetura da imigração italiana, uma vez que a igreja de Gramado, construída em 1932, foi demolida em 1989 (DAROS, 2006, p. 392-393) e as de Caxias do Sul (1922) e Garibaldi (1962) foram construídas em outros estilos arquitetônicos. Ela permanece como testemunho de uma época, no final do século XIX, em que, das cinco localidades de atuação metodista no Rio Grande do Sul, quatro estavam situadas na região colonial italiana, onde também estavam todos os bens de raiz de propriedade da Igreja Metodista (FLORES, op. cit., p. 72), que constituíam um patrimônio considerável: “*cinco terrenos, três capelas e uma casa pastoral*”<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> Álbum *Recordações das Colônias Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Alfredo Chaves*.

<sup>168</sup> A demolição ocorreu depois de 1947, mas antes de 1961, pois o escritor veranense Mansueto Bernardi, em discurso datado de dezembro de 1961, menciona que a igreja metodista local fora demolida (BERNARDI, 1982, p. 26).

<sup>169</sup> Livro de atas da conferência distrital colonial (1923-1936), p. 71. Acervo da Igreja Metodista de Bento Gonçalves.

<sup>170</sup> Livro de atas das conferências trimestrais da Igreja Metodista de Caxias do Sul (1935-1947). Não foi possível ao autor precisar a data da demolição.

<sup>171</sup> *O Testemunho*, 1º de fevereiro de 1906. Texto escrito pelo pastor John W. Price.

### Diferentes motivações

O relato feito até o momento leva em conta somente os templos construídos na região colonial italiana. E isso ocorre não apenas por uma questão de corte temático: no período em estudo, somente foram edificados templos metodistas nessa região gaúcha. A primeira igreja metodista fora da RCI seria construída em Uruguaiana, a partir de 1907, seguida pela Igreja Institucional, inaugurada em 1910 no 4º Distrito, área então periférica da capital Porto Alegre, ponto inicial da atividade metodista<sup>172</sup>. A comunidade pioneira em Porto Alegre, a da área central da cidade (antiga Igreja Central e atualmente Catedral Metodista), somente contou com templo próprio em 1914, quase trinta anos depois do início da atividade<sup>173</sup>. Os dados existentes sobre essa comunidade nas mesmas fontes acima citadas fornecem dados eventuais sobre aluguel de salões ou prédios particulares onde as atividades da igreja aconteciam. De forma ainda mais esporádica, há menções sobre o desejo de construção de um templo. Mas as referências à tomada de medidas práticas para essa construção, no período em estudo, são encontradas somente nas notícias referentes à região colonial italiana, e de forma constante.

É evidente que há fatores econômicos concretos para isso. O primeiro deles é o fato de que a membresia metodista, na década de 1890, se concentra na RCI. Quando da entrega do trabalho para a Igreja Metodista Episcopal, Sul, no ano de 1900, praticamente dois terços dos membros efetivos da Igreja Metodista no Rio Grande do Sul viviam na colônia italiana<sup>174</sup>. Havendo mais membros, é natural que houvesse mais contribuições e mais disponibilidade financeira para edificações.

Além disso, as condições locais também facilitaram o curso dos acontecimentos. Em Alfredo Chaves, ainda sob o regime colonial, a comunidade metodista recebeu o terreno em doação. Na Forqueta, por outro lado, por se tratar de zona rural, certamente os imóveis eram de menor custo, tanto que a maior concentração de bens da Igreja Metodista é lá: o terreno onde está edificada a igreja, um lote utilizado para cultivo, o templo e a casa pastoral. Em Bento Gonçalves, já cidade, a construção de uma igreja em seu núcleo urbano demorou um pouco mais; no entanto, mesmo lá, o valor dos imóveis, com toda probabilidade, seria menor do que numa rua do centro de Porto Alegre. A comunidade estabelecida na área central da capital do estado, não obstante seu

---

<sup>172</sup> Histórico da Igreja Metodista Episcopal do Sul no Rio Grande do Sul e Atas da Conferência Anual Sul-Brasileira para o ano de 1910, p. 24-31.

<sup>173</sup> Revista *Vida e Missão*, edição de setembro de 1995, p. 9.

<sup>174</sup> Atas da oitava reunião da conferência anual sul-americana, 1900, p. 68-69. Arquivo da Igreja Metodista no Uruguai. O número total de membros era 149, dos quais 95 estavam nas colônias italianas.

pioneirismo, tinha que encontrar um local adequado para um templo, que pudesse ser pago.

Embora se reconheça o peso desses fatores - que podem até mesmo ter sido determinantes - penso que há outro elemento em jogo, a importância simbólica que a edificação de um templo possuía para a membresia metodista local na época, e para a população circundante. Para tanto, é preciso refletir brevemente sobre a importância do templo físico no imaginário simbólico católico e evangélico.

Para o católico, o templo é o local fundamental do culto, é o local por excelência para se adorar a Deus, onde tomam lugar, de forma principal, os ritos e celebrações principais da liturgia, a eucaristia, a missa, onde são celebrados os casamentos e batizados. A fé e a prática religiosa têm uma ligação estreita com o templo físico, em relação ao qual estão referenciados. Essa assertiva é particularmente verdadeira em relação aos imigrantes oriundos do Norte da Itália, região de qual partiram a imensa maioria dos colonos estabelecidos na RCI. Em suas localidades de origem, a vida se desenvolvia em torno das igrejas paroquiais e, nos relatos do período anterior à emigração, são frequentes as referências às visitas dos que estão prestes a emigrar à igreja local. No Brasil, nas palavras do capuchinho Frei Bruno de Gillonay, *“providenciaram imediatamente a construção de igrejas para o culto”* (ZAGONEL, 1975, p. 47 e 52). Veja-se o seguinte relato a respeito da construção da primeira igreja na localidade de Caravaggio, situada no atual município de Farroupilha, localidade icônica da RCI:

Os imigrantes eram pessoas de fé e acostumados a uma vida cristã intensa. Já nos primeiros momentos em terras brasileiras, a necessidade de uma orientação espiritual tornou-se viva entre as famílias, o que só veio a acontecer cerca de um ano depois. O primeiro atendimento religioso na Linha Palmeiro, onde está localizado o Santuário de N. S. de Caravaggio, foi feito pelo Padre Domenico Antonio Munari, que veio da Itália, onde era pároco de Fasto, Município de Arsìe, BL. [...] Após isto, o atendimento passou a ser feito pelo Padre João Menegotto, que pertencia à Paróquia de Dona Isabel (hoje, Bento Gonçalves/RS). A primeira missa foi celebrada na casa de Bernardo Sbardelotto, no Morro de Todos os Santos, no ano de 1878. A segunda na casa da família Biason e a terceira na casa de Antonio Franceschet, no dia 23 de janeiro de 1879. Nesta data, Franceschet teve a ideia de levantar um oratório com a ajuda do vizinho Pasqual Pasa. **Eles nunca tinham visto, na Itália, um padre celebrar uma missa fora da matriz. Ver a casa transformada em igreja não parecia certo para a maioria dos moradores.** Os dois chefes de família iniciaram a construção de uma

igreja em segredo. Derrubaram um pinheiro, prepararam o material e construíram um capitel de 12 metros quadrados com alpendre na entrada, que se localizava em frente ao atual cemitério de Caravaggio. A notícia se espalhou rapidamente e ganhou doações em dinheiro e mão-de-obra, transformando o oratório em capela, que comportava cerca de 100 pessoas<sup>175</sup> (O grifo não pertence ao original).

Para o colono norte-italiano, é a partir da construção de um templo, local consagrado ao culto divino, que serão organizadas as demais estruturas comunitárias, como escola, cemitério, salão comunitário (ZUGNO, op. cit., p. 264-270). Para essa população católica, a existência de um templo religioso digno desse nome (igreja ou capela) é um pressuposto necessário ao correto ordenamento da vida religiosa e comunitária.

Para o protestante, o templo físico é indubitavelmente importante, inclusive como símbolo, mas seu peso relativo é menor do que no contexto anteriormente descrito. É certo que o templo é local onde ocorre o culto, mas a devoção a Deus ocorre primordialmente na vida cotidiana: no lar, no trabalho, no estudo bíblico, na atividade social. Não é imprescindível uma igreja, ao menos de maneira imediata, para essa forma de devoção. O templo físico é um elemento mais central no culto católico, no seu imaginário e simbologia, do que no seu congêneres protestante, onde a presença da mística do ritual num lugar consagrado é menos acentuada:

Comparado com a 'plenitude' do universo católico, o protestantismo parece ser uma mutilação radical, uma redução aos elementos 'essenciais', sacrificando-se uma ampla riqueza de conteúdos religiosos. Isso é particularmente verdadeiro no que se refere à versão calvinista do protestantismo, mas, em muitos aspectos, também se pode dizer o mesmo da Reforma luterana e até da anglicana. [...] Se observarmos mais cuidadosamente essas duas constelações religiosas, porém, o protestantismo poderá ser descrito como uma imensa redução no âmbito do sagrado na realidade, comparado com seu adversário católico. O aparato sacramental reduz-se a um mínimo e, mesmo assim, despido de suas qualidades mais numinosas. Desaparece também o milagre da missa. [...] Simplificando os fatos, pode-se dizer que o protestantismo despiu-se tanto quanto possível dos três mais antigos e poderosos elementos concomitantes do sagrado: o mistério, o milagre e a magia (BERGER, 1985, p. 125).

Não é por outra razão que, fora dos horários de culto e demais atividades, como estudo bíblico ou escola dominical, o templo protestante permanece fechado, enquanto

---

<sup>175</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa\\_Senhora\\_de\\_Caravaggio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_de_Caravaggio). Acesso em 21/04/2018.

as igrejas católicas ficam abertas, exercendo sua função de local central da adoração a Deus.

O raciocínio acima apresentado sobre a relação entre os evangélicos e seus templos é particularmente válido no que se convencionou denominar de protestantismo de missão<sup>176</sup>, de origem norte-americana, onde o culto é centrado na pregação, como nas igrejas metodista, batista e presbiteriana, em detrimento de uma ritualística mais formal e preestabelecida (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 156). Por isso também é tão comum, na história do protestantismo no Brasil, o aluguel de uma casa, ou a construção de um salão, onde ocorrem os cultos e as atividades comunitárias, até que as condições sejam efetivamente favoráveis para a aquisição de uma propriedade e a construção de uma igreja. A atividade evangelizadora não exige um templo para sua consecução ou perfectibilização, depende da atuação de seus agentes, e não da localização física.

Essa característica é muito acentuada na Igreja Metodista. Já no início do movimento metodista, os pregadores partiram para a evangelização ao ar livre, nos locais de trabalho das pessoas, ainda que essa postura pudesse ter gerado reservas iniciais nos próprios líderes do movimento:

É fato notável que *os metodistas evangelizaram ao ar livre, não nos templos*. Jorge Whitefield havia iniciado essa inovação nos arredores de Bristol, em 1739. Por motivo de uma viagem projetada, Whitefield chamou João Wesley para substituí-lo nesse mister. Wesley relutou muito a aceitar tal inovação, chegando a declarar que considerava quase um pecado alguém se converter a não ser na Igreja. Mas, finalmente, consentiu em tornar-se "vil", como escreveu no seu Diário, e foi pregar aos mineiros que saíam das minas de carvão. Assim iniciou-se uma das práticas mais típicas do metodismo, a pregação ao ar livre, o método evangelístico principal do metodismo wesleyano (REILY, 1981, p. 135).

No transplante do metodismo aos Estados Unidos, tal característica foi ainda mais acentuada, com os pregadores metodistas acompanhando, com sucesso, os grandes deslocamentos populacionais em direção ao Oeste daquele país, e aos povoados que iam se formando, numa “*situação onde não havia lugares sagrados, ministros formados, nem aparato litúrgico*” (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 175). À semelhança

---

<sup>176</sup> Não se desconhece a pertinente crítica à divisão estanque entre protestantismo de missão e protestantismo de imigração, apresentada por DREHER (2002, p. 129).

da Inglaterra, muitas vezes as pregações aconteciam ao ar livre, para multidões, em grandes acampamentos, que se prolongavam por diversos dias. O metodismo americano, portanto, se forja de uma maneira bastante não litúrgica, e isso vai se refletir na atuação dos seus missionários no Brasil: não há restrição de lugar para a atividade evangelizadora:

O itinerante metodista do século XIX geralmente é tido como um homem que vivia na sela e que carregava no alforje três livros: Bíblia, Disciplina Metodista e Hinário Metodista. Tinha vergonha de usar um livro de culto ou ler uma oração. Pedro Cartwright, mui conhecido itinerante metodista, escreveu na sua *Autobiografia* que o povo da fronteira queria um pregador que poderia ficar em pé diante do povo e "sem manuscrito, citar, expor e aplicar a Palavra de Deus aos corações e consciências" dele. (REILY, 1981, p. 141).

Essas diferentes formas de vivenciar a experiência religiosa vão confluir na região colonial italiana, onde, como visto acima, as comunidades metodistas vão edificar seus templos em espaço de tempo bastante curto. Tendo por base as considerações apresentadas sobre o catolicismo e o protestantismo, essa celeridade na construção de locais de culto pode, em nossa opinião, ser atribuída também a dois outros fatores, além do econômico:

O primeiro decorre do fato de os membros da Igreja Metodista na RCI, no período em estudo, serem em sua esmagadora maioria italianos, originalmente católicos, recentemente convertidos ao metodismo<sup>177</sup>, que continuavam vivendo em meio a seus patrícios católicos. Os pastores locais que os atendiam se identificavam muito com sua comunidade: ambos eram italianos de nascimento, imigrados para os países platinos, onde haviam se convertido à Igreja Metodista. Não obstante a mudança que a conversão possa ter efetuado na percepção de mundo e nas referências das pessoas, é evidente que não houve um descolamento total de todos os referenciais anteriores. Por mais rupturas que a experiência migratória possa ter causado nas pessoas, o seu mundo local continuava cheio de referências às localidades de onde tinham partido na Itália, e à forma como sua vida era estruturada lá. Para essas pessoas, um templo continuava a ser importante para a vida religiosa, e isso se comprova pelo empenho com que eles

---

<sup>177</sup> Parte dos membros fundadores da igreja de Bento Gonçalves tinha tido contato com a pregação valdense na Itália, alguns anos antes de sua vinda ao Brasil, mas eram originalmente católicos (DALLA CHIESA, 2016). Quanto aos valdenses italianos do Piemonte estabelecidos na Forqueta, eram cinco pessoas, três deles homens que imigraram solteiros, casados com mulheres italianas, de origem católica. A exceção, nessa localidade, era a família Fulcher, imigrada da Inglaterra (DALLA CHIESA, 2017).

comprovadamente se esforçaram para tê-los, mesmo sendo poucos numericamente, estando relativamente dispersos na RCI, e com pouco ou nenhum auxílio da Missão.

Observe-se, como reforço a essa argumentação, que os templos metodistas acima citados não se distinguem, externamente, de templos católicos lá construídos na mesma época. Somente em uma publicação, referente à arquitetura religiosa da antiga Colônia Conde D'Eu, é possível encontrar pelo menos três igrejas católicas interioranas que são bastante semelhantes às igrejas metodistas construídas na RCI na década de 1890: Capela São Caetano, na Linha Presidente Soares, datada de 1902; Capela Imaculada Conceição, na Linha Noventa, datada de 1911, e a Capela São Roque, da Linha Azevedo Castro, edificada entre 1904 e 1906 (TONET e TONET, 2013, p. 131, 183 e 214).

O segundo aspecto pode ser considerado simbólico-estratégico. A Igreja Metodista chega ao Brasil com objetivos claramente conversionistas, objetivando atrair novos adeptos entre a população católica, considerada praticante de uma forma de cristianismo conspurcada e ilegítima (MESQUIDA, 1994, p. 110-117). Dentro desse processo, onde a atividade missionária foca nas características da população local, um templo físico pode ser algo útil para atrair as pessoas, chamar a atenção delas, e minimizar as potenciais diferenças que poderiam ser consideradas negativas para essa aproximação inicial. Afinal, a posse de um templo, para a população local, é indubitavelmente um fator de prestígio, particularmente um templo em alvenaria, em uma época onde boa parte das igrejas ainda era construída em madeira. A motivação que impeliu as comunidades metodistas serranas a projetos de construção e aquisição, portanto, não se satisfaz com soluções provisórias. Os recém-chegados mostravam a que vinham.

## Referências

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BERNARDI, Mansueto. *Colônias e colonizadores*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1982.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

DALLA CHIESA, VICENTE. A Igreja Metodista na antiga região colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et alii (orgs.). *Anais do*

*Seminário Internacional Festas, comemorações e lembranças na imigração e XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana da Serra Gaúcha. In: RADÜNZ, Roberto; HÉREDIA, Vânia B. M. (orgs.). *140 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul - IV Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros (Anais eletrônicos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

\_\_\_\_\_. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da região de colonização italiana do nordeste gaúcho (1887-1939). In: DE CARLOS, Antônio Luiz Grechi; RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). *História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis (orgs.). *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; DOS SANTOS, Rodrigo; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Editora da Univates, 2017.

DAROS, Marília. *Grãos: Coletânea Histórica*. Porto Alegre: Edição da autora, 2006.

DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund: Seu Tempo – Suas Obras*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

FAGGION, Carmen Maria et alii. *Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização*. In: MÉTIS: História & Cultura – v. 7, n. 13, p. 277-298. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

FLORES, João do Prado. *A História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1937, 102p. Acervo privado.

GASPERIN, Alice. *Vão simhora - Relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1983.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil – Um estudo de caso*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.

KENNEDY, James L. *Cinquenta Anos de Metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

LONG, Eula Kennedy. *Do meu velho baú metodista*. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, 1968.



LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: PUC/Sulina, 1975.

MESTURINI, Janquiel. *CIC 100 anos: o espírito de uma sociedade*. Bento Gonçalves: CIC Bento Gonçalves, 2014.

PIMENTEL, Gaspar. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico do Município de Alfredo Chaves*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.

PIQUINELA, José Alberto. *Historia del protestantismo en el Uruguay 1808-1880*. Montevideu: Central de Impresiones, 2007.

POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1983.

REILY, Duncan Alexander. *Metodismo Brasileiro e Wesleyano*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1981.

\_\_\_\_\_. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.

SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil – Volume I: Dos primórdios à Proclamação da República (1835 a 1890)*. Rio de Janeiro: Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1982.

TONET, Charles; TONET, Tânia. *Perto das Estrelas: Registro da memória arquitetônico-religiosa na antiga Colônia Conde D'Eu: igrejas, capelas, capitéis e grutas*. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1980.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e Imigração Italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul: presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre, ESTEF, 2017.

Parte IV:  
Trajetórias e  
Biografias

## **Das ruas às tribunas: uma análise biográfica de João Café Filho (1923-1937)<sup>178</sup>**

Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha\*

### **Introdução**

O objetivo deste texto é analisar a trajetória de vida de João Café Filho para compreender como esse sujeito criou redes de sociabilidade a partir de determinados espaços e tornou-se uma das principais lideranças trabalhistas do Rio Grande do Norte. Pretende-se acompanhar como Café se inseriu nos debates e discussões políticas de sua época, acompanhando-o desde o ano da organização de seu primeiro movimento grevista (1923) até o momento no qual partiu para um exílio na Argentina (1937) fugindo da perseguição varguista. A meta se constitui em entender o “fazer-se” desse indivíduo, isto é, empreender uma análise de suas experiências singulares nos diversos espaços de sociabilidade que se inseriu ao longo desse período de sua vida. As principais ideias que subsidiaram este trabalho foram os conceitos de Biografia (LORIGA, 2011), Cultura Política (CEFAÏ, 2002; DUTRA, 2002) e Espaços de Sociabilidade (CERTEAU, 1994; MALATIAN, 2001; RIOX, 1996). Quanto ao corpus documental foram utilizados periódicos locais e nacionais, discursos da Câmara Federal e o livro de memórias de Café Filho.

Nas primeiras horas da manhã de um chuvoso dia de novembro, aproximava-se lentamente do porto de Buenos Aires o navio *Pedro II*, a bordo do qual viajava o deputado federal João Café Filho. Deixava o Brasil por força da perseguição perpetrada pelo então presidente Getúlio Vargas contra seus opositores. Enquanto preparava-se para desembarcar – assim escreveu em suas memórias – o sentimento de “desafogo” se apoderava dele, sentia-se aliviado por ter novamente sua liberdade de movimentação. O

---

<sup>178</sup> Parte das discussões presentes neste texto nasceu das ideias construídas na dissertação de mestrado intitulada “OMBRO A OMBRO COM OS MAIS FRACOS”: A INSERÇÃO DE JOÃO CAFÉ FILHO NOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR NA CIDADE DO NATAL (1922-1937) apresentada no Programa de Pós-graduação em História da UFRN no ano de 2015.

\* IFRN.

mês anterior foi um tanto atribulado para ele, visto que suas liberdades individuais estavam cassadas. Desde os primeiros dias de outubro de 1937 se encontrava asilado na Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro. Estava cercado pela forte vigilância das forças varguistas que se encontravam nas intermediações do prédio esperando qualquer deslize para prendê-lo. Somente após os repetidos apelos do embaixador argentino Ramón Cárcano junto ao governo brasileiro conseguiu autorização para partir rumo à Argentina.

Mas o que levou esse indivíduo que começou sua vida política, nos idos da década de 1920, como um simples rábula <sup>179</sup> e líder sindical de um “pequeno estado do Nordeste” a se tornar um dos homens mais “perigosos” e “inconvenientes” de um regime político que ele mesmo ajudou a colocar no poder?

O objetivo deste texto é justamente analisar a trajetória de vida de João Café Filho para compreender como esse sujeito criou redes de sociabilidade a partir de determinados espaços e tornou-se uma das principais lideranças trabalhistas do Rio Grande do Norte. Para tanto, foi delimitado como recorte temporal a greve de 1923, que contou com a ativa participação desse personagem, e o ano de sua partida para o exílio na Argentina em 1937. Um longo caminho foi percorrido entre Natal e Buenos Aires. Café Filho atravessou-o fragmentado em várias identidades, o homem de 1937, já não era mais o jovem advogado rábula organizador de greves do início da década de 1920.

Sob o mesmo nome se apresentou, ao longo de sua trajetória, diferentes identidades. Uma mesma pessoa ao longo de sua vida atua em diferentes papéis. As pessoas são atores encenando suas identidades, encarnando ao longo de sua existência diversos personagens: viver em sociedade pressupõe a criação para si de múltiplos “eus”. Os sujeitos são dotados de diferentes “eus”, não existe uma unidade de vida, os personagens possuem individualidades complexas. Assim, eles praticam e compreendem seus mundos, povoando-os de significados, símbolos e mitos. Por meio dessa interação com um sistema de valores os sujeitos se espacializam. Café Filho ao longo de sua trajetória de vida espacializou o seu lugar, praticando-o, pois apenas na prática dos lugares é que eles se constituem como espaços (CERTEAU, 1994).

O sujeito é composto por diferentes identidades conflitantes e apesar de fazer parte de determinados grupos, cada indivíduo tem uma singularidade própria que de

---

<sup>179</sup> Rábula era o advogado que não possuía formação acadêmica em Direito, obtinha do Poder Judiciário autorização para exercer a profissão.

alguma forma se liga ao todo social. Para Sabina Loriga (2011), o indivíduo é formado a partir das interações singulares que estabelece com a sociedade do seu tempo. Assim, o escopo aqui seria analisar o modo como Café Filho transitou dentro de sua sociedade. Ele não será apresentado como um tipo ideal para explicar outros iguais a ele, mas será analisado como um indivíduo único, que nos auxiliará a entender como um sujeito particular vivenciou a cultura política de sua época, sendo, ao mesmo tempo, produtor e produto da sociedade brasileira na transição das décadas de 1920 a 1930.

### **Com os trabalhadores nas ruas**

João Fernandes Campos Café Filho nasceu em Natal em 3 de fevereiro de 1899. Seu pai era empregado do Serviço de Fiscalização de Rendas, o que lhe proporcionou uma infância sem grandes perturbações financeiras. Estudou no Atheneu Norte-Rio-Grandense, uma das principais instituições de ensino do Rio Grande do Norte. Em 1917, mudou-se para o Recife com o objetivo de estudar na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais. No entanto, desistiu do curso e retornou a Natal em 1920, onde conseguiu licença do judiciário para atuar como rábula.

Por meio de sua atuação na advocacia se aproximou dos grupos mais desfavorecidos da cidade. Seus clientes eram pescadores, estivadores e tecelões. A cada causa ganha, seu prestígio junto aos mais humildes aumentava. Os tribunais se constituíram como espaços de sociabilidade que aproximou Café dos trabalhadores de Natal. Foi nesse espaço que Café começou a entrar em contato com os trabalhadores pobres de Natal e iniciou sua relação com o jovem promotor Kerginaldo Cavalcanti, que se tornará um aliado seu em diversas causas.

Em 1921, consolidou sua presença na imprensa fundando o semanário *Jornal do Norte*. Seu artigo de estreia “O que vamos fazer?” já demonstrava uma linha editorial crítica ao governo, que para eles era composto por “meio-cento de felizardos que monopolizaram as posições de mando nesta bonançosa república de ordem e progresso, para eles somente, até agora” (JORNAL DO NORTE, 1921, p. 1). Desse modo, começava a se levantar como uma voz da oposição. O periódico deixava claro que seu principal objetivo era “depurar” as instituições republicanas do país. Para Café e seus colaboradores, os EUA eram o exemplo de república que deveria ser seguido. Para eles, esse país figurava como o mais perfeito exemplo de federalismo e onde os grupos realmente se alternavam no poder. Desse modo, foi atraindo para si a atenção das elites

governantes do Estado, que passaram a vê-lo cada vez mais como uma ameaça a ser reprimida.

Ainda no ano de 1922, Café Filho se engajou na campanha da Reação Republicana, que foi como ficou conhecida a campanha de Nilo Peçanha a presidência em oposição da campanha situacionista de Artur Bernardes. A Reação Republicana apresentava um discurso liberal de saneamento das instituições republicanas, de fortalecimento das forças armadas e a promessa de inclusão de direitos trabalhistas na pauta presidencial. Esse discurso atraiu as classes urbanas, principalmente, as “classes médias”, os militares e os operários. A Reação Republicana era formada pelas oligarquias dos estados de segunda grandeza, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que estavam cansadas do predomínio paulista e mineiro. No seu âmago, embora tivesse ideias progressistas, esse movimento não queria modificar a estrutura política de então, sua meta era melhor distribuir as benesses clientelistas federais (FERREIRA, 1993, p. 13-14).

O *Jornal do Norte* passou a fazer intensa campanha a favor de Nilo Peçanha. Foram noticiados no periódico carioca *O Imparcial* dois grandes comícios que ocorreram em Natal, liderados por Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti. O jornal descreve uma multidão de 6 mil pessoas ovacionando os nomes de Nilo Peçanha e do seu vice J. J. Seabra (O IMPARCIAL, 1922a, p. 10; 1922b, p.12). Por outro lado, *A República*, o periódico oficial do governo, propagandeava o candidato Artur Bernardes. O governador do Rio Grande do Norte da época, Antônio Joaquim de Melo e Souza, encontrava-se conectado a uma rede de sociabilidades que o mantinha ligado ao situacionismo a nível federal.

Os jornais se constituíram como espaços privilegiados de sociabilidade, onde os grupos poderiam se aglutinar e divulgar suas visões de mundo. Café Filho, com o *Jornal do Norte*, e o governador Antônio de Souza, com *A República*, representavam distintas visões políticas. O primeiro estava ligado a um movimento ainda pouco delimitado que unia setores urbanos heterogêneos. O outro, embora apresentasse um discurso “anti-oligárquico”, estava envolvido com o *status quo* político, estava dentro de uma complexa rede que o ligava a lideranças regionais e nacionais.

A despeito do sistema eleitoral que privilegiava a manutenção dos grupos situacionistas de cada estado, a almejada estabilidade era algo difícil de conseguir. Embora, os políticos de São Paulo e Minas Gerais liderassem o governo federal, eles

precisavam convencer e fazer concessões às oligarquias dos demais estados do Brasil, para garantir a manutenção dos seus poderes políticos. A cada nova eleição surgiam novas negociações. Os governadores dos estados estavam no meio dessa rede, eram responsáveis por gerir o jogo de tensões e contratensões entre os políticos locais e as lideranças nacionais. A vitória de Artur Bernardes significava que esse jogo de alianças ainda era suficientemente forte para se sustentar.

Apesar da derrota de Nilo Peçanha, Café Filho e seu grupo ganhavam cada vez mais visibilidade. Por meio de artigos de jornal, de sua ação nos tribunais e de sua participação em movimento de oposição foi congregando em torno de si os desejos dos mais desfavorecidos. Dessa forma, vai adentrando, paulatinamente, no imaginário das pessoas de Natal, principalmente dos trabalhadores.

Em 1922, seu prestígio já era grande o suficiente para ser escolhido por um grupo de pescadores dissidentes para ser presidente da Colônia de Pescadores José Bonifácio, situada no Bairro das Rocas. A Capitania dos Portos, órgão hierarquicamente responsável pela Colônia, não reconheceu a autoridade do advogado e exigia a sua saída da presidência e a desocupação do prédio.<sup>180</sup> Café Filho ficou à frente do movimento entre os meses de outubro e novembro, o prédio só foi desocupado depois da intervenção das forças de segurança (JORNAL DO RECIFE, 1922). Em suas memórias descreveu esse momento como o do seu verdadeiro nascimento: o seu nascimento político. Nasceu “ombro a ombro com os mais fracos”, assim foi se construindo como um político preocupado com os destinos dos trabalhadores mais humildes (CAFÉ FILHO, 1966, p. 35).

Seu livro de memórias, escrito mais de quarenta anos após os acontecimentos, descreveu esse momento como um dos mais significativos de sua existência. Não se pode esquecer que as memórias são criações do presente. Portanto, Café que lembra desse momento era um sujeito no final de sua vida à procura de dar um sentido para a mesma. Não começou a fazer política nas Rocas, sua vida pregressa nas oficinas do *Jornal do Norte*, nos tribunais e nos comícios da Reação Republicana já eram atividades políticas.

Em 1923, já com uma considerável influência em meio aos trabalhadores da cidade do Natal, Café Filho organizou uma das primeiras greves gerais da cidade. O seu

---

<sup>180</sup> Sobre a sublevação dos pescadores da Colônia José Bonifácio ver: CUNHA, Paulo Rikardo Pereira F. da. “Pátria e dever”: a Colônia José Bonifácio como espaço da contravenção da ordem (1922). *Revista Porto*, Natal, n. 4, p. 45-59, 2016.

discurso de saneamento das instituições republicanas, suas críticas ao governo e a defesa de direitos foram ao encontro do que os trabalhadores potiguares discutiam entre si, no trabalho, em casa, no bar ou nas festas populares. Infelizmente, não conseguimos encontrar os nomes dos trabalhadores que lideraram a greve juntamente com Café, mas sabemos que o movimento paredista só seria organizado com eles. Os trabalhadores viam em Café uma chance de mudar o sistema. Os jornais, o porto, a colônia de pescadores e as demais associações de trabalhadores se constituíram em espaços de sociabilidade que agrupavam aqueles insatisfeitos com a sociedade de então.

Os carregadores foram a primeira categoria a parar, eles exigiam o aumento dos preços pagos por seus serviços. Posteriormente, os trabalhadores dos armazéns paralisaram. A greve dessas duas categorias estancou o abastecimento do comércio. Sob o mantra do aumento salarial, a greve se espalhou rapidamente. As trabalhadoras da fábrica de tecidos, os estivadores, jornaleiros, padeiros e ferroviários também paralisaram as atividades (A IMPRENSA, 1923; JORNAL DO RECIFE, 1923; CAFÉ FILHO, 1966, p. 44-45).

Café se pôs a frente desse movimento que demonstrou as contradições internas do sistema político da Primeira República. Os conflitos ocultos pela vida cotidiana foram expostos. Os trabalhadores mostraram sua força política paralisando as atividades econômicas de Natal. As ruas e as praças foram seus canais de representatividade. As ranhuras existentes no tecido social foram expostas. A pacífica capital potiguar parecia uma praça de guerra, com trabalhadores espalhados pelo centro comercial da cidade gritando palavras de ordem.

A imprensa local acusava o jovem advogado Café Filho de ser o único responsável por subverter os pacíficos trabalhadores. Por meio da violência policial, o movimento foi gradativamente controlado. Os ajuntamentos de trabalhadores foram dispersados pela polícia, o porto foi pacificado pelo comandante Raul Elysio Daltro e os fura-greves foram protegidos da violência dos seus companheiros de trabalho. Antônio de Souza escolheu a violência como melhor forma de diálogo com os grevistas. A casa de Café Filho passou a ser fortemente vigiada pelas forças da ordem. A oposição, na figura de Kerginaldo Cavalcanti, acusava o governo de mantê-lo preso em sua própria residência, mas o governador afirmava que a presença de policiais servia apenas para conter os ânimos exaltados. Por fim, o *Jornal do Norte* foi empastelado e seu diretor teve que fugir do Rio Grande do Norte.



Viveu por um tempo em Pernambuco, onde se envolveu na política local e acabou processado por incitar os militares a aderirem ao movimento da Coluna Prestes; posteriormente, para evitar a condenação, refugiou-se no interior da Bahia. Voltou a Natal apenas em 1926, para cumprir a pena que lhe foi imposta (CAFÉ FILHO, 1966, p. 48-50).

A década de 1920 foi um período muito atribulado: trabalhadores e membros das “classes médias” se transformaram em atores sociais importantes no jogo político; o tenentismo surgiu como um importante movimento de contestação ao governo e buscava a moralização da administração pública; o Partido Comunista fundado em 1922 buscava a transformação completa da sociedade brasileira. As ranhuras existentes da sociedade da Primeira República começaram a se tornar mais evidentes.

Café Filho acompanhado por outros jovens das classes médias, como o promotor Kerginaldo Cavalcanti, o farmacêutico Dias Guimarães e o jornalista Sandoval Wanderley, uniram-se as lideranças dos trabalhadores e articularam os descontentamentos da população arregimentando diversas manifestações e novas associações. Ele acreditava que era por meio da união nos sindicatos que os trabalhadores deveriam lutar em busca de melhorias de trabalho e de condições de vida, indo de encontro com políticos e patrões que desrespeitassem seus direitos. Por isso, fundou a Federação de Trabalhadores, que reunia em suas fileiras diversas categorias de trabalhadores da cidade, para fazer frente as associações de trabalhadores que estavam ligadas ao governo.

No final da década, havia uma luta pelo poder de enunciar o operariado. Para tanto, diferentes grupos espacializavam a cidade buscando arregimentar trabalhadores de diversos setores da economia potiguar. Esses grupos legitimavam-se pelo movimento operário. Com isso, governistas, cafeístas e os recém-chegados comunistas buscavam se associar aos espaços dos trabalhadores da cidade, pois aumentar sua área de influência significaria uma maior afirmação de seu poder.

Por ocasião das eleições presidenciais de 1930, Café Filho optou por se aliar a Aliança Liberal<sup>181</sup> que em seu programa político defendia o voto secreto, a instituição de uma Justiça Eleitoral e a criação de leis trabalhistas. Posicionou-se mais uma vez na

---

<sup>181</sup> Coligação nacional que uniu grande parte dos opositores a candidatura de Júlio Prestes a presidência da república agregados em torno da candidatura do gaúcho Getúlio Vargas.

oposição contra o então governador da época Juvenal Lamartine. Que o perseguiu violentamente.

Em suas memórias, descreveu uma tentativa de assassinato que um dos capangas de Juvenal Lamartine perpetrrou contra sua vida: no início da noite ao entrar na sede dos sindicatos, Café Filho percebeu um sujeito desembainhando uma faca para matá-lo, rapidamente sacou seu revólver de baixo do paletó, o que causou pânico no seu agressor que fugiu apressadamente pelas ruas do centro de Natal (CAFÉ FILHO, 1966, p. 53).

O clima político andava bem exaltado. Café Filho passou a criticar ainda mais o governador, acusando-o dentre outras coisas de tentativa de assassinato. Este foi o estopim para uma ação mais enérgica de Juvenal Lamartine que mandou reduzir a escombros o sindicato organizado por Café, não poupando nem mesmo os instrumentos da banda operária e da escola que a entidade mantinha. O recrudescimento da perseguição política o forçou a fugir novamente do Rio Grande do Norte (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 nov. 1928; A MANHÃ, Rio de Janeiro, 28 nov. 1928; DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 28 nov. 1928; CAFÉ FILHO, 1966, p. 52-53).

Este ódio existente entre Juvenal Lamartine e Café Filho era mais do que um simples problema de ordem pessoal, era o conflito entre duas personalidades diversas, o conflito entre duas diferentes maneiras de enxergar o mundo. Duas formas de pensar a política embateram-se mostrando duas distintas experiências de mundo. Café Filho, influenciado por ideias liberais, acreditava numa República diferente da que existia, na qual haveria ampla participação das classes trabalhadoras e dos setores médios urbanos. Acreditava também no voto secreto e em uma Justiça Eleitoral forte para sanar os vícios da política. Já Juvenal Lamartine, integrante dos grupos oligárquicos, representava o *status quo*. Incluso na chamada “Política dos Governadores” apoiava o governo federal, na figura de Washington Luís, buscando base para governar. Um deles era filho da pequena “classe média” natalense, outro filho de uma tradicional família seridoense, ambos tiveram experiências de vida diferentes que paulatinamente foram constituindo o que eles se tornariam nestes anos finais da década de 1920. Estas duas visões de mundo tão pessoais se ligaram a dois grupos maiores. As ideias e práticas de Café Filho se aproximavam dos ideais da Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, para presidente e vice-presidente respectivamente. Enquanto Juvenal Lamartine buscava a continuidade do Regime, apoiando a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares.

Para o historiador francês Daniel Cefaï é através da experiência nos diferentes lugares e nas diversas temporalidades que os sujeitos dão sentido a suas práticas e aos seus pensamentos. Os indivíduos estabelecem entre si relações de comunicação, cooperação e conflito, e é nesse contexto que as culturas políticas emergem, fazendo surgir um repertório de ações, ritos e símbolos que mobilizam atores a pensar e a praticar a política.

Cefaï se afasta da ideia de imposição pura e simples do consenso através dos códigos culturais e dá ênfase à ação dos sujeitos que constituem universos políticos, isto é, os atores participam e criam suas próprias maneiras de pensar e praticar o político. Rompendo, portanto, com “o princípio da irracionalidade dos cidadãos ordinários, taxados de incapacidade cívica ou reduzido aos efeitos das estruturas de classe” (CEFAÏ apud DUTRA, 2002, p. 20).

Alça-se o trinômio “experiência, sensibilidade e sociabilidade” para compreender como as variadas culturas políticas coexistem e conflitam dentro do social. Dentro das culturas políticas existe toda uma lógica, de raciocínio e de legitimidade que coexistem e se combinam, sendo difícil dissociá-las nitidamente (DUTRA, 2002, p. 20). As culturas políticas só podem ser entendidas dentro de sua historicidade e do seu contexto social. Comportamentos e valores políticos distintos são construídos a partir das experiências individuais dos sujeitos.

A espacialização do mundo se dá por meio da interação com um sistema de valores. Desta forma, os espaços são culturalmente construídos, ao mesmo tempo em que produzem e difundem a cultura. Os significados do espaço lhe são dados por investimentos simbólicos feitos sobre ele a partir de certos grupos sociais. É no espaço que os grupos sociais erguem obras materiais, mas também inscrevem uma ordem simbólica (CERTEAU, 1994; MALATIAN, 2001; RIOX, 1996).

A Cultura Política se constitui num conjunto de representações complexas que abarcam valores, normas, atitudes e imaginários partilhados por determinado grupo acerca dos fenômenos políticos, também se estabelece como uma instituidora de espaços. Os grupos políticos se espacializam, mapeando seu mundo através de um imbricado sistema de significados, mitos e símbolos; existe uma “áurea” que toma conta de determinados espaços, os quais muitas vezes nos permitem investigar o imaginário político dos grupos que os estabeleceram. Café Filho por meio de sua

atuação em diferentes espaços de sociabilidade se inseriu na política e se afirmou como uma das vozes discordantes do sistema político de então.

Em cada um desses espaços se aglutinaram sujeitos que pensaram e praticaram a política semelhantemente, criando fronteiras com aqueles que possuíam outro sistema de valores. Os espaços de sociabilidade se constituem em espaços de interação e reunião, nos quais são legitimadas certas visões de mundo, produzindo consensos. Muito embora isso não significa que não ocorram disputas, tensões e dissidências nesses espaços.

### **Finalmente na situação: o perseguido vira perseguidor**

Longe do Rio Grande do Norte, Café Filho foi designado para fazer campanha na Paraíba, tornando-se um dos correligionários mais próximos do governador e candidato a vice-presidência João Pessoa. Em suas memórias, narrou o clima de agitação da época, “de bombas e balas vivia-se na Paraíba”, muitos comícios acabavam em troca de tiros e com estouros de bombas (CAFÉ FILHO, 1966, p. 56).

Apurados os votos das eleições presidenciais de 1930, o candidato situacionista Júlio Prestes saiu-se vitorioso. No entanto, os líderes da Aliança Liberal passaram a contestar o resultado, alegando fraudes.<sup>182</sup> A revolta ganhou amplitude quando João Pessoa foi assassinado por motivos pessoais e políticos por João Dantas, em 26 de julho de 1930. Café relatou que “o clima [da Paraíba] degenerou em cenas de selvageria, marcadas por depredações, incêndios e violências de toda a ordem contra os adversários do governador sacrificado” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 61). Em outubro, a luta armada estourou no restante do país e do Rio Grande do Sul foram emanadas ordens para que o movimento se espalhasse pelo Brasil.

Conduzindo uma carga de dinamite num velho Ford, Café Filho juntamente com outros três companheiros partiu rumo à cidade do Natal. Estacionado nas intermediações do campo de aviação, juntou um contingente de cerca de 40 homens e partiu para tomar de assalto capital. A tomada de poder foi pacífica, pois, o Rio Grande do Norte estava sem governo. O governador Juvenal Lamartine fugiu temendo os desfechos do movimento armado.

---

<sup>182</sup> Para entender melhor este período ler PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. IN: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

Com a chegada das tropas da “revolução” iniciou-se um impasse, os líderes do movimento se dividiram quanto à questão de quem governaria o estado. Café cindiu com o movimento, não aceitava de modo algum o nome do desembargador Silvino Bezerra Neto para governar o Estado, pois o mesmo era irmão de um dos líderes da situação decaída, José Augusto. Pode-se inferir daí que Café Filho já se constituía como uma liderança relativamente forte, pois logrou o plano daqueles que queriam pôr Silvino Bezerra no poder, mas ainda era fraco demais para impor seu próprio nome. O impasse foi resolvido entregando o governo a uma Junta Governativa Militar que assumiria interinamente até a chegada de Juarez Távora <sup>183</sup> ao Estado e concedendo a Café Filho a chefia de polícia (MARIZ, 1984).

Permaneceu a frente da chefia de polícia durante o governo dos interventores Irineu Jofilli (de outubro de 1930 a janeiro de 1931) e de Bertino Dutra da Silva (de junho de 1932 a agosto de 1932). Em suas memórias narrou que o escolheram como chefe de polícia por que tinha uma proximidade maior com o povo do Rio Grande do Norte e era o único que conseguiria acalmar os ânimos, que estavam bastante agitados desde o estouro da “revolução”. Café descreveu vários crimes a propriedade nos primeiros momentos do movimento, culpava a ingenuidade dos populares que não conseguiam entender o que era a “revolução”. Ainda segundo seu próprio relato, se encontrava em condições de restabelecer a disciplina e a ordem, simplesmente se dirigindo ao povo, que reconheceria seus atos e obedeceria a suas palavras (CAFÉ FILHO, 1966, p. 70).

Entretanto, as coisas não foram tão pacíficas assim. Os trabalhos dos professores Homero Costa (1995) e Brasília Ferreira (1986) demonstram o caráter violento da repressão imposta por Café Filho aos opositores do regime, principalmente durante a interventoria de Bertino Dutra. Os comunistas foram duramente perseguidos pelos policiais de Café, assim como sua organização sindical a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que sob a acusação de subversão foi proibida de funcionar, o chefe de polícia recomendou abertamente o uso da força bruta caso se verificasse resistência.

Só seriam toleradas aquelas associações que estivessem devidamente em consonância com a legislação emanada do Ministério do Trabalho. Jornais opositores

---

<sup>183</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora foi o comandante militar do movimento de 1930 no Nordeste e posteriormente foi designado delegado militar do Norte sendo o elo entre Getúlio Vargas e os interventores estaduais.

foram duramente empastelados, em edição de 09 de julho de 1932, a *Folha da Manhã* de São Paulo publicou um telegrama enviado a sua redação pelo diretor do jornal *A Tarde* de Natal, denunciando que a redação e as oficinas do seu jornal foram destruídas por capangas armados de facas e revólveres a mando do então chefe de polícia o Sr. João Café Filho.

Mais do que julgar se o que Café fez era certo ou errado, é interessante recuperar as vivências do sujeito, que como todos os outros se constitui como um complexo amontoado de contradições. Definitivamente ele não é o mesmo em todos os momentos de sua vida, ele foi diferentes sujeitos em diversos momentos e em locais variados. Ele não é uma entidade homogênea, com pensamentos e ações uniformes ao longo da vida, mas sim um sujeito que se faz quem ele é através de suas ações ao longo de sua existência e nos diferentes contextos espaciais que participa. O envelhecimento biológico vem atrelado com o nascimento de um novo homem e com a morte de vários outros. O Café da década de 1930 era um sujeito diferente daquele jovem advogado e jornalista que jazia sepultado lá na década de 1920, um novo sujeito nasce a cada nova vivência; este Café agora era líder de um grupo que estava muito próximo do poder. Ligado a um ideal tenentista e sindicalista, pretendeu confluir todas as lutas trabalhistas para o sindicalismo oficial.

O sindicato se transformou de lugar onde se lutava contra o *status quo* e contra as más condições de trabalho; em um lugar para esperar as ações do governo, que agora transformado iria ajudar a todos, mas que era preciso esperar, aqueles que não fossem suficientemente pacientes seriam eliminados. Os lugares são fluxos, são reatualizados pelas práticas que o constroem e o reconstroem constantemente ao longo do tempo. As relações sociais os atualizam e os modificam constantemente, novas relações criam outros lugares; portanto, novas relações políticas e sociais deram à luz novos sindicatos no Rio Grande do Norte da década de 1930. O sujeito é o “centro de uma malha de interconexões diversificadas e densa” (ROJAS, 2000, p. 36). É um ponto onde se cruzam diferentes influências que constituem desta forma uma dada individualidade. Do mesmo modo, as culturas políticas não são estáticas, pois continuam mudando a partir das novas experiências pelas quais viveram os indivíduos.

Em 1933 foram realizadas as eleições para a Constituinte Federal. Café Filho juntamente com o interventor Bertino Dutra estruturou o Partido Social Nacionalista (PSN), embora afirmasse ter um amplo apoio nas camadas operárias, sofreu uma

vergonhosa derrota. Conseguiu eleger apenas Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, contra três representantes eleitos pelo Partido Popular chefiado por José Augusto, que fazia veemente oposição ao governo estadual. Em face da flagrante derrota, Dutra entregou seu pedido de demissão ao governo central.

A escolha do próximo interventor, Mario Leopoldo da Câmara (agosto de 1933 a outubro de 1935), era uma tentativa de Vargas de acalmar os ânimos no estado. Este interventor ainda que potiguar, não era especialmente ligado a nenhum grupo político, foi escolhido justamente para fazer uma administração técnica e para se aproximar do grupo do Partido Popular, vencedor das últimas eleições. Por ocasião das eleições de 1934 para Assembleia Constituinte Estadual, tentou uma aproximação com o grupo de José Augusto, mas não conseguiu convencê-lo de que uma união entre ambos seria vantajosa. Mario Câmara voltou-se então para Café junto do qual organizou a Aliança Social. Marcada por violências e fraudes o Partido Popular saiu vitorioso do pleito, conseguiu eleger José Augusto, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza para deputados federais, além de 14 cadeiras na Assembleia Constituinte do Estado contra as 11 da Aliança Social, o que lhe garantiu a escolha do Governador, Rafael Fernandes Gurjão, e dos dois senadores potiguares (SPINELLI, 2010).<sup>184</sup>

### **A defesa do Rio Grande do Norte nas Tribunas**

Coube a Café Filho uma das vagas na Câmara Federal. Era a primeira vez que tomava posse em um cargo eletivo. Contou em suas memórias que se sentia receoso em face da nova empreitada, pois não se sentia seduzido pela vida parlamentar, pois duvidava dos seus dons oratórios na tribuna da Câmara (CAFÉ FILHO, 1966, p. 77). Ora, talvez este relato não passe de modéstia, pois Café já era então um político conhecido por seus discursos inflamados.

Café se tornou deputado federal, mas continuou ligado aos ideais da “revolução” tomando assento ao lado dos governistas, que defendiam Getúlio Vargas. Neste momento, Café falou várias vezes na tribuna para apoiar ou defender os atos do governo. Por sua vez, o grupo do Partido Popular, capitaneados por José Augusto, se juntou as fileiras dos críticos ao regime. Nos primeiros meses de 1935, ocorreram várias discussões entre Café Filho e José Augusto. Em seus discursos, Café aparteava a

---

<sup>184</sup> Em 1934, as eleições para os executivos estaduais foram indiretas, cabendo às Assembleias eleitas de cada estado eleger o governador.

oposição relembrando que antes da “revolução” as coisas eram bem piores, criticando-os por sempre tentarem reabilitar aqueles que degradaram a política com violências e desmandos durante o regime deposto.

Em discurso no dia 20 de maio de 1935 discorreu sobre o porquê de se posicionar ao lado do governo, dentre outros motivos, alude que sua história de lutas sempre lhe pôs ao lado daqueles que “desfraldaram a bandeira da liberdade e regeneração dos costumes políticos”. Portanto, Getúlio Vargas, neste momento, representava para Café este espírito de liberdade e de regeneração política em detrimento da oposição que tinham como grande objetivo voltar para a política anterior a 1930. Neste mesmo discurso, Café Filho atrela sua identidade norte-rio-grandense a uma identidade Nordestina. “O povo do Nordeste me elegeu”, com esta frase ele inseriu a população do Rio Grande do Norte dentro dessa entidade maior, caracterizada em grande parte por seus problemas climáticos. Mais adiante neste mesmo discurso, parte em defesa de Vargas, ao alegar que o grave problema financeiro que o Brasil atravessava em 1935 se devia em grande medida a ajuda financeira que o governo federal prontamente enviou em socorro às vítimas da seca. Alfinetando a oposição ao afirmar que o regime deposto pouco se importava com o povo do Nordeste. Ao final do discurso foi veemente ao afirmar,

Neste instante em que se diz que as carabinas do Exército e das polícias estaduais estão de prontidão, em defesa da ordem pública, prefiro estar ao lado dessas carabinas, em defesa do governo da Revolução, a ficar com aqueles que, em momentos de mais tranquilidade e menos agitação, criavam as prisões políticas, nas ilhas, na clevelandia, a bordo de navios fantasmas, na 4<sup>o</sup> Delegacia Auxiliar, onde sofriam e morriam os que sonhavam com o Brasil redimido. (CAFÉ FILHO, 20 de maio de 1935, p. 511)

De perseguido a perseguidor, neste momento Café Filho se colocou ao lado do governo de forma bem enérgica. Admitindo até mesmo o uso da força bruta contra a oposição, preferia o lado de trás das carabinas ao da frente. Atrás das armas estão aqueles que lutavam pela revolução, enquanto em sua mira estão aqueles que sonhavam com o Regime decaído. Até mesmo aqueles que ele tanto defendeu na década de 1920, o operariado, ao se posicionar contrariamente ao novo regime mereciam estar sobre a mira de armas.



Nos primeiros meses de 1935, Café utilizou a tribuna para justificar sua atuação na política estadual atacando veementemente os deputados pelo Partido Popular acusando-os de estar reestruturando a “máquina oligárquica” no Rio Grande do Norte, a qual estava manchada com “salpicos de sangue seu, de sua família e amigos”. Aqui se travou uma disputa pelo poder de enunciação, os dois lados queriam impor a sua verdade, Café ao se aliar a Vargas e a “revolução” acreditava estar do lado da liberdade e da regeneração dos costumes políticos, enquanto o grupo de José Augusto na oposição confiava defender os interesses dos norte-rio-grandenses.

Discutindo o projeto de lei n.9 de 1934, referente à regulamentação do trabalho nas empresas que exploram serviços públicos ou diretamente explorados pela União, Estados e Municípios, Café afirmou que existem dois tipos de operários no Brasil: “operários das grandes capitais esclarecidos e operários do alto Sertão e operários do Nordeste sem a mesma desenvoltura de inteligência”. Para ele as leis devem ser claras, pois os deputados federais legislam para estes dois tipos de operários. A Câmara se transfiguraria para Café como um espaço onde se produz as leis para todos os operários, desde aqueles mais esclarecidos dos grandes centros, aqueles que pouco conhecem de legislação do Sertão Nordestino. Desta forma, para Café Filho não existe o operariado com uma categoria homogênea, mas sim uma categoria maleável que é influenciada por seu espaço de atuação. Nos grandes centros os operários eram mais letrados e “politizados”, enquanto no Nordeste os mesmos não conseguiriam entender com desenvoltura um texto muito rebuscado.

Desde o alvorecer do século XX nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro existia grupos operários bem organizados que se mostraram receptivos a novas ideias. Inicialmente os anarquistas foram responsáveis por esta organização, posteriormente os comunistas organizaram suas primeiras células nos sindicatos desses grandes centros.<sup>185</sup> Enquanto nas periferias desses centros, como Natal, por exemplo, existia um operariado pouco numeroso e não organizado, as primeiras organizações trabalhistas do Rio Grande do Norte datam do final da década de 1910.

Em 21 de agosto de 1935, Café Filho discursou sobre o que ele acreditava ser uma conspiração contra os interesses nacionais: a invasão do sal internacional no mercado interno. O Rio Grande do Norte era um dos maiores produtores do sal do país,

---

<sup>185</sup> Sobre o movimento operário dos anos iniciais do século XX ver os trabalhos GOMES (2005); RAGO (1985).

e lutava contra a concorrência do sal internacional e com o encarecimento do transporte, que fazia com que o sal norte-rio-grandense chegasse aos mercados do sul do país com o dobro do preço do sal internacional. Café na tribuna defendeu a indústria de sal do seu estado, pois assegurava que esta indústria garantia o sustento de 10 mil operários e suas respectivas famílias, além de produzir o “melhor” sal de todo o país. Comprar o sal internacional era um ato de impatriótico que deixaria operários e suas famílias sem o seu sustento diário.

Para ele o Governo deveria gastar mais com o Rio Grande do Norte, pois apesar de pequeno e assolado pelas secas contribui muito com os cofres federais com a cifra de 12.151:985\$000, principalmente com o Imposto Nacional do Sal. Um dos apelos de Café era de que se aumentasse o número de funcionários federais do estado assim como aumentasse o investimento em obras de infraestrutura.

Percebe-se nos seus discursos uma forte tônica a favor do funcionalismo público e dos trabalhadores em geral, assim como um forte sentimento “bairrista”. Em boa parte de suas falas o Rio Grande do Norte se faz presente, e muitas vezes era colocado dentro de uma unidade maior que seria o Nordeste. Para ele um dos grandes problemas dessa região, e conseqüentemente do seu estado, era a seca. Em discurso no dia 27 de julho de 1937, Café Filho discorreu sobre a necessidade da continuação de obras contra as secas, assim como um investimento maciço em escolas e no desenvolvimento econômico da região. Estes seriam os pontos que acabariam de vez com os problemas ocasionados pela estiagem. Ele apresenta-nos um projeto desenvolvimentista para o Nordeste, investimentos na economia e educação sanaria os problemas ocasionados pela falta de chuvas.

A partir de novembro, os discursos de Café perderam a tônica de defesa incondicional ao Governo de Vargas. Em 12 de novembro de 1935, leu um manifesto do *Grupo Parlamentar Pró-liberdades Populares*, o qual advogava pela defesa das liberdades constitucionais e populares assim como a luta contra o integralismo, “amigo do fascismo e inimigo das liberdades individuais”. Este manifesto era uma resposta ao governo Vargas que perseguia violentamente os membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que desde julho se encontrava na ilegalidade. Café não concordava

com esses arbítrios e não aceitava as vantagens que a Ação Integralista Brasileira (AIB) dispunha no governo de Vargas.<sup>186</sup>

Com o recrudescimento da perseguição varguista após a malograda Revolução Comunista<sup>187</sup> de novembro de 1935, Café Filho teve um novo momento de inflexão alistando-se nas fileiras do grupo que criticavam o governo. O primeiro semestre do ano de 1936 foi marcado por duros discursos de Café contra a perseguição do governo a parlamentares e trabalhadores acusados de comunismo. Ele exortava a todos a continuar seguindo a Constituição, que para ele era o evangelho do civismo brasileiro. Criticando o governo federal por passar por cima dessas leis. Em 15 de maio de 1936, Café Filho fez um discurso inflamado defendendo a democracia liberal e se afirmando enquanto democrata, nele criticou a prisão arbitrária de quatro deputados federais e um senador.

Durante todo mês de agosto Café Filho se esforçou para convencer os demais parlamentares do perigo do projeto n.182 de 1936, que solicitava a criação do Tribunal Especial para julgar crimes políticos e sociais. A partir da implementação desse projeto os crimes políticos seriam processados por um tribunal composto por juízes designados por Getúlio Vargas. Para Café este projeto não visava condenar comunistas, mas sim perseguir inimigos políticos e preparar uma prorrogação de Vargas na presidência da República.

Vargas, sob o pretexto da ameaça comunista, decretou Estado de Sítio (1936) e posteriormente Estado de Guerra (1937), no qual todos os direitos civis ficaram suspensos e aqueles considerados uma ameaça à segurança nacional passaram a ser perseguidos. Café Filho acreditava que as liberdades democráticas estavam sendo ameaçadas por um lado pelo fascismo e por outro pelo comunismo, mas o governo só reprimia a ala a esquerda. Aqui começou sua decepção em face dos atos do governo, não se arrependia da “Revolução de 1930” e nem da defesa do tenentismo, mas percebeu que a “Revolução” não caminhava em direção daquilo que ele sonhava para o Brasil, ou seja, do que ele desejava. Vários discursos de Café Filho do ano de 1936 se revestiram de críticas à censura de imprensa, as prisões arbitrárias, o governo por decretos e o clima de tensão e desordem. “O apoio incondicional ao governo é, talvez, mal maior que o oposicionismo sistemático” sentenciava em 13 de julho. O governo não

---

<sup>186</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932 por Plínio Salgado com inspiração nos regimes autoritários europeus. Já a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente ampla que reuniu socialistas, comunistas e tenentistas que estavam decepcionados com o governo Vargas; sua principal bandeira era a luta antifascista e anti-imperialista.

<sup>187</sup> Sobre a Intentona Comunista ver o trabalho COSTA (1995).

é uma entidade infalível, necessitando que a Câmara, governista e oposicionista, leia e discuta os decretos governamentais, continuava.

Caminhava-se para as eleições presidenciais em 1937, mas segundo as memórias de Café (1966, p. 100) “poucos acreditavam na realização delas”, mesmo que existisse um candidato oficial, José Américo, e um candidato oposicionista, Armando Sales Oliveira. A atmosfera política era tensa, prisões políticas se sucediam e edições de jornais eram apreendidas. Na tribuna Café Filho continuou a criticar os atos governamentais.

Em seus escritos, relatou que os outros deputados temiam por sua segurança, mas continuou presente na Câmara Federal até a madrugada do dia 14 de outubro. Neste dia foi acordado pelo incessante tocar da campainha de sua residência, temendo o pior não abriu a porta para dar a impressão de que não havia ninguém em casa. O ruído acordou também um funcionário do edifício, que assustado com a quantidade de policiais afirmou que Café Filho tinha deixado o Rio de Janeiro. Fugindo logo depois para moradas de amigos, conseguiu asilo político na embaixada da Argentina no dia 16 por intermédio do deputado Sampaio Correa. No dia 10 de novembro, Vargas ordenou o cerco militar ao Congresso Nacional, fechou o legislativo e estabeleceu uma nova Constituição. Iniciava-se a ditadura, que ficou conhecida como Estado Novo.

Provavelmente, ao tomar posse na Câmara Federal, Café Filho não imaginaria que três anos depois teria que fugir do país perseguido por aquele que defendia tão arduamente. Profundamente decepcionado com os caminhos que a política brasileira seguiu, retirou-se de sua pátria como um sujeito perigoso para a segurança nacional. O caminho de Café poderia ter sido diferente, poderia ter continuado a apoiar o governo e ter participado de alguma forma do estabelecimento do Estado Novo, como alguns deputados fizeram, mas preferiu seguir por outro caminho se tornando um dos críticos das ações do governo.

A vida de um sujeito é um eterno refazer-se, o sujeito a cada novo passo no futuro é um novo ser, assim como numa mesma temporalidade ele foi diferentes sujeitos, além de político, Café Filho era pai, marido e amigo para alguém. Os sujeitos não se constituem os mesmos nos mais variados campos sociais no qual eles interagem ou nas diferentes temporalidades que sua vida biológica atravessa. Os indivíduos atuam, refletem e são diferentes nas mais diversas situações que sua trajetória atravessa.

## Fontes

- A IMPRENSA, Natal, 1922-1923.
- A MANHÃ, Rio de Janeiro, 1928.
- CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.
- CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1928.
- DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 1928.
- Discursos de Café Filho na Câmara Federal, 1935-1937.
- FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 1932.
- IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 1922.
- JORNAL DO NORTE, Natal, 1921.
- JORNAL DO RECIFE, Recife, 1922-1923.

## Referências

- CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- CUNHA, Paulo Rikardo Pereira F. da. “Pátria e dever”: a Colônia José Bonifácio como espaço da contravenção da ordem (1922). *Revista Porto*, Natal, n. 4, p. 45-59, 2016.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas definições, usos, genealogias. *Varia História*. N. 28, 2002.
- FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do Garrancho*. Natal: EDUFRN, 1986.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 13-14, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MALATIAN, Teresa M. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc/Fapesp, 2001.
- MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 99-140.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre Rojas. La biografia como gênero historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010.

## **A implantação da República no Rio Grande do Norte: uma análise a partir da trajetória de José Leão Ferreira Souto**

Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi\*

### **Introdução**

O objetivo deste texto é analisar os conflitos existentes durante a instalação do governo republicano no Rio Grande do Norte em 1889, bem como evidenciar as práticas políticas e culturais dos opositoristas. O estudo será desenvolvido a partir da trajetória de José Leão Ferreira Souto, norte-rio-grandense que foi morar no Rio de Janeiro em 1870 e que teve a oportunidade de conviver com movimentos e lideranças republicanas. As principais fontes utilizadas no trabalho são periódicos publicados no Rio Grande do Norte entre os anos de 1888 e 1891, como o jornal *A República* e a *Gazeta do Natal*. Utilizamos o método *onomástico*, visando reconstituir tanto a trajetória de José Leão quanto as redes de sociabilidade em que ele se inseria. (GINZBURG, 1979). Do ponto de vista da estrutura, o texto está dividido em duas partes. Inicialmente será demonstrada a aproximação entre José Leão e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (primeiro governante local após a Proclamação da República); em seguida será discutido o que levou à ruptura entre eles. Ao longo do texto mostrar-se-á que a República, no Rio Grande do Norte, foi implantada com conflitos políticos dos mais diversos.

No Rio Grande do Norte, a versão historiográfica local mais difundida acerca da Proclamação da República foi criada pelo próprio grupo que ascendeu ao poder com a instauração do novo regime e que divulgava sistematicamente suas ideias nos jornais locais, notadamente n' *A República*. Posteriormente ao fato, outros autores reforçaram essa interpretação fundadora, seja em razão do seu envolvimento na política partidária republicana norte-rio-grandense, como Augusto Tavares de Lyra (LYRA, 1919), ou por terem sido convidados a escrever sobre a história do Rio Grande do Norte a partir dos interesses políticos de quem fez o convite, como é o caso do paranaense José Francisco

---

\* Mestre em História pela UFRN.

da Rocha Pombo (POMBO, 1920), que foi convidado por Joaquim Ferreira Chaves, então governador do estado do Rio Grande do Norte, para escrever um livro sobre o Rio Grande do Norte como forma de silenciar a obra de Tavares de Lyra.

Essa versão historiográfica construiu uma interpretação de que a República no Rio Grande do Norte foi instaurada em clima de paz e consenso<sup>188</sup>, favorecendo a manutenção no poder dos novos governantes. Pode-se afirmar que essa interpretação historiográfica está indissociavelmente vinculada à política partidária no período, mas pode-se afirmar também que a repercussão dessas ideias não ficou limitada àquela conjuntura (ROCHA, 2017). Nesse sentido, percebe-se que ainda hoje os poucos autores contemporâneos que se dedicam a estudar a Primeira República no Rio Grande do Norte, a despeito de adotarem diferentes perspectivas teóricas, ainda apresentam Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e sua “organização familiar” como dominadores *incontestes* no cenário político-partidário instituído após a Proclamação da República.<sup>189</sup> Pedro Velho emerge dessas narrativas como uma espécie de líder “natural” do movimento republicano norte-rio-grandense e, nessa condição, seria o indivíduo mais apto a comandar os destinos do recém instituído estado. Tanto nas obras de autores ligados à política partidária quanto naquelas produzidas por autores contemporâneos, há pouco ou nenhum destaque à atuação de grupos opositores.<sup>190</sup> A lógica interpretativa predominante é a de que, a partir da Proclamação da República no Rio Grande do Norte, foi instaurada no poder uma oligarquia (Albuquerque Maranhão) que dominava plenamente a política em todo o estado até a década de 1920, momento

---

<sup>188</sup> Vejamos, por exemplo, a narrativa de Câmara Cascudo para esse acontecimento: “Por esse tempo processava-se junto ao velho Antônio Basílio [Ribeiro Dantas, então presidente da província] uma sutil catequese manhosa. Insinuava-se a necessidade de fazer proclamar a República e assumir a administração por um correligionário liberal, dos menos expostos à crítica e menos contundidos pela política. Antônio Basílio não aceitou. Daria o governo ao chefe republicano. O chefe republicano era o dr. Pedro Velho, ou o dr. Hermógenes. Este não estava na cidade. Antônio Basílio mandou procurar Pedro Velho [...] depois do meio dia de 17 [de novembro]. [...] Ao entardecer desse 17 de novembro, no salão nobre do Palácio [...] o capitão-tenente Leôncio Rosa aclamou presidente o doutor Pedro Velho, “sendo unanimemente aceito no meio de aclamações gerais”, reza a ata lavrada por Joaquim Soares Raposo da Câmara. (CASCUDO, 2008, p. 53-54).

<sup>189</sup> Isso não significa dizer que todas essas interpretações são “iguais”, mas sim que apresentam o mesmo argumento sob diferentes roupagens. Prevalece, nesse sentido, a lógica do consenso e unanimidade em torno da Proclamação.

<sup>190</sup> O livro de Almir de Carvalho Bueno (BUENO, 2002) é uma rara exceção à esta tendência. Um dos únicos trabalhos de fôlego a analisar as ideias republicanas que existiam no Rio Grande do Norte nos últimos anos de Império e primeiros anos de República, este autor demonstra a existência de ao menos três vertentes de republicanismo difundidas em terras potiguares e aponta a existência de grupos opositores àquele que assumiu o poder com a Proclamação, embora este não tenha sido o foco de suas análises.



em que teria sido substituída por outro grupo de oligarcas, provenientes da região do Seridó norte-rio-grandense. Neste trabalho mostraremos que existiam relações mais complexas do que a simples dominação de uma oligarquia sobre a população.

A análise de jornais publicados no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte entre os anos de 1888 e 1892 permite evidenciar a existência de um cenário político muito mais complexo do que as interpretações historiográficas tradicionais têm apontado. Trata-se de um período marcado pela intensa disputa pelo poder e pela atuação de personagens que passaram a defender, ainda no Império, a forma de governo republicana, mas que após a Proclamação tornaram-se ferrenhos opositores a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e ao grupo que, juntamente com ele, ascendeu ao poder com a República.

Neste artigo, acompanharemos a trajetória do propagandista republicano José Leão Ferreira Souto (1850-1904) visando compreender tanto as articulações que levaram ao poder Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), quanto as práticas adotadas pelo próprio Pedro Velho para se manter à frente do governo.

### **A aproximação entre Pedro Velho e José Leão**

Em 21 de abril de 1888, aniversário de morte de Tiradentes e data simbólica para os propagandistas republicanos brasileiros <sup>191</sup>, foi criado no Rio de Janeiro, por iniciativa do propagandista republicano José Leão Ferreira Souto, o *Centro Republicano Potyguaranense*. Essa entidade reunia os norte-rio-grandenses residentes na Corte que defendiam a República como a forma de governo mais eficaz para os rumos do Rio Grande do Norte e do país. Os objetivos dessa agremiação, presidida <sup>192</sup> pelo próprio

---

<sup>191</sup> O historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990, p. 55- 73) analisa os esforços daqueles que assumiram o poder em 15 de novembro de 1889 na tentativa de legitimar o regime recém-instaurado. Como parte dessas ações, Carvalho destaca que Tiradentes foi escolhido como um dos “símbolos” da República brasileira e que essa construção só é iniciada *após* a Proclamação. Contudo, convém destacar que Tiradentes já era considerado símbolo republicano *várias décadas antes* da Proclamação, como o comprova, por exemplo, a fundação do Clube Tiradentes, entidade de inspiração republicana fundada no Rio de Janeiro no ano de 1866.

<sup>192</sup> A partir de uma lista publicada na capa da 1ª edição da revista *Potyguarania*, consegui identificar apenas os membros da Comissão Executiva desta entidade. São eles: José Leão Ferreira Souto (Presidente), A. Raphael (Secretário) e Hermes Cavalcanti (Tesoureiro). Não pude ver outras edições da revista (existem ao menos duas edições), os estatutos, as atas, e os demais documentos administrativos dessa instituição, que certamente acrescentariam novos elementos à análise.

José Leão Ferreira Souto, eram “estudar as necessidades materiaes da província [do Rio Grande do Norte], discutir as questões relativas ao seu território, esclarecer os problemas políticos, discutindo as formas de governo e proclamando a efficacia da Republica” (POTYGUARANIA, 1888, p. 2). Para realizar esses objetivos, duas foram as estratégias traçadas pela agremiação: a publicação de uma revista, intitulada *Potyguarania*<sup>193</sup>, e a proposta de unir todos os esparsos diretórios republicanos existentes na Província do Rio Grande do Norte, de modo que, juntos, pudessem constituir um partido republicano unificado nessa província.

No que diz respeito à primeira das estratégias foi a publicação da revista *Potyguarania*, cujo primeiro número foi publicado em 1888. Essa revista tornou-se o órgão responsável pela divulgação das ideias do *Centro Republicano Potyguarense*. Nessa publicação, os republicanos que constituíam o Centro publicavam artigos em que visavam demonstrar a inadequação da monarquia aos tempos modernos e, ao mesmo tempo, mostravam as vantagens da forma de governo republicano, propugnando a adoção da República como forma de equiparar o Brasil à condição desfrutada pelos demais países do continente americano que, naquele momento, já haviam adotado a forma de governo republicana.

A segunda das estratégias postas em prática pelo *Centro Republicano Potyguarense* foi a de empreender esforços para articular os diferentes grupos republicanos existentes no Rio Grande do Norte, a fim traçar uma diretriz política comum para os republicanos do Rio Grande do Norte no debate com o partido Republicano nacional. Seguindo as orientações da Lei Orgânica do Partido Republicano, os republicanos do *Centro Potyguarense* propuseram a escolha de cinco republicanos norte-rio-grandenses para compor uma delegação que deveria participar do Congresso nacional do Partido Republicano, que iria ser realizado em São Paulo no dia 9 de outubro de 1888. O referido Congresso objetivava eleger um Conselho Federal para o partido Republicano.

A fim de escolher os representantes do Rio Grande do Norte nesse congresso, os membros do *Centro Potyguarense* propuseram aos seus correligionários a divisão da

---

<sup>193</sup> Potyguarania, de acordo com o texto de apresentação da revista, seria o nome mais adequado ao Rio Grande do Norte em sua configuração republicana, uma vez que esse nome expressaria melhor as origens daquela porção do território brasileiro.

província do Rio grande do Norte em cinco circunscrições, que seriam, cada uma delas, representadas por um delegado e um suplente.

Na proposta apresentada pelo Centro Potyguaranense, a província do Rio Grande do Norte deveria ser dividida nas seguintes circunscrições: Primeira, composta por Natal, S. José do Mipibu, Papary, Arez e Goyaninha; Segunda, composta por Touros, Ceará-Mirim, Macahyba e Santa Rita da Cachoeira; Terceira, composta por Macau, Açú, Sant'Anna do Mattos, Angicos e S. Miguel do Jucurutu; Quarta, composta por Mossoró, Triumpho, Apody, Carahubas, Imperatriz, Porto-Alegre e Patú; Quinta, composta por Canguaretama, Nova Cruz, Serra Negra, Príncipe, Jardim e Acary. (POTYGUARÂNIA, 1888, p. 22-23). As cinco circunscrições em que foi dividido o território da província foram criadas com base no critério da autossuficiência, ou seja, cada uma das circunscrições teria elementos que permitissem tanto condições de segurança para os seus habitantes, como a presença de montanhas que tornassem o território protegido de invasores, quanto rotas que permitissem o escoamento da produção agrícola, já que cada uma dessas regiões teria um porto natural ou uma ferrovia que serviria a essa mesma finalidade. Tal divisão, argumentavam os editores de *Potyguarânia*, permitiria ainda que fossem selecionados representantes de todas as regiões da província, o que garantiria a legitimidade da empreitada e a representatividade dos diversos grupos republicanos espalhados pela província.<sup>194</sup>

Considerando as cinco circunscrições do Rio Grande do Norte, foram escolhidos os representantes locais para participarem do Congresso nacional do Partido Republicano. Nesse evento, ocorreu uma intensa disputa em torno da chefia nacional do Partido. Dois personagens disputavam a presidência: por um lado, Quintino Bocayuva, defensor da necessidade de se fazer intensa propaganda na imprensa, de modo a *convencer* a população da necessidade de uma transição gradual para a República *federalista*, e, por outro, Silva Jardim, defendia tanto a necessidade de uma *revolução*<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Na documentação consultada, não consegui identificar quem seriam todos os representantes do Rio Grande do Norte no Congresso do Partido e nem as posturas adotadas pela maioria. Não tive acesso a atas ou a outros documentos que permitissem o acompanhamento mais sistemático das discussões realizadas nesse Congresso. Entretanto, pelos documentos apresentados, encontrei indícios de que José Leão seria um desses representantes.

<sup>195</sup> Na interpretação dos positivistas ortodoxos, a transição da Monarquia para a República deveria ser feita de forma gradual e sem revoluções. O Apostolado Positivista, por exemplo, desejava que o próprio D. Pedro II se tornasse Ditador Republicano, numa eventual República pautada pelas ideias de Comte. Silva Jardim, apesar de se inspirar no positivismo, não era ortodoxo, e defendia que a ação humana

para o estabelecimento de um novo regime quanto a adoção de uma república nos moldes *unitaristas*, como propunham os adeptos do positivismo.

Afirmado escrever em nome do Partido Republicano do Rio Grande do Norte <sup>196</sup>, José Leão Ferreira Souto remeteu correspondência para o Partido Republicano nacional apresentando-se como representante do partido Republicano do Rio Grande do Norte. <sup>197</sup> Nessa correspondência, declarou seu apoio a Silva Jardim, justificando a atitude nos seguintes termos:

Creio bem interpretar os generosos sentimentos do Partido Republicano de minha província [Rio Grande do Norte], nesta questão de chefia, pondo-me ao lado dos nossos correligionários de Pernambuco, com quem o Rio Grande do Norte já em 1817 e 1824 foi sempre solidário. Perfilando, pois, o protesto haver cumprido um dever de lealdade para com o Partido Republicano brasileiro e os meus distintos comprovincianos norte-rio-grandenses. (LIMA SOBRINHO, 1978, p. 379)<sup>198</sup>

A partir dessas observações, já se pode perceber que, aproximadamente no mesmo período em que a revista *Potyguarana* começou a ser publicada, iniciaram-se as primeiras tentativas de se criar um partido republicano no Rio Grande do Norte. Isso significa que o Partido Republicano local estava sendo criado como um núcleo do partido nacional, o que evidencia uma lógica diferente do que foi apresentado pela historiografia tradicional, ou seja, pelo que estamos observando, a fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte não estava circunscrita a um partido local. Esse partido desejava se constituir como um núcleo do que estava esboçado nacionalmente. Essa constatação se contrapõe às afirmações de que os partidos, na Primeira República, eram eminentemente estaduais. Note-se, também, que os próprios partidos republicanos

---

poderia “acelerar” a marcha da história. A República, na visão dele, era inevitável e deveria ser proclamada a todo custo. Nessa perspectiva, a revolução se tornava uma estratégia eficiente para a adoção do regime republicano no Brasil.

<sup>196</sup> Infelizmente, não pude encontrar documentos que me permitissem identificar todos os republicanos norte-rio-grandenses que manifestaram adesão às propostas do Centro Republicano Potyguaranense. Pude, no entanto, descobrir que dezoito republicanos norte-rio-grandenses remeteram à José Leão um Manifesto de adesão à causa republicana. Dentre os signatários do documento, encontravam-se João Avelino Pereira de Vasconcelos, Arthur de Macedo e Janúncio da Nóbrega. (GAZETA DO NATAL, 22 de março de 1890, p. 1).

<sup>197</sup> Note-se que, naquele momento, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte não estava oficialmente constituído. Conforme veremos, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte só foi fundado alguns meses mais adiante.

<sup>198</sup> O Partido Republicano de Pernambuco, liderado, naquele momento, por Aníbal Falcão, foi um dos principais apoiadores da campanha de Silva Jardim.

locais tinham intercâmbio com outros partidos republicanos, o que evidencia que não eram apenas os interesses oligárquicos que moviam esses partidos.

José Leão Ferreira Souto, na condição de presidente do *Centro Potyguaranense*, trocou inúmeras cartas com o republicano norte-rio-grandense João Avelino Pereira de Vasconcelos<sup>199</sup>, solicitando que ele entrasse em contato com possíveis adeptos do republicanismo no Rio Grande do Norte, a fim de consultá-los sobre a possibilidade de que se agrupassem em um partido.<sup>200</sup>

Ao que tudo indica, essas correspondências frutificaram, de modo que dezoito norte-rio-grandenses se reuniram e assinaram um manifesto<sup>201</sup> se comprometendo com a causa republicana e a se agruparem em torno de um partido republicano. Consolidado esse núcleo, José Leão solicitou a João Avelino, mais uma vez por meio de carta, que ele encontrasse alguém que considerasse apto a coordenar, na província, as articulações políticas necessárias à coordenação do partido. Um dos nomes sugeridos a José Leão por João Avelino foi o de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, primo de João Avelino e presidente da *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense*.

Ao que tudo indica, Pedro Velho só foi lembrado por Avelino em virtude da atuação deste personagem na *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense*, uma vez que, naquele período, o abolicionismo era visto como uma pauta associada ao republicanismo.<sup>202</sup> Apesar da insistência de João Avelino, até meados de novembro de

---

<sup>199</sup> João Avelino Pereira de Vasconcelos (10/11/1837 – 30/04/1922) era primo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e foi um dos principais membros da Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense, entidade fundada em 1888 com a finalidade de propugnar pela causa abolicionista. Entre as atividades em que esta instituição se envolveu estavam a compra de alforria para escravos e o apoio logístico a fugas de escravos. Para maiores detalhes sobre a atuação desta entidade, que funcionou entre os meses de janeiro a maio de 1888, consultar os exemplares do Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense, publicados quinzenalmente durante este período. Além disso, Tavares de Lyra (LYRA, 2012, p. 242-246) reproduz o manifesto da entidade.

<sup>200</sup> A narrativa sobre as articulações que levaram à criação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte está baseada, salvo indicações em contrário, em (CASCUDO, 1965) e (GAZETA DO NATAL, 22 abr 1890).

<sup>201</sup> Infelizmente, não pude encontrar documentos que me permitissem identificar todos os republicanos norte-rio-grandenses que manifestaram adesão às propostas do Centro Republicano Potyguaranense. Pude, no entanto, descobrir que dezoito republicanos norte-rio-grandenses remeteram à José Leão um Manifesto de adesão à causa republicana. Dentre os signatários do documento, encontravam-se João Avelino Pereira de Vasconcelos, Arthur de Macedo e Janúncio da Nóbrega. (GAZETA DO NATAL, 22 de março de 1890, p. 1).

<sup>202</sup> A respeito da associação entre abolicionismo e republicanismo vigentes no período em questão ver, por exemplo, o livro de Almir de Carvalho Bueno (BUENO, 2002, p. 67). Ver ainda (FERNANDES, 2006).

1888, Pedro Velho ainda não se havia decidido a aderir ao partido.<sup>203</sup> Avelino continuou trocando cartas com José Leão, às quais anexava listas com adesistas às ideias republicanas, incluindo importantes lideranças ligadas ao Centro Republicano Seridoense<sup>204</sup> e outros republicanos espalhados por diversas cidades e vilas da província. Até meados do início de dezembro de 1888, o nome de Pedro Velho não constava em nenhuma das listas enviadas à José Leão por Avelino. Isso só viria a acontecer em 31 de dezembro de 1888, quando João Avelino enviou à José Leão uma carta na qual comunicava a adesão de Pedro Velho à causa republicana, afirmando que “o meu primo Dr. Pedro Velho decidiu-se pôr-se à frente do partido, e muito fará porque tem inteligência, energia e fôrça de vontade precisas” (CASCUDO, 1965, p. 33).

Definida a liderança, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi oficialmente fundado pouco tempo depois, em 27 de janeiro de 1889. É interessante notar que o Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado – embora aqueles que vivenciaram esses acontecimentos não o soubessem, evidentemente – praticamente às vésperas da Proclamação. Não havia, como existia em outras províncias, a exemplo de São Paulo e Rio Grande do Sul, uma propaganda republicana plenamente consolidada, até aquele momento. Como vimos anteriormente, a fundação do Partido está relacionada à uma diretriz nacional, que visava a constituição de partidos republicanos em todas as províncias.

Na reunião de fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, Pedro Velho foi escolhido para ocupar o cargo de presidente do partido. É interessante mencionar que nessa ocasião, esteve presente João de Albuquerque Maranhão (1826-1890), mais conhecido como “João das Estivas”. Ele era sobrinho de André de Albuquerque, uma das lideranças da Insurreição Pernambucana de 1817. Os dois eram parentes próximos de Pedro Velho, e foram mobilizados no momento da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte para legitimar a posse do seu presidente. A ligação genética de Pedro Velho com participantes do movimento de 1817 apresentou-se como uma solução do Partido Republicano para deixar evidente que,

---

<sup>203</sup> Excertos das cartas trocadas entre José Leão Ferreira Souto e João Avelino foram publicados no jornal *Gazeta do Natal* de 22 de março de 1890. Luís da Câmara Cascudo também comenta, de forma breve, o convite feito por Vasconcelos e a reticência inicial de Pedro Velho. A esse respeito, ver (CASCUDO, 1965, p.33).

<sup>204</sup> Trata-se de um pequeno clube republicano fundado em 1886 por Janúncio Nóbrega (1869-1899) na Villa do Príncipe (atual Caicó), cidade localizada na região do Seridó norte-rio-grandense.

apesar de até então não existir uma propaganda para dar unidade ideológica à fundação do Partido, existia uma tradição familiar. Nesses termos, Pedro Velho tornou-se republicano a partir de sua origem. A ideia é de que existia o sentimento republicano no Rio Grande do Norte desde pelo menos 1817, ainda que ele estivesse difuso em diferentes momentos. A função de Pedro Velho foi, então, agregar essa dispersão para dar sentido ao partido que se formava. Nesse caso, não foi a família de Pedro Velho quem criou a República, mas ela está sendo mobilizada em função do seu passado, para justificar a ascensão dele como chefe do movimento.

Ainda na reunião de fundação do Partido, foram definidas estratégias para divulgar sistematicamente as ideias republicanas na província. Decidiu-se que era necessário criar um órgão de propaganda para o partido e que seriam lançadas candidaturas próprias do partido nas próximas eleições provinciais, que ocorreriam em agosto de 1889. Isso evidencia que a propaganda não é anterior à fundação do Partido, mas ocorre em consequência dela. Até então, em termos de propaganda republicana, o que existia era a publicação de uma coluna republicana no jornal caicoense *O Povo*, ligado ao partido Liberal.

A ausência de espaços na imprensa para divulgar as ideias republicanas era, efetivamente, um grande problema. Para resolve-lo, o partido pediu a José Leão que conseguisse, no Rio de Janeiro, a doação de um prelo. José Leão, então, conseguiu esse equipamento com o republicano norte-rio-grandense Daniel Pedro Ferro Cardoso<sup>205</sup>, então residente na França.

Já no tocante às eleições, foram selecionados candidatos republicanos para concorrer à deputação geral. Naquele momento, a província estava oficialmente dividida em dois distritos eleitorais<sup>206</sup>, e cada candidato apresentava a sua candidatura por um

---

<sup>205</sup> “Daniel Pedro Ferro Cardoso (Natal, 08/10/1837 – Rio de Janeiro 05/04/1899) formou-se em engenharia na Bélgica. Republicano do Manifesto de 1870, foi, ao lado de Lopes Trovão, um dos principais agitadores da Revolta do Vintém (1880), no Rio de Janeiro. Enquanto morou em Paris, abriu um café onde, usando um barrete frígio (símbolo republicano) para demonstrar suas convicções políticas, recebeu o Imperador D. Pedro II quando este visitou Paris. Foi inventor de diversas máquinas [...] Ferro Cardoso foi o responsável pela construção de vários edifícios públicos no Brasil. Na Bélgica, projetou o melhoramento urbano da cidade de Louvain.” (AIRAGHI, 2016, p. 70).

<sup>206</sup> O Decreto nº 842 de dezenove de setembro de 1855 definiu que a Província do Rio Grande do Norte deveria ser dividida em distritos eleitorais, cujo número deveria ser igual ao de deputados gerais da província. Com base nesse critério, a província estava dividida em dois distritos: o Primeiro tinha sede na capital e compreendia as paróquias de Natal, São Gonçalo, Extremoz, São José do Mipibu, Papari, Arêz, Villa Flor, São Bento, Goianinha e Touros. “Já o Segundo Distrito era sediado em Assú e tinha dois

distrito eleitoral. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi escolhido em assembleia partidária para concorrer pelo Primeiro distrito, enquanto José Leão, mesmo residindo no Rio de Janeiro e há vários anos sem visitar sua província de nascimento, foi selecionado para concorrer pelo Segundo distrito. Nessas eleições, ambos foram derrotados, mas argumentaram que concorrer essa havia sido uma experiência válida, uma vez que a campanha, na perspectiva deles, contribuiu para tornar a causa republicana mais conhecida da população norte-rio-grandense. O saldo, conforme afirmaram José Leão e Pedro Velho em manifestos dirigidos ao eleitorado da província, havia sido positivo, pois o Partido havia conquistado vários adeptos.<sup>207</sup> Observe-se que os resultados eleitorais evidenciam, por um lado, a pouca visibilidade republicana na província e, por outro, que Pedro Velho não chegou ao poder em razão das suas relações oligárquicas. Se assim fosse, ele teria vencido essas eleições.

### **A discórdia entre Pedro Velho e José Leão**

No dia 15 de novembro de 1889, menos de três meses após o término da campanha eleitoral acima mencionada, o general Deodoro da Fonseca, acompanhado de alguns civis e de militares, depôs o governo monárquico.<sup>208</sup> A notícia foi divulgada nas várias províncias do país, onde os republicanos – e adesistas – se articularam para depor o governo monárquico e instaurar a República. Em cada uma das províncias, era necessário encontrar alguém de confiança do governo central que pudesse assumir o governo provisoriamente.

Nesse momento, pelo menos dois personagens entraram em contato com o ministro do Interior, Aristides Lobo, visando tratar da chefia do Rio Grande do Norte no novo regime. O primeiro deles foi José Leão Ferreira Souto e o segundo, o padre João Manoel de Carvalho.

---

colégios eleitorais que se reuniram nas matrizes de Assú e Imperatriz. O Primeiro Colégio eleitoral, com sede em Assú, compreendia também as paróquias do Campo Grande, Santana do Matos, Angicos, Macau, Mossoró, Príncipe e Acari. O Segundo Colégio Eleitoral compreendia as paróquias de Imperatriz, de Patu, de Portalegre, Apodi e Pau dos Ferros". (AIRAGHI, 2016, p. 34)

<sup>207</sup> Tanto José Leão quanto Pedro Velho tiveram seus textos publicados no jornal *A República* do dia nove de outubro de 1889. O manifesto de Pedro Velho está na 2ª página, enquanto que o de José Leão está na página quatro.

<sup>208</sup> Contudo, diversas são as interpretações sobre a Proclamação da República. Um artigo bastante elucidativo sobre essa questão é o da historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Ver: (JANOTTI, 2005).



No contato com Aristides Lobo, José Leão solicitou que Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, presidente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, fosse reconhecido como chefe do Governo Provisório no Rio Grande do Norte. A solicitação de José Leão foi atendida, de modo que ele próprio enviou, do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Norte, no dia 15 de novembro, um telegrama categórico a Pedro Velho, ordenando que ele assumisse o governo e proclamasse a República na província (CASCUDO: 1965, p. 131).<sup>209</sup>

O outro personagem a procurar Aristides Lobo foi o padre João Manoel de Carvalho, uma das principais lideranças do partido Conservador no Rio Grande do Norte, e que exercia mandato de deputado geral pela província do Rio Grande do Norte na última legislatura do Império. Em pronunciamento realizado nos últimos meses de governo imperial, havia se declarado republicano na tribuna da Câmara. De acordo com Luís da Câmara Cascudo (2008, p. 53; 1965, p. 131), o padre João Manoel procurou Aristides Lobo, com o intuito de que lhe fosse dada autorização para assumir o governo no Rio Grande do Norte. No entanto, sua solicitação não foi aceita, pois quando ele procurou Aristides Lobo, obteve como resposta a informação de que já existia um partido republicano constituído no Rio Grande do Norte, presidido por Pedro Velho.<sup>210</sup> Em virtude desse fato, o padre João Manoel não pode assumir o governo, como desejava.

O fato de o padre João Manoel não ter assumido o governo indica, por um lado, o prestígio de José Leão junto às lideranças republicanas nacionais e, por outro, abriu caminho para que Pedro Velho pudesse assumir a chefia do governo provisório no Rio Grande do Norte. A partir de então, o padre João Manoel alijou-se das disputas partidárias no estado, mudando-se para o município de Bananal, no interior do estado de

---

<sup>209</sup> O telegrama enviado a Pedro Velho era incisivo: continha tão-somente os seguintes termos: “Assuma governo, proclame República” (CASCUDO, 2008, p. 53). O envio desse telegrama é informação facilmente localizável em inúmeros *sites* da *internet* e em diversos livros – inclusive os didáticos – que tratam da história do Rio Grande do Norte. No entanto, parece ter escapado à percepção dos diversos analistas a informação de que José Leão foi o remetente dessa correspondência. Esse papel de mediador é apenas um dos aspectos a revelar a importância da atuação de José Leão nos rumos da República no Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, o fato corrobora a nossa percepção de que mesmo as perspectivas historiográficas mais recentes acabaram por incorporar a visão dos políticos *vencedores* da época, que tendiam ao obnubilamento dos conflitos que ocorreram imediatamente após a Proclamação.

<sup>210</sup> Não pude encontrar maiores informações sobre esse contato do Padre João Manoel com Aristides Lobo. Pude ler apenas essa citação de Cascudo, sobre o fato.

São Paulo. A saída do padre João Manoel da cena política favoreceu o fortalecimento de Pedro Velho.

Com o fortalecimento de Pedro Velho, o último governante da província do Rio Grande do Norte no Império, Antônio Basílio Ribeiro Dantas, ligado ao partido Liberal, foi deposto. Ribeiro Dantas era o vice-presidente da província e havia assumido a chefia da província temporariamente, esperando que o governo central indicasse um substituto. No entanto, as notícias que chegavam do Rio de Janeiro davam conta de que havia sido proclamada a República, e Antônio Basílio procurou diversos militares que pudessem assumir o governo. Como nenhum deles aceitou, procurou os republicanos. Inicialmente, procurou Hermógenes Tinôco. Como não o encontrou, pois ele estava fora da capital, procurou então Pedro Velho, que então já contava com o respaldo oficial das lideranças nacionais da República.

Esse momento político é descrito por Luís da Câmara Cascudo como algo produzido em um clima de paz e de consenso, que teve como única vítima fatal, no Rio Grande do Norte, um retrato do imperador D. Pedro II, existente no palácio do governo e que fora destruído pelos republicanos. (CASCUDO: 2008, p.). Entretanto, percebe-se que os conflitos existiram. Veja-se, por exemplo, a disputa pela chefia do governo provisório. Provavelmente, os conflitos emergiram de uma forma diferente de outros conflitos existentes.

Nesse contexto, contando com o apoio de José Leão, Pedro Velho assumiu o governo provisório. Contudo, essa situação se modificou pouco tempo após a Proclamação da República, tendo em vista quatro medidas tomadas por Pedro Velho levaram ao rompimento com seu “mentor”: a nomeação de um governo provisório majoritariamente composto por monarquistas; a demissão de funcionários públicos que haviam servido ao Império, mas que poderiam ser aproveitados na República; o apoio dado por Pedro Velho a Quintino Bocayuva e, finalmente, a não adoção do nome de “Potyguarânia” para o Rio Grande do Norte.

A primeira medida foi a de constituir alianças com antigos elementos provenientes da política imperial. Essas articulações são perceptíveis, por exemplo, quando analisamos as nomeações que ele fez para os ministérios estaduais: José Moreira Brandão Castello Branco, ministro do Exterior, ligado ao antigo Partido Liberal;

Amintas Barros, ministro da Justiça, ligado ao antigo Partido Conservador; José Bernardo de Medeiros, ministro do Interior, ligado anteriormente ao partido Liberal, mas que já havia publicado um manifesto aderindo às ideias republicanas; Luís Emídio Pinheiro da Câmara, ministro da Fazenda, ligado ao partido Conservador; Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti, Ministro da Guerra, militar de carreira; Capitão-Tenente Leôncio Rosa, ministro da Marinha e também militar de carreira. Essa extensa lista de personagens ligados à monarquia que compunham o governo provisório era completada por João Avelino Pereira de Vasconcellos, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o único republicano *histórico* a ser nomeado por Pedro Velho para o cargo de ministro.<sup>211</sup>

Essa postura de Pedro Velho, ao aliar-se a pessoas tradicionalmente ligadas à política monárquica, causou desconforto entre os republicanos. Hermógenes Tinôco, vice-presidente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, afirmou, em artigo publicado no jornal *Gazeta do Natal* do dia 18 de janeiro de 1889, se sentir

[...] apreensivo em vista da escolha que [Pedro Velho] fizera dos membros de seu conselho, no qual apenas se via um puritano da idéia, seu digno primo o cidadão João Avelino Pereira de Vasconcellos, e cuja maioria se achava representada por monarchistas, tão republicanos quanto o monarcha deposto, que até a véspera do advento da república riam-se d'ella e de nós (GAZETA DO NATAL: 18 jan. 1890, p. 2).

Na percepção de Hermógenes Tinôco, o ministério escolhido por Pedro Velho era mais ligado à Monarquia do que à República, propriamente dita, o que motivou as primeiras desconfianças em relação à Pedro Velho. Outros republicanos *Históricos*, como José Leão, também tiveram essa percepção.

A segunda das ações de Pedro Velho que causaram o descontentamento dos republicanos norte-rio-grandenses foi a publicação de um decreto que estipulava a demissão de quase uma centena de funcionários públicos nomeados durante o Império. Em carta enviada a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Hermógenes Tinôco, vice-presidente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, queixou-se de que esta medida era uma perseguição política, pois considerava que “A República, para se organizar e consolidar-se, precisa da harmonia e fraternização de todos os brasileiros

---

<sup>211</sup> A lista de ministros nomeados por Pedro Velho foi retirada de (CASCUDO, 2008, p. 54).

sinceros e honestos” (GAZETA DO NATAL: 18 jan. 1890, p.2). Para que pudesse se consolidar, era necessário que o governo republicano fizesse

[...] desaparecer as distincções dos velhos partidos, não revier as antigas reacções, extinguir os ódios, acatar o mérito, e tirar proveito das novas adesões, para que, harmonizados todos e na maior fraternidade, trabalhassem para a reorganisação do país e bem da causa da democracia; cumpria-lhes em uma palavra, dar, com seu procedimento, garantia solemne de que é por meio da paz, da concordia e da justiça que a republica ha de conseguir o engrandecimento da pátria. (GAZETA DO NATAL: 18 jan. 1890, p.2).

Ao perseguir os antigos funcionários, formou-se a percepção de que essa República era excludente. Afinal, um governo que se pretendia defensor das liberdades de opinião não deveria perseguir monarquistas.

O terceiro fator é que, paulatinamente, Pedro Velho vai se aproximando de Quintino Bocayuva, adversário de José Leão e contrários aos princípios unitaristas. A eleição levou Quintino ao comando do Partido Republicano, deixando Silva Jardim e seu grupo político alijado do poder decisório.

O quarto fator é decorrência direta do anterior. Após assumir o governo provisório, Pedro Velho não adotou o modelo de República proposto por José Leão e, como consequência, não instaurou uma República unitarista, o que o fez manter a denominação “Rio Grande do Norte” para o estado, ao invés de denomina-la “Potiguarânia, como desejava José Leão.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto, foi demonstrado que a criação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte esteve diretamente vinculada às articulações do Partido Republicano nacional, que visava constituir um partido republicano atuante a nível nacional. Nesse momento, a atuação de José Leão Ferreira Souto foi fundamental, em razão de sua relação com as lideranças nacionais do movimento republicano. Da mesma forma, essas relações estabelecidas a nível nacional por José Leão foram essenciais para que Pedro Velho assumisse o governo provisório, após a Proclamação.

Ao reconstituir a trajetória de José Leão, pode-se perceber a emergência de um grupo oposicionista àquele que assumiu o poder em 1889, com a Proclamação da República. Esse grupo era composto tanto por republicanos “históricos”, ou seja, propagandistas republicanos, quanto por adesistas que, descontentes com as ações de Pedro Velho à frente do governo, viram a possibilidade de, ao aliarem-se aos republicanos, alterar os rumos da política estadual.

Com base nessas reflexões, é possível afirmar que não foi a política oligárquica que levou Pedro Velho ao poder do governo provisório. Existiu uma rede complexa de relações pessoais e sociais que explicam essa conjuntura. Pedro Velho fez parte de uma cultura política então existente que não pode ser minimizada aos quadros de um poder oligárquico.

## Referências

AIRAGHI, Paulo Vitor S. *José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX*. 2016. 115 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRRN, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Ed. UFRN, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, p. 181-195, nov. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782006000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782006000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 jun 2018.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. Il nome e il come: scambio ineguale e mercato historiografico. *Quaderni storici*, vol. 14. n. 40. jan – abr. 1979.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

LIMA SOBRINHO, Barbosa (Org.). *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Conselho Federal de Cultura, 1978.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 2012. 4 ed.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da Rocha. A proclamação da República no Rio Grande do Norte. IN. \_\_\_\_\_ (Org.): *Estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Natal: CJA editores, 2017.

## **A Trajetória do Marmorista Italiano Leone Lonardi em Porto Alegre (1927-1961)**

Regina Zimmermann Guilherme\*

### **Introdução**

Este trabalho é resultado da pesquisa que precedeu meu projeto de mestrado referente à trajetória do marmorista italiano Leone Lonardi, um imigrante chegado a Porto Alegre em 1927. A partir de uma visão geral do contexto da imigração profissionalmente qualificada e dos marmoristas italianos, pretendo avançar nos estudos referentes à mobilidade, a formação de redes sociais e atividades transnacionais, permitindo esclarecer melhor a atuação destes imigrantes italianos em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX.

Inicialmente, a proposta do estudo da trajetória do marmorista Leone Lonardi coloca a necessidade de reflexão a respeito da importância dos estudos de trajetórias para a pesquisa histórica. Nos estudos de imigração, a trajetória de apenas um indivíduo permite alcançar o mundo em que atuaram os imigrantes, apontando para as dificuldades enfrentadas, as estratégias bem sucedidas e as fracassadas. Também possibilita analisar a complexidade das tramas existentes num pequeno universo, buscando entender os valores e as regras que orientavam as ações. Seguir o desempenho dos sujeitos na esfera local ajuda a perceber o modo como se constituíam os vínculos de interdependência que conectavam uns aos outros, os mecanismos de inserção social e as formas de integração que ligavam a família à comunidade e, conseqüentemente, às instâncias externas, bem como os recursos que cada um podia acionar no cotidiano, como esclarece Maíra Ines Vendrame, (VENDRAME, 2014, p. 691). Vendrame, Karsburg, Weber e Farinatti consideram que: “Casos individuais e práticos e socioculturais surgem como indicadores de novos problemas para a compreensão de fenômenos históricos mais gerais”. (VENDRAME; KARSBURG, WEBER e FARINATTI, 2015, p. 9). Alexandre Karsburg observa que a biografia, há alguns anos, passou por transformações. Atualmente, procura-se problematizar o percurso do indivíduo, inserindo-o em diferentes temporalidades, contextos e situações. Por isso, hoje, alguns historiadores utilizam o termo trajetória. Enquanto a

---

\* Graduada em História pela PUCRS, mestranda do PPG de História da PUCRS.

biografia procura contemplar a totalidade da vida do indivíduo, a trajetória busca centrar as análises num período determinado. Tanto na biografia quanto no estudo da trajetória, devem ser analisados os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido. É importante colocar o indivíduo em seu tempo relacionando-o a outros do mesmo período, percebendo os contextos em comum procurando observar suas semelhanças e diferenças. (KARSBURG, 2015, p. 36).

O marmorista e escultor Leone Lonardi nasceu em 16 de junho de 1896, em Fumane, Verona, Itália, frequentou a Escola de Escultura de Verona. Aos 20 anos foi convocado pelo exército e enviado para a Primeira Guerra Mundial. Ao retornar para Verona, em 1920, foi convidado a esculpir as obras de fachada da igreja de Fumane. Esculpiu também, em 1922, alguns monumentos aos mortos de guerra, entre outros trabalhos na Itália. Neste período, ficou noivo de Maria Beghini. E então, fez sua primeira experiência migratória. Deixando a noiva na Itália, partiu sozinho, em 1923, para a Filadélfia nos Estados Unidos. Permaneceu na Filadélfia, por dois anos. Em 1925, Leone retornou à Itália para se casar. Entre 1925 e 1926, trabalhou em um monumento aos mortos para a abadia Caravena, em Verona. O casamento o impediu de retornar para os Estados Unidos, em função da política de imigração daquele país que não aceitava a imigração de famílias. Segundo depoimento de seu filho Julio Lonardi, enquanto trabalhava para na abadia de Caravena, fez amizade com um jovem chamado Pedro Biondani, que já havia estado em Porto Alegre e planejava retornar. Pedro convidou Leone para acompanhá-lo. Assim, o jovem casal, Leone e Maria Lonardi, chegaram ao Brasil, em 20 de novembro de 1927, desembarcando, primeiramente, no Porto de Santos e seguindo logo para Porto Alegre. Ao chegar a Porto Alegre, Leone Lonardi foi recebido por Leonildo Sartori, funcionário da Casa Aloys, uma das mais importantes marmorarias do Rio Grande do Sul, deste período, onde Leone trabalhou nos primeiros seis meses, após sua chegada. Empresa da qual, segundo Harry Rodrigues Bellomo, teria se tornado sócio, após a morte de Aloys Friederichs, para tentar salvar a empresa, juntamente com os escultores André Arjonas e Ghino de Angeli. (BELLOMO, 2008, p. 30). Em agosto de 1928, como consta no primeiro livro caixa da empresa, associou-se a Arlindo Teixeira que fora letrista na Casa Aloys e, com ele, fundou a Marmoraria Lonardi & Teixeira, instalada na Lomba do Cemitério. Outros escultores, além de Leone, trabalharam na marmoraria Lonardi, como os italianos V. Bottari, Luiz Sanguin e Sylvio Giusti e o espanhol André Arjonas, que ali trabalhou depois do fechamento da Casa Aloys. Numa prévia e breve incursão pela documentação já é possível evidenciar a formação de redes sociais que viabilizaram a imigração e o seu estabelecimento em Porto Alegre. Os livros pontos e livros caixas mostram que, além dos escultores, vários italianos se aliaram a Lonardi, como sócios, empregados, fornecedores, clientes, etc.



A importância de se estudar as redes sociais - estratégia utilizada na viabilização da imigração “espontânea” - vem sendo evidenciada desde a década de 1990, em função do surgimento de um novo fluxo migratório, em direção aos países desenvolvidos. Manoela Cunha define rede como “um campo de relações entre indivíduos”. Porém, para a autora, não se trata de um grupo bem definido e limitado, mas de uma abstração para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um determinado espaço social. A família costuma ser a base das redes, considerando que se apoiam na solidariedade e na confiança. (CUNHA, 1986, p. 116). Maria do Rosário Salles, ao estudar as trajetórias familiares e a constituição de diferentes formas de redes sociais, observou que “são bastante significativos os organismos de apoio, de ajuda internacional e todos aqueles que se formaram dentro das comunidades, dentro e fora do Brasil”. Salles cita, como tipos de redes: a relação entre família e grupos de parentesco ou vizinhança e a relação das comunidades com os bairros. (SALLES, 2004, p. 2). Oswaldo Truzzi, ao estudar o conceito de “redes” em processos migratórios, diz que o enfoque de “redes” sucedeu a aplicação da noção de “cadeias” migratórias, de certo modo, ampliando-a. Considera que a noção de redes é crucial a todos os que almejam entender migrações como um processo social, na medida em que as informações e recursos providos, por meio de redes, influenciam os processos migratórios. Alguns autores utilizam o termo cadeias ao se referirem às redes. Truzzi explica que o termo cadeias foi concebido na década de 1960 por pesquisadores australianos (MacDonald e MacDonald). Na definição destes pesquisadores, através das cadeias “migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores”. (apud TRUZZI, 2008, p. 202). Truzzi apresenta outras definições, como de Kelly (1995) que acentua algumas das funções sociais das redes, como de agrupar indivíduos; canalizar, filtrar e interpretar informações; articular significados, alocar recursos e controlar comportamentos. (apud TRUZZI, 2008, p. 203). O uso dos termos “cadeias” e “redes” aponta ao fato de que muitos decidiam emigrar baseados em informações prévias, obtidas de imigrantes anteriores, a respeito das oportunidades e dificuldades - no que se referia às perspectivas de emprego e alojamento iniciais -, dos recursos para financiamento das viagens, entre outras questões que envolviam a migração. O papel das redes deve ser valorizado, tanto na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, quanto na sociedade receptora, após a emigração, no período de integração à nova sociedade. Através de uma série de indicadores, como os padrões residenciais, ocupacionais e matrimoniais, entre outros, é possível avaliar o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo país, a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes. O ponto fundamental é buscar, a partir de cada indivíduo, a identificação de sua rede de relações. Mesmo os

indivíduos que migraram sozinhos, o fizeram como participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios. (TRUZZI, 2008, p. 210-214).

Nas décadas de 1930 e 1940, a Marmoraria Lonardi & Teixeira passou a se constituir, em uma das mais importantes marmorarias e oficinas de esculturas do Estado. (DOBERSTEIN, 2002). Segundo a pesquisadora de arte cemiterial Luiza Carvalho, depois da Casa Aloys, a Marmoraria Lonardi é a segunda que mais aparece nos cemitérios do Rio Grande do Sul. (CARVALHO, 2015, p. 417). Leone Lonardi esculpiu algumas obras públicas, como: os bustos do Irmão Weibert (Porto Alegre), de Leonardo Truda (Porto Alegre) e de Rui Barbosa (Novo Hamburgo). Construiu o altar da Igreja Sagrada Família (Porto Alegre). E esculpiu grande quantidade de obras para os nossos cemitérios: Pietá, baixos-relevos, Cristos, anjos do Juízo Final e figuras alegóricas. (BELLOMO, 2008, p. 32). Assim, é possível evidenciar a prática de atividades “transnacionais”, nos inúmeros serviços prestados à Igreja e nos trabalhos com o mármore de Carrara. A ideia de transnacionalismo do imigrante italiano está contida na observação de Menegotto, ao estudar a atuação dos arquitetos italianos em Porto Alegre: “A cultura do imigrante especializado, que com o passar do tempo cada vez mais se fixa no núcleo urbano, propunha mudanças e, simultaneamente, aceitava continuidades.” (MENEGOTTO, 2011, p. 273). Cizina Célia Resstel analisando a forma como os fluxos migratórios têm alterado o comportamento étnico, modificando a forma de ser das pessoas e influenciando as políticas econômicas, envolvendo questões religiosas, culturais e sociais de todos os países, observa que o imigrante mantém o vínculo com o seu país de origem, que ultrapassa as fronteiras. Para Resstel, esse perfil da população imigrante é o que podemos chamar de transnacionalismo. A autora apresenta, então, a definição de Solé, Parella e Cavalcanti<sup>212</sup>, para os quais o transnacionalismo é um processo através do qual: “os imigrantes constroem campos sociais que conectam seu país de origem e seu país de assentamento. (...) desenvolvem e mantêm múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas, políticas – que ultrapassam fronteiras.” (apud. RESSTEL, 2015). Para Maurizio Ambrosini, uma evolução da teoria da network é representada pela abordagem transnacional, que constitui talvez a principal inovação teórica dos últimos anos. Enfatiza os processos mediante os quais os imigrantes constroem relações sociais compostas, que conectam as suas sociedades, de origem e de

---

<sup>212</sup> “*los inmigrantes construyen campos sociales que conectan su país de origen y su país de asentamiento. (...) desarrollan y mantienen múltiples relaciones – familiares, económicas, sociales, organizacionales, religiosas, políticas – que sobrepasan fronteras.*” (Glick Schiller; Bach; Szanton Blanc, 1992 apud Solé; Parella; Cavalcanti, 2008, p.15). In: RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Transnacionalismo. In: *Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 53-78. ISBN 978-85-7983-674-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xky8j/pdf/resstel-9788579836749-05.pdf>

acolhimento. O migrante é visto como ator social capaz de iniciativa e de promover mudanças econômicas, culturais e sociais. A teoria considera que muitos migrantes continuam a preservar uma noção de pertencimento e a desenvolver um papel ativo nos contextos de origem, como também o fazem nos contextos de acolhimento. (AMBROSINI, 2005, p. 48-49).

Para entendermos a atuação de Leone Lonardi em Porto Alegre, precisamos lembrar que, no início do século XX, a cidade vive grandes modificações econômicas e urbanísticas, num dinâmico processo de modernização. Com o desenvolvimento industrial, surge uma burguesia com poder aquisitivo e desejos de afirmar seu *status* através de bens de consumo, como a construção de palacetes, aquisição de obras de arte para as residências e para os túmulos dos familiares, citando apenas os itens diretamente relacionados ao nosso estudo. Na capital, como em todo o Rio Grande do Sul, a construção civil, tanto no âmbito público quanto privado, carecia de profissionais especializados, como engenheiros, arquitetos e marmoristas, entre diversas atividades. Este processo de expansão urbana atrai muitos imigrantes alemães e italianos, principalmente, em torno do comércio, da construção civil e da indústria. Os profissionais chegados da Europa eram muito bem vindos, pois além da qualificação profissional, traziam toda a bagagem cultural europeia, tão ambicionada pela burguesia emergente deste período. Em Porto Alegre, em torno de 1870, já se notava a presença de um número significativo de italianos, em torno das artes e do comércio. Estes se agregavam e se articulavam, formando uma comunidade coesa que facilitava a chegada e a permanência dos novos imigrantes. Renato Menegotto observa que, nos últimos anos do século XIX e primeiros decênios do XX, um número considerável de construtores de origem italiana, nascidos na Itália ou descendentes, são responsáveis pelos novos moldes da capital em crescimento, que mudava a fisionomia arquitetônica, procurando deixar para trás o passado colonial, que para o autor era sinônimo de atraso e precariedade das condições de vida. O autor nota que desde o período posterior à Primeira Guerra e ao longo dos anos 1920, pode-se apontar que o setor da construção civil da cidade, refreado durante e mesmo após o conflito mundial, amplia-se na terceira década do século. Com o crescimento populacional e das oportunidades de trabalho, surge a necessidade de se construir novas habitações. (MENEGOTTO, 2011, p. 66-70). É importante lembrar que o trabalho dos marmoristas, em geral, está atrelado ao trabalho de construtores e arquitetos.

No Rio Grande do Sul, são abundantes os estudos em torno da imigração que compõem as colônias agrícolas. Porém, poucos estudos se voltaram para o imigrante urbano que, por suas especificidades, se diferencia, em muitos aspectos, do imigrante rural. Portanto, muitos aspectos precisam ser conhecidos e entendidos em torno deste tema. A partir de 1980, com os substanciais estudos de Núncia Constantino, voltados aos imigrantes calabreses no centro de

Porto Alegre, surge um olhar para o que os historiadores chamam de imigrante “espontâneo”, termo que trata do imigrante que viaja e se instala no país de origem sem apoio de governo. A imigração “espontânea” se apoia em redes de relacionamento. O termo trata de uma imigração diferenciada da grande imigração de camponeses destinados às zonas rurais. O imigrante “espontâneo” não estava vinculado aos programas de imigração em massa, promovidos pelos governos. Os estudos de Constantino, que desde os anos de 1980 trouxeram grande contribuição para a historiografia a respeito da imigração urbana, demonstraram que, desde a primeira metade do século XIX, existiu um número elevado de imigrantes “espontâneos”, vindos de diferentes regiões da Itália, que, por isso, se caracterizaram pela sua heterogeneidade social. Estes estudos apontam que a maior parte destes imigrantes é constituída por comerciantes, porém a autora observa a presença de engenheiros, arquitetos e artistas, entre outros imigrantes qualificados. (CONSTANTINO, 1991). Neste sentido surgem alguns importantes estudos de autores como Manuel Diégues Júnior, Stella Borges e Rosemary Brum. Mais recentemente, surgem estudos, como de Antonio de Ruggiero, Vittorio Cappelli e Leonardo Conedera, que tratam do imigrante qualificado, aquele imigrante “espontâneo” que possui uma qualificação profissional, seja a nível técnico ou superior. Para Cappelli, nas pequenas cidades, os laços comunitários dos imigrantes não criaram obstáculos aos processos de integração, na medida em que as atividades comerciais e artesanais eram voltadas ao mercado global das cidades e das regiões de acolhimento, não se restringindo à clientela de conterrâneos italianos, como aconteceu em São Paulo e em Buenos Aires (CAPPELLI, 2007, p. 14-15). Os estudos sobre imigrantes profissionalmente qualificados apontam também para uma importante característica desta tipologia migratória, a mobilidade.

A mobilidade faz parte da forma mental deste imigrante, que mesmo em migrações locais, dentro da Europa, está sempre à procura de melhores oportunidades para colocar seus conhecimentos, assim como melhores locais para se estabelecerem. Embora, em muitos casos, o estabelecimento não seja prioridade, visto que a qualificação profissional permite a este imigrante seguir para novos locais quando as oportunidades se esgotam, não há adaptação ou surgem novos interesses. A mobilidade é uma característica da trajetória de Leone Lonardi que antes de vir para o Brasil, teve uma primeira experiência imigratória nos EUA. Vittorio Cappelli ao tratar dos pequenos fluxos imigratórios espontâneos - em grande parte, provenientes de uma pequena área na Itália meridional, entre as regiões italianas da Calábria, Basilicata e Campânia, aponta que desde a década de 1860, há uma ativa experiência de mobilidade relacionada aos hábitos dos vendedores ambulantes e dos artesãos que contribuíram significativamente para a construção das modernas redes urbanas. Sobre estes imigrantes profissionalmente qualificados, Cappelli observa que o trabalho agrícola e o isolamento em ambientes rurais não estão em suas

perspectivas. Da mesma forma, procuram evitar as grandes capitais. “Preferem os pequenos centros urbanos, (...) Não é raro escolherem cidades portuárias em desenvolvimento na virada para o século XX”. (CAPPELLI, 2007, p. 11). Alguns historiadores consideram que a mobilidade faz parte da cultura italiana, que seria uma tradição, principalmente no que se refere à elite intelectual e ao imigrante profissionalmente qualificado. Oswaldo Truzzi distingue um deslocamento ou mobilidade de uma experiência migratória, utilizando as tipologias migratórias de Charles Tilly (1978), associadas a duas variáveis: a *distância* entre origem e destino, e o grau de *ruptura* (com a origem) de quem emigrou. Tilly categorizou as migrações, de caráter distinto desse tipo mais comum de mobilidade, segundo o deslocamento do indivíduo ao mercado (de trabalho, de terras ou matrimonial), como: *Locais*, a um mercado próximo; *Circulares*, por um determinado intervalo de tempo definido, retornando à sua origem; *De carreira*: respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence ou associados a uma profissão que já exerce; *Em cadeia*; motivado por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino. Truzzi considera que as migrações *locais* - como ocorria no Vêneto, com um histórico apontado pela literatura italiana, de emigração a países vizinhos - parecem ter contribuído para a formação de uma cultura migratória. Este movimento pode ser caracterizado como emigração *local* ou *circular*. Essa tradição ou cultura da emigração, com o passar do tempo, assumiu uma característica de *cadeia*, fomentada por agentes de propaganda ou parentes e conterrâneos, emigrados anteriormente, bem-sucedidos, que agiam como uma corrente transmissora de informações que alimentavam os deslocamentos. (TRUZZI, 2008, p. 209). Leonor Schwartsmann, ao estudar a presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul, observou que estes são herdeiros desta tradição migratória. A autora percebeu, em seu estudo, que: “a mobilidade internacional de membros da elite intelectual não é um fenômeno recente da história da Itália.” (SCHWARTSMANN, 2013, p. 29). Núncia Constantino, citando Gramsci, fala da tradição cosmopolita dos italianos, que muitas vezes, eram profissionais que desempenhavam serviços em diferentes países, como militares, artistas, cientistas, navegadores, entre outras atividades. (CONSTANTINO, 1991, p. 465). Para Giovanni Levi, a mobilidade italiana está mais relacionada às características específicas da realidade familiar derivada da presença capilar da Igreja Católica e do distanciamento e fragmentação do poder central que permitiu o desenvolvimento de infinitos mecanismos de proteção e solidariedade, apoiando suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social no parentesco. (LEVI, 2015, p. 15). Levi considera que os condicionamentos familiares e os estímulos parentais, tanto no sentido da escolha e da transmissão das funções, condições ou profissões de pai para filho, como também dos condicionamentos culturais e psicológicos derivados de tais escolhas, também tiveram papel relevante nos fenômenos de mobilidade social. Mas, para além da relação entre pais e filhos, as

escolhas e as possibilidades, para cada indivíduo, são largamente determinadas por uma multiplicidade de representações, pelo conjunto de valores e das motivações familiares e parentais. (LEVI, 2015, p. 26).

Quanto ao ofício dos marmoristas, segundo Maria Elizia Borges, o dado mais remoto sobre esta formação, provavelmente esteja entre os séculos XII e XVII, com o surgimento da *loggia*, uma organização hierarquicamente organizada, composta por artistas e artesãos contratados para construir igrejas e catedrais. A partir daí, inicia-se a exploração das primeiras pedreiras, locais de onde se extrai o mármore bruto do solo. Nos ateliês, cabia ao entalhador de pedra desbastar os pedaços de pedra bruta, até realizar esculturas. Essa pessoa era considerada pela comunidade de trabalho como *grande escultor* ou *marmorista*. Na Renascença, quando a arte ganha o *status* de produto intelectual que subordinava a si a atividade operadora da produção artesanal, os marmoristas se reuniam em corporações. A produção tornou-se autônoma, atendendo tanto aos interesses da esfera pública como aos da privada. Com o Maneirismo, movimento artístico do século XVI que revia os valores clássicos, os arquitetos passaram a questionar o uso do mármore em certos tipos de construções, no frio europeu. Ao mesmo tempo, o mármore estatuário começou a ser largamente empregado nas sepulturas suntuosas das pessoas ilustres. O frio mármore se adequava mais aos mortos do que aos vivos. Este novo uso provocou mudanças nos hábitos culturais e artísticos. (BORGES, 1991, p. 44). No fim do século XIX, os marmoristas se encontravam numa posição privilegiada. Este foi o período áureo da sua profissão, pois prestavam serviços aos inúmeros cemitérios secularizados e às construções ecléticas que surgiam na Europa e no Brasil. Nesta época, por sua formação profissional, o marmorista era um pequeno burguês. (BORGES, 1991, p.49).

Ao estudarmos a atuação dos marmoristas, no início do século XX, precisamos considerar a importância dos cemitérios e da arte cemiterial, neste período. Maria Elízia Borges, em seu estudo sobre arte funerária, observa que, no Brasil, “existe o predomínio de uma produção funerária efetuada por artistas-artesãos oriundos de marmorarias instaladas, em sua maioria, por imigrantes italianos e portugueses.”. (BORGES, 1975, p. 20). Para ela, os marmoristas conduziam a produção funerária de uma maneira especial, pois transmitiam aos aprendizes e empregados uma mensagem de valor moral e espiritual, uma vez que cada túmulo a ser confeccionado era diferente das demais encomendas, sendo um objeto religioso que exigia o maior respeito do artista-artesão. (BORGES, 1975, p. 22). A arte funerária foi amplamente utilizada a fim de afirmar o gosto e o *status* da camada mais abastada da sociedade. No que se

refere à importância dos cemitérios, neste período, Maria Elizia coloca que “no início do século XX o cemitério era o local mais visitado de uma cidade. Ele proporcionava a toda a comunidade entrar em contato com um tipo de obra veiculadora de um ideário estético determinado”. (BORGES, 1997, p.23).

Desde o início do século XX, há uma grande procura por marmorarias e esculturas. A burguesia emergente e a efusão de obras públicas demandavam materiais nobres como o granito e o mármore para revestimentos internos e externos de residências e edifícios. Apesar de haver um declínio na produção dos monumentos públicos neste período, as famílias abastadas de Porto Alegre mantêm o gosto pelas esculturas funerárias que refletem seu *status* social e econômico. A atuação dos marmoristas italianos não se restringiu às obras funerárias. Operaram, amplamente, na construção civil, na arquitetura, nas artes plásticas e na decoração.

Outro aspecto que precisa ser considerado é a definição de “identidade étnica” ou “etnicidade”. Manoela Carneiro da Cunha cita a definição de grupo étnico do antropólogo Fredrik Barth: “forma de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, construindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem” e diz que: a etnicidade é, sobretudo, funcional nos processos de inserção e de ascensão social (CUNHA, 1986, p. 117). Para Carlos Brandão, grupo étnico é um tipo organizacional peculiar, culturalmente diferenciado dos outros. E cita Eugenia Goicochea, para a qual etnicidade é uma categoria objetiva de auto-reconhecimento de diferenças. Para ele, diferenças culturais, também podem ser definidas como “diferenças étnicas”. Um grupo étnico é um grupo diferenciado através de critérios como as formas de organização do trabalho, regras de casamento, códigos de orientação do comportamento e crenças religiosas. (BRANDÃO, 1986, p.145-149). Bevilacqua, De Clementi e Franzina, ao analisarem o imigrante italiano, notaram que embora este tenha se adaptado facilmente à realidade brasileira e conservado sua identidade localística, ao longo do tempo, a etnicidade implicaria em duas noções “nós” e “eles”. Pelo fato de serem considerados, pelos brasileiros, genericamente italianos, os imigrantes adquiriram um sentido de pertencimento comum, mais forte do que em sua pátria.<sup>213</sup> (BEVILACQUA, DE CLEMENTI e FRANZINA, 2000, p. 15-16).

Leone Lonardi se constitui num exemplo de como os marmoristas italianos se inseriram no fluxo espontâneo de imigrantes, composto por correntes imigratórias oriundas de pequenas

---

<sup>213</sup> “Pur inserendosi facilmente nella realtà brasiliana e conservando a lungo un’indentità localistica, il fatto che l’etnicità implicasse solo due nozioni – “noi” e loro” - e che i brasiliani li vedessero come genericamente italiani, spiense gli immigrati ad acquisire un senso di comune appartenenza più forte che in pátria.” In: BEVILACQUA; DE CLEMENTI; FRANZINA, 2000, p. 15-16.

áreas da Itália, direcionados para as zonas urbanas, estimulando uma experiência de mobilidade. A trajetória de Leone esteve relacionada às atividades dos comerciantes, artistas, artesãos e operários inseridos numa dinâmica de história social, das relações internacionais e da imigração da Itália em direção ao Brasil. Desta forma, o estudo de caso de Leone Lonardi pode viabilizar o entendimento de questões de identidade étnica, como a forma de organização social e de identificação dos membros deste grupo; questões em torno da mobilidade; da constituição e funcionamento das redes sociais estabelecidas em torno destes profissionais; além das atividades transnacionais dos marmoristas chegados à Porto Alegre no início do século XX. Numa forma mais geral, este estudo deverá contribuir para o desenvolvimento das pesquisas em torno da imigração profissionalmente qualificada que colaborou significativamente, com mão de obra especializada e novas tecnologias para a expansão econômica de Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX.

### Referências

- AMBROSINI, Maurizio. *Sociologia delle migrazioni*. Il Mulino, Bologna 2005.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*, de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1997.
- BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade e Ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade e Ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BEVILACQUA, Piero; De CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (editor). *Storia dell'emigrazione italiana*. Donzelli Editore, Roma, 2000.
- BORGES, Maria Elízia. *Arte Funerária: apropriação da Pietá pelos marmoristas e escultores contemporâneos*. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos/Pós-Graduação de História PUCRS* – ano1, n.1(jul.1975)-Porto Alegre: EDIPUCRS, 1975.
- BORGES, Maria Elízia. *Arte Tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no Período da Primeira república*. Tese (Doutorado) ECA/USP. São Paulo, S.C.P., 1991.
- BORGES, Stella. Italianos e o Movimento Operário em Porto Alegre. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos /Pós-Graduação de História PUCRS* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção das pessoas e resistência cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1986.



BRUM, Rosemary Fritsch. *Caderno de Pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937*. São Luis/MA: EDUFMA, 2009.

BRUM, Rosemary Fritsch. *Uma cidade que se conta. Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30*. São Luis/MA: EDUFMA, 2009. São Luis/MA: EDUFMA, 2009.

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 7-37, jul. 2007.

CAPPELLI, Vittorio. Imigração italiana e empreendedorismo no Brasil: dois estudos de caso. In: MUSA FAY, Claudia, RUGGIERO, Antonio de. (org.) *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CARVALHO, Luiza Fabiana Nietzsche. *A História da Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. Porto Alegre: Tese de doutorado. Instituto de Artes. UFRGS, 2015.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A Imigração Italiana no Pós-Guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de italianos (1956-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2012.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Músicos no Novo Mundo: A presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação, PUCRS. Porto Alegre, 2017.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Ferrari, Calegari e Mancuso: Lentes italianas sobre o Rio Grande do Sul. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – ISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS, 2014, p. 773-786.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *A presença italiana no Uruguai e os italianos de Porto Alegre*. Hoy es Historia, 1988.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: imigrantes italianos em Porto Alegre. In: MUSA FAY, Claudia, RUGGIERO, Antonio de. (org.) *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CONSTANTINO. Núncia Santoro de. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 63-73, junho 2006.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense/EDUSP, 1986.

DE RUGGIERO, Antonio. Empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiros (1875-1914). In: MUSA FAY, Claudia, DE RUGGIERO, Antonio. (org.) *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuária e Ideologia 2*. Ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: ed. da Cidade; Letra e Vida, 2011.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil entre 1800 e 1900. In: MUSA FAY, Claudia, RUGGIERO, Antonio de. (org.) *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método de microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre parentela. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

MENEGOTTO, Renato. *Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Transnacionalismo. In: *Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 53-78. ISBN 978-85-7983-674-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xky8j/pdf/resstel-9788579836749-05.pdf>

SALLES, Maria do Rosário R.. *Imigração, Família e Redes Sociais: a experiência dos 'deslocados de guerra' em São Paulo, no pós Segunda Guerra Mundial*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1330/1294>

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista (autor). *Entre a mobilidade e as inovações: a presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892-1938)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS - Porto Alegre, 2013.

SORIA, Regina. *Artisti nell'emigrazione*. In: BEVILACQUA, Piero, CLEMENTI, Andreina De, FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana*. Donzelli Editore, 2001.

TRUZZI, Oswaldo. *Redes em processos migratórios*. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 2008. P. 199-218.

VENDRAME, Máira Ines. *Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional*. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VENDRAME, Máira Ines. *O Poder da Aldeia: redes e práticas de justiça na ex-colônia de Silveira Martins (1881-1900)*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – eISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.685-705.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

## **Aldo Locatelli no Brasil: de pintor sacro a professor no Instituto de Artes de Porto Alegre, RS – Uma trajetória marcada por relações pessoais e profissionais (1948-62)**

Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos\*

Em livros escritos por historiadores sobre Aldo Locatelli, poucas informações constam acerca da sua atuação como pintor sacro, sendo mais numerosos os textos produzidos por estudiosos do Turismo e das Artes Plásticas. A referência da sua chegada a Pelotas, RS, para a feitura de painéis na ambiência da catedral São Francisco de Paula é, contudo, constante em todos os trabalhos tematizados na vida e na obra deste pintor. Por outro lado, há até poucos anos eram escassas as menções a respeito da motivação e da forma como se deram as negociações para que Locatelli rumasse da longínqua Itália, em 1948, sob a incumbência de decorar uma igreja brasileira. Em 2009, o Instituto Cultural Emilio Sessa (ICES, Porto Alegre, RS) incursionou pesquisas sobre o artista que foi indicado pelo Núncio Apostólico em Sofia, Angelo Roncalli (mais tarde, Papa João XXIII), para organizar a decoração interna da catedral pelotense. Emilio Sessa contava com a admiração de Roncalli, um exímio fã dos seus trabalhos em catedrais como as de Viena e de Budapeste, e foi ele que convidou Locatelli – seu colega desde a formação em Artes Visuais na Escola de Artes Andrea Fantoni, com quem dividia um pequeno atelier em Bergamo – para integrar a sua equipe de trabalho no Brasil. Associando a trajetória de Locatelli neste país às relações por ele estabelecidas (desde a Itália), o presente artigo enfoca a sua atuação no Rio Grande do Sul e parte de leituras realizadas sobre as possibilidades existentes para estudos sobre trajetórias no Brasil.

---

\* Doutoranda em História, PPGH, UNISINOS.

### **Um breve retorno a Villa d'Almè...**

**(Bergamo, Itália. Outono de 1948.)**

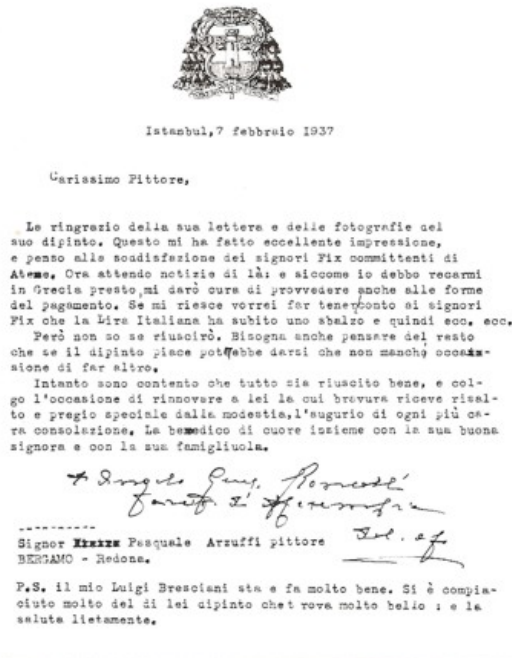
Ao receber um convite do então Núncio Apostólico Angelo Roncalli, exímio admirador das ambiências que havia composto em igrejas europeias, o projetista e decorador italiano Emilio Sessa reuniu-se com alguns de seus amigos e colegas de estudos da renomada Escola de Artes Andrea Fantoni, a fim de formar a equipe que viajaria consigo ao Brasil sob o encargo de decorar a recentemente construída catedral São Francisco de Paula (Pelotas, RS). Entre os presentes, estavam Adolfo Gardoni, Atilio Pisoni e Aldo Locatelli, seu fiel companheiro de trabalho que, tendo retornado ferido de um combate na África oito anos antes – para onde havia sido enviado a servir, em ocasião da II Guerra Mundial – instalou um pequeno atelier na cidade montesa de Villa d'Almè e, num momento de instabilidade econômica intensa, fez-lhe a proposta de divisão do seu espaço e das eventuais encomendas que recebesse. (CORDONI, p. 11-31). As Artes de Sessa e de Locatelli em muito diferiam e, justamente por esta razão, completavam-se perfeitamente (o que fez com que Aldo fosse o primeiro nome pensado por Emilio Sessa para integrar a sua equipe): Sessa trabalhava com cores e com tons mais sóbrios, fazia belas representações da natureza, do etéreo. Tanto em espaços mais amplos (como a ambiência de uma igreja) quanto nos limites de suas pequenas telas, tantas vezes, pintadas como um hobby de finais de semana. Já Locatelli tinha predileção por cores primárias vibrantes e pelo “jogo de tonalidades”, produzindo as mais diversas nuances que fossem possíveis de se obter a partir delas. Era conhecido como o “mago das cores” (BRAMBATTI, 2008 e outros autores) e como um exímio especialista em produzir figuras humanas. Foi, pode-se assim dizer, um figurista de formação que tinha como inspiração, desde os bancos acadêmicos, artistas de gênio como Leonardo Da Vinci e Miguel Ângelo. Segundo Margherita Cordoni (2002), os pintores renascentistas sempre foram as maiores fontes de inspiração para Locatelli, informação esta que foi confirmada em entrevista recentemente realizada para nossa pesquisa doutoral, cedida por seu aluno Círio Simon – atualmente, professor aposentado do Instituto de Artes de Porto Alegre, RS –.

Mesmo sendo completamente diferentes, tanto no que concerne às suas personalidades quanto às técnicas e aos tipos de Arte que produziram nos longos anos em que foram amigos e colegas (e, cabe mencionar também, em que foram

compadres<sup>214</sup>), as trajetórias de Sessa e de Locatelli são indissociáveis. Partindo da pequena Villa D'Almè, os pintores iniciariam uma nova jornada pessoal e profissional que se estenderia até 1962, quando se deu a morte de Locatelli.



Lembrança de Ângelo Roncalli a Emilio Sessa, com quem Locatelli veio ao Brasil. Fonte: Acervo do ICES.



Ângelo Roncalli, futuro Papa João XXIII. Carta de recomendação enviada ao professor Pasquale Arzuffi para Emilio Sessa. Fonte: Acervo do ICES.

A lembrança enviada por Roncalli a Sessa e a carta de recomendação de seus serviços de pintura, direcionada ao professor da Academia de Artes Andrea Fantoni, Pasquale Arzuffi, compõem parte da documentação que se encontra sob os cuidados de seus filhos Nella Sessa (Bergamo, Itália) e Franco Sessa (Brasil). Embora não sejam diretamente relacionadas a Locatelli, pode-se dizer que estas fontes estão entre as mais importantes a respeito da sua vinda ao Brasil. Procuraremos dar continuidade a esta história, a partir daqui, mostrando alguns dos caminhos e dos trabalhos conjuntos do decorador e do figurista, então, recém-chegados à cidade de Pelotas (RS). Considerar as relações estabelecidas por Locatelli com Sessa que, por sua vez, tinha a amizade e a

<sup>214</sup> Aldo Locatelli é padrinho de Fábio Sessa, filho mais novo de Emilio. Dos momentos em que não estiveram juntos (quase sempre, quando um ou outro necessitava viajar à Itália para resolver problemas de ordem familiar ou financeira, ou então, quando Locatelli esteve doente – já nos seus últimos anos – e precisava de pareceres do seu médico, em Bergamo), há registros em cartas trocadas entre eles que estão conservadas pela família de Emilio Sessa, atualmente, sob os cuidados dos seus filhos Nella (residente em Bergamo) e Franco (que vive em Porto Alegre e integra o Instituto Cultural Emilio Sessa, no qual realizo trabalhos, há nove anos, como pesquisadora autônoma).

admiração do então Núncio Apostólico denota, logo de início, alguns dos laços sociais e religiosos que impulsionaram a sua carreira artística. O reconhecimento obtido nas cidades por onde passou possui relação, ainda, com a sua inserção na sociedade pelotense e nas demais cidades onde trabalhou.

É necessário dizer que as referências que faremos, a partir deste momento, estão relacionadas a leituras que fizemos para debates promovidos durante o curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. O leitor poderá pensar, com certa razão, que outros textos seriam mais apropriados à nossa fala, mas este artigo não deixa de ser, justamente, um exercício de inter-relação com outros temas discutidos no âmbito dos estudos sobre trajetórias no Brasil. Seguimos, então, com a análise proposta.

Ao discorrer sobre a “memória guardada em papeis e livros” da biblioteca privada do intelectual brasileiro Francisco José de Oliveira Viana, numa pesquisa que se desenrolou em torno dos livros e das cartas conservadas em seu acervo pessoal, a historiadora Giselle M. Venâncio (2005) compreende que “os documentos explicitam, entre registros e lacunas, lembranças e esquecimentos, o dizível e o indizível, o memorável e o imemorial.” (VENÂNCIO, 2005, p.75). Embora se detenha em pesquisas sobre um sujeito que deixou um legado escrito sobre a História do Brasil, através da documentação reunida por Venâncio e de suas considerações [sobretudo, as que foram apresentadas mais amplamente em sua tese doutoral intitulada “Na trama do Arquivo: A trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)”, defendida na UFRJ em 2003] é possível reconstituir a sua atividade como leitor, escritor, professor, jurista e sociólogo. Neste ponto, podemos dar seguimento às pesquisas sobre as trajetórias de artistas como Locatelli, também, buscando compreender as suas múltiplas atividades (pintor, professor e, inclusive, jurado de concursos) com base na documentação existente no acervo da família de seu companheiro de trabalho, Emilio Sessa. A partir de informações cedidas por familiares e amigos de Sessa e Locatelli, temos buscado entender algumas das diferenças existentes entre eles e que, certamente, possuem relação com o fato de este último ter se destacado no cenário social estendendo, ao mesmo tempo, o exercício do seu ofício para o âmbito acadêmico, tanto em Pelotas (na Escola de Belas Artes) quanto em Porto Alegre (no Instituto de Artes, atualmente, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, RS).

### **Das nossas pesquisas e das contribuições recebidas...**

#### **Breve contextualização da vida e da obra de Aldo Locatelli<sup>215</sup>**

Detenhamo-nos, neste momento, na possibilidade de escrever sobre o contexto a que se relaciona a biografia de Locatelli – ou, menos pretensiosamente, sobre uma (muito) breve parte dele –, considerando a sua trajetória, os vínculos que estabeleceu (tanto no campo das Artes quanto fora dele) e as tantas relações sociais que firmou nos quatorze anos em que viveu no Brasil. Este também é um desafio para nós, mas, considerando o estágio em que se encontra a pesquisa sobre a contextualização da vida e da obra do pintor, acreditamos dispor de fontes substanciais para tratar sobre este tema.

De acordo com Benito Schmidt, em entrevista cedida a Andriolli Costa em torno da pauta “O historiador e as distinções do relato biográfico” (2014) –, “existem biografias escritas por literatos, por jornalistas, por historiadores e mesmo por cineastas” e, “no entanto, cada uma delas terá um enfoque diferenciado” (COSTA, 2014, p. 37). É imprescindível sinalizarmos que partimos de métodos e de fontes utilizadas em História para a organização deste artigo e dos nossos demais trabalhos (tanto os já elaborados quanto os que estão em andamento), logo, o excerto biográfico que ora apresentamos não é definitivo e poderemos complementá-lo, suprimindo ou acrescentando informações, ao longo dos próximos anos. No que tange à escrita de biografias por historiadores e ao interesse do público leitor em “adentrar a vida” dos sujeitos – o que nos faz pensar em como torná-las mais atrativas sem que precisemos apelar para superficialidades e para os usos de informações irrelevantes à História, ou, que poderiam comprometer o caráter científico esperado do nosso trabalho –, Lilia Schwarcz (2013) também nos chama a atenção:

O fato é que biografias continuam a constar do cardápio básico do historiador, e ganham, cada vez mais, um público leigo leitor. Não há quem não goste de adentrar em vida alheia, e nosso papel, hoje em dia, com certeza não se resume a interditar a prática, mas antes pensá-la de maneira crítica. (SCHWARCZ, 2013, p. 54).

---

<sup>215</sup> É preciso dizer que, atualmente, as nossas pesquisas têm se pautado no objetivo de analisar as representações de santos missionários que foram produzidas por Aldo Locatelli em igrejas do Rio Grande do Sul e que, neste sentido, a disciplina intitulada “Teoria e Metodologia da História I - Biografia & História: Hagiografia, Trajetórias e Prosopografia”, ministrada pelos professores Doutores Ana Paula Korndörfer, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues e Paulo Roberto Staudt Moreira, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH-UNISINOS), nos forneceu aportes teóricos relevantes à organização da nossa tese doutoral, que se encontra em fase inicial de produção.



Para pensar a prática da escrita biográfica criticamente é necessário que se conheça, antes de tudo, as circunstâncias em que a trajetória do sujeito biografado se desenvolveu. No caso de Locatelli e de outros artistas europeus vindos ao Brasil durante ou após episódios destacados como o da II Guerra Mundial (1939-1945), esta atenção se torna ainda mais fundamental, pois, certamente, a situação local influenciou para que aceitassem a proposta de imigrar para outros países – e, neste caso, para outro continente –. Em contraposição à instabilidade que se abateu sobre a Europa do pós-guerra, destaca-se que os centros urbanos brasileiros tiveram um rápido aumento populacional e de mão-de-obra, expandindo significativamente a sua economia. Segundo Maria Lúcia Kern, as cidades do Rio Grande do Sul, neste momento “crescem e se modernizam” e, então, “a população desfruta de maior acesso à educação e aos centros nacionais e internacionais, e suas modalidades de vida social se modificam”. (In: GOMES, 2007, p. 74). Nesse ínterim, o convite recebido por Emilio Sessa e sua equipe para vir ao Brasil, no final da década de 1940, foi uma oportunidade irrecusável de melhores condições de trabalho e de vida para eles e suas famílias. Feitas as primeiras tratativas e contando com pouco tempo para a organização de todos os trâmites, os pintores rumaram para Pelotas. Suas esposas e filhos viajariam ao Rio Grande do Sul somente mais tarde.

*Pari passu* com a aceleração do desenvolvimento das cidades brasileiras, ocorriam mudanças no âmbito religioso e ampliavam-se as iniciativas de evangelização e de mobilização dos grupos paroquiais católicos. Sobre a forma como os avanços urbanos, econômicos e sociais foram vistos pelo clero (ou, ao menos, por alguns de seus religiosos), o teólogo Victor Codina (1987) assim explica, em sua obra “Vida religiosa: História e Teologia”:

As diferenças econômicas entre países ricos e pobres crescem desmesuradamente e um materialismo cada vez mais crasso e angustiante parece invadir toda a humanidade. Toda esta estranha amalgama constitui o que se chamou de “modernidade”, uma versão secular e satisfeita do progresso e da técnica. (CODINA, 1987, p. 63).

As primeiras modificações que são perceptíveis em igrejas rio-grandenses, no momento que antecedeu a vinda dos pintores italianos, relacionam-se aos seus projetos arquitetônicos. Sobre eles, Regina Céli Machado (2007), citando escritos do Papa Pio XII de 1947 (momento em que foram feitas as primeiras tratativas para a viagem de Sessa e Locatelli ao Brasil), destaca o seguinte excerto:

Com o avanço do movimento litúrgico e a publicação da encíclica *Mediator Dei* em 1947, Pio XII afirma que: “Não se podem repudiar as formas e as imagens de hoje, mas é necessário deixar campo livre para a arte moderna quando esta serve, com a devida reverência e a devida honra, aos sagrados edifícios e aos ritos sacros”. (MACHADO, 2007, p. 24).

Esta proposta de abertura dos espaços sacros à Arte Moderna teve continuidade com o sucessor de Pio XII que foi, justamente, Angelo Roncalli: O Papa João XXIII, representante da Igreja Católica entre 1958 e 1963. Fazendo menção à importância do seu pontificado para a inserção da Igreja nas novidades trazidas pela Modernidade, Regina Machado assim prossegue em suas considerações:

É o Papa João XXIII quem abre a igreja à esperança, aceitando o diálogo e a mentalidade experimental do mundo moderno. Ele diz aos arquitetos: “Introduzam nas igrejas a sensibilidade, a serenidade e o calor de vossas casas.” Começa-se então a falar de “casa da igreja” - *Domus Ecclesiae* - como nos primeiros séculos da cristandade. (...) A liturgia é renovada, o que acarreta profundas modificações na organização dos espaços e na forma das igrejas. (Ibidem, p. 25).

Neste contexto, a Arte Sacra também se destacava, passando a ser fortemente estimulada através de incentivos do clero católico. De acordo com Maria Helena Andrés (1966), o Papa João XXIII foi um dos maiores entusiastas da inserção de programas artísticos em igrejas brasileiras, vendo os trabalhos de pintores e compositores de ambiências europeias como uma possibilidade de aproximação dos templos sul-americanos com o centro (Roma). A autora informa, ainda, que Roncalli fez intervenções em exposições de Arte do Rio Grande do Sul:

Sentindo, também, a necessidade de um entrosamento maior entre os artistas e a igreja, o papa João XXIII procurou estimular a criação de uma arte sacra, capaz de representar em toda a sua plenitude a época em que vivemos. Instituiu para isso prêmios nas exposições oficiais, visando estimular os artistas a realizarem obras de arte baseadas em temas religiosos. (ANDRÉS, 1966, p. 84).

Esta iniciativa de João XXIII de estimular os artistas – que, até então, estavam voltados às grandes exposições e ao aprendizado de novas técnicas – à incorporação da Arte Sacra aos seus ofícios, foi fundamental para que fossem projetadas as novas composições de ambiências tematizadas no Sagrado. O Concílio Vaticano II, convocado

por este Papa em 1962, reforçaria ainda mais o seu legado às Artes. Não nos deteremos neste acontecimento agora, porém, cabe atentarmos para uma coincidência: 1962 foi, também, o ano da morte de Aldo Locatelli. Sabe-se que os seus trabalhos que ficaram inacabados foram concluídos por outros artistas (como foi o caso de um painel produzido na igreja Nossa Senhora de Lourdes de Porto Alegre, RS, que precisou ser terminado pelo pintor espanhol José Sicart). O filho de Aldo, Roberto Locatelli, informou em entrevista cedida a Franco Sessa (filho de Emilio e seu amigo de infância, integrante do ICES) que seu pai já conhecia os trabalhos de Sicart de longa data e, portanto, ele mesmo teria lhe deixado os encargos de conclusão desta obra tão logo precisou abandonar os andaimes e os pinceis por causa da doença – intoxicação, seguida de profundo cansaço, o que lhe impedia de executar as suas atividades corriqueiras – que lhe comprometera a saúde.

Além de Sicart, Locatelli estabeleceu outros vínculos em diversos setores desde a primeira cidade em que trabalhou no RS – nas Academias de Artes, nos Salões, nas festas promovidas por representantes da alta burguesia pelotense –. Estes contatos, conforme já foi amplamente divulgado por outros estudiosos de suas obras (BRAMBATTI, 2008; CORDONI, 2002; DOBERSTEIN, 2012, et al.), lhe renderam encomendas de diversas obras de cavalete para particulares (especialmente, tendo mulheres como modelos-vivos e encomendantes) e mesmo para lecionar na Academia de Belas Artes de Pelotas – uma experiência fundamental para que, anos mais tarde, ele fosse admitido no Instituto de Artes de Porto Alegre –. Neste sentido e, embora se tratem de duas personalidades com histórias de vida e de trabalho bastante diferentes, podemos fazer aqui um esforço de relacionar as redes de sociabilidade construídas por Locatelli e pelo bibliotecário e historiador Ramiz Galvão, atuante em fins do século XIX na Biblioteca Nacional.

A tese “O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional” de Ana Paula Sampaio Caldeira (2015) trata de apresentar a trajetória de um bibliotecário/letrado bastante hábil na tarefa de articular pessoas, formar redes, liderar comissões e atuar, simultaneamente, como editor. Galvão não é reconhecido como historiador, embora tenha ele próprio – e seus colaboradores – organizado e ajudado a definir a documentação que seria indispensável para escrever a História do Brasil. Além disto, a sua atuação foi fundamental para a construção de uma imagem da Biblioteca Nacional frente às nações europeias e às elites letradas nacionais – sobretudo, a França e

a Inglaterra –. Apesar da atuação que teve em instituições importantes da sua época e, embora tenha tido uma trajetória semelhante às de outros intelectuais de seu tempo (como Capistrano de Abreu, João Ribeiro e outros), ele não entrou para o panteão historiográfico nacional.

Em material organizado pelo professor Círio Simon (2008) para um curso de especialização em História da Arte Sacra, ministrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), consta que, assim como Galvão, Locatelli também executou atividades pelas quais obteve pouco reconhecimento em estudos que tratam sobre a sua trajetória no Brasil. Entre esses trabalhos, a cátedra de “Arte Decorativa”, ministrada no Instituto de Artes da UFRGS, talvez seja o mais significativo, pois muitos foram os alunos que aprenderam suas técnicas e que procuraram desenvolver aquelas habilidades com os pinceis e com as misturas de tons que ele possuía. Um desses alunos foi o próprio professor Círio Simon que, embora seja reconhecido como um arte-historiador que promoveu importantes inovações no IA, poucos (inclusive, de seus alunos) sabem que ele foi e ainda é também pintor e que, assim como seu mestre, produziu trabalhos variados, tais como autorretratos e obras de cavalete sobre múltiplos temas. Mas a principal lição que Locatelli deixou foi através do seu próprio exemplo de como estabelecer mediações para além do campo em que atuava, criando laços entre o indivíduo/profissional e a sociedade onde estivesse inserido.

Ana Paula S. Caldeira trata sobre a trajetória de Galvão reconhecendo-o como um “intelectual” e entendendo que esta “não apenas [é] como uma categoria sócio profissional, como fazem alguns sociólogos, mas principalmente [que ele é] como um “homem do cultural”, pertencente a um “grupo de contornos vagos”, “um pequeno mundo estreito” nos quais os itinerários se cruzam e as redes de sociabilidades vão se formando (...)”. (CALDEIRA, 2015, p. 22). De modo semelhante, também Locatelli e muitos dos profissionais dos séculos XIX e XX estabeleceram redes tanto de trabalho quanto afetivas por onde passaram. Emilio Sessa, diferentemente dele, tinha uma personalidade reconhecida por aqueles que o acompanharam na execução de seus trabalhos como “introspectiva”. Foram poucas as vezes em que acompanhou seu amigo a salões e, além disto, não possuía interesses profissionais para além dos seus trabalhos de projeção e decoração de ambiências sacras (SOUZA, in DOBERSTEIN, 2012). Isto

talvez explique, em parte, o motivo pelo qual Locatelli obteve maior reconhecimento no campo das Artes e em estudos acadêmicos.

No que tange às redes de sociabilidade, Caldeira explica que “no interior dessas redes, os intelectuais vão criando uma imagem de si mesmos, muitas vezes corroboradas e propagadas por seus pares, outras vezes nem tanto, e elaboram a forma como gostariam de serem lembrados, ao mesmo tempo em que dão sentido às suas trajetórias” (CALDEIRA, 2015, p. 22). E foi assim a trajetória de Locatelli no Brasil: Marcada por relações pessoais e profissionais, mas, sobretudo, pelo profissionalismo advindo da sua admiração por outros artistas do passado que o antecederam. A partir daqui, cabe retomar a sua chegada a Pelotas e, com uma visão mais amplificada sobre os passos que deu no pouco tempo em que permaneceu nesta cidade, direcionarmos um novo olhar para a sua atuação no Rio Grande do Sul.

#### **Retomando uma trajetória marcada por relações pessoais e profissionais (em breves linhas): Aldo Locatelli no Brasil**

Após mais de um ano de trabalho, a conclusão das obras artísticas na matriz de Pelotas foi noticiada e amplamente divulgada em jornais locais, como o *Diário Popular* que, ao longo do mês de dezembro de 1949, exaltou a nova ambiência católica em palavras que enalteciam as suas pinturas: “Cada detalhe da obra é conduzido à perfeição como se devesse ser visto de perto, mas visto de baixo não se nota, perde-se; no entanto contribui para a vida e a nobreza da composição”.<sup>216</sup> A repercussão midiática em torno dos trabalhos de Locatelli e seus companheiros foi tamanha, que a catedral São Francisco de Paula passou a ser diariamente visitada por turistas, críticos e admiradores da Arte desejosos de conhecer o legado dos pintores italianos cuja fama já se estendia por todo o sul do Brasil. Este reconhecimento midiático e, concomitantemente, o desenvolvimento das cidades e a valorização do campo das Artes rendeu-lhes a contratação para muitos outros trabalhos no estado, sendo mais numerosos os realizados em igrejas.

O desenvolvimento dos principais lugares de expressão e ensino das Artes em Porto Alegre coincide com o período suscitado nas obras dos autores que tratam sobre a temática do Modernismo no Rio Grande do Sul, como Carlos Scarinci (1982) e Ana Paula Canez (1998). E, no que tange ao viés temporal analisado, o campo artístico começou, de fato, a afirmar-se no

---

<sup>216</sup> Informação constante no jornal *Diário Popular*. Pelotas, 18 de dezembro de 1949.

Brasil a partir da década de 1930, legitimando-se somente nos anos quarenta. Em 1936, as primeiras grandes movimentações já aconteciam nesse sentido, sendo a integração do Instituto de Belas Artes (IBA) – em atividade há dois anos – à Universidade de Porto Alegre, compreendida como uma das mais importantes. Entre o seu corpo docente inicial e sob a direção de Tasso Correa estiveram artistas renomados, como Ângelo Guido, então pintor e crítico da Arte no jornal Diário de Notícias (contratado como professor de História da Arte), João Fahrion, destacado ilustrador da Editora Globo (que recebeu a cátedra de Desenho e Pintura) e Fernando Corona (designado como professor de Escultura, sua especialidade técnica), entre outros. (SCARINCI, 1982, p. 61-65). Sobre este momento importante para a história da Arte rio-grandense, Cirio Simon explica que,

A partir de 1936, o Curso de Artes Plásticas (CAP) transformou e ocupou o lugar da Escola de Artes (EA) do Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul (ILBA-RS). O IBA-RS fez emergir, por meio do CAP, reforços significativos para o sistema de artes plásticas do Rio Grande do Sul, instalando cursos mais coerentes com o meio local, agregando-lhe outros agentes, novas obras de arte e tendo como resultado um público mais amplo e participativo. (SIMON, 2002, p. 269).

Entre os principais avanços ocorridos neste período de fortalecimento do IBA como referencial para o ensino e o exercício das Artes no estado estiveram o fomento aos primeiros salões artísticos de Porto Alegre, o aparecimento neles da gravura como arte autônoma e a participação de artistas de São Paulo em suas exposições. O ano de 1940 foi marcado pelas festividades do bicentenário da fundação de Porto Alegre, evento fundamental para as articulações no campo artístico e que oportunizou o seu destaque como vetor de progresso. Mais uma vez, é possível relacionarmos – ou, tentarmos relacionar – a trajetória do pintor àquela do intelectual que o antecedeu em quase um século, Ramiz Galvão. Sabemos que os acontecimentos que oportunizam a visibilidade dos sujeitos na história precisam, necessariamente, ser analisados à luz do momento em que atuaram e esta é uma das diferenças primordiais entre o esforço biográfico empreendido por historiadores e por outros profissionais. E é isto o que promove Ana Paula Cadeira quando diz que “certamente, a reorganização da biblioteca não deve ser associada somente à figura de Ramiz Galvão, mas igualmente ao contexto político e econômico pelo qual passava o Império” (CALDEIRA, 2015, p. 43).

Voltando novamente a nossa atenção aos pintores e aos acontecimentos que proporcionavam visibilidade aos seus trabalhos, como os salões de artes do RS, há diversos registros de que eles foram amplamente noticiados na mídia local e nacional. Todas as atrações foram abertas ao público e realizadas nos armazéns centrais do Cais do Porto, diariamente,

durante o mês de novembro de 1940. (GOLIN, 2002, p. 52-54). Nesta ocasião, os profissionais da arquitetura, escultura, gravura, pintura e literatura atuantes no Rio Grande do Sul tiveram a oportunidade de entrar em contato com obras de alguns dos mais importantes nomes das Artes de seu tempo, como Oswald de Andrade Filho, Renée Lefèvre, Nelson Nóbrega, Alfredo Volpi e Bruno Giorgi.

É imprescindível que destaquemos, quando falamos sobre a ascensão das artes em Porto Alegre, que a direção de Tasso Correa legou ao IBA anos de benefícios ímpares para os seus professores e alunos, com a execução de projetos que visavam melhorarias nas condições para as práticas dos seus ofícios. Uma dessas importantes iniciativas foi a construção, em 1943, de um novo edifício no Instituto, projetado pelo professor e arquiteto Fernando Corona (GOLIN, 2002). As novas instalações possibilitaram a inclusão de novos cursos, como o ensino profissionalizante de arquitetura –, especialidade cujo campo era cada vez mais promissor nas cidades brasileiras –. Em fevereiro deste mesmo ano, foi organizada uma “Grande Exposição de Belas Artes” na qual tiveram participação artistas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, comparecendo Carlos Scliar e Iberê Camargo entre os seus mais ilustres representantes. A inauguração da nova sede do IBA ocorreu no mês de julho e foi brindada com o III Salão Artístico que, assim como os anteriores, teve grande sucesso de público. (SCARINCI, 1982).

Ao longo de toda a década de 1940, muitas outras mostras artísticas foram organizadas em Porto Alegre e em diversas capitais do Brasil, em consonância com os avanços modernistas. Além de oportunizar o conhecimento de novas técnicas e trocas de experiências entre os seus participantes, tais eventos foram expressivos para a aproximação entre profissionais dos mais diversos setores, dando visibilidade para os centros urbanos e atraindo a atenção de investidores da indústria e do comércio. Esse foi um dos fatores que desencadearam o crescimento populacional na capital rio-grandense, além, é claro, da II Guerra Mundial (1939-45), que trouxe para o país um grande contingente de imigrantes, predominantemente, europeus, conforme referimos inicialmente. No que tange às Artes plásticas e ao seu impulso no estado no pós-guerra, Golin (2002) informa que o auditório do jornal Correio do Povo foi um dos locais que recebeu galerias coletivas e mistas.

Pouco tempo após a contratação de Sessa, Locateli e Adolfo Gardoni para a composição da ambiência pictórica da Catedral São Francisco de Paula, em Pelotas (1948), estes pintores foram incumbidos de executar diversos outros trabalhos – sobretudo Locatelli, que se destacou na feitura de pinturas murais em lugares notórios de Porto Alegre, elaborados em conjunto com outros artistas ou solo –. Na fotografia a seguir, figuram Locatelli, Pisoni (outro pintor que

compunha o grupo de viagem de Emilio Sessa ao Brasil) e Sessa (nesta ordem) em frente a uma das suas mais conhecidas obras: o mural “A conquista do Espaço”, localizado no Aeroporto Salgado Filho, pintado em técnica mista no ano de 1953:

Aldo Locatelli, Atilio Pisoni e Emilio Sessa pintando “A conquista do Espaço”. Aeroporto Salgado Filho, Porto Alegre, 1953.



Fonte: Acervo do ICES, Porto Alegre, RS.

Este trabalho no aeroporto de Porto Alegre, juntamente com outras obras de autoria de Locatelli – embora, frisamos isto, nem todas ele tenha executado sozinho –, legaram ao pintor mais um mérito para o grande reconhecimento que teve no estado. Citamos como execuções de sua autoria, ainda, os painéis dispostos no Palácio Piratini, onde um dos seus murais mais conhecidos é o intitulado “A formação Histórico-Etnográfica do Povo Rio-Grandense” (1951/55), localizado na sala Negrinho do Pastoreio.<sup>217</sup> A partir da realização desses trabalhos, é

---

<sup>217</sup> Sobre a execução das pinturas realizada por Aldo Locatelli no palácio Piratini, há hipóteses de que sejam exemplares de múltipla intervenção (ou seja, obras feitas por mais de um pintor). Este assunto é uma das pautas abordadas por Arnaldo Doberstein no livro “Emilio Sessa, pintor: primeiros tempos”, escrita por membros do ICES sobre o legado deste artista. Segundo o autor, “Um desses casos de múltipla intervenção pode ter ocorrido no Palácio Piratini, onde Locatelli e Sessa estiveram trabalhando em mais de uma ocasião. Na atual antessala do governador, estão dois painéis alegóricos alusivos às Artes Liberais, pintados em 1952, quando os dois artistas iniciavam a decoração do Palácio. Quando se formou a equipe que realizou o inventário Geral de Bens Móveis e Integrados do Palácio do Governo, na época dirigida por Marisa Simon, foi atribuída a autoria dos mesmos a Sessa. Isso fez com que publicações posteriores repetissem tal atribuição de autoria, a qual, a nosso juízo, precisa ser repensada. As características formais e compositivas da obra, força anatômica e teatralidade são flagrantemente de



possível identificarmos uma sucessão de articulações profissionais do artista, como a sua integração, em 1955, ao corpo docente do IBA. Sem dúvida, o contato com os profissionais atuantes no ensino acadêmico das Artes lhe rendeu um importante prestígio social. No que concerne à importância da valorização profissional na construção da identidade e do reconhecimento de artistas e de intelectuais nos séculos XIX e XX, mais uma vez, podemos tentar exemplificar nossas considerações com a biografia construída de Ramiz Galvão. Segundo Caldeira (2015),

Ao término da *Exposição de História do Brasil*, ele [Galvão] foi chamado para ser preceptor dos netos de d. Pedro II. Evidentemente, tratava-se de um tipo de pedido que não podia ser negado. (...) A partir de então, sua relação com a família imperial estreitava-se, pois cabia a ele a tarefa de cuidar da educação do futuro Imperador do Brasil. Isso se a República não viesse mudar os rumos do país e da própria vida de Galvão. (CALDEIRA, 2015, p. 44-45).

Neste sentido de estabelecer relações entre a atuação profissional de dois homens distintos e o seu reconhecimento – embora, nem sempre total, uma vez que Galvão não era visto como historiador e que há poucas menções a Locatelli como professor do IA – Scarinci (1982) tece considerações sobre a assimilação do pintor ao Instituto, numa clara crítica à sua arte ao denominá-la como “conservadora” por conter relações com os modelos barroco e renascentista, considerados ultrapassados frente à ideia de progresso a que incitava a Arte Moderna:

Em 1955, a escola assimila o muralista italiano Aldo Locatelli (Bergamo, Itália, 1915 - Porto Alegre, 1964<sup>218</sup>), que viera em 1948 para Pelotas, a convite do bispo local, para pintar a catedral da cidade. É de presumir-se que sua formação se tenha dado, na terra natal, nos fins da década de 30, nos anos de ascensão do fascismo que, se estimulou manifestações futuristas, apoiou também uma arte de ênfase grandiloquente e monumental, ligada ao passado renascentista e barroco, posta a serviço da afirmação de poder político ou dos valores de uma religiosidade conservadora. Desse gosto retórico, pleonástico, padece toda a pintura “grandiosa” de Locatelli, que veio assim reforçar as tendências conservadoras dentro do IBA. (SCARINCI, 1982, p. 107).

Sobre a questão de a visibilidade de Locatelli ser, ainda hoje, maior do que a de Emilio Sessa e as de outros artistas com quem executou obras conjuntas, uma das hipóteses mais

---

Locatelli. (...) Sessa até pode ter pintado o painel, mas dificilmente teria sido ele o autor dos debuxos ou dos esboços originais.” (DOBERSTEIN, 2012, p. 33).

<sup>218</sup> A atribuição de 1964 como ano de falecimento de Aldo Locatelli é equivocada. O pintor faleceu, comprovadamente, em 1962, quando realizava as pinturas de três murais para a igreja Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, conforme já referimos.

avultadas é a de que ele gozava de maiores oportunidades para o estabelecimento de relações e articulações profissionais no campo das Artes por estar vinculado ao ensino no Instituto que foi, reconhecidamente, o mais importante local de difusão artística no Estado. Ou, talvez devamos dizer assim: O primeiro dos mais importantes. Em 1955, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS) passaria também a compor o eixo artístico de Porto Alegre, sendo palco de diversas exposições, cursos e mostras de grande repercussão no Estado (VASCONCELLOS *In*: POSSAMAI, 2010, p. 163).

### **Considerações finais**

A escrita da biografia de um intelectual como Ramiz Galvão, com base nas informações coletadas nos acervos que organizou, possui algumas características bastante assemelhadas ao tratamento dado às fontes correspondentes à vida e à obra de um pintor como Aldo Locatelli. Ao mesmo tempo, porém, é preciso considerar as diferenças existentes entre um e outro: Seus campos de atuação, as relações que estabeleceram, o distanciamento (de quase um século) entre suas vivências e os objetivos que procuraram cumprir. Trabalhar com biografias, conforme concluímos, não é um *metier* que cabe apenas aos estudiosos das ciências sociais e humanas. Há, é preciso dizer, algumas diferenças fundamentais que perpassam as apresentações dos “detalhes da vida alheia” e que são do interesse específico de cada campo e de cada autor, visando atender às necessidades e ao público a quem se destina a sua escrita.

Considerar o contexto em que viveram os sujeitos em quem nossos estudos se pautam é um dos primeiros pontos que foram observados. Por esta razão, é imprescindível que se leve em conta a multiplicidade das fontes que podem ser compiladas, fazendo uma seleção prévia daquelas que fornecem informes substanciais ao objeto de pesquisa escolhido e que nos ajudam a responder aos objetivos previamente delimitados por nós ou pelas necessidades específicas do nosso campo de atuação. Os estudos sobre trajetórias servem, assim, como motes para reflexões que tangenciam o campo da História e as análises das vidas de sujeitos destacados em seus campos de atuação, tal como foi Aldo Locatelli no campo das Artes Plásticas.

Os estudos sobre a vida e a obra de Locatelli no Brasil (1948-62) possuem ainda muitas lacunas, sobretudo, no que concerne à escrita da sua trajetória por historiadores. Embora este pintor tenha figurado como um dos principais personagens

dos nossos trabalhos nos últimos nove anos, o projeto de tese no qual trabalhamos neste momento corresponde a uma primeira incursão voltada, exclusivamente, a produções de sua autoria. Os temas que pintou em igrejas do Rio Grande do Sul – especialmente, as representações de santos missionários – são o foco dos nossos questionamentos, contudo, pensamos ser justamente esta uma oportunidade para que discorramos agora, com maior propriedade de informações, sobre quem foi este artista que estabeleceu vínculos pessoais e profissionais que se estenderam para além do campo das Artes. Este é um desafio, sem dúvida. E é, também, um ganho importante poder fazê-lo contando com contribuições de pesquisadores que nos antecederam no preparo dos “modos de fazer” para reconstituir biografias de sujeitos notórios pela importância dos seus feitos em seu tempo – mas que, nem sempre, receberam o devido destaque – nos meios em que viveram e nos lugares onde atuaram.

## Referências

- BRAMBATTI, Luiz Ernesto. *Locatelli no Brasil*. Caxias do Sul: Belas letras, 2008.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: O historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC)/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, 2015. [Tese de Doutorado].
- CANEZ, Anna Paula. *Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre*. Porto Alegre: Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998.
- CODINA, Victor; ZEVALLOS, Noé. *Vida religiosa: História e Teologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CORDONI, Margherita. et al. *Aldo Locatelli, Il mestieri di pittore*. Bergamo: Comune de Villa D'Almè, Corponove Editrice, 2002.
- DOBERSTEIN, Arnaldo W (Org.). *Emilio Sessa, pintor: Primeiros tempos*. Porto Alegre: Gastal & Gastal, 2012.
- Entrevista com Benito Bisso Schmidt. *O historiador e as distinções do relato biográfico*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 450, ano XIV, p. 37-40, 11 ago. 2-14. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao450.pdf>
- GOLIN, Cida (Org.). *Aldo Obino: Notas de arte*. Porto Alegre: MARGS, Nova Prova; Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- GOMES, Paulo (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: Uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensus, 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SANTOS, Anna Paula Boneberg Nascimento dos. *A pintura sacra como patrimônio cristão: Legados artísticos e modelos de fé em igrejas católicas de Porto Alegre (1940-1960)*. São Leopoldo, PPGH-UNISINOS, 2014. [Dissertação de Mestrado].

SCARINCI, Carlos. *A gravura no Rio Grande do Sul (1900-1980)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Biografia como gênero e problema*. *História Social*. N. 24, primeiro semestre de 2013.

VENANCIO, Giselle M. *Memória guardada em papéis e livros*. *Revista Trajetos*, v. 3, n. 6. 2005.

\_\_\_\_\_. *Na trama do arquivo: A trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ, 2003. [Tese de Doutorado].

## **Do norte da Itália ao sul do Brasil: a trajetória de Vicente Monteggia**

Egiselda Brum Charão\*

O trabalho propõe, através da trajetória de Vicente Monteggia, uma análise sobre os imigrantes italianos e sobre a constituição da Colônia Villanova d'Italia em Porto Alegre no final do século XIX e início do XX. Com esse objetivo, utilizaram-se como fontes os relatos de viagens, os Cemitérios São Miguel e Almas e São José da Vila Nova de Porto Alegre, as publicações jornalísticas, os almanaques comemorativos, os códices policiais e os arquivos eclesiásticos, além daqueles documentos disponibilizados para consulta na *internet*. Os passos da investigação foram norteados pelo paradigma indiciário que consiste em um conjunto de princípios e procedimentos abrangendo a proposta de um método utilizado para a descoberta ou a investigação de fatos (GINZBURG, 1989). Foi possível constatar, desse modo, que Vicente Monteggia viveu sua vida em deslocamento constante até se assentar em Porto Alegre. Uma vez estabelecido realizou vários empreendimentos, entre eles o de maior monta que foi a fundação da Colônia Villanova d'Italia, para tanto foi à Itália em busca de famílias italianas interessadas em integrar na nova comunidade. A relevância do estudo está centrada na perspectiva da trajetória individual, problematizando a utilização das fontes público-privadas e virtuais. Tais indícios guardam a memória de um grupo urbano de destaque social e econômico no período mencionado, nesse caso, Vicente Monteggia e os imigrantes italianos da Colônia Villanova d'Itália. As fontes permitem entender as variáveis da imigração urbana, possibilitando analisar em que medida os imigrantes italianos se inseriram e contribuíram para o desenvolvimento da capital gaúcha no período mencionado. Nesta perspectiva a pesquisa tem a finalidade de colaborar com os

---

\* Doutoranda em História, PUCRS, Bolsista Capes.

estudos da imigração urbana à medida que sistematiza a existência de um grupo de imigrantes urbanos quase invisíveis para a historiografia.

## **Introdução**

O texto apresenta, através da trajetória de Vicente Monteggia<sup>219</sup>, uma análise sobre a atuação dos imigrantes italianos e sobre a constituição da Colônia Villanova d'Italia no espaço urbano da capital gaúcha no final do século XIX e início do XX. Nessa perspectiva se emprega como fontes os relatos de viagens, os Cemitérios São Miguel e Almas e São José de Porto Alegre, as publicações jornalísticas, os almanaques comemorativos, os códigos policiais e os arquivos eclesiásticos e documentos disponibilizados para consulta em museus e na *internet* (*web*, *web sites* e portais<sup>220</sup>).

A investigação foi guiada por dois objetivos, o primeiro procura entender as estratégias de inserção social do imigrante italiano na cidade de Porto Alegre. Para tanto, leva-se em conta a definição de Fernando Devoto (2009, p. 42) que envolve na categoria *imigrante* “uma variedade de situações e ocupações e uma multiplicidade de motivos de imigração”. O segundo busca conhecer as condições que propiciaram a alguns desses imigrantes a construção de uma trajetória empreendedora na capital.

Nesse sentido tanto a trajetória individual de Vicente Monteggia, quanto os deslocamentos de italianos do norte da Itália para a Colônia Villanova d'Italia, fornecem dados para entender as variáveis da imigração urbana, permitindo compreender em que medida os imigrantes italianos se inseriram e contribuíram para o desenvolvimento da capital gaúcha no período no período mencionado.

A pesquisa se justifica porque sua relevância está centrada em dois pontos, o primeiro está na perspectiva da trajetória individual que passa a ter significado como elemento constituinte da realidade. Esse se torna um indivíduo-sujeito que, segundo

---

<sup>219</sup> Observa-se que a grafia do nome está abrigada, acredita-se que isso decorra do fato desse sempre trabalhar em obras do governo. Para ser funcionário público o imigrante era obrigado a se naturalizar. (DECRETO Nº 6.948, DE 14 DE MAIO DE 1908).

<sup>220</sup> São formas de acesso às fontes facultadas por indivíduos, sociedades ou coletividades e instituições que têm por finalidade disseminar informações. Para saber mais consultar a obra Fontes de informação na *web*: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba (SILVA, 2010, 77f.).

Gilberto Velho (2003, p. 39), inserido na sociedade precisa traçar projetos para lidar com os sistemas de valores diferenciados com os quais se depara. O segundo ponto está na problematização do uso das fontes público-privadas e virtuais que guardam a memória de um grupo urbano de relevância social e econômica no período mencionado.

Os passos da investigação foram norteados pelo paradigma indiciário que consiste em um conjunto de princípios e procedimentos abrangendo a proposta de um método utilizado para a descoberta ou a investigação de fatos (GINZBURG, 1989, p.151,163). A elaboração do texto pontua três tópicos que não seguem uma ordem cronológica: Italianos em Porto Alegre, Vicente Monteggia e a Villanova d'Itália; e as fontes, os acervos e o paradigma indiciário como possibilidade para o estudo da imigração urbana em Porto Alegre.

### **Italianos em Porto Alegre: Vicente Monteggia**

O recorte se insere no contexto da grande migração quando os imigrantes chegavam ao Brasil com o fim de povoar e colonizar áreas de mata intocada no Sul (SINGER, 1977, p. 156). Outros tantos desembarcaram nos centros urbanos, muitas vezes, individualmente com vistas a trabalharem no comércio e em pequenas indústrias, sendo que nesse cenário formaram redes de relações<sup>221</sup> que possibilitaram a inserção social desses indivíduos na sociedade receptora.

O fenômeno migratório urbano mencionado no Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1894 sinalizava a existência de algumas nacionalidades migratórias. Por um lado a obra ressaltava em suas páginas que os italianos podiam ser encontrados nas cidades, monopolizando algumas profissões e trabalhando como comerciantes e industrialistas. Por outro lado a obra observava que de modo geral, os italianos, eram maioria nas turmas de trabalhadores das estradas de ferro e de obras públicas e constituíam um número expressivo nas colônias italianas dos distritos

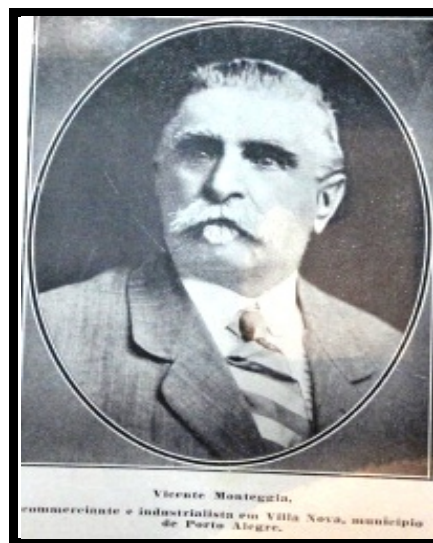
---

<sup>221</sup> [...] conjunto de mecanismos que motivam e orientam a conduta dos homens em relação uns aos outros. (BRANCALEONE, 2008, p.103)

próximos à Porto Alegre (ANUÁRIO, 1893, p. 151). Entretanto, olhando pelo viés do desenvolvimento urbano, era na capital que se apresentava um panorama propício para novos empreendimentos comerciais e industriais.

Foi dentro desse panorama favorável para investimentos que Vicente Monteggia, natural de *Laveno-Mombello, Lago Maggiore*, nascido em 1856, tornou-se conhecido como negociante de terras, industrial, agricultor, comerciante, organizador de empresas, construtor e técnico em construção de estradas (Agrimensor). Embora a atuação de Vicente Monteggia tenha deixado marcas na conformação da cidade de Porto Alegre, observa-se que tanto nesse período analisado como nos decênios posteriores, há uma escassez de pesquisas que manifestem uma ênfase acerca dessa presença dos italianos do norte da península na capital.

**Vicente Monteggia**



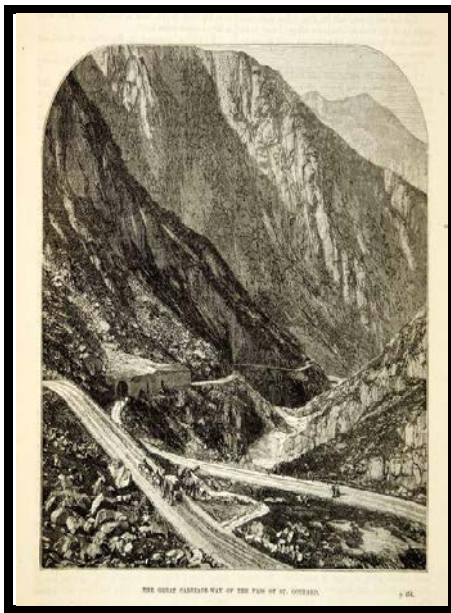
(SILVA; PERES; SCHEDKOWITZ, s/d).

O italiano Vicente Monteggia, escolhido para o estudo, emigrou para Porto Alegre no “período áureo” que compreende os anos entre 1888 e 1914 (DIÉGUES, 1964, pág.4), mas antes de realizar essa viagem Monteggia teve uma vida marcada pelos deslocamentos constantes. Provavelmente, em decorrência de sólidas redes relacionais que informavam onde encontrar trabalho, fazendo com que se deslocassem para realizar diferentes serviços (VENDRAME, 2016, p.69).



Os deslocamentos ocultavam aspectos como estratégias demográficas, hereditárias, estrutura familiar, escolhas individuais e ciclos de vida (LEVI, 1989, p.101). Pode ser que alguns desses fatores tenham influenciado a atuação de Monteggia como operário na construção do túnel de S. Gottardo<sup>222</sup>, em 1877, na Suíça; ou como operário na Tunísia e na ferrovia de Bona, na África. No Sul do Brasil, o imigrante trabalhou na Ferrovia da Margem de Santa Maria, em outra frente, assumiu a construção da Ponte do Diabo sobre a ferrovia Paranaguá-Curitiba e mais tarde emcampou a construção do edifício Militar de Porto Alegre (CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DO SUL -1875/1925; BRUM, 2009, 428).

**Túnel de São Gottardo**



PERIODPAPER.COM

**Colégio Militar**



PT.FOURSQUARE.COM

Tais deslocamentos provavelmente ocorreram respondendo a oportunidade de trabalho que se criava graças ao desenvolvimento da zona colonial, conectada ao desenvolvimento urbano infraestrutural, que as cidades viviam em função da imigração europeia. Monteggia, em 1885, foi trabalhar em Alfredo Chaves (BRUM, 2009, p. 428) e essa foi a maneira encontrada para dar continuidade na terra de acolhimento, ao

---

<sup>222</sup> Inaugurado em 1882.

exercício da profissão desempenhada por ele na Itália, inserindo-se no que se conhece por deslocamento de carreira.

O deslocamento de carreira é aquele em que o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence, ou, de indivíduos associados a uma profissão que já exercem. (TILLY, 1978 apud TRUZZI, 2008, p. 200).

Em 1886, já estava estabelecido em um lote de terra onde construiu um moinho e casou com a imigrante italiana Marietta Morandi. Após o casamento permaneceu residindo nessa localidade enquanto continuava prestando serviços ao governo e trabalhando na construção de linhas férreas e telegráficas na região nesse trabalho que exigia deslocamentos constantes.

Sobre as atividades em Alfredo Chaves, relatos dão conta que o imigrante se encontrava trabalhando como fiscal da Comissão de Terras. No mês de outubro de 1892, Monteggia estava realizando serviços para abrir a estrada que ligaria Campo dos Bugres ao *Paese Novo* (Antônio Prado). No ano seguinte, em 1893, o Dr. José Montauri Aguiar Leitão Engenheiro, chefe da Comissão de Terras e Colonização, encarregou Vicente Monteggia de administrar a construção da estrada. Neste cenário, o italiano, de fiscal passou a coordenação dos serviços de construção da estrada. (BARBOSA, 1915, p.31).

Quatro anos depois, em 1897, o Dr. José Montauri assumiu a intendência de Porto Alegre e, no mesmo ano, Vicente Monteggia, atendendo ao convite do intendente, comprou terras e se estabeleceu com a família nos arredores na capital. A oportunidade favorece a mudança de condição de Monteggia.

O imigrante “de posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada, tornava-se viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades” (FAUSTO, 2001, p.73 apud CARDOSO, 1969).

### **Colônia Villanova d'Italia**

Através da referida aquisição de terras, Vicente Monteggia fundou a Colônia *Villanova d'Italia*. No mesmo local, desde 1892, estavam estabelecidas famílias

italianas vindas da região norte da Itália como Angello Passuelo<sup>223</sup> e Luiggi Dalla Riva<sup>224</sup>, o primeiro estabelecido na colônia com fabricação e comércio de vinho na cantina da família, o segundo com colônia agrícola. Em 1898, dentro de um projeto individual, Vicente Monteggia viajou para Itália com o objetivo de recrutar famílias trentinas, mantovanesas, cremonesas e de outras regiões da Itália (BUCCELLI, 1906, p. 141).

**Angelo Passuello**

**1842 - 1920**



**Catharina Dalla Riva - José Dalla Riva**

**1836-1920    1841-1930**



(CEMITÉRIO SÃO JOSÉ - Vila Nova /Porto Alegre – 25, jul., 2017).

Percebe-se que as famílias que emigrariam elaboraram seus próprios projetos e, nesse sentido, os projetos sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, operando a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. (VELHO, 2003, p. 47).

As famílias que emigraram adquiriram terras loteadas por Moneggia e as transformaram em chácaras, com plantações de videiras e árvores frutíferas. Além dos sujeitos destinados à produção da terra, muitos estavam ligados ao comércio e à indústria e estimulavam um movimento migratório externo da Itália para as colônias e movimento migratório interno da colônia para a cidade daqueles que procuravam novas oportunidades na capital gaúcha.

<sup>223</sup> Angelo Passuelo nasceu em Vicenza no ano de 1842 e imigrou para o Rio Grande do Sul, em 1924, Viúvo, trouxe junto os filhos João, Marcos, José, Maximiliano e Pedro.

<sup>224</sup> Até a conclusão deste texto foram encontradas poucas referências bibliográficas sobre a família Dalla Riva, entretanto, chama a atenção para o fato que, quando Giuseppe veio para a Vila Nova, o senhor Luiggi Dalla Riva já era proprietário de terras no local, em 1892, havendo assim uma ligação parental entre os dois.

Politicamente bem relacionado, Vicente Monteggia, no ano de 1892, quando Júlio de Castilhos governava o Estado, promoveu a criação da Escola Elementar de *Villanova d'Italia*. Nesse período, o ensino estava estruturado sob um sistema livre, no qual o Estado deveria influir o mínimo possível na educação, portanto, a grande preocupação do governo de Júlio de Castilhos, relacionava-se ao ensino elementar para o qual estimulava iniciativas particulares que visassem a instrução da população (CAMPOS, 2010, p. 5).

*Scuola Elementare Governativa della Villanova d'Italia*



(BUCCELLI, 1906, p. 143)

Dentro deste contexto chegaram os primeiros grupos familiares que emigraram para Porto Alegre, entre eles as famílias de *Antonio Dani di Brogliano (Vicenza)*, *Fugazza Tommaso di Orzinuovi (Brescia)*, *Giuseppe Scartezini di Pergine (Trento)*, *Moresco Pietro e Tommaso Morandi di Torricella Del Pizzo (Cremona)*, *Luigi Roman di Pofabbro (Udine)*, *Luigi Bertoni di Bozzolo*<sup>225</sup> *(Mantova)* *Domenico Tomasoni di Rovereto*, *Valentino Rovereto di Crosara e Giuseppe Della Riva di Schio*. (BUCCELLI, 1906, p. 141)<sup>226</sup>.

A vinda dos Della Riva foi motivada por um projeto familiar percebido pela continuidade das conexões mantidas entre os dois mundos que se realizavam através da emigração. As ligações entre um e outro mundo podem ser percebidas na família de

<sup>225</sup> Noivo velho das bodas mencionadas na Ocorrência Policial que consta no Códice 11.

<sup>226</sup> Das famílias arroladas por Buccelli, cinco tiveram seus integrantes sepultados no Cemitério São José: A família Dani, Morandi, Moresco, Bertoni, Tomasoni.

Luigi Della Riva que já estava estabelecida na Colonia Villanova e acalentara a decisão de emigrar para o Brasil de Giuseppe e dos demais membros da família, dentro de uma rede de relações na qual essa ideia se disseminou (VELHO, 2003, p. 41).

Essa forma de empreendimento remete aos estudos de Paola Corti (2007) que analisa o transnacionalismo em uma extensão espacial a partir dos vínculos sociais independentes das imposições políticas institucionais. O que permite entender a capacidade dos imigrantes de recriarem redes e formas de comunicação para desenvolverem atividades transnacionais mantendo vínculos com os locais de partida (CORTI, 2007, p.147).

Embora Vittorio Buccelli (1906) tenha fornecido uma lista significativa de famílias que aderiram ao projeto de Vicente Monteggia, os arquivos policiais também fornecem informações sobre a estada de outras famílias como Balestrini, Riggo, Bordine, Gresse, Vesconi, Bertinalli. Tal fonte ratifica a presença da família Bertone, já mencionada por Buccelli, como integrante da primeira leva de imigrantes e ao mesmo tempo coloca outras famílias no cenário da comunidade, tendo esses vindo de levadas posteriores de imigrantes (CÓDICE 11).

O fluxo de famílias para a região continuou posteriormente com a vinda das famílias Bettio, Salomoni, Samarani, Vedana, Bertaco, Ungaretti, Redivo, Tragnago, Nichelle, Superti, Condotta e os Steffani, Campezzato, Tovo, Trinca, Minuzzo, Redivo, Coletto, Lorente, Rosatto, Togni, Biazetto, Palaro, Conte, Straccioni, Rosatto, Zuchetto.<sup>227</sup>(MALMANN, 1996, p.18) Em data imprecisa vieram as famílias Morgeli, Coluci, Frigo, Ross, Giordano, Bardola, Pastro<sup>228</sup> (CEMITÉRIO SÃO JOSÉ).

As famílias mencionadas foram arroladas pelo padre no livro Tombo da Paróquia São José da Vila Nova, participando de eventos religiosos, batismos, casamentos e em eventos cotidianos. Há relatos pertinentes aos atos de transgressão de membros da comunidade como o caso de bigamia de Angelo Zuchetto que, mesmo tendo casado com Emília Fontoura em São Vicente do Sul, contraiu núpcias com Lucia

---

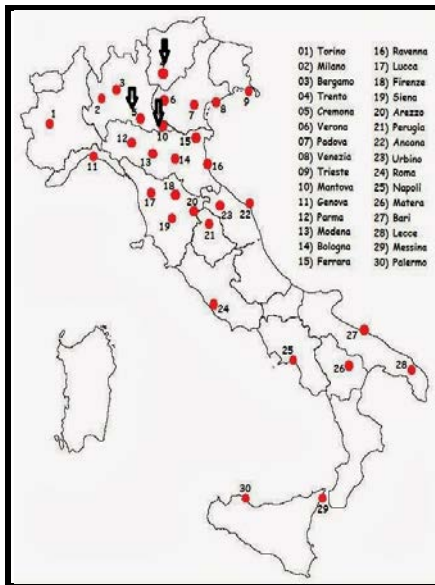
<sup>227</sup> Das famílias arroladas por Malmann dezessete estão sepultadas no Cemitério São José: Bettio, Pastro Salomoni, Samarani, Bertaco Ungaretti, Nichelle, Balestrin, Campesato, Tovo, Trinca Minuzzo, Coletto Biazetto, Straccioni, Rosatto, Zuchetto.

<sup>228</sup> A relação nominal constante neste parágrafo e no parágrafo anterior pode estar com a grafia alterada visto que a mesma foi compilados de fontes distintas como o relato de viagem de Vittorio Buccelli, o Cemitério São José e a obra Vila Nova de Ana Maria Monteggia Malmann d. .

Passuelo na Colônia de Villanova d'Itália (L.TOMBO SÃO JOSÉ, 1926, p.29). Nem a família Passuelo escapou da vigilância do Padre que faz o seguinte relato “Nesses tempos, o velho José Passuelo, escandalizou todos quando levou para sua casa, isto é, juntou-se com uma moça da vida, vivendo com ela publicamente no seio da família.

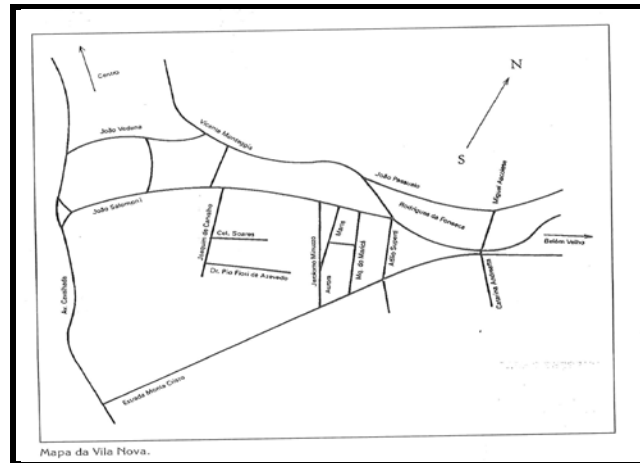
No mesmo texto faz saber que ainda consta que uma filha desse José Passuelo viveu como prostituta em Porto Alegre (L. TOMBO SÃO JOSÉ, 1926, p.14). Havia também o caso de Nicola (nome inelegível), napolitano da chapa, cujo Deus (palavra inelegível) dinheiro, tem a mulher na Itália e conforme dizem vive com outra publicamente (L. TOMBO SÃO JOSÉ, 1926, p.11) Os três episódios apontam para questões morais e de conduta salvaguardadas pelo Padre e, ao mesmo tempo, demonstra a preocupação dele diante dos demais membros da Villa.

Local de Partida



(SVIRGOLETTATE.BLOGSPOT.COM)

Local de Chegada



(MALLMANN, 1996, p.4)

### Redes de relações

O empreendimento migratório urbano de Vicente Monteggia foi possível em decorrência da Lei de Terras de 1850, segundo a qual, o imigrante adquiria seu lote contraindo dívidas com o governo ou com as empresas colonizadoras. Ao intermediar a

vinda de famílias para o Brasil, Monteggia tornou seu empreendimento realidade, favorecendo o surgimento de redes sociais que se distinguem pelo “fato de serem ações proporcionadas por pessoas com experiência própria, conhecedoras da condição de imigrante, o que possibilita a elas uma relação com o outro, em situação de semelhança e, por isso, tendem a ser específicas e singulares” (CARLEAL, 2004, p. 7).

Os imigrantes italianos da *Villanova d'Italia* podem ser enquadrados no que se caracteriza por rede migratória em cadeia porque envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino (TILLY, 1978 apud TRUZZI, 2008, p. 200). Após a vinda da primeira leva de imigrantes muitas famílias continuaram se deslocando em pequenos grupos nos anos subsequentes<sup>229</sup>, provavelmente para suprir a mão de obra demandada pelas colônias estabelecidas ou para preencher os lotes que não haviam sido negociados. (MALMANN, 1991, p. 10). As famílias que se estabeleceram passaram a criar e fortalecer vínculos de parentesco através de casamentos. O casamento garantia a aquisição e ampliação do lote de terra e concorria para a manutenção da identidade de origem fortalecendo a rede de relações entre os imigrantes.

Estas relações podem ser observadas no cemitério onde se constata a existência dos laços entre imigrantes fomentados durante o processo migratório e consolidados através dos casamentos entre as famílias, tais como os Passuello e Dalla Riva, Passuello e Salamoni, Minuzzo e Balestrin, Straccioni e Rosatto, Zuchetto e Passuello, Bettio e Moresco, Giordano e Moresco, Ungaretti e Moresco, Salomoni e Vedana. Nem todas as relações possuem vínculo parental, algumas são de amizade e podem ser verificadas no trânsito constante dos imigrantes desde o primeiro grupo trazido para a capital gaúcha por Vicente Monteggia, no qual veio para Porto Alegre *Giuseppe Dalla Riva*, filho de *Luis Dalla Riva di Schio (Vicenza)*. Provavelmente a vinda de Giuseppe tenha sido decorrente da relação de amizade do pai com Monteggia.

---

<sup>229</sup> Os deslocamentos, tanto anteriores como posteriores à criação da Colônia, podem ser constatados no Cemitério São José e no Livro Tombo da Igreja São José. Acredita-se que haja mais informações no Cemitério de Belém, na Igreja Menino Deus e na Paróquia de Belém Velho que administrava a capela São José da Villanova d'Italia sendo os casamentos, batismos e enterramentos efetuados pelo padre da referida igreja.

Porém, era na pia batismal que se reafirmavam os laços de amizade e se criavam vínculos de parentesco. Em uma mostra coletada no livro de Batismos da Paróquia Menino Deus, entre os anos de 1896 e 1901, pode-se encontrar novos compadres como demonstra a tabela abaixo. Embora predomine os laços de compadrio entre patrícios, verifica-se de maneira tímida, a inclusão de brasileiros no interior do grupo originando uma nova rede de relações fomentada por laços de dependência e pautada na troca de favores. Dentro de uma gama de possibilidades, cogita-se que essa rede se assenta na amizade e na boa vizinhança, sendo assim, definidora de negócios relacionados à compra e venda de terras, ao plantio, comércio e industrialização dos produtos produzidos na colônia.

**Batizados filhos de italianos Capela Menino Deus (1896-1901)**

Criança	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
Angelo José	Gaspar Ugaretti	Lucia Della Riva	José Balestrin	Tereza Della Riva
José Thomaz	Vicente Montegia	Maria Monteggia	José Candido da Costa	Catarina Bargaro
João Baptita	Vicente Montegia	Maria Monteggia	José Valmieri (Valmari)	Italia Cauduro
Pedro	Antonio Balestrin	Lucia Balestrin	Angelo Marcon	Anna Marcon
Margarida	José Passuelo	Maria Fantin	Jeronymo Minsoe	Emma Biazzetto
Maria	José Passuelo	Maria Fantin	Pedro Passuelo	Emma Biazzetto
Francisco Angelo	Octavio Cauduro	Maria Biazzetto	Octavio Cauduro	Maria Biazzetto
José	Gaspar Ungaretti	Luza Ungaretti	Pedro Passuello	Emma Biazzetto
Querino Giacomo	João Cauduro	Isabel Itátia	Vicente Monteggia	Marieta Morandi
Catharina	Gaspar Migaretti	Luiza Delariva	Ricardo Alberton	Maria Alberton
Julia Alcides	João Cascudo	Maria Madalena Bertaco	José Vanieri	Tereza Vanieri
Manoel Luiz	Abel Scartezni	Rifina Scartzzini	Tristão Alves Castro	Cecilia Amalia Bertin
Lucia	Pedro Passuelo	Carolina Pass	Gaspar Ungaretti	Lucia Delariva



## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

Lucia	Marcos Passuelo	Da Delofe	Pedro Passuelo	Carolina Biazzeto
Luiz	Eugeno Clementelli	Catharina Bertoni	Segundo Rosastro	Omes Machado
Americo	Jordão Bertoni	Franscelina da Silva Figueiredo	Pascoal Rossi	Maria da Gloria Pinpone
Carmino	Rafael Salomoni	Conceta Mancuso	Adão Rossi	Manoela Catharina Cuchiarara
Maria	José Salomoni	Cristina Biggi	João Passuelo	Maria Madalena Bertago
Rosa	Vicente Montegia	Marieta Montegia	João Christoffoleti	Tereza Christoffoleti
Rosa	Giuseppe Balestrin	Tereza Dala Riva	Gasparo Ungarato	Lucia Dala Riva

Fonte: Livro de Registro de Batismo da Capela Menino Deus.

Os nomes elencados no quadro e transcritos de forma literal, ou seja, como está no documento apresentam grafias variadas, contudo, permitem o entendimento possibilitando uma pequena análise preliminar das relações de compadrio. Em um primeiro momento, o nome das famílias que compareceram mais vezes na pia batismal foram os Passuelo e os Dalla Riva, seguidos dos Bertoni, Monteggia, Scartezzini, Balestrin e Ungaretti. Deve-se considerar que Angelo Passuelo e Luiz Dalla Riva foram os primeiros imigrantes a se fixarem na Villanova d'Italia. Os dois núcleos familiares compunham o rol das famílias mais importantes do local, cada um possuindo quantidade significativa de integrantes em cada família.

Já assentados em lotes no local estabelecido, na Colônia da Villanova d'Italia, os imigrantes se associaram ao fundador que passara a coordenar vários empreendimentos na comunidade, sempre com o apoio do intendente municipal e do governo estadual. Depois de construir a escola e a capela em terrenos doados por ele, Monteggia ergueu um salão de festas e um parque para realização das atividades sociais, e próximo a esses locais abriu o restaurante<sup>230</sup> Napolitano onde era servida a comida do cardápio italiano. Todos os espaços estavam estrategicamente localizados acerca do armazém<sup>231</sup>, local onde os colonos efetuavam as transações comerciais como compra, venda e troca

---

<sup>230</sup> Nas dependências do restaurante funcionou também o primeiro cinema do bairro.

<sup>231</sup> Eram nos armazéns ou bolichos como eram chamados as casas comerciais, onde se concretizavam as vendas, compras e troca dos produtos dos agricultores por produtos manufaturados (MULLER, 1997, p.47)

de mercadorias. Era também o local onde todos se encontravam para conversar, beber e jogar.

No armazém do bairro era comum, à noite os colonos se reunirem para jogar cartas: três-sete, escova, solo e a mora, jogo feito com os dedos onde os adversários cantavam um número que deveria coincidir o número de dedos abertos sobre a mesa. Ao longe, podia-se ouvir a voz alegre dos colonos e o som de suas mãos batendo sobre a mesa (MALMAMM, 1996, p.45).

Mais tarde no porão do moinho foi instalado um engenho para moer cana-de-açúcar para abastecer o botequim que ficava anexo a um Armazém ou Comércio, todos de propriedade de Vicente Monteggia. Foi no botequim que um grupo de patrícios, moradores da Villa, reuniu-se para beber e para trotar com rufos e foguetes um casal de velhos que havia contraído bodas em uma comemoração denominada Charivari. Chama a atenção que todos os participantes e testemunhas são unânimes em afirmar que tal prática era comum na sua terra (CÓDICE 11).

### **Colônia de *Villanova d'Italia* e Colônia Santa Felicidade**

Com as bases estabelecidas na estrutura familiar surgiu o primeiro núcleo de imigração urbana<sup>232</sup> italiana na cidade de Porto Alegre denominada Colônia de *Villanova d'Italia* que possui em sua formação semelhanças com a Colônia Santa Felicidade, fundada em 1878, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, por quinze famílias oriundas do Vêneto e retirantes da Colônia Nova Itália (MARANHÃO, 2014, p. 44).

Tanto a Colônia de *Villanova d'Italia* como a Colônia Santa Felicidade apresentavam características similares como a proximidade do centro da capital que facilitava o escoamento da produção agrícola e um núcleo social formado por grupos familiares de imigrantes italianos oriundos, em sua maioria, da região norte da Itália.

---

<sup>232</sup> • Zona Urbana: Entende-se por área urbana aquela definida como tal no zoneamento de uso, em face da edificação e dos serviços públicos existentes. • Zona Rural: Entende-se por área rural, o restante do solo do município, não destinado a fins urbanos.

**Igreja Santa Felicidade**

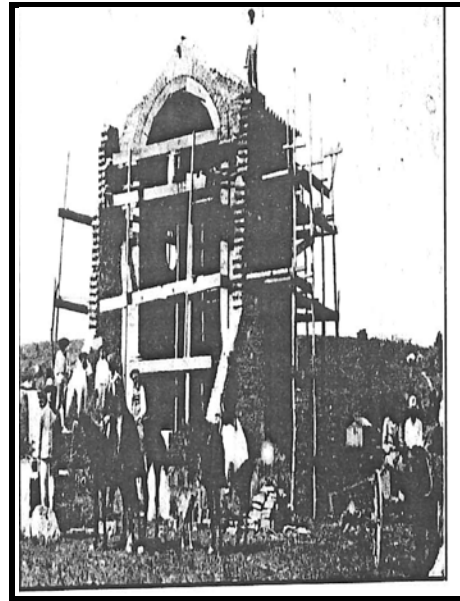
**Colônia Santa Felicidade - 1891**



WWW.CURITIBA-PARANA.NET

**Capela São Jose**

**Colônia de *Villa Nova d'Italia* - 1906**



MALLMANN, 1991

O centro das colônias era marcado pela presença da igreja que compunha o cenário onde se teciam as relações de sociabilidade do grupo. Os imigrantes italianos ergueram na Colônia Santa Felicidade, em Curitiba, a capela São José, mesma denominação dada a capela da Colônia de *Villanova d'Italia* que fora construída sobre um terreno doado por Vicente Monteggia. A capela simbolizava a união das pessoas do assentamento recém-criado, lembrava a terra natal, era local de devoção e de rezas, funcionava como centro de recreação e festas (comida e bebida).

Os colonos podiam reunir-se a noite, nos domingos e em dias de festa para conversar, jogar cartas, e manter vivo os jogos italianos de mora e boccias, sempre bebendo o vinho que tinha começado a ser produzido em seus próprios vinhedos. (AZEVEDO, 1982 Apud, MARANHÃO, 2014, p.51)

Na Colônia Santa Felicidade havia uma Casa Comercial construída em 1895 que pertencia ao imigrante italiano Marcos Mocellin. Na Colônia de *Villanova d'Italia* existia um armazém e um moinho utilizado na produção de farinha e com ela se fazia a polenta<sup>233</sup>, comida típica do norte da Itália que os moradores da *Villanova d'Italia*,

<sup>233</sup> Lembra-se que da metade do século em diante a quantidade de alimentos diminuiu: “A polenta, as verduras, queijo e leite foram à base da alimentação dos habitantes do vale do Vêneto de classe não

seguiram produzindo e consumido na capital gaúcha. Roberto Da Matta (1986, p.56) aponta para uma interessante distinção entre alimento e comida. Para ele a comida é o alimento incorporado em uma cultura. É, portanto, “por intermédio da alimentação que se revela como são concebidos os modos de vida e se define a identidade social de um grupo. A comida é cultura, ou seja, é instrumento de expressão e comunicação” (CASTRO Et. al, 2016, p. 19).

### **Empreendimentos na Colônia Villanova d'Italia**

Monteggia atuava como comerciante e como agente das trocas na colônia o que lhe garantiu poder e acessibilidade à comunidade interna e externa. Uma das estratégias utilizadas por Monteggia para garantir a manutenção do prestígio foi a implementação das comunicações. Com esse propósito investiu em estradas, instalou o primeiro telefone e comprou caminhões para transportar os produtos da colônia até o Mercado Público no centro da capital. Entre 1898 e 1900, Monteggia conseguiu a autorização do intendente e juntamente com os colonos construiu a represa no Arroio Cavahada com a finalidade de canalizar a água para mover a turbina hidráulica do moinho. Visando complementar os negócios instalou no porão do moinho um engenho de moer cana-de-açúcar produzindo a cachaça Arzonte Fino, premiada na Exposição Internacional em Comemoração ao Centenário do Rio de Janeiro em 1922 e, em Teresópolis, em 1923 (MALLMANN, 1991, 17). A participação em feiras certificava a qualidade dos produtos fabricados, colocando em evidência a Villanova e Vicente Monteggia como seu líder e fundador.

Geralmente era iniciativa dos comerciantes os movimentos progressistas como: construir escolas, igrejas, trazer energia elétrica, etc. Se o comerciante possuísse condução, ficava ao seu encargo o transporte de pessoa para festas e funerais. (SARTORI, 1981, 138). Dessa forma, destacava-se a liderança do empreendedor Vicente Monteggia, tanto na comunidade local quanto nos círculos políticos da capital.

---

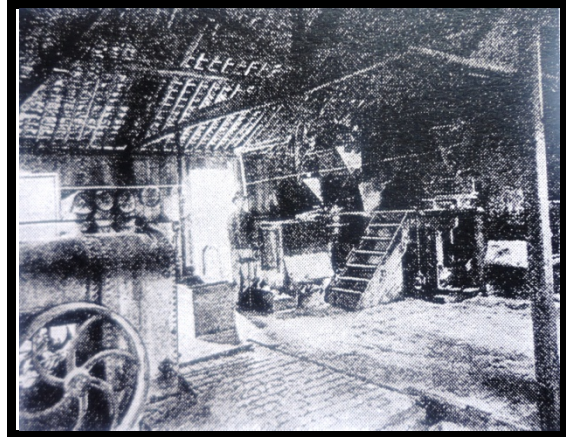
privilegiada”. Entretanto o consumo exclusivo da polenta feita de milho, que era o “símbolo primeiro da alimentação”, mas com baixas qualidades nutricionais, não provia as necessidades alimentares do trabalhador rural. (CECCON, 1997, p. 19).

**Moinho (Parte externa)**



(BUCCELLI, 1906, p.146)

**Moinho (Parte Interna)**



BUCCELLI, 1906, p. 146)

No que tange ao empreendedorismo, observa-se que na virada do século XX os imigrantes já acumulavam um capital respeitável, o que lhes garantia uma aura de notoriedade. Dentre os sicilianos residentes na capital, destacaram-se pela atuação os La Porta, Provenzano e Lo Pumo, entre os calabreses foi notável o papel de Antonio Frasca, Fedele Marranghello, Giuseppe Failace, Leonardo Perrone, Antonio Rosito, e Gennaro Conte, dentre outros (CONSTANTINO, 2008, 113-117). Nota-se que embora Vicente Monteggia gozasse de capital financeiro e de certa influência nas instâncias políticas, seu nome não figurava entre os italianos expoentes da capital. Talvez porque os imigrantes mencionados tivessem seus negócios funcionando no centro da cidade o que garantia maior visibilidade social

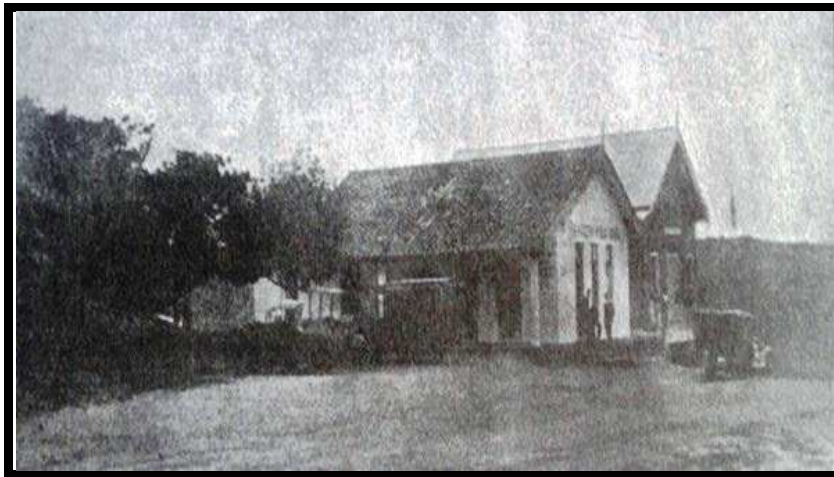
A comercialização da produção da colônia ficava a cargo de Monteggia<sup>234</sup> que supria com os mais variados produtos o mercado da capital. Para garantir esse nicho de comércio, em 1906, Monteggia viajou para a Itália em busca de novas técnicas de vitivinicultura (MALMANN, 1996, p.53). Essas técnicas eram repassadas aos colonos que forneciam produtos de qualidade. Os produtos eram comercializados nas dependências do armazém onde se concentravam todas as formas de eventos relações entre os imigrantes.

---

<sup>234</sup> Nesse viés “A classe dos comerciantes não” deve ser considerada como uma resultante, mas como uma força cujo impulso se faz em todos os setores da vida econômica: produção, circulação e trocas da das riquezas, crédito, construções urbanas, colonização (ROCHE, 1969 p.582).

Foi nas dependências do armazém que em 1911 nasceu sob a coordenação de Stefan Partenò<sup>235</sup> e dos moradores da colônia, a Cooperativa Agrícola e Caixa de Crédito Rural, contando inicialmente com 108 sócios. Sobre as cooperativas se sabe que, em 1911, por intermédio do Governo do Estado, criou-se a lei que regulamentava o sistema cooperativo para o setor vitivinícola. Nesse período, surgiu a figura do Dr. Giuseppe Stefano Partenó, italiano que por convite do governo veio para o estado com objetivo de organizar as cooperativas. (SANTOS, 2014, p. 142). A cooperativa da Colônia da Villanova nasceu em um momento no qual havia a necessidade de organização dos pequenos produtores e do desenvolvimento da economia rural tanto nesta Colônia como nas Colônias da Serra.

#### Armazém e Casa de Negócio de Vicente Monteggia



(CINQUANTENÁRIO, 1925, 362).

Um ano depois da fundação da Cooperativa Monteggia coordenou a construção da estrada que se estenderia da Cavallhada até Belém Velho, passando pela Villanova d'Italia. Anos mais tarde, em consequência das boas relações entre Vicente Monteggia e Otávio Rocha,<sup>236</sup> durante o processo de eleição houve promessa de prolongamento da estrada de ferro que atendia a zona da Tristeza, com seu ponto inicial na estação do

---

<sup>235</sup> Giuseppe Stéfano Paternò. Advogado, catedrático, especialista em cooperativismo, com grande experiência apoiado pelo ministério da Agricultura e Comércio do Estado, ministro Pedro de Toledo, e do governador Borges de Medeiros, o italiano chegou a Porto Alegre em 1º de setembro de 1911. Realizou sua primeira conferência sobre o cooperativismo no Teatro São Pedro (GIRON, MACHADO; HERÉDIA. 2017).

<sup>236</sup> Intendente do Porto Alegre (1924-1928).

Riacho – Junto à ponte de Pedra sobre o lago dos açorianos – até a Villanova. A construção da estrada se deu através do Ato Administrativo nº 212 de 18 de dezembro de 1924. A estrada serviria para transporte de produtos agrícolas e para o transporte das pedras<sup>237</sup> que seriam utilizadas na construção do Porto da capital. (MALMANN, 1996, p.31). A realização dos dois empreendimentos tornou-se viável devido às relações que Vicente Monteggia consolidou com figuras importantes no alto escalão do governo.

### **Encerra o ciclo**

No dia 29 de janeiro de 1933 faleceu o Sr. Vicente Monteggia “proprietário do Moinho Vila Nova e de grandes extensões de terras nessa Paróquia. O finado era profundamente religioso, foi o promotor e principal construtor da Igreja São José da Vila Nova. Foi ele quem deu vida a Vila Nova.” (L. TOMBO I. S. JOSÉ, 1933, p. 35). Foi sua vontade ser enterrado no Cemitério São Miguel e Almas e tal atitude se deu como consequência das divergências referentes às obras de construção da igreja e do Cemitério São José<sup>238</sup>, somando-se com outros pequenos desentendimentos com moradores locais.

**Mausoléu da Família Monteggia**



**Detalhe interno**



Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre

<sup>237</sup> Havia muitas pedreiras no local.

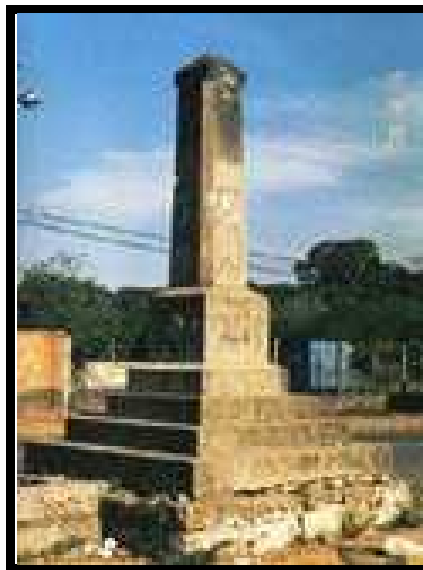
<sup>238</sup> Toda sorte de desentendimentos no espaço social da Villanova nesse período estão registrados no Livro tombo da Igreja São José.

Suntuoso e em estilo eclético o mausoléu da família foi construído em granito, mármore e ferro, demonstrando a fé professada no detalhe religioso da reprodução da família santa do vitral. A construção se encontra no espaço do campo santo onde estão as famílias de imigrantes italianos que ascenderam economicamente na capital. O túmulo simboliza a riqueza, o poder e notoriedade acumulados durante a vida do imigrante.

Acredita-se que Vicente Monteggia, vindo da região do extremo norte italiano deva ser incluído no rol de líderes com prestígio econômico social e político que compuseram o quadro de imigrantes em Porto Alegre. Em sua homenagem, no ano de 1935, a Colônia Italiana de Porto Alegre ofereceu e mandou erigir em frente à Igreja São José, por ocasião das comemorações de 20 de setembro, um monumento/Obelisco construído pelos artistas Lonardi e Teixeira (BRUM, 2009, p.426). Posteriormente a Câmara de vereadores deu seu nome à rua principal do bairro.

Embora na documentação conste a comemoração de um evento brasileiro, observa-se que a mesma data tem evento paralelo na Itália. O dia 20 de setembro de 1870 foi o dia do evento final do longo processo de unificação italiana, conhecido como *Risorgimento*, que unificou a Península italiana sob o governo do Rei Vítor Emanuel II da Casa de Saboia.

**Obelisco Vicente Monteggia**



(SARAIVA, 2007, P.86)



## Considerações

A atuação de Vicente Monteggia no comércio de terras favoreceu a formação de novas frentes de ocupação e produção de acordo com a demanda das famílias. Sendo que o seu grande destaque foi a atuação como mediador dessas transações de terras expandindo a presença de imigrantes na Colônia Villanova. Sua participação na direção de questões locais propiciou que o mesmo intermediasse as aspirações da comunidade junto aos membros influentes da política local.

Monteggia investiu em tecnologia de ponta como telefone, caminhões, estradas, turbina americana para o moinho, desenvolvimento de novo produto, propaganda com festas e participação em feiras internacionais. Apostou na diversificação dos negócios estimulando os colonos a se valerem do mesmo princípio na produção, alternando com o plantio de produtos. Essa estratégia garantia um mercado sustentado pelas redes de relações fortemente alicerçadas em ideias progressistas.

A trajetória de Monteggia se solidificou a partir do traçado mais ou menos elaborado de projetos específicos, no caso, os projetos individuais e coletivos de seus conterrâneos. Suas relações só se tornaram viáveis em decorrência do jogo e da interação com os projetos dos patrícios, também graças à dinâmica do campo de possibilidades.

A importância das redes de compadrio se centrava na possibilidade de ajuda futura, sendo que as escolhas dos padrinhos reforçavam o ponto de apoio entre as famílias próximas. Nos quadros se observa, além da consolidação da importância dos imigrantes antigos como os Passuelo e Della Riva, a existência de laços com indivíduos externos, ou seja, de fora da comunidade indicando a criação de laços de dependência. Entretanto, na maioria das vezes, esses parentes espirituais se ligavam por uma rede de relações que combinava amizade, vizinhança e consanguinidade, garantindo a coesão do grupo e o controle dos recursos econômicos e sociais.

Foram as relações sociais entre os imigrantes que concorreram para a preservação da identidade e manutenção dos vínculos com o local de origem e, simultaneamente, mantiveram e guardaram algumas práticas tradicionais oriundas das regiões rurais como o charivari e a polenta que podem ser tomados como o fio condutor da história dos imigrantes italianos e descendentes no Brasil. Desde o grande êxodo do

Vêneto, a polenta, é o alimento básico das populações rurais até os dias atuais como uma iguaria presente nas mesas das diversas cidades brasileiras que tiveram em sua composição os imigrantes oriundos do norte da Itália. O charivari embora tenha perdido seu sentido original deixou vestígios e se manifesta nos dias atuais com a utilização de latas penduradas nos para-choques dos carros, foguetes e algazarra.

A pista que se tem sobre relações sociais no espaço geográfico da colônia, são os locais como o moinho, o armazém, o restaurante, o botequim da colônia e o parque, locais conhecidos como pontos de encontros nos quais a presença italiana era predominante. Contudo, verifica-se no Cemitério São José a presença significativa de imigrantes alemães, espanhóis e portugueses. A fotografia da escola, criada um ano antes da vinda do primeiro grupo de imigrantes para a *Villanova d'Italia* e os nomes nas lápides do referido cemitério sugerem a constituição multiétnica do local desde antes da criação da Colônia Italiana no local.

No que tange às fontes, elas possibilitaram o acesso ao passado de várias maneiras, pelos sujeitos e pelos eventos, fazendo as perguntas certas e inserindo o objeto em vários contextos. Portanto, a pesquisa somente foi possível por causa da quantidade significativa de fontes que viabilizaram a reconstrução parcial do passado e de algumas histórias que questionam o que até agora se conhecia sobre os italianos que vieram do norte da Itália para o Sul do Brasil se instalando na cidade de Porto Alegre e fundando a primeira Colônia Urbana do Rio Grande do Sul denominada Colônia Villanova d'Italia.

### Fontes e Acervos

ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893, p.151

BRUM, Rosemary Fritsch. Caderno de pesquisa: Notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937. São Luiz/MA: EDUFMA, 2009, p. 160 Disponível em: [.google.com.br/books?id=vDdwCAAQBAJ&pg=PA2&dq=CADERNO+DE+PESQUISA+IMIGRANTES&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL89bxx9\\_PAhUGhJAKHUt7AFoQ6AEILDAA#v=onepage&q=de%20faveri&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAQBAJ&pg=PA2&dq=CADERNO+DE+PESQUISA+IMIGRANTES&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL89bxx9_PAhUGhJAKHUt7AFoQ6AEILDAA#v=onepage&q=de%20faveri&f=false). Acesso 13, abr., 2018.

BUCCELLI, Vittorio. *Um viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milão, 1906.

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ DO BAIRRO VILA NOVA – PORTO ALEGRE.

CEMITÉRIO SÃO MIGUEL E ALMAS DE PORTO ALEGRE.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD. “1885-1925”. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministro degli Affari Esteri, 1925.

LIVRO TOMBO DA IGREJA SÃO JOSÉ DO BAIRRO VILA NOVA DE PORTO ALEGRE.

LIVRO REGISTRO BATISMO IGREJA MENINO DEUS.

LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL – Porto Alegre – Códice 11 (1904-1909) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR).

## Referências

BARBOSA, Fidélis Delcin, 1915. *Antonio Prado e sua história*. Passo Fundo: 2014. Disponível em <[www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)> Acesso 27, set., 2017.

BRANCALEONE, Cássio. *Comunidade, sociedade e sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies*. Revista de ciências sócias. Vol. 39, n°2, 2008.

CAMPOS, Daniela de. *O ensino profissional do Rio Grande do Sul no início do século XX*. Disponível em: [http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2010/Artigos/GT4/O\\_ENSINO\\_PROFISSIONAL.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/O_ENSINO_PROFISSIONAL.pdf) Acesso 20, mai., 2017.

CARLEAL, ADELITA. *Redes sociais entre imigrantes*. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1290/1254> Acesso 10, set., 2017.

CASTRO, Helisa Canfield de et. al. *Comida, cultura e identidade: Conexões a partir do campo da gastronomia*. v. 18, n. 07, jan/jun. Ágora: Santa Cruz do Sul, 2016.

CECCON, G., *Nossos antepassados e a Colônia Tenente Coronel Accioli*. Porto Alegre: Edições Est, 1997.

## Colégio Militar

Disponível em: <https://pt.foursquare.com/v/col%C3%A9gio-militar-de-porto-alegre-cmpa/4c0142efde3376b00b89f9a4?openPhotoId=51acad5498e8166a263befd> Acesso 10, mai., 2018.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 496 p.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: Est, 2008.

CORTI, Paola. *Storia degli migrazioni internaconali*. Bari: Laterza, 2007, 147 p.

DEVOTO, Fernando. *Historia de La inmigración en La Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização*: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

FAY, Claudia Musa; De Ruggiero (Orgs.) *Imigrantes empreendedores na História do Brasil*. In: SANTOS, Sandro Rogério dos, Stefano Partenó e a construção do empreendedorismo cooperativo na serra gaúcha. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2014.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*: Criminalidade em São Paulo: 1880-1924. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 177.

GIRON, Loraine Slomp. *O pai do cooperativismo gaúcho. Cooperativas Vinícolas de Flores da Cunha, de Floriano Molon; 100 Anos de História – Câmara de Indústrias, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. MACHADO, Maria Abel; HERÉDIA, Vânia Disponível em <<http://www.italiaparatodos.com>> Acesso 22, set., 2017.

LEI DE NATURALIZAÇÃO, DECRETO Nº 6.948, DE 14 DE MAIO DE 1908, Publicado no Diário Oficial dia 23 de Maio de 1908, 3493. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6948-14-maio-1908-516012-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 23, mar., 2018.

MAPA DO LOCAL DE PARTIDA. Disponível em <http://svirgolettate.blogspot.com.br/search?q=italia> Acesso 22, mai, 2016.

MALLMANN, Ana Maria Monteggia. *Vila Nova*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1991, 1996.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. *Santa Felicidade*: o bairro italiano de Curitiba. Curitiba: Sociedade de amigos do Museu Paranaense, 2015.

MULLER, Miguel Matias Utzing. *A Cooperativa como Instrumento de mudança no espaço agrário do município de Santa Rosa – RS*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis/SC, 1997.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SARAIVA, Márcia Raquel de Brito. *Penduricalhos da memória*: usos e abusos dos obeliscos no Brasil (Séculos XIX, XX, XXI). Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SARTORI, Sônia Janet e outros. *Pelos caminhos de Santa Rosa*. Santa Rosa: Barcellos Livreiro e Editor, 1981.

SILVA, Karen Roberta Soares; HENN Cristiane Gretzler. *Bairro Vila Nova, Porto Alegre-RS: do rural ao Urbano*. Porto Alegre. UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT1-Karen-Roberta.pdf> Acesso 10 set 2014.

SILVA, Major Morecy da Costa Silva; PERES; Dr. Aristides; Leo H. CHEDKOWITZ.(Orgs.) *Rio Grande do Sul – Imagem da Terra*. Porto Alegre: Editora Cosmo. s/d.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. *Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional*. In: VALENTIM, Marta Pomim (Org.). *Formação do Profissional da Informação*. São Paulo: Polis. 2002.

TRUZZI Osvaldo. *Redes em processos migratórios*. *Tempo Social, Revista sociológica da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p.299-218, 2008.

TUNEL DE SÃO GOTTARDO

Disponível em <https://www.periodpaper.com/collections/all/landscapes-mountains?page=6>  
Acesso 22,abr., 2018.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2003.

VENDRAME, Maira Ines. *O Poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. OIKOS/Anpuhrs: Porto Alegre, 2016.

## **O imigrante Frederico Jorge Logemann e seus descendentes**

Margareth Anne Camargo Contessa\*

### **Introdução**

O presente artigo analisa as atividades empresariais dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. O estudo de caso visa compreender as transformações do Grupo Logemann, e a pesquisa objetiva analisar de que forma o imigrante Frederico Jorge Logemann, em 1945, criou a primeira fábrica de colheitadeiras do Brasil. A história da empresa e deste empreendedor é um caso de sucesso e este estudo demonstra quais foram as estratégias utilizadas. Com o decorrer dos anos, o Grupo cresceu e se diversificou, e percebe-se a importância das novas gerações para a sua continuidade e o seu desenvolvimento. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a consulta em material bibliográfico e realização de entrevistas com funcionários e descendentes da família Logemann. Conclui que o sucesso do grupo está em implantar na região um maquinário com o custo mais acessível à realidade dos demais colonos provocando um impacto na economia regional.

Devido à relevância econômica do grupo, faz-se necessário o relato da sua história, que se inicia com a chegada do seu fundador, o imigrante Frederico Jorge Logemann. A história do grupo é híbrida, e está situada entre a história, a economia e a direção da empresa.

A pesquisa empresarial no Brasil surge como uma consequência do desenvolvimento industrial brasileiro e também como uma forma de explicar uma sociedade capitalista dependente. Nos anos 1960 e 1970, Roberto Simonsen e Caio Prado Junior apresentaram trabalhos da industrialização no Brasil e da inter-relação com o estado. Assim como Fernando Henrique Cardoso, apresentam trabalhos feitos sob a forte influência de Celso Furtado e da Escola Cepalina (FREITAS FILHO, 1989).

---

\* Mestranda em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

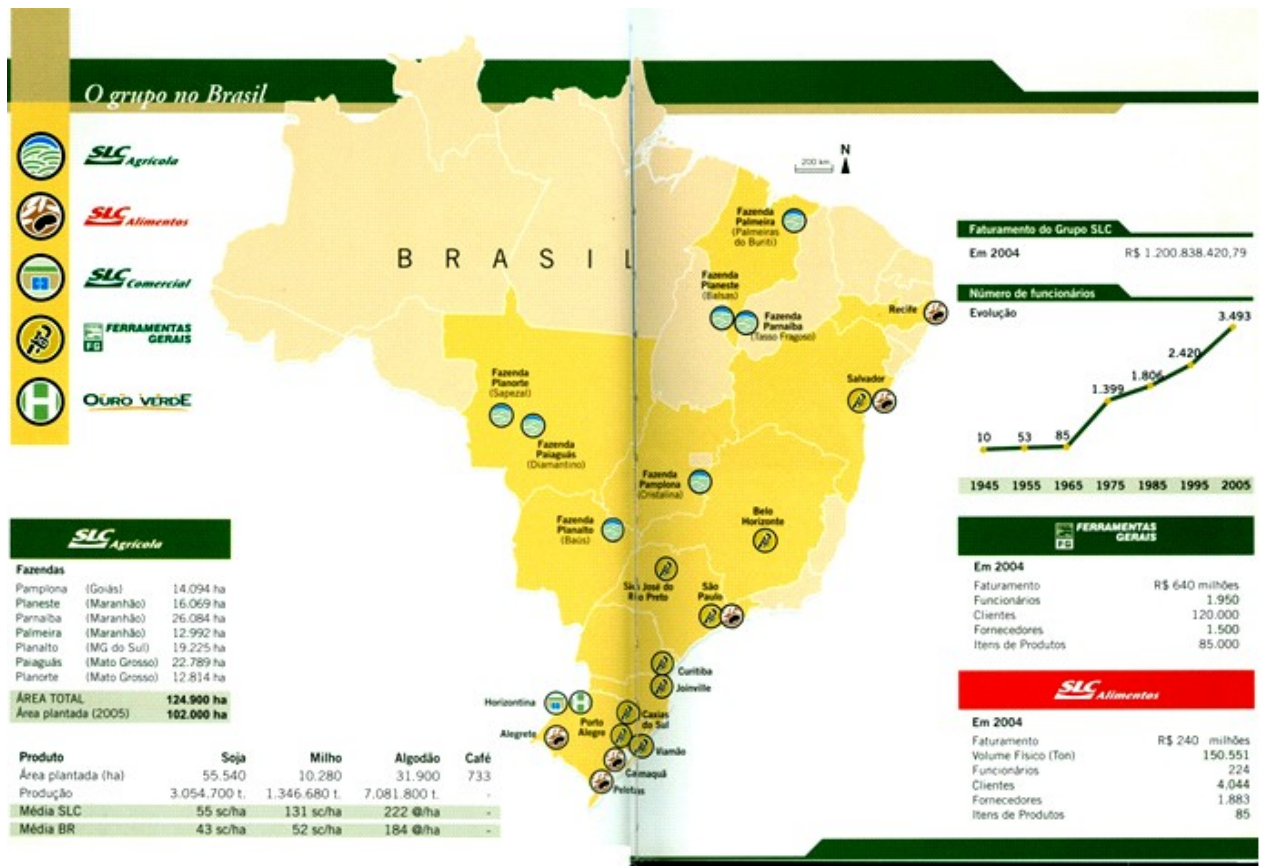
Em relação ao estudo da história empresarial, aborda a história propriamente dita, configurando o estudo de casos e a sua relação com o contexto socioeconômico. O empresário atua em mundo cheio de incertezas e dificuldades, em que os acontecimentos políticos e econômicos interferem todo momento. Neste caso, é necessário desvendar as estratégias dos empresários, questionando e relativizando visões já consagradas pela historiografia em relação a temas como as origens da indústria no Brasil, o papel do empresário, e a ação do Estado no processo de industrialização do país.

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a história do Grupo Logemann e sua trajetória tendo como recorte temporal as duas primeiras gerações da família Logemann oriunda da Alemanha a partir da chegada no Brasil. Descreve a formação do grupo Schneider Logemann e suas estratégias, analisando a transformação de uma simples serraria em um império empresarial.

O trabalho também pretende examinar as relações do empresário com os membros da cidade de Horizontina, RS, assim como a sociedade com a família Schneider. Pretende-se demonstrar a efetiva atuação do grupo Logemann no desenvolvimento agrícola na região de Santa Rosa, as estratégias utilizadas na empresa e o modelo de administração adotado no sentido de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar a sua gestão.

Atualmente, o Grupo possui 14 fazendas espalhadas em seis Estados, com uma média de 25 mil a 35 mil hectares de área. Mais de 90% do algodão colhido é exportado diretamente para empresas asiáticas e cerca de 70% da soja – que corresponde a 50% da área total plantada nas fazendas – também vai para o mercado externo.

Figura 1 - O grupo Logemann no Brasil



Fonte: Bones (2005)

## O primeiro Logemann no Brasil e seus negócios

Frederico Jorge Logemann veio para o Brasil em 1912, aos 28 anos de idade. Nascido em Diepholz, um vilarejo perto de Bremem, e formado em engenharia, foi contratado para trabalhar em uma empresa que estava construindo uma ferrovia no planalto gaúcho. Quando estourou a Primeira Guerra, voltou para a Europa e lutou ao lado do *kaiser*, na marinha alemã. O navio de guerra onde estava foi atingido e afundou, e ele foi recolhido na costa do Canadá como prisioneiro de guerra. De lá, voltou para o Brasil e retomou seu trabalho na empresa belga, mas perdeu o emprego quando o Brasil se posicionou contra a Alemanha.

Transferiu-se para Santa Cruz e conheceu o senador Pinheiro Machado, chefe político local e, naquele momento, uma das personalidades mais influentes da política brasileira, que contratou Logemann para fazer a medição de suas terras. Medidas as



terras, o senador levou o alemão para o Rio de Janeiro, onde ele empregou-se na Light. Logo após, Pinheiro Machado foi assassinado e Frederico Logemann decidiu retornar para Cruz Alta onde faz amizade com Firmino de Paula, um dos herdeiros do poder político de Pinheiro Machado que o recomendou ao Dr. João Dahne, que dirigia a implantação da colônia em Santa Rosa. Frederico passou a trabalhar com medições de terra e estradas em projetos de colonização e, numa viagem a Porto Alegre, conheceu a irmã de Dahne, Nelly, com quem se casou.

Após o casamento, em junho de 1919, foram morar primeiro em Três de Maio e finalmente em Santa Rosa, onde Frederico Logemann continuava trabalhando em medições de terras e construção de estradas e pontes nas áreas de colonização.

Ligado aos republicanos desde Pinheiro Machado, Frederico tinha boas relações no governo de Borges de Medeiros. Participou da revolução de 1923 e das escaramuças de 1924. Engenheiro, com profundo conhecimento da região onde media e loteava terras, construía estradas e ferrovias, ele seria elemento-chave em operações militares. Numa dessas obras, a ponte sobre o rio Ijuí, entre Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, faltou dinheiro e ele recebeu o pagamento em terras: uma gleba, um rincão remoto no município de Santo Ângelo. Eram 1.620 hectares, que ele decidiu dividir em lotes de 25 hectares, e constituiu uma colônia. Ligou-se à empresa Dahne & Conceição, mediu as terras, fez um mapa, escolheu o lugar para ser a sede do empreendimento e foi o primeiro morador.

Construiu uma casa de madeira de dois andares; na parte de cima, acomodou sua família, no térreo montou seu escritório de engenheiro, e no ano seguinte iniciou o levantamento topográfico para o loteamento. Era clara a sua decisão de se estabelecer no local e isso encorajava os colonos a se instalarem lá também. A gleba foi dividida em colônias de 25 hectares e cada lote foi vendido por quatro contos de réis pagos em quatro parcelas. Distribuiu um folheto em três idiomas para atrair compradores, e o material de propaganda distribuído nas principais zonas de colonização alemã e italiana destacava a qualidade do solo e as condições de transporte, além do prazo para pagamento de quatro anos, sem juros.

A colônia quando se tornou distrito de Santa Rosa, em 1937, passou a chamar-se Vila Horizonte, em 1945 passou a chamar-se Horizontina e com esse nome tornou-se

município, dez anos mais tarde. A madeira era o primeiro capital de quem comprava um lote. O colono derrubava e vendia as árvores, o primeiro recurso que obtinha, imediato. Para derrubar as árvores organizavam o putchirão, reunindo a vizinhança. Com essa renda começava a produzir, plantava milho, feijão preto e mandioca, usando enxada e cavadeira. Na verdade, era utilizado um arsenal de instrumentos manuais: foice, machado e enxadas.

Aos poucos, surgiu a soja plantada com o milho e também para os porcos. Até 1960 tratavam os animais com um cozido de soja, mandioca e batatas. O milho era colhido manualmente, arrancando as espigas e conduzindo-as em cestos ou carroças até os galpões, para serem debulhadas manualmente. O arado era puxado a boi, tudo feito de uma forma muito rudimentar, sem nenhuma tecnologia.

Figura 2 – Frederico Logemann já no Brasil



Fonte: Bones (2005)

### **Surge um povoado: Horizontina**

Os primeiros colonos e suas famílias foram: Henrique Glaudy, que abriu a primeira casa comercial; Rodolfo Irber, que montou uma serraria; e Henrique Garbrecht, que construiu um salão que serviu de hospedaria para os primeiros colonos e local para as primeiras festas. Frederico Logemann não era religioso, mas doou um terreno para a primeira igreja e assim foi fundada a primeira Comunidade Evangélica.

Frederico Logemann ia de charrete ver a serraria, que estava a dezoito quilômetros de distância, na localidade de Cerro Novo, um reduto de mato. Vendendo e comprando madeira, conheceu Balduino Scheneider, a quem propôs sociedade. As atividades da empresa começaram com o beneficiamento de madeira, moagem de trigo e milho e serviços de mecânica na oficina. Balduino convidou para trabalhar na firma o cunhado Ulman, entendido em madeiras, que posteriormente também se tornou sócio.

A moagem de grãos se tornou a atividade indispensável, e o Moinho Horizontina era uma grande construção de alvenaria, com dois silos graneleiros ao fundo. Era uma edificação muito sólida de paredes muito largas, local onde a população interiorana trazia milho e trigo para moer, e hoje é um museu doado pela família Logemann à comunidade.

Várias empresas gaúchas ligadas ao processo de colonização capitalizaram-se com a venda de terras e madeiras e investiram na indústria. Foi o que aconteceu quando Frederico Logemann e seu sócio Balduino Schneider adquiriram, de Frederico Plegge, uma serraria movida a força motriz por intermédio de um motor Otto Deutz de 40 HP, o qual gerava o gasogênio. Foram adquiridos também os equipamentos geradores de energia elétrica: um dínamo. No ano de 1947, Frederico Logemann começou a sentir os primeiros problemas de saúde, sendo obrigado a abandonar os negócios e procurar atendimento médico na cidade de Porto Alegre.

### **Segunda Geração**

Com o falecimento de Frederico Logemann no ano de 1951, seu filho Jorge assumiu os negócios e regularizou a situação da empresa Schneider & Logemann, que até então era regida apenas por um contrato particular. Somente em 1949 o primeiro

contrato social seria registrado na Junta Comercial, que incluiu o irmão de Balduino, Arnaldo Schneider, que entrou nos negócios por seu grande conhecimento de mecânica, mas foi um grande entusiasta da fabricação de máquinas agrícolas e acabou por se destacar pelo seu talento comercial.

Ingressou também na sociedade Eliseu Ulmann, que tinha muitos conhecimentos sobre madeira. Visionário, Balduino falou-lhe das lavouras que começavam a crescer. Estava se iniciando a cultura da soja e os colonos não tinham como colher. Com o crescimento das lavouras, a empresa ia ampliando sua produção: pá, machados, foice, enxadas, arados, e todo tipo de cabos de madeira. Em 1947, já fazia peças para breques, carroças, eixos, grampos para serraria e ferragens para rodas de trilhadeiras, e uma pequena fundição moldava as peças.

Os grandes proprietários importavam trilhadeiras puxadas a boi, e Balduino então comprou uma usada e a desmontou para copiar o molde das peças, para que pudessem começar a produzir em série dentro de dois ou três anos. A primeira trilhadeira que a Schneider Logemann & Cia lançou ainda existe. A qualidade dos seus serviços e dos seus produtos logo passou a ser reconhecida em toda a região pela produção de implementos agrícolas e um serviço de assistência técnica e consertos, uma vez que Arnaldo Schneider afirmava como seu grande princípio no tratamento com os clientes: “Eles tem que confiar em nós”. A primeira trilhadeira foi feita à mão – todo o processo foi realizado dentro da oficina do grupo – e eram feitas de madeira substituindo o ferro, que no pós-guerra era caro. Como a madeira era barata e abundante, se alguma peça fosse danificada era fácil a substituição, e os clientes conseguiam fazer pequenos consertos e manutenção de trilhadeiras em casa. Se fosse de ferro seria impossível, teriam que buscar assistência técnica distante e cara. Assim, a trilhadeira Schneider Logemann continuou a ter peças de madeira e logo conquistou o mercado regional, que se ampliou para outros estados, e chegou a ser exportada. Estes fatores, provavelmente, foram as razões para crescer e entrar no mercado internacional.

O trabalho não se encerrava no ato da venda, e sim, continuava com um completo apoio ao cliente. A trilhadeira era entregue desmontada ao cliente e os operadores da SLC ensinavam a montar e a manejar. Davam assistência técnica e atendiam a chamados quando o pessoal tinha problemas, mesmo que fosse longe. Servia muito bem às necessidades das pequenas propriedades, geralmente cultivadas por uma

família de agricultores. Os colonos colhiam manualmente o trigo, milho, feijão e soja e transportavam o produto até a trilhadeira, que era estacionária. Quando acumulava uma boa quantidade, trilhavam e ensacavam os grãos.

Fabricada durante mais de duas décadas, a trilhadeira teve avanços, começando com funcionamento manual e passando posteriormente a ter um embocador automático, que foi uma inovação exclusiva da empresa. A trilhadeira estacionária era puxada por boi. Por conta disso, durante muito tempo nas dependências da fábrica da SLC havia inclusive uma criação de bois.

A bem sucedida experiência com trilhadeiras fez com que a empresa ampliasse sua linha de produtos, lançando trituradores de milho, de forragem, máquinas para beneficiamento de madeira e ferramentas agrícolas, levando a empresa a acompanhar a abertura de novas áreas agrícolas em outros estados, como o oeste de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Muitos desses compradores eram oriundos do Rio Grande do Sul que haviam se deslocado em função dos negócios com madeira. A SLC foi junto em função do prestígio que seus produtos tinham conquistado.

Era também um tempo em que a política agrícola estava mudando. Havia euforia pelas novas fronteiras no sul. O governo adotava como prioridade estimular a produção de grãos, principalmente do trigo. A partir de 1960 o Banco do Brasil passou a financiar, além do plantio, a produção de máquinas e implementos, para obter ganhos de eficiência no campo. Inicialmente restritas aos grandes fazendeiros, as linhas de crédito em seguida foram estendidas também aos médios e pequenos produtores. O colono conseguia dinheiro fácil e na hora e a venda de trilhadeiras aumentou muito. A produção de trilhadeiras, trituradores, fumigadores e outros implementos aumentava rapidamente, a produção batia recorde. O princípio era claro: reinvestir todo o lucro para “crescer sempre com recursos próprios”.

Figura 3 – A colheitadeira da SLC com a tradicional cor vermelha



Fonte: Bones (2005)

### **O caminho para a industrialização**

A empresa não parava de crescer. Havia sempre uma ampliação, os galpões iam se estendendo, parecia não haver limites. Nesse período foi concebida uma nova máquina, “a ceifa rebocada”. Com as circunstâncias favoráveis, Jorge Logemann pensou em dar um passo: fabricar ceifadeiras puxadas a trator. Pela abundância de matéria-prima – e toda a estrutura era de madeira –, pela proximidade do mercado e por ter uma fundição própria para fazer as peças de ferro, viu que poderia concorrer com as importadas, que estavam entrando em grande quantidade. A nova ceifadeira estava em dia com as práticas da colheita mecanizada no Brasil. Era até um lançamento ousado para a época, voltado para uma necessidade urgente, que crescia no ritmo das lavouras: mais rapidez na hora de colher.

A ceifa rebocada dava agilidade à colheita, pois cortava mecanicamente uma operação que ainda era feita manualmente. Em 23 de fevereiro de 1958, o vice-

presidente João Goulart visitou a região e os colonos de toda a região se reuniram para ouvi-lo. Depois, ele foi até a fábrica conhecer “a nova máquina” para a lavoura, que a SLC já fabricava. Era a primeira ceifadeira rebocada brasileira.

Fabricada até 1963, a ceifadeira rebocada nunca alcançou grande escala porque surgiu num momento de transição, mas significou muito para a empresa, porque representava um grande passo adiante: foram as primeiras experiências com equipamentos de colheita e trilha simultâneas. Era um momento de impasse para a empresa continuar crescendo, parecia que o melhor seria a fabricação de motores estacionários. A empresa importava já seiscentos motores por ano para equipar suas trilhadeiras, e tinha um mercado cativo para dar início à produção. Tinha uma excelente fundição, que era essencial, então decidiu fabricar também os motores. A empresa deu o seu passo mais audacioso, o maior de toda a sua história: a primeira fabricação de automotriz nacional.

Foi no ano de 1965 que a Schneider Logemann lançou a primeira colheitadeira automotriz do Brasil, equipada com um motor Chevrolet a gasolina, que era feito para caminhão. Cada peça precisou ser fabricada e desenvolvida por Jorge Logemann, com a assessoria de técnicos experientes em consertar máquinas importadas, que davam palpites. Levou quase dois anos para ficar pronta. Foi em novembro que a primeira colheitadeira produzida no Brasil desfilou pelas ruas de Horizontina. Era toda vermelha e ostentava a marca da SLC, a empresa que se confundia com a cidade. O Brasil inteiro ficou sabendo que havia um capitão de indústria no país: Jorge Logemann.

As colheitadeiras automotrizes surgiram nos anos 1960 nas lavouras de arroz. Arnaldo Schneider comprou então uma colheitadeira usada da John Deere, modelo 55, e disse que era possível fazer uma igualzinha. A colheitadeira foi desmontada para servir de modelo e Jorge Logemann desenhou algumas peças de adaptação, e uma empresa de Caxias do Sul, Cipolla, produziu as peças desenhadas por ele. Foi um tempo de trabalho sem descanso.

O motor da primeira colheitadeira foi um Chevrolet a gasolina. Jorge Logemann foi a São Paulo, se reuniu com os técnicos da General Motors para discutir a adaptação de um motor de caminhão a uma colheitadeira, e no primeiro momento encomendou apenas dois. O contexto brasileiro nesse momento favorecia iniciativas arrojadas, pois

havia a necessidade de uma agricultura nova, mecanizada, baseada em novas técnicas, com adubação química e defensivos eficazes contra as pragas. Horizontina comemorava excelentes safras de soja, e era visível que havia uma mudança na agricultura no Brasil; uma empresa que lidava diariamente com agricultores e suas demandas podia perceber a necessidade crescente que havia de serviços qualificados, máquinas e tecnologias. Também havia mudanças importantes na economia do país com o fortalecimento da indústria automobilística e fabricação nacional de autopeças, o que significava a obtenção de componentes. Também no campo da fundição havia avanços que abriam novas possibilidades para a produção de máquinas. Do presidente aos auxiliares da oficina, todos se mobilizaram em torno do sonho da colheitadeira automotriz, e o salto era grande. A trilhadeira separava e ensacava os grãos, mas era uma máquina estacionária, tinha que ser alimentada com o cereal colhido automaticamente. Jorge Logemann, depois de criado o consenso e todos se manifestarem favoráveis, ainda teve o cuidado de conversar com cada um dos sócios individualmente. Naquele tempo não havia pesquisa de mercado ou campanha de marketing, era tudo na base da intuição. No ano de 1965, o jornal *Correio Serrano* noticiou:

Realiza-se amanhã em fazenda localizada no interior do município de Giruá a solenidade de lançamento, seguida de prática, da colheitadeira automotriz, inteiramente fabricada no Brasil, produzida pela firma Schneider Logemann & Cia. Ltda., de Horizontina. Detalhe que merece destaque, a automotriz foi projetada e fabricada por técnicos daquela conceituada indústria. Essa iniciativa pioneira reflete, de forma marcante, o extraordinário grau de desenvolvimento alcançado pela firma Schneider&Logemann no que se refere a máquinas agrícolas.

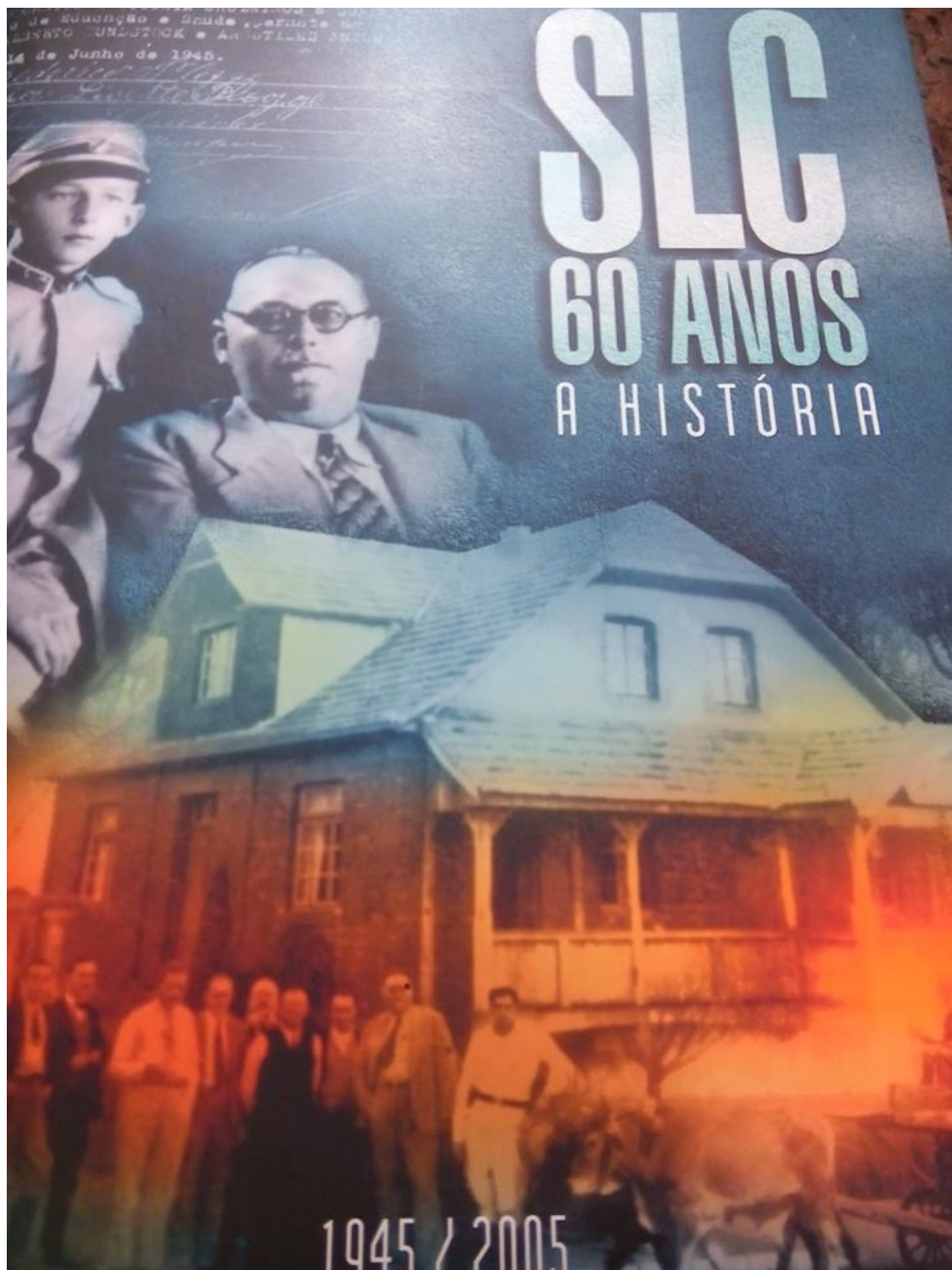
### **Considerações finais**

A presente pesquisa pretendeu demonstrar que o sucesso econômico do grupo é oriundo das estratégias adotadas e da forma como conduziram os negócios, adaptando ideias simples à realidade e política econômica do Brasil nos momentos adequados. Segundo Michael Porter (1999, p. 11), a sobrevivência, assim como o sucesso de uma organização, vai depender das “forças competitivas e estratégicas”. A essência da formulação estratégica é lidar com a competição, “[...] o conhecimento das capacidades da empresa e das causas das forças competitivas acentuará as áreas onde ela deve confrontar a competição e onde ela deve evitá-la”. Na primeira parte do estudo falou-se



da primeira geração e da implantação da serraria e na segunda parte de como a segunda geração parte para a industrialização. Finalmente, para concluir, salienta-se que as personalidades carismáticas de Frederico e Jorge Logemann foram fundamentais para o êxito do grupo.

Figura 4 – Livro em comemoração aos 60 anos da SLC



Fonte: Bones (2005)

## Referências

BONES, Elmar. *SLC 60 anos: a história*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

LOGEMANN, Eduardo. Hoje não se justifica derrubar florestas para abrir novas regiões agrícolas, diz presidente do Grupo SLC. [Entrevista]. *Gaúcha ZH Campo e Lavoura*, 17 nov. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2017/11/hoje-nao-se-justifica-derrubar-florestas-para-abrir-novas-regioes-agricolas-diz-presidente-do-grupo-slc-cja2w8wat065d01qg25cey3hs.html>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

FREITAS FILHO, Almir Pita. História Econômica e História de Empresas: algumas reflexões metodológicas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 10, n. 1, p. 168-177, 1989.

PASQUALI, José Alberto Ely. *Entrevista concedida a Margareth Anne Camargo Contessa*. Horizontina, 11 go. 2016.

PORTER, Michael. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 14. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

## Um homem e suas máquinas: a trajetória de um fabricante de computadores durante a Ditadura Civil-Militar

Marcelo Vianna\*

### Introdução

Em setembro de 1986, o Serviço Nacional de Informações (SNI) recebeu uma correspondência dirigida a seu chefe, o General Ivan Mendes.<sup>239</sup> Em seu teor, o engenheiro UKW<sup>240</sup>, relatou sua trajetória de vida um pioneiro da Informática nos anos 1970, dissertando sobre suas relações com autoridades políticas e militares, suas críticas à Política Nacional de Informática (PNI), assim como as pressões que passou a sofrer nos anos 1980, tornando-se um inimigo dos órgãos de segurança do Estado. Depois de tudo, ao perder sua fábrica de computadores para seu ex-sócio e ainda se sentir acossado pela Polícia, rendeu-se: UKW pedia para que cessassem as perseguições, pois não merecia ser esquecido e jogado “no limbo simplesmente” por ter iniciado a indústria nacional de Informática no Brasil.

Como fonte inusitada, a correspondência oportunizou trazer um personagem interessante do campo da Informática no país dos anos 1970 e início dos 1980. Esse período viu ascender uma geração de agentes sociais, detentores de uma alta *expertise* adquirida em centros de excelência no país e no exterior, e relativamente mais politizados. Ao colocarem em cheque os valores tecnopolíticos vigentes, buscaram propor um projeto de autonomia tecnológica no país. Conhecidos como “barbudinhos”, “técnicos nacionalistas frustrados”, “guerrilhas ideológicas” (EVANS, 1995; ADLER, 1987; DANTAS, 1988), alguns destes puderam, a partir da ocupação de órgãos governamentais – especialmente a Comissão de Coordenação das Atividades de

---

\* Pós-Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Unisinos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Osório. marcelo.vianna@osorio.ifrs.edu.br

<sup>239</sup> Carta de UKW ao Chefe do SNI, General Ivan Mendes, 08.09.1986. ACE n.º 081693/87 de 27.05.1987. Arquivo do SNI – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

<sup>240</sup> O nome foi mantido em anonimato, assim como as menções em documentos que permitam identificá-lo.

Processamento Eletrônico (CAPRE), articular uma poderosa rede no campo da Informática brasileira. O contexto de um desenvolvimentismo de cunho autoritário do Regime Militar, fundamentada também na experiência prática de construção de projetos técnicos e pelo ambiente de abertura política (a partir do governo Geisel), permitiu que os nacionalistas tecnológicos lançassem protótipos, estabelecessem debates públicos e preparassem, de certo modo, a sociedade para a transformação tecnológica. Suas ações lançaram as bases da Política Nacional de Informática (PNI) em 1976, possibilitando o surgimento da indústria nacional de computadores e periféricos ao longo da década seguinte.

Além do feito, deve-se perceber que as experiências dos nacionalistas tecnológicos construíram uma memória coletiva das lutas empreendidas pela autonomia tecnológica, que funcionam como um “sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992). Elas foram reforçadas ao longo do tempo nos anos 1980, em obras como “Rastro de COBRA” (HELENA, 1984), “A Guerrilha Tecnológica” (DANTAS, 1988), “O Crime de Prometeu” (DANTAS, 1989). Mesmo com o fim da Reserva de Mercado e a desmobilização promovida a partir do governo Collor (1990-1992), restou um sentimento de pioneirismo nas memórias dos envolvidos diretamente na construção da PNI, como uma forma de defesa de suas ações. Essas memórias foram fontes primordiais para trabalhos acadêmicos nos anos 1990, como os de Paulo Bastos Tigre e Peter Evans (1992, 1995), que já haviam se valido dessas experiências nos anos 1980. Elas obviamente apresentam suas contradições e operam seleções entre lembrança e esquecimento, como memórias resistentes de um período no qual a Informática ainda mantinha alternativas nacionalistas frente ao acelerado processo de globalização do campo. O fim de uma PNI nos anos 1990 os fez mais resistentes e mesmo alguns buscassem investir no campo historiográfico uma forma de compreender as suas experiências e do grupo em seu contexto (por exemplo, MARQUES, 2012).

Mas como posicionar UKW em meio a esse cenário? Sua reivindicação em ser lembrado de certo modo foi atendida, não pelas publicações ou feitos, mas pelo papel que desempenhou na trajetória da Informática brasileira, impactando na memória coletiva. “O UKW era uma figura que provocava desconfiança porque ele fazia

declarações bombásticas e meio bobas!”<sup>241</sup>, rememorou um dos articuladores da PNI à época. Para boa parte dos ligados à CAPRE, Secretaria Especial de Informática (SEI) ou ao empresariado, UKW era um oportunista da pior espécie: “Totalmente impostor! Olha, ele era um cara ousado, tinha amigos da comunidade de Informação que davam força pra ele. Mentiroso pra burro... mas contava bem a mentira.”<sup>242</sup> Os relatórios confidenciais do Sistema de Informações do SNI (SISNI) o tinham como “paranoico megalômano” que provocava situações e sobre o qual pairavam dúvidas reais sobre sua competência. Já um deputado federal declarou em sessão do Congresso Nacional:

Seria o sr. UKW um difamante? Um leviano? Um psicopata? Um “subversivo”? Um ignóbil? Falsa vestal? Pseudo-vítima? Farta referência elogiosa, consignada por várias autoridades, atestam os relevantes serviços prestados ao país pelo sr. UKW na área de processamento de dados.<sup>243</sup>

Para quem conviveu com UKW nos primórdios de sua empresa, tratava-se de indivíduo “muito polêmico”, mas com incrível capacidade técnica<sup>244</sup>, dedicado a conceber seus computadores e coloca-los no mercado nacional. Para um deles, enquanto jovem, UKW era um “ídolo”, devido sua *expertise* e sua disposição em ensiná-los tudo sobre projetos de computação digital.<sup>245</sup> Enfim, o próprio UKW se declarava um homem ordinário que dedicava “o dia inteiro para o computador, trabalhando inclusive aos domingos (...)” e que “assinante da maioria das publicações técnicas do mundo, acompanho o noticiário dos jornais diários e estou trabalhando naquilo que mais gosto.”<sup>246</sup>

As contradições entre as percepções apresentadas pelas fontes trazem um indivíduo divergente, um caso “extremo” na definição de Giovanni Levi (1997, p.176-178), no qual o indivíduo foge completamente aos perfis-padrão do campo. Apesar de confirmar o que Bourdieu declarou ser uma “ilusão retórica” em obter um todo coerente (BOURDIEU, 2001), também possibilita uma outra visão sobre práticas e recursos necessários para firmar-se em um espaço social. Conforme Giovanni Levi, isso contribuiu para obter

---

<sup>241</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

<sup>242</sup> Entrevista representante CAPRE ao autor em 18.04.2013.

<sup>243</sup> Pronunciamento deputado federal José Bruno (sem partido-RJ) em 04.12.1980. Diário do Congresso Nacional, 05.12.1980. p.16085.

<sup>244</sup> Entrevista ex-funcionário da UKW Computadores ao autor em 30.08.2013.

<sup>245</sup> Entrevista ex-funcionário da UKW Computadores ao autor em 17.09.2013.

<sup>246</sup> DataNews, 06.04.1977. p.6.

(...) uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas (LEVI, 2001, p.180)

Pois justamente estes confrontos trazem alguns elementos para se pensar como os agentes se movimentavam no campo da Informática, pautado por rápidas transformações tecnológicas, alta *expertise*<sup>247</sup> de seus mandatários e voluntarismo político nacionalista. Os nacionalistas tecnológicos praticavam, através da conjunção desses saberes, uma ação tecnopolítica<sup>248</sup> e comungavam de um projeto de autonomia tecnológica. Para isso defendiam, através de uma “autonomia inserida” (EVANS, 1995), a viabilização de uma indústria nacional através do desenvolvimento de tecnologias nas universidades e/ou aquisição de pacotes tecnológicos estrangeiros que pudessem ser apropriados pelos técnicos nacionais. Para atingir tais objetivos, deveriam fomentar outro grupo para o campo: o empresariado nacional (TAPIA, 1995, p.27). Este, seja por sua capacidade de investimento, seja pelo engajamento no projeto de autonomia, poderia completar o triângulo de Sabato (2011) (Ciência – Estado – estruturas produtivas) necessário para viabilizar o desenvolvimento da Informática do país.

Essa prática teve seus efeitos: gerou indivíduos modelares como Edson Fregni, que converteu sua expertise adquirida no Laboratório de Sistemas Digitais da USP para uma bem sucedida carreira empresarial na dinâmica Scopus Tecnologia, tornando-se um líder nacionalista do setor, duas vezes presidente da Associação das Indústrias de Computador e Periféricos (Abicomp) nos anos 1980. Trouxe empreendedores como Mathias Machline, um verdadeiro *selfmade man*, que através de uma pequena representação de máquinas contábeis nos anos 1960 e boas articulações políticas,

---

<sup>247</sup> Expertise pode ser entendida como um capital cultural formado por acúmulo de saberes acadêmicos aliado com a experiência no campo da Informática. A nosso ver, é uma das bases da autoridade construída pelos agentes desse campo extremamente dinâmico, que permite sobressair-se sobre os demais – suas opiniões valem mais do que a dos “não-especialistas” (BOURDIEU, 2003, p.83).

<sup>248</sup> Gabrielle Hecht percebe uma relação entre a política e os especialistas em tecnologia na constituição de políticas de Estado. Como o projeto nuclear francês demonstrou, havia uma preocupação política por trás das escolhas das tecnologias, tais como a retomada o poder da França no cenário mundial e garantir ao povo participação da modernização da Nação. (HECHT, 2001).

tornou-se presidente da Sharp do Brasil nos anos 1970.<sup>249</sup> E atraiu indivíduos como UKW, determinados a forçar passagem no campo.

### **Origens e ascensão no campo da Informática**

UKW nasceu em Porto Alegre no ano de 1931. Filho de uma folclorista e um engenheiro, formou-se em 1953 em Engenharia Nuclear na Universidade de Paris, onde teve os primeiros contatos com computadores, especializando em computação em tempo real. Segundo ele,

Estudando e trabalhando em energia nuclear, o TRW-300 era a minha ferramenta de trabalho como simulador de um reator nuclear. Entusiasmado com as suas performances e potencialidades e sendo também um homem de eletrônica, passei a estudá-lo internamente e uma ideia apossou-se de mim:

- Tecnicamente ele poderia ter sido projetado e fabricado no Brasil;
- Um dia eu implantaria uma fábrica de computadores no Brasil. (UKW, 1982, p. 31)

Já no Brasil, ao longo dos anos 1960, foi ambientando-se com projetos de sistemas e chegou a construir um computador a válvulas em sua residência – o que lhe rendeu a UKW primeira polêmica: um abaixo-assinado dos moradores para remover o equipamento do local (UKW, 1982, p.18). Em 1971, fundou sua empresa de consultoria, oportunizando UKW atuar no campo da Informática e, em 1974, abriu uma nova empresa nos Estados Unidos<sup>250</sup> para operar as importações de componentes e equipamentos completos. Foi nesse período que UKW começou a introduzir o seu computador, IND5005, no país – uma cópia do minicomputador PDP-8 da Digital Equipment Corporation (DEC).

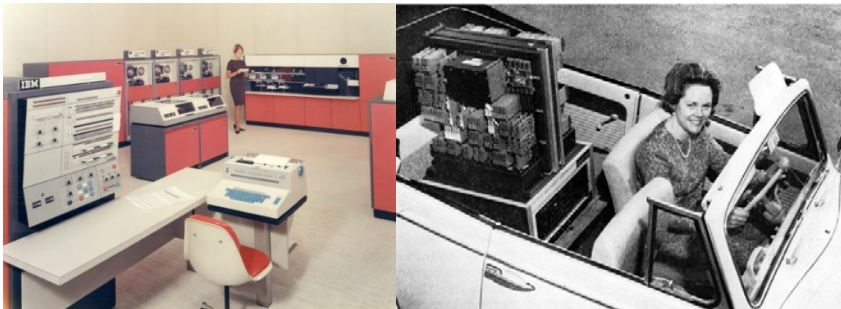
---

<sup>249</sup> Entre as numerosas fontes sobre a trajetória de Edson Fregni, encontram-se DANTAS, 1989; Veja, 24.02.1982 “Os barões eletrônicos”. Vale dizer que Edson Fregni participou do projeto do primeiro computador nacional, o “Patinho Feio” na USP em 1973. Para Mathias Machline, falecido em 1994, sua trajetória pode ser acompanhada em “Uma história de 30 anos – Grupo Empresarial Machline” (1991); Exame 16.10.1985 “SID/SHARP – A empresa do ano”; O Globo 21.08.1994 e Estado de São Paulo 14.08.1994.

<sup>250</sup> Paulo Bianchi, ex-professor do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, rememorou sua experiência em abrir uma pequena empresa de exportação de componentes eletrônicos nos Estados Unidos em fins de 1977. Segundo ele, os trâmites eram simples para abrir uma empresa. Por sua vez, sua empresa se valia dos serviços de outra, que fazia o atendimento telefônico, recebia as correspondências e despachava encomendas (BIANCHI, 1988, p.85-91). É possível deduzir que UKW usou uma facilidade similar para abrir sua “holding”.

Os minicomputadores tiveram um grande impacto no campo da Informática, ao possibilitar alternativas aos grandes sistemas (*mainframes*) existentes (CERUZZI, 2003). A DEC teve papel decisivo nesse processo, especialmente através do PDP-8 (1965), que se valeu da microeletrônica, design inovador e, obviamente, preço competitivo (U\$18 mil). O PDP-8 expandiu a Informática a novos usuários no mundo comercial e universitário, marcando a identidade do *minicomputador*, um termo que passava a representar liberdade frente às grandes estruturas (como salas climatizadas) exigidas pelos *mainframes*, voltados a toda sorte de aplicações. Por fim, o PDP-8 tinha uma arquitetura simples e a DEC divulgava informações técnicas (ao contrário do sigilo da IBM), o que contribuiu para o surgimento de um mercado OEM (*Original Equipment Manufacturer*), no qual outras companhias podiam adquirir o PDP-8 e fazer mudanças conforme seus propósitos.

Imagem 1 e 2 - Comparação entre *mainframe* IBM (IBM 360) e o minicomputador PDP-8



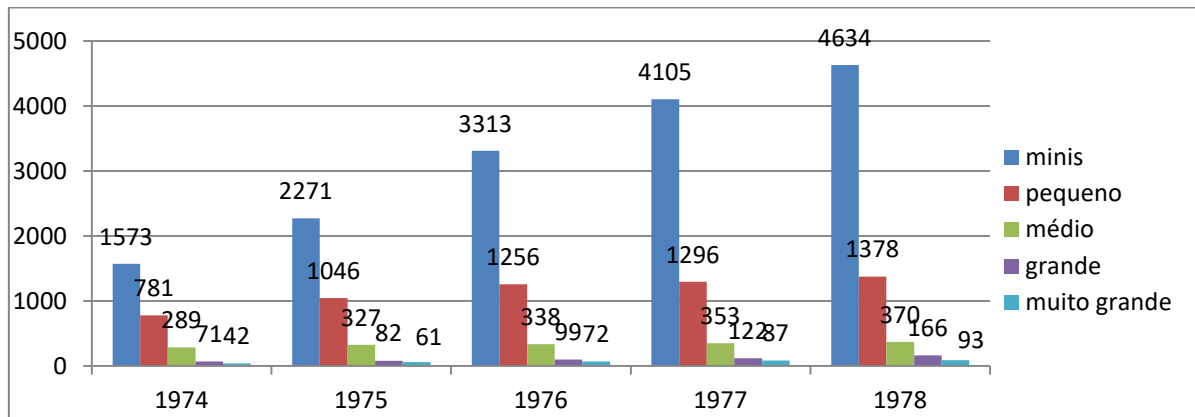
Fonte: Computer History

O sucesso do PDP-8 fez com que a DEC se tornasse a segunda maior companhia do campo da Informática no início dos anos 1970, atraindo a atenção das tradicionais fabricantes de grandes sistemas (IBM, Burroughs, Honeywell). Muitas empresas começaram a oferecer algum modelo de minicomputador, o que reforçou sua popularização no mundo. No Brasil, os minicomputadores estavam presentes desde o final dos anos 1960, embora não houvesse fabricantes – todos os modelos eram importados. Ainda que pudesse ser um mercado promissor, conforme os estudos da



Câmara de Comércio dos Estados Unidos<sup>251</sup> e os dados estatísticos da CAPRE comprovassem a incorporação desses artefatos nos processos produtivos do país (gráfico 1), a pequena escala do mercado brasileiro não pareceu motivar a instalação dessas produtoras multinacionais de minicomputadores.

Gráfico 1 – Computadores no Brasil conforme porte (1974-1978)



Fonte: Boletim Técnico CAPRE v.1 n.1. jan/mar.1979 p.6

Esta lacuna seria a porta para o desenvolvimento da indústria nacional de computadores, como observou Peter Evans (1995). UKW, como um indivíduo relativamente bem informado, não devia estar alheio aos esforços nacionais: sua amizade com engenheiros da Marinha do Brasil (um antigo núcleo de *expertise* em Eletrônica no país) e com membros da EE Equipamentos Eletrônicos S/A, lhe deixou a par das atividades do Grupo de Trabalho Especial/FUNTEC-111<sup>252</sup>, iniciado em 15.03.1971, e de sua busca em desenvolver um protótipo de computador eletrônico a ser aplicado em operações navais (HELENA, 1980, p.74). Pela Imprensa e eventos, ele devia conhecer a atuação da CAPRE e da COBRA Computadores (1974), assim como o desenvolvimento do minicomputador nacional G-10, uma derivação dos trabalhos dos GTE-111 que foi assumida pela USP e pela PUCRIO.

Esse cenário pode ter motivado UKW deixar as atividades de consultoria e dar vazão ao projeto de produzir computadores, demonstrando grande *expertise* ao escolher

<sup>251</sup> Global Market Survey – Computers and Related Equipment. U.S. Department of Commerce. October, 1973.

<sup>252</sup> Decreto n.º 68.267, 18.02.1971.

o PDP-8, por sua concepção e qualidades, como o artefato tecnológico a ser reproduzido no país. Algum tempo depois, UKW adicionaria ao seu portfolio outro artefato tecnológico bem-sucedido no mercado, o minicomputador Nova 2 da Data General, que batizaria como MB8000. Os preços eram competitivos: cerca de 25% mais barato que os originais norte-americanos.<sup>253</sup>

Com os artefatos tecnológicos escolhidos, UKW buscou o registro da CACEX em fins de 1975 como fabricante de minicomputadores, o que lhe conferiria um “certificado de similaridade”. Conforme a legislação<sup>254</sup>, todo usuário, antes de importar um produto, deveria fazer uma consulta à CACEX para verificar a existência ou não de um similar nacional. Se houvesse um fornecedor enquadrado como tal, através de consulta feita à associação da qual ele deveria integrar, o usuário era obrigado a comprar dele ou ter seu aval para importar. Após resistências da CACEX e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) em aceita-lo, UKW valeu-se da Imprensa<sup>255</sup> (um recurso que seria recorrente a partir de então) para constrangê-las, ameaçando denunciá-las ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O discurso nacionalista logrou efeito, obtendo o certificado de similaridade e capacitando-o de participar de concorrências públicas para fornecimento de controladores de processos – uma das principais aplicações dos minicomputadores à época.

Sua posição privilegiada como único fornecedor transformou-se em um sério problema para técnicos do governo, ao ponto de gerar uma investigação na Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MNE), em 13.01.1977. Conforme a investigação, UKW dava aval a importações através de extorsão, como a compra de parcela de seus produtos a preços elevados, fornecimento de treinamento ou mesmo indenizações. Para quem resistia a seu avanço:

(...) cita-se o fato ocorrido na Petrobrás, quando teve rescindido um contrato de assistência técnica com determinado órgão, por motivos de má atuação e qualidade dos serviços apresentados pela então UKW Consultoria Técnica. Após isso passou a criticar fortemente o chefe do

---

<sup>253</sup> DataNews, 16.08.1976.

<sup>254</sup> Lei n.º 3.244, de 14.08.1957; Decreto-Lei n.º 37, de 18. 11.1966; Decreto n.º 61.574, de 20.10.1967; Decreto n.º 69.282, de 24.01.1971, entre outros. Cabia ao Conselho de Política Aduaneira (CPA), criada pela lei de 1957, conceder “poderes discricionários à CACEX e ao CDI no controle dos volumes e das condições em que se processavam as compras no exterior.” (PINHEIRO, 1995, p.200).

<sup>255</sup> O Globo, 25.01.1976.

órgão que dispensou seus serviços, chegando ao ponto de enviar-lhe correspondência bastante indelicada, mesmo agressiva, distribuindo 25 cópias da mesma aos diversos chefes de outros órgãos da empresa.<sup>256</sup>

Estabelecido no fornecimento de equipamentos, UKW passou a ambicionar a eliminação dos competidores diretos, no caso, a empresa estatal COBRA Computadores. Esta se encontrava em situação crítica, já que o sistema adotado – o computador Argus 700 da Ferranti, não era competitivo tecnologicamente. Isso fez com que os tecnocratas do governo incentivassem um projeto autônomo (o projeto G-10, com apoio da USP e PUCRIO) e, ao mesmo tempo, procurassem uma nova tecnologia estrangeira permitindo que a COBRA pudesse atender rapidamente a demanda do mercado.<sup>257</sup>

Em fins de 1975, UKW começou a exigir reparações de modo a não concorrer com o modelo da COBRA. Talvez para conter o ímpeto de UKW, foi firmado um acordo entre as duas empresas para participarem de concorrências em conjunto.<sup>258</sup> No entanto, a parceria não vingou e UKW renovou suas críticas ao governo, acusando as instâncias governamentais de fazer um “governo paralelo” cartorial – um mote que manteria ao longo do tempo, alterando os agentes estatais conforme o período.

### **O auge do homem que fabricava computadores**

O período entre janeiro de 1976 e outubro de 1979 pode ser considerado o ápice da trajetória de UKW. Conseguiu se viabilizar-se como fabricante de computadores no mercado nacional, obtendo um sócio com recursos financeiros e expressão política que o capacitou para isso. Alcançou notoriedade, com aparições públicas, entrevistando-se com autoridades políticas e militares, onde expor as suas ideias sobre autonomia tecnológica e seu modelo de PNI.

---

<sup>256</sup> Ministério das Minas e Energia. Divisão de Segurança e Informações. Pedido de busca n.º 33/18/77. Assunto “Grupo UKW” em 13.01.1977.

<sup>257</sup> Com a intervenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a COBRA realizou um acordo de transferência tecnológica com a norte-americana Sycor, dando origem aos minicomputadores COBRA 400 em 1977 (HELENA, 1984, p.45-48).

<sup>258</sup> Pelos planos, a COBRA forneceria os computadores série 700 como central de processamento enquanto UKW forneceria seus computadores IND5005 como estações remotas do sistema. O consórcio atuaria em uma concorrência internacional aberta pela empresa ECISA S/A e na licitação de equipamentos para o Hospital de Clínicas de São Paulo. (Dados e Ideias, v. 2. n.1 ago/set 1976, p.33; DataNews, 20.10.1976, p.24).

Contextualmente, a possibilidade de instituir uma indústria nacional de computadores tomou força a partir de dois fatores a partir de fins de 1975. O primeiro foi o agravamento da crise econômica provocada pelo Choque de Petróleo de 1973, ocasionando um forte déficit na Balança de Pagamentos, o que obrigou o governo, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), a impor novas restrições a importações no país (HERRLEIN Jr., 2013). A importação de computadores, periféricos e componentes despenderam US\$88 milhões em 1974, ficando atrás apenas de aviões a jato (US\$178 milhões) e tratores de esteira (US\$110 milhões), dentre os produtos manufaturados.<sup>259</sup> A CDE, ao final de 1975, dotou a CAPRE de poderes para controlar importação de artefatos computacionais. Com a reforma do órgão em fevereiro de 1976, os nacionalistas tecnológicos da CAPRE logo perceberam que detinham um potencial instrumento não só para viabilizar a estatal COBRA Computadores, mas também para atrair fabricantes nacionais para desenvolver essas tecnologias no país.

O segundo fator foi a reação que deu a partir do anúncio da IBM do Brasil, no início de 1976, de que iria fabricar o minicomputador /32 no país. Ao tentar impor no mercado brasileiro o seu modelo, ainda mais através de uma agressiva campanha de marketing (anunciando a pré-venda de 400 sistemas no país) (HELENA, 1980, p.94), motivou os nacionalistas a reforçarem as barreiras contra as multinacionais em prol do discurso de autonomia tecnológica. A CAPRE em junho de 1976 instituiu sua primeira resolução, demarcando a faixa de micro e minicomputadores para iniciativa nacional. Por sua vez, a mobilização da comunidade técnico-científica no 6.º SECOMU (setembro, 1976) e no IX CNPD (outubro, 1976), reforçou as convicções dos tecnocratas da CAPRE no sentido de criar espaço para uma indústria com base tecnológica nacional – que, a partir dos instrumentos concedidos pelo CDE, através da resolução n.º 5/1977, barrariam o projeto /32 da IBM e instituiriam, após muitas lutas nos bastidores, a concorrência para minicomputadores em 01.06.1977.

### **A fábrica e os artefatos – recursos técnicos**

UKW inicialmente havia adotado uma postura mais comedida frente aos acontecimentos, colocando-se como um empreendedor que se batia entre a opressão das

---

<sup>259</sup> Dados e Ideias, v.1., n.º 2, out/nov. 1975 p.49.

multinacionais e a burocracia que tentava impedi-lo de ocupar seu espaço. Ainda que denunciasse o “governo paralelo” na Informática e apontasse os conflitos interburocráticos, fazia o esclarecimento de que:

(...) aceita e deseja uma proteção governamental para a indústria nacional de eletrônica digital, contra o que chama de “manobras legítimas de empresas multinacionais”. E salienta que sua empresa quer colaborar, “nos maiores níveis possíveis com qualquer indústria nacional, pois todos sofremos os mesmos problemas.”<sup>260</sup>

Na prática, UKW desejava um controle sobre as multinacionais, mas por outro, não lhe interessava o apoio à COBRA Computadores e que a CAPRE exercesse um real controle sobre a produção no país. Nesse contexto, ele submeteu seus projetos para análise da CAPRE, incluindo o IND5005 e MB8000, mas havia sido surpreendido pelo anúncio da concorrência pública para minicomputadores pela CAPRE em 01.06.1977. Tratava-se agora de uma corrida contra o tempo: UKW deveria demonstrar sua capacidade de gerar tecnologia, ao contrário da COBRA – que segundo ele, montava computadores no Brasil a partir de peças importadas.<sup>261</sup>

No cerne da polêmica estava a sua “fábrica”, um velho prédio em um ponto considerado *bas-fond* do Rio de Janeiro. A fábrica, como um espaço de construção de artefatos tecnológicos e, simbolicamente, de afirmação da *expertise*, poderia ser a prova da sua capacidade de produzir computadores, mas encontrava-se envolta em mistérios. O próprio UKW alimentava-os, ao informar a visita de mais de 100 autoridades, “sempre manifestando surpresa e satisfação” (UKW, 1982, p.40) (incluindo o SNI) e vetava o acesso de outros.

A investigação do DSI/MNE contou com o testemunho de dois engenheiros da Petrobrás, que visitaram de surpresa as instalações de UKW em 01.12.1976. Os engenheiros ficaram chocados: encontraram diminutas salas, com poucos e rudimentares equipamentos (“dois osciloscópios, um multímetro, uma chave eletrônica e um gerador de sinal, parte deles obsoletos”) e funcionários despreparados, totalmente avesso ao que se esperava de uma fábrica de computadores. Isso alimentou uma ideia de fraude, como os agentes de segurança das Centrais Elétricas S/A observaram: “os equipamentos que apresenta como produzidos pelo ‘Grupo’ são apenas modelos

---

<sup>260</sup> JB 06.12.1976.

<sup>261</sup> O Globo, 05.04.1977.

importados onde substitui as placas de inscrição e características do original por outras de seu nome.”<sup>262</sup> Isso levou o SNI expedir uma circular para as empresas da Eletrobrás para que evitassem comercializar com UKW. O tal “mistério” serviu de munição para tecnocratas, como Dion Telles, presidente da Digibrás: “Talvez estejamos frente a um grupo de grande potencial que pode trazer grande benefícios para o país’ dizia, com uma ponta de ironia, ‘mas até agora não conseguimos nem uma fotografia de sua fábrica.’”<sup>263</sup>

UKW havia logrado, em algum momento entre 1976 e 1977, equipar sua empresa<sup>264</sup> para efetivar a produção de clones do modelo PDP-8 e Nova 3. O periódico DataNews (UKW, 1982, p.40) propôs fazer uma matéria a fim de acabar com as especulações, produzindo uma reportagem de 06.04.1977, no qual apresentou UKW finalmente as instalações.

Imagem 4, 5 e 6 – Engenheiros da UKW em ação pelas páginas do DataNews



Fonte: DataNews, 06.04.1977

<sup>262</sup> Ministério das Minas e Energia. Eletrobrás. Assessoria de Segurança e Informações. Informação n.º 41. Assunto “Grupo UKW” em 14.02.1977.

<sup>263</sup> Veja, 11.02.1976. p.74.

<sup>264</sup> Após várias recusas, a CACEX conseguiu visitar a fábrica em abril de 1977. Constatou a “aparência modesta”, mas ficou com boa impressão “quanto à possibilidade de produção” de computadores, observando a existência dos equipamentos necessários e estoque razoável de componentes. O SNI fez o acompanhamento da questão. IDC0094377-1983 Informação n.º 151/118/77. Acervo SNI – Memórias Reveladas - Arquivo Nacional.

Facilmente obtidos nos Estados Unidos no mercado OEM, UKW trazia circuitos integrados LSI<sup>265</sup> e outros componentes discretos – sua grande fornecedora era a distribuidora de componentes e sistemas norte-americana Intectra<sup>266</sup> – mas também suprimentos, datasheets e livros com informações técnicas. A partir daí, liderou uma pequena equipe de sete engenheiros, em um trabalho artesanal no qual os jovens técnicos orientados por UKW<sup>267</sup> operavam a conversão de placas *multilayer*, desenhavam novos circuitos, padronizavam conectores, enfim, tentavam emular<sup>268</sup> a máquina incorporando o maior número possível de componentes nacionais, valendo-se dos instrumentos descritos como rudimentares pelos técnicos da Petrobrás. Para UKW, graças a esses elementos, seu primeiro modelo de computador (IND5005) alcançava 72% de índice de nacionalização dos componentes.

Embora não entrasse no mérito da origem da obtenção dos componentes importados – UKW valia-se da *expertise*, das possibilidades da microeletrônica<sup>269</sup> e de artefatos reconhecidos (PDP-8) para reafirmar sua primazia no campo. Como o próprio defenderia:

Sem compras obrigatórias e sem um centavo pela tecnologia, apenas com a boa escolha e o bom gerenciamento de mentes apropriadas. Tudo isso baseado num simples fato: o projeto e a fabricação de minicomputadores era uma coisa simples, ao contrário do que pensava a maior parte da comunidade de Informática no Brasil. Não era uma inacessível tecnologia padrão NASA, mas uma coisa tão simples que poderia ser feita por 2 ou 3 (dois ou três) técnicos experientes, como se fazia nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e na UKW. (UKW, 1982, p. 98)

---

<sup>265</sup> Large-scale Integration (LSI) – em meados dos anos 1970, LSI representava a incorporação de milhares de transistores em um único circuito integrado (chip), com notável economia de custos (FERGUSON, 1986, p.46). Entre as produtoras de chips estavam-se Texas Instruments, Intel e Intersil.

<sup>266</sup> Fundada em 1974, a empresa Intectra notabilizou-se pelo fornecimento de componentes eletrônicos para países da América Latina.

<sup>267</sup> Aqui se revelou o entusiasmo dos jovens participantes, que alheios às disputas políticas de UKW, buscaram aproveitar a singular experiência para aprender o máximo possível sobre projetos digitais em computação. Entrevista ex-funcionários da UKW Computadores em 30.08.2013 e 17.09.2013.

<sup>268</sup> Emular significava produzir um novo circuito eletrônico para executar as funções do original. Envolvia engenharia reversa na busca entender o funcionamento dos componentes do artefato a ser emulado, o que se distingue da mera cópia. A emulação do PDP-8 era facilitada, pois o IND5005 utilizava a mesma família de processadores (chip) Intersil série 6100, com instruções similares.

<sup>269</sup> Produzir minicomputadores não exigiam grandes aparatos e podiam mesmo contar com certa dose de improviso, ainda que não se abrisse mão da alta capacidade técnica dos envolvidos. O surgimento dos microcomputadores nos anos 1970 reforçou esse aspecto, sendo o mais famoso o caso da Apple Computers.

Havia certo reconhecimento de que existia algo notável no trabalho de XYZ, como atestou um alto dirigente da Digibrás:

O pessoal achava ele meio maluco. Mas o argumento dele nós aceitávamos, como acabamos aceitando. Ele falou: “A Data General não tem patente no Brasil e eu já copiei a máquina. Eu já estou onde vocês estão querendo chegar. E eu copiei sem contrato, então eu sei copiar, eu sei fazer, eu estou vendendo...” e era verdade.<sup>270</sup>

Assim, UKW firmou seu projeto de autonomia tecnológica baseada na emulação em detrimento tanto dos esforços do desenvolvimento de tecnologias próprias nas universidades/COBRA ou da compra de pacotes estrangeiros. Essa ousadia técnica, de emular um produto, trazia desconfianças da CAPRE sobre a ética do procedimento<sup>271</sup>, todavia se situava em uma linha tênue entre o que legalmente podia ou não ser aceito.

### **Os recursos de pressão**

O embate que se seguiu envolveu uma nova ousadia, agora política: uma carta aberta ao presidente da República publicada nos principais jornais do país. A carta de 03.06.1977 (dois dias depois da decisão da CAPRE de organizar uma concorrência para minicomputadores) apelou para que Geisel removesse o “único óbice do pleno desenvolvimento” da sua empresa. Isto porque a CAPRE criou:

(...) uma condição de eliminação da minha pequena indústria, pois seria inócuo tentar concorrer com a potencialidade das empresas multinacionais, que tudo farão para ser beneficiadas com as duas vagas existentes, quer técnica quer economicamente. A minha empresa configura-se como um caso especial, cercado de uma excepcionalidade sem par, uma vez que ela é empresa brasileira já em produção efetiva de computadores e essa fábrica começou muito antes de quaisquer resoluções disciplinadoras. Sou, portanto, um caso consumado legalmente pois, à época devida, sem quaisquer restrições de ordem legal e garantido por um direito constitucional, realizei a minha fábrica.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

<sup>271</sup> Entrevista Elcio Costa Couto ao Grupo de Trabalho Especial/Informática – subgrupo B – Relatório Setorial 1.ª parte. Agosto 1979.

<sup>272</sup> JB, 06.06.1977. “Carta aberta ao sr. Presidente Ernesto Geisel”.



A carta pode parecer uma excentricidade, mas não estava descolada de seu contexto. Conforme Carlos Lessa (1978), o ambicioso II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1974-1979) havia se desestruturado em 1976, levando o governo a recuar em seus propósitos desenvolvimentistas. Marginalizado dos processos decisórios no governo Geisel (CODATO, 1995, p.239), o grande empresariado viu a oportunidade de atacar o Estado, criticando a excessiva intervenção do Estado na Economia. A saída do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, contribuiu para conturbar o cenário, com nacionalistas extremados e liberais privatistas externando críticas sobre o Regime, protegidos pelas páginas de Economia da grande Imprensa.<sup>273</sup> E a carta de UKW o colocou em evidência, um exemplo do empresário frustrado pelo Estado retrógrado, como a revista Visão - veículo de comunicação de Henry Maksoud - apontou:

Balanco final: a UKW, apesar da precariedade de suas instalações e de seus investimentos relativamente pequenos, produz um computador eletrônico com um índice de nacionalização aceitável e perfeitamente justificável. A COBRA, embora dispondo de instalações muitíssimo mais amplas e adequadas, contando com um número bastante superior de técnicos e funcionários e tendo feito investimentos várias dezenas de vezes superiores aos da UKW, não fabrica, *aparentemente sequer monta*, os produtos que se propõe comercializar. (...) A diferença fundamental: uma é privada, a outra estatal.<sup>274</sup>

UKW aproveitou a súbita fama, sendo convidado a prestar informações na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977.<sup>275</sup> Ali pode exercitar todo seu histrionismo criticando a “polarização entre empresa estatal versus multinacionais”, para defender a iniciativa privada na construção de computadores. Novamente justificou a questão da emulação através da Política de Informática japonesa, citando o caso da Amdahl, Fujitsu e Hitachi na cópia dos computadores da IBM como soluções que permitiram a livre competição entre empresas nacionais. Para ele, o governo brasileiro errava em apostar nas tecnologias defasadas da Ferranti e Sycor, de maneira similar ao *Plan Calcul* francês, enquanto ele próprio

---

<sup>273</sup> Conforme Alzira Abreu (2002), houve uma especialização da Imprensa, demonstrada pela ascensão das páginas de Economia. Suas matérias, com o tempo, se tornaram espaços de algumas críticas ao Regime Militar. Beneficiada pelo ambiente político de descompressão, a Imprensa aprofundou críticas, especialmente as liberais, como o famoso “Documento dos Oito” de 26.06.1978, no qual as principais lideranças empresariais marcaram sua posição em favor do liberalismo e do regime democrático.

<sup>274</sup> Visão 20.06.1977.

<sup>275</sup> Depoimento de UKW à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977. Arquivo da Câmara dos Deputados

poderia produzir computadores a partir de chips LSI de 17 dólares. Reivindicando autonomia, fez sugestões para a PNI, propondo a substituição da CAPRE e Digibrás, por um Conselho Nacional de Informática e uma Comissão Nacional de Informática.<sup>276</sup>

Os efeitos da “fala autorizada” de UKW não podem ser desprezados, mesmo que o Legislativo fosse um espaço ofuscado pelo ambiente de autoritarismo. Além de forçar o presidente da Digibrás e o Secretário-Executivo, Ricardo Saur, a prestarem satisfações à Comissão da Câmara dos Deputados, UKW realizava visitas a autoridades militares e políticas – quando não recebido, pressionava através de correspondências, ao ponto do ministro da SEPLAN, Reis Velloso, receber “30 a 50 cartas” com suas demandas e sugestões.<sup>277</sup> A CAPRE havia se rendido parcialmente à pressão, aprovando em 14.07.1977 a maioria dos projetos de UKW, mas não recuou a respeito da concorrência para minicomputadores – Ricardo Saur, um dos expoentes dos nacionalistas tecnológicos, após longa defesa das ações da CAPRE na Comissão, observou aos parlamentares:

(...) o Dr. UKW estava ‘clamando por justiça’ por pré-julgamento das atitudes da CAPRE (...) Ora, poderão dizer, não aprovou o MB8000 que é (segundo o dr. UKW) seu verdadeiro mini. Acontece que a UKW ainda não fabrica efetivamente esse modelo, e isso foi pessoalmente constatado por uma visita oficial efetuada por Membros do Conselho Plenário da CAPRE. Então, não há como pedir tratamento preferencial fora do convite geral feito pela CAPRE para todos, cujas propostas deverão ser entregues até 08.09.1977.<sup>278</sup>

Sem alternativas, UKW teria que submeter seu MB8000 para a concorrência de minicomputadores aberta pela CAPRE.

## **O sócio**

Os nacionalistas tecnológicos haviam logrado sucesso em convencer o ministro da SEPLAN, Reis Velloso (a quem a CAPRE era submetida), que a solução para o impasse envolvendo o /32 da IBM era elaborar uma concorrência para viabilizar “com

---

<sup>276</sup> A primeira contemplaria a normatização do campo da Informática, com ampla participação interministerial, fabricantes e usuários. O segundo funcionaria como um órgão de financiamento.

<sup>277</sup> Depoimento de UKW à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977. Respostas. p.46. Arquivo da Câmara dos Deputados.

<sup>278</sup> Depoimento de Ricardo Saur, secretário-executivo da CAPRE, à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 01.08.1977. Respostas. p.3. Arquivo da Câmara dos Deputados.

segurança, objetividade e adequada incorporação tecnológica” uma indústria de minicomputadores no país. O Conselho Plenário da CAPRE lançou a resolução 01.1977 em 01.06.1977 que anunciava o convite aos interessados em obter a concessão de prioridade de importação de componentes e peças para fabricação de minicomputadores. Sintetizados em cinco critérios, tais como capacidade de absorção tecnológica, índice de nacionalização e participação no mercado interno, esperava-se atrair o empresariado, através da ação dos nacionalistas tecnológicos por meio de palestras e apoios técnicos a projetos, a fim de viabilizar a PNI e impedir a tomada do mercado pela IBM e outras multinacionais (DANTAS, 1988).

Estrategicamente, a decisão foi permitir a aquisição de pacotes tecnológicos estrangeiros, de maneira a permitir que as empresas nacionais rapidamente se colocassem no mercado. Em contrapartida, elas assumiriam o compromisso de nacionalizar a tecnologia no espaço de cinco anos e, a partir dela, desenvolver novas tecnologias. Até o dia 08.09.1977, a CAPRE recebeu 16 propostas de projetos, em boa parte de grupos nacionais que aderiram à estratégia dos nacionalistas tecnológicos, como EDISA-Fujitsu, Labo-Nixdorf e SID-Logabax.

UKW acabou propondo o seu projeto “original”, dotado de tecnologia “própria”. Para a concorrência, ele se associou à empresa Hidroservice – o que configurou sua chance de obter os recursos financeiros e o apoio político necessário para realizar seu sonho de ser o principal fabricante de computadores no país. Esta era a maior empresa de projetos de engenharia no país e pertencia ao engenheiro Henry Maksoud (CAMPOS, 2012, p.125), típico empresário da grei liberal. Maksoud gozava do trânsito nos anéis burocráticos, procurando obter vantagens políticas e comerciais para seus empreendimentos. Ex-presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo entre 1967 e 1968, no qual defendeu o papel dos engenheiros nacionais contra empreiteiras internacionais nos grandes projetos de construção civil do Regime Militar (CAMPOS, 2012, p.315), a partir do governo Geisel tornou-se um crítico do Estado. Para isso, adquiriu a revista Visão (1974), transformando-a em um veículo “pautado na defesa do capitalismo, mas sobretudo na lógica neoliberal” (CEZAR JR., 2010, p.7), tornando-se incansável divulgador das obras de Friederich Hayek. Diversificando seus investimentos, a Hidroservice patrocinou a entrada de Maksoud no campo da Informática, associando-se a UKW.

### **A concorrência para minicomputadores**

A CAPRE organizou uma comissão para efetuar a análise dos projetos da concorrência. A análise do projeto MB8000 da UKW/Hidroservice foi favorável em relação aos aspectos técnicos do projeto. No quesito “grau de abertura tecnológica”, foi o único alcançar nota máxima (100 pontos), mas contra ele pesou a capacidade financeira do empreendimento que não pareceu convencer os técnicos, apesar da parceria com a Hidroservice.<sup>279</sup>

Como um estudo tecnopolítico, ou seja, combinada as dimensões técnicas e políticas da análise do projeto, impossível que as manifestações de UKW, sua tentativa de influenciar o processo por meio das autoridades e da Imprensa não gerassem desconfianças e incertezas sobre sua capacidade técnica e política. É provável que também tenha influenciado na decisão o fato da Data General (justamente a fabricante que teve seu computador copiado por UKW) pleitear ao Congresso norte-americano o controle sobre as tecnologias que chegavam ao Brasil e que afetavam os interesses comerciais das companhias norte-americanas.<sup>280</sup> Quando a CAPRE anunciou o resultado da concorrência, em 20.12.1977, o projeto de UKW ficou em quinto lugar, sendo que as três primeiras (SID, Labo e EDISA) foram declaradas as vencedoras da concorrência.<sup>281</sup>

A decisão da CAPRE foi pelos grupos melhor equilibrados, dotados de projetos técnicos considerados viáveis e legais (a partir de pacotes tecnológicos estrangeiros adquiridos por contratos de transferência de tecnologia), recursos financeiros expressivos e confiáveis politicamente. Exemplo disso foi a EDISA, que era liderada por agentes considerados competentes por sua experiência no campo no Rio Grande do Sul (Flavio Sehn, Dionísio Azambuja, Paulo Renato Ketzer) e com trânsito na CAPRE e que puderam ser apresentados à tecnologia Fujitsu, conhecida e recomendada pelo órgão.

---

<sup>279</sup> Anexo à Ata da 15.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 13.12.1977. p.9-10.

<sup>280</sup> DataNews, 17.08.1977.

<sup>281</sup> O parecer preliminar da Comissão foi apresentado ao Conselho Plenário da CAPRE em 14.10.1977. Ele sugeriu que a escolha recaísse entre duas das quatro participantes: EDISA, UKW/Hidroservice, Labo, SID.

Eram esperados os protestos das multinacionais IBM e Burroughs eliminadas na concorrência. No entanto, foram UKW e Henry Maksoud que tomaram a frente das críticas. Segundo Maksoud:

Ante a anunciada decisão da CAPRE, indago perplexo, como será possível entender que tenha sido preterida a única, repito, a única firma que realmente já fabrica minicomputadores, e cujo capital o controle empresarial é totalmente nacional. Uma firma que não tem compromisso de pagamento de royalties e nem cogita de qualquer compromisso com grupos estrangeiros. Pergunto também, por que a discriminação?<sup>282</sup>

Para UKW, era a prova de que “o Governo pretende fechar a única fábrica de minicomputadores que realmente existe no Brasil”, colocando em risco investimentos de “Cr\$354 milhões e 1241 empregos”.<sup>283</sup> O presidente da CAPRE defendeu as escolhas, respondendo a UKW que “o Governo não é obrigado a conceder incentivos a todas as empresas, mas somente àquelas que julgar mais adequadas ao interesse nacional” e que “UKW conhece apenas o seu projeto e nós conhecemos muito bem todas as 16 propostas”.<sup>284</sup>

UKW e Maksoud exploraram a derrota como prova do casuísmo das decisões da CAPRE – uma crítica que tinham ao seu favor o *Jornal do Brasil*<sup>285</sup> e, a partir de 1978 passaria a ser presente entre alguns membros do Conselho Plenário da CAPRE. Além de declararem que iriam continuar a fabricação do MB8000, UKW observou que fez visitas a “34 autoridades superiores mostrando-lhes o erro cometido, a perseguição sofrida mais uma vez, etc” (UKW, 1982, p. 44). A insistência logrou resultado e a CAPRE – agora desgastada frente aos conflitos pela ocupação da faixa dos computadores de médio porte<sup>286</sup> – cedeu e aprovou o projeto MB8000 da UKW/Hidroservice em 05.10.1978.<sup>287</sup>

A participação de UKW na XI CNPD no Rio de Janeiro em outubro de 1978 representou o ápice de sua trajetória. O evento marcou a formalização da parceria

---

<sup>282</sup> O Globo 21.12.1977.

<sup>283</sup> *Jornal do Brasil* 21.12.1977.

<sup>284</sup> O Globo, 22.12.1977. p.22.

<sup>285</sup> JB 24.12.1977. O jornal dedicou editoriais contra as intervenções do Estado no campo da Informática.

<sup>286</sup> Em 1978, a tentativa da CAPRE em delinear a faixa de médios computadores e organizar sua “ocupação”, impedindo que IBM, Burroughs e outras multinacionais ocupassem com seus produtos e colocassem em risco o desenvolvimento dos minis nacionais, representou desgaste entre os nacionalistas tecnológicos (TAPIA, 1995). Alguns, mais ligados a uma comunidade técnico-científica nacionalista mais radical, acreditavam ser o momento de focar as tecnologias nacionais disponíveis nas universidades.

<sup>287</sup> Ata da 24.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 05.10.1978. JB 24.10.1978.

UKW/Hidroservice em uma nova empresa, a Sisco Sistemas e Computadores<sup>288</sup>, com participação social de 40% para UKW e 30% para os filhos de Henry Maksoud. O minicomputador MB8000, já em comercialização, pode ser lançado oficialmente – ao contrário das outras empresas de minicomputadores que ainda não lograram fabricá-los. A Sisco tornou-se uma das vedetes do IX CNPD e a aparição de UKW, na qualidade de participante no II Painel do Fórum de Debates, dentro do mesmo evento, proclamando que muitos poderiam criar empresas similares a dele, bastando o Estado não interferir. Conseguiu inserir no documento de recomendações do Fórum aprovado sua proposta do Estado “não estabelecer restrição à fabricação de micro, mini e médio quando a pleiteante for de capital nacional e sem qualquer forma de compra de tecnologia.”<sup>289</sup> Para culminar o feito, anunciou o próximo passo – o projeto de computador de médio porte MC9700.

### **Agonia e queda de um “pioneiro”**

A partir da transição para o governo Figueiredo, ainda em fins de 1978, a PNI conduzida pela CAPRE passou a ser questionada e os nacionalistas tecnológicos mais ativos foram alijados das posições principais no campo da Informática pela intervenção liderada por membros do Serviço Nacional de Informações/Conselho de Segurança Nacional (SNI/CSN) (MARQUES, 2012; VIANNA, 2016). Formada a Comissão Cotrim e, posteriormente, o Grupo de Trabalho Especial/Informática (GTE/I), eles passaram a dissecar o campo da Informática, considerada um tema de Segurança Nacional. Em 08.10.1978, criariam a Secretaria Especial de Informática (SEI), ligada diretamente à Secretaria-Geral do CSN.

UKW não hesitou em prestar seu apoio aos militares do SNI/CSN. Acreditando no seu poder de influência, manteve-se em evidência ao largo de 1979, chegando a divulgar um manifesto sobre os “Cartórios da Informática Nacional” à Imprensa com suas ideias para a PNI.<sup>290</sup> No entanto, não pareceu repercutir entre os novos mandatários do campo da Informática, que ignoraram sua insistente tentativa de se colocar como um pensador da PNI, incluindo a ousadia de enviar um rascunho do seu manifesto ao

---

<sup>288</sup> O nome original seria Empresa Brasileira de Computadores e Sistemas S/A.

<sup>289</sup> DataNews, 15.11.1978. p.4

<sup>290</sup> DataNews, 05.09.1979. p.11

SNI.<sup>291</sup> Sem resposta, UKW resolveu manifestar publicamente que estabelecia contatos com as Forças Armadas sobre a mudança do modelo de Informática no país.<sup>292</sup>

Os mecanismos de pressão de UKW pareceram se esgotar – o projeto do médio computador MC9700, aprovado pela CAPRE em 19.01.1979, só teve liberado quotas de importação de componentes suficientes para os protótipos, o que afetou as expectativas da empresa em ocupar essa faixa de mercado.<sup>293</sup> A denúncia feita pela Sisco contra a DATAPREV pela aquisição de 200 minicomputadores da COBRA acabou se revertendo contra a empresa, quando o DATAPREV expôs as dificuldades da empresa de UKW em atender seu pedido.<sup>294</sup> Por sua vez, começaram os atritos entre UKW e os representantes de Henry Maksoud na Sisco, dado as dificuldades do primeiro se adequar ao estilo centralizador do último.

Ao final de 1979, Henry Maksoud e seus sócios devem ter avaliado que UKW não necessitavam de um indivíduo que expunha demais suas opiniões políticas e mantinha sonhos de liderança do setor, incluindo uma possível candidatura à presidência da ABINEE.<sup>295</sup> Assim, Maksoud trouxe o ex-deputado federal Faria Lima para fazer as articulações políticas, enquanto um engenheiro norte-americano para assumir a parte tecnológica. Foi o suficiente para UKW anunciar sua saída da Sisco, em fevereiro de 1980.

O rompimento foi público. UKW denunciou Henry Maksoud como “um verdadeiro “gangster dos tempos modernos”<sup>296</sup> à SEI, Polícia Federal, CADE e toda a sorte de autoridades públicas. Em suas acusações, estavam a corrupção da empresa e seu descompromisso com a PNI, descumprindo os índices de nacionalização firmados pela CAPRE, valendo-se da prática de contrabandos e sonegação de impostos.

---

<sup>291</sup> “Os cartórios da Informática Nacional” 24.09.1979. A0035749-1979 - Acervo SNI – Memórias Reveladas - Arquivo Nacional.

<sup>292</sup> Relatório Reservado, 07 a 13.05.1979.

<sup>293</sup> Ata da 29.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 19.01.1979. O Globo 23.05.1979, p.21 “CAPRE não autorizou Sisco a importar componentes”. UKW e representantes da Sisco visitaram o II Exército e o ministro do Mário Henrique Simonsen para fazer suas queixas.

<sup>294</sup> Carta do presidente da Dataprev ao Ministro da Previdência em 07.08.1979. IDA0035877-1979. Ministério da Previdência. Divisão de Segurança e Informação. Acervo SNI – Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

<sup>295</sup> Bilhete UKW a Henry Maksoud em 13.11.1979.

<sup>296</sup> Queixa-crime de Henry Maksoud contra UKW em 29.10.1980 – Processo 45559/80 – 13.<sup>a</sup> Vara Criminal – Justiça do Rio de Janeiro. UKW ao se retirar da Sisco, solicitou a compra de sua parte na sociedade que estimou ser Cr\$25 milhões. O jornal DataNews fez uma longa reportagem com UKW expondo o caso, incluindo sua carta aberta aos funcionários da Sisco, com todos os motivos de sua saída. DataNews, 19.03.1980.

Foi, aliás, o primeiro contrabando da então UKW (depois Sisco), em janeiro de 1978, quando o sr. Maksoud estava em New York e voltaria ao Brasil em breves dias. (...) Esse material constou de réguas de circuitos impressos montadas e testadas, réguas essas fabricadas pela Data General Corp., Southboro, Estados Unidos, para uso no seu computador modelo Nova 3, para serem copiadas pela Sisco (como aliás o foram) e usadas, as cópias, nos computadores Sisco modelo MB-8000 vendidos aos clientes. Essas réguas de circuitos não foram comprados diretamente dos seus fabricantes Data General, como poderia ocorrer normalmente. Foram compradas da Intectra exatamente para camuflar o seu destino.<sup>297</sup>

A confissão sobre o contrabando de componentes não chegava a ser uma novidade<sup>298</sup> e confirmava as desconfianças presentes ao longo de sua trajetória. Por volta de 1977, um representante do Conselho Plenário da CAPRE havia visitado sua fábrica e ficado impressionado com a ousadia construída na “base do contrabando”.<sup>299</sup> Até mesmo o governo norte-americano, em 1976, indagou sobre a Intectra pedir uma licença de exportação para comercializar 1300 circuitos integrados para o Grupo UKW (mas em nome da COBRA Computadores), buscando junto à embaixada no Rio de Janeiro a informação sobre se UKW era “confiável receptor de materiais norte-americanos sensíveis”, pedindo uma carta de recomendação.<sup>300</sup>

A SEI tomou conhecimento das denúncias, mas questionou o fato que o “sr. UKW pretendia, contudo, é que o sr. Secretário de Informática e a Polícia Federal, tomando por base exclusivamente o seu depoimento e as xerocópias não autenticadas de documentos por ele acostados” tomassem medidas para revogar os atos da CAPRE.<sup>301</sup> Sem resultados, UKW passou a atacar a SEI, redigiu novos manifestos aos seus “amigos militares” e mesmo enviou cartas anônimas com ameaças de morte à família Maksoud. Por sua vez, o órgão passou a retalhar UKW, impedindo sua volta como fabricante. Em

---

<sup>297</sup> Carta de UKW à SEI em, 06.05.1980. Anexo Processo SEI n.º 0021080 - caso “UKW”. p.24.

<sup>298</sup> Embora UKW denunciasse que a Sisco copiava (e não emulava), a questão era o contrabando de componentes para esse feito. O descaminho, de certo modo, esteve presente durante a Reserva de Mercado, sendo um expediente de algumas empresas para superar as restrições das quotas de importação da SEI ou as dificuldades de fornecedores nacionais atenderem a demanda por componentes.

<sup>299</sup> A questão aqui era o contrabando de componentes, não computadores completos. Entrevista representante da CAPRE ao autor 27.05.2013.

<sup>300</sup> Não ficou claro se UKW se passava pela COBRA Computadores para obter componentes ou se havia algum acordo entre elas, apesar dos conflitos. Telex do Departamento de Estado dos EUA à Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro em 12.11.1976. ID 1976STATE278745\_b. Acervo Cablegate - Arquivo Wikileaks.

<sup>301</sup> Memória “do processo de constituição da Sisco – Sistemas e Computadores S/A” s/d. p.5. Arquivo SEI.



uma das tentativas, em 1981, UKW tentou valer-se da sua “fábrica” do exterior (UKW Consulting) para vender computadores no Brasil, mas foi proibido por afrontar a reserva de mercado para produtos nacionais.<sup>302</sup> A exclusão do campo era algo que UKW não se conformaria, prometendo “colocar a guerra no nível gente grande”<sup>303</sup> contra a SEI. Em 1982, UKW lançou com estardalhaço na XV Feira de Informática seu livro, um libelo contra os gestores da PNI no país, denominando-os GOSPLAN<sup>304</sup> no Brasil. A obra compilava sua trajetória, suas ideias tecnopolíticas e, é claro, denúncias contra os que o impediram de ser o primeiro fabricante de computadores no Brasil. Com uma sugestiva capa com a foice e martelo em cores verde e amarela, o livro foi rapidamente recolhido pela organização da Feira.<sup>305</sup>

Em 1983, UKW foi condenado por injúria pela Justiça Federal, devido aos ataques a seu ex-sócio. Para fugir à punição, partiu para os Estados Unidos (ou fingiu fazê-lo)<sup>306</sup> e manteve por um tempo os ataques à SEI e à PNI através de um periódico informativo. As denúncias sobre o contrabando da Sisco investigados pela Polícia Federal, em nada resultaram. Os últimos apoiadores de UKW se esvaíram: o senador Roberto Campos, forte crítico da PNI, se desfez após a formalização da Reserva de Mercado pela Lei de Informática em 1984. Excluído do campo, abandonado por todos, restou a UKW enviar sua carta memória ao SNI em 1986.

### Considerações finais

Pode-se dizer que a figura de UKW era um retrato das contradições do campo da Informática brasileira. Ele poderia ser classificado como um *freerider* (EVANS, 1992), um aventureiro que viu a oportunidade de se firmar no campo através de práticas questionáveis, como a pirataria e o contrabando de tecnologias. Mas, ao contrário de

---

<sup>302</sup> Ofício do Secretário-Executivo da SEI ao Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações em 02.02.1981.

<sup>303</sup> Carta de UKW ao Assessor Jurídico da SEI em 16.09.1981.

<sup>304</sup> Comitê de Planejamento Estatal (Государственный комитет по планированию), órgão de planejamento econômico da União Soviética. Cabia a ele elaborar e coordenar os Planos Quinquenais do país.

<sup>305</sup> Segundo UKW, “tenho uma grande esperança que esse livro, que será distribuído para 1536 comandos na Marinha, no Exército e na Aeronáutica (...) cause o impacto que ele deve causar nas Forças Armadas”. ACE n.º 7134/82. Informação n.º 140/42/ARJ82 de 05.11.1982. Acervo SNI – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

<sup>306</sup> Carta recebida pela SEI em 03.03.1984 em nome de UKW, mas sem assinatura. A carta foi postada em São Paulo.

obscuros fabricantes de microcomputadores nos anos 1980, UKW pleiteava protagonismo e, por isso mesmo, expunha claramente as contradições do processo que envolvia a construção da PNI e o estabelecimento da indústria de computadores no Brasil. Um dos requisitos do campo, a *expertise*, ele detinha, o que era perceptível por escolher artefatos tecnológicos notáveis para competir. Seus esforços técnicos foram notáveis, a partir de pouquíssimos recursos, conseguiu viabilizar seus minicomputadores enquanto outras empresas patinavam na absorção tecnológica. Porém, sua proposta de autonomia tecnológica, através da emulação desses artefatos, suscitou incertezas sobre a legalidade do procedimento e o custo político de abraçá-lo. Junto a isso, a falta de vínculos na comunidade técnico-científica e no meio empresarial, agravada por um temperamento difícil, contribuiu para que UKW não conquistasse um prestígio ou posição de poder que lhe desse alguma estabilidade no campo. Como um *outsider*, faltou a profundidade de um capital de relações capaz de manter uma rede, como os nacionalistas tecnológicos desempenharam e que garantiram a combatividade da CAPRE na viabilização da PNI. Os aliados de UKW eram alianças instáveis, vinham dos críticos do estatismo do Regime Militar e dos nacionalistas militares.

O uso da imprensa foi um recurso apreciável, mas de alcance limitado. Manifestar a fala autorizada sobre um tema tecnológico era uma forma de reafirmar que posição no campo da Informática perante seus rivais, aliados e a sociedade. Os nacionalistas tecnológicos nunca descuidaram desse aspecto: tinham seus próprios veículos de comunicação dentro do Estado (como a revista Dados e Ideias) ou o apoio do jornal DataNews, que contribuíram para difundir as ideias de autonomia tecnológica (ADLER, 1987; VIANNA, 2016). UKW usou do mesmo expediente para seus propósitos: face a qualquer obstáculo, lá estava ele com sua *expertise* denunciando os cartórios burocráticos da Digibrás e da CAPRE. Levando-se em conta o grau de abertura política a partir do governo Geisel, UKW fornecia munição à Imprensa adversária dos projetos estatizantes do governo. No entanto, a longo prazo, revelou-se exaustiva a estratégia e apenas contribuiu para afirmá-lo como um desajustado.

UKW se beneficiou dos limites do modelo CAPRE nos anos 1970. A ideia de “autonomia inserida” passava pelas articulações entre os nacionalistas tecnológicos que sustentavam a CAPRE. Isso ocorreu por meio da fragilidade institucional do órgão, uma comissão interministerial cujos poderes eram dependentes justamente da força de seus

executores, não das instituições (TAPIA, 1995, VIANNA, 2016). Pressões estavam no cotidiano do órgão – em agosto de 1977, a ICC/Coencisa, uma fabricante de modems, não hesitou em acusar membros da CAPRE ao SNI por entender que favoreciam terceiros, ao impedir que seus modelos fossem aprovados (VIANNA, 2016). A IBM, por sua vez, buscava o contato direto com os altos escalões governamentais para burlar os “vermelhos” da CAPRE (DANTAS, 1988). Em algum ponto, os nacionalistas tecnológicos tinham de ceder, acomodar e negociar soluções para acomodar as pressões do campo, o que permitiu um UKW ser visto às vezes como um mal menor.

No contexto da SEI, os recursos de UKW não funcionaram. A SEI, além de maior autonomia e insulamento burocrático, que a fazia menos acessível a pressões, tinha sua proximidade com o SNI, o que lhe permitiu captar e antecipar os movimentos de UKW. Muitos dos apelos de UKW através de correspondências às autoridades acabaram nas mãos do órgão. Sem suporte externo, destituído de capitais de relações, sem projetos para oferecer, com a expertise questionada, UKW viu sua trajetória desmoronar sem que entendesse os motivos nos anos 1980. A carta de 1986 ao SNI talvez fosse uma tentativa de encontrar seu lugar em meio ao enredo que havia criado: ao final de sua história, UKW se dizia injustamente envolvido em um crime, tendo seu escritório vasculhado em busca de documentos contrários a PNI. Vale dizer que o SNI deu continuidade ao enredo, checando a denúncia. Logo o agente do SNI concluiu que UKW, após entrevistar duas testemunhas, que era um “desequilibrado mental”.<sup>307</sup>

Para além da discussão do estado psíquico de UKW, sua trajetória teve o mérito de mostrar como um agente social poderia, com destreza ou imperícia, manejar recursos para se inserir e sobreviver no campo da Informática. Sua queda pode ser resumida na observação de um contemporâneo seu: “se ele não fosse tão inábil (...), talvez ele tivesse uma história de sucesso muito maior”.<sup>308</sup> Não por acaso, ele e seus esforços técnicos deixaram de receber maiores menções nas memórias publicadas sobre a Informática brasileira nos anos 1980, por justamente se situar no polo contrário aos nacionalistas tecnológicos. Este artigo tentou resgatá-lo, apresentando sua trajetória como uma possível contribuição de UKW para pesquisas em História Social: ao apresentar um comportamento divergente (LEVI, 2001), ele pode trazer outros olhares comparativos

---

<sup>307</sup> Relatório “Inexistência de processos criminais contra UKW”, s/d. ACE n.º 081693/87 de 27.05.1987. Arquivo do SNI – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

<sup>308</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

sobre práticas de agentes sociais do campo da Informática, nas quais empresários mais experimentados ou engenheiros mais imbuídos do espírito nacionalista da Informática brasileira faziam de modo mais fluído, através de contatos políticos ou manifestações na Imprensa. Certamente não era o reconhecimento que UKW esperava obter, mas é uma possível contribuição para entender a dinâmica do campo da Informática entre os anos 1970 e 1980.

## Referências

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ADLER, Emmanuel. *The Power of Ideology: the Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1987.

BARROS, Fernando A. Ferreira de. *José Dion de Melo Teles – Determinação e paciência na construção do futuro*. Brasília: CNPq, 2014.

BIANCHI, Paulo. *E assim se passaram, quem diria, vinte anos...* Rio de Janeiro: Paulo Bianchi, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.183-192.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da Ciência*. São Paulo: UNESP, 2003.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Niterói: UFF, 2012.

CERUZZI, Paul. *A History of Modern Computing*. Cambridge: MIT Press, 2003.

CEZAR Jr., Gervasio. Revista Visão: Ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970. In: *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria, 26 a 30.07.2010.

CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Campinas: Unicamp, 1995 (Dissertação de mestrado).

DANTAS, Marcos. *O Crime de Prometeu – Como o Brasil obteve a tecnologia da informática*. Rio de Janeiro: Abicomp, 1989.

DANTAS, Vera. *Guerrilha Tecnológica – A verdadeira História da Política Nacional de Informática*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

EVANS, Peter B. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS, Peter B.; FRISCHTAK, Claudio R.; TIGRE, Paulo B. *High Technology and Third World Industrialization: Brazilian Computer Policy in Comparative Perspective*. Berkeley: University of California Press, 1992.

FERGUSON, Charles H. Chips: the US versus Japan. In: FORESTER, Tom (ed.). *The Information Technology Revolution*. Cambridge: MIT Press, 1986. p.45-55.

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: HECHT, Gabrielle; ALLEN, Michael Thad. *Technologies of Power - Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes*. Cambridge: MIT Press, 2001. p.253-293.

HELENA, Silvia. A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais. In: *Revista de Administração Pública*. v.14 n. 4. out./dez. 1980. p.73-109.

\_\_\_\_\_. *Rastro de COBRA*. Rio de Janeiro: COBRA, 1984.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. O II PND nas interpretações de Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro: Paroxismo e esgotamento do Estado. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdiPUCRS/FGV, 2013. p.269-326.

UKW. *Livro, Rio de Janeiro: CODECRI, 1982*.

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.167-182.

MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e seus ridículos tiranos: 1979/1980 tecnologia de minicomputadores e a "História do Índio". In: *Anais do II SHIALC*. CLEI XXXVIII. Medelin, 01-10.10.2012.

PINHEIRO, A.; ALMEIDA, G. B. de. O que mudou na proteção à indústria brasileira nos últimos 45 anos? In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.25, n.1, 1995. p.199-222.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, 1992, p.200- 212.

SABATO, Jorge A.; BOTANA, Natalio. La ciência y la tecnologia em la desarrollo futuro de America Latina. In: SABATO, Jorge A. (Compilador) *El pensamiento lationamericano em la problemática ciência-tecnologia-desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2011. p.215-231.

TAPIA, Jorge R. B. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*. Campinas: Papyrus, 1995.

TIGRE, Paulo B. *Computadores Brasileiros: Indústria, tecnologia e dependência*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

VIANNA, Marcelo. *Entre Burocratas e Especialistas: A Formação e o Controle do Campo da Informática no Brasil (1958-1979)*. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

Parte V:  
História Global,  
Transnacional e  
Variação de Escalas

## **O imaginário anticlerical libertário sob uma perspectiva global: algumas possibilidades\***

Caroline Poletto\*\*

O presente artigo se propõe a desvendar parte do imaginário subversivo divulgado pelas páginas de determinadas publicações da imprensa anarquista e anticlerical espanhola, argentina e brasileira, durante as décadas iniciais do século XX. Assim, este trabalho também comunga com os pressupostos da chamada história transnacional e demonstra, no seu desenrolar, que as publicações dessa imprensa alternativa, apesar das distâncias geográficas significativas e das dificuldades de manutenção que apresentavam, estavam em constante contato umas com as outras, estabelecendo laços de solidariedade, possibilitando a ampla circulação de artefatos culturais e, conseqüentemente, a constituição de um imaginário anticlerical combativo e próprio. De maneira que, ao se optar por um olhar mais global dessa imprensa, as aproximações entre as diversas publicações podem ser reveladas e, no presente artigo, tal revelação se dará através da análise de imagens anticlericais publicadas nessa imprensa contestatória e os processos de circulação e readaptação que as envolvem e constituem. Ao procurar desvendar partes do imaginário anticlerical também se está tentando recuperar o percurso realizado por determinadas imagens, suas rotas de circulação e sua apropriação, permanência e alterações na referida imprensa e, ao mesmo tempo, demonstrar as possibilidades e ganhos que uma abordagem global/relacional proporciona no que concerne aos estudos centrados no anticlericalismo (apesar dos riscos e dificuldades dessa abordagem), tendo em vista que esse movimento apresentava caráter internacionalista e não se restringia ao domínio local.

Com o intuito de desvendar parte do imaginário anticlerical observado e desenvolvido através de parte da pequena imprensa (ao que pese o fato de o projeto

---

\* Esse artigo é fruto de uma pesquisa e discussão mais ampla realizada na minha tese de doutorado intitulada “A Imaginação Subversiva ao Redor do Mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

\*\* Doutora em História. IFRS – Campus Bento Gonçalves.

anticlerical ser mais amplo, sendo difundido também pela grande imprensa e através de outros meios de difusão) argentina, espanhola e brasileira, optou-se, no presente artigo, pela análise em conjunto de publicações anarquistas e de publicações anticlericais que apresentavam algum grau de simpatia ou proximidade com os ideais libertários. De forma que a incorporação de periódicos anticlericais na presente análise é importante, pois esses estabeleciam intensos contatos tanto com os periódicos libertários como com os colaboradores destes e, assim como os anarquistas o fizeram, constituíram um imaginário próprio ligado às suas crenças e percepções. Além disso, essa relação de proximidade existente entre anarquistas e anticlericais no decorrer do século XX ainda foi pouco explorada pela historiografia e se acredita que há muito a ser dito sobre essa afinidade.

El anticlericalismo desarrolló un imaginario propio, reproducido en prácticas, rituales, sociabilidades, medios de difusión e instituciones que habilitaron su permanencia y reproducción en el tiempo. Una verdadera cultura anticlerical se consolidó en distintos espacios sociales iberoamericanos. [...] Los ámbitos de sociabilidad propios de la modernidad: masonería, sociedades de librepensadores, organizaciones vinculadas al socialismo o al anarquismo sirvieron para transmitir un ideario y un conjunto de imágenes compartidas. (DI STEFANO; ZANCA, 2013, pp.19-20)

De forma que o presente texto pretende se inserir entre os novos estudos e problemáticas possibilitados por um “*novo olhar*” sobre as fontes do anarquismo e do anticlericalismo, uma vez que procura demonstrar o interesse pelos estudos de circulação de ideias nessa imprensa contestatória, as tentativas empregadas por essa imprensa na formação de um imaginário subversivo, a importância da utilização da imagem nessa formação e a consequente (des)construção do “outro” baseada na formação de estereótipos claramente verificados.

O anticlericalismo, entendido aqui como um movimento que condena a influência dominante de instituições religiosas, especialmente do clero católico sobre os fatores políticos e sociais da vida pública, esteve presente em diversos programas políticos, não sendo, portanto, exclusividade dos movimentos populares de esquerda e nem dos anarquistas; pelo contrário, foi também amplamente propagado por livres-pensadores, positivistas, cientificistas, republicanos e racionalistas. Enquanto movimento de oposição ao poder da Igreja, o anticlericalismo fez-se presente ainda no



século XVIII<sup>309</sup> com a atuação dos “*philosophes*” embasados numa visão racional e em plena oposição à obscuridade medieval e ao domínio da escolástica, cujos resquícios ainda se faziam sentir e contribuía para a manutenção da influência da Igreja romana. O anticlericalismo também estava em estreita relação com o positivismo na medida em que o clero representava o sustentáculo principal da Monarquia a qual, na visão positivista, era um sistema político obsoleto e velhaco e que necessitava ser substituído pela República positiva. Dessa maneira, o anticlericalismo conseguiu unir programas diversos e, o que é mais impressionante ainda, classes trabalhadoras e liberais numa mesma investida reivindicatória. Sobre essa curiosa união, Hobsbawm discorre que:

O anticlericalismo se tornou um problema central da política dos países católicos por duas razões principais: porque a Igreja Católica Romana optara por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso, só podendo, portanto, ser identificada à direita política, e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, uniu a burguesia liberal e a classe trabalhadora. (HOBSBAWM, 1988, p.386)

O anticlericalismo na Espanha é marcado, por um lado, pela forte e persistente presença da Igreja no Estado e nas questões cotidianas da sociedade espanhola e, por outro, pela radicalização do movimento anticlerical, sendo inclusive o país que apresentou o maior número de atos violentos contra prédios religiosos e contra os próprios eclesiásticos. Embora as primeiras matanças de padres tenham ocorrido já em 1834, será na semana trágica de 1909<sup>310</sup> que a violência anticlerical atingirá seu ápice; o que só voltará a acontecer em 1931 com a segunda república e, mais intensamente em 1934, quando acreditou-se fielmente que para fazer a revolução era primordial destruir a Igreja.

---

<sup>309</sup> Embora explosões anticlericais tenham ocorrido desde a Alta Idade Média e, mais intensamente durante a Reforma Protestante no século XVI, quando alguns dos principais dogmas cristãos foram questionados, o anticlericalismo, enquanto movimento mais ou menos ordenado, começa a ganhar contornos no século XVIII e se perpetua nos séculos XIX e XX.

<sup>310</sup> Semana Trágica é o nome usado para referenciar os sangrentos acontecimentos ocorridos em Barcelona e outras cidades da Catalunha, de 26 de julho a 2 de agosto de 1909, com o enfrentamento entre o exército e a classe operária, apoiada pelos anarquistas, socialistas e republicanos. Tal enfrentamento é motivado pelo decreto assinado pelo 1º ministro Antonio Maura, que versa sobre a obrigatoriedade do envio de tropas para lutar no Marrocos (apenas a classe operária era atingida por tal decreto, uma vez que os demais poderiam pagar uma multa para não ir ao Marrocos). Como resposta a esse decreto, os operários declaram greve geral em Barcelona e uma série de Igrejas e conventos são queimados, de forma que o protesto inicialmente antibelicista se transforma rapidamente em anticlerical. É importante ressaltar que Francisco Ferrer (acusado de ser um dos idealizadores do conflito) não se encontrava em Barcelona durante a “Semana Trágica” sendo, portanto, acusado e, posteriormente, executado injustamente. Sobre a semana trágica ver: ULLMAN, Joan Connelly (1972).

[...] hasta 1909, el anticlericalismo no fue más violento que otros movimientos sociales de la España contemporánea. Algo cambió en ese año, sin embargo. A finales del mes de julio, una huelga general convocada por las organizaciones obreras en contra del embarque de tropas con destino a la guerra de Marruecos se convirtió de la noche a la mañana en una insurrección popular cuyo principal objetivo fueron escuelas católicas, conventos e iglesias. Fue la llamada Semana Trágica de Barcelona, en cuyo curso ardieron alrededor de 80 establecimientos eclesiásticos, entre escuelas, conventos, iglesias, instituciones benéficas y círculos obreros. La magnitud de lo acontecido y la participación de un número elevado de personas en los ataques apunta hacia un dato inequívoco: la penetración y la operatividad en la conciencia popular de los mitos y ritos anticlericales. (MERINO, 2013, p.50)

Tal radicalização, entre outros fatores, se explica pela permanência da vinculação entre a Igreja e o Estado na Espanha. Na primeira República ocorre a separação entre a Igreja e o Estado (1873), mas já em 1875, na Restauração, a Igreja recupera seu poder e volta a ligar-se ao Estado. Esse poder só voltará a ser abalado em 1931, com a promulgação da constituição anticlerical, a qual previa “[...] *la privación de la Iglesia de cualquier soporte económico oficial, la disolución de todas las órdenes religiosas y la nacionalización de sus bienes. [...] la secularización de los cementerios y reconocía el derecho al divorcio*” (MERINO, 2013, p.55). Além disso, na questão da educação, estabelecia, finalmente, o ensino laico. No entanto, esse processo de secularização seria desacelerado com a Guerra Civil e freado definitivamente com a ascensão de Franco ao poder, que tinha como um dos pilares fundamentais de sua política exatamente a aliança Estado e Igreja.

A ocorrência do anticlericalismo no Brasil e na Argentina também apresenta distinções, uma vez que no Brasil, com a separação entre Igreja e Estado logo após a proclamação da República, em meados de 1891, o anticlericalismo se estende a um público mais abrangente (incluindo uma parte considerável da elite nacional que passa a ser contagiada pelos ideais liberais e de modernidade em ascensão) diferentemente do caso argentino, em que não houve a separação oficial entre Igreja e Estado<sup>311</sup> e parte da elite continuava considerando a Igreja enquanto forte aliada no que concerne às questões políticas; no entanto, o anticlericalismo também se fez presente nesse país atingindo principalmente setores médios e populares, mas também intelectuais (que

---

<sup>311</sup> Atualmente a Argentina é ainda um país oficialmente católico. O culto religioso (católico) é patrocinado pelo Estado.

podiam ou não pertencer à “elite” local)<sup>312</sup>. Embora tendo adeptos dentro da própria elite brasileira, foi o movimento anarquista que desempenhou um papel mais ativo nessa luta contra a influência clerical. Para os libertários, era preciso ir mais além do que a simples separação entre Igreja e Estado, era necessário minimizar cada vez mais o poderio da Igreja perante a sociedade. Sendo assim, os anarquistas fundam, em 1909, no Rio de Janeiro, a Liga Anticlerical<sup>313</sup>, procurando organizar de maneira mais efetiva as investidas e ações anticlericais. Dentre essas ações, as ofensivas pela extinção da influência religiosa nas escolas e pela implantação de um ensino totalmente laico merecem destaque. Na Argentina, em que não houve a separação oficial entre a Igreja e o Estado, a exemplo da Espanha (a separação se efetuou apenas nas décadas finais do século XX), a radicalização e a utilização de atos violentos marcou igualmente o movimento anticlerical portenho. Em 1909, um anarquista russo tentou explodir uma bomba dentro da capela del Carmen, de Buenos Aires. Durante a Semana Sangrenta de 1919 (ou Semana Trágica de Buenos Aires) várias igrejas foram destruídas. Porém, tais investidas anticlericais não resultaram na eficácia esperada e Igreja e Estado continuaram se apoiando mutuamente.

Além das ações diretas, o anticlericalismo vai ser amplamente difundido através da imprensa e criará um imaginário próprio e também um conjunto de mártires e heróis que levantaram bravamente a pauta anticlerical e foram duramente reprimidos pelas forças conservadoras. É sobre essa imprensa e imaginário profano que o presente artigo pretende se debruçar, analisando, de maneira mais detalhada, dois conjuntos de imagens: o primeiro dedicado a criticar o ensino católico e, o segundo, a denunciar a exploração monetária da Igreja perante seus “ingênuos” fiéis.

Esse imaginário é constantemente fomentado pela utilização de imagens nos periódicos libertários e anticlericais. Sobre a divulgação de imagens na imprensa subalterna em questão, é importante ressaltar que as imagens atraem os olhares da multidão e, ao mesmo tempo, transmitem conteúdos vinculados aos seus ideais. O ilustrador e gravurista Walter Crane acreditava que as crianças aprenderiam por meio de imagens antes mesmo de saber ler e escrever, o que parece bastante lógico quando se observa a grande utilização de imagens pela imprensa operária, cujo público

---

<sup>312</sup> Sobre a atuação da Igreja católica no Brasil e na Argentina ver: Esquivel (2003).

<sup>313</sup> A Liga Anticlerical foi fundada em resposta ao assassinato do educador libertário Francisco Ferrer pelo governo espanhol. Além de anarquistas, a Liga também contava com um grande número de maçons, os quais eram participantes ativos do movimento anticlerical brasileiro. Entre seus membros encontram-se Benjamin Motta, Everaldo Dias e José Oiticica.

apresentava um número considerável de analfabetos e de recém alfabetizados. De forma que o aspecto visual representado pelo *desenho* tem uma grande importância nos periódicos desse período, uma vez que ele é um forte elemento doutrinador, dotado de crítica mordaz, irônica, satírica e principalmente humorística do comportamento humano; ainda mais num contexto povoado por analfabetos<sup>314</sup>, em que muitas vezes o traçado dos gravuristas/ caricaturistas era o único elemento do periódico que atingia esse público desprovido das habilidades da leitura e da escrita. Reichard aponta, no seu estudo sobre as imagens da Revolução Francesa, para o aspecto oral do desenho:

Essas gravuras eram ao mesmo tempo um meio de educação política e um testemunho das ideias populares. Muitas delas fazem parte de uma cultura oral que, depois de ter sido silenciada pelo absolutismo e pelo iluminismo, reviveu com a Revolução e teve parte na sua ascensão. (REICHARD, 1996, p.311)

As imagens apresentam ainda um forte poder de sedução e comoção, bem como o caráter do imediato, ou seja, transmitem suas mensagens numa fração de segundos e se fixam na mente do seu observador. Pesavento, ao elencar as características do discurso visual, constata que:

E a essa condição de retenção de memória e de potencial evocativo, talvez pudéssemos agregar mais uma propriedade que caracteriza as imagens: elas seduzem, cativam, encantam; elas possibilitam uma comunicação imediata; são intensas; despertam a atenção; prendem o olhar; emocionam. [...] Assim, na sua propriedade de sedução, as imagens detêm uma primazia em comunicabilidade. Elas circulam mais, atingindo um público mais amplo de receptores. Afinal, se nem todos leem livros ou revistas, todos veem imagens e as armazenam na memória. (PESAVENTO, 2008, p.111)

Portanto, o propósito das imagens não era apenas atingir o público analfabeto, mas também criar um imaginário próprio vinculado aos interesses do grupo, um

---

<sup>314</sup> O maior número de analfabetos estava concentrado na classe operária e, portanto, no público ao qual se destinavam os periódicos libertários e anticlericais em questão. Segundo Alberto (1970) na província de Buenos Aires o índice de analfabetismo chegava a 45% em 1895 e reduzia-se (mas mantinha-se alto) para 31,6% em 1914; sendo que a concentração desses analfabetos se dava nos bairros operários. De acordo com Ferreira (2002), em São Paulo, em meados de 1920, 42% da população era iletrada. Já para a capital gaúcha a taxa de analfabetismo chegava a cerca de 27% em 1920, também se concentrando os analfabetos nos bairros operários. Na Espanha, de acordo com Martínez (2009), em 1887 somente 28,49% sabiam ler e escrever. Em 1900, essa taxa de leitores aumenta um pouco, no entanto, a taxa de analfabetismo continua bastante elevada, chegando em 63,78%, ou seja, maior do que aquela verificada em 1895 na província de Buenos Aires. Porém, se pegarmos os índices das cidades de Madri e Barcelona, a taxa de analfabetismo é reduzida para 29,73% em Madri e 38,43% em Barcelona, de acordo com o estudo de Tocino (1990), baseado no censo populacional de 1877.

imaginário de pertencimento e identificação com os princípios libertários e anticlericais. O historiador Mateus observou, no seu estudo sobre as imagens do jornal anarquista **A Plebe**, que essas imagens não apenas alcançavam o público analfabeto ou recém alfabetizado, mas também criavam uma “*estética de sentido*” nos seus observadores: [...] *as imagens veiculadas potencializavam uma nova forma de atuação dos próprios anarquistas ao propor uma função inovadora, subversiva, não apenas em conteúdo e forma, mas como uma estética dos sentidos com a força de seus atos livres e engajados* (MATEUS, 2014, p.168).

Aberto esse parêntese sobre a importância da utilização de imagens enquanto estratégia discursiva e pedagógica é salutar destacar que, durante todo o período aqui estudado, o campo educacional foi palco de um embate permanente entre “ensino racionalista” e ensino religioso, com avanços e recuos para os dois lados, esses, intimamente ligados à relação do Estado com a Igreja. A influência eclesiástica nas escolas públicas e a existência de várias escolas confessionais serão fortemente questionadas e combatidas pelos anticlericais e também pelos anarquistas<sup>315</sup>, uma vez que esses compreendiam a importância do ensino para a formação de sujeitos livres e autônomos, altamente comprometidos com a revolução social. E o campo imagético será amplamente utilizado nessa batalha entre os defensores do ensino laico e aqueles que acreditavam na importância de uma educação religiosa.

Não é por acaso que uma das imagens anticlericais de grande difusão entre a imprensa contestatória trazia exatamente a figura clerical devorando, engolindo (literalmente) as crianças, lembrando uma caricatura de autoria de Honoré Daumier<sup>316</sup>, em que este procura representar a exploração da monarquia francesa sobre os seus súditos, uma vez que toda a produção destes (refletida em cestos de ouro), ou seja, o fruto de todo o trabalho está sendo devorado pela grande boca (gargântua) do rei Luís Felipe I<sup>317</sup>.

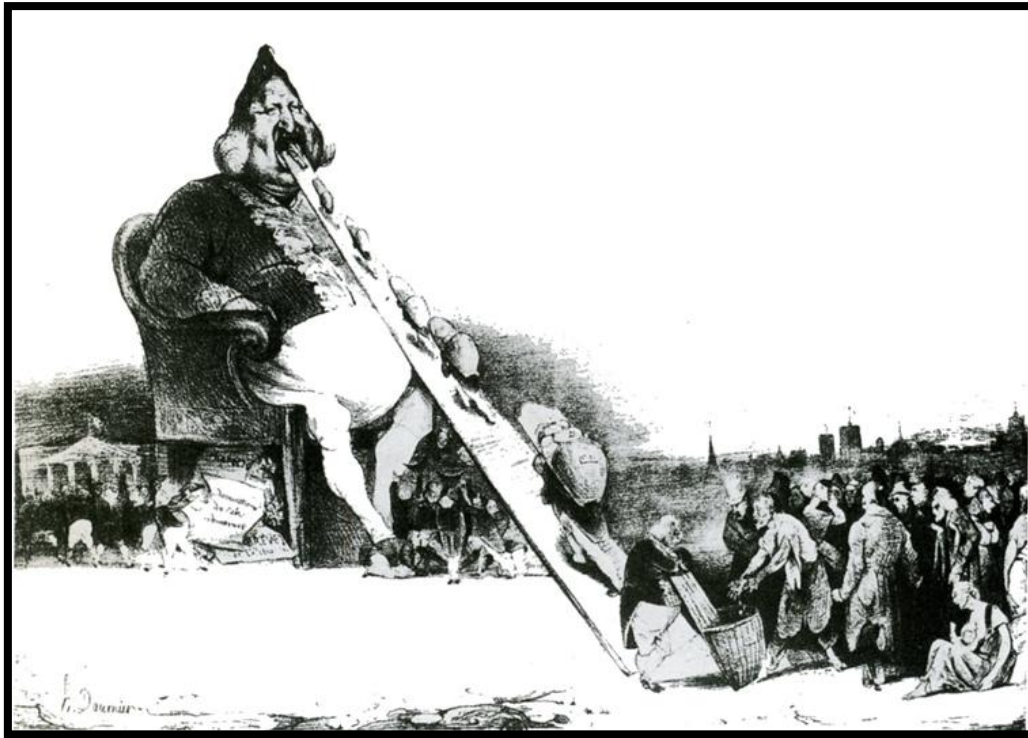
---

<sup>315</sup> Além de liberais e de livre-pensadores.

<sup>316</sup> Essa caricatura lhe custou seis meses de prisão e uma multa de 300 francos. Daumier foi um dos principais caricaturistas políticos do século XIX, colaborou nos jornais *Caricature* e *Charivari*, retratando principalmente a política desastrosa do rei Luís Felipe e as consequentes dificuldades da população francesa.

<sup>317</sup> O título **Gargântua** também relembra o personagem homônimo criado por Rabelais na clássica obra *A vida de Gargântua e de Pantagruel*, escrita no século XVI. Na obra de Rabelais, Gargântua é um gigante glutão.

Figura 01 - “Gargântua”



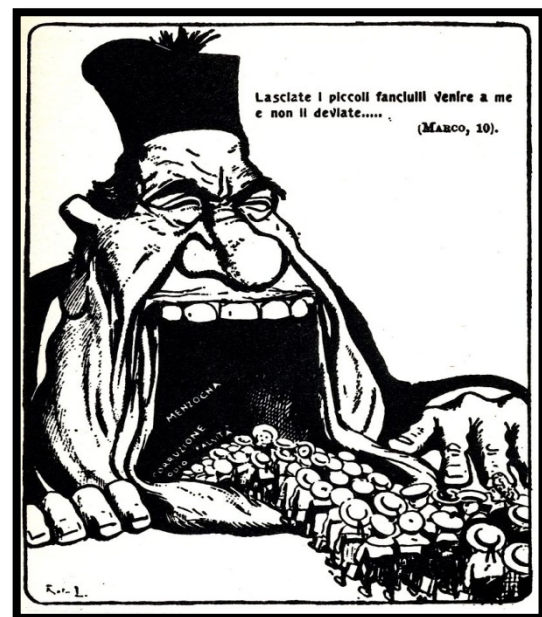
Fonte: Honoré Daumier, "Gargântua", 1832 (rei Luís Felipe devorando os súditos). Acervo: Biblioteca Nacional Francesa – site: <<http://expositions.bnf.fr/daumier/grand/012.htm>> Acesso em: 10/02/2017

Figura 02 - Símbolos...



Fonte: Martín Fierro, 18/08/1904, nº24 p.7

Figura 03 - Devorador de criancinhas



Fonte: L'Asino, Roma, 1906.

Figura 04 - A Escola clerical



Fonte: **A Lanterna**, SP, nº15, 22/01/1910 p.1  
1922 p.1

Figura 05 - A bocarra papal



Fonte: **Revista Liberal**, POA, nº13, junho

No entanto, nas imagens anticlericais aqui analisadas, a figura do rei glutão (retratado por Daumier) é substituída pelo padre monstruoso que abre sua bocarra ao máximo para engolir os estudantes. A primeira imagem desse conjunto (figura 02) é observada na revista **Martin Fierro**<sup>318</sup>, em 1904, e, além do padre e dos estudantes, observa-se também um prédio no fundo da representação, provavelmente fazendo alusão ao colégio clerical, uma vez que o título e legenda que acompanham a imagem direcionam a crítica para as instituições escolares jesuíticas: o título “*símbolos...*” é completado com a seguinte legenda “*de la educación jesuíta*”. O jesuíta é apresentado de maneira monstruosa e deformada, sem alguns dentes, olhos arregalados e com uma boca e um nariz exagerados, se aproximando do grotesco. Os estudantes parecem se encaminhar passivamente para dentro da boca do monstro, de forma que a ingenuidade destes também está representada. A imagem aparece na sétima página da revista e não está ligada ao texto que a circunda, uma vez que o texto disserta acerca das diferenças econômicas existentes entre as diversas províncias da Argentina. De forma que a

<sup>318</sup> A Revista libertária Martin Fierro circulou em Buenos Aires nos anos de 1904-1905.

imagem é apresentada de maneira independente dos recursos textuais veiculados na revista.

É importante ressaltar que, desde os anos finais do século XIX, a Argentina já contava com algumas experiências de escolas livres<sup>319</sup>, no entanto, a lei 1420, ao estabelecer a educação gratuita e obrigatória, também fez com que o estado argentino se apropriasse das escolas públicas para consolidar a consciência nacional, de forma que os defensores das escolas racionalistas precisavam combater tanto as escolas clericais, que eram bastante numerosas e também as escolas públicas assoladas por um nacionalismo exacerbado. É por isso que, ainda em 1905, o movimento anarquista constituiu o *Comité de Escuelas Libres*, que tinha como objetivo central a abertura de escolas em todos os bairros argentinos que concentrassem trabalhadores. Além de pretender fundar novas escolas, o Comitê também se comprometia a manter as que já existiam, como a Escola Moderna das irmãs Mónaco, fundada em 1904, e que se manteve ativa até, pelo menos, 1906.

Retornando para a análise do conjunto imagético apresentado, verifica-se que uma imagem bastante similar àquela da revista **Martin Fierro** aparece no jornal anticlerical italiano **L'Asino** em meados de 1906 (figura 03), entretanto, a imagem apresenta algumas diferenciações interessantes: o colégio clerical presente no fundo da imagem anterior não é mais verificado; os dentes do religioso agora estão intactos e os olhos fechados; além disso, o chapéu do monstruoso professor também sofre modificações, bem como os estudantes, que nesta representação são claramente identificados como crianças, algo que não estava tão nítido na figura 02.

Não se pode afirmar que a imagem do jornal **L'Asino** seja uma readaptação da imagem publicada dois anos antes na revista **Martin Fierro**, entretanto, também não se pode descartar esta possibilidade, tendo em vista a intensa circulação que existia entre os periódicos anticlericais e anarquistas na primeira década do século XX. A imagem do **L'Asino** ainda traz estampada algumas palavras que saem de dentro da grande boca do padre, são elas: *menzogna*, *corruzione*, *odio*, *falsità* (mentira, corrupção, ódio e falsidade), ou seja, palavras diretamente ligadas àquelas características da Igreja terrenal criticadas pelos anticlericais. Além disso, a legenda que acompanha a imagem é a

---

<sup>319</sup> Pode-se citar a escola “Nueva Humanidad de Corrales”, inaugurada em 1899 no bairro de Barracas; o colégio “Los amigos de la enseñanza libre de la Boca”, fundado em 1902; a “Escuela Moderna” dirigida pelas irmãs Mónaco, inaugurada em 1904, a “Escuela Moderna” de Luján (1907); a “Escuela Modelo de Rosario” (1908), entre outras experiências de educação livre.



seguinte passagem bíblica (traduzida): “*Deixai vir a mim os pequeninos e não os desviai*” (Marcos, 10). Evidenciando a utilização do Evangelho na realização da própria crítica anticlerical.

A imagem do **L’Asino** é assinada por um pseudônimo bastante recorrente nas imagens veiculadas no jornal anticlerical paulista **A Lanterna**<sup>320</sup>, o que permite concluir que várias imagens visualizadas no **A Lanterna** se tratavam, na realidade, de repetições ou adaptações das imagens do **L’Asino** assinadas pelo pseudônimo *Ratalanga*. Tal pseudônimo refere-se ao artista italiano Gabriele Galantara<sup>321</sup>, um dos principais caricaturistas do **L’Asino** e também um dos principais nomes do desenho satírico italiano.

Essa mesma imagem aparecerá novamente no jornal anticlerical paulista **A Lanterna** (figura 04), durante o ano de 1910. Embora seja a mesma imagem do **L’Asino**, ela apresenta algumas alterações e acréscimos: as palavras que, na imagem anterior, saíam da boca do padre, não são mais legíveis, foram “apagadas”, ficando em seu lugar apenas borrões; o fundo branco é substituído por um fundo escuro e a imagem ganha um título: “*a escola clerical*”. A legenda é a mesma do **L’Asino**, de forma que o **A Lanterna** apenas a traduz e retira a indicação do versículo. Dessa forma, pode-se dizer que o **A Lanterna** realiza suaves modificações na imagem, possivelmente causadas mais por dificuldades técnicas e pela impossibilidade de modificar a pedra matriz (para traduzir as palavras que estão na boca do monstro, por exemplo) do que por alguma opção editorial com o intuito de manter certo grau autoral. A imagem aparece no meio da página e não está relacionada com os textos que a circundam.

Em 1910, data em que a imagem apareceu no **A Lanterna**, já estava em funcionamento o Comitê Pró-Escola Moderna de São Paulo, fundado em 1909, como consequência direta do fuzilamento de Francisco Ferrer, em Barcelona. Tal comitê era formado por anarquistas e livres-pensadores e as atividades centrais do comitê giravam em torno da inauguração de Escolas Modernas. Sendo assim, em 1912, observa-se a

---

<sup>320</sup> Jornal anticlerical paulista (simpático aos ideais libertários). Teve três fases: a primeira de 1901-1904, a segunda de 1909 a 1916 e a terceira de 1933 a 1935.

<sup>321</sup> Gabriele Galantara também colaborará, durante o ano de 1905, no periódico satírico francês **L’Assiete au Beurre**.

fundação das Escolas Modernas nº1 e nº2<sup>322</sup>, em São Paulo. Essas escolas serão apoiadas e divulgadas pelos jornais **A Plebe** e **A Lanterna**.

Entretanto, o Brasil contava com experiências de escolas livres desde o final do século XIX. Porto Alegre, por exemplo, em 1906, já contava com a escola Eliseu Reclus, com horário noturno e, posteriormente, em 1914 com a Escola Moderna dos Navegantes que contava com “96 alunos menores e 25 adultos” (PETERSEN, 1992, p.188) e, ainda, em 1916, com uma nova Escola Moderna. Todas essas experiências pedagógicas tiveram menos de uma década de duração: tem-se notícias da escola Eliseu Reclus até 1914; da Escola Moderna Navegantes até 1916 e da Escola Moderna até 1919, embora alguns autores apontem para uma possível reabertura desta em 1925 (ARAVANIS, 2010, pp.71-84). No entanto, o que fica confirmado pelas matérias divulgadas na **Revista Liberal**<sup>323</sup> durante os anos de 1921-1922, é a carência de uma escola racionalista na cidade gaúcha durante este período.

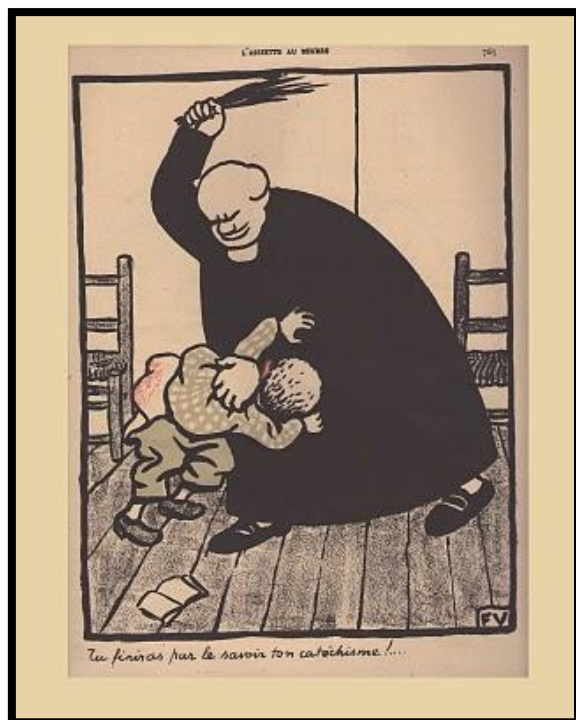
É neste contexto de carência de uma escola racionalista na cidade gaúcha que, em 1922, a **Revista Liberal** estampa na sua capa o monstro clerical engolindo um aglomerado de pessoas (figura 05). Em comparação com a imagem publicada anos antes no jornal **A Lanterna** (figura 04), percebe-se algumas nítidas alterações: o monstro deixa de possuir características humanas: no seu rosto permanecem pequenos olhos, apenas quatro afiados dentes caninos e o nariz é substituído por dois estranhos orifícios respiratórios, enquanto que as orelhas desaparecem e as mãos são substituídas por garras afiadas. O chapéu clerical é também substituído pela coroa papal e, os estudantes/crianças aparecem agora enquanto um aglomerado de pessoas sem rostos e sem traços individualizantes, que se encaminham docilmente para a grande boca papal. Assim, percebe-se que, desde a primeira aparição do “padre devorador” na revista **Martin Fierro**, em 1904, até a versão visualizada na **Revista Liberal** em 1922, a imagem foi adaptada, modificada, porém, seus elementos centrais permaneceram os mesmos: o monstro com sua bocarra entreaberta e as ingênuas vítimas, de forma que o recurso da repetição de elementos parece ser primordial na construção do imaginário anticlerical, bem como a circulação transnacional destes artefatos visuais; a imagem do “padre devorador” aparece em Buenos Aires, Roma, São Paulo e Porto Alegre.

---

<sup>322</sup> João Penteado foi fundador e diretor da Escola Moderna nº 1, localizada na Rua Saldanha Marinho, 58 – Belenzinho; e Adelino de Pinho da Escola Moderna nº 2, localizada na Rua Muller, 74 – Brás, que funcionaram entre os anos de 1912 a 1919. Ver: MORAES, 2006.

<sup>323</sup> A Revista Liberal foi fundada em Porto Alegre e circulou durante os anos de 1921 e 1923. Apresentava caráter libertário e anticlerical.

Figura 06 - O santo castigo



Fonte: **Assiette au Beurre**, Paris, 1902  
9/07/1909 p.1

Figura 07 - Crimenes y Castigos



Fonte: **Ideas y Figuras**, B.As., nº7,

Outra imagem anticlerical bastante utilizada para criticar o ensino religioso diz respeito ao autoritarismo existente nos colégios confessionais e apresenta como temática central a prática pedagógica do castigo físico empregada nestes estabelecimentos “sagrados” de ensino. O castigo, mesmo enquanto método correccional, já é uma prática estranha à modernidade e às novas experiências pedagógicas baseadas no racionalismo e no cientificismo, em pleno desenvolvimento desde o final do século XIX. E, os anticlericais, saberão como representar e denunciar essa prática obsoleta. A revista **Ideas y Figuras**<sup>324</sup> apresenta uma imagem (figura 07) em que se desenvolve a cena de um padre excessivamente gordo castigando um aluno com o que parece ser um ramo de palha. Para aumentar a dramaticidade e crueldade da cena, o caderno do aluno aparece aberto e jogado abruptamente ao chão. A antítese visual se apresenta traduzida de forma evidente na contraposição existente entre o imenso padre e o pequeno e indefeso aluno. De forma que esse exagero corporal do padre verificado em várias imagens anticlericais se constitui também enquanto um estigma:

<sup>324</sup> A Revista Ideas y Figuras circulou por Buenos Aires durante nos anos de 1909 a 1916. Apresentava caráter libertário e anticlerical.

O estigma deve ser encarado como um conjunto de vigorosas técnicas de poder adotadas na configuração de um grupo social decadente, constituído, logicamente, por indivíduos anômalos. Em outras palavras, o estigma nasce da constatação de que a expectativa que se criou em relação a determinado sujeito foi frustrada, ou seja, há uma lacuna entre o ideal e o real. [...] É do exagero que o estigma satírico, além de insuflar riso, produz uma correção por meio da humilhação. (SANTOS, 2014, p.247)

O padre obeso, exagerado é também anormal, desumano, de forma que esta estereotipia possa gerar estranhamento entre o eu e o outro, entre o expectador e o estigmatizado, distanciando um e outro. Provavelmente essa possibilidade de causar estranhamento tenha sido a própria intenção do criador da imagem; criador este que, diferentemente da maioria dos artistas dessa imprensa subalterna, se inseria na vanguarda artística europeia. Sabe-se que a autoria da imagem pertence ao artista Félix Vallotton e que tal imagem foi exposta nas páginas do jornal parisiense **L'Assiette au Beurre**, ainda em meados de 1902, e repetida na revista argentina, em 1909. Sobre o artista, Peixoto discorre que: “[...] foi um gravador, desenhista, pintor, ilustrador, crítico de arte e escritor de origem suíça, que trouxe aperfeiçoamentos e renovações à técnica da gravação em madeira, o que lhe gerou um grande reconhecimento nos círculos literários e artísticos parisienses” (PEIXOTO, 2016, p.365). Provavelmente esse reconhecimento artístico de Félix Vallotton tenha sido uma das causas para que a autoria da imagem fosse conservada no exemplar da revista **Ideas y Figuras**, uma vez que a revista apresenta por extenso o nome do autor da imagem, enquanto que o **L'Assiette au Beurre** apresenta apenas a sigla FV, a qual confere a autoria da imagem.

A imagem veiculada na revista **Ideas y Figuras** ganha como título a frase “*Crímenes y Castigos*”, a qual não deixa de fazer alusão à hipocrisia dos clericais, uma vez que pregam a paz, mas castigam e humilham os alunos. A legenda reforça o caráter repressor da imagem: “*!Acabarás por saberlo! De memoria sabrás tu catecismo!...*”, de maneira que a aprendizagem do catecismo e dos dogmas cristãos perpassa também uma questão de imposição, de obrigação, de força e de violência tanto física, quanto simbólica. Tal violência também aparecerá em algumas imagens publicadas no jornal **A Lanterna**, as quais se assemelham nitidamente à gestualidade contida no desenho de Félix Vallotton.

Figura 08 - A arithmetica e a Trindade



Fonte: **A Lanterna**, SP, nº22, 02/03/1910 p.1 p.1

Figura 09 - Palmada corretiva



Fonte: **A Lanterna**, SP, nº106, 30/09/1911

Assim, a figura 08 apresenta um aluno levando uma palmada do clérigo que, no desenho em questão, não é mais desumanizado através da exagerada forma física, mas, sim, através da sua representação enquanto palhaço (nariz redondo e destacado, boca ostentando uma expressão sarcástica, orelhas, mãos e pés exagerados). A utilização da imagem do palhaço, do herói trapaceiro, do *trickster* está diretamente relacionada com o ridículo, o grotesco e o risível de tal identificação:

O personagem circense propriamente dito, provoca a partir de uma encenação de trapalhadas e confusões a transformação do corpo, na qual seus movimentos suscitam a impressão de que o que vemos não é mais uma figura humana, conforme Bergson pontuou através da análise de suas impressões acerca dos espetáculos circenses nos quais o palhaço aparece em evidência. (PEIXOTO, 2016, p.366)

Tanto o título - "*A Arithmética e a Trindade*" - quanto a legenda que acompanha a imagem contribuem para maximizar o ridículo da situação, já que se burla da "santíssima trindade", um dos dogmas cristãos preferidos dos anticlericais, uma vez que

estes caçoam inesgotavelmente do mesmo. Eis a legenda: “- *Para que não te rias mais, quando te disser que 3 é igual a 1...*”, de forma que a complementação verificada entre imagem e texto (legenda e título) na presente situação possibilita uma dupla crítica ao ensino católico: denuncia tanto a prática do castigo físico como o ensinamento inútil da doutrina.

Um ano após a verificação dessa imagem do padre palhaço espancando o aluno, o jornal **A Lanterna** apresenta outra imagem de espancamento de aluno (figura 09). Entretanto, o clérigo não é mais o professor-palhaço e nem o professor-gorducho, embora ainda apresente alguns aspectos físicos exagerados, como as mãos e os pés. Outra inovação da imagem está no fundo da mesma, uma vez que este deixa de estar em branco para apresentar outra criança que observa tristemente a cena do espancamento. Além disso, a legenda que acompanha a imagem conduz à uma questão local, ou seja, utiliza-se de uma cena bastante recorrente na iconografia anticlerical – a prática do castigo físico nas escolas clericais – para denunciar também uma questão de abuso clerical local, pontual. A legenda alude ao que ficou conhecido como “*Caso Idalina*”, relacionado ao abuso, sumiço e morte da menina Idalina num orfanato brasileiro<sup>325</sup>. Eis a legenda: “- *Como?! Onde está Idalina? Pois toma lá, seu pirralho, para não caçoar mais com um sacerdote*”. Sobre o caso Idalina, o jornal anarquista espanhol **Tierra y Libertad** publicará uma matéria, em 1911, intitulada “*La Barbárie en Brasil*” em que denuncia tanto o caso de abuso dentro do convento, quanto a impunidade dos culpados possibilitada pela atuação da polícia ineficaz e corrupta do estado de São Paulo<sup>326</sup>. O jornal anticlerical **Lúcifer**<sup>327</sup>, de Porto Alegre, também apresentará matérias sobre o

---

<sup>325</sup> O caso de *Idalina* é um dos maiores escândalos eclesiásticos acontecidos durante a Primeira República. Segundo Andrade (2009) em algum momento indeterminado entre junho de 1907 e fevereiro de 1908, a menina Idalina Stanato de Oliveira, contando então com sete anos de idade, desapareceu misteriosamente do Orfanato Christovam Colombo, então situado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Esse episódio foi primeiramente denunciado pelo periódico anarquista paulista **La Battaglia** em meados de 1908, quando começaram a circular rumores de que Idalina teria sido, na verdade, estuprada e morta pelos padres da instituição; em finais de 1909, o caso foi transformado em propaganda anticlerical através do jornal **A Lanterna**, que fez ampla campanha em busca tanto da verdade, quanto da justiça para o caso *Idalina*, solicitando e recebendo auxílio de outros jornais anticlericais (notícias sobre o caso *Idalina* aparecem no periódico até meados de 1915). Tal campanha se expande para os periódicos anticlericais do sul do Brasil como o **Clarão** de Florianópolis e **Lúcifer** de Porto Alegre, demonstrando o caráter coletivo e a circulação existente entre os jornais da imprensa anticlerical brasileira. O caso *Idalina* também é denunciado pelo jornal anarquista espanhol **Tierra y Libertad**, de maneira que o caso ganha proporções internacionais. Foram abertos dois inquéritos policiais sobre o caso: um em 1908 e outro em 1910. Ambos são encerrados por “improcedência da denúncia”. Sobre o caso *Idalina* ver ANDRADE, 2009.

<sup>326</sup> **Tierra y Libertad**, Barcelona, 19 de abril de 1911, nº59, p.3.

<sup>327</sup> O jornal anticlerical **Lúcifer** circulou por Porto Alegre durante o período de 1907 a 1911. Apresentava relação de proximidade e simpatia com os anarquistas.

caso Idalina, demonstrando que um evento, uma denúncia local pode expandir-se internacionalmente e rapidamente pelas páginas da imprensa contestatória, tendo em vista a própria circulação que a caracteriza.

Dessa forma, verifica-se que, embora grande parte das imagens anticlericais denunciem questões genéricas da instituição eclesiástica, podendo ser inseridas em diferentes contextos, também há espaço para denúncias locais nessas representações visuais; essas, por sua vez, se utilizam de elementos já estabelecidos do imaginário anticlerical para negatizar uma experiência particular, pontual.

Outro tema bastante recorrente no imaginário anticlerical diz respeito à avareza, ou seja, ao apego sórdido ao dinheiro por parte da Igreja. Assim, uma série de imagens retratarão os religiosos ostentando, segurando ou mesmo escondendo quantias enormes de dinheiro ou de ouro ou, ainda, cobrando quantias absurdas por missas, rezas, enterros, pelo comércio de “reliquias sagradas”<sup>328</sup> e, até mesmo, pela venda de indulgências, através das quais a remissão dos pecados seria garantida, assim como lugares exclusivos no paraíso. Se toda religião predica um comportamento moral, nada mais esperado do que divulgar os comportamentos incorretos e abusivos da instituição clerical, de forma que o imaginário anticlerical também assume uma função ética, corretiva. Lembrando que, entre os vícios humanos “[...] *um dos mais desprezíveis, segundo a opinião geral, é a avareza*” (SKINNER, 2002, p.35-36).

Dentro deste contexto aparecia uma crítica nas imagens anticlericais que aludia ao “*roubo abençoado*”, ou seja, ao roubo silencioso, discreto, camuflado, de maneira que o devoto nem percebia que estava sendo furtado. Em tais composições, normalmente o fiel aparecia em posição de reza, olhando para o céu, distraído com as orações sagradas, de forma que a própria fé acabava por cegá-lo frente aos abusos cometidos pela instituição católica. Ao mostrar os eclesiásticos praticando roubos, enquanto ladrões, os anticlericais se utilizavam de um dos próprios mandamentos da Igreja, “*não roubar*” para desmascarar a hipocrisia que se escondia através de negras batinas.

---

<sup>328</sup> O culto das relíquias ainda é permitido pela Igreja Católica. As relíquias incluem desde pedaços de corpos dos santos (cabelos, ossos, unhas), até objetos pessoais e demais objetos que entraram em contato com o corpo do suposto santo. Entretanto, apenas a venda destes últimos é permitida.

Figura 10 - La bourrique clérical  
clerical



Fonte: Les Corbeaux, França (1906-1909)

Figura 11 - Ejercicios practicos de ensenanza  
clerical



Fonte: El Motin, Madri, nº1, 05/01/1911 p.1

Figura 12 - Método de ensino  
clerical



Fonte: A Lanterna: SP, nº186, 20/04/1913 p.1

Figura 13 - Exercícios práticos de educação  
clerical



Fonte: A Lanterna: SP, nº370, 18/01/1934 p.1



O jornal anticlerical **El Motín**<sup>329</sup>, ostenta na capa de um exemplar de 1911, uma cena em que o clérigo aparece roubando a carteira de um devoto, o qual encontra-se em posição de reza e é representado com uma cabeça de asno (Figura 11). Acredita-se que tal imagem se trata, na realidade, de uma adaptação de outra imagem publicada anos antes no jornal parisiense **Les Courbeaux** (Figura 10). A adaptação visualizada nas páginas do **El Motín** apresenta algumas modificações em comparação com a imagem original do jornal francês: em primeiro lugar, algumas desproporções são suavizadas como o exagerado corpo do padre e as compridas orelhas do asno; além disso, as roupas são alteradas e os detalhes das mesmas são apagados. Entretanto, a gestualidade dos personagens e o ato do roubo são mantidos na sua íntegra. Outra alteração significativa diz respeito aos escritos que aparecem na imagem como, por exemplo, aqueles colocados na placa para a qual o vigário aponta com o seu dedo indicador, uma vez que no jornal francês aparece uma mensagem de alerta, de cuidado para com os “*pic-pokers*” (ladrões de carteiras) e, no **El Motín** a placa faz alusão ao sétimo mandamento do evangelho: *não roubar*. Além disso, o título que acompanha a imagem no jornal espanhol se refere às maneiras pelas quais os padres ensinariam suas práticas: “*Ejercicios prácticos de enseñanza clerical*”. Assim, o jornal **El Motín** não apenas adapta e modifica certos elementos de uma imagem já em circulação na imprensa francesa como, ao mesmo tempo, a associa ironicamente ao sétimo mandamento cristão, conduzindo o olhar para uma direção determinada.

No ano de 1913, essa adaptação do **El Motín** aparece no jornal brasileiro **A Lanterna**. Os escritos são traduzidos para o português e o título e a legenda fazem alusão ao ensino clerical, da mesma forma que o verificado no **El Motín**. Em 1934, o jornal anticlerical paulista apresenta novamente a imagem, entretanto, não é uma cópia exata daquela publicada em 1913, uma vez que se percebem pequenas alterações nos escritos, por exemplo, em 1913 a placa diz “*não furtar*”, enquanto que na publicação de 1934 aparece “*não furtarás*” e o título desta imagem é exatamente o mesmo do **El**

---

<sup>329</sup> Jornal anticlerical espanhol fundado em Madri, em 1881. Sua segunda fase se estende de 1908 a 1924. Essa folha anticlerical, embora seja declaradamente republicana, apresenta alguns fatores que revelam, embora não uma simpatia declarada ao anarquismo, como acontece no **A Lanterna** e no **Lúcifer**, uma sutil relação de respeito com a vertente libertária. Nesse sentido, vale lembrar que o diretor do **El Motín** – José Nakens - foi preso durante os anos de 1906-1908 acusado de ter encoberto e ajudado o anarquista Mateo Morral após o atentado cometido por este contra o rei Afonso XIII, em 1906. Certamente esse fato contribuiu para maximizar a simpatia dos anarquistas pelo periódico **El Motín**, de forma que se visualiza certa divulgação do jornal anticlerical de Madri em outros periódicos anticlericais mais próximos das correntes libertárias, como o **A Lanterna** de São Paulo.

**Motin** “*exercícios práticos da educação clerical*”. Em ambos exemplares, não há textos que aludem à imagem, de forma que sua mensagem é independente.

Importante observar também que na composição imagética acima, o recurso da animalização (cabeça de asno, burro) foi utilizado para desumanizar o devoto e não o clérigo. Entretanto, mais do que ridicularizar e caçoar do fiel, a comparação com o asno pretende transmitir sentido de ingenuidade, de cegueira intelectual, de obediência cega, de falta de autonomia suficiente por parte dos devotos para duvidar da doutrina católica. Assim, nem sempre a animalidade veiculada nas imagens anticlericais depreciava apenas os eclesiásticos.

A composição acima do “roubo abençoado” circulou recorrentemente pela imprensa anarquista e anticlerical, com algumas modificações pontuais na composição, porém, com a manutenção da cena central em que o distraído fiel tem sua carteira furtada por algum religioso. Sendo assim, se analisará mais algumas destas composições, a fim de comprovar a recorrência e permanência da mesma durante todo o marco temporal desta pesquisa, ou seja, por mais de 30 anos. Ressaltando que a difusão e repetição de certas imagens, signos e símbolos são essenciais para construção e manutenção de um imaginário próprio. De acordo com Baczko:

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. (BACZKO, 1985, p.313)

Figura 14 - Il Paradiso dei preti



Fonte: **L'Asino**, Roma, nº34, 20/08/1905 p.8

Figura 15 - O paraíso dos padres



Fonte: **Lúcifer**, POA, nº2, 20/09/1907 p.2

Figura 16 - Paraíso celestial



Fonte: **Revista Liberal**, POA, nº1, fev.1921 p.4

Figura 17 - A Armadilha



Fonte: **A Lanterna**, SP, 26/03/1910 p.1

O periódico **Lúcifer**, de Porto Alegre, apresenta, em 1907, uma composição bastante similar à verificada anteriormente (figura 15), entretanto, o fiel não aparece mais com traços animalizados, portando uma cabeça de burro, porém, é igualmente distraído pelo padre gorducho. Enquanto o fiel olha para o céu, o padre aproveita para usurpar-lhe a carteira. A legenda apresenta um breve diálogo entre os personagens, de maneira a reafirmar o roubo clerical e a inexistência do paraíso celeste em benefício do paraíso terrenal dos padres. Eis o diálogo: “-olha lá em cima...-Mas eu não vejo nada...- Pois! Aquele é o paraíso...! Logo após a legenda aparece a indicação de que a imagem foi retirada do **L’Asino** de Roma (figura 14). A imagem, de autoria de *Ratalanga*, apareceu no jornal italiano em 1905 e, em 1907 já estava em plena circulação em Porto Alegre. A imagem está assinada pela sigla R.T. (o T está de cabeça para baixo). O periódico **Lúcifer** manteve tanto o título “*o paraíso dos padres*”, quanto a legenda que acompanhava a imagem no **L’Asino**. No entanto, a **Revista Liberal** exibirá a mesma imagem no ano de 1921 (figura 16), entretanto não vinculará título à composição e alterará a legenda, embora mantivesse o mesmo sentido: “*lá no céu está o paraíso, o reino dos pobres, de espírito...*”.

Já o **A Lanterna** (figura 17) modifica certos elementos da composição, mas mantém o ato do “roubo abençoado” intacto: enquanto o fiel está distraído olhando para a imagem de Cristo e rezando, o clérigo aproveita para roubar-lhe a carteira. O título “armadilha” já anuncia que uma arapuca será arranjada. A legenda que acompanha a imagem é repleta de ironia, uma vez que apresenta a seguinte fala do devoto: “- *alivie-me, senhor, do peso dos meus pecados*”, uma vez que a resposta para tal pedido será concedida através do roubo de sua carteira. Ao mesmo tempo em que denunciavam essa postura mentirosa e usurpadora da Igreja, os desenhistas também alertavam para o comportamento inapropriado dos fiéis que não conseguiam perceber o caráter falso da Igreja.

Ao finalizar esse breve exercício de dois conjuntos de imagens utilizadas pela imprensa subalterna percebe-se o intenso esforço que anarquistas e anticlericais empregaram no sentido de constituir um imaginário anticlerical próprio, com ideias-imagens bem definidas e que foram constantemente compartilhadas em suas páginas, através de imagens que se repetiam (com ou sem alterações, apropriações) e circulavam intensamente. Esse imaginário, na maioria das vezes, se restringiu em desumanizar e destruir o estamento eclesiástico constituído e não a religiosidade em si.

Nuestra aprehensión de la realidad no es nunca directa o inmediata, ella contiene siempre una parte de construcción, de interpretación, de selección. La mediación está dada por el signo significante o símbolo. El universo humano es un orden simbólico. A niveles diferentes el mito, la institución y el fantasma van a integrarse como formas particulares de lo simbólico. La concepción de un imaginario radical ligado constitutivamente a la función simbólica es el instrumento necesario a la reapropiación de ese excluido por excelencia de la práctica colectiva [...]. [...] El imaginario dado vuelta es ya un imaginario subversivo. (COLOMBO, 1993, p.17-18)

### **Considerações finais**

Tentou-se, durante o desenrolar do artigo, demonstrar como os periódicos da imprensa anticlerical e anarquista de diferentes cidades e países estavam, de alguma maneira, entrelaçados e imersos numa mesma rede permanente de intercâmbio de ideias e de solidariedades, a qual possibilitava e estimulava a constituição e a reafirmação de um imaginário próprio, condizente com a postura anticlerical e com a utopia libertária. Assim, algumas ideias-imagens, divulgadas através de imagens puderam ser verificadas e analisadas devido à sua recorrência, adaptação e ressignificação pelas páginas dessa imprensa contestatória. O estudo transnacional dessas imagens possibilitou a constatação e comprovação tanto da circulação e repetição desses artefatos culturais bem como, sobretudo, a verificação da sua constante recriação, adaptação e, por vezes, ressignificação.

Assim, nem tudo o que se refere ao imaginário anticlerical e anarquista se resume à uma cópia fiel, à uma repetição idêntica do já existente, mas há, também, no próprio ato de recriar, redesenhar, incorporar ou suprimir um título ou legenda, acrescentar ou retirar palavras numa tradução, um direcionamento particular, uma tentativa de produção de marcas autorais e singulares, as quais só se evidenciam através da comparação detalhada entre uns e outros suportes analisados. Um olhar mais apressado e isolado desses artefatos culturais poderia transmitir a falsa impressão de que tudo fosse mera repetição idêntica e mecânica, sem espaço para alterações, redirecionamentos e ressignificações. Sabe-se que as imagens nascem com o intuito de difusão e reprodução, mas alterações e ressignificações também fazem parte de sua existência no decorrer dos anos. Em alguns casos, constatou-se o nascimento de novas imagens a partir de uma matriz imagética já existente e foi exatamente esse processo de criação de imagens e de identificação das múltiplas temporalidades presentes nas mesmas que se tentou, ao menos em parte, recuperar. Imagens essas que, muitas vezes,

transcendem o seu próprio valor iconográfico ao compor e dar vida ao imaginário subversivo, inserindo-se no repertório imagético de grupos minoritários.

## Referências

ANDRADE, Carlos Eduardo Frankiw. *Blásfemos e sonhadores: Ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909-1916)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

ARAVANIS, Evangelia. A Educação formal implementada pelos operários no Rio Grande do Sul do início da 1ª República. In: QUEIROS, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). *Cultura Operária: trabalho e resistências*. Brasília: Ex Libris, 2010, pp.71-84.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

COLOMBO, Eduardo. *El imaginario social*. Montevideo: Editorial Altamira, 1993.

DI STEFANO, Roberto; ZANCA, José (comp.). *Pasiones Anticlericales: un recorrido iberoamericano*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

ESQUIVEL, Juan Cruz. Igreja católica e Estado na Argentina e Brasil: notas introdutórias para uma análise comparativa. *Revista Ciências Sociais e Religião*, ano 5, nº 5. Porto Alegre, outubro de 2003, pp. 191-222.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. Arte e Anarquismo no jornal A Plebe. In: *Rev. Hist. UEG – v.3, n.1*. Anápolis jan./jun. 2014, pp. 163-182.

MERINO, Julio de la Cueva. Razón laica, pasión anticlerical: republicanismo y secularización en España. In: DI STEFANO, Roberto di; ZANCA, José (comp.), *Pasiones Anticlericales: un recorrido iberoamericano*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013, pp.25-64.

MORAES, José Damiro. Educação anarquista no Brasil da Primeira República. In: *HISTEDBR*, Faculdade de Educação – Unicamp, Campinas, 2006. p.5. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_052.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html)> Acesso em: 20/12/2016.

PESAVENTO, Sandra. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em historia cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PEIXOTO, Maitê. *Identidades figuradas na cultura do trabalho: a partilha da experiência visual e a construção da identidade operária através da produção imagética vinculada à imprensa operária e sindical no Brasil (1910-1935)*. Tese (Doutor em História). PUC-RS. Porto Alegre, 2016.

POLETTI, Caroline. *A Imaginação Subversiva ao Redor do Mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*. Tese (Doutor em História). UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

PETERSEN, Sílvia. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870 – 1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

REICHARD, Rolf. Estampas: imagens da Bastilha. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Cristian. *Devotos e Devassos: representação dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira*, São Paulo: Edusp, 2014.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

TOCINO, Gloria Espigado. El analfabetismo en España: un estudio a través del censo de población de 1877. In: *Revista Trocadero*, nº2, 1990, pp.173-192. Disponível em: <<http://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/1240/1073>> Acesso em: 16/09/2016.

ULLMAN Joan Connelly. *Na Semana Trágica*. Estudo sobre as causas socioeconômicas do anticlericalismo em Espanha, 1898-1912, Esplugues de Llobregat: Ariel, 1972.

## **A questão palestina e a identidade Árabe em Porto Alegre: no contexto do conflito Árabe Israelense de maio de 1948**

Júlio C. Bittencourt Francisco\*

### **O declínio do Império Otomano e as suas províncias Árabes**

Saídos da Península Arábica, os árabes haviam invadido o Levante ainda no século VII, quando expulsaram os cristãos bizantinos da Síria e do Líbano e passaram a coabitar a região ao lado dos cristãos ortodoxos e maronitas e de outros grupos étnicos.

A área geográfica de onde partiram os primeiros imigrantes sírio-libaneses que chegaram ao Brasil ainda no século XIX ocupa boa parte da região do Levante, tendo sido integrada ao Império Otomano no início do século XVI. Fundado em fins do século XIII, o Império iria se consolidar ao longo de um ambicioso e bem-sucedido processo de expansão, marcha iniciada com a ocupação da região ocidental da Ásia Menor, onde se encontravam alguns principados dos turcos nômades da Anatólia. Depois da tomada de Constantinopla e a conseqüente destruição do Império Bizantino, os turcos incorporaram os reinos da Bulgária e da Sérvia, expandindo-se depois para o Ocidente e outras regiões do Oriente. No século XVII, os otomanos estendiam seus domínios pela Ásia Ocidental, norte da África e sudoeste da Europa (QUATAERT, 2014).

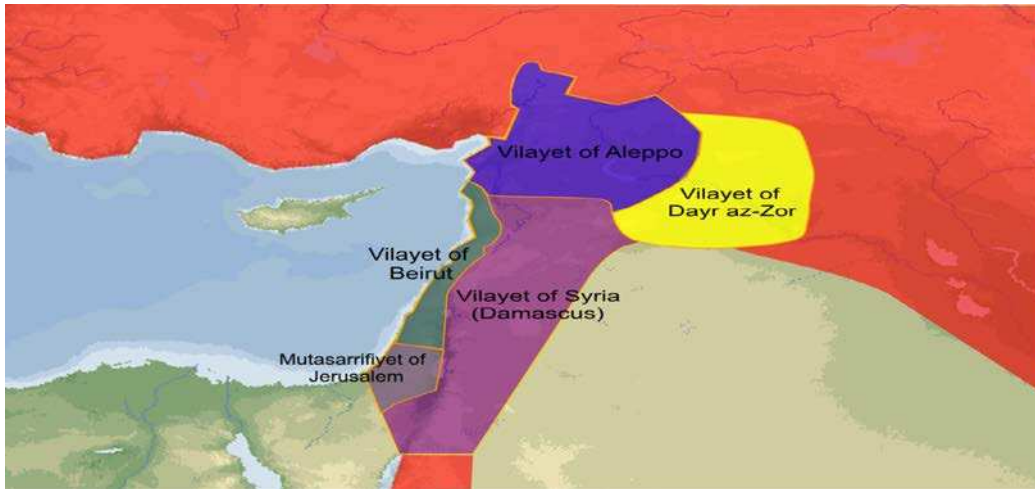
Durante a maior parte do tempo em que perdurou a dominação otomana (1516-1918), eram cinco as províncias árabes no Levante: Jerusalém, Beirute, Síria, Aleppo e Dayr az-Zor. Essas cinco províncias, pela proximidade cultural e geográfica que mantinham entre si, eram chamadas de “A Grande Síria”.

---

\* Doutor em História pela PUCRS; Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO. Professor adjunto da UFRGS/FABICO.



Mapa 1: Províncias Otomanas no Oriente Próximo



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Vilayet>

No século XVII, o Império Otomano se estendia por um vasto território, abrangendo a Ásia Ocidental, o norte da África e o sudoeste da Europa.

Em suas províncias árabes, os otomanos instalaram a dupla administração ou *Caimacamats*: uma espécie de “acordo” que transformaram pequenos senhores drusos e maronitas em governantes de suas comunidades religiosas, ainda que sob controle otomano (MEIHY, 2016). Havia ainda outro sistema chamado de *millets*<sup>330</sup>, entidades com contornos confessionais que permitiam a seus líderes gerenciar questões jurídicas e administrativas como matrimônio, heranças, educação e, sobretudo, cobrança de impostos. Tal sistema consolidou a separação dos súditos do Império por critérios religiosos, sedimentando juridicamente os grupos minoritários, a exemplo de cristãos e judeus, no interior da estrutura política otomana e sunita dominante (MEIHY, 2016).

### Influência Ocidental e reação Otomana

Se, por um lado, os otomanos mantinham o controle sobre a Síria, inclusive sobre Damasco, e a maior parte de Beirute; de outro, o Monte Líbano se

<sup>330</sup> Meihy aponta o caráter ambíguo e contraditório do sistema. Ele avalia que os *millets* “eram muito prejudiciais às pretensões centralizadoras do Estado Otomano”, pois se, por um lado, o governo “exercia seu direito de atuar de forma direta nas decisões dos grupos confessionais”, por outro, “os integrantes dos *millets* (principalmente os não muçulmanos) passavam a reconhecer o sultão como um governante autoritário e distante da comunidade” (MEIHY, 2016, p.52).

“ocidentalizava” cada vez mais por meio de uma administração independente e forte presença francesa. Isso acabou por criar uma incrustação ocidental dentro do Império Otomano e serviu para acentuar as diferenças entre os árabes – agora identificados, mais do que nunca, por sua associação com o Islã –, e os libaneses do Monte Líbano, cuja maioria cristã, embora também de origem árabe, era alinhada com a vida e o pensamento ocidental. Tal dicotomia foi assim retratada por Zéguidour (1982, p.33):

O cristianismo esteve na origem do divórcio Ocidente-Oriente. O surgimento do Islã radicalizou-o, a entrada em cena dos turcos vai tornar a contradição árabe-muçulmano e ocidental-cristão, no arquétipo da oposição fatal, irremediável: o dia e a noite, a água e o fogo, o irracional e a razão, a democracia e o nepotismo. É inútil insistir em que as diferenças profundas entre as duas margens do Mediterrâneo são mais políticas do que antropológicas.

O avanço do Ocidente sobre o Oriente Médio não deixaria, é certo, de suscitar reações. Houve, até mesmos entre alguns segmentos árabes cristãos, um estímulo para que estes se convertessem ao Islã<sup>331</sup>, por solidariedade à causa árabe representada pela Turquia, em oposição às grandes potências ocidentais. A esse respeito, Zéghidour (1980) lembra que, desde que os muçulmanos foram expulsos da Andaluzia, no final do século XV, a primazia da luta do Islã contra o cristianismo passou a ser do Império Otomano, o qual, naquela época, já dominava o mundo árabe desde a Argélia até o Iraque.

O fracasso do movimento dos Jovens Otomanos e a restauração do governo pessoal do sultão em 1876 levaram ao esfacelamento da oposição turca, a quem só restou o caminho da clandestinidade. Em fins do século XIX, a Turquia, temerosa em perder mais uma de suas províncias, implantou na Síria as reformas *Tanzimats*, um programa de medidas estruturais concebido em 1839 e que visava valorizar o Império Turco como ponta de lança do pensamento e da identidade islâmica no mundo árabe.

A implementação das reformas *Tanzimats* na Síria e no Líbano centralizaram as esferas públicas nas mãos de castas administrativas otomanas, fato que desagradou ainda mais a elite intelectual local, principalmente cristã, que, receosa da política pan-islâmica proposta pela Turquia, e temendo a repressão e a censura, preferia emigrar.

---

<sup>331</sup> Um caso emblemático foi o do jornalista e escritor Faris Al Chidiac, que se tornou Ahmed Faris Al Chidiac depois de se converter ao islamismo (ZÉGHIDOUR, 1982).

Zéghidour (1980, p.33) sintetiza assim o significado dessa tentativa de *turquização* da Síria:

Os árabes serão, sob o regime turco, mais discriminados do que nunca. Quanto aos cristãos, foram marginalizados, reprimidos e considerados como não autóctones, mas, acima de tudo, como agentes do Ocidente, ou mesmo como uma espécie de quinta-coluna.

Para se ter uma ideia das consequências que a implementação das instituições coloniais otomanas tipo os *Tanzimats* tiveram na vida econômica, social e política do Líbano, da Síria e da Palestina, na virada do século XX, basta examinarmos as planilhas apresentadas por Jaulin (2009), que indicam o elevado número de indivíduos, cristãos e muçulmanos, cedidos ao mundo por cada região geográfica do Líbano, afetada em maior ou menor grau por essas mudanças.

Enquanto o poder imperial otomano buscava, por meio de reformas, garantir a integridade de suas possessões na Grande Síria, um novo influxo modernizante, inspirado no movimento de 1875, emergiria em fins do século XIX, dando origem à chamada “Revolução dos Jovens Turcos” e ao período que ficou conhecido como “Segunda Era Constitucional” da Turquia.

Apesar de seu caráter reformista e de algumas medidas de cunho liberalizante, a Revolução – vitoriosa em 1908 –, significou também uma reação à influência cultural do Ocidente nos domínios do Império Otomano, tendo como resultado a adoção de uma política de perseguição aos cristãos e a outros grupos étnicos ou religiosos<sup>332</sup>. Nas províncias otomanas do Oriente Médio, cristãos e judeus viram com muita desconfiança as mudanças emanadas de Istambul, ainda que algumas delas supostamente elevassem seus direitos aos dos súditos muçulmanos. Para eles, as novas medidas trariam consigo obrigações inaceitáveis, tais como o serviço militar obrigatório e o aumento de impostos.

---

<sup>332</sup> À Revolução dos Jovens Turcos é imputada, por exemplo, a responsabilidade pelos genocídios armênio, assírio e grego.

## O mandato francês no Levante

A Revolução dos Jovens Turcos é considerada um dos marcos da dissolução do Império Otomano. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, a derrota turca, e os eventos que a ela se seguiram iriam acelerar o processo. No início do conflito, em 1914, os nacionalistas árabes aliaram-se à França e à Inglaterra contra os turcos na luta por sua independência em relação ao Império Otomano. Nesse período, muitos árabes, envolvidos nas lutas nacionalistas, decidiram emigrar devido às perseguições políticas e militares turcas (SOARES, 2004).

A negociação dos árabes com as duas nações europeias previa que, uma vez terminada a guerra e derrotadas as tropas turco-germânicas, seria concedida a independência total aos povos árabes e constituído um país soberano unificado, cujas fronteiras se estenderiam desde as montanhas Taurus, no sul da Anatólia, até o Iêmen, no sul da Península Arábica.

Em 1916, no entanto, Inglaterra e França decidiram descumprir o que haviam prometido aos árabes e celebraram uma reunião secreta visando definir suas áreas de influência no Oriente Médio, caso saíssem vitoriosas no embate contra o Império Otomano. Por meio dessa negociação, que ficaria conhecida como Acordo Sykes-Picot, as duas potências acertaram dividir em protetorados administrados por elas as antigas possessões otomanas.

Em fins do ano seguinte, tendo a Rússia se retirado da Guerra após a vitória da Revolução Bolchevique, França e Inglaterra declararam, de imediato, a internacionalização da Palestina (CHAEIB, 1956). Com isso, foi possível aos britânicos se comprometer com os sionistas, através da Declaração de Balfour<sup>333</sup>, a construir um “lar” nacional para os judeus na região, iniciativa que a um só tempo servia de proteção a seus interesses estratégicos no canal de Suez e favorecia as ambições de judeus espalhados pela Rússia e por toda a Europa Central (KHATER, 2001).

---

<sup>333</sup> A Declaração de Balfour e a maior presença de judeus na Palestina provocou inquietação entre os árabes, levando o *mufti* de Jerusalém (chefe do alto conselho do Islã), Hadj Amin Al Husaini, a protestar perante o governo inglês (MORAES, 2004).

No início de 1919, três delegações árabes foram convidadas a participar da conferência realizada em Paris<sup>334</sup> encarregada de fixar as condições que seriam impostas aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial. Oficialmente, o objetivo das potências vencedoras era ouvir a voz das populações do Oriente Médio. A primeira comitiva, presidida pelo Rei Façal, filho do xerife de Meca, Hussein, encarnava as aspirações unitárias e independentistas dos países árabes no Oriente Médio,<sup>335</sup> proposta oficialmente apoiada pelo Reino Unido.<sup>336</sup> A segunda delegação foi conduzida pelo presidente do Comitê Central Sírio, Choukri Ghanen, que propunha reunir a Síria e o Líbano em uma só nação, sob a proteção francesa. O terceiro grupo, chefiado pelo patriarca maronita Elias Hayek, militava pelo estabelecimento de um Grande Líbano independente<sup>337</sup>, com suas fronteiras ampliadas e também sob a proteção francesa (DALMÁZ, 2002).

De acordo com Fuad Chaieb (1956), diretor da Central Síria de Informações que compilou um volume com textos de historiadores e geógrafos sírios, na Conferência, os Aliados, pretendendo implementar a decisão de dividir o Oriente Médio entre eles, recorreram ao argumento de que os árabes, recém-libertados do domínio otomano, ainda não estavam prontos para um autogoverno e por isso necessitavam de uma “tutela provisória”<sup>338</sup>.

O descontentamento com a proposta irrompeu entre os árabes, incluindo o desagrado dos muçulmanos em serem governados por cristãos. O “veneno” do

---

<sup>334</sup> Participaram da Conferência 70 delegados representando 27 países. Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália, os chamados “Quatro Grandes”, foram as grandes lideranças do encontro (KAUFMAN e MACPHERSON, 2009).

<sup>335</sup> De acordo com Atiyah (1958, p.89), tal projeto “inspirava-se nas glórias do passado, sonhando com a reconstituição, tanto quanto possível, do antigo Império Umayyada ou Abássida.

<sup>336</sup> Moraes (2004) põe em dúvida as reais intenções dos ingleses, que na prática enveredaram pela seara política de fragmentação do mundo árabe.

<sup>337</sup> No Líbano, intelectuais cristãos formaram um movimento efêmero chamado Partido do Progresso, que se dividiu em dois blocos. Emile Edde liderava o Bloco Nacional, que se apoiava na ideia da viabilidade de uma nação libanesa formada pela maioria cristã sob a proteção francesa. Do outro lado, estava Bechara al-Khoury, líder do Bloco Constitucional, que apoiava um estado libanês multiconfessional totalmente liberto do domínio francês. O Bloco Constitucional representava os interesses dos grandes comerciantes de Beirute, mas também de um grupo chamado de Novos Fenícios, que acreditavam que a antiga Fenícia poderia ser o denominador comum da identidade confessional libanesa. (MEIHY, 2016).

<sup>338</sup> Inicialmente, a única voz destoante entre as potências vencedoras foi a do presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, mas que depois acabou sendo convencido pelos Aliados com a promessa de que os árabes iriam, em breve, adquirir sua independência.

colonialismo foi visto como sendo imposto sobre os povos árabes (JAULIN, 2009). Faiçal não aceitou as resoluções da Conferência e, quando voltou a Damasco, nomeou um Conselho de Administração e organizou, no ano seguinte, um congresso pan-árabe que contou com a presença de 85 delegados de todas as regiões da Síria. Na ocasião, foi aprovada uma proposta de independência total da região, sob o comando do próprio Faiçal, que declarou a independência da Grande Síria. Evidentemente, a resolução não foi reconhecida pelas potências ocidentais. Em resposta, França e Inglaterra, reunidas na Convenção de San Remo, em 1920, decidiram impor seus mandatos à força.

O norte da Síria foi submetido à tutela francesa e a parte sul, assim como o Iraque, ficou sob o domínio da Inglaterra. De acordo com Chaieb (1956), em San Remo os Aliados “abandonaram a desfaçatez”, assumiram os desvios de suas promessas e intencionalmente traíram seus compromissos, desrespeitando o direito internacional. Em julho de 1920, o general Gouraud, comandante das tropas francesas de ocupação, enviou a Faiçal uma mensagem em forma de *ultimatum*, que determinava a capitulação e o cumprimento de quatro condições num prazo de quatro dias, a saber: 1) aceitação do Mandato Francês; 2) desmobilização do Exército árabe; 3) ajuste da moeda síria ao franco francês; 4) entrega da estrada de ferro Rayak-Aleppo para sua ocupação posterior.

A fim de salvar a honra da Pátria, o general sírio El-Azmé, ainda que mal armado e com poucos homens, marchou em direção aos franceses em Meisalún, mas foi trucidado. Com isso, teve efetivamente início a ocupação francesa na Síria (CHAIEB, 1956). A Liga das Nações decidiu que a Síria e o Líbano, com suas fronteiras formais ainda não delimitadas, ficariam sob controle francês. Em 1920, a França proclamou o Estado do Grande Líbano, recuperando regiões que não faziam parte do antigo “Mutasarifato” do Monte Líbano (MEIHY, 2016). A questão territorial foi fundamental para os franceses conformarem sua governabilidade. Ao mesmo tempo em que cedeu o norte da Síria aos turcos, a França, incorporou novas terras ao Líbano, “unindo as montanhas à região de Trípoli ao norte; Sidon e Tiro ao sul; e Beirute, garantindo assim a autossuficiência alimentar” ao país (MEIHY, 2016, p.56).

Atiyah (1958, p.120) nota que, desde 1918, um segmento dos cristãos libaneses começou a mudar de atitude em relação à França. Se por um lado uma parte dos maronitas continuava fiel aos europeus (os que negavam suas origens árabes e preferiam

ser associados a povos da Antiguidade, como os fenícios), “outra seção (...), chefiada por alguns de seus mais cultos e eminentes mentores, cada vez se sentia mais desiludida em relação à França e se convenciu de que o Líbano não podia isolar-se do mundo árabe muçulmano”. Como resultado, surgiu um novo movimento nacionalista árabe, de origem libanesa, que visava integrar cristãos e muçulmanos num mesmo movimento ideológico baseado em concessões recíprocas.

Ainda em 1920, a França, pressentindo o fortalecimento do nacionalismo entre os libaneses, autorizou a formação de um Parlamento e a promulgação de uma Constituição no Líbano, porém sob o controle das autoridades coloniais.

Em Damasco, onde foi formado um governo árabe pró-francês, a agitação permaneceu mesmo depois da expulsão de Faiçal. A essa altura, os principais opositores à política francesa já se encontravam exilados no Egito ou na Europa (KAUFMAN, 2001). Em Genebra, foi fundado o Comitê Sírio-Palestino, cujo objetivo era a unificação em uma nação independente de todos os sírios, libaneses e palestinos, e o fim dos mandatos francês e britânico no Levante.

A resistência árabe continuou. O irmão de Faiçal, Abdullah, ao assumir a guerrilha árabe, procurou os britânicos pedindo apoio, mas foi aconselhado a desistir, alertado sobre a superioridade das forças francesas. A fim de evitar problemas com a França, restou ao Reino Unido oferecer a Abdullah, como uma espécie de prêmio de consolação, um território dentro da sua área de Mandato, na Transjordânia, que Abdullah prontamente aceitou (JAULIN, 2009).

Até o final de 1921, os franceses reprimiram severamente rebeliões árabes no sul do Líbano e ao norte de Damasco, incluindo a cidade de Aleppo. Nessa época, inclusive, o Brasil recebeu mais um contingente de imigrantes sírios e libaneses<sup>339</sup>. Em 1922, a França, através da Liga das Nações, conseguiu aprovar uma resolução separando definitivamente a Síria do Líbano com a demarcação formal de suas fronteiras.

A Síria, cuja população era de pouco mais de 2 milhões de pessoas, 85% das quais muçulmanas, e que viviam primordialmente nos centros urbanos, ficou com o maior território (CHAIIB, 1956). O país foi subdividido de acordo com as regiões

---

<sup>339</sup> Inclusive o pai de um de nossos entrevistados, Ahmed Baccar.

geográficas onde havia maior concentração de grupos étnicos homogêneos.<sup>340</sup> O Líbano, conforme almejava o patriarcado maronita, foi finalmente formatado pelo Monte Líbano, de maioria cristã, pelas cidades costeiras (Beirute, Trípoli, Sidon e Tiro), de população predominantemente muçulmana<sup>341</sup>, e ainda pela incorporação da região produtora de cereais – o vale do Bekaa e a montanha Amel, no norte da Galileia. Assim se desenhou o Líbano moderno (JAULIN, 2009).

Segundo seus críticos, o Mandato Francês estimulou a desunião entre os árabes e implantou um regime militar, no qual a desconfiança e a vigilância andavam juntas. Privilégios foram concedidos aos funcionários franceses, que gozavam de ampla influência e poder. O sistema de ensino priorizava o ensino do francês em detrimento da língua e da cultura árabes. A economia da Síria foi destruída com a equiparação da moeda síria ao franco. As empresas públicas, responsáveis pela administração de ferrovias, correios, alfândega e companhias de abastecimento, também passaram para o controle da administração francesa, que aterrorizava a população com suas altas tarifas e impostos (CHAIEB, 1956).

Portocarrero (1985) e Atiyah (1958) atribuem à longa permanência dos franceses no Líbano e na Síria, bem como à utilização de métodos arbitrários de poder, o descontentamento generalizado dos árabes contra os europeus. Escreve Portocarrero (1985, p.53): “A permanência dos franceses em solo libanês, porém, acabou criando, no espírito cansado da população, certo descontentamento, que foi generalizando e por fim desembocou em verdadeira revolta popular”.

### **As independências da Síria e do Líbano e a formação do Estado de Israel na Palestina**

As reações contra a política francesa não demoraram e violentas rebeliões não tardaram a eclodir por toda a Síria. Em julho de 1925, a população da Montanha dos

---

<sup>340</sup> Damasco e Aleppo, montanha drusa, Estado Alauíta e o *Sanjak* de Alexandretta (mais tarde repassado à Turquia).

<sup>341</sup> Com exceção de Beirute, de população mista.



Drusos<sup>342</sup> puxou a insurreição, que foi seguida por outras províncias. No Líbano, as regiões de Baalbeck, Hermel, Trípoli e Chouf também se rebelaram. O general Weygand reconheceu que as perdas francesas somaram cerca de 9 mil soldados e 250 oficiais. De acordo com Chaieb (1956), em Damasco, onde ocupavam alguns bairros, os franceses cometeram verdadeiras atrocidades, bombardeando e incendiando a cidade, dedicando-se à pilhagem e à matança de cidadãos inocentes. A rebelião foi por fim controlada com a chegada de mais tropas e a prisão de alguns de seus líderes.

Depois da troca do general Sarrail, que reprimiu com excesso de violência os revoltosos, uma nova política de negociações com árabes foi iniciada. Por fim, um acordo de paz foi possível graças a uma negociação que incluiu a formação de um novo Alto Comissariado Francês e o estabelecimento de um regime constitucional no Líbano. Em 23 de maio de 1926, foi aprovada a primeira Constituição da República do Líbano, que adotou um sistema bicameral inspirado na Terceira República Francesa e instituiu o princípio da partilha proporcional de poder entre as comunidades de fé.

Na Síria, os franceses também atenderam a algumas reivindicações, como a união das províncias de Damasco e Aleppo. Contudo, devido à oposição dos libaneses, não conseguiram desmembrar do Líbano, para incorporar à Síria, a cidade portuária de Trípoli e a planície produtora de alimentos de Bekaa (CHAEIB, 1956).

Embora tenham sido criadas, por ordem do Alto Comissariado Francês, as nacionalidades síria e libanesa, não houve acordo em torno da permanência das tropas francesas e o impasse se instalou. No entanto, era preciso estabelecer, em consonância com as resoluções internacionais, o direito de opção dos imigrantes em decidir se queriam permanecer com as antigas nacionalidades, ou, quando fosse o caso, se iriam optar pela nacionalidade do território a que ficaram vinculados com a nova divisão (KHATER, 2001). No Líbano, a questão da nacionalidade dos imigrantes levantou um outro problema legal, pois a Constituição não era explícita em relação ao direito de votos desta parcela da população. De acordo com Meihy (2016), a Constituição de 1926 foi transformada em uma mescla jurídica que expunha a instabilidade política de um país repleto de contradições.

---

<sup>342</sup> No século XI, expulsa do Egito, uma pequena comunidade drusa “se refugiou no Líbano, na região de Wadi-t-Taym. Essa nova seita, fundada pelos Fatímidas do Egito, conquistou rapidamente muitos adeptos nos meios muçulmanos do Líbano e da Síria.” (EDEÉ, 1989, p.212).

Entre 1926 e 1936, teve lugar uma nova fase de negociações que permitiu aos sírios e libaneses maior autonomia e alguma perspectiva de independência. Uma proposta neste sentido foi encaminhada ao Alto Comissariado, que, no entanto, se recusou a submetê-la ao Parlamento francês e pediu a abertura de novas negociações. No período do entre guerras, o governo britânico sustentou o insustentável<sup>343</sup>, assim como a administração francesa em sua tentativa de prosseguir controlando o Líbano e a Síria. No fim de 1939, um novo Alto Comissariado tomou posse reivindicando todos os seus poderes, porém, com a eclosão da Segunda Grande Guerra, as coisas se complicaram ainda mais.

No Iraque, houve uma revolta que terminou com a expulsão dos ingleses e o estabelecimento de uma ordem própria. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e, num primeiro momento, em ambiente de muitas incertezas com a tomada da França pelos alemães e o estabelecimento do governo de Vichy, os ingleses, sabedores de que não poderiam contar com os árabes no caso de uma invasão alemã, reuniram mais tropas vindas da Oceania e, unindo-se aos franceses da França Livre<sup>344</sup>, tomaram o Líbano e a Síria dos franceses de Vichy. No bojo desse movimento, o Líbano finalmente conquistou sua independência, em 1943. A Síria, no entanto, permaneceria sob domínio francês ainda depois da guerra, tornando-se uma nação independente somente em 1946. (KHATER, 2001).

Neste contexto é oportuno citar a criação da Liga Árabe em março de 1945. Essa espécie de confederação de países árabes tinha como objetivo “fortalecer os laços entre os estados participantes, coordenar seus programas políticos de forma a proporcionar maior e mais efetiva colaboração entre eles, salvaguardar a soberania e a independência de cada estado e estudar os negócios e interesses em geral dos países árabes<sup>345</sup>” (ATIYAH, 1958, p.166).

---

<sup>343</sup> Nos referimos aqui a uma política ambígua por parte dos ingleses. Ao mesmo tempo que enviavam Comissões de Notáveis à Palestina para levantar a origem do crescente clima de tensão envolvendo judeus e palestinos, mantinham a promessa feita aos judeus do estabelecimento de um “lar na Palestina”.

<sup>344</sup> Também chamado de França Combatente, França Livre é o nome como ficou conhecido o governo francês no exílio fundado pelo general Charles de Gaulle em junho de 1940. Sediado em Londres, notabilizou-se pelo combate às forças nazifascistas durante a Segunda Guerra Mundial e pela oposição ao Regime de Vichy, aliado dos nazistas.

<sup>345</sup> Esses interesses seriam no campo financeiro e econômico, mas também em áreas como: comunicações, temas culturais ou relacionados com nacionalidades passaportes, vistos etc., além de assuntos relacionados com questões sociais e saúde pública.

Uma das primeiras preocupações da Liga foi a ameaça sionista à Palestina, onde diante do seu crescente poder, os judeus não tardaram anunciar as suas verdadeiras intenções<sup>346</sup>. A sua organização oficial adotou o programa *Biltmore* (elaborado em Nova York em 1942), que pedia a fundação da Palestina como um estado judaico, a criação de um exército nacional e a abertura do país à imigração ilimitada. Durante todo esse tempo, de acordo com Atiyah (1958), os árabes da Palestina nada faziam para se prepararem para o combate que se avizinhava.

Na ONU, a partilha [da Palestina], em 1947, criando o Estado de Israel e o Estado Palestino, intensificou as posturas nacionalistas e o antissemitismo árabe. Sancionada a partilha, a Grande Sinagoga de Aleppo, na Síria, foi incendiada, fato que chocou os judeus, pois no templo, possivelmente o mais antigo do mundo, guardavam-se manuscritos preciosos. (MIZRAHI, 2003 p.166)

Apesar de toda tensão na região, em 15 de maio de 1948, a Inglaterra retirou suas tropas da Palestina o que precipitou uma guerra entre judeus e árabes<sup>347</sup>. A Liga Árabe interveio na Palestina empregando tropas de alguns de seus estados-membros, entre eles o Egito, a Jordânia, o Iraque e a Síria. O Líbano possuía apenas uma pequena guarnição; a Arábia Saudita e o Iêmen, especialmente os sauditas, só puderam contribuir com apoio financeiro. (ATIYAH, 1958)

De acordo com Atiyah (1958, p.178) “os árabes, que na primeira fase da guerra mostraram superioridade, alcançaram algumas vantagens a ponto de obrigarem os judeus a renderem-se na parte nova de Jerusalém”. Foi quando as Nações Unidas decretaram um cessar-fogo de quatro semanas. Ainda segundo o mesmo autor, durante este tempo, “mesmo debaixo do nariz dos observadores das Nações Unidas; graças às muitas ligações que tinham em todos os países europeus, conseguiram contrabandear para a Palestina armas de todos os tipos, inclusive uma força aérea completa”. Desta forma, quando a guerra recomeçou, bastaram alguns meses para que os israelitas vencessem os exércitos árabes, “já de si minados pela desunião<sup>348</sup>” (ATIYAH, 1958, p.179).

---

<sup>346</sup> Os judeus, organizados, fizeram pressão e conseguiram formar em 1944 uma brigada judaica incorporada na força expedicionária britânica, obtendo assim um exército de milhares de sionista com treinamento e experiência militar.

<sup>347</sup> Na tarde de 14 de maio, isto é, um pouco antes de o mandato expirar oficialmente, os judeus proclamaram o Estado de Israel, que o presidente Truman, dos Estados Unidos, se apressou a reconhecer.

<sup>348</sup> Além da derrota militar e das perdas territoriais, uma verdadeira catástrofe se abateu sobre o povo palestino quando quase um milhão de pessoas foram forçadas a se refugiar na Jordânia, no Líbano, na

Em relação aos nacionalismos árabe, sírio e libanês, cabe chamar a atenção para a dificuldade em se falar de nacionalismo em países que não se viam como tal, pelo menos até a segunda década do século XX. Tanto no Líbano como na Síria, a identidade de seus habitantes se ligava a tribos ou à religião da aldeia a qual pertenciam, e não havia, salvo em raras ocasiões, uma visão mais abrangente em termos da definição de fronteiras políticas de um determinado território. O nacionalismo árabe, que surgiu durante a Revolta de 1916, está ligado às supostas glórias passadas do califado e das dinastias árabes, e busca reviver o seu período áureo, a partir do século VII, quando o império árabe foi considerado um dos maiores do mundo. Já o nacionalismo libanês vincula-se à força da religião maronita, que historicamente domina as montanhas do Líbano, local de refúgio e resistência contra a expansão árabe (GELVIN, 1999).

Tanto libaneses quanto sírios desenvolveram seus nacionalismos a partir da rejeição comum à dominação estrangeira, porém, ambos não tiveram suas origens na ideia de Estado-Nação, tal como verificado na Europa a partir do século XVIII<sup>349</sup>. Foi, portanto, somente a partir dos eventos ocorridos no início do século XX que a Síria e Líbano começaram a desenvolver identidades nacionais próprias, ainda que de forma instável e precária, uma vez que esses países tiveram suas fronteiras e nacionalidades determinadas por mandatários estrangeiros, pouco familiarizados com suas realidades (KHATER, 2001). Manifestações de nacionalismo árabe irão se refletir também nas terras da imigração, conforme veremos adiante.

### **Síntese dos fatores que conduziram sírios e libaneses à emigração**

No fim do século XIX e início do XX, grandes levas de emigrantes árabes fugiram das províncias otomanas da Síria, Palestina e Monte Líbano e se estabeleceram na África, Oceania e nas Américas, ainda que muitos deles tivessem partido com a intenção de voltar. Esses emigrantes eram, em sua maioria, libaneses maronitas e sírios melquitas. Alguns fatos descritos anteriormente ajudam a explicar e justificam tanto a

---

Síria e no Egito, abrindo uma nova etapa de imigração internacional, inclusive ao Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul.

<sup>349</sup> Benedict Anderson (2008) define o nacionalismo como “comunidades imaginadas”, ou seja, aquilo que ocorre quando os componentes de uma mesma comunidade, por menor que seja, apesar de não conhecerem a maioria de seus membros, ou mesmo tendo jamais ouvido falar deles, porque, independentemente de desigualdades reais entre seus membros, o que prevalecia em cada um deles era o sentimento concebido como camaradagem profunda e horizontal.

diáspora quanto o fato de ser este um deslocamento primordialmente de cristãos, embora também incluísse muçulmanos de diversas confissões e ainda, em menor número, judeus árabes.

O domínio do Império Turco-Otomano mediante decretos restritivos à liberdade de expressão e, acima de tudo, a extensão do serviço militar obrigatório, bem como vários conflitos envolvendo os grupos religiosos, são apontados como as principais causas da emigração. Além disso, no Líbano e Síria, o capitalismo desarticulou a indústria artesanal local, cujo produto principal era a seda, através da competição japonesa possibilitada pela abertura do canal de Suez (PINTO, 2010).

As pressões econômicas e militares exercidas pelas potências ocidentais sobre o cambaleante Império Otomano, assim como as reformas introduzidas por este no esforço final para recuperar seus territórios, criaram um clima desfavorável à convivência harmoniosa entre muçulmanos e cristãos. Além disso, a mentalidade ocidental de parte dos moradores das regiões autônomas, como, por exemplo, do Monte Líbano, exacerbou a incompatibilidade entre o regime turco e a realidade desses territórios, onde a explosão demográfica tornava mais escassas as terras e dificultava a exploração de seus recursos naturais (JAULIN, 2009).

A indefinição política após a saída dos turcos e a continuação do regime colonial, agora sob domínio francês, foram outros fatores a provocar o fenômeno migratório sírio-libanês. De acordo com Jaulin (2009), na época, líderes cristãos e muçulmanos tentaram encontrar uma fórmula consensual de divisão do poder no Líbano e na Síria, mas a evolução do componente demográfico entre as diferentes comunidades confessionais libanesas acabou por inviabilizar a iniciativa e é considerada uma das principais causas das crises políticas do país, o que também terminou por gerar expressivos deslocamentos de sua população.

A proximidade da comunidade maronita com os franceses no Líbano gerou uma série de reações entre os muçulmanos, o que também precipitou a migração. Já o Reino Unido, de acordo com Gattaz (2007), através do anglicanismo, buscou fortalecer os drusos, enquanto os franceses apoiavam os maronitas e os russos defendiam os gregos ortodoxos, acirrando conflitos étnicos que também geraram migrações forçadas (JAULIN, 2009).

No início do século XX, os esforços do Império Otomano para manter a hegemonia em suas províncias árabes, através de reformas de caráter político-confessionais, precipitaram sobremaneira a continuidade da saída de cristãos do Oriente Médio. Além disso, a aproximação do conflito mundial e a decisão dos turcos de recrutar cristãos para seus exércitos aumentou ainda mais a saída dessa população em direção a outros países, especialmente Brasil e Argentina. Por outro lado, houve historicamente um número significativo de retornos, que muitas vezes ultrapassou o de partidas. Ao longo do tempo, verificou-se também uma variação no perfil do emigrado, como veremos a seguir. Os períodos dos dois conflitos mundiais registram um declínio, de modo geral, nos fluxos migratórios. Diversos autores creditam à educação religiosa de jovens sírios e libaneses, patrocinadas por escolas cristãs e missões religiosas do Ocidente, o fato de elas terem inculcado no imaginário cultural da classe média valores ocidentais que predispos esses jovens a emigrar. Muitos intelectuais sírios e libaneses, por sua vez, formados nessas escolas, diante da impossibilidade de se tornarem profissionais liberais em seus países, e dos obstáculos a sua incorporação à administração muçulmana, também preferiam emigrar em busca de melhores oportunidades de vida.

### **As sociabilidades dos árabes e a questão da Palestina em Porto Alegre**

Desde o princípio da diáspora sírio-libanesa, iniciada na segunda metade do século XIX, essas pessoas eram impelidas a deixar o Oriente Médio em busca de melhores condições de vida em outros lugares e formaram uma rede que ligava o porto de Beirute (local da maioria das partidas desses árabes rumo à emigração) e suas vilas no interior a diferentes locais no Ocidente. Fosse em Buenos Aires, Dakar, Marselha, Nova York ou Rio de Janeiro era comum a esses viajantes conhecer um parente, um vizinho ou um amigo que pudesse lhe oferecer apoio, até mesmo financeiro, durante a travessia e ampará-lo na chegada, facilitando sua adaptação ao novo meio (KNOWLTON, 1960).

Referindo-se à capital gaúcha, Kemel (2000) diz que, no início, esses imigrantes, ao chegarem a Porto Alegre, uniram-se para enfrentar a nova realidade representada pela “pátria adotiva”. Núcleos centralizadores foram formados para reunir os

imigrantes, ao mesmo tempo em que as famílias procuravam acolher os parentes e amigos e hospedar os recém-chegados. A passagem abaixo ilustra e amplia o que acabamos de dizer:

A similaridade dos relatos pessoais é, neste sentido, impressionante. As estratégias de compadrio, cuja função é facilitar a acomodação do imigrante, são complementadas por outras de natureza mais comunitárias. (...) Árabes criaram complexas e extensas redes de ajuda mútua e apoio social. Essas redes tinham o objetivo de cobrir o atendimento das necessidades específicas (...), fossem elas de natureza religiosa, educativa-cultural, de lazer, profissional ou filantrópica. As organizações vão se mostrar mais eficazes na primeira geração de imigrantes e, com o tempo, se adaptar às novas demandas ou ficar irremediavelmente obsoletas face às transformações na sociedade. (PINTO, 2010, p.11).

Ao aportarem no Rio Grande do Sul, sírios e libaneses optaram por uma estratégia simples a fim de garantir sua inserir na economia e na sociedade gaúchas: “Eles se integraram a setores da economia cujos requerimentos de investimento eram pequenos ou cujas barreiras à entrada eram limitadas.” (PINTO 2010, p.10). Agruparam-se em áreas de aluguel barato, conjugando moradia e comércio em uma mesma localidade. Moradia próxima e atividade laboral compartilhada permitiram que os recém-chegados se beneficiassem da experiência dos pioneiros, a eles se vinculando na qualidade de empregados, fornecedores, auxiliares, mestres e, ao fim de alguns anos, sócios (TRUZZI, 1997).

É ponto pacífico na bibliografia sobre o tema que na gênese da diáspora sírio-libanesa estiveram os estímulos transnacionais. No entanto, esse foi também um processo marcado pela espontaneidade, pela tempestividade do movimento e pela cooperação entre os patrícios na terra de destino, mesmo que depois de instalados na sociedade que escolheram para atuar, alguns adotassem estratégias diversas das dos que os precederam (KNOWLTON, 1960; TRUZZI, 1997).

Mesmo os que desembarcavam sozinhos e solteiros “nunca abandonaram a ideia da família patriarcal ou da família grande” (KEMEL, 2000, p.28). De acordo com a autora, à medida que iam faturando no comércio, ou em alguma ocupação rentável, os imigrantes árabes mandavam trazer os outros membros de sua família e assim a comunidade começou a organizar suas instituições sociais, filantrópicas, religiosas, intelectuais, culturais, assistenciais e recreativas na nova terra.

Logroño-Narbona (2007 p.7) pesquisou a participação de imigrantes sírios e libaneses em instituições informais da colônia no início do século XX. Ela percebeu que tanto coletiva, quanto individualmente, esses imigrantes, principalmente os de padrão médio e os das classes superiores, “participavam de instituições sociais, sobretudo as informais, mas também as das elites brasileiras, como um dos meios para elevar suas posições sociais dentro da comunidade”. A pesquisadora aponta que as biografias escritas por Tawfik Kurban (1933; 1937) sobre alguns imigrantes sírios e libaneses que enriqueceram em São Paulo destacam a intensa vida social desses indivíduos, tanto nas associações sociais brasileiras quanto nas sociedades recreativas e de caridade da colônia.

Num segundo momento, os libaneses formalizaram suas próprias associações, “que já existiam informalmente em bares, restaurantes, lugares para conversar, beber, tomar café, ler jornais ou praticar gamão e xadrez, seus jogos típicos” (SIQUEIRA, 2002 p.33). O aparecimento de lugares a princípio informais e sua posterior conversão em espaços formais de convivência pela organização da etnia resultou da necessidade que esses imigrantes sentiram, desde o início, de exercitar mais livremente seus hábitos, valores e costumes junto a seus semelhantes. Exercer o “direito” de falar a própria língua em público, ou de se alimentar à maneira árabe, por exemplo, significava para eles um sentimento de liberdade e poder, uma vez que, segundo Bourdieu (1989 p.247), “a sociedade dominante é etnocêntrica, sendo seu estilo de vida exemplar e largamente dominante”.

Nossas pesquisas apontaram que o início do agrupamento dos imigrantes sírios e libaneses em associações, especialmente em locais com maior número de patrícios, esteve também ligado a questões transnacionais envolvendo os esforços de guerra da França no contexto da Primeira Guerra Mundial. Assim, em Pelotas e Porto Alegre, temos notícias da fundação de comitês patrióticos por iniciativa dos cônsules franceses em campanha no Rio Grande do Sul. Rosa (2005, p.19) descreve com mais detalhes a estratégia adotada pela França: “Os representantes franceses percorrem várias cidades brasileiras onde havia um maior número de imigrantes. Segundo o jornal O Rebate, de 18 de setembro de 1917, havia uma comissão designada para percorrer os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. E explica que:



No Rio Grande do Sul, o cônsul francês comandava a ação de vice-cônsules encarregados de formar os comitês pelas cidades do interior e arregimentar os voluntários. O momento era propício para a formação de sociedades de defesa da pátria e comitês, pois o mundo estava em guerra. Com o desenrolar das batalhas travadas na Primeira Guerra Mundial, o sentimento de nacionalismo e antigermanismo estavam em alta, o que gerou muita euforia em torno desses comitês (ROSA, 2005 p.19).

De acordo com Bellintani (2012), naquela época os franceses estavam atentos aos movimentos do governo alemão, especialmente no Rio Grande do Sul. Fersan (2005) explica que havia grande interesse das autoridades francesas em fazer dos sírios, especialmente aqueles que transitavam pelas fronteiras transnacionais do sul do estado, seus melhores propagandistas em terras onde a cultura germânica predominava. De fato, muitos imigrantes sírios cristãos haviam deixado o Oriente Médio sob o domínio otomano, um Império cujo estilo e filosofia de vida muitos desses imigrantes repugnavam. Por isso, grande parte dos sírios via na aproximação com os franceses novas oportunidades em termos de renovação de suas identidades coloniais, uma vez que, sob proteção da França, não seriam mais considerados “turcos”.

Foi nesse cenário, que começa no início da década de 1930, passando pelos processos de independência da Síria e do Líbano, até chegar ao fim da Segunda Grande Guerra e o estabelecimento do Estado de Israel na Palestina, que os imigrantes sírios e libaneses de Porto Alegre começaram a ganhar contornos identitários mais nítidos, estabelecendo sobretudo as questões ideológica e confessional como suas fronteiras mais rígidas, defendidas, em alguns casos, com passionalidade e virulência pelos membros mais exaltados da comunidade. Junto com as ações de seus líderes, esse tipo de atitude foi em grande parte responsável pelas fragmentações e reagrupamentos observados na história de suas sociabilidades.

A consequência disso foi o surgimento e a consolidação, na década de 1940, de pelo menos dois grandes grupos de imigrantes e descendentes de árabes em Porto Alegre. Só é possível visualizar mais nitidamente esses dois perfis, se levarmos em conta, além dos aspectos já citados nesta tese, os projetos de representação das lideranças étnicas das duas entidades, o que determinou, em alguma dimensão, as opções dos imigrantes por um dos dois grupos.

Assim, no período que se seguiu ao vácuo deixado pelo esvaziamento da Sociedade Sírio-Libanesa, os sírios do Centro da cidade se reuniram informalmente em torno dos Dabdab (Raphael e Elias), ao mesmo tempo que se observava uma grande mobilização da diretoria da Sociedade Libanesa no sentido de ocupar esse espaço e manter a sua entidade funcionando.

No caso dos sírios, a mobilização em torno dos Dabdab teve como resultado a refundação da Sociedade Síria, que passou a existir formalmente a partir de sua reorganização em 1949<sup>350</sup>. Conforme nos parece, isso só foi possível, aparentemente, graças ao aporte financeiro de poderosos empresários sírios, após, portanto, da consolidação da independência da Síria (1946) e da instituição do Estado de Israel na Palestina (1948). Nessa nova fase do Clube, uma sede própria foi adquirida em luxuoso casarão localizado na rua Riachuelo, n.525. Porém, com o passar do tempo, novamente faltou regularidade à agremiação e, embora ela tenha marcado a vida social da cidade pelos bailes que promovia na década de 1950, a Sociedade Síria, que utilizava o estratégico nome de “União Sírio-Libanesa”, terminou seus dias de forma lúgubre, esquecida e abandonada por sua própria comunidade<sup>351</sup>. Sobre o fim da Sociedade Síria, assim nos disse Rafique João (2015, s.p.):

Não sei por que a Sociedade Síria acabou abandonada. Lembro que cheguei a frequentar no início da década de 1950, quando era rapaz. Eu e o José Nesralla íamos juntos às festas. Ele ia me chamar em casa. Depois, quando era na rua Riachuelo, também havia bailes, mas no fim era frequentado por um grupo pequeno de sírios, quase todos eles velhos, que passavam os dias a jogar, até à noite jogando cartas, acho que era buraco, e nos fins de semana não tinha mais festa. Só eles jogando (...).

A Sociedade Síria, pelo que se pôde observar, era formada majoritariamente por sírios e libaneses, assim como por seus descendentes residentes ou donos de comércio

---

<sup>350</sup> A ata de (re)fundação da Sociedade Síria do Rio Grande do Sul, de 15 de abril de 1949, foi assinada por Raphael e Elias Dabdab, Elias Moussale; Camillo Issa; Jorge Simon; Sadik Kanan; Alfredo Emílio Alem; Sady, Luiz e Antônio Nejar, Salomão Malcon, Eduardo Cafruni, Fozi Habab, Taufik Abujanra; Gabriel Miguel Fadel; George Mudava; Gossen Gazul; Alcides Saffi; Said Amim Buede; Abdo Jorge e Esperidião Jorge Curi; José e Abraão José Nesralla, Jamil e Angelito Aiquel, João Hiane, Jorge João Harb; Farid Beylonni, entre outros. Segundo informações da ata inaugural, a Sociedade Síria já contava com 135 sócios em seus quadros sociais no dia de sua reestruturação.

<sup>351</sup> Na ata da reunião da diretoria do Clube Sociedade Síria, de 17 de junho de 1976, o presidente Fozi Habab “expôs aos presentes que a Sociedade vem de longa data passando por um recesso de suas atividades devido ao escasso número de sócios, à idade da maioria e outros fatos demais conhecidos dos presentes”. Também disse que “a atual diretoria, eleita há mais de nove anos, com heroísmo vem mantendo e até aumentando o patrimônio do clube, que além da sede própria contava com 180 mil, 640 cruzeiros e 35 centavos disponíveis.

na área central da cidade. Eram quase todos de origem cristã ortodoxa, porém também havia muçulmanos entre eles. Estes últimos viam a possibilidade de união entre sírios e libaneses na Sociedade Síria como uma brecha ou oportunidade mais vantajosa para sua participação na comunidade, pois ali sua aceitação era melhor do que entre os libaneses (majoritariamente maronitas) do bairro de São João.

Por outro lado, a descontinuidade da Sociedade Síria, que seria incorporada<sup>352</sup> em 1996 à Sociedade Libanesa, pode ser atribuída ao desinteresse dos sócios, talvez por causa das modestas instalações que não permitiam a prática de esportes em piscinas ou quadras esportivas. Também eram poucos os serviços oferecidos pela Sociedade aos seus sócios, que invariavelmente reclamavam da falta de mobilização e empenho por parte da diretoria. Embora não seja tarefa simples determinar as causas exatas do desaparecimento da Sociedade Síria, tal fato não deve ser atribuído à escassez de recursos nem tampouco à ausência de patrimônio, uma vez que os cofres da Sociedade sempre estiveram cheios e a agremiação possuía sede própria<sup>353</sup>.

Outro fator importante para entender o que ocorreu em Porto Alegre entre as décadas de 1930 e as seguintes, em referência às relações entre sírios e libaneses, foi o papel decisivo das lideranças étnicas libanesas e sírias, que, articulando-se em relação a fatores de ordem econômica, ideológica e confessional, acabaram por moldar uma geografia das etnias com suas respectivas fronteiras, ou seja, entre o que é culturalmente sírio-libanês e árabe de um lado, e de outro, o que é culturalmente libanês maronita. Este tipo de diferenciação já vinha ganhando corpo desde o início da década de 1920 onde quer que houvesse uma representação consular francesa, numa clara estratégia, propagandeada aos imigrantes na diáspora, primordialmente cristãos, de ‘dividir para governar’. Assim os colonialistas franceses desenharam em seus gabinetes um Líbano

---

<sup>352</sup> Neste processo que incluiu conversas e negociações entre as diretorias dos dois clubes, iniciadas em 1960, e que se estenderia por 36 anos, “a palavra incorporação não era admitida por Elias Dabdab, presidente da Sociedade Síria, que preferia dizer ‘fusão’ ao invés”. (SCHILLING, 2007 p.80). O fim da Sociedade Síria em 1996 incluiu a entrega de sua valiosa sede da rua Riachuelo, além de seus 16 sócios remanescentes à Sociedade Libanesa. Em troca, aquela recebeu apenas uma placa fazendo menção à existência da Sociedade Síria e de sua diretoria, que foi pregada em uma das portas do salão nobre da Sociedade Libanesa. Esta última utilizou os recursos obtidos com a venda da antiga sede da Sociedade Síria para terminar a construção de sua nova e espaçosa sede no bairro Boa Vista, onde há estrutura para a prática de diversos esportes.

<sup>353</sup> Observamos que a cada reunião de diretoria da segunda fase da Sociedade Síria (1949-1996) havia um pedido de auxílio por parte da União Beneficente Senhoras Monte Líbano, mantenedora da Casa de Amparo à Velhice, entidade ligada à Sociedade Libanesa. Não observamos nenhum caso em que esses pedidos fossem negados, sendo as solicitações pagas depois de aprovadas pela maioria dos membros da diretoria.

cristão, que abrangia planícies férteis retiradas da Síria, o que garantiria segurança alimentar ao novo país a ser criado<sup>354</sup>.

Um intelectual étnico que, ao nosso ver, combinou os encargos da representação e ações de liderança com a sua própria agenda pessoal neste contexto foi, inquestionavelmente, Abdalla Adalberto Creidy. Nascido no início do século XX em Porto Alegre, seu pai era imigrante libanês, um pequeno comerciante (açougueiro) residente no bairro de São João, e a mãe, de origem síria vinda de Ijuí, no interior do estado. De acordo com Regina Weber (2014), a presença de “líderes” no seio de comunidades étnicas é mais comum do que se costuma imaginar. Os líderes fundam associações e jornais, redigem textos, fazem discursos, buscam convencer os membros do grupo a aderir a determinadas ideias e a participar de entidades e eventos.

Em 1937, Abdalla Creidy defendeu a tese de bacharel<sup>355</sup> em administração e finanças na Escola de Comércio da Capital. Creidy foi responsável pela elaboração da maior parte dos textos que definiam o Líbano e os libaneses no Rio Grande do Sul (1958) e elaborou teorias sobre a sutil diferença, que ele fazia questão de reforçar, entre libanês e árabe no âmbito do estado sulino. Tendo estado presente à fundação das primeiras associações étnicas dos árabes da cidade (1925, 1929, 1934 e 1936), Creidy foi se articulando e se reposicionando a cada mudança que essas associações promoviam.

Durante os anos da Segunda Grande Guerra, a comunidade sírio-libanesa porto-alegrense ainda permanecia dividida. Essa situação se estenderia até mesmo depois de encerrado o conflito mundial, até que alguns acontecimentos ocorridos no Oriente Médio<sup>356</sup>, divulgados pouco a pouco pela mídia da época em matérias de jornal e chamadas radiofônicas, iriam dar outro rumo às relações entre sírios e libaneses na capital.

---

<sup>354</sup> Provavelmente por influência francesa, em Porto Alegre, por exemplo, havia um controle de passageiros estrangeiros que entravam e saíam do porto. Ali verificamos que árabes e libaneses figuravam em categorias diferentes. (Memorial do Rio Grande do Sul, Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1924).

<sup>355</sup> Com o sugestivo título *Aspectos econômicos da função consular* (CORAZZA, 2009).

<sup>356</sup> A Guerra de Independência (1948-1949) contrapôs o Exército israelense ao da Liga Árabe, este composto por efetivos de cinco países: Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia (atual Jordânia), e ao Exército de Libertação Árabe, formado por árabes da própria Palestina. Sua causa imediata esteve ligada à não aceitação por parte dos árabes do plano de partilha da Palestina aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947 (BARTEL, 2006).

Estamos nos referindo aqui aos sangrentos combates envolvendo árabes e judeus na Palestina que culminaram, em maio de 1948, com a eclosão de uma guerra entre os dois povos na Terra Santa. Os acontecimentos que se desenvolviam no Oriente Médio novamente projetaram reflexos na comunidade sírio-libanesa da capital, colocando em confronto alguns árabes e judeus de Porto Alegre<sup>357</sup>.

O conflito ocasionou uma momentânea união da comunidade sírio-libanesa da cidade em torno dos árabes na disputa com Israel por uma parte da Palestina. Foi nesse momento que surgiu nos jornais da capital a figura de Abdalla Creidy como legítimo representante da comunidade árabe, interpelado pela imprensa diante da crise de maio de 1948. A seguinte passagem, retirada de Bartel (2006, p.117), dá uma boa ideia da projeção que a figura de Creidy começou a tomar:

Conforme estava anunciado, realizou-se neste domingo último uma importante reunião da qual participaram elementos da colônia Sírio-Libanesa aqui radicada, tendo sido amplamente [debatido] o caso da Palestina e de seus reflexos no Brasil, e particularmente em Porto Alegre. Finda a reunião, que se prolongou pela tarde, ficou deliberada a organização de uma comissão diretiva que tratará do assunto, devendo ela, conforme ficou assentado, falar em nome dos árabes e seus descendentes, residentes nessa capital, quando assim for preciso. Tomou parte ativa nos trabalhos de domingo último, havendo sido designado para presidi-los, o Dr. A. Creidy, conhecido comerciante e industrial, figura de projeção na colônia Sírio-Libanesa porto-alegrense.

A crise com Israel de maio de 1948 mostrou-nos uma faceta diferente do Dr. Creidy. Ele, ainda que descendente de libaneses e de sírios, e na época muito engajado em representar os interesses dos libaneses no Rio Grande do Sul<sup>358</sup>, aproveitou a ocasião para, de forma sutil, sair em defesa de todos os árabes quando estes, segundo dizia, foram atacados de forma indiscriminada pelos judeus de Porto Alegre e de todo o mundo, os quais naquele momento já saíam vigorosamente em defesa de um “lar” para seus conterrâneos no Oriente Médio.

O conflito refletia-se também nos meios de comunicação através de bravatas e injúrias proferidas por ambos os lados da disputa. Ao ser procurado pela mídia para

---

<sup>357</sup> Importante pontuar que o Congresso Pan-Árabe, realizado na Síria em 1938, concluiu pela rejeição da projetada partilha da Palestina, que estabelecia sua divisão em dois estados, um árabe outro judeu. Na ocasião, o Congresso redigiu a seguinte resolução: “A Palestina é Árabe e preserva-la como tal é dever de todos os árabes” (MORAES, 2004, p.22)

<sup>358</sup> Seu objetivo era tornar-se Consul-honorário da República Libanesa no Rio Grande do Sul, e para isso recolhia, na capital e no interior, assinaturas e recomendações de seus patrícios.

falar em nome dos árabes, Creidy aproveitou-se do momento para enviar um recado de forma sutil, não só aos judeus, mas a todos que acompanhavam os acontecimentos na Palestina, qual seja: a existência de diferenças, ainda que falassem a mesma língua, entre árabes e libaneses. Bartel (2006, p.117) reproduziu o teor de uma desses pronunciamentos:

Em entrevista à imprensa, o economista de origem libanesa, Abdalla Adalberto Creidy, ‘representante dos árabes’, afirmava ‘possuir muitos amigos entre os judeus residentes em Porto Alegre, apreciando-os’; porém não concordava ‘com certos israelitas fanáticos, que queriam tratar o caso da Palestina insultando com palavras de baixo calão os inimigos’. Creidy ainda referiu que: ‘Na falta de palestínios aqui, os descendentes de qualquer dos Estados árabes têm o dever de colaborar para essa informação, para que o conceito de distintos nacionais possa ser explanado com justiça e para que unidos estejamos, e atentos, para revidar os insultos que nos sejam assacados’.

Mas nem tudo foi harmônico como parecia fazer crer as tentativas de conciliar os interesses dos libaneses com os de outros árabes levadas a cabo por Abdalla Creidy. As relações que estabeleceu com seu grupo de origem servem para ilustrar o quão complexa é a figura de um líder intelectual étnico. Este deve ser pessoa dotada de atributos próprios ao exercício deste tipo de liderança<sup>359</sup>. Em seu mister, o conjunto de exigências e demandas se configuram assuntos urgentes e controversos, o que exige rápida tomada de decisões, uma vez que, dependendo da conjuntura, as contradições e atitudes, sem o devido cuidado, podem gerar situações bastante complicadas. Em última análise, o que podemos supor ao avaliar a trajetória e o patrimônio que acumulou é que o que ele pretendia na verdade era harmonizar sua vida empresarial com a de representante de uma comunidade inteira.

Nesse sentido, observamos que em algumas ocasiões houve oposição ao comendador Abdalla dentro da comunidade libanesa de Porto Alegre. Supomos, com razoável grau de certeza, que fatores como a demissão dos irmãos Chemale, representantes da ala jovem maronita, da Sociedade Sírio-Libanesa em 1933, somada ao fator geográfico que polarizava grupos de sírio-libaneses em duas diferentes regiões da

---

<sup>359</sup> Interpretando Bourdieu (1987, p.23) em sua teoria da ação, “um intelectual é aquele capaz de produzir conhecimento simbólico criando posições na estrutura do campo intelectual”. Segundo o autor, “sua obra deve estar inserida em relações sociais assumindo posição no campo de força”. Ele é dotado de legitimidade e em seu histórico “há atributos de agente que assume posição objetiva no campo relacionado ao capital e ao mercado, o que produz efeitos no campo intelectual”.

cidade, e ainda outros aspectos de ordem estritamente comercial<sup>360</sup>, nos quais Creidy e outros patrícios estavam inseridos, podem ter contribuído para a formação de uma dissidência irretroatável que criou a Sociedade Libanesa em 1936, entidade da qual Abdalla Creidy ficaria de fora até 1950.

Schilling (2007, p.56-57) lembra que, em 1947, Abdalla Creidy e Jorge Buchabiqui, que não eram sócios da Sociedade Libanesa, faziam restrições a sua diretoria<sup>361</sup>. O presidente da Sociedade na época, Kersrouan Seadi (1946-1948), a fim de evitar maiores polêmicas, e “agindo em prol da sociedade”, colocou seu cargo à disposição, mas a diretoria da Libanesa, reunida em Assembleia Geral em julho de 1947, decidiu “não aceitar nenhum tipo de pressão de pessoas que fossem estranhas à Sociedade”. Além disso, decidiram, na mesma ocasião, “lavrar um ato em louvor aos esforçados membros da diretoria que não mediam esforços para harmonizar os interesses da comunidade libanesa”.

Ainda segundo Schilling, que escreveu o livro oficial da entidade (2007), no ano de 1948, por iniciativa da Sociedade Libanesa, foi redigida uma correspondência para ser entregue à embaixada do Líbano no Rio de Janeiro, com um pedido de nomeação de um cônsul para o estado do Rio Grande do Sul. O pedido, aparentemente sem indicação de qualquer nome, se justificava, segundo a entidade, devido ao número de libaneses no extremo sul. Aconteceu, porém, que o ministro, no Líbano, acusou o recebimento de duas cartas oriunda da colônia libanesa do Rio Grande do Sul, ambas com assinaturas de membros da comunidade. Uma delas, no entanto, vinha com a indicação de um nome para o cargo de cônsul, justamente o de Abdalla Creidy. Diante disso, o ministro libanês pediu ao cônsul do país no Rio de Janeiro que se pronunciasse. Este, por sua vez, indicou um patrício para intervir e esclarecer a situação. De posse de uma correspondência do ministro, este último assim se apresentou em Porto Alegre:

Meu nome é David Saadi e sou portador de credenciais nesta missiva que também esclarece que o Sr. Ministro está autorizado a nomear um

---

<sup>360</sup> Nos referimos aqui ao protesto e cobrança feitos contra Felipe Selaimen por ordem da Creidy&Cia. em 1931 (APERS, 1931), e ao início da execução judicial do processo em 1936 (APERS, 1936). A família Selaimen foi pioneira no bairro de São João e, por serem proprietários de muitos terrenos e também fundadores da Sociedade Libanesa, gozam ainda hoje de muito prestígio junto à comunidade libanesa da região.

<sup>361</sup> “Eles e mais alguns outros dissidentes da colônia queriam fazer parte da sociedade, desde de que houvesse a renúncia da diretoria e uma nova eleição fosse realizada, pois acreditavam que o último pleito não teria sido legal, fato contestado pela diretoria”. (SCHILLING, 2007, p.56).

cônsul para Porto Alegre, mas não o fez ainda por notar certas divergências que aqui reinam no seio da coletividade libanesa, e é por isso que estou credenciado para tentar pôr um fim a tais desentendimentos, dando assim ensejo para a rápida nomeação do desejado cônsul. Peço com isso o auxílio da Sociedade Libanesa (SCHILLING, 2007 p.58).

Em sessão extraordinária, o presidente da Sociedade Libanesa, reunido com sua diretoria em outubro de 1948, colocou um fim às divergências dizendo, em nome da coletividade, “agir como o povo libanês amante da paz”. (SCHILLING 2007 p.59). Finalmente, em agosto de 1949, foi promulgado um decreto nomeando Abdalla Creidy, cônsul honorário do Líbano em Porto Alegre. Diante dessa realidade, no início de 1950, o cônsul do Líbano, em Porto Alegre adquiriu também o direito de ser considerado presidente honorífico da Sociedade Libanesa, cargo que ocuparia até sua morte, em 1966 (SCHILLING, 2007).

A diferença fundamental entre as sociedades Síria e Libanesa não pode ser dimensionada apenas pela mobilização de suas lideranças, pois grande parte delas, ao que nos parece, se ocupava mais dos aspectos externos das agremiações, ou em representá-las nas plataformas transnacionais às quais estavam ligadas, do que com as sociabilidades e o dia a dia de seus associados. Ademais, foi a participação do grupo e a identidade deste com a própria comunidade que alavancou a audiência e o apoio aos clubes que descrevemos, o que, como vimos, em última análise, foi o que os manteve abertos ou não.

### **Considerações finais**

É razoável pensar que cada um, ou cada historiador, conta a história conforme sua visão. Também é coerente supor que fatos não se inventam, mas que se interpretam, conduzindo e embasando a história que se narra e constrói. Assim, podemos dizer com toda convicção que a Primeira Grande Guerra ainda não terminou. Quando observamos uma Palestina sem um Estado nacional, e com a sua população exilada ou confinada em guetos territoriais pensamos em quanto os acontecimentos históricos, da época da Primeira e da Segunda Grandes Guerras contribuíram para essa realidade.



Em outro contexto observamos que as grandes potências mundiais, principalmente a França, a Inglaterra e os Estados Unidos muito contribuíram para o estado de coisas que vemos hoje em termos de divisão política do Oriente Médio. Seus interesses geopolíticos sempre foram mais importantes do que a segurança e a paz nas regiões onde tinham interesse.

No Brasil, mas especialmente no Rio Grande do Sul, onde a presença europeia, e especialmente a alemã, sempre foi muito importante, refletiu rivalidades e preconceitos eugenistas muito mais importantes e determinantes de uma dada época, a qual os fatos que estudamos se deram, influenciou a diáspora síria e libanesa de modo diferente que em outros lugares do país. Em terras gaúchas, como vimos, os investimentos da República Francesa se ocuparam de acentuar e até inventar diferenças entre libaneses e os outros árabes, especialmente os sírios, atraindo o interesse de lideranças étnicas dessas etnias que promoveram ações concretas e teóricas, tanto no campo da cultura e das sociabilidades para promover essas diferenciações, ao mesmo tempo que aferiam vantagens de caráter social e identitária, ou seja, aproximando a identidade libanesa a europeia, inserindo seus adeptos em um perfil mais aproximado aos dos europeus dominantes na sociedade rio-grandense, ao mesmo tempo que afastava a identidade árabe.

Contudo, conforme verificamos, quando entra em cena no contexto geográfico médio oriental a proclamação do Estado de Israel, ainda que em plena Porto Alegre de maio de 1948, as configurações identitárias praticadas até então são postas em cheque, surgindo uma crise virtual das então identidades que se diferenciavam, onde os árabes, ainda que sírio, libaneses e palestinos, mesmo que portadores de suas diferenças, e o particular interesse de seus interlocutores, passam a ocupar a mesma trincheira na luta contra Israel.

### **Fontes documentais**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS).

Processo judicial n.349. Felipe Selaimen X Creidy&Cia. Porto Alegre, 1º jan. 1931.

Processo judicial n.695. Felipe Selaimen X Creidy&Cia. Porto Alegre, 1º jan. 1936.

MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1923/24 (Pesquisa de 2014)

SOCIEDADE SÍRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Ata n.212. Porto Alegre, 16 jun. 1976. (Encontrada nos arquivos da Sociedade Libanesa de Porto Alegre, 2015)

### Fonte Oral

JOÃO, Rafique. [Depoimento ao autor]. Porto Alegre, 2015.

### Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATIYAH, Edward. *Os árabes: as origens e perspectivas do mundo árabe*. Lisboa: Ulisseia, 1958.

BARTEL, Carlos Eduardo. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BELLINTANI, Adriana. *A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930)*. Examãpaku, v.5, n.1, 2012.

BOURDIUE, Pierre What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, n.32, p.1-49, 1987.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

CHAIEB, Fuad. Syria. v.1. *Damasco*: Dirección General de Informaciones, 1956.

CORAZZA, Gentil (Org.). *História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas (1909-2009)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALMÁZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

EDDÉ, Emile. *A Igreja Maronita e o Líbano*. Rio de Janeiro: Missão Maronita do Brasil, 1989.

FERSAN, Eliane. Les immigrés syro-libanais au Brésil de 1920 a 1926: perception du corps consulaire français. Beiruth: Notre Dame University, 2005.

GATTAZ, André Castanheira. *Líbano uno e diverso: as múltiplas identidades entre imigrantes libaneses no Brasil*. História Oral, v.10, n.1, p. 43-62, jan.-jun. 2007.

GELVIN, James. *The Middle East and the United States*. Boulder (EUA): Westview Press, 1999.

JAULIN, Thibaut. Démographie et politique au Liban sous le Mandat : les émigrés, les ratios confessionnels et la fabrique du Pacte national [Demography and politics under the Mandate: the migrants, the confessional ratios, and the making of the National Pact], *Histoire et Mesure*, XXIV-1, 2009 pp. 189-210.

KAUFMAN, Asher. Phoenicianism: the formation of an identity in Lebanon in 1920. *Middle Eastern Studies*, 37-1, 2001, p. 173-194.

KAUFMAN, Will; MACPHERSON, Heidi (Ed). *Britain and the Americas: culture, politics, and history*. Santa Barbara (EUA), ABC-CLIO, 2009.

KEMEL, Cecília. *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

KHATER, Akram Fouad. *Inventing home: emigration, gender and the middle class in Lebanon, 1870-1920*. Berkeley (EUA): University of California University Press, 2001.

KNOWLTON, Clark. *Sírios e Libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial*. São Paulo: Anhembi, 1960.

KURBAN, Taufik. *Ensaio e biografias*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1937.

\_\_\_\_\_. *Os sírios e libaneses no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

LOGROÑO-NARBONA, Maria Del Mar. *The development of nationalist identities in French Syria and Lebanon: a transnational dialogue with Arab immigrants to Argentina and Brazil, 1915-1929*. Santa Barbara: University of California, 2007.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. *Os libaneses*. São Paulo: Contexto, 2016.

MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio*. SP e RJ, 2003.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010. (Série Imigrantes no Rio de Janeiro). São Paulo: Ateliê Editorial – Coleção Brasil Judaico nº 1, 2003.

PORTOCARRERO, Nilza Pereira da Silva. *Breve história do minúsculo Grande Líbano*. Brasília: Senado Federal, 1985.

QUATAERT, Donald. *O Império Otomano: das origens ao século XX*. Lisboa: Edições 70, 2014.

ROSA, Carla Rosane Silveira da. *Primeiros imigrantes sírios e libaneses na cidade de Pelotas: final do século XIX e início do século XX*. 2005. Monografia (Especialização em História do Brasil) Pelotas: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2005.

SCHILLING, Suzana. *Sociedade Libanesa de Porto Alegre: uma história a ser lembrada*. Porto Alegre: Sociedade Libanesa de Porto Alegre, 2007.

SOARES, Jurandir. *Israel X Palestina: as raízes do ódio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. *Da imigração à fundação do Clube Sírio-Libanês do Paraná*. Curitiba: Edição do Coordenador, 2002.

TRUZZI, Osvaldo. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

WEBER, Regina. *Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações*. Diálogos, v.18, n.2., p.703-733, maio-ago. 2014.

ZÉGHIDOUR, Slimane. *A poesia árabe moderna e o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, 50)

## **Entre Los Angeles e Rio de Janeiro: a luta contra o fascismo em perspectiva transnacional**

Wanilton Dudek\*

### **Introdução**

A tensão internacional do final da década de 1930 em torno das movimentações dos regimes fascistas da Itália e Alemanha foi pauta de discussão na imprensa do mundo todo. O artigo apresenta uma análise da luta antifascista a partir dos discursos presentes no jornal *Hollywood Now* de Los Angeles, e na revista *Diretrizes* do Rio de Janeiro, ambos do ano de 1938. Procuramos mostrar os posicionamentos de intelectuais antifascistas dos Estados Unidos e do Brasil ao utilizarem a imprensa para a divulgação de suas ideias e projetos políticos. Nesse aspecto, o artigo demonstra que os debates tomaram dimensão transnacional, conectando ideias que circulavam em âmbito global. Em Los Angeles, a atuação política dos escritores e produtores de filmes em torno da *Hollywood Anti-Nazi League* foi importante para a intensificação da luta antifascista, enquanto no Rio de Janeiro, o posicionamento dos editores da revista *Diretrizes* ampliaram o debate sobre o pan-americanismo e o combate ao fascismo. O artigo mostra também que a luta contra o fascismo nas Américas não foi fruto exclusivo das filiações político/partidárias, mas sim da composição ideológica heterogênea dos seus participantes, que mantinham em comum o antifascismo.

Durante a década de 1930 o fascismo tornou-se um fenômeno global, inspirando muitos modelos políticos adotados em governos do mundo todo. O fenômeno da ascensão dos regimes fascistas na Europa aconteceu em meio aos resultados trágicos do mundo capitalista, reflexo direto da crise de 1929, e as incertezas do comunismo. Com o discurso antiliberal, anticomunista e nacionalista, liderados pelo sucesso do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, surgiu um grande número de apoiadores dessa ideologia, assim como movimentos contrários a ela. A luta antifascista não foi

---

\* Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo.

exclusividade dos grupos de esquerda. Em vários momentos houve uma convergência entre os movimentos políticos interessados no combate ao fascismo, engajados principalmente em torno dos grupos de intelectuais. Ao adotarmos o termo antifascista no texto, estamos nos referindo tanto aos movimentos de combate ao fascismo italiano quanto ao nazismo alemão.

O objetivo desse artigo é analisar como se deu a circulação de ideias dos movimentos antifascistas nos Estados Unidos e no Brasil no final da década de 1930 a partir da imprensa, analisando o periódico *Hollywood Now*, de Los Angeles, e a revista *Diretrizes*, do Rio de Janeiro. Nossas fontes para a pesquisa são as edições do início de 1938 de ambos os periódicos, período em que os debates sobre a ameaça nazifascista se intensificam com a anexação da Áustria pela Alemanha Nazista.

Para além de comparar os dois periódicos, adotamos como perspectiva metodológica a História Transnacional. Essa escolha nos inspira a não olhar apenas para as trocas de bens e capitais entre as sociedades, mas principalmente as trocas no mundo das ideias. No argumento da historiadora norte americana Barbara Weinstein, com a *Historia Transnacional*

A ideia não é a de mudar da esfera cultural para a esfera política; pelo contrário, o argumento é a impossibilidade de entender os desdobramentos políticos sem uma consideração mais cuidadosa dos intercâmbios culturais, e o papel da cultura nos projetos interamericanos (sejam promovidos pelos estadunidenses, seja pelos latino-americanos ou pelos que não têm um ponto de origem que possamos identificar com clareza). (WEINSTEIN, 2013, p. 17)

Nesse sentido, a História Transnacional tem uma forte ligação com a História cultural, uma vez que a proposta é justamente ir além dos métodos mais tradicionais da História Política ao olhar para questões que envolvem as interações globais,

Transnational history examines units that spill over and seep through national borders, units both greater and smaller than the nation-state. International models have guided diplomatic history, military history, and related fields; their state focus proves less compelling for historians of nonelite subjects, which in part explains the embrace of transnational method by social and cultural historians. (SEIGEL, 2005, p. 63)

Nesse aspecto, interessa-nos observar os intercâmbios entre as sociedades envolvidas, buscando compreender como essas redes extrapolam os espaços nacionais,

criando um debate global, exemplificado nos movimentos antifascistas dos Estados Unidos e do Brasil. Essa é uma forma de problematizar muito mais as ideias do que as fronteiras (FUNES, 2006, p.14). Contudo, não se exclui a utilização de métodos comparativos na história, entendendo que ao utilizar as perspectivas de comparação e conexão não estamos excluindo a história transnacional. Ao contrário disso, os métodos se combinam, partindo das mesmas premissas, problematizando as ideias.

Nas Américas, o debate sobre o fascismo penetrou em todas as esferas, seja na política, na economia ou na cultura, e ganhava força na medida em que as notícias sobre as intenções geopolíticas dos governos de Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália chegavam com mais frequência por meio da imprensa. Nesse sentido, as discussões sobre os significados do fascismo ganharam diversas interpretações por aqueles que produziam e liam os conteúdos.

Outro fator que contribuiu para os debates foi o grande número de exilados políticos que buscaram refúgio no continente americano durante as décadas de 1930 e 1940. Políticos, intelectuais e artistas opositores do fascismo foram perseguidos, o que gerou o aumento substancial da imigração com a finalidade de fugir das perseguições que ocorriam na parte fascista da Europa. Em primeiro momento muitos buscaram a França, mas com a possibilidade cada vez mais clara do avanço nazista naquele país, o continente americano tornou-se principal destino do exílio nas décadas de 1930 e 1940. Sendo assim, formou-se uma ampla rede de atividades antifascistas nos Estados Unidos e na América Latina com a divulgação de revistas, jornais e outros periódicos que serviram debater o problema das experiências totalitárias que ocorriam na Europa.

Para Adrés Bisso, o antifascismo latino-americano foi um discurso ideológico, atendendo a interesses políticos específicos. Segundo ele foi uma apropriação, para uso local e continental, de um discurso europeu. (BISSO, 2007). A historiadora Angela Meirelles de Oliveira argumenta que a luta antifascista no Brasil não foi uma apropriação completa de modelos internacionais, mas sim uma ressignificação dessa luta, fortemente influenciada pelas questões sobre o “nacionalismo” que estavam presentes desde a década de 1920. (OLIVEIRA, 2013, p. 16). Dessa forma, a luta antifascista na América Latina conseguiu agregar vários campos sociais e toda a diversidade ideológica que se apresentava durante as primeiras décadas do século XX.

Nos primeiros anos após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas começou a colocar em prática um programa de governo populista, baseado em concessões à todos os grupos sociais que compunham o Brasil. Na constituição de 1934 ocorreram avanços na questão trabalhista, estabelecendo jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, férias remuneradas e diversas outras regras que o fizeram conquistar um grande capital político com os trabalhadores. No centro de suas ações estava a discussão sobre a modernização do país em torno do espírito nacionalista. A educação, a segurança pública e as questões econômica sofreram grandes alterações sob a influencia do projeto de nacionalização. Com isso, instituições como as Forças Armadas e a polícia foram pilares importantes na manutenção desse modelo político proposto. O exemplo desse processo foi o aumento no número das prisões políticas após 1933, quando Filinto Müller tornou-se Chefe da Polícia do Distrito Federal, fazendo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) um dos órgãos mais importantes para o governo Vargas. (CANCELLI, 1994).

Esse quadro se agravou em resposta à tentativa de um levante comunista em quartéis do exército, ocorrida em 1935. Na sequência vieram medidas que comprometeram profundamente as atividades dos intelectuais antifascistas no Brasil, que em grande parte concentravam-se em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com perseguições e acirramento das medidas restritivas do Estado. “A forte repressão desencadeada pelos eventos atingiu a quase totalidade dos envolvidos ou simpatizantes da ANL: militares, intelectuais, professores universitários, escritores, deputados e mesmo o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto.” (OLIVEIRA, 2013, p. 62).

O termo “intelectual” aqui está ligado à todos aqueles que desenvolvem atividades no campo da escrita e das artes, e que, por meio disso, se envolveram nas lutas políticas do período. Com isso, um número significativo de intelectuais retiraram-se do espaço público nacional, seja porque fugiram para países vizinhos, como Argentina e Uruguai, ou porque foram presos sob acusação de associação às atividades comunistas. A luta antifascista desse período ficou marcada pelas publicações esporádicas em jornais ou outros periódicos já existentes, sem manter organizações próprias ou formais.

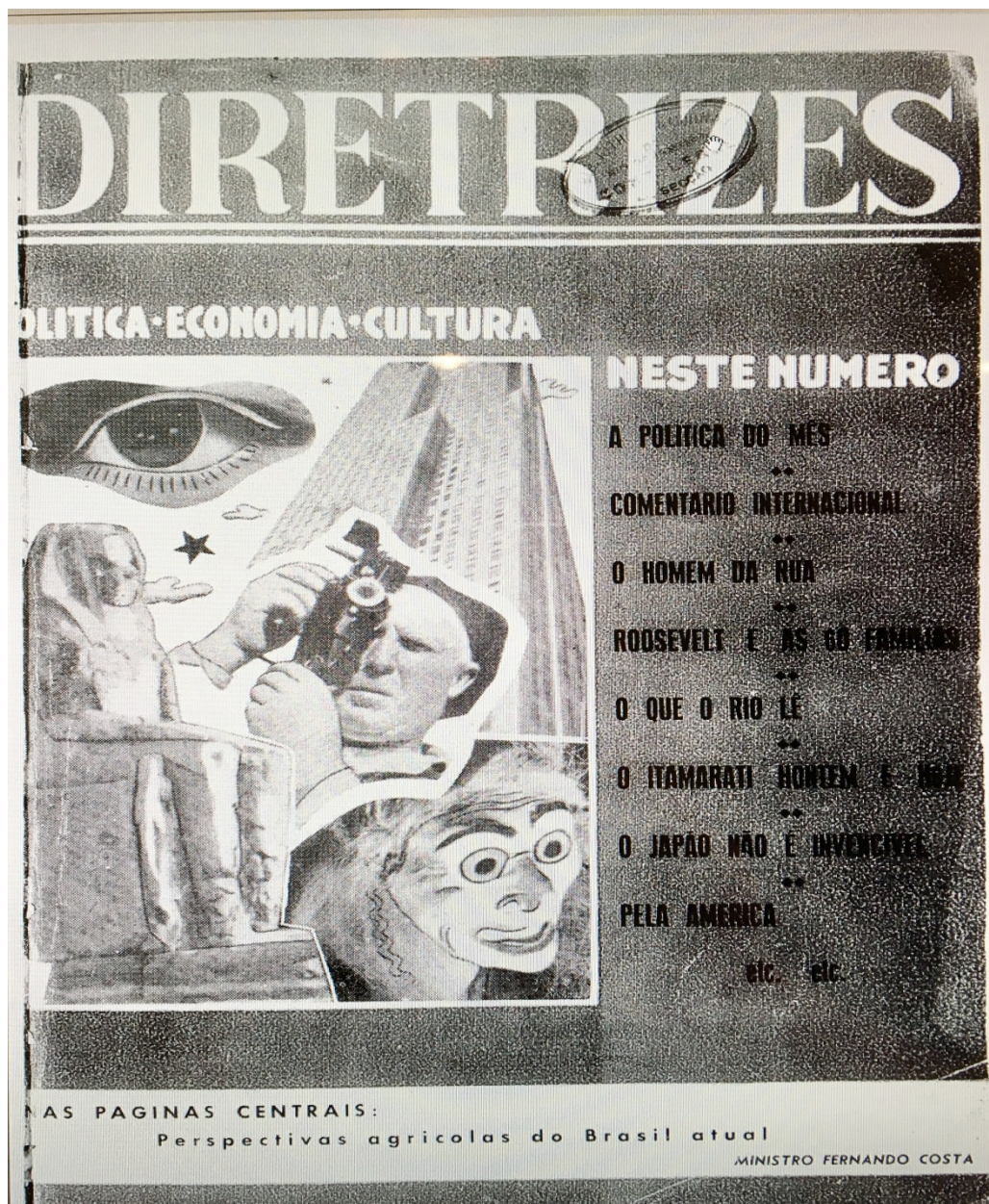
***Diretrizes*: o Pan-americanismo como arma contra o fascismo**

Mesmo com a repressão e da censura cada vez mais presente após o golpe de 1937, resultado na formação do Estado Novo, as publicações de cunho político marcadamente antifascistas voltaram a circular no cenário brasileiro. Exemplo disso são os periódicos *Diretrizes* e *Cultura e Mensário Democrático*, ambas do Rio de Janeiro. A revista *Diretrizes*, objeto do nosso estudo, foi fundada por Antonio Jose Azevedo Amaral, jornalista e apoiador do Estado Novo, que convidou, o também jornalista, Samuel Weiner, e ambos passaram a editá-la. Seis meses após o lançamento de *Diretrizes* Azevedo Amaral não compactou com os rumos editoriais e deixou a revista.

Sua equipe era formada por intelectuais instigantes como Moacyr Werneck de Castro, o então comunista Carlos Lacerda e outros integrantes do Partido Comunista. Samuel convidou vários escritores como Graciliano Ramos, Astrogildo Pereira, Adalgiza Nery, Jorge Amado, Octávio Malta, Rachel de Queiróz entre outros, para formar a equipe de sua revista, que era submetida à censura prévia do DIP. Seu objetivo era lutar contra o fascismo e o nazismo. (ROUCHOU, 2013, p. 4)

A principal justificativa para a manutenção dessas publicações, mesmo em um cenário político marcado pela censura, foram as iniciativas da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de orientação fascista, que tentou um golpe contra o governo de Getúlio Vargas em 1938. Além disso, apesar das relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha serem muito fortes durante a década de 1930, havia uma aproximação forte nas relações econômicas e, sobretudo, culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. No primeiro número da revista *Diretrizes* o quadro político internacional estava no centro das discussões, o que tornaria marca forte das demais edições. Segundo Duque Filho “A revista *Diretrizes* representava uma plataforma de destaque para o pan-americanismo, incentivando a ampliação das relações comerciais, culturais e políticas com os Estados Unidos.” (DUQUE FILHO, 2007, p. 113 citado por MEIRELES, 2013).





Revista Diretrizes, abril de 1938. Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital.

No editorial, o jornalista Azevedo Amaral apresentou as intenções da publicação, atacando abertamente o fascismo e as tentativas de Plínio Salgado à frente da AIB, citando os que o seguiam como “elementos sociais que sistematicamente se abstêm de pensar”. Ainda segundo Azevedo Amaral

O insucesso daquela iniciativa e o fracasso mais ou menos simultâneo de outras formações também inspiradas pelos modelos fascistas que começavam a ser importados ao Brasil, serviram para robustecer a

convicção geral sobre a impossibilidade de aclimatar no nosso meio correntes de tal natureza. (AMARAL, 1938, p.04)

Os artigos no primeiro número de *Diretrizes* seguiram na mesma linha das críticas de Azevedo Amaral. Vários colaboradores da revista eram ligados ao comunismo, e neste momento havia um consenso na direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que a aproximação com o Governo Vargas se fazia necessária, para fortalecer o partido e combater o fascismo. Rubem Braga mantinha uma coluna mensal na revista, que embora nunca tenha se filiado ao PCB era casado com uma militante comunista, Zora Seljan. No seu artigo *O homem da Rua*, ele tratou de forma irônica da tentativa fracassada do golpe integralista:

Queriam o monopólio do patriotismo. Também monopolizavam a honra. Nas horas vagas monopolizavam também, Deus. E, quando não tinham o que fazer, monopolizavam a família. Eram interessantes, e divertiam. Mas depois começaram a ficar cacetes. Queriam matar todo mundo. Ninguém queria morrer. O dr. Getulio Vargas ficou muito aborrecido. Veio o Carnaval. Na terça-feira, dia dos préstitos, os homens quiseram fazer uma brincadeira. Não era direito. Os Democraticos, os Fenianos e os Tenentes do Diabo existem há muitos anos. O concorrente de última hora não arranjou nada. É natural. A gente gosta do Carnaval assim, uma vez por ano. Mas botar um clube no governo não dava certo. Depois que acabou o Carnaval o governo achou que não havia razão para continuar o clube. (BRAGA, 1938, p.11)

No final da década de 1930 havia uma pressão de parte dos intelectuais e da imprensa brasileira para o distanciamento do governo Vargas da Alemanha nazista. Ao mesmo tempo, as relações institucionais entre Brasil e Estados Unidos só aumentaram durante o período. Na imprensa apareciam cada vez mais artigos elogiando as políticas desenvolvidas pelo governo de Franklin Delano Roosevelt, valorizando a democracia e o pan-americanismo. Nesse sentido, a revista *Diretrizes* foi uma das porta-vozes a favor da aproximação com os Estados Unidos. No artigo “O chanceler brasileiro”, foi produzida uma análise e a transcrição do discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, em 2 de março de 1938, no qual ele elogia os Estados Unidos, afirmando que todos os brasileiros reconhecem nos norte-americanos “a grandeza de vossa civilização e o caráter penetrante de vossas instituições” (ARANHA, 1938). Azevedo Amaral escreve enaltecendo o discurso de Osvaldo Aranha, reforçando a necessidade de aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

O Brasil, dentro da medida dos seus recursos e fiel aos postulados do pan-americanismo, pelos quais norteou sempre a sua política externa, está ao lado dos Estados Unidos e das outras nações da América na defesa deste continente e da humanidade contra a ação nefasta das forças retrógradas e obscurantistas, que se opõem ao estabelecimento

de uma ordem jurídica internacional e procuram fazer recuar a civilização para a barbárie guerreira. (AMARAL, 1938, p. 12)

Crescia o consenso entre grupos de intelectuais brasileiros de que a aliança com os norte-americanos era necessária para o combate ao fascismo. Os debates na esfera pública entravam em consonância as ações diplomáticas dos dois países. À convite do Presidente Franklin Delano Roosevelt, no início de 1939 ocorreu uma missão diplomática chefiada por Osvaldo Aranha, a qual estabeleceu cinco acordos entre os dois países no setor econômico. A “Missão Aranha”, como ficou conhecida, também estabeleceu uma troca de visitas entre os chefes de Estado-Maior dos dois exércitos, brasileiro e americano, com intuito de barrar os planos militares alemães no continente.

A ideia era que os males do fascismo poderiam ser afastados do continente americano através da cooperação de forças entre as nações. Por isso o discurso pró Washington se fez tão presente nas frentes antifascistas. Dessa forma, a aproximação com os Estados Unidos representava também a aproximação com o moderno, com o imaginário de liberdade, conceito bem desenvolvido na cultura norte americana. No contraponto disso estava a Europa, o Velho Mundo, onde o conceito de civilização entrava em conflito com os regimes autoritários. Corroborando com a tese de que o fascismo representava uma decadência da civilização e da cultura, no editorial de abril de 1938 de *Diretrizes*, Azevedo Amaral descreve a atuação do fascismo como algo desconectado com a realidade, “O processo psicológico da conversão do integralismo era análogo ao que leva indivíduos a imitar atitudes e hábitos dos personagens dos filmes de *Hollywood*.” (AMARAL, 1938, p.04)

A relação direta entre o fascismo e a guerra tornou-se uma das principais armas do discurso antifascista. Na sustentação dessa hipótese estava a análise do contexto global do ano de 1938 mencionando que a formação do Eixo Roma-Berlim tinha finalidade bélica e ameaçava as democracias ocidentais. No artigo de *Diretrizes* intitulado “*O eixo Roma-Berlim do ponto de vista imperial britânico*” Azevedo Amaral discute o problema que as ações dos governos da Itália e Alemanha trazem para a sustentação da paz. Em março de 1938 a Alemanha nazista anexou a Áustria, desafiando completamente o Tratado de Versalhes, numa demonstração de força para as demais potências europeias.

Segundo o texto da *Diretrizes*, o nazismo também representava um perigo para o Brasil. As iniciativas de expandir o Império Alemão poderiam ter como alvo as colônias formadas por imigrantes germânicos em várias partes do mundo, inclusive no território brasileiro. “O processo tortuoso das intervenções para criar situações críticas em outros países, já está sendo praticado e poderia muito bem ser analisado no preparo de movimentos que servissem de prelúdio à organização de “pequenas pátrias” nazistas”. (AMARAL, 1938, p. 20)

No final do texto é reforçada a tese presente em toda a revista de que era necessário trabalhar na perspectiva de “solidariedade americana”, a fim de mostrar ao *Reich*, e demais forças fascistas, que existiria uma coesão entre as nações americanas para evitar que o “pangermanismo” atingisse o continente, fazendo referência aos artigos da imprensa alemã que deixavam claras as intenções do “sentimento hostil do nazismo contra o Brasil”.

O jornalista e líder de movimentos anti-nazistas no Brasil Karl Lustig Prean, austríaco exilado no Brasil entre 1937 e 1948, escreveu em uma de suas cartas sobre a aliança que entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial que “os povos do Brasil e da América do Norte fazem essa guerra em favor da humanidade e da civilização, da justiça e da cultura.” (PREAN, 1943). Desde o início do seu exílio no Brasil, Lustig Prean manteve contatos com os movimentos políticos organizados por exilados de fala alemã nos Estados Unidos, manteve trocas de correspondências com Thomas Mann e Heinrich Mann no período, e fez parte do grupo *Free German Movement*, que aditivavam a revista *Freie Deutschland* no México. Neste sentido, a circulação de ideias antifascistas na América acompanhou o princípio da proteção do continente contra a invasão de um modelo político que representava um modo degradante de civilização.

### ***Hollywood Now e a Anti-nazi League em Los Angeles***

Os Estados Unidos passaram por profundas transformações na década de 1930, sobretudo com o início do governo de Franklin Delano Roosevelt em 1933. Com a adoção do New Deal os grandes trustes bancários começaram a se recuperar da grande crise de 1929, o desemprego começou a diminuir significativamente, assim como

algumas leis que melhoraram as condições dos trabalhadores entraram em vigor no período. Diferente dos seus antecessores, Roosevelt deixou de lado a política do "big stick" e adotou a "política da boa vizinhança" com os países da América Central e América do Sul. Em relação à Europa, os Estados Unidos buscaram ficar longe dos conflitos do continente o quanto foi possível. No entanto, o período também foi marcado pela formação de órgãos de vigilância do Estado, atingindo principalmente as manifestações culturais e políticas e culturais da população norte-americana. Segundo o historiador Alexander Stephan “Nesse período aconteceu o "grande governo policial” “de Franklin Delano Roosevelt e seu gosto por centralizar mega agências. A formação do FBI com a influência ideológica do seu diretor Jon Edgar Hoover, embasado na xenofobia e anticomunismo”. (STEPHAN, 2000. p. 11)

J. Edgard Hoover acumulou larga experiência no Departamento de Justiça durante a Primeira Guerra Mundial, quando foi responsável por monitorar as atividades estrangeiras em território norte-americano, sobretudo os alemães. A partir dessas experiências, Hoover assumiu cada vez mais o papel de "protetor dos interesses nacionais" contra as ameaças estrangeiras, com um forte discurso anticomunista e antifascista.

A aceitação do presidente era muito grande entre a população. Roosevelt foi reeleito em 1936, com a maior vantagem da história das eleições americanas até então. As transformações no espectro social foram interpretadas por diversos escritores da época. John Steinbeck escreveu sobre as mudanças no mundo rural e industrial em *"The Grapes so Wrath"*, publicado em 1939, seguido logo por *"For whom the bell tolls"*, sobre a Guerra Civil Espanhola, publicado em 1940. Os artistas e intelectuais falavam sobre as mudanças sociais, e sobre como a arte e as palavras poderiam se tornar armas para contribuir para o progresso. Nesse contexto, escritores alemães anti-nazistas, que se estavam exilados nos Estados Unidos, passaram a compartilhar com escritores norte-americanos as visões similares sobre as transformações sociais pelas quais o mundo passava.

A indústria cinematográfica de Hollywood atuou na criação desse imaginário sobre a América, interpretando e analisando as transformações sociais do período. Produções como *"As vinhas da Ira"*, de John Ford (1939), ou as sátiras em *"Os tempos modernos"* de Charles Chaplin (1936), interpretavam de forma mais crítica o avanço

desenfreado da modernidade. No entanto, algumas dessas produções passaram a ser criticadas por grupos conservadores de políticos e religiosos, por isso vários desses trabalhos foram censurados. Por outro lado, grande parte dos filmes de Hollywood viraram instrumentos que serviram pra alimentar ainda mais uma visão mais positiva para o progresso americano. O historiador Leandro Karnal argumenta que Hollywood contribuiu muito para fomentar o imaginário da "América ideal", com as suas produções que enfatizavam essa visão de país. “O mundo hollywoodiano da fantasia cultivava a crença nas possibilidades de sucesso individual, na capacidade do governo proteger os cidadãos contra o crime e numa visão da América como uma sociedade sem classes.” (KARNAL, 2007, p. 37.)

Nos Estados Unidos o antifascismo tornou-se parte da agenda nacional no combate às atividades subversivas. A própria ideia de “América Livre” contrastava com qualquer possibilidade de avanço dos modelos inspirados na Itália de Mussolini ou na Alemanha de Adolf Hitler. Nesse aspecto, a luta antifascista ficou concentrada, principalmente, no combate ao nazismo, com a intensa participação dos exilados de fala alemã que se estabeleceram no sul da Califórnia.

Até fins dos anos 1920 não havia um significativo envolvimento político de escritores e atores de *Hollywood* com as questões políticas. Esse cenário começou a mudar a partir dos anos 1930, na medida em que ocorria o avanço dos governos fascistas na Europa, e o conseqüente envolvimento dos Estados Unidos nas questões internacionais do que dizia respeito aos exilados políticos. O historiador norte americano Steven J. Ross (2018, n.p.) da *University of Southern California*, destaca que a presença dos estrangeiros em *Hollywood* foi de grande importância para a efervescência do ativismo político naquele local

As questões internas se mostraram importantes para os novos ativistas de *Hollywood*, e os eventos na Europa afloraram suas maiores paixões políticas. Entre 1933 e 1941, 200.000 refugiados fugiram da Alemanha e Áustria para os Estados Unidos, 10.000 deles em Los Angeles, [...] não é de surpreender que lá o antinazismo tenha emergido como um foco de ação política. (T.A.)<sup>362</sup>

---

<sup>362</sup> Domestic issues proved importante to Hollywood’s new activists, events in Europe ignited their greatest political passions. Between 1933 and 1941, 200,00 refugees fled from Germany and Austria to the United States, with 10,000 settling Los Angeles.[...] it is not surprising that anti-Nazism emerged as a focal point of political action.

Dos aproximadamente 1500 profissionais do cinema que deixaram a Alemanha após 1933 e a Áustria após 1938, mais da metade foi para Hollywood, onde propagaram os acontecimentos na Alemanha nazista, relatando as perseguições e mortes dos considerados “indesejáveis” por Hitler. O repúdio ao nazismo conduziu os liberais e comunistas a formar várias frentes populares, como a *Joint Anti-Fascist Refugee Committee* e, a mais notável, a *Hollywood Anti-Nazi League*.

A *Hollywood League Against Nazism* foi registrada pela primeira vez em 8 de Junho de 1936. Em 28 de setembro do mesmo ano o grupo foi renomeado como *Hollywood Anti-Nazi League* (HANL), um grupo formado por pessoas envolvidas com a indústria do cinema de Los Angeles, na Califórnia. Os membros em sua maioria eram diretores e produtores de filmes que atuavam em *Hollywood*, alguns norte-americanos, como Dorothy Parker, Alan Campbell, Dashiell Hammett, John Howard Lawson, Phillip Dunne, e outros, exilados políticos perseguidos pelo regime nazista que haviam se estabelecido nos Estados Unidos, como os escritores Ernst Lubitsch e Otto Katz. Em vários momentos a HANL foi acusada de ser uma organização comunista, que tinha a finalidade de expandir as atividades do Partido Comunista nos Estados Unidos (STEPHAN, 2007). No entanto, para além das filiações ou preferências políticas dos seus membros – haviam comunistas, liberais, judeus, sociais-democratas e diversas outras tendências políticas envolvidas, mas em comum o antinazismo. O movimento buscou atuar por meio da produção artística e intelectual, resultando na produção de filmes, como *Blockade* (1938), com forte apelo crítico à Guerra Civil Espanhola, banido em países fascistas Itália, Alemanha e Espanha, e também por meio dos periódicos *Anti-Nazi News*, *News of the World* e *Hollywood Now*. Em artigo publicado na edição do *News of the World*, em 10 de abril de 1937, os editores do jornal escreveram sobre a fundação da HANL

A fundação da *Hollywood Anti-Nazi League* ocorreu após um banquete em Hollywood, com a presença de cerca de 300 pessoas envolvidas com a indústria cinematográfica. Evento que contou com as falas de John H. Cantwell, arcebispo de Los Angeles e Frederick March, ator norte-americano e ganhador do Óscar de 1932. (*University of Southern California, Special Collections. Box 67, folder 45, T.A.*)<sup>363</sup>

---

<sup>363</sup> The founding of the Hollywood Anti-Nazi League took place after a banquet in Hollywood with the presence of about 300 people involved with the film industry. An event that featured John H. Cantwell, the Los Angeles bishop and Frederick March, an American actor and Oscar winner from 1932. (*University of Southern California, Special Collections. Box 67, folder 45*)

A primeira publicação da HANL foi em outubro de 1936, com o nome de *Anti-Nazi News*, durou até abril de 1937, quando passou a se chamar *News of the World*. A partir de dezembro de 1937 mudou o nome para *Hollywood Now*, permanecendo assim até a última edição em 1940. As publicações eram semanais, mantendo como editores os escritores e produtores de filmes Donald Ogden Stewart, Marian Spitzer e Alan Campbell. Todo o editorial estava voltado para atacar o fascismo e o nazismo, enaltecendo figuras e discursos pró-democracia. Em suas edições a frase “*A journal in Defense of American Democracy*” vinha escrita logo abaixo do nome na capa do jornal. A ligação com a indústria cinematográfica também era evidenciada na capa, por meio da ilustração de uma câmera de cinema, dentro de um círculo na parte superior esquerda da capa. Dessa forma, as atividades culturais e a luta política antifascista se misturavam no noticiário, como em matéria da edição de 09 de abril de 1938, com o título “*Stars meet the anti-nazi writer*” (Estrelas se encontram com o escritor antinazista), descreve o encontro de atores e atrizes com o escritor Thomas Mann em um evento de premiação do cinema de *Hollywood*.



Hollywood Now, 26 de março de 1938. University of Southern California, Special Collections. Harold Von Hofe papers. Box 10.

Na edição de *Hollywood Now* de 26 de março de 1938, dois acontecimentos guiaram toda a construção discursiva do editorial e grande parte das matérias do periódico da HANL: a anexação da Áustria pela Alemanha Nazista e a vinda do escritor Thomas Mann aos Estados Unidos. Esses dois fatos serviram de plataforma discursiva



da mensagem anti-nazista presente nas matérias. A capa estampa uma foto das manifestações ocorridas em Los Angeles no dia 25 de março contra a anexação da Áustria e outras medidas do governo alemão, atacando diretamente a figura de Adolf Hitler. Os manifestantes se dirigiram para frente do consulado alemão onde levaram placas com dizeres como “*Down with Hitler*” e “*Quarentine the fascist aggressors*”. A notícia de capa dava destaque para escritor e Nobel de literatura, Thomas Mann, que viria até o auditório Shrine para fazer uma palestra no evento intitulado “*The Coming Victory of Democracy*.”

Para além das notícias, o editorial de *Hollywood Now* era uma convocação da comunidade intelectual de Los Angeles para a participação nos eventos promovidos pela HANL. Thomas Mann não chegou a integrar a HANL, mas sua contribuição, como em vários outros movimentos antinazistas durante seu exílio nos Estados Unidos, era sempre muito reconhecida, principalmente pelo prestígio que o escritor mantinha na América. Isso fica claro na escrita da matéria ao mencioná-lo:

O Tema da fala do Dr. Mann no *Shrine Auditorium* será “A Vinda da Democracia”, e ele expressará sua crença profunda nas qualidades duradouras do sistema democrático como opositor do nazismo e do fascismo. A Liga Anti-nazista de *Hollywood* está ajudando o *Modern Frum* nos preparativos para a palestra. (*Hollywood Now*, 26 de março de 1938. T.A.).<sup>364</sup>

Na década de 1930 a cidade de Los Angeles, principalmente pelas atividades da indústria cinematográfica de *Hollywood*, ficou muito conhecida pela reputação do pioneirismo em políticas progressistas e forte envolvimento na luta contra o fascismo na Europa. O historiador norte-americano Ehrhard Bahr argumenta que isso foi um dos principais atrativos para a vinda de exilados políticos para a região. (BAHR, 2007)

Essa efervescência cultural, das artes e o debate político global em torno das ameaças fascistas na Europa, fizeram com que cada vez mais intelectuais ficassem envolvidos com a luta política. Ainda na edição de 26 de março de 1938 do jornal *Hollywood Now* o colaborador Alexander Fielding fala sobre essa politização dos intelectuais, exemplificando com o caso de Thomas Mann. No artigo intitulado “*Great artist turns to politics in writings on Germany and loyalist Spain*”, a trajetória que levou o escritor ao exílio por contestar as leis nazistas é descrita como “uma luta a favor do cristianismo, da moral ocidental e da própria civilização”, seguido de um longo debate sobre as manifestações anti-fascistas de Thomas Mann através da escrita. Essa foi a

---

<sup>364</sup> Dr. Mann’s subject at the Shrine Auditorium will be “The Coming Victory of Democracy”, inqich he will express his deep belief in the enduring qualities of democratic system as oppsed to Nazism and Fascism. The Hollywood Anti-Nazi League is assisting the Modern Frum in preparations for the lecture.

trajetória de muitos escritores alemães durante o exílio, envolvidos primeiramente com a literatura e a indústria de filmes passaram também a compor movimentos com ativismo político no cenário de Hollywood.

O escritor alemão Bruno Frank, que chegou aos Estados Unidos em 1937 na condição de exilado político, escreveu em *Hollywood Now* referindo-se à acolhida que receberam na América e a importante presença de Thomas Mann para contribuir na luta anti-fascista. “A América é hoje o refúgio de toda a cultura moderna. Aqui sobreviverá aos seus anos de tristeza. O público americano, oferecendo uma recepção tão avassaladora a esse grande e corajoso alemão, torna-se a mais alta honra” (*Hollywood Now*, 26 de março de 1938, T.A.)<sup>365</sup> Nessa fala de Bruno Frank fica exposta também um apelo de gratidão e até mesmo união entre os alemães no exílio com os norte-americanos. A própria HANL era um reflexo disso, pois era basicamente formada por esses dois sujeitos, ambos na luta antifascista.

Na edição de 09 de abril de 1938 as páginas de *Hollywood Now* estampavam um discurso otimista e de pleno sucesso do evento em que Thomas Mann fez a sua palestra no auditório Shrine. As fotos de artistas de cinema, como se estivessem participando do movimento antifascista, e alguns artigos ironizando a subserviência da Áustria em relação à Adolf Hitler criaram o cenário antinazista da edição. Além disso, haviam notas de fim de página celebrando as diversas doações recebidas para a HANL, sem nomear os doadores, corroborando com a tese de que as atividades antifascistas em Los Angeles eram exercidas por um grupo amplo e heterogêneo. O envolvimento de vários setores da sociedade de Los Angeles com as pautas defendidas pela HANL e publicadas no periódico semanal *Hollywood Now* marcaram o início dos movimentos contra o fascismo e nazismo no sul da Califórnia. É importante lembrar também que o auditório Shrine, onde a maioria dos eventos privados e públicos da HANL ocorriam, como a própria fundação do grupo, pertence a uma organização das ordens maçônicas, na qual vários dos artistas, escritores e intelectuais envolvidos eram membros.

Por diversas vezes, a *Hollywood Anti-nazi League*, manteve contatos com outros grupos antinazistas na Europa e nos Estados Unidos, na tentativa de formar uma rede de

---

<sup>365</sup> America is today the refuge of all modern culture. Here it will survive its years of gloom. The American public, in tendering such an overwhelming reception to this great and courageous German, renders to itself the very highest honor.”

cooperação entre os movimentos políticos pelo mundo. Uma dessas parcerias foi com o *American Committee for Anti-Nazi Literature*, grupo formado em Nova York, que contava com escritores alemães, austríacos e norte-americanos. Entre os indivíduos que faziam parte do referido comitê estava Kurt Rosenfeld, que mais tarde tornou-se presidente do grupo *German American Emergency Conference*, órgão antinazista que editava o jornal “*The German – American*”.

Com o intuito de arrecadar fundos para ajudar os exilados que haviam fugido para a França, em 04 de Maio de 1938 o *American Committee for Anti-Nazi Literature* enviou uma correspondência para a *Hollywood Anti-Nazi League* a fim de solicitar recursos financeiros para a Europa. O conteúdo da correspondência indica as preocupações que tomava conta dos alemães na possibilidade de guerra contra as potências europeias, justificado pelo pronunciamento feito por Heinrich Himmler alertando para a “necessidade de armar a população alemã contra os inimigos estrangeiros”. O pedido de ajuda financeira foi direcionada aos grupos organizados que lutavam contra o nazismo nos Estados Unidos.

As condições na Europa central tornam-se mais graves. As ambições de Hitler, obcecado com a guerra, não se preocupa com nada sagrado, destroem a vida, a liberdade, a tolerância, os limites e os pactos. A vontade das pessoas está completamente submersa em seu desejo de poder. Todos os direitos humanos são ignorados por Hitler e sua matilha [...] Nós, portanto, apelamos a vocês para dar uma contribuição com a quantia que for possível para o nosso Comitê, para nos permitir cumprir nossos objetivos. (*USC Special Collections, Box 46 Folder 3.*) (T.A.)<sup>366</sup>

As correspondências pessoais dos indivíduos envolvidos com os movimentos antinazistas indicam que havia uma crença de que, por estar presente na indústria próspera do cinema na Califórnia, a HANL tinha condições para manter colaborações generosas para os antinazistas que lutavam na Europa. Com o acirramento da Guerra Civil Espanhola os grupos de resistência na França entraram em contato com a HANL a fim de solicitar doações. Em correspondência enviada no dia 22 de novembro de 1938 o *Comité d’Aide aux Anciens Combattants Allemands et Autrichiens dans l’Armée Populaire*

---

<sup>366</sup> Conditions in central Europe continue to grow more serious. Hitler’s war-mad ambitious, obviously regarding nothing as sacred, destroy life, liberty, tolerance, boundaries and pacts. The will of people are completely submerged in his lust for power. All human rights are ignored by Hitler and his pack.[...] We therefore appeal to you to make as liberal a contribution as you possibly can to our Committee, to enable us to carry our objectives

*Espagnole* (Comitê de Assistência aos Combatentes Alemães e Austríacos no Exército Popular Espanhol), com sede em Paris, cita e elogia as atividades em favor da “democracia” e da “liberdade” que eram promovidas pela HANL, ao solicitar suporte para os alemães voluntários na Guerra Civil Espanhola.

O Comitê nomeado à frente desta carta foi fundado recentemente para ajudar os voluntários alemães e austríacos que foram feridos afastados por doença na Espanha e, portanto, foram desativados no exército do popular espanhol. Esse número é, na verdade, cerca de 350 pessoas que vivem sob condições terríveis. Eles não recebem nenhuma ajuda oficial, nem têm o direito de trabalhar na França e, assim, ganhar a vida. Eles são enviados para as províncias onde vivem em condições extremas. Estamos tentando desesperadamente ajudá-los, mas vocês compreendem que as possibilidades financeiras dos exilados alemães são muito limitadas, embora considerem uma honra, não o seu dever, ajudar os voluntários alemães na República da Espanha, e apoiá-los a todos. A maior parte deles está morrendo de fome. Vimos que grande parte da opinião pública americana provou ter um sentimento de grande solidariedade para os heróis internacionais que lutaram em solo espanhol para salvar a democracia no mundo. (*USC Special Collections, Box 46 Folder 3.T.A.*).<sup>367</sup>

A HANL foi listada como uma “frente comunista” pelo comitê de investigações de atividades subversivas do FBI. A base para essa listagem estava no fato de que alguns de seus membros eram de orientação comunista, ou mantinham contatos com grupos de esquerda. Aparentemente essa era uma conotação que os próprios membros da HANL queriam se livrar, buscavam deixar clara a sua posição antinazista. No editorial de novembro de 1936 do *Anti-Nazi News* foi reforçada a sua posição antinazista, reivindicando que “trata-se de uma organização liberal, democrática e católica” e “devota da preservação da Democracia Americana”. Os editores negavam-se a se declarar anticomunistas, por afirmarem que “o comunismo é um braço importante na luta antinazista”.

---

<sup>367</sup> The Comittee named at the head of this letter has been recently founded in order to help German and Austrian volunteers who have been wounded or taken by illness in Spain and thus have been disable to serve in the Spanish People's army. Theis number is actually about 350 who are living under most dreadful circumstances. They do not receive any oficial help, nor have they got the right to work in France na thus to make their living. They are sent into the provinces where they live a life not worth of this name. We are desperately trying to help them, but you will understand that the financial possibilities of the German emigration are too limited, although they regard it as na honour na their duty to help the German volunteers in Republic Spain and to Support them all. Thus the greater part of them are starving. We have seen that a large parto f American public opinion has proved a feeling of great solidarity for those international heroes who fought on Spanish soil to save Democracy in the world.

### **Considerações finais**

A luta antifascista foi muito mais ampla do que a publicação de jornais e revistas com o intuito de expor e divulgar ideias. Nesse sentido, não podemos desvincular o papel da luta dos intelectuais de um contexto mais ampla, onde envolve a diplomacia, partidos políticos, decisões de governos e diversos outros elementos de aspectos nacionais e internacionais. Diante disso, é difícil avaliar a real influência dos dois periódicos estudados na formação das opiniões públicas em relação às lutas que se propunham. No entanto, é notório que esse movimento do qual os editoriais de *Hollywood Now* e *Diretrizes* compactuavam, o antifascismo, cresceu muito no final da década de 1930, principalmente com o agravamento do contexto internacional com o início da Segunda Guerra Mundial.

A circulação dessas ideias transbordaram fronteiras, sem necessariamente passar por questões de Estado. A menção das lutas antifascistas nos Estados Unidos virou elemento discursivo recorrente na América Latina, reforçando em muitos momentos a ideia de que o país era o local seguro em que a “modernidade e a democracia repousavam”. Mesmo entre os colaboradores estrangeiros do jornal *Hollywood Now* esse ideal de “América livre” era presente, enaltecendo a cultura de liberdade que experimentavam no “Novo Mundo.” Corroborando com isso, as ideias do pan-americanismo defendidas em *Diretrizes* defendiam a aliança entre Brasil e Estados Unidos, não apenas no âmbito político, mas nas questões culturais também.

A imprensa foi o instrumento de difusão das ideias antifascistas, exemplificando como ela representa uma forma importante de amplificação de ideias políticas que realizam intervenções na realidade. Nesse sentido, a breve análise de dois periódicos de diferentes países no ano de 1938, reforça a premissa de que o intercâmbio de ideias gera o fortalecimento desses movimentos no cenário nacional e também contribui para o aumento da capacidade de mobilização internacional.

### **Fontes**

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Revista *Diretrizes*: política, economia e cultura. abril de 1938.

*University of Southern California. German Exiled-speaking Special Collections. Harold Von Hofe papers. Box 10/46 . Jornal Hollywood Now.*

## Referências

BAHR, Ehrhard. *Weimar on the Pacific: German exile culture in Los Angeles and the crisis of modernism*. Los Angeles: UCLA, 2007.

BISSO, Andrés. *El antifascismo argentino*. Buenos Aires: CeDinCi, 2007.

CANCELLI, Elizabeth. Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e Controle político no Regime Vargas (1930-1945). *Cadernos do Tempo Presente*, n.15, mar/abr., p. 02-35, 2014.

FUNES, Patricia. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericano- ricanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

KARNAL, Leandro. *A História dos EUA: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas nos países do Conesul (1933-1939)*. São Paulo: USP. Tese de doutorado. 2013.

ROSS, Steven J. *Hitler in Los Angeles: How Jews failed Nazi plots against Hollywood and America*. Los Angeles: Bloomsbury, 2018.

ROUCHOU, Joelle. *Diretrizes: um espaço de resistência no Estado Novo (1938-1944)*. [http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsistas15/FCRB\\_Diretrizes\\_um\\_espaco\\_de\\_resistencia.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsistas15/FCRB_Diretrizes_um_espaco_de_resistencia.pdf). Acesso em 10 de junho de 2017.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: comparative method after Transnational turn. *Radical History Review*. New York, issue 91, 62-90. 2005.

STEPHAN, Alexander. *Communazis: FBI Surveillance of German Emigré Writers*. New Haven: Yale University, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. São Paulo, issue 14, p. 9-36, 2013.

## **Da Redução de São Francisco de Borja ao processo de contato entre sociedades indígenas e euro-americanas: variações de escalas na trajetória de pesquisa**

Leandro Goya Fontella\*

### **Introdução**

Neste artigo procuro refletir sobre a trajetória, repleta de oscilações e redefinições, que percorri durante a minha investigação de doutorado. Em linhas gerais, pretendo apresentar de que forma construí o objeto de estudo a partir da análise das fontes em escala circunscrita e como o universo empírico me impeliu a reconfigurar o foco da pesquisa e a, paulatinamente, perceber que os dados extraídos das fontes representavam manifestações peculiares de sujeitos e grupos sociais inseridas em processos históricos de significativa abrangência.

O texto está dividido em duas seções. Na primeira, abordo o tratamento metodológico (método serial) aplicado ao principal corpo documental (os registros de batismos) e como os resultados me conduziram a uma expressiva reorientação da pesquisa. Na segunda, apresento as interlocuções teóricas e os estudos que se converteram nos principais eixos interpretativos que se estabeleceram como parâmetros capitais para redimensionar o teor analítico do estudo, para a reformulação da hipótese examinada e para a elaboração do argumento central da tese.

### **1. Olhando para a redução de São Francisco de Borja: a análise dos registros de batismos**

O objetivo principal da investigação que apresentei para ingressar em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro era analisar os movimentos imigratórios de luso-brasileiros na região dos Sete Povos das Missões e o processo de reestruturação do poder e reordenação da hierarquia

---

\* Doutor em História Social UFRJ. Prof. do IF Farroupilha-Campus São Borja.

social naquela área (anexada à jurisdição política portuguesa em 1801) ao longo da primeira metade do Oitocentos. O corpo documental básico da pesquisa era os registros paroquiais de batismos da Matriz de São Francisco de São Borja entre os anos de 1796 a 1822 e de 1829 a 1835. Os assentos paroquiais caracterizam-se por serem fontes que se reiteram ao longo do tempo apresentando conteúdo homogêneo. Ressalta-se que a burocracia eclesiástica fazia parte da própria estrutura administrativa do Estado, logo, os livros paroquiais assumiam caráter de registro religioso e civil. Percebidos desta forma, os assentos de batismos se constituem em documentos massivos, isto é, que abrangiam a grande maioria da sociedade, e, portanto, fontes primárias privilegiadas, uma vez que todas as camadas do tecido social estão ali fartamente representadas.

Foram os historiadores franceses ligados ao movimento dos Annales que a partir do uso dos registros de batizado, casamento e óbito, e a criação de técnicas de reconstituição de famílias desenvolveram a demografia histórica. Segundo Sheila de Castro Faria,

foi [...] partir da segunda metade de 1940 que a demografia histórica se constituiu em disciplina autônoma, com estudos delimitados. Em 1952, num artigo para a revista dos Annales, Pierre Goubert tentou sistematizar, de forma pioneira, a demografia da França do século XVIII, utilizando os registros paroquiais de batizado, casamento e óbito. Mas foi com um demógrafo, Louis Henry, no Institut National d'Études Démographiques (INED), em Paris, junto com o historiador Michel Fleury, que, em 1956, se consubstanciou, inicialmente, uma metodologia específica para o tratamento das fontes paroquiais (1997, p. 354).

Para além da História Social Francesa (sobretudo em sua vertente de História Regional), a demografia histórica se configurou como importante ferramenta metodológica para os pesquisadores do campo da microanálise histórica. Em texto publicado originalmente em 1977, Edoardo Grendi apresenta de forma didática um roteiro de pesquisa. Em primeiro lugar, Grendi esclarece que “[a] história demográfica, [é] a disciplina que coloca seus problemas em relação direta com a sociedade total. [...]” (2009, p. 23). Posteriormente, o autor argumenta sobre a importância dos assentos paroquiais. Segundo o autor,

[...], [a] utilização [...] sistemática [...] dos registros paroquiais, identificando, por exemplo, testemunhas de núpcias, padrinhos de



batismo e de crisma, [permite] mapear relações não secundárias. E ainda, sobretudo, a partir do estudo de fontes até agora pouco utilizadas, como contratos notariais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, *parlamenti*, registros contábeis, atos privados que remetem a fontes 'centrais' de caráter judiciário, contábil, fiscal, político, censitário (GRENDI, 2009, p. 23 [grifos do autor]).

Fica evidente que a sequência mais lógica, para Grendi, era aquela que se aproveitava dos dados demográficos e dos tradicionais registros paroquiais e se espalhava para diversos outros conjuntos documentais.<sup>368</sup> Segundo Cardoso e Brignoli (1983), a serialização de informações possibilita encontrar tendências, as quais nos auxiliam a apreender um quadro geral. A quantificação dos registros paroquiais permite apreender a morfologia e dinâmica social da área analisada a partir de diversos critérios e averiguar sua variação ao longo do tempo, por exemplo, o número de batizados por ano; percentual da condição jurídica; cor da pele; local de naturalidade dos pais, o que possibilita ter indícios dos fluxos migratórios.

Inspirado por esta abordagem, quantifiquei e serializei os assentos batismais da Matriz de São Francisco de Borja. Entre outubro de 1796 até dezembro de 1822 foram lavrados 3.647 registros de batismos. Além disso, entre dezembro de 1829 e dezembro de 1835 mais 878 assentos de batismos foram registrados na mesma Matriz. Portanto, a análise demográfica compreende um total de 4.525 assentos.<sup>369</sup> Para realizar o exame dos dados estabeleci 5 subperíodos: 1) 1796 a 1802; 2) 1803 a 1810; 3) 1811 a 1816; 4) 1817 a 1822; e 5) 1829 a 1835. No quadro 1, apresento o número de batizados por período e a média mensal.

O primeiro intervalo (1796 a 1802) abrange todos os 895 assentos que integram o primeiro livro de batizados e praticamente nos informam sobre a composição demográfica da região das Missões nos anos imediatamente precedentes ao episódio histórico que marca o princípio da incorporação definitiva de tal área às possessões

---

<sup>368</sup> Todavia, é preciso deixar claro que a proposta de Edoardo Grendi de estudar exaustivamente o universo relacional em contextos espaciais delimitados não reside no mesmo campo científico da abordagem monográfica, forma de pesquisa privilegiada pela história social à francesa. Enquanto esta se inscreve dentro da esfera metodológica dedutiva (procedimento que parte dos macromodelos generalizantes à análise particular), a microanálise histórica de Grendi se coloca sob o domínio do método indutivo (que parte do exame particular para analisar contextos gerais). Segundo Jacques Revel, o problema posto a uma monografia não se correlaciona com sua escala de observação, mas com a representatividade da amostra examinada em relação ao universo no qual ela tende a se agregar (1998, p. 20).

<sup>369</sup> Infelizmente não tive acesso ao livro de batizados com os assentos entre os anos de 1823 e 1828. Não consegui obter informações sobre o paradeiro de tal livro.

luso-brasileiras na região do Prata. O segundo subperíodo (1803 a 1810) abarca parte do segundo livro com 1.050 registros, e retrata o espaço de tempo que vai dos primeiros anos da administração luso-brasileira sobre a região até o ano no qual se inicia os processos de emancipações políticas no Prata com a revolução de maio de 1810 em Buenos Aires.

O terceiro intervalo (1811 a 1816) conta com os 697 assentos batismais que completam o segundo livro. O quarto subperíodo (1817 a 1822) compreende 1.005 registros de batismos do terceiro livro. O intervalo que se estende de 1811 a 1822 foi significativamente conturbado no Prata e, em especial, na região dos 30 povos das Missões Jesuíticas. Ao longo desta década ocorreram sucessivas campanhas militares envolvendo diversos agentes com inúmeros objetivos e estratégias para estabelecer o controle político sobre os territórios em disputa, tais circunstâncias lançaram a região dos 30 povos a uma situação caótica que aprofundou a crise enfrentada pelos guaranis missionários desde as últimas décadas do século XVIII. Portanto, os dados demográficos deste período ajudam na percepção das transformações sociais ocorridas na região no decorrer deste turbulento decênio.

Por fim, no último período (1829 a 1835), após a emancipação política do Império do Brasil, se tem 878 registros que compõem significativa parte dos 1.047 assentos lavrados no quarto livro de batizados da Matriz de São Francisco de Borja. Este intervalo quase coincide com o interstício entre o fim da Guerra da Cisplatina (1825 a 1828)<sup>370</sup> e o início da Guerra dos Farrapos (1835 a 1845)<sup>371</sup> quando determinados episódios e circunstâncias praticamente decretaram o fim da então combatida estrutura política e socioeconômica dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai.

---

<sup>370</sup> Conflito entre o Império do Brasil e a Banda Oriental que resultou na emancipação política desta última, a qual foi denominada de República Oriental do Uruguai. Entre outros autores ver: David Carneiro (1983), Alfredo Castellanos (1977), e José Chiaramonte (1997) e Ana Frega (2009).

<sup>371</sup> Guerra Civil ocorrida na Província do Rio Grande de São Pedro, opondo parte da elite pecuarista sul-rio-grandense e o Império do Brasil. Entre outros ver: José H. Dacanal (1997) e Spencer Leitman (1979).

Quadro 1 – Número e média mensal de assentos de batismos (Matriz de São Francisco de Borja, 1796-1822 e 1829-1835)

	1796-1802	1803-1810	1811-1816	1817-1822	1829-1835	Total
<b>nº de batismos</b>	895	1.050	697	1.005	878	4.525
<b>nº de meses</b>	75	89	61	57	73	355
<b>média mensal</b>	11,9	11,8	11,4	17,6	12,0	12,7

**Fonte:** Livros de Batismos de 1796 a 1802, de 1803 a 1816, de 1817 a 1822 e de 1829 a 1837 da Matriz de São Francisco de Borja, Arquivo da Diocese de Uruguiana (doravante, ADU).

Do universo de 4.525 batizados da Matriz de São Francisco de Borja consegui identificar a condição jurídica dos batizados em 4.405 (97%), a imensa maioria era de indivíduos livres, 4.241 (96%), enquanto que os escravos compareceram à pia batismal em 164 (4%) oportunidades. Estes cativos eram trazidos pelas frentes de povoamento luso-brasileiras que passaram a se estabelecer na região e instalar suas unidades agropastoris a partir de 1801 quando a Coroa portuguesa passou a ter o controle político daquele espaço.

Quadro 2 – Distintivo de cor dos batizados livres (Matriz de São Francisco de Borja, 1796-1835)

Índios	Brancos	Mestiços	Preto/Pardo/Mulato
3.372	625	164	16
80,8%	14,9%	3,9%	0,4%

\* A categoria *índio* engloba batizados: 1) para o período de 1796 a 1816: a) que as mães faziam parte de cacicados, b) que as mães provinham de outros povos missioneiros (ocidentais ou orientais) e c) que as mães possuíam sobrenomes indígenas; 2) para o período de 1817 a 1822: a) que as mães provinham de povos missioneiros (ocidentais ou orientais), inclusive o Povo de São Borja e b) que as mães possuíam sobrenomes indígenas, e; 3) para o período de 1829 a 1835: a) que os próprios batizados eram declarados índios ou chinas, b) que as mães provinham de povos missioneiros (ocidentais ou orientais), inclusive o Povo de São Borja e c) que as mães possuíam sobrenomes indígenas. A categoria *mestiço* abarca os batizados expressamente indicados como mestiços. A categoria *brancos* abrange os batizados: a) expressamente identificados como brancos, b) aqueles em que não consta nenhuma identificação de cor, mas que o sobrenome da mãe é notoriamente português. A categoria *preto/pardo/mulato* inclui batizados expressamente identificados com estas expressões.

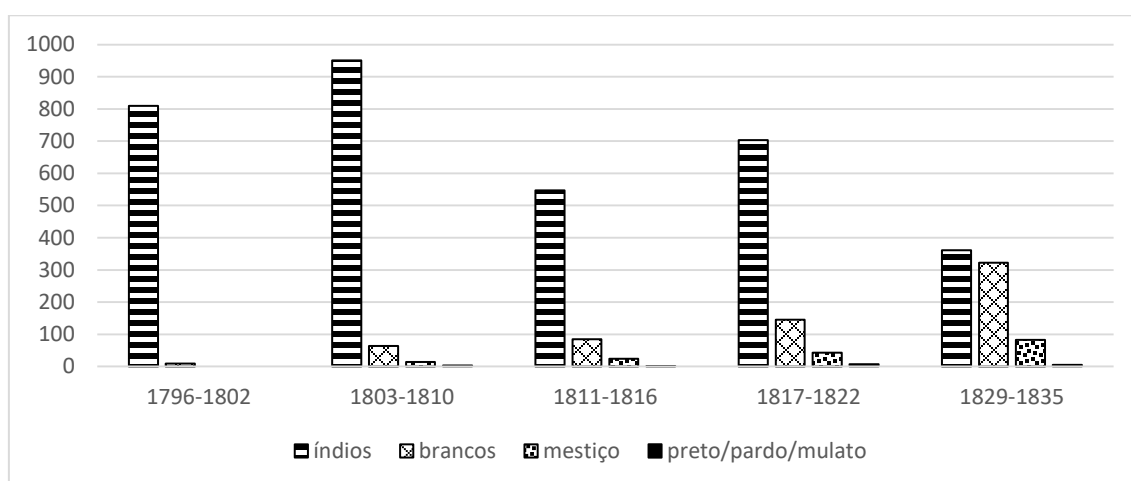
**Fonte:** Livros de Batismos de 1796 a 1802, de 1803 a 1816, de 1817 a 1822 e de 1829 a 1837 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Elaborei o quadro 2 seccionando o universo de batismos de indivíduos livres em algumas categorias analíticas. Do total de 4.405 batizados livres foi possível identificar um qualitativo de cor ou procedência em 4.177 (95%). Em primeiro lugar, este quadro geral deixa claro a expressiva preponderância da população indígena no decorrer de

todo o período examinado. Porém, a análise diacrônica destes dados revela que embora o cenário integral aponte para o amplo predomínio dos guaranis missioneiros em relação ao conjunto populacional, tal predominância foi significativamente reduzida durante o tempo considerado na pesquisa.

Dividindo os dados pelos cinco intervalos estabelecidos para a análise, conforme figura 1, pode-se perceber que no primeiro subperíodo (1796 a 1803), os guaranis missioneiros perfaziam quase que toda a população batizada na Matriz de São Francisco de Borja.

Figura 1 – Distintivo de "cor" dos batizados livres ao longo do tempo (Matriz de São Francisco de Borja)



**Fonte:** Livros de Batismos de 1796 a 1802, de 1803 a 1816, de 1817 a 1822 e de 1829 a 1837 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Nada menos do que 810 (99%) dos 819 batizados que pude identificar a cor eram de crianças indígenas enquanto que apenas 9 (1%) eram de crianças brancas. Nos intervalos seguintes, após a anexação dos Sete Povos aos domínios luso-brasileiros, paulatinamente esse cenário passa a mudar com o ingresso de colonos luso-brasileiros com seus escravos. Além disso, em consequência da presença destes novos povoadores emerge também gradativamente uma parcela de população mestiça, oriunda sobretudo de um processo de mestiçagem entre homens brancos e mulheres indígenas.

No segundo intervalo foram batizados 951 guaranis missioneiros, o que representa 92% dos 1.032 assentos em que foi possível distinguir a cor do batizando livre. Por sua vez, foram 64 registros de crianças brancas, atingindo 6% em termos proporcionais. Neste subperíodo, pela primeira vez, aparecem sujeitos classificados

como mestiços 14 (1%) e aqueles com ascendência africana que reuni na categoria preto/pardo/mulato eram 3 (0,3%). A queda de 7 pontos percentuais na representatividade dos guaranis foi quase que completamente compensada pelo aumento de 5 pontos entre os indivíduos de cor branca e o surgimento de uma população mestiça que chegou a 1% do total dos batizados no dito intervalo.

Por conseguinte, no terceiro período, a presença da população não guarani continuou a se ampliar entre os registros batismais de indivíduos livres. A representatividade dos indígenas caiu para 83% com 547 batizando de um total de 657 assentos em que pude constatar a cor do indivíduo batizado livre. Por outro lado, os 85 sujeitos de cor branca representam 13% destes batizando, e os 24 mestiços cerca de 4%, acréscimos de 7 e 3 pontos percentuais respectivamente em relação ao intervalo anterior.

No quarto subperíodo (1817 a 1822) continua a se processar a paulatina transformação do perfil social da região. Os indígenas ainda mantinham sua predominância atingindo 78% dos batizados (703 de 898), os brancos chegavam a 16% (145), os mestiços 5% (43) e a categoria pretos/pardos/mulatos marcava aproximadamente 1% com 7 registros. Entretanto, é no último intervalo (1829-1835) que fica clara a profunda transformação social pela qual a região vinha passando desde os primeiros anos do século XIX. Embora os batizados de guaranis ainda fossem a maioria (361 de 771), a sua representatividade despencou 31 pontos percentuais em relação ao intervalo anterior, chegando a 47%, pouco acima dos 42% (322) atingidos pelos batizando de cor branca. Nesta altura dos acontecimentos do Oitocentos, na região dos Sete Povos, o processo de mestiçagem havia ganhado mais força e os mestiços representavam em torno de 11% dos batizando livres na Matriz de São Francisco de Borja, enquanto que os indivíduos livres de ascendência africana livre não chegaram nem a 1% tendo sido batizados apenas 7.

O quadro geral extraído desse primeiro esforço de sistematização dos dados revelou um cenário distinto daquele que eu esperava encontrar. Antes de realizar esta primeira análise, projetava me deparar com informações que mostrassem, por um lado, uma intensa e veloz ocupação luso-brasileira nos Sete Povos e, por outro, um processo proporcional de evasão dos guaranis missioneiros da região. Entretanto, como se pode verificar, o perfil demográfico se modificou lentamente, isto é, diferentemente do que pressupus, até o início da década de 1820, o universo populacional permaneceu

predominantemente guarani missioneiro com módica participação de luso-brasileiros, de cativos de ascendência africana e de sujeitos tidos como mestiços.

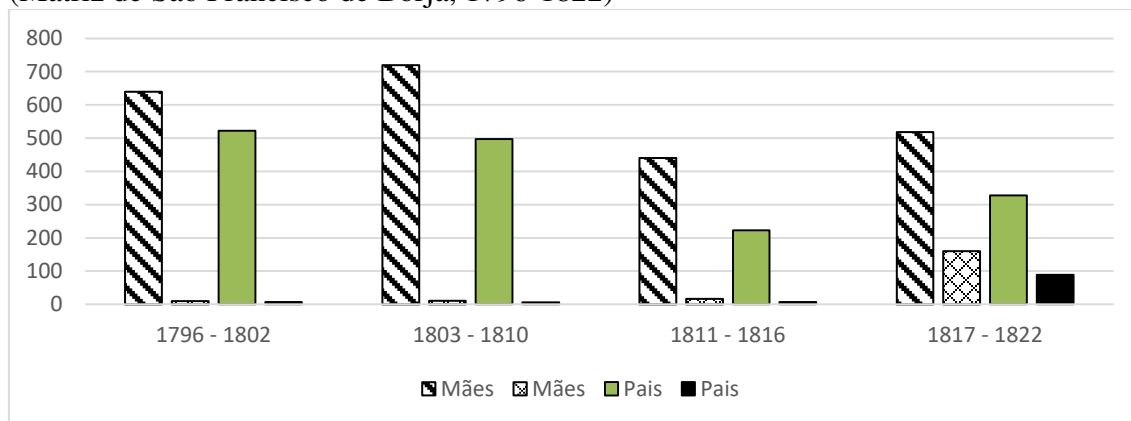
A constatação da expressiva quantidade de guaranis averiguada nos assentos de batismos me levou a reconsiderar pela primeira vez os rumos da investigação. Avaliei que a permanência missioneira na região dos Sete Povos não podia simplesmente ser analisada como um componente complementar num estudo sobre a consolidação da conquista luso-brasileira do espaço missioneiro oriental. Portanto, em virtude do universo empírico encontrado no principal conjunto documental explorado, desloquei o foco da investigação do processo de incorporação das áreas e população missioneira ao Império português (e, posteriormente, brasileiro) para as lógicas culturais e dinâmicas sociopolíticas que possibilitaram que os guaranis preservassem sua organização social em condições estáveis mesmo mudando de jurisdição política em 1801.

Nesse sentido, passei a me concentrar em outras informações dos registros de batismos que pudessem me ajudar a refinar o quadro geral revelado nos primeiros exercícios de serialização. Assim sendo, defini analisar o arranjo demográfico interno da Redução de São Francisco de Borja a partir da procedência dos sujeitos que habitavam a região. Esta análise desvelou um cenário mais complexo da conformação do conjunto de povoadores da região. Cada grupo social deixou de ser percebido como homogêneo a medida que se verificou que ele era composto por indivíduos de distintas origens. Os dados dos assentos de batizados possibilitaram averiguar o comportamento dos fluxos migratórios na região e apreender em quais momentos do período analisado ocorreram transformações mais marcantes na estrutura demográfica na região dos Sete Povos. Tais constatações foram imprescindíveis para que se pudesse identificar e problematizar quais os episódios históricos no processo de redefinições políticas, econômicas e territoriais daquele período causaram maior impacto sobre o sistema socioeconômico e político missioneiro.

A figura 2 expressa a variação da procedência dos pais e mães guaranis ao longo dos quatro intervalos em que os párocos discriminaram a localidade de origem destes. Em termos percentuais: no primeiro e segundo intervalos 98% das mães e 99% dos pais guaranis eram dos Sete Povos; no terceiro subperíodo, 97% de mães e pais guaranis provinham de alguma das sete reduções orientais. Este cenário muda consideravelmente

no quarto intervalo quando o percentual de mães guaranis dos Sete Povos cai para 74% e de pais para 79%.<sup>372</sup>

Figura 2 – Procedência das mães e pais guaranis (Matriz de São Francisco de Borja, 1796-1822)



**Fonte:** Livros de Batismos de 1796 a 1802, de 1803 a 1816 e de 1817 a 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

A análise desenvolvida, ao expor as oscilações dos arranjos demográficos dos distintos grupos sociais, demonstrou que entre 1796 e 1822, apesar da redução do número absoluto de guaranis e de sua representatividade no universo demográfico em virtude do ingresso das primeiras levas de povoadores luso-brasileiros na região dos Sete Povos, a composição populacional interna dos missioneiros se manteve relativamente estável até meados dos anos 1810. Até este momento, o universo demográfico do povo de São Francisco de Borja configurava-se pelo expressivo predomínio de índios que em grande medida eram nativos desta mesma missão, os quais dividiam espaço com poucos guaranis oriundos, sobretudo, de outras reduções orientais com destaque para São Nicolau e São Luiz Gonzaga. Esta interpretação é corroborada pela escassa presença de missioneiros ocidentais no espaço oriental, pois insinua que até então as missões ocidentais ainda não tinham entrado em colapso provocando a maciça dispersão de seus habitantes pelo Prata e Rio Grande de São Pedro. Este cenário indica que os povos orientais (e, possivelmente, os ocidentais), mesmo imersos numa conjuntura de vicissitudes bélicas e incertezas políticas, ainda reuniam condições para abrigar uma importante parcela da população guarani.

<sup>372</sup> A análise detalhada destes dados encontra-se em Leandro G. Fontella (2017, p. 307–341).

Todavia, a partir de 1817, a configuração do arranjo demográfico missioneiro passa a se transformar consideravelmente. O aumento significativo do fluxo de missioneiros de outros povos orientais e, principalmente, ocidentais na Matriz de São Francisco de Borja, aponta para o desencadeamento de movimentos migratórios guaranícos pela região platina e sul rio-grandense. A meu ver, esta nova formatação populacional é um claro indício de que ocorreu um sério abalo na organização política e socioeconômica dos povos missioneiros.

Este quadro foi agravado ainda mais com a concomitante intensificação do afluxo de colonos luso-brasileiros no território dos Sete Povos, processo que acabou exercendo uma pressão demasiada sobre a debilitada estrutura socioeconômica missioneira. Para além da fragilidade em que se encontrava o sistema produtivo comunal e do avanço das frentes coloniais (que se apropriavam de modo legal e, também, ilegal do patrimônio dos guaranis) sobre as áreas missioneira, a conjuntura de belicosidade constante após 1810 afetou ainda mais a dinâmica produtiva missioneira ao transformar boa parte da mão de obra em força bélica e drenando recursos das reduções para o sustento das tropas. Concomitantemente a dispersão guarani, ocorria também o gradativo ingresso de povoadores luso-brasileiros na região.

Outro dado importante registrado regularmente nos assentos batismais entre 1796 e 1815 é o cacicado do qual pais e mães dos batizados faziam parte. Por meio da análise serial dos assentos de batizados pude perceber que ao mesmo tempo em que se processa a redução do número absoluto de registros de mães inseridas em cacicados no intervalo entre 1797 a 1815, ocorre o aumento daquelas que não pertencem a nenhum deles.<sup>373</sup> Em termos percentuais, enquanto que em 1797, as índias com vínculos cacicais eram cerca de 95% do universo de mães, em 1815, elas perfaziam por volta de 56%. Constata-se, portanto, o crescimento significativo de guaranis que se encontravam alheios às relações de reciprocidade mobilizadas via cacicados. Além disso, no levantamento serial realizado, averigui 60 caciques distintos no intervalo de 1796 a 1802, este número se reduz para 42 entre 1803 a 1810, e para apenas 24 no período de 1811 e 1816.<sup>374</sup> Ao longo deste último ano os párocos deixaram de registrar o

---

<sup>373</sup> Excluí os anos de 1796 e 1803 da análise pois os assentos cobrem apenas alguns meses deles: 1796 de outubro a dezembro e 1803 de junho a dezembro. Vale destacar que para realizar este exame realizei a desambiguação dos nomes das mães, isto é, uma mulher que tenha tido mais de um filho nos subperíodos considerados foi considerada apenas uma vez.

<sup>374</sup> Fonte: Livros de Batismos de 1796 a 1802, de 1803 a 1816, de 1817 a 1822 e de 1829 a 1837 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.



pertencimento cacical no assento de batizado, fato que não pode simplesmente ser atribuído somente à mudança de padre.<sup>375</sup>

Como bem apontou Wilde, o cacicado foi a base da organização reducional cumprindo funções econômicas e políticas essenciais. Até mesmo a administração dos sacramentos estava organizada com base nos cacicados e suas casas (WILDE, 2009a, p. 83; 85). Portanto, a permanência ou não das estruturas cacicais nos povos se configura como um índice de estabilidade política e econômica destes. As informações indicam que os cacicados foram gradativamente perdendo sua capacidade de reposição de integrantes e que a partir de meados dos anos 1810 os caciques não conseguiram mais reafirmar sua autoridade no processo de reordenamento sociopolítico e espacial da região. O fim do registro dos cacicados nos assentos de batizados expressa, portanto, a crise de autoridade pela qual passava os caciques. Desacreditados por parte dos novos poderes instituídos (ou reafirmados) na região platina e sem condições de reorganizar uma comunidade em franco processo de desagregação, os caciques haviam perdido expressiva parte de seu prestígio e legitimidade. Assim, no vácuo de poder deixado pelos caciques, outros referenciais, como, por exemplo, o povo de origem, passaram a ser utilizados para classificar a população guarani.

Esta gama de dados e metadados obtida a partir do tratamento metodológico serial ensejou inúmeras questões sobre como havia se desencadeado as interações entre guaranis missioneiros e sociedades euro-americanas ao longo do primeiro terço do Oitocentos, período significativamente conturbado na região platina e que acabou marcado pela crise de poder das Coroas ibéricas, a emergência de Estados americanos independentes, guerra generalizada entre grupos que disputavam a hegemonia política e a ruína definitiva da organização sociopolítica guaraníca.

## **2. Olhando para além da Redução de São Francisco de Borja: interlocuções teóricas e a problemática das interações coloniais**

Buscando compreender a complexidade da trama histórica observada, procurei interlocução com um rol de estudos que se dedicaram a investigar o processo histórico das sociedades indígenas americanas no decorrer do período colonial, em especial, dos guaranis missioneiros. Em meio a abundantíssima produção acerca das experiências históricas dos grupos nativos da América e seus contatos com as sociedades euro-

---

<sup>375</sup> A análise detalhada destes dados encontra-se em Leandro G. Fontella (2017, p. 355–358).

americanas,<sup>376</sup> quatro eixos interpretativos se estabeleceram como parâmetros capitais para o desenvolvimento do argumento central do estudo realizado: 1) as análises sobre os processos de etnogênese que reconfiguraram diversos povos indígenas na era colonial;<sup>377</sup> 2) as pesquisas demográficas e de cunho econômico sobre as missões guaraníticas e outras regiões missionárias na América;<sup>378</sup> 3) o trabalho de David J. Weber (2007) sobre as relações entre sociedades hispano-americanas com populações indígenas que ocupavam as zonas fronteiriças da América espanhola; e, 4) o instigante estudo de Richard White (2011)<sup>379</sup> em que este autor demonstra a formação de uma zona de inteligibilidade mútua entre indígenas e sociedades euro-americanas na região dos Grandes Lagos na América do Norte e, a partir deste cenário, elabora o conceito de *middle ground*.<sup>380</sup>

Uma leitura fundamental nesta reorientação da pesquisa foi o trabalho de Guillermo (WILDE, 2009a).<sup>381</sup> Este autor analisou a experiência histórica dos índios reduzidos pelos jesuítas na região platina e, a partir do prisma conceitual da etnogênese, concluiu que o guarani missionário foi o resultado de um processo de etnogênese missional. Para Wilde, o guarani missionário emergiu no transcurso de um longo período de relação entre grupos e atores socioculturais muito diversos, os quais se envolveram numa complexa e peculiar interação econômica, política, jurídica e

---

<sup>376</sup> Seria impossível referir todos os textos importantes que tratam das relações entre nativos americanos e sociedades coloniais. No entanto, os ensaios reunidos nas coletâneas *The Cambridge History of the Peoples of the Americas – vol. I North America, / vol. II Mesoamerica e vol. III South America* (cada um com duas partes) revelam a vastíssima literatura sobre os povos indígenas americanos; ver: Richard E. W. Adams e Murdo J. MacLeod (2000); Frank Salomon e Stuart Schwartz (1999a); Bruce Trigger e Wilcomb Washburn (1996).

<sup>377</sup> Uma discussão aprofundada desta matriz teórica foi realizada em Fontella (2017, p. 102–131). Cabe destacar que há também um expressivo volume de pesquisas que se inserem neste campo conceitual. Entre outros, destaque: Guillaume Boccara (2003); Francismar A. L. de Carvalho Jr. (2006); Jonathan D. Hill (1996); John M. Monteiro (2001, p. 53–78); Frank Salomon e Stuart Schwartz (1999b); Gerald Sider (1994); Guillermo Wilde (2009a, 2009b).

<sup>378</sup> Entre outras, destaque as pesquisas de Juan Carlos Garavaglia (1978, 1987); Robert H. Jackson (1994, 2003, 2008, 2015); Robert H. Jackson; Edward D. Castillo (1997); Ernesto Maeder (1992); Ernesto Maeder; Alfredo Bolsi (1982).

<sup>379</sup> Utilizo a edição comemorativa de vigésimo aniversário da primeira edição que ocorreu em 1991.

<sup>380</sup> Segundo Richard White, “porque o *middle ground* é uma metáfora espacial, o termo tem permitido uma confusão entre o processo de convenientes e criativos mal-entendidos e o espaço real que eu estava discutindo: o *pays d'en haut* ou o país superior do Canadá francês” (2011, p. XII [grifos do autor]). Conforme argumenta Artur Lima de Avila, devido a esta ambivalência, “o termo ‘*middle ground*’ é de difícil tradução, na medida em que aponta tanto para uma espacialidade, ‘o território intermediário’, quanto para uma condição mais geral, ‘o meio-termo’ entre partes conflitantes. [...] White parece tê-lo usado-o em ambos os sentidos, [...]” (2010, p. 176 [nota 479] [grifos do autor]). Neste estudo, como correspondente de *middle ground*, utilizo o termo *cultura de contato*.

<sup>381</sup> É importante ressaltar que o livro de Wilde sustenta-se sobretudo em sua tese de doutoramento em Antropologia Histórica intitulada *Antropología histórica del liderazgo Guaraní misionero (1750/1850)*, a qual foi defendida em 2003 na Universidade de Buenos Aires.

simbólica. De modo geral, ocorreu a homogeneização de uma população indígena diversificada através de um ordenamento espaço-temporal estabelecido por meio da vida nas reduções, do trabalho coletivo e dos preceitos cristãos.

Para além do sólido argumento central, a erudição da pesquisa de Wilde me ampliou os horizontes em relação ao aporte teórico do *middle ground*. Ao discorrer sobre a configuração histórica do complexo reducional jesuítico guaranis, Wilde afirma que “[...] a tradição sociocultural das missões é o resultado de uma relação colonial em movimento, define um *middle ground* ou uma cultura criada no contato [...]” (2009a, p. 37 [grifos do autor]). A compreensão de Wilde sobre o cenário relacional em que se formou as missões guaraníticas incitou-me a aprofundar minha leitura do estudo de Richard White.

A partir da sofisticada formulação conceitual desenvolvida por White,<sup>382</sup> elaborei uma hipótese para o comportamento do quadro demográfico que havia desvendado por meio dos registros de batizados da Matriz de São Francisco de Borja. Ao avaliar que a estrutura populacional pouco se alterou no momento imediatamente posterior a incorporação dos Sete Povos aos domínios lusitanos no Prata em 1801 e outros indícios que apontam para uma composição conciliada entre as lideranças missioneiras e os luso-brasileiros que promoveram a campanha que resultou na dita anexação, presumi que a conquista havia se processado através de interações que se pautavam nos termos de uma cultura de contato estabelecida desde os tempos jesuíticos. Esta zona de inteligibilidade mútua, contudo, se extinguiria no decorrer das três primeiras décadas do século XIX a medida que ruía o frágil equilíbrio de poder entre guaranis missioneiros e as sociedades colonizadoras hispano-crioula e luso-brasileira que sustentava a cultura de contato ensejando uma nova reordenação social naquele espaço.

Embora o foco da pesquisa tivesse se alterado, ainda mantinha a ideia de realizar uma análise que se restringisse ao intervalo aproximado de 1795 a 1835. Para isso, necessitava partir da premissa de que concomitantemente ao processo de etnogênese do guarani missioneiro (no decorrer dos séculos XVII e XVIII) havia emergido uma cultura de contato na região platina. Guillermo Wilde, porém, não estabelece um diálogo mais aprofundado com Richard White a ponto de elucidar a emergência de uma cultura de contato no Prata e relacioná-la com a etnogênese do guarani missioneiro.

---

<sup>382</sup> Mais adiante discutirei com maior profundidade a elaboração teórica do *middle ground*.

Estas lacunas me impeliram a mais uma vez reavaliar a investigação em curso. Julgava insuficiente sustentar um argumento, que surgia como basilar para minha pesquisa (a estruturação de uma cultura de contato na região platina), a partir de uma premissa que, em meu entendimento, não estava adequadamente discutida no estudo de Wilde. Desse modo, percebi que precisava redimensionar a pesquisa para averiguar até que ponto se podia considerar que no Prata haviam se manifestado os fatores fundamentais que levaram Richard White a defender que na região dos Grandes Lagos norte-americanos se desenvolveu uma zona de inteligibilidade mútua que pautou a convivência entre determinados grupos indígenas e euro-americanos entre fins do século XVII e princípios do XIX.

Para desenvolver uma interlocução mais consistente com os argumentos de White, acabei estendendo significativamente o recorte temporal desta pesquisa. De uma investigação que se propunha a analisar as décadas finais da hegemonia de poder das monarquias ibéricas na região platina, ela se converteu num estudo que abarca considerável parte da era colonial, meados do século XVII até por volta de 1830, com ênfase na segunda metade do Setecentos e nos primeiros decênios do Oitocentos. Neste novo cenário, o intervalo que nas primeiras projeções abarcaria o cerne da análise da pesquisa, após esta última redefinição, acabou se estabelecendo como a porção final do estudo desenvolvido, mais precisamente, os últimos quatro capítulos.

Além disto, como consequência da nova dimensão assumida pela investigação, reformulei também a hipótese a ser avaliada. Ao expandir a abrangência temporal deste estudo, percebi que ele não podia se limitar a encontrar respostas para um fenômeno histórico específico (no caso, a tomada lusitana das sete reduções orientais), mas que deveria servir para analisar questões mais profundas que ajudassem a refinar o entendimento que se têm sobre o caráter do contato entre as sociedades nativas americanas e euro-americanas durante o período colonial. Nesse sentido, se antes a hipótese se delimitava na apreciação do referido evento histórico, com o redimensionamento da pesquisa, passei a considerá-la para um conjunto mais amplo de eventos e relações envolvendo indígenas e colonos euro-americanos na região platina.

Uma vez que seria inviável realizar uma intensiva exploração de documentos coevos para um período de cerca de dois séculos, procurei respaldo em trabalhos amparados em sólidas bases empíricas, com os quais, além de dialogar, pude explorar as

fontes transcritas e/ou os incidentes narrados e interpretados pelos autores.<sup>383</sup> Ademais, procurando demonstrar que as interações entre missionários e sociedades euro-americanas se orientavam por conteúdos culturais e condutas estabelecidas por uma cultura de contato, revisitei célebres episódios do processo histórico das missões platinas como a Guerra Guaranítica, a Expulsão dos Jesuítas da América hispânica e a própria Campanha de incorporação dos Sete Povos Orientais às possessões portuguesas.<sup>384</sup>

As interlocuções estabelecidas no desenvolvimento da pesquisa não se limitaram, no entanto, ao modelo conceitual de White, à análise de Wilde sobre o processo de etnogênese do guarani missionário e às pesquisas que enfocam as missões jesuítico-guaranis. A partir da influência do relevante trabalho de David J. Weber (2007), que se debruça em uma análise sistêmica do contato entre colonos e grupos indígenas (principalmente, aqueles grupos não submetidos) nos espaços limítrofes da América hispânica, procurei colocar o complexo reducional guaranítico em perspectiva continental. O estudo de Weber, além da refinada análise sobre as políticas ilustradas para a administração das missões, apresenta uma série de configurações históricas cabíveis de serem confrontadas com as circunstâncias constatadas no ambiente platino. Assim, regularmente busquei comparar os cenários averiguados nos povos de guaranis com outras experiências missionais americanas, em especial, as missões de Moxos e Chiquitos (na América do Sul) e as da Baixa e Alta Califórnia (na América do Norte).<sup>385</sup>

Ademais, em razão da relevância historiográfica e da elaboração de inúmeros quadros comparativos, estabeleci reiterado diálogo com autores como Robert H. Jackson e Elisa Garcia.<sup>386</sup> A volumosa produção de Jackson foi fundamental para as análises comparativas dos universos demográficos das distintas zonas missioneiras americanas. Por sua vez, a importante tese de Elisa Garcia, alicerçada em significativa

---

<sup>383</sup> Destacam-se: Juan C. Garavaglia (1987); Elisa F. Garcia (2007); Robert H. Jackson (2003, 2008); Ernesto Maeder e Alfredo Bolsi (1982); Ángel Núñez (2010); Guillermo Wilde (2009a); Guillermo Wilde e Ana Couchonnal (2014).

<sup>384</sup> Para o exame deste último evento utilizei os relatos de alguns dos próprios indivíduos envolvidos naquelas ações de 1801: Gabriel Ribeiro de Almeida (1979); Borges do Canto (1914) e Manoel dos Santos Pedroso (1914).

<sup>385</sup> As comparações com estas áreas missioneiras foram realizadas por meio da interlocução com os trabalhos de: Daniel J. Santamaría (1987), Robert H. Jackson (1994, 2001, 2003, 2012, 2015); e Robert H. Jackson e Edward D. Castillo (1997).

<sup>386</sup> Utilizo a versão disponível no banco de teses do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) que serviu de base para o livro intitulado *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa* publicado em 2009 pelo Arquivo Nacional.

base documental, enfoca seu exame sobre a agência dos povos indígenas da região platina (especialmente guaranis missioneiros) em suas interações com lusitanos e hispânicos nos espaços fronteiriços entre as jurisdições ibéricas no Prata de meados do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Do mesmo modo que o trabalho de Wilde, Garavaglia e outros autores, o estudo de Garcia apresenta inúmeros episódios e análises que me auxiliaram a problematizar a argumentação desenvolvida no que concerne ao caráter da relação colonial entre os guaranis missioneiros e as frentes coloniais ibéricas ao longo da segunda metade do Setecentos e princípio do Oitocentos na região platina.

Dentre as diversas decisões que tomei ao longo do sinuoso processo de reavaliações dos rumos da pesquisa, a mais relevante delas se refere à disposição de desenvolver no decorrer dela uma discussão sistemática com o modelo teórico do *middle ground*. Mas quais são conteúdos sociais, políticos, culturais, espaciais e econômicos que ensejam a manifestação deste processo de interação intercultural?

O conceito de *middle ground* percorre praticamente todo o livro de Richard White. Contudo, mesmo que White opere tal artefato conceitual durante toda sua narrativa, ele desenvolve seu conteúdo teórico em dois breves momentos: de maneira mais genérica, na introdução, e de modo aplicado ao seu sítio de análise, no início do segundo capítulo. Na introdução, White afirma que *The Middle Ground* trata de “uma busca por acomodação e significado comum. [Analisa] como os europeus e os índios se conheceram e se estranharam, como outro, como virtualmente não-humano. [...] como, [...] construíram um mundo comum e mutuamente compreensível [onde] misturas criaram novos sistemas de significado e de troca” (2011, p. XXV; XXVI). Mas o autor alerta que não se trata de acomodação no sentido de aculturação como um processo em que um grupo hegemônico impõe transformações a outro subjugado. O processo de mudanças culturais examinado por White ocorre no *middle ground*, que “é o lugar entre: entre culturas, povos, e entre impérios e o mundo sem Estado das aldeias” (2011, p. XXVI).

Neste espaço, os atores sociais (indivíduos e/ou grupos) em interação “ajustam suas diferenças através do que equivale a um processo de criatividade e, muitas vezes oportuno, de mal-entendidos”. Em meio as circunstâncias do prolongado contato colonial, sujeitos históricos com orientações valorativas distintas buscavam “[...] persuadir os outros que são diferentes apelando para o que eles percebiam serem os

valores e práticas daqueles outros”. Neste contexto, com muita frequência, eles “interpretaram mal e distorceram os valores e as práticas daqueles com quem lidavam, mas a partir desses mal-entendidos surgiram novos significados e através deles novas práticas - os significados compartilhados e práticas do middle ground”. O desencadeamento deste processo de acomodações se deve em razão de que “por longos períodos de tempo em grandes partes do mundo colonial [as sociedades euro-americanas] não podiam dominar aos índios nem ignorar eles” (WHITE, 2011, p. XXVI).

Outras definições mais abrangentes também são importantes para sustentar a elaboração teórica do *middle ground*. Richard White assume que está praticando a *New Indian History*, “porque coloca povos indígenas no centro da cena e procura compreender as razões de suas ações”. Ao mesmo tempo, porém, afirma que se trata, sobretudo, de “um estudo das relações índio-brancas, pois descobri que não havia distinções nítidas entre os mundos indígenas e branco. Diferentes povos [...] permaneceram identificáveis, mas se somaram um no outro”. Outro aspecto relevante é a inserção da obra numa escala história global, segundo o autor, seu trabalho se dedica a descrever “o imperialismo, e [...] aspectos de um sistema mundial. Mas [...] um imperialismo que enfraquece em sua periferia. [...]. É um sistema mundial em que agentes menores, aliados e até mesmo sujeitos na periferia frequentemente guiam o curso dos impérios” (WHITE, 2011, p. XXVII).

No que tange à sua análise em relação aos povos indígenas, White rejeita orientações essencialistas. Para ele, as sociedades nativas que analisa não possuem essência de indianidade; elas “[...] por muito tempo lutaram resolutamente contra a tendência europeia de criá-los como os outros. Afirmaram uma identidade separada, mas também reivindicaram uma humanidade comum em um mundo compartilhado” (WHITE, 2011, p. XXVII).

De forma concisa, White apresenta na introdução os elementos básicos que constituem o conceito de *middle ground*: acomodação de diferenças simbólicas, rejeição da conceito convencional de aculturação, processos de criativos mal-entendidos que geram novas convenções socioculturais, dependência mútua, frágil equilíbrio de forças entre os grupos sociais em interação, condição de fronteira (geográfica e cultural), focar as ações dos povos indígenas e entender suas lógicas específicas, análise das relações do contato colonial entre sociedades nativas e euro-americanas, preocupação em inserir a

análise no plano histórico do imperialismo colonial europeu e negação de essencialismos. Todos estes componentes são desenvolvidos no decorrer dos capítulos através das análises de quase dois séculos do contato entre sociedades indígenas, Impérios europeus e a República dos EUA.

Outro ponto da análise de White que merece destaque é o papel desempenhado pelas relações de caráter paternalista que pautava as interações entre as populações indígenas e os Impérios europeus. Este modelo de regulação do convívio entre grupos e da estruturação política das sociedades manifestava-se por meio de conteúdos culturais tanto nos esquemas indígenas quanto nas diretrizes europeias de Antigo Regime.<sup>387</sup> Embora se expressassem de modos específicos, tanto as orientações indígenas quanto europeias eram compatíveis e acabaram por estabelecerem um campo de conciliação de expectativas e de significações comuns que contribuiu de forma fundamental para que o espaço da cultura de contato se concretizasse.

No início do segundo capítulo, com base no cenário concreto do *pays d'en haut*, White refina sua elaboração teórica. Em sua avaliação, as condições de existência naquele espaço impeliavam populações algonquinas e franceses a “[...] se apoiarem mutuamente para conseguir fins bastante específicos”. Isto ocorria de tal modo que “eles tiveram que chegar a concepções comuns de formas de agir adequadas, [...] o que eu tenho [...] referido como um *middle ground*”. Conforme coloca o autor, ao considerarem imprevisível o universo *selvagem* dos indígenas, os franceses buscavam racionalizá-lo e ordená-lo, enquanto que, por outro lado, os algonquinos almejavam mudar e/ou reajustar os arranjos estabelecidos pelo regime colonial recorrendo a favores de ordem pessoal ou isenções coletivas. Nesse sentido, “[...] o *middle ground* envolveu um processo de invenção mútua [em que] tentando manter a ordem convencional do seu mundo, cada grupo aplicou regras que mudaram gradualmente para atender às exigências de situações particulares [resultando num] novo conjunto de convenções comuns, [que] serviram de base para mais lutas para ordenar ou influenciar o mundo da ação” (WHITE, 2011, p. 50; 51; 52).

Porém, nem toda a situação de contato colonial em que se processam compromissos e acomodações entre nativos e colonos pode ser considerada como um *middle ground*. White argumenta que “o *middle ground* dependia da incapacidade de

---

<sup>387</sup> Destaca-se: Bartolomé Clavero (1990); António Manuel Hespanha (1984, 1994, 2011); José Subtil (1998; Ângela B. Xavier e António Manuel Hespanha (1998).



ambos os lados de atingir seus fins através da força. O middle ground cresceu de acordo com a necessidade dos povos encontrarem meios, para além da força, para obter a cooperação ou consentimento dos estrangeiros” (2011, p. 52). O contexto histórico analisado por White atendia a esta condição pois a região dos Grandes Lagos se configurava num território cobiçado por dois impérios coloniais (o francês e o britânico) que não possuíam força suficiente para controlar a região sem a lealdade das sociedades indígenas que ali habitavam, as quais por sua vez também não tinham como simplesmente repelir e/ou interromper o avanço das sociedades euro-americanas. Neste contexto, franceses e algonquinos erigiram um universo de convivência compartilhada, onde

[...] aqueles que operavam no middle ground tinham necessidade de tentar compreender o mundo e o raciocínio dos outros e assimilar o suficiente desse raciocínio para colocá-lo em seus próprios propósitos. [...]. Talvez o *aspecto central e definidor do middle ground* fosse a vontade de quem o criou para justificar suas próprias ações em termos do que eles perceberam ser as premissas culturais de seu parceiro. [...], agiram por interesses derivados de sua própria cultura, mas eles tinham que convencer pessoas de outra cultura que alguma ação mútua era justa e legítima. Na tentativa de tal persuasão as pessoas naturalmente buscaram congruências, percebidas ou reais, entre as duas culturas. As congruências chegadas frequentemente pareciam – e, na verdade, eram – resultados de *mal-entendidos* ou acidentes. [...]. A fim de promover os seus interesses, cada parte teve de atingir a legitimidade cultural no outro (2011, p. 52; 55) [*grifos meus*].

A necessidade inevitável de comunicação nos termos de outrem gerou um processo de oportunos e criativos mal-entendidos mútuos que produziam novos conteúdos culturais híbridos. Ao se tornarem convenções entre as distintas partes envolvidas, eles se transformavam num novo referencial que orientou as ações dos sujeitos históricos. Assim, à medida que os colonos, autoridades e comerciantes franceses se embrenharam no *pays d'en haut*, levaram consigo as práticas do *middle ground* como, por exemplo, os chefes da aliança, a cerimônia calumet, *trocas de presentes, missionários católicos*.

A ausência de uma força hegemônica entre os entes sociopolíticos em interação, talvez, seja a principal condição para impelir tais grupos a buscarem afinar códigos consensuais que ensejassem uma coexistência minimamente estável. Em texto recente,

publicado como prefácio a edição de vigésimo aniversário de *The middle ground*, ao avaliar a repercussão de seu livro, White afirma:

eu penso que fui bastante específico sobre os elementos que eram necessários para a construção de tal espaço: um confronto entre imperialismo ou regimes de Estados e formas não-estatais de organização social, *um frágil equilíbrio de poder*, uma necessidade mútua ou um desejo pelo que o outro possui, e *uma incapacidade de um lado reunir força o suficiente a compelir o outro a fazer o que desejava*. Força e violência não são estranhas ao processo de criação e manutenção de um *middle ground*, [...] (2011, p. XII).

É importante destacar que White distingue o *middle ground* em duas dimensões: a primeira é este enquanto processo e a segunda como um espaço histórico onde tal processo se converte no campo em que se desenrolam as situações de contato entre pessoas de distintas orientações valorativas. O autor pondera que nem toda a vez que o processo se manifesta emerge um espaço coerente equivalente ao *pays d'en haut*. Do mesmo modo, ocorrências efêmeras de processos de oportunos e criativos mal-entendidos acabam por não produzir experiências duradouras de *middle ground*. Segundo White,

o *middle ground* como um processo é bastante comum, já a construção de um espaço histórico em que o processo torna-se a base das relações entre distintas pessoas é probabilisticamente menos comum. Esta construção do espaço ocorre em outros lugares da América do Norte, [...], mas não ocorre em todo o lugar. Houve instâncias onde o processo pode ser evidente, mas o espaço pode não emergir. O espaço depende da criação de uma infraestrutura que possa suportar e expandir o processo, e esta infraestrutura era, eu argumentei, possível somente quando havia um frágil equilíbrio de poder e uma mútua necessidade entre as partes envolvidas (2006, p. 10).

Outro ponto que merece atenção, pois pode gerar certa inconsistência conceitual, é a aparente similaridade entre as definições de fronteira e *middle ground*. Como o próprio autor colocou, o *middle ground* não ocorre em qualquer lugar. Mas, como notou Philip Deloria (2006), ele depende de uma condição fronteira para desenvolver-se, entretanto, nem toda fronteira transforma-se num *middle ground*. Em outras palavras, todo o *middle ground* é uma fronteira, mas nem toda a fronteira é um *middle ground*.

Por fim, quero destacar que o *middle ground* enquanto ferramenta teórica tem ensejado sofisticadas análises em diversas regiões do planeta para além da América do

Norte. No prefácio da edição de vigésimo aniversário de publicação de seu livro, White aponta algumas pesquisas que operaram com o conceito do *middle ground* em distintas partes do mundo em diversos períodos históricos. White afirma que se considera tão satisfeito quando outros estudiosos fazem seu próprio uso original do mesmo, destacando aspectos que ele reconheceu mas não se aprofundou, quanto quando não conseguem encontrar um *middle ground*, pois chegar a uma conclusão negativa também envolve um esforço para levar o conceito a sério (WHITE, 2011, p. XIV).

Entre aqueles que afirmam ter percebido o surgimento de um *middle ground* estão Claudia García (2007), Jonathan N. Lipman (2011) e James C. Scott (2009). Garcia empregou o conceito para analisar os índios miskitos do Caribe no fim do século XVII. Lipman, examinando as experiências históricas dos muçulmanos no noroeste da China, percebe a emergência de um espaço em que povos ajustam diferenças formulando convenções interculturais sem necessariamente percorrer a exata sequência das etapas ou depender de instituições similares daquelas verificadas no *pays d'en haut*.

Scott (2009) foca seu estudo em Zomia, uma zona que inclui áreas nas terras altas de diversos países no Sudeste Asiático. Zomia se caracteriza como uma *zona de insubordinação*, onde fragmentos de grupos maiores buscam refúgio e oportunidades além do alcance dos Estados ou conquistadores. Tais áreas serviram como abrigo ao longo de séculos por povos em fuga de projetos de estados em formação e acabaram por formar uma *vasta periferia resistente ao Estado*. De modo semelhante ao *pays d'en haut*, as identidades, em Zomia, são frequentemente plurais e os grupos locais são muitas vezes autônomos e facilmente fragmentados. Scott “sublinha um aspecto particular do *pays d'en haut* que, embora ele me tenha creditado usando um ‘efeito brilhante’, ele utiliza muito mais efetivamente. Ele pegou meu frequente empirismo ingênuo e o transforma em uma análise comparativa muito mais formidável com uma visão teórica mais completa” (WHITE, 2011, p. XIV).

Henry Reynolds (2006) e Pekka Hämäläinen (2008) são dois exemplos de autores que empregaram o conceito, mas concluíram que nas regiões analisadas não emergiu um *middle ground*. Reynolds afirma categoricamente que na Austrália não se manifestou um *middle ground*. Por sua vez, embora não perceba a emergência de um *middle ground* nas áreas ocupadas pelo Império Comanche, Hämäläinen se beneficia do conceito para refinar seu exame sobre a formação social na Comancheria.

A amplitude dos estudos que utilizam o *middle ground* como referencial teórico demonstram o vigor analítico deste conceito. Com efeito, vale enfatizar que o próprio White reconhece que pensou “[...] o middle ground como um processo que estava presente em outros lugares e outros tempos [e que] as formas pelas quais os processos do middle-ground produzem espaços equivalentes ao *pays d'en haut* não têm que seguir o modelo exato [descrito] em *The Middle Ground*, [pois] os melhores conceitos históricos são aqueles que são bons para pensar com, [...]”(2011, p. XIII; XIV) [grifos do autor].

Nesse sentido, inspirado pela instigante ferramenta teórica elaborada por White, me dediquei a pensar o processo histórico das missões jesuítico-guaranis empregando o conteúdo conceitual do *middle ground*, com destaque para alguns aspectos condicionantes e constituidores deste, como: a necessidade da existência de um frágil equilíbrio de forças entre as sociedades que interagem no Prata; a inserção da análise na dinâmica histórica dos projetos coloniais dos Impérios ibéricos na América; a avaliação do caráter do contato colonial através de uma perspectiva relacional, e; a rejeição de modelos essencialistas para a análise dos povos indígenas.

Estes elementos se expressam em diversos conteúdos culturais e condutas sociais. Por exemplo, em relação à dinâmica imperial, como bem argumenta María Inés Moraes, o processo de colonização euro-americana no Prata foi levada a cabo durante o século XVII a partir de três eixos: um jesuíta-guarani, a partir do noroeste; um castelhano, a partir do sudoeste, e um português, vindo do leste. Assim, em fins do Seiscentos, em seu conjunto, a região platina tinha definida ao oeste uma *fronteira castelhana*, marcada pelas cidades de Buenos Aires, Santa Fé (1573) e Corrientes (1588); uma *fronteira jesuíta-guaraní*, definida pelos povos missionários a um e outro lado da ampla curva do rio Uruguai, e uma *fronteira portuguesa* ao Sul, definida pela praça militar da Colônia do Sacramento (1680), frente a Buenos Aires na margem norte do Rio da Prata. Nas palavras da autora, todo o processo histórico da região platina no período colonial “está atravessada pela interação destas três *fronteiras*, cada uma respaldada por uma sociedade de caracteres específicos. A formação destes três eixos colonizadores implicou a formação de uma extensa zona de contato com os povos locais” (MORAES, 2008, p. 29 [grifos do autora]).<sup>388</sup>

---

<sup>388</sup> Analisando a formação do Continente de São Pedro no século XVIII, Eduardo Neumann (2004) elabora uma interpretação bastante semelhante a esta.

Além disso, creio que a *política de presentes*, que mobilizava um circuito de reciprocidade através da distribuição de dádivas entre sujeitos e grupos sociais, se constituiu como um importante fator de estabelecimento de uma cultura de contato no Prata. O costume de entabular alianças políticas por meio de troca de presentes era tão difundido entre os povos nativos americanos quanto entre as sociedades católicas do Antigo Regime europeu com as dinâmicas de dom e contra-dom. Do mesmo modo, o zelo pelas distinções e hierarquias sociais também compunha os horizontes simbólicos destas respectivas matrizes culturais, estimulando a promoção de sistemas sociais em que se reiteravam critérios e dispositivos de diferenciação entre a elite e população em geral. Em termos gerais, se entre os indígenas as hierarquias eram estabelecidas entre as famílias dos chefes indígenas e os índios comuns, as populações europeias se distinguiam entre nobres e povo. Obviamente que em ambos os cenários a condição de elite acompanhava um rol de prerrogativas e privilégios. Sendo assim, uma vez que possibilitaram canais de diálogo entre universos culturais diferentes, conteúdos culturais potencialmente compatíveis como os referidos acima, se converteram em relevantes pontos de congruências culturais para compor uma zona de significado comum entre as sociedades ibéricas católicas e os grupos indígenas reduzidos na região platina.

No que concerne à negação de modelos essencialistas para o estudo das sociedades indígenas, como já argumentei, a pesquisa não se restringiu apenas ao arcabouço teórico do *middle ground*, ela dialoga também com as concepções de etnogênese, buscando articular tais esquemas analíticos com o cenário histórico averiguado. Como bem notou Guillaume Boccara (2005), processos de mestiçagem e *etnogênese* podem provocar a emergência de um *middle ground* em determinados espaços. Neste sentido, o principal argumento elaborado no decorrer deste estudo é que, ao promover a estruturação do complexo reducional guaraníco como uma comunidade sociopolítica capaz de influenciar no equilíbrio de forças no Prata, o processo de etnogênese do guarani missioneiro viabilizou a emergência de uma cultura de contato, a qual pautou as interações entre as sociedades indígenas e euro-americanas de meados do século XVII até as primeiras décadas do XIX, quando ruiu o equilíbrio de forças existente entre o complexo missioneiro e as frentes coloniais ibéricas que mantinha a cultura de contato dando início a um contexto de profunda reordenação social, política, econômica e cultural da região missioneira no Prata.

### **Considerações finais**

Em geral, quando os pesquisadores concluem suas pesquisas e passam a divulgá-las, a tendência é apresentar todo o processo de produção (seleção, ordenamento, racionalização, conceituação e escrita) de modo tão organizado que acaba passando-se a falsa impressão de que toda esta trajetória foi percorrida de forma linear, unidirecional e que sempre soube-se o ponto de partida tal como o de chegada. Isto ocorre porque, na maioria das vezes, oculta-se que, da mesma maneira que se processaram avanços, ocorreram também estagnações e retrocessos ao longo de um percurso sinuoso e turvo do qual não se tinha certeza sobre aquilo que se encontraria no destino final. Neste sentido, ao apresentar a trilha que percorri no decorrer da minha investigação doutoral, procurei evidenciar que oscilações e correções de rumo são ações comuns no processo de produção científica.

No que se refere especificamente ao estudo que desenvolvi, as redefinições que efetuei estiveram ligadas, sobretudo, ao meu interesse em analisar os desdobramentos sociais da incorporação da região dos Sete Povos da Missões às possessões portuguesas na região platina. A partir disso, passei a seguir trilhas apontadas de acordo com informações extraídas através do tratamento serial aplicado ao conjunto documental explorado. Por meio da análise demográfica em escala reduzida consegui identificar os grupos sociais predominantes no sítio da pesquisa, o comportamento dos arranjos demográficos em perspectiva diacrônica, fenômenos como, por exemplo, a perda de prestígio dos caciques missioneiros, etc.

Todo esse exercício me levou a redefinir o objeto de pesquisa e impeliu a buscar interlocuções com pesquisas acerca da história dos povos indígenas americanos no período colonial. Neste contexto, o diálogo com as formulações conceituais do *middle ground* de Richard White e da etnogênese misisonal de Guillermo Wilde fez com que eu expandisse consideravelmente a abrangência espacial e temporal da investigação, pois elas me ajudaram a compreender que, através dos dados da Redução de São Francisco de Borja, eu poderia realizar um esforço analítico a respeito de um processo histórico mais amplo: as interações entre as sociedades indígenas americanas e euro-americanas no decorrer da era colonial.

## Referências

ADAMS, Richard E. W.; MACLEOD, Murdo J. (EDS.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: Mesoamerica* Vols. I e II. Cambridge New York: Cambridge University Press, 2000.

ALMEIDA, Gabriel Ribeiro. Memória sobre a tomada dos Sete Povos das Missões da América espanhola. In: SILVEIRA, José Hemetério Velloso Da (Ed.). *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre (RS): Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p. 67–80.

AVILA, Arthur Lima De. *Território contestado: a reescrita da história do oeste norte-americano : c.1985-c.1995*. 2010. UFRGS, Porto Alegre (RS), 2010.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje y etnogénesis en las Américas. In: MANDRINI, Raul; PAZ, Carlos (Eds.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX: un estudio comparativo*. Tandil: IEHS, 2003.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, [s. l.], 2005. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/426>>

CANTO, José Borges. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões orientais do rio Uruguai. *Revista do IHGB*, [s. l.], v. 130 t. 77, parte II, p. 53–62, 1914.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector. A história social. In: CARDOSO, Cardoso, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Brignoli, Hector (Eds.). *Os métodos da História*. 3a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília (DF): Editora da UnB, 1983.

CARVALHO JR., Francismar Alex Lopes De. *Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do rio Paraguai (c. 1650-1800)*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 1–20, 2006.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca. 1820-1838*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

CHIARAMONTE, José C. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina, (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: Antropologia catolica de la economia moderna*. Milano: Giuffré, 1990.

DACANAL, José H. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre (RS): Mercado Aberto, 1997.

DELORIA, Philip. What Is the Middle Ground, Anyway? *The William and Mary Quarterly*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 15–22, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Eds.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1997. p. 350–375.

FONTELLA, Leandro Goya. *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730 – c.1830)*. 2017. Tese de doutorado - PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), 2017.

FREGA, Ana (ED.). *Historia regional e independencia del Uruguay: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaraníizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional alto-peruana-rioplatense. In: ASSODARIAN, C. S. et al. (Eds.). *Modos de Producción em America Latina*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1978.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las misiones jesuíticas: Utopía y realidad. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Ed.). *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987. p. 120–191.

GARCÍA, Claudia. Ambivalencia de las representaciones coloniales: líderes indios y zambos de la Costa de Mosquitos a fines del Siglo XVIII. *Revista de Indias*, [s. l.], v. 67, n. 241, p. 673–694, 2007.

GARCIA, Elisa F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. 2007. PPGH/UFF, Rio de Janeiro, 2007.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho De (Eds.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

HÄMÄLÄINEN, Pekka. *The Comanche Empire*. New Haven CT: Yale University Press, 2008.

HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. A monarquia: a legislação e os agentes. In: MONTEIRO, Nuno (Ed.). *História da Vida Privada em Portugal: Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. v. IIp. 12–31.

HILL, Jonathan D. (ED.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa: University of Iowa Press, 1996.

JACKSON, Robert H. *Indian population decline: the missions of northwestern New Spain, 1687-1840*. Albuquerque (NM): University of New Mexico Press, 1994.

JACKSON, Robert H. Una frustrada evangelización: las limitaciones del cambio social, cultural y religioso en los “pueblos errantes” de las misiones del desierto central del Baja California y la región de la costa del Golfo de Texas. *Fronteras de la Historia*, [s. l.], v. 6, p. 7–40, 2001.

JACKSON, Robert H. Missões nas fronteiras da América espanhola: análise comparativa. *Estudos Ibero-Americanos*, [s. l.], v. XXIX, n. 2, p. 51–78, 2003.

JACKSON, Robert H. The Post-Jesuit Expulsion Population of the Paraguay Missions, 1768-1803. *Revista de História Regional*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 134–169, 2008.



JACKSON, Robert H. The Chichimeca Frontier and the Evangelization of the Sierra Gorda, 1550-1770. *Estudios de Historia Novohispana*, [s. l.], v. 47, p. 45–91, 2012.

JACKSON, Robert H. *Demographic change and ethnic survival among the sedentary populations on the Jesuit mission frontiers of Spanish South America, 1609-1803: the formation and persistence of mission communities in a comparative context*. Leiden / Boston: Brill, 2015.

JACKSON, Robert H.; CASTILLO, Edward D. *Indians, Franciscans, and Spanish Colonization: The Impact of the Mission System On California Indians*. Albuquerque (NM): University of New Mexico Press, 1997.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1979.

LIPMAN, Jonathan N. *Familiar strangers: a history of Muslims in Northwest China*. Washington: University Washington Press, 2011.

MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay: Conflicto y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madri: MAPFRE, 1992.

MAEDER, Ernesto; BOLSI, Alfredo. La población de la provincia de Misiones en la época post-jesuítica. *Folia Histórica del Nordeste*, [s. l.], v. 5, p. 60–106, 1982.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. UNICAMP, Campinas (SP), 2001.

MORAES, María Inés. *La Pradera Perdida: Historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo plazo 1760-1970*. Montevideo: Linardi y Risoo, 2008.

NEUMANN, Eduardo S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; GUAZELLI, C. A. B; NEUMANN, E. S. (Ed.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p. 25–46.

NÚÑEZ, Ángel. Extrañamiento y transtierro de los misioneros argentinos en 1817. In: NÚÑEZ, Ángel; PADOIN, Maria M.; OLIVEIRA, Tito C. M. De (Eds.). *Dilemas e Diálogos Platinos: Relações e Práticas Socioculturais*. Dourados (MS): Editora da UFGD, 2010. p. 289–316.

PEDROSO, Manoel dos Santos. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos Sete Povos Guaranis da Missões Orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada. *Revista do IHGB*, [s. l.], v. 130 t. 77, parte II, p. 63–67, 1914.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Ed.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 1998. p. 15–38.

REYNOLDS, Henry. *The Other Side of the Frontier: Aboriginal Resistance to the European Invasion of Australia*. Sydney: University of New South Wales Press, 2006.

SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (EDS.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: South America Vols. I e II*. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1999. a.

SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. New peoples and new kinds of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in south american indigenous societies (Colonial Era). In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Eds.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1999. b. v. III parte 2.

SANTAMARÍA, Daniel J. La economía de las misiones de Moxos y Chiquitos (1675 - 1810). *Ibero-Amerikanisches archiv*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 255–195, 1987.

SCOTT, James C. *The art of not being governed*. An anarchist History of upland Southeast Asia. New Haven CT: Yale University Press, 2009.

SIDER, Gerald. Identity as history ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States. *Identities Global Studies in Culture and Power*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 109–122, 1994.

SUBTIL, José. Os poderes do centro governo e administração. In: MATTOSO, José (Ed.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. Quarto Volume-O Antigo Regime (1620-1807)p. 141–170.

TRIGGER, Bruce G.; WASHBURN, Wilcomb E. (EDS.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: North America Vols. I e II*. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1996.

WEBER, David J. Bárbaros: *Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*. Barcelona: Editorial Crítica, 2007.

WHITE, Richard. *Creative Misunderstandings and New Understanding*. The William and Mary Quarterly, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 9–14, 2006.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650–1815*. Cambridge: CAMBRIDGE - PRINT ON, 2011.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009 a.

WILDE, Guillermo. Territorio y Etnogénesis Missional en el Paraguay del Siglo XVIII. *Fronteiras*, [s. l.], v. 11, n. 19, p. 83–116, 2009. b.

WILDE, Guillermo; COUCHONNAL, Ana. De la política de la lengua a la lengua de la política. Cartas guaraníes en la transición de la colonia a la era independiente. *Corpus: Archivos virtuales de la alteridad americana*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1–27, 2014.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (Ed.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. Quarto Volume-O Antigo Regime (1620-1807).

# Parte VI:

# Gênero e Crime

## **Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã": crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949)**

Camilla Caetano La Pasta\*

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo colocar o leitor em contato com o caso de Patrícia Margarida Hirschmann, brasileira presa na Itália durante a II Guerra Mundial, acusada de participar de um programa de rádio que tinha como objetivo desmoralizar os soldados brasileiros ligados à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e convencê-los à deserção. Margarida é capturada, julgada pela Justiça Militar, condenada e presa por traição à Pátria e aliciamento de militares, sendo enviada, assim, para a Penitenciária de Mulheres da Capital Federal, um dos primeiros presídios exclusivamente femininos do Brasil. É indispensável o uso de fontes impressas posto que seu caso gerou verdadeiro fascínio por parte dos jornalistas, que atribuíram à ré apelidos como "sereia do Reno", "linda traidora", "Mata Hari brasileira" e mais comumente o título deste trabalho: a "bela espiã". O objetivo do estudo é remontar sua trajetória, acentuando as tonalidades de gênero pertinentes ao caso e, principalmente, sua inserção no contexto de surgimento da política de encarceramento de mulheres.

O período de 1937 a 1946 no Brasil é entendido como Estado Novo, regime liderado por Getúlio Vargas e marcado por profundas mudanças nos planos político, econômico, social e cultural. Era um governo centralizador, de estrutura político-administrativa hierarquizada cujas instituições deveriam ser adequadas à realidade brasileira e oportunas às características nacionais.

No plano internacional, desde 1939 a Europa era palco de uma guerra mundial. O conflito, que durou até 1945 com a vitória formal dos Aliados, contou com a participação brasileira no ano de seu desfecho. Getúlio Vargas, que durante toda a guerra teria assumido postura de neutralidade pragmática em função de estreitas

---

\* Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

relações diplomáticas de cunho econômico e comercial com potências de ambos os lados do confronto, progressivamente abandona esta postura quando, em 1942, entra em acordo com o governo norte-americano. O acordo tinha como diretrizes a concessão de território para bases aéreas na ilha de Fernando de Noronha e ao longo da costa norte e nordeste brasileira, para o recebimento de bases militares norte-americanas.

Essa tomada de posicionamento é consolidada quando o Brasil de Vargas se torna, em 1945, o único país da América Latina a declarar guerra formalmente contra o Eixo e enviar expedições para a Europa como sinal de apoio às potências aliadas. A expedição ficou conhecida como FEB (Força Expedicionária Brasileira) e contava com mais de 25 mil homens e mulheres. O brasão da FEB era o de uma cobra com um cachimbo na boca, sendo o lema da campanha “a cobra está fumando”, em alusão ao que se afirmava à época de sua formação; algo como “mais fácil uma cobra fumar cachimbo do que o Brasil participar da guerra na Europa” (MELO, 2015, p. 82).

Os pracinhas, como ficaram conhecidos os soldados ligados à FEB, ao serem enviados para a Europa, ficaram alocados majoritariamente na Itália, como uma das vinte divisões aliadas presentes na frente italiana naquele momento. A frente era composta por grupos norte-americanos; italianos antifascistas dissidentes; exilados europeus, entre eles poloneses, tchecos e gregos; tropas coloniais britânicas, como canadenses, neozelandeses, australianos, sul-africanos, indianos, quenianos, etc., e francesas, a exemplo dos soldados marroquinos, argelinos e senegaleses. Afirma-se que era, portanto, um encontro intenso de culturas, línguas e influências diversas.

É nesse contexto de convivência constante de pessoas de diferentes nacionalidades que vemos surgir inúmeras táticas de propaganda a fim de se comunicar com soldados estrangeiros residentes na Europa. Essas táticas de propaganda podiam ter muitos objetivos. Como veremos aqui, um desses objetivos podia ser, inclusive, o de incentivo à deserção ao conflito mundial. Em notícia recente do Globo<sup>389</sup>, o tenente D'Álvaro José de Oliveira, que integrou a FEB e foi enviado à Itália em 1945, comenta a ofensiva do Serviço de Propaganda alemão para com os pracinhas. Segundo ele, o Serviço produzia cartazes em português anunciando "o inferno de sangue" italiano, davam notícias falsas sobre o que acontecia no Brasil à época da expedição,

---

<sup>389</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/panfletos-alemaes-escritos-em-portugues-exigiam-rendicao-brasileira-na-segunda-guerra-14505168> acesso em 31/07/2017

debochavam do pagamento dos pracinhas, alertavam contra o inverno hostil europeu e apelavam para a saudade dos trópicos. A propaganda, seja por imagem ou por áudio, além de exaltar países inimigos durante o conflito, portanto, rompia a barreira da língua apelando para uma espécie de terror psicológico, aproveitando-se da inegável fragilidade dos combatentes dadas as suas condições.

Além de panfletos, têm-se notícias do surgimento de inúmeras rádios de tonalidades políticas diversas em território europeu que transmitiam programas na língua dos soldados residentes na Europa à época. Uma dessas rádios era a Rádio de Stuttgart, estabelecida em Estugarda, Alemanha, mas com uma estação em Fino Monaco, uma pequena aldeia nas proximidades da cidade de Como, na fronteira entre Itália e Suíça. Era parte da programação diária da rádio um programa de nome *Auri-verde*, de duração de aproximadamente uma hora cujo conteúdo era transmitido inteiramente em português, destinado aos pracinhas brasileiros da FEB em missão na Europa.

E aqui alcançamos a personagem fundamental do presente texto. Uma das locutoras responsáveis pelas transmissões em português em solo italiano, destinada principalmente aos pracinhas brasileiros que serviam na Itália, era Patrícia Margarida Hirschmann. A jovem, nascida em São Paulo em 1920, vai para a Alemanha acompanhada dos pais no ano de 1938, com apenas dezoito anos, sob a justificativa de que o pai estava gravemente doente e precisava de tratamento na Europa. Sua nacionalidade, sua classe social, seu gênero, sua formação, sua aparência e contexto de guerra facilitam sua inserção numa rádio alemã com sede na Itália, em que assume a função de comunicar-se, em português, com os pracinhas brasileiros durante o conflito. Suspeita-se que as irradiações com as quais Margarida estava envolvida davam notícias falsas a respeito da guerra na Europa e a vida no Brasil, ofendia os pracinhas brasileiros, tentava amedrontá-los e convencê-los à deserção ao mesmo tempo em que exaltava a Alemanha e os demais países do Eixo. Conforte o desenlace do conflito, a jovem é capturada em solo italiano por soldados da FEB e trazida ao Brasil em 4 de junho de 1945 como espiã, traidora da Pátria e aliciadora de militares.

Após ser capturada, Hirschmann é levada para a Penitenciária de Mulheres, prédio anexo à Penitenciária Central do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, para esperar julgamento. O julgamento em primeira instância ocorre mais de um ano depois da data

de sua captura, em julho de 1946. É interessante notar que, no curto período de um ano de espera, muita coisa aconteceu no Brasil. O Estado Novo teve fim e o clima era de tentativa de lograr um regime democrático, começando pelos debates em torno da Assembleia Nacional Constituinte, reunida desde fevereiro daquele ano no Rio de Janeiro. Segundo Renato Lemos (LEMOS, 2007), este foi um momento de importantes mudanças e continuidades político-institucionais; estiveram em conflito perspectivas associadas ao liberalismo crescente após a vitória dos Aliados no conflito da Segunda Guerra e os setores mais conservadores e autoritários que tiveram lugar na ditadura varguista, alcançando, por vezes, soluções híbridas.

Um bom exemplo de solução híbrida estabelecida no contexto da Constituinte diz respeito ao *modus operandi* da Justiça Militar. Ficou decidido, à época, que esta serviria para processar e julgar militares e seus semelhantes em crimes militares, sendo estendida para o processo e julgamento de civis quando se tratasse de questões de segurança externa do país ou contra instituições militares. Setores mais conservadores marcaram presença no debate, sugerindo que o foro militar fosse estendido a civis por razões de Estado, em casos de ameaça à “segurança interna” ou crimes contra a “segurança nacional”, como atentados à Constituição e movimentações de cunho separatista ou revolucionário, por exemplo. Naquele momento, a proposta não saiu vitoriosa. No entanto, o Ato Institucional nº 2, concretizado pela Ditadura Militar de 1964 se apropriaria novamente da discussão para estender os limites do braço repressivo do Estado.

Margarida Hirschmann, ao ser trazida para julgamento no Brasil, é acusada de crimes contra a instituição militar. Ao supostamente ofender os soldados da FEB e exaltar o inimigo militar do Brasil, é considerada criminosa contra a Pátria e, seus crimes, de ameaça à segurança externa. Ela é julgada, portanto, pela Justiça Militar, e responde ao Código Penal Militar brasileiro, ainda que se tratasse de uma cidadã civil.

O julgamento em primeira instância ocorre em julho de 1946 e fica a cargo da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar. Acusam-na de cometer os crimes previstos nos artigos 265 e 269 do Código Penal Militar: segundo documentação recebida do Arquivo do Supremo Tribunal Militar<sup>390</sup>, o primeiro faz referência à atitude de “tomar o

---

<sup>390</sup> Arquivo do Supremo Tribunal Militar, apelação n. 14882.

nacional armas contra o Brasil ou Estado aliado, ou prestar serviços nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil”. O artigo 269, por sua vez, caracteriza como crime o ato de “aliciar militar a passar-se para o inimigo ou prestar-lhe auxílio para este fim”.

Em um primeiro momento, a defesa de Hirschmann, pela qual ficou responsável o advogado Evandro Lins e Silva, optou por afirmar a inocência de Hirschmann sob justificativa de que foi “vítima de coação brutal do Exército Alemão, como da Gestapo, coação a que não escaparia nenhum outro brasileiro que se encontrasse nas mesmas condições”<sup>391</sup>.

Diante de tais argumentos, o juiz-auditor do caso, Ranulfo Bocaiúva Cunha decide pela absolvição da acusada, tendo sido convencido, segundo ele, de que agira em “legítimo estado de necessidade e por coação irresistível”<sup>392</sup>. O promotor encarregado à época enfatiza a necessidade de apelar da sentença para o Conselho Supremo; isto é, o Supremo Tribunal Militar.

Mais tarde naquele ano, o caso Hirschmann é submetido a um julgamento diante do Supremo Tribunal Militar. O procurador-geral da Justiça Militar Dr. Valdomiro Gomes Ferreira pede ao STM pela pena de morte como punição à Margarida. A pena de morte por fuzilamento era a pena máxima prevista pelo Código Penal Militar para os crimes que cometera. À época, o presidente do STM, autoridade-máxima da corte que julgaria o caso era o general Francisco José da Silva Júnior.

O procurador-geral não têm êxito em seu pedido pela pena de morte, mas em 3 de dezembro de 1946 a 3ª Auditoria de Guerra solicitou à Polícia Civil brasileira a captura dos “traidores nazistas” Margarida Hirschmann e Emílio Baldino, condenados a 20 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Militar<sup>393</sup> por quatro votos a três<sup>394</sup>. O *Tribuna Popular* considera a condenação dos “traidores” como prova de que o Exército brasileiro é, em sua maioria, democrático e composto de patriotas; os que não o são, são caracterizados pelo jornal como “instrumentos de manejo do grupo fascista ainda enquistado no poder a fim de incompatibilizar o nosso glorioso Exército com os trabalhadores”. Afirma também que a decisão da 3ª Auditoria de Guerra foi

---

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> “Mais uma vitória da democracia: a condenação dos traidores nazistas”, *Tribuna Popular*, 5 de dezembro de 1946, p. 3.

<sup>394</sup> “A linda espiã foi condenada”, *A Noite*, 17 de janeiro de 1948, p. 2.



"eminente justa e patriótica", representando "mais uma vitória da democracia em nossa Pátria e mais uma derrota dos fascistas desesperados que não querem se convencer de que a História anda sempre pra frente"<sup>395</sup>.

Margarida foi encaminhada novamente para a Penitenciária de Mulheres. Antônio Baldino, por sua vez, fugiu após o julgamento em última instância e seu paradeiro tornou-se permanentemente desconhecido.

Ao recorrer à decisão judicial que a condenou, após três anos de cumprimento da pena, em 1949, Margarida Hirschmann é colocada em liberdade. Suspeita-se que o fim da guerra, um abaixo assinado com mais de cem assinaturas de parlamentares à época pedindo por sua libertação e a simpatia que conquistou por parte da opinião pública a partir da personagem da "bela espiã", como veremos adiante, tiveram papel relevante no desenlace do caso<sup>396</sup>. Hirschmann é acompanhada de perto, a todo momento, pelos grandes jornais em circulação no Brasil. Alguns destes jornais comemoram o resultado final; outros, em grande parte vinculados à classe trabalhadora, ficam indignados e acusam a Justiça de predileção e elitismo. Pretende-se contar, aqui, um pouco do caso Hirschmann, pois trata-se de um dos julgamentos mais comentados de meados do século XX, sem que haja trabalhos acadêmicos sobre o tema. A história analisada neste trabalho abre muitas portas que ajudam a entender melhor o período, e faz surgir diversos caminhos de análise possíveis.

### **A penitenciária de mulheres da Capital Federal**

"Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes", é o que diz o título da primeira matéria veiculada por jornais brasileiros a respeito do início do processo de

---

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> O apanhado de fontes nos mostra que não só a "bela espiã" como "Sereia do Reno" são termos frequentemente utilizados pela imprensa para caracterizar Hirschmann ao acompanharem seu caso. Ademais, Hirschmann foi descrita pelos oficiais do 4º Corpo responsáveis por sua prisão como sendo "de boa aparência, loura, 1,72m de altura, 60kg". Acredita-se que comentar sobre a beleza de uma criminosa recém-capturada não era atitude comum por parte de oficiais do Estado brasileiro. O vocabulário frequente ao tratar do caso nos dá dicas sobre as tonalidades de gênero possíveis ao tratar-se de mulheres criminosas e é elemento fundamental da construção desta personagem. Além de "bela espiã" e "sereia do Reno" usados em jornais como o *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, foram encontradas referências à "linda loura" ("Negado o indulto a Margarida Hirschmann", *Diário da Noite*, 10 de setembro de 1948, p 5), à "linda traidora" ("Perante a Justiça Militar a linda traidora Margarida Hirschmann e o locutor Baldino", *Diário da Noite*, 8 de novembro de 1945, p. 6), entre outros.

construção da primeira unidade prisional exclusiva para mulheres do Estado do Rio de Janeiro, do *Diário de Notícias* de 17 de janeiro de 1940<sup>397</sup>. Tal estabelecimento só seria inaugurado mais de dois anos depois, em 9 de novembro de 1942, sob o nome de Penitenciária de Mulheres da Capital Federal, prédio anexo à Penitenciária Central e fruto de uma série de trâmites burocráticos que formalizava o encarceramento de mulheres em acomodações específicas sob tratamento diferenciado.

Tivesse sido presa antes de 1942, o destino de Margarida Hirschmann teria sido diferente. Previamente à construção da Penitenciária Feminina da Capital Federal, para onde foi enviada em 1946 e rapidamente assumiu cargo de datilógrafa<sup>398</sup>, mulheres eram separadas dos homens ou não em casas de detenção de acordo com o julgo das autoridades responsáveis no ato da prisão e levando em consideração as condições físicas para tal. Na mesma matéria do *Diário de Notícias*<sup>399</sup>, uma das entrevistadas pela redação do jornal, a advogada Maria de Lourdes Pinto Ribeiro, porta-voz da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, importante organização feminista atuante na época, descreve as condições através das quais mulheres eram presas até então:

Em inquérito feito ao correr dos anos, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino teve o ensejo de verificar como são, entre nós, insatisfatórias as condições das mulheres presas, chegando em alguns Estados a ficar misturadas com presos do sexo masculino durante o dia e a ser trancadas em porões de fortalezas, à noite, com seus filhos. Quanto às condições das alienadas, foram apurados casos de mulheres conservadas atadas a árvores, ao relento, durante o dia ou fechadas à chave, à noite, e de outras, conservadas perpetuamente em cubículos. Dessa maneira, a criação de uma Penitenciária Feminina vem resolver auspiciosamente o problema das mulheres criminosas.<sup>400</sup>

Não foram encontradas notícias ou denúncias documentadas dos maus-tratos às detentas aos quais a secretaria se refere, mas sua referência suscita a suspeita de que, ainda que não estejam documentadas tais denúncias, esse cenário de crueldade permeava o imaginário das organizações feministas que compunham o debate acerca da criação de penitenciárias exclusivas para mulheres criminosas e influenciaram na consolidação da opinião pública acerca da necessidade de construção das mesmas.

---

<sup>397</sup> “Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

<sup>398</sup> “Fui condenada para o resto de minha vida”. *Diário da Noite*, 20 de agosto de 1948, p. 24.

<sup>399</sup> “Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

<sup>400</sup> Idem.

O Código Penal brasileiro de 1940 foi o primeiro documento que visava medidas efetivas por parte do Estado para a acomodação legal de mulheres condenadas pela Justiça, cujo texto estabelece, no segundo parágrafo do Art. 29º, que “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”. Cumprindo esta diretriz do código, é anunciada a construção de duas unidades prisionais femininas: o Presídio de Mulheres, em São Paulo, cuja entrada em funcionamento ocorrera em abril de 1942, obedecendo o Decreto-Lei no 12.116; e, no Rio de Janeiro, sob disposição do Decreto-Lei no 3.971 de 24 de dezembro de 1941, a Penitenciária de Mulheres da Capital Federal. Ambas as unidades foram administradas, de início, por uma companhia inglesa de freiras, a Congregação do Bom Pastor D’Angers (ARTUR, 2009). Para a pesquisadora Patrícia Sobrinho, as décadas de 1940 e 1950 são fundamentais para entender o sistema penitenciário brasileiro, tendo em vista que este passava por importantes reformas após promulgação do novo Código Penal e expandia a compreensão em torno dos sujeitos que poderiam ser encarcerados em presídios específicos e como este encarceramento deveria ser feito. Neste sentido, foram planejados presídios exclusivamente femininos e iniciadas grandes obras nos presídios existentes para que incluíssem alas sanatoriais, por exemplo, a exemplo do Sanatório Penal construído no mesmo anexo da Penitenciária Central (SOBRINHO, 2012).

No que tange ao encarceramento feminino, de acordo com Bruna Angotti (ANDRADE, 2011, p. 20), o Brasil era visto como um país “atrasado”. O primeiro presídio feminino de que se tem notícia data de 1645, na Holanda. Abrigava mulheres pobres, criminosas, acusadas de vadiagem ou prostitutas, bem como as mulheres consideradas “mal comportadas”, que não obedeciam às autoridades de sujeitos masculinos a sua volta. Nesse local, as presas costuravam e teciam. Veremos adiante como esse modelo, importado para os demais países da Europa à época, não se distancia do que será a Penitenciária Feminina no Brasil, onde as presas aprendiam a bordar e cuidar do jardim durante seus primeiros anos de funcionamento. Nos Estados Unidos, segundo Angotti, a primeira penitenciária feminina surgiu em Nova York em 1835. O modelo norte-americano também procurava “inserir nas presas o comportamento e posturas femininas, os afazeres do lar, entre outros hábitos domésticos” (FREITAS, 2012, p. 7).

Grande parte da matéria do *Diário de Notícias* de 1940<sup>401</sup> tem como enfoque a entrevista com a Dra. Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A pesquisadora é referida no texto da matéria como líder feminista, e contribui para o debate ao dar detalhes a respeito do ideal de penitenciária feminina a ser construída no Estado. Esta devia ter como objetivo fundamental a reeducação de detentas, através principalmente do caráter agrícola do espaço, estimulando a não-ociosidade das presas e ensinando-lhes novos ofícios e o valor do trabalho. Deveria garantir, além disso, o isolamento total das residentes de homens que se encontrassem em caráter idêntico – ou seja, presos –, guardas e investigadores policiais do sexo masculino. Pleiteava-se, inclusive, que a vigilância e administração do local fossem feitas exclusivamente por mulheres. Esta última demanda acaba por se concretizar, pelo menos no que diz respeito aos primeiros anos de funcionamento do presídio, enquanto este foi administrado pela congregação de freiras mencionada anteriormente. Esta interlocução entre a reivindicação da Federação e o que foi colocado em prática na administração do presídio nos faz pensar até que ponto ecoavam as vozes de mulheres como Bertha.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu na cidade de São Paulo, filha do cientista Adolfo Lutz. Forma-se em Ciências Naturais pela Sorbonne, em Paris, em 1918. Retorna ao Brasil no ano seguinte como a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro ao ser aprovada para trabalhar no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A partir de então, começa a se destacar enquanto figura pública em sua luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. No mesmo ano de seu retorno ao país, Bertha cria a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher.

Entre os destaques de sua carreira está a participação como representante do Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, que acontece nos Estados Unidos em 1922. No contexto de debates em torno do evento, Bertha é eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana e cria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substitui a Liga criada em 1919. A Federação tinha como pautas fundamentais a luta pela extensão do direito ao voto às mulheres e o desenvolvimento da intelectualidade feminina através do acesso a uma educação de qualidade e de maior

---

<sup>401</sup> “Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

espaço nos debates acadêmicos, manobras afinadas com o caráter tático do feminismo de Bertha Lutz apontado por Rachel Soihet (SOIHET, 2000, p. 97-117). A União Universitária Feminina, parte integrante da Federação, era destinada à coordenação de esforços por parte das mulheres diplomadas ou estudantes do Ensino Superior no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, defenderem os interesses específicos da população feminina e desenvolverem a intelectualidade de mulheres a fim de colaborar na solução dos problemas relacionados ao progresso da Nação<sup>402</sup>. É sabido que o direito ao voto feminino é estabelecido por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas anos depois, em 1932, e atribui-se em grande parte à luta incessante das organizações feministas da época essa conquista.

Em 1936, Bertha assume a cadeira de deputada na Câmara Federal. Durante seu mandato, defende a mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e dos menores de idade, propondo a igualdade salarial, a licença de três meses para gestantes e a redução da jornada de trabalho, que até então era de 13 horas<sup>403</sup>.

Em seu depoimento para o *Diário de Notícias* no tocante a construção da Penitenciária Feminina, Bertha não só demandava espaços de reclusão exclusivamente femininos a fim de harmonizar o processo de reeducação e reinserção das mulheres presas como destaca os bons exemplos com os quais aprendeu em sua passagem pela Europa, tendo os presídios ingleses como referência das “melhores instituições desse gênero”:

O processo é todo psicológico, de readaptação. (...) Na penitenciária faz-se a classificação das pessoas acusadas de crimes inafiançáveis, das condenadas e das reincidentes, estas inclusive por mendicância e vadiagem, em adaptáveis e inadaptáveis, mediante perícia médico-psicológica. Às adaptáveis aplica-se o regime pedagógico-familiar, sem isolamento celular, com trabalho remunerado, segundo as aptidões (...) para preparar a sua reintegração social. (...) Às inadaptáveis, aplica-se o regime médico-pedagógico, afim de obter sua melhora social, com exame médico-criminológico semestral para averiguar seus resultados e a possibilidade de reclassificação em adaptáveis. O isolamento só lhes é aplicável na medida das necessidades.<sup>404</sup>

---

<sup>402</sup> "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino". *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1930, p. 10.

<sup>403</sup> Idem.

<sup>404</sup> “Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

Ademais, o regime ideal de reclusão previa o abrandamento da pena para as gestantes. Aquelas que estivessem grávidas no momento da condenação seriam recolhidas a uma maternidade ou hospital e seriam acompanhadas por seus filhos até a idade pré-escolar. Os de idade escolar, esclarece Bertha, seriam enviados a internatos-escolares. Ela finaliza seu depoimento frisando a importância da gestão da penitenciária ser feita exclusivamente por mulheres, de preferência especializadas em psiquiatria e psicologia e com muita experiência.

Dois anos antes da condenação de Hirschmann, Victorio Canepa, então diretor da Penitenciária Feminina para onde a locutora foi encaminhada, deu entrevista ao jornal *A Noite* sobre o funcionamento da cadeia. A matéria exalta o caráter "humanizador" das prisões brasileiras, principalmente aquelas destinadas à população feminina, tradicionalmente docilizada e infantilizada na sociedade patriarcal e misógina em que estão inseridas:

[...] A Penitenciária de Mulheres já os jornais fizeram as suas apreciações em torno dessa notável organização social, que é a única no mundo que não têm grades. Tudo o que se faz ali é sempre igual do que na Penitenciária dos Homens, mas, em grau mais brando e mais feminino, naturalmente. É uma instituição cujos serviços internos são dirigidos [sendo eles os de administração e assistência médica e de educação religiosa] pelas Irmãs do Bom Pastos D'Angers, as quais não poupam esforço e dedicação para a obra de regeneração destas mulheres. A presidiária ali aprende todos os trabalhos caseiros, nos quais elas se revezam: cuidam do jardim, bordam, cantam e aprendem também a ler. A vida corre muito calma e em paz dentro daquelas paredes.

As 45 mulheres lá internadas vivem num verdadeiro lar. Esta instituição, que faz parte da Penitenciária Central, já está funcionando a quase 2 anos, os resultados são muito promissores, porém, ainda é muito cedo para se afirmar que não haja reincidência; o que podemos dizer é que essas criaturas têm se modificado de forma surpreendente.

Nunca há revoltas e as pequenas insubordinações são punidas como nos colégios de meninas, com a reclusão na célula apropriada. [...] <sup>405</sup>

Percebe-se, pela fala de Canepa, a tentativa de uma ligação automática e naturalizada entre mulheres e a qualidade de "brandura". As mulheres encarceradas, por serem mulheres, são tão inofensivas que suas casas de detenção não precisam de grades, suas funcionárias são freiras de uma congregação católica francesa e as "pequenas

---

<sup>405</sup> "A Conferência Penitenciária e a humanização do trabalho aos delinquentes". *A Noite*, 4 de junho de 1944.

insubordinações" são tratadas como quando feitas por jovens meninas, crianças, cujas táticas são ressignificadas a partir da dinâmica em funcionamento nos colégios da época.

A Penitenciária fazia distinção entre as presas consideradas "comuns" e as presas "políticas". As presas políticas trajavam um uniforme azul, com golas e punhos brancos. As presas comuns vestiam listras azuis e brancas, para as que ainda aguardavam o desfecho de seu processo judicial; e um uniforme cinza escuro com gola branca, para as presas já condenadas. O jornal *A Noite*, em edição de 1943, dá detalhes sobre o cotidiano da penitenciária que nos permitem ter alguma dimensão do clima da época e do ambiente para onde foi levada a "espiã":

As detentas aguardando processo trajam um vestido de listras azuis e brancas e as já condenadas uniforme cinza escuro com gola branca. Entre elas há criaturas de todas as idades e todas as castas sociais e raciais; louras, morenas e pretas, todas em mesmo pé de igualdade. Nos momentos culminantes da festa, muitas soluçam. São as mais idosas, velhinhas mesmo, que se recordam talvez dos netinhos e dos filhos.

Diferentes de todas as demais detentas, realçadas pela cor do uniforme, que é azul com golas e punhos brancos, destacam-se do conjunto as presas políticas. São em número de cinco. Jovens e bonitas. Apenas uma é idosa, aparentando idade superior a 60 anos. As mais moças conseguem impor-se como figuras elegantes, denunciando mesmo um traço de distinção, embora envolvidas pela indumentária de sentenciadas. Do bolsinho à esquerda, o lenço, de pontas negligentemente ajeitadas, concorre para a metamorfose do uniforme em "toilette" de estilo. O penteado é o da última moda, caprichosamente acabado e, algumas, "malgré-tout", ainda sorriem, contrastando a alvura dos dentes bem tratados com o vermelho vivo dos lábios com "rouge".<sup>406</sup>

Mais adiante, no texto da mesma matéria, fica claro que todas as cinco detentas presentes na penitenciária no ano de 1943, um ano depois da inauguração do estabelecimento, são presas estrangeiras, o que provavelmente está ligado com o envolvimento incipiente do país com a Segunda Guerra Mundial em andamento na Europa desde 39. Durante a execução do Hino Nacional no presídio, o jornalista de *A Noite* chama a atenção para o fato de algumas das detentas não saberem a letra da canção:

---

<sup>406</sup> "Entre as detentas da Penitenciária de Mulheres". *A Noite*, 14 de maio de 1943, capa.

No momento de executar o Hino Nacional, levanta-se e entrega o piano à maestrina Giselda Schleger, alegando que ainda não aprendera a música. As outras também não cantam o hino brasileiro e se limitam a movimentar os lábios disfarçadamente. Possivelmente porque também não o aprenderam. Pelo nome fica-se sabendo que são todas estrangeiras, o que se confirma pela informação que nos fora dada de que (...) ali se encontram aguardando o julgamento final de um processo de expulsão.<sup>407</sup>

É entre o momento de sua captura e três meses antes do julgamento em primeira instância que Margarida Hirschmann concede entrevista para a revista *O Cruzeiro* de dentro da Penitenciária de Mulheres. Com texto de David Nasser e fotos de Jean Manzon, a reportagem de nome “Deshabillé da Espiã” coloca em perspectiva a versão da ré dos fatos e sua interpretação em torno da própria história. Antes de nos debruçarmos sobre o texto da matéria, convém levantar informações sobre os responsáveis pela redação do texto e pelas fotos que, como veremos adiante, se fazem tão fundamentais para o impacto final da reportagem e enquadrá-los no momento vivido pelo jornalismo brasileiro à época.

David Nasser foi um compositor e jornalista brasileiro, nascido no interior de Minas Gerais em 1917 e que viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro. Começou a trabalhar ainda muito jovem, no ano de 1934, na empresa *Diários Associados*, presidida por Assis Chateaubriand, tido como um dos homens mais influentes da sociedade brasileira de meados do século XX. À época, o conglomerado jornalístico de Chateaubriand reunia no mesmo prédio as redações dos jornais *Diário da Noite*, *O Jornal* e da revista *O Cruzeiro*. Em 1936, o jornalista foi contratado pelo jornal *O Globo*, onde ficou até 1943. Há boatos que se desvinculou de *O Globo* sete anos depois por não se ver permitido a assinar reportagens “importantes” e matérias de grande visibilidade.

Em 1943, após sair de *O Globo*, retorna à redação da revista *O Cruzeiro* que, àquela altura, era uma das revistas mais populares e de maior tiragem do jornalismo brasileiro. Conheceu Jean Manzon, com quem firmou frutífera parceria que rendeu algumas das reportagens mais famosas da revista e do país. O jornalista ganhou notoriedade ao realizar trabalhos sob a técnica da “grande reportagem” (MAKLOUF, 1999) isto é, uma forma de reportagem que misturava pesquisa de campo, opinião do

---

<sup>407</sup> Idem.



próprio jornalista, pedaços de entrevista e fotografias de alta qualidade técnica. A matéria sobre Margarida Hirschmann, que veremos em minúcia mais adiante, é um exemplo de reportagem deste tipo.

Jean Manzon também estava presente no momento da entrevista e foi responsável pelas treze fotos nela incluídas. Nascido na França, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1940, aos 25 anos, fugindo dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Aqui, trabalhou como diretor de fotografia e cinema no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Começa sua temporada como fotógrafo da revista *O Cruzeiro* em 1943, realizando parceria com David Nasser em reportagens que datam de 1943 a 1951. Seu estilo de fotografia era tido como inovador à época, com novos enquadramentos, "closes" extremos e ângulos pouco convencionais, com ampla manipulação de imagens e do texto informativo em caráter ufanista (NARS, 1996).

Ao longo da década de 60, Jean Manzon dirigiu e produziu documentários de amplitude nacional, vários deles a serviço do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que contavam com elogios às realizações e obras do governo ditatorial brasileiro. Entre suas obras mais famosas produzidas no Brasil e em França, destacam-se os filmes *L'Amazone*, filme premiado com o Leão de Ouro do Festival de Cinema de Veneza e *Itália*, de 1966.

Há pelo menos dois aspectos sobre as carreiras de Nasser e Manzon dignos de nota neste trabalho. Em primeiro lugar, a incontornável conexão dos jornalistas com o regime de Getúlio Vargas e, posteriormente, com a ditadura militar de 64. No caso de Jean Manzon, a conexão é mais óbvia, tendo em vista que trabalhou para o DIP e produziu material vinculado ao IPES. Já David Nasser é frequentemente referenciado como amigo pessoal de Vargas e sujeito respeitado no contexto da Ditadura Militar, tendo em vista que teria feito uso, em mais de uma ocasião, de sua influência e conexões com o alto escalão do Regime para acelerar processos contra João Calmon, seu antigo chefe no *Diários Associados* (LIMA, 2001).

A segunda característica de importância da dupla diz respeito à qualidade técnica de seus trabalhos e como estão inseridas num momento específico vivido pelo jornalismo brasileiro. A bibliografia que trata dos desafios do uso de fontes impressas para a história afirma que até a metade do século XX, jornalismo e literatura se

confundiam. Alceu Almoroso Lima definia este jornalismo como “literatura sob pressão” (LIMA, 2004). Os gêneros mais valorizados pelos editoriais eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, a charge e o artigo polêmico (RIBEIRO, 2003, p. 1-15). Da mesma forma, eram também estreitas as relações entre jornalismo e política. Para Ana Paula Goulart Ribeiro, durante o Estado Novo, a maioria dos diários atuava como instrumento político como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos dissidentes que os financiavam. A imprensa era, essencialmente, de opinião e a linguagem das reportagens agressiva e virulenta, marcada pela paixão aos debates e pelas polêmicas (Id 2003). Afirma-se, aqui, que a reportagem de David Nasser e Jean Manzon em torno da “espiã” se encaixa no contexto mais amplo desse jornalismo opinativo, político e polêmico.

As características interventivas dos jornalistas aparecem, por exemplo, ao afirmar que as imagens captadas por Manzon “indicam uma clara intervenção do fotógrafo na captação do fato, com reportagens que refletem montagens e encenações que construía com base na manipulação de procedimentos formais, utilizados para reforçar o caráter opinativo que conferia ao seu trabalho” (PEREGRINO, 1991). Convém analisar até que ponto ambos jornalista e fotógrafo se fazem presentes na entrevista cedida por Hirschmann em 1946.

A reportagem de Nasser e Manzon para *O Cruzeiro* sobre o fenômeno que àquela altura era Margarida Hirschmann, cujo processo de traição à Pátria e aliciamento de militares no contexto da Segunda Guerra Mundial estava em fase de apelação e inspirando as mais controversas opiniões por parte da mídia de massa, tem início com



uma imagem que toma todo o espaço da oitava página daquela edição da revista (imagem 1). A protagonista da imagem é uma suposta guarda da Penitenciária de Mulheres, em atitude aparentemente posada, abrindo as portas da prisão, como quem abre também as portas para a reportagem em si.

Figura 1. “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 8.

A imagem seguinte (imagem 2; cuja legenda é: “MARGARIDA HIRSCHMAN foi presa na Itália e entregue às tropas brasileiras de ocupação, por ter atuado numa estação dirigida pelo Alto Comando Alemão. Não é acusada de espionagem, como se tem publicado, nem é a Rosa de Tóquio, como constou. É uma bela figura e está noiva. Isso é segredo que não nos pertence”) revela a protagonista da matéria, Margarida Hirschmann, de cabeça baixa, e a legenda antecipa o tom que percorrerá todo o texto: “[...] não é acusada de espionagem, como se tem publicado, nem é a Rosa de Tóquio, como constou. É uma bela figura e está noiva. Isso é segredo que não nos pertence”<sup>408</sup>. A postura defensiva de Hirschmann na imagem, em conjunto com as informações sobre sua beleza e situação civil, o penteado, a maquiagem parecem investir na imagem de uma mulher inocente, dócil; no entanto, misteriosa.



Figura 2. Idem.

A menção à Rosa de Tóquio diz respeito ao caso de Iva Toguri D'Aquino, americana de origem japonesa acusada dois anos antes de traição e espionagem pelo governo norte-americano. Iva, nascida nos EUA e residente em Tóquio durante o conflito, fazia uso de seu conhecimento da língua inglesa em transmissões frequentes pela Rádio Tóquio, conclamando os soldados norte-americanos em território japonês a desertarem ao conflito. A Rosa de Tóquio, como ficou conhecida pelos jornais e revistas da época, transmitia mensagens sobre falsas vitórias dos japoneses em territórios de disputa e ameaçava militares de alto escalão. Com a rendição do Japão e vitória definitiva dos Aliados em 1949, Iva é condenada a dez anos de prisão por traição. É libertada após cumprimento de seis anos e meio da pena nos EUA e pagamento de multa no valor de aproximadamente dez mil reais.<sup>409</sup>

<sup>408</sup> “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 9.

<sup>409</sup> O jornal *O Globo* faz uma retrospectiva do caso da “Rosa de Tóquio” na edição do jornal de 1976. Ver: “No ar, a Rosa de Tóquio”, *O Globo*, 25 de junho de 1976, p. 3.

Durante o Estado Novo, o patriarcalismo e a sexualidade racializada formaram o núcleo das construções em torno da história e da identidade nacionais (CAULFIELD; SCHETTINI, 2017). Hirschmann é uma mulher lida socialmente como bonita, acusada de crimes de espionagem e comparada pela redação de *O Cruzeiro* com Mata Hari, como podemos ver na imagem seguinte (imagem 3), que mostra apenas seus olhos, e na legenda que a acompanha (“ESTES OLHOS que pareciam ser os de Mata Hari, pertencem a Margarida Hirschmann. Simples



Figura 3. Idem.

repórteres não podem julgar sua inocência ou culpabilidade. Dentro em breve o Tribunal designará o destino dela”). Margaretha Gertruida Zelle, mais conhecida como Mata Hari, era uma dançarina e cortesã nascida na Holanda, que durante o conflito da Primeira Guerra Mundial foi acusada de atuar como espiã entre franceses e alemães, e foi executada em 1917 pelas autoridades francesas. Ana Paula Spini e Carla Barros (SPINI; BARROS, 2015, p. 18-19), ao refletir sobre imagens femininas produzidas e projetadas pelo estúdio Metro Goldwin Mayer, nos Estados Unidos, afirmam que a personagem Mata Hari, interpretada por Greta Garbo no filme homônimo de 1931, estava afinada com a imagem da *femme fatale*. Criação literária do século XIX, a figura da *femme fatale* foi tornada heroína pelo cinema e símbolo da ousadia e do poder da sexualidade feminina. Para as autoras, o fascínio por essa figura está em retratar “a mulher ambígua, empoderada por todos que a olham, podendo suscitar tanto o desejo de inúmeras e diferentes mulheres por outros modelos de comportamento feminino, quanto reconhecida como vítima de homens obcecados e fragilizada quando encontra o amor” (Id., 2015, p. 22). Ao ser vista, essa heroína martirizada engendra sentidos e desejos diversos por parte da população feminina, inclusive os de autonomia, independência e poder (Id., 2015, p.21). Major Thomas Coulson, responsável pela biografia norte-americana da cortesã que pretende “desvendar” o que há de real em sua história, tirando de Mata Hari sua “áurea de mártir”, afirma que desde sua morte, sua história fascinante como espiã, dançarina, cortesã e “sacerdotisa de um culto de amor lascivo, com toda a sua riqueza de dramas, romance e horrível tragédia, foi submergida sob uma torrente de literatura altamente imaginária, que obscurece quase completamente a realidade” (COULSON, 1932, p. 6).

Manobra semelhante é notada ao analisar o caso Hirschmann. Tratando apenas da reportagem de *O Cruzeiro*, é digno de nota como Nasser e Manzon priorizam a personagem e dão pouco espaço às acusações direcionadas a ela ou ao processo. A parte referente ao processo toma o fim da matéria, em um terço de página, consideravelmente menor do que o espaço destinado às fotos, entrevistas e informações sobre aspectos da personalidade de Margarida aos que se dedicam nas dezenas de páginas anteriores. Explicam que a jovem está sendo acusada de apenas atuar em programas de rádio de uma emissora alemã que procurava desmoralizar a atuação da Força Expedicionária Brasileira em solo italiano durante o conflito da Segunda Guerra, mas que não pesa sobre ela suspeita de participar de nenhum tipo de serviço secreto ou de espionagem propriamente dita. Aos olhos da redação de *O Cruzeiro*, Margarida Hirschmann respondia a um processo em que era acusada de “covardia” em território inimigo, por não ter se recusado a colaborar com o Eixo no contexto do conflito. Afirmam, categoricamente, que ela não era espiã. Este posicionamento, além de bastante parcial por parte da revista, não parece comprometido com o texto do processo. Os artigos presentes no Código Penal Militar com base no qual Hirschmann estava sendo acusada correspondem aos crimes de “traição, favor ao inimigo” em contexto de guerra e “aliciamento de militares”. Após apresentar a defesa de Hirschmann, no entanto, que incluía sentir-se ameaçada de morte pelos “super-homens nazistas” que a consideravam alemã e obrigavam-na a trabalhar na rádio, o texto de Nasser esclarece: “Os repórteres que assinam esta história não querem tomar partido, nem influir de maneira alguma no julgamento do leitor, que não é mais do que uma antecipação do julgamento definitivo”<sup>410</sup>.

---

<sup>410</sup> “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 9.



Figura 4. Idem, p.10.

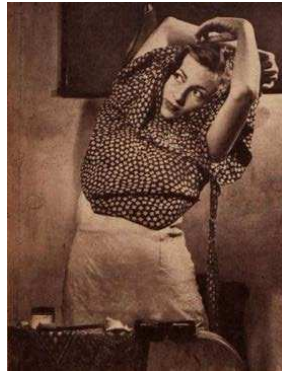


Figura 5. Idem, p. 10.

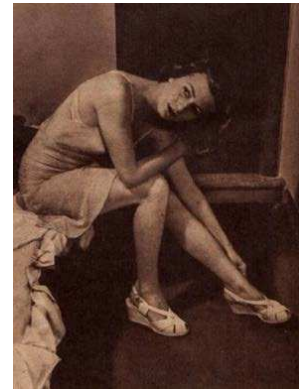


Figura 6. Idem, p. 10.

Após se referir às fotos da sua própria reportagem como “sensacionais”, Nasser alerta que haverá um pouco de *sex-appeal* ao longo da matéria. De acordo com o texto, isto não é culpa de Margarida, que tem pavor de parecer “uma nova Phrinéia”. A culpa seria exclusivamente da indiscrição de Manzon, o “caçador de imagens”. Ao mencionar Phrinéia, os jornalistas evocam uma musa grega que teria vivido em Atenas por volta de 400 a.C. e serviu de inspiração para quadros, esculturas e inúmeras obras de arte. Phrinéia era uma *hetaira*, como eram conhecidas as prostitutas e acompanhantes do período, e ficou conhecida por sua extraordinária beleza e prestígio em uma sociedade de pouca participação ativa e pública de mulheres. Além disso, Phrinéia foi acusada de profanar um rito religioso, e durante seu julgamento, ao perceber que o veredito seria desfavorável, é dito que o orador responsável por sua defesa teria rasgado suas roupas, exibindo seu corpo nu e conseguindo, assim, que os juízes a absolvessem (CAVALCANTI, 1990). A mudança de veredito não diria respeito apenas à fascinação daqueles homens com a beleza de Phrinéia, mas também à crença de que o belo, à época, estava intimamente ligado ao bom, ao divino. Algo tão bonito, para a sociedade grega antiga, não era digno de condenação; era, por outro lado, sinal do favor divino.

A sequência de quatro fotos que acompanham o texto de retrospectiva que dá início à matéria são emblemáticas para entender o que estava em jogo na interpretação do caso Hirschmann por parte da grande imprensa. Na primeira, podemos ver Margarida Hirschmann escovando os dentes com o que parecem ser seus trajes de dormir, num local estreito, escuro e improvisado. Na foto seguinte, Hirschmann está literalmente se vestindo.

Na imagem 6, em que está posando de lingerie enquanto mexe nas sandálias de salto alto, se lê: "Consideram Margarida um belo tipo de mulher. Alta, desempenada, os cabelos de côr de ouro velho. -- "Por isso, talvez, a acusação de espiã! Espiã! Seja repetida tanto contra mim. Não sou, nem nunca fui espiã". As referências à beleza e à cor de cabelo de Margarida são constantes, tanto nessa reportagem quanto em outras do período, durante todo o tempo em que durou seu processo, revelando mais uma vez a perspectiva de beleza feminina racializada que marcou o período, denunciada por Caulfield e Schettini (CAULFIELD; SCHETTINI, 2017) e que perdura de alguma forma até hoje. Os jornais que se colocaram como críticos à Hirschmann e ao processo tampouco ignoravam sua beleza física ao mencioná-la. *O Jornal do Brasil*, em edição de 12 de setembro de 1948, se pergunta, após a condenação, se Hirschmann acreditou que os juízes brasileiros ficariam "deslumbrados com suas linhas e a mandariam em paz gozar a vida e deliciar-se com a nossa hospitalidade", afirmando, ainda, que a ré confiava muito em seus dotes físicos.

A foto 7, que também acompanha o momento de retrospectiva do caso e pretende mostrar o cotidiano de Hirschmann na prisão, aparece em diversas notícias de jornais do período imediatamente posterior à reportagem, alcançando alguma visibilidade no contexto da mídia de massa. É uma foto de Margarida de lingerie, com uma das pernas erguidas, ajeitando a sandália e olhando para cima. A legenda que a acompanha diz: "Sensacional flagrante! Desce o vestido de Margarida" apelando, inclusive, para a possibilidade de nudez da ré, o que remete ao título da própria reportagem. A escolha do verbo em francês *deshabiller*, que faz alusão ao ato de despir ou descobrir algo, parece estar em diálogo com as fotos, em que a ré aparece vestindo roupas íntimas, trocando de roupas, etc., mas também possui sentido figurado, sugerindo que, ao ser entrevistada, os jornalistas expõem Margarida. Tiram suas roupas, sua "máscara", revelam sua intimidade para o leitor, contam sua história em detalhes, tornam pública sua privacidade.



Figura 7.

Idem, p. 11.

As páginas que se seguem dizem respeito à entrevista cedida por Hirschmann aos jornalistas David Nasser e Jean Manzon como parte da matéria de *O Cruzeiro*. É uma

entrevista extensa, que ocupa uma página inteira da revista dividida em três colunas, onde podemos ver, ao centro, uma fotografia de Hirschmann colocando o dedo indicador sobre os lábios como quem pede silêncio, e a legenda "não me chamem espiã!" (imagem 8)<sup>411</sup>. O conteúdo da entrevista remete a sua infância, sua relação com a cultura alemã e sua versão dos fatos que a levaram a trabalhar na rádio *Auri-verde*.



Figura 8. Idem, p. 12.

Dois anos mais tarde, após condenação de Hirschmann em última instância pelo Supremo Tribunal Militar a 20 anos de reclusão, outro jornal se interessa pela história da locutora a ponto de entrevistá-la na prisão. Em 17 de julho de 1948, o *Diário da Noite* é recebido pela ré no saguão da galeria principal da Penitenciária e a fotografa datilografando documentos para a secretaria da prisão e em horário de almoço:



Imagem 9: “Fui condenada para o resto de minha vida”, *Diário da Noite*, 17 de julho de 1948, capa.

As fontes dão materialidade às discrepâncias acentuadas por Ângela Teixeira entre o modelo de aprisionamento feminino e os demais modelos vigentes. A autora afirma que a Penitenciária de Mulheres não era uma unidade de reclusão qualquer;

<sup>411</sup> “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.



desde seu planejamento afirmava-se que seguiria diretrizes específicas de funcionamento para atender às necessidades



Imagem 10: “Liberdade para a Espiã”, 4 de fevereiro de 1948, p.3.

específicas da população feminina, e sua natureza e função divergiam das dos presídios da época, sendo esta mais “branda”, “sem grades”, como vimos, onde há a possibilidade de recepção de jornalistas no refeitório em horário de almoço e a confecção de fotos como a imagem 10, tirada por Jean Manzon e deixada de fora da entrevista para *O Cruzeiro* de 1946, que faz surgir dúvidas sobre quem está presa, afinal, Margarida Hirschmann ou a agente penitenciária.

### Considerações finais

O presente trabalho foi a primeira tentativa de realizar um estudo de caso a partir do caso de Margarida Hirschmann, acusada de traição à pátria brasileira e aliciamento de militares no contexto da II Guerra Mundial. A locutora fora acusada de ser uma das responsáveis pelo programa *Auri-verde*, em transmissão em rádio alemã, em que fazia pronunciamentos desmoralizadores para com a FEB (Força Expedicionária Brasileira) durante expedição na Europa para a Segunda Guerra Mundial na tentativa de convencer os soldados pracinhas à deserção. Hirschmann é presa, julgada e condenada a 20 anos de prisão a serem cumpridos na Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, instituição à época em seus primeiros anos de funcionamento. A Penitenciária é fruto de uma série de debates sobre a expansão do direito ao cárcere específico, que incluiu a opinião de juristas, autoridades penitenciárias e, no caso do encarceramento exclusivamente feminino, líderes feministas.

Foram priorizadas as fontes impressas em função de seu enorme potencial de análise. As fontes relacionadas à imprensa são riquíssimas pois têm a capacidade de revelar não só o “clima” da época estudada, o que liam, do que riam, o que compravam, quais os dilemas políticos e sociais, quais os crimes cometidos e, em última instância, ter alguma ideia de como se comportavam as pessoas do momento histórico estudado;

elas dão materialidade e nos mostram também qual a relevância de determinados assuntos para os segmentos da população capazes de acessar este material. A historiadora Tânia de Luca afirma que, até a década de 1970, o uso de jornais e revistas como fonte histórica era motivo de desconfiança e preconceitos por parte dos historiadores, pois pensava-se que os jornais representavam “registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (DE LUCA, 2006, p. 112) e fugiam ao compromisso com a “neutralidade” tão valorizado no estudo do passado das sociedades. É ao reconhecer o valor do influxo de interesses, dos compromissos e paixões de uma época que prioriza-se, aqui, o diálogo com jornais e revistas enquanto fonte fundamental da presente pesquisa.

O caso Margarida Hirschmann foi escolhido como tema deste trabalho por sua originalidade, pela enorme visibilidade que adquiriu à época e por oferecer múltiplos e diversos caminhos possíveis para pensar o período em que ocorreu. O caminho escolhido foi o de contribuir para os campos de estudo da história das mulheres e das relações de gênero, ao propôr uma análise crítica do processo pelo qual passa Hirschmann de construção de uma personagem partindo de suas características físicas, seu gênero e classe, bem como reconhecer que o caso pode servir de instrumento para pensar questões como o encarceramento feminino, tendo em vista que a ré foi uma das primeiras mulheres enviadas para a primeira unidade prisional específica para mulheres, inaugurada no Rio de Janeiro três anos antes de sua captura.

## **Fontes**

Documentos de arquivo

*Arquivo do Supremo Tribunal Militar*

Apelação 14882 (1946)

Revisão Criminal 481 (1948)

Jornais e/ou revistas

*Acervo O Globo (1945-1946)*

Jornal(is):

O Globo

*Hemeroteca Digital Brasileira (1945-1949)*

Jornal(is):

A Manhã;

A Noite;

Correio da Manhã;

Correio Popular;

Diário da Noite;

Diário de Notícias;

Jornal do Brasil;

Tribuna Popular;

Voz Operária

Revista(s):

O Cruzeiro (1946)

## Referências

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARTUR, Angela Teixeira. “*Presídio de Mulheres*”: *as origens e os primeiros anos de estabelecimento*. São Paulo, 1930-1950. Revista do XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza, 2009.

CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. “*Gender and Sexuality in Brazil since Independence*”, In: *The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, ed. William Beezley. New York: Oxford University Press, 2017.

COULSON, Major Thomas. *Mata Hari: cortesã e espiã*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

DE LUCA, Tânia Regina. “*História dos, nos e por meio dos periódicos*”. Em Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto, 2006

FREITAS, Claudia Regina. *O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela Lei de Execução Penal*. Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen, v.4, n.4, 2012.

GUIMARÃES, Valéria. *Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 27 no. 53, Janeiro/Junho, 2007.

MAKLOUF, Luiz. *Cobras Criadas: A história de David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

MELO, Ricardo (org.). *Almanaque Centenário (1915-2015)*. Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco. Pernambuco: Editora Cepe, 2015. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/download/Book%20Almanaque.pdf>

NARS, Edson Luiz. *Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK a Costa e Silva*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista - Unesp, Araraquara, 1996.

NETTO, Claudio Cerqueira Bastos. *Direito Militar e o controle de convencionalidade: julgamento de civis em foro militar e prisão disciplinar à luz do Direito Internacional*. Revista de Direito Cosmopolita, UERJ, v.4, n.2, 2016.

PEREGRINO, Nadja. *"O Cruzeiro": a revolução da fotorreportagem*. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

PERROT, Michelle. *Delinquência e Sistema penitenciário na França no Século XIX*. In: Os Excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SOBRINHO, Patricia Cerqueira. *O Sistema penitenciário no Rio de Janeiro em 1940- 1950: mudanças e continuidades*. Revista Anais do XV Encontro Regional de História, ANPUH-Rio, 2012.

SOIHET, Rachel. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 15, dez/2000.

SPINI, Ana Paula; BARROS, Carla Miucci Ferraresi. *Star system, sexualidade e subjetivações femininas no cinema de Hollywood (1931-1934)*. Minas Gerais, Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 17, n. 30, jan-jun. 2015

## **Rondas e orgias: prostituição e policiamento na Porto Alegre de fins do século XIX**

Giane Caroline Flores\*

Priscilla Almaleh\*\*

Esse texto trata de um pequeno ensaio que busca compreender a relação entre policiais e mulheres em fins do século XIX na cidade de Porto Alegre/RS. Nossa análise parte da ideia de que, tanto homens quanto mulheres, possuíam padrões de masculinidade e feminilidade que pautavam suas relações cotidianas. A partir de fontes ligadas à esfera jurídica e policial, tais como os processos criminais e os relatórios de ronda da Guarda Municipal de Porto Alegre, mostraremos como o exercício cotidiano da construção da autoridade policial estava associado a concepções de virilidade e masculinidade. As mulheres, por sua vez, viam nas relações com os policiais uma forma de estratégia e resistência, principalmente quando se envolviam em problemas com estes órgãos de controle social. Apesar de estas relações muitas vezes envolverem trocas de favores e afetos, quando levadas às esferas criminais, tornavam-se relações tensas, permeadas por ofensas e agressões. São estas relações que pretendemos examinar a partir de uma perspectiva pautada nas questões de gênero.

Joan Scott (1990), referência nos trabalhos que buscam compreender os significados de gênero, explica a trajetória da rejeição do determinismo biológico pelas feministas enfatizando o caráter social das distinções baseadas no sexo, os quais determinam características históricas construídas socialmente para homens e mulheres. Dessa forma, os significados de gênero<sup>412</sup> se vinculam com demasiados tipos de representações culturais e estabelecem a forma como as relações entre homens e mulheres se organizam e são entendidas em cada cultura. Margareth Mead (1988), antes

---

\* Mestre em História (UNISINOS), e-mail: giane.flores@yahoo.com.br.

\*\* Mestre em História (UNISINOS), e-mail: prialmaleh@hotmail.com.

<sup>412</sup> Para Pedro (2005, p. 88), “O uso da categoria de análise ‘gênero’ na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”.

de Joan Scott, aponta uma análise interessante sobre o temperamento dos sexos. Ao fazer uma etnografia com três diferentes tribos, chega a seguinte conclusão:

Se aquelas atitudes que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. (MEAD, 1988, p.268).

Compreendemos, portanto, a relação de policiais com mulheres – principalmente as prostitutas –, aqui analisadas, como relações calcadas em diferenças de gênero e de poder, devido a questões ligadas à inferiorização social da prostituição, da mulher popular<sup>413</sup> e também a autoridade presente na força policial enquanto um agente de controle social, uma vez que a polícia, o exército e demais instituições armadas, eram fortemente norteadas por concepções que tinham a honra e virilidade masculinas como definidoras. Peter M. Beattie (2009, p. 35), ao tratar da noção de virilidade nas forças armadas, destaca que “uma gama variada de concepções concorrentes sobre virilidade prevalecia em diferentes grupos socioeconômicos e regiões”. No caso dos militares e policiais, estes sujeitos viam-se como “moralmente superiores” a civis de famílias mais abastadas, por exemplo, que usavam de sua influência “para escapar do serviço militar”, enquanto eles, membros do Exército e da polícia, viam-se como sujeitos dispostos a

---

<sup>413</sup> Compreendemos como mulheres populares aquelas que, na maioria das vezes, precisavam trabalhar e andar pelas ruas. Lembrando que o estereótipo de mulher em fins de século XIX não contemplava o trabalho na rua, mas sim o trabalho doméstico dentro de suas próprias casas. Pensando em um viés ligado ao capital, Maria Paula Parolo (2008, p. 25) esclarece o termo popular: “Podemos identificar lo *popular*, entonces, con aquello que no formaba parte de la elite, de la cultura letrada ni del mundo de los privilegios. Aplicado a La sociedad, se trataría, en general, del variado universo social que se caracterizaba por hallarse excluido del mundo del privilegio y del ejercicio del poder, es decir, un amplio sector de la sociedad que no estaba en una posición dominante en lo económico, lo político y lo social. En El habría, por lo tanto, una enorme diversidad ocupacional, de tradiciones culturales, en riqueza e prestigio, las que permitirían establecer diferentes segmentos”. Já Sandra Pesavento (1994, p.8) na introdução de sua obra “*Os pobres da cidade*” nos auxilia a traçar um perfil comum desses populares, tanto homens quanto mulheres. A historiadora considera os populares como cidadãos, mas de segunda ordem: “[...] se o discurso liberal afirma que todos os homens são iguais, a dura realidade do mundo urbano demonstra que ‘uns são mais iguais que os outros’”. Sobre subalternidade Sandra Pesavento (1994, p.13) explica que os populares são os economicamente pobres, com acesso ao consumo limitado, poucos meios de subsistência, com meios de trabalho não formais e geralmente empregados de alguém, como também com relações ligadas a dominação em vários âmbitos sociais, como na “[...] ausência ou presença pouco significativa de direitos frente o grande acúmulo de deveres”. Porém, entendemos que esses conceitos não devem ser vistos de uma forma generalizante e estagnada, uma vez que pessoas se alternavam nas relações de poder e mobilidade social conforme as situações de vida que lhes eram impostas e as possibilidades que lhes surgiam.

defender a honra e a segurança nacional. Sobre o conceito de virilidade o autor destaca que:

Concepções de virilidade são complexas e às vezes contraditórias. Embora existam concepções mais amplamente difundidas acerca da conduta masculina adequada, os indivíduos acabam por formular e ajustar suas próprias versões de acordo com suas idades, experiências, circunstâncias, cultura local, habilidades, entre outros fatores. [...] Histórias de praças fornecem exemplos reveladores de concepções concorrentes de virilidade que deram azo a brigas de bar e transições políticas e sociais de maior porte. (BEATTIE, 2009, p. 35-36).

A partir da Micro-História, mais precisamente da redução de escala de análise, da maleabilidade das normas sociais, da percepção das práticas sociais como estratégias, da compreensão das agências humanas como ações desenvolvidas em campos de incertezas, é possível fazer uma articulação entre os comportamentos, normas, sujeitos e contextos. Carlo Ginzburg (1989, p.143-179), através de seu “paradigma indiciário”, argumenta que é possível reconstruir traços culturais e sociais a partir de indícios, detalhes e sinais existentes nas fontes que parecem, inicialmente, não ter importância, mas que são ótimos para compreender diversos aspectos históricos<sup>414</sup>.

Outro viés presente em nossa abordagem, que utiliza os processos criminais como fonte, diz respeito às trajetórias de indivíduos populares, pois, ao escolhermos estes documentos temos acesso a partes da realidade e do cotidiano destes indivíduos que por muito tempo permaneceram invisibilizados pela história. A partir desta análise micro, conseguimos analisar questões sociais e culturais mais amplas, podendo visualizar uma sociedade repleta de estratégias e tramas de vida, como destaca Pesavento (2008, p. 16)<sup>415</sup>:

O caso em análise, ou o fato-micro torna-se um poço que permite descer aos subterrâneos da urbe, compondo também, talvez uma espécie de janela, da qual se aprecia todo o desfilar dos atores sociais, ou ainda uma lupa, através da qual se revelam as minúsculas tramas e estratégias para a manutenção de uma ordem dada.

---

<sup>414</sup> Tal método é semelhante ao usado pela Antropologia Interpretativa, pois identifica os “indícios” presentes nas fontes, os pormenores, pequenos traços antes negligenciados, mas que agora podem servir e revelar para o historiador grandes significações a partir de uma visão interdisciplinar.

<sup>415</sup> Nossa forma de compreender a sociedade também é formada por uma narrativa ancorada nas possibilidades, conforme a historiadora Natalie Zemon Davis (1987), que utiliza de diversas estratégias narrativas e conjecturais, demarcadas pelo uso de expressões como: *talvez* e *pode ser*. A historiadora, diante da impossibilidade de afirmação e de uma documentação que apresenta diversas lacunas e ambiguidades, recorre a esta narrativa cheia de possibilidades e imaginação histórica.

### **Policiais e Prostitutas: estratégias, afetos e resistências**

É no final do século XIX, com a transição da mão de obra escravizada para a livre, com a mudança de Império para República e com o crescimento populacional e urbanização das cidades, que a polícia ganha destaque como um mecanismo de controle urbano e social<sup>416</sup>. Há neste momento uma preocupação das elites e governantes, sobretudo, com a população negra, agora livre, que passaria a circular pelo espaço público. A partir disso, passou-se a investir de forma mais significativa na organização das forças policiais<sup>417</sup>. Como destaca Paulo Moreira (2009, p. 63): “Substituindo gradualmente os feitores e capatazes, a força policial vai desempenhar um papel de mediação entre o Estado e as classes populares”.

Apesar destes investimentos para uma melhor eficiência do policiamento, os soldos pagos aos praças de polícia eram bastante baixos. Conforme o quadro de vencimentos da Guarda Cívica, em 1889 o ordenado de um soldado era de 192\$000, enquanto os cabos recebiam 228\$000. Os baixos valores recebidos, aliado as dificuldades da profissão (como as elevadas horas de trabalho e a hostilidade popular) não eram muito atrativos, fazendo com que, possivelmente, se engajassem na polícia aqueles indivíduos populares que não conseguiam outra forma de inserção no mundo do trabalho<sup>418</sup>.

Essa situação, de dificuldade do trabalho policial, parecia ser um fator comum aos policiais de todo o país. Cristiana Schettini Pereira (2002, p. 47), ao analisar as relações entre policiais e meretrizes no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da

---

<sup>416</sup> Cláudia Mauch (2011, p.15) destaca que a polícia brasileira, como conhecemos hoje, começou a se desenvolver “entre o início do século XIX e meados do XX”, mais precisamente em 1808 com a vinda da Corte portuguesa e a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e, no ano seguinte, a Guarda Real de Polícia. As instituições básicas do sistema de justiça criminal (como o Código Criminal de 1830 e a Guarda Nacional em 1831) foram estabelecidas durante o processo de construção do Estado Nacional e impostas às províncias. Assim, ao longo do século XIX em cada uma das províncias brasileiras foram se desenvolvendo corpos policiais, com configurações e regulamentos variados. No Rio Grande do Sul, foi criado em 1837 o Corpo Policial, uma força pública provincial, que em 1873 passou a se chamar Corpo Policial. Este, por sua vez, com a Proclamação da República, deu lugar a Guarda Cívica, e, 1889, que, finalmente, em 1892 se tornou a Brigada Militar.

<sup>417</sup> Estes investimentos podem ser notados no levantamento feito por Moreira (2009, p. 33), que mostrou que o gasto com a polícia gaúcha, em 1870 (final da Guerra do Paraguai), era de 264:172\$148 réis, já em 1888, esse gasto saltou para 475:645\$800 réis, um aumento de 80%. Além disso, Moreira (2009, p. 321-322) também indica que houve um aumento significativo no contingente policial, passando de 426 membros em 1857 a 799 nos anos de 1888 e 1889, representando uma expansão de 87,6%, acompanhando o crescimento populacional e urbano da cidade.

<sup>418</sup> A polícia se mostrou, inclusive, uma alternativa de inserção no mundo do trabalho para a população negra no período pós-abolição. Sobre isto, ver mais em: FLORES (2018).



República, comenta que praças e guardas civis que se relacionavam com estas mulheres, muitas vezes, contavam com o apoio financeiro delas já que, segundo a autora, não era raro que as “meretrizes” tivessem renda maior que a dos policiais. Schettini Pereira (2002, p. 47) compara que enquanto as prostitutas “de janela” cobravam em média 5\$ de um cliente comum<sup>419</sup>:

Os praças da Brigada Policial ganhavam uma diária que não passava de 3\$900, menos que um aprendiz de pedreiro. E as condições de trabalho estavam longe de ser satisfatórias. Tinham que morar nos quartéis, submeter-se à disciplina militar, e fazer rondas de 12 horas em dois quartos alternados. Os guardas civis não estavam em situação melhor. Em 1913, o chefe de polícia propôs ao ministro da justiça a concessão de uma diária de 3\$ aos guardas de reserva, que pagavam o fardamento do próprio bolso e não recebiam um centavo até serem promovidos.

A autora ainda destaca o Código Penal de 1890 que introduziu, pela primeira vez no país, “dois artigos dedicados a punir o delito de lenocínio, isto é, o ato de induzir alguém a exercer a prostituição ou de se beneficiar da prostituição de alguém”, mostrando uma preocupação dos republicanos com esta atividade considerada “imoral e vergonhosa”, de acordo com os pensamentos que circulavam no período.

Apesar do lenocínio se tornar crime em 1890, a prostituição não era e, portanto, os esforços dos governantes concentravam-se em invisibilizar a presença desta atividade na cidade, ou ao menos, torná-la mais discreta. Nesse sentido, a atividade dos policiais de Porto Alegre, no que tange a prostituição, possivelmente consistia em retirar estas mulheres dos locais mais movimentados da cidade e reprimi-las quando envolvidas em aglomerações, tumultos ou qualquer outra situação que perturbasse a tranquilidade e a ordem pública. Como prostitutas e policiais eram vistos seguidamente em cotidianas sociabilidades, é provável que estes “agentes da ordem” procurassem não se indispor frequentemente com estas mulheres.

É importante lembrar que tanto as prostitutas quanto os policiais provinham dos setores populares da sociedade, e nos momentos de sociabilidade poderiam frequentar

---

<sup>419</sup> As “prostitutas de janela” eram personagens comuns nas cidades urbanas brasileiras. Até os anos finais do século XIX era bastante habitual se deparar com prostitutas postadas nas janelas de residências próximas a teatros e também nas ruas onde circulavam muitas pessoas, como aquelas onde passavam os bondes. Cristiana Schettini Pereira (2002) aborda a importância que estas mulheres possuíam para os “momentos de diversão” dos militares, sendo bastante comuns os casos de brigas e conflitos envolvendo estes dois grupos sociais.

os mesmos locais ou até mesmo viver nos mesmos bairros. Além disso, certamente muitos dos praças e superiores das forças policiais utilizavam dos serviços destas meretrizes. Pereira (2002, p. 15) salienta a importância das noções de masculinidade que norteavam as relações entre esses dois grupos:

Central para a relação de policiamento com mulheres identificadas como prostitutas era a valorização de certas noções de masculinidade por parte dos homens fardados, ainda que estas noções pudessem adquirir conteúdos específicos para seus superiores. As mulheres policiadas, por sua vez, encontravam maneiras diversas de agir nas fissuras e ambiguidades da organização e das hierarquias policiais.

Nesse sentido, apesar da imposição da masculinidade policial sobre estas mulheres, muitas delas encontravam meios de se manterem “ílesas” da vigilância, relacionando-se com estes homens, trocando favores e utilizando de estratégias, como por exemplo, a rivalidade existente entre os membros de diferentes forças policiais. Considerando isso, é bastante plausível que muitas destas mulheres exercessem a atividade da prostituição sob o olhar de policiais que utilizavam de sua autoridade sobre elas apenas em casos específicos e extremamente necessários.

Não só os policiais dos escalões mais baixos, que rondavam as ruas da cidade, se envolviam com estas mulheres. Por mais que comandantes e tenentes procurassem manter uma postura adequada, algumas características que tinham em comum com os praças faziam com que eles cometessem alguns deslizes.

O comandante da Brigada Militar João Baptista de Figueiredo foi incurso em um processo de responsabilidade, em agosto de 1895, por ter extraviado quantias pertencentes a Fazenda do Estado. Segundo a denúncia feita por seus colegas da Brigada, ele teria retirado uma quantia em dinheiro para pagamento dos praças de seu batalhão, entretanto, a maior parte do valor teria sido gasta por ele em atividades “ímorais”:

No mez de março do anno p. passado o Alferes João Baptista de Figueiredo, então Commandante do Piquete do Cidadão Dr. Presidente do Estado retirou sobre cautella firmada pelo seu punho, do Tesouro do Estado a quantia de 5:500:000 para addiantamento de etapas as praças que compunham aquelle piquete, tendo-se determinado o ajuste de contas da referida importância encontrou-se um desfalque de 3:335:200 sendo-lhe pedido informação do destino que dera a essa quantia, declarou o Alferes Figueredo, have-la perdido

casualmente do bolso. Este commando porém não se conformando com a informação prestada, por ter convicção de ser ela inexata, resolveu averiguar escrupulosamente o facto, allegando á conclusão de saber, haver o referido Alferes João Baptista de Figueiredo, gasto a importância desfalcada em assíduas orgias e especialmente grande parte dessa quantia, como é público e notório, com uma meretriz residente nesta capital de nome Maria da Conceição Dutra.

São chamados como testemunhas na investigação alguns colegas da Brigada Militar e o negociante Israel Afonso de Lima, amigo de Figueiredo, que disse estar com ele quando este se deu conta da perda do maço de dinheiro do bolso. Todos os militares que testemunharam, próximos do comandante, relataram que apenas sabiam dos fatos por ouvir dizer e que não sabiam se o dinheiro havia sido perdido casualmente ou utilizado, como consta na acusação, com orgias e meretrizes. Sem provas que comprovassem o extravio criminoso ou uso inadequado do dinheiro, João Baptista foi absolvido das acusações.

Apesar de serem escassas as informações presentes no processo de responsabilidade, a acusação feita contra Figueiredo por seus colegas, que dizem ser “público e notório” o relacionamento do comandante com a meretriz Maria da Conceição, bem como a sua frequente participação em orgias, não deve ter sido uma acusação infundada. Infelizmente, os depoimentos do processo não dão mais detalhes sobre a relação de Figueiredo com a meretriz, entretanto este tipo de vínculo afetivo entre os membros de postos um pouco mais elevados das forças militares/policiais e “mulheres da vida airada”, certamente não eram incomuns. A aproximação destes homens fardados com as meretrizes, muito provavelmente estava ligada a uma necessidade de afirmação de virilidade e honra masculina (não só uma afirmação para a sociedade, carregada por estereótipos de gênero, mas também uma auto-afirmação).

Ao falar sobre a honra masculina podemos citar a historiadora Carla Barbosa (2015) que percebe questões referentes à masculinidade e como elas eram colocadas *em cheque*, judicialmente, quando os homens não seguiam o modelo recomendado e esperado:

Para os homens, tanto das elites como os das outras camadas sociais, a percepção de sua honra era extrema e manifestada pela constante necessidade de reafirmar sua masculinidade. Ela era um importante capital simbólico, composto pelo caráter, estima, respeito, força física, vigor sexual, coragem e prestígio. (BARBOSA, 2015, p.107)

O relacionamento com muitas mulheres e principalmente com prostitutas, está ligado aos estereótipos construídos de masculinidade. A ideia de *possuir*, pagar e se relacionar com diferentes mulheres era uma afirmação de vigor sexual que, ao se aliar ao poder conferido às forças policiais, historicamente conhecidas pela coerção física, tornavam estes homens referência de autoridade e virilidade.

A prostituição no viés da dominação masculina é representada como uma forma dos homens utilizarem as mulheres como objetos sexuais, repercutindo consequências sociais negativas para as mulheres e a exaltação sexual para os homens em forma da masculinidade. Contudo, as mulheres, por viverem em uma sociedade marcada por preceitos machistas, classistas e racistas, viam na prostituição oportunidades de sustento e remuneração, ou seja, uma forma de trabalho<sup>420</sup>. Tanto os homens, quanto as mulheres possuíam estereótipos de conduta, os homens ligados ao trabalho e a rua e as mulheres a casa e a criação dos filhos. Contudo, esses estereótipos poderiam ser manejados conforme cada caso, administrando as relações de poder conforme as oportunidades.

Retornando ao relacionamento do comandante da Brigada Militar João Baptista de Figueiredo com a meretriz Maria da Conceição, citamos novamente Cristiana Pereira (2002, p. 40), a autora relata o caso de um inspetor que foi denunciado pelos praças, que eram seus subordinados, por “costumar passar suas noites de trabalho acompanhado de uma mulher na sala da delegacia”. Como se não bastasse, além de ordenar aos praças

---

<sup>420</sup> Adriana Piscitelli (2012, p.5) faz uma abordagem explicando as noções presentes nos modelos e linhas de discussões feministas sobre prostituição. Essa discussão torna-se importante para que o leitor compreenda a nossa perspectiva em relação à prostituição. Segundo a autora, seriam quatro as perspectivas sobre o tema: 1) Regulamentarista, 2) Trabalhista, laboral ou de “des-penalização”, 3) Proibicionista e 4) Abolicionista. Adriana Piscitelli recorda que são apenas modelos e que não operam de forma rígida: “Os críticos mostram que eles não operam de maneira pura, pois na prática se misturam aspectos de uns e outros, e convergem em afirmar que três deles, os modelos Regulamentarista, Proibicionista e Abolicionista, compartilham a condenação moral à prostituição”. No primeiro modelo, o Regulamentarista, a prostituição é aceita, mas como ameaça à saúde e a ordem, devendo ser controlada pelo Estado por meio de regulamentos e regras que garantam a moral e a saúde das prostitutas, como também pagamentos de impostos, já que haveria dispositivos de controle pessoais, sanitários, locais e policiais. O modelo Trabalhista acredita nos direitos laborais e reconhece o trabalho do sexo como uma atividade legítima e profissional. Ele não se esquivava de exigir uma regulamentação, mas voltada ao trabalho, como o de outras profissões e não como forma de controle. O Proibicionista considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades e partes envolvidas, já o modelo abolicionista penaliza apenas os que recrutariam e se beneficiariam da prostituição, aqui as prostitutas são consideradas vítimas. Indiferente de nossa posição acerca das vertentes sobre o trabalho sexual feminino, esclarecemos que não esquecemos ou excluimos mulheres que foram/estão submetidas a diversas formas de exploração sexual e opressão, pois a prostituição pode trazer danos físicos, psicológicos e emocionais, além de gerar opressões e violências. Também não esquecemos de que há uma série de características históricas que fomentam a prática da prostituição como exploração sexual e objetificação do corpo feminino.

que comprassem café para ele e sua acompanhante, o inspetor cedia aos caprichos da mulher que sofria “crises de ciúmes” quando alguma meretriz era conduzida a delegacia. Segundo a autora, para os policiais denunciantes, ao ceder aos caprichos da mulher o inspetor estava sendo incapaz de agir como uma autoridade:

Desta forma, eles mostravam que as ações junto às ‘meretrizes’ ocupavam um lugar importante na construção da autoridade desses homens frente aos seus subordinados. [...] os praças avaliavam seus superiores justamente por suas habilidades em não se deixar manipular por mulheres, o que pode ser remetido a uma certa versão de masculinidade semelhante àquela exibida nas ruas pelos homens fardados. (PEREIRA, 2002, p. 40-41).

É possível que, ao ser denunciado, a autoridade de João Baptista de Figueiredo estivesse sendo questionada por seus colegas e subordinados. É bastante provável que os praças que deveriam receber o adiantamento de seus soldos, e que não receberam devido à perda ou extravio da maior parte da quantia, motivados pela raiva, levantaram suspeitas sobre a idoneidade de Figueiredo, fazendo com que partes de sua vida pessoal viessem à tona. Seu relacionamento “público e notório” com a meretriz Maria da Conceição certamente era conhecido por estes seus colegas e subordinados, que acreditaram ser ela o motivo dos gastos do comandante.

Cabe destacar que para a meretriz Maria da Conceição poderia ser muito vantajoso manter um relacionamento com um comandante da Brigada Militar. Como já comentamos, nos primeiros anos da República onde as autoridades e elites buscavam modernizar, civilizar e impor a ordem na cidade, as prostitutas passaram a ser um dos focos do policiamento urbano. E por mais que a prostituição fosse uma atividade “socialmente aceita”<sup>421</sup> e conhecida por todos, procurava-se mascarar-la a fim de deixar a capital com ares mais civilizados. Nesse sentido, para estas mulheres, a proximidade com os policiais constituía-se em uma espécie de negociação que facilitava a manutenção e a liberdade de seu trabalho nas ruas da cidade sem sofrer continuamente com a repressão e arbitrariedade policial.

---

<sup>421</sup> Socialmente estigmatizada para a mulher, a prostituição era considerada imoral e suja, já para o homem era vista como um hábito aceitável, uma vez que a masculinidade estava ligada a ações sexuais. Magali Engel (2004, p. 86), ao examinar o significado da palavra prostituição, observa que ela é associada a: “imundície, charco, lodo, esgoto, sombra, escuridão, trevas, naufrágio, queda, decadência, abismo”. Estas palavras estão relacionadas à (i)moralidade, como a autora percebe, contudo, também são associadas à pobreza de espírito e física.

Paulo Moreira (2009, p.222 - 223), ao analisar as profissões encontradas nos processos criminais, nos anos de 1869 a 1888, na capital do Rio Grande do Sul, mostra que os serviços domésticos constituíam 34,7% das profissões encontradas, abrangendo mulheres que trabalhavam para terceiros, como também indivíduos sem ocupação definida. O historiador também encontra 2,4% de mulheres que viviam na prostituição, meretrício ou eram chamadas de “mulher dama”. O baixo número chama a atenção, gerando algumas explicações:

Primeiro, muitas destas profissionais deviam assumir a categoria *serviço doméstico*, negando suas atividades como *mulheres de má nota*. Além disso, as próprias autoridades, num período em que a “*moralização pelo trabalho*” vinha sendo pregada para sanar a causa da maioria dos crimes (já que o ócio era considerado a “*mãe dos vícios*”), negavam-se a dar o status de profissão a tais práticas, preferindo qualificações genéricas como “*serviço doméstico*”, “*sem trabalho*”, etc.<sup>422</sup> (MOREIRA, 2009, p.223 – 224)

O autor complementa explicando que “não devemos projetar sobre o passado, conceitos atuais englobando *um largo espectro de processos culturais*, dando o mesmo significado social a práticas complementares distintas” (MOREIRA, 2009, p.224). Ou seja, o trabalho feminino deve ser considerado numa lógica onde a mobilidade profissional era presente, podendo a prostituição ser temporária, como boa parte do mundo laboral popular.

De acordo com Cristiana Pereira (2002, p. 9) “devemos compreender e estudar a prostituição não no sentido de excepcionalidade, anomalia e sexualização de seus corpos, [as prostitutas] precisam ser consideradas através das várias interlocuções estabelecidas com os diferentes grupos sociais”.<sup>423</sup> Ao estudar casos de mulheres presas e processadas reincidentemente por vadiagem no Rio de Janeiro do início do século XX, Garzoni (2007, p. 105-106) comenta que muitas vezes a designação das mulheres como

---

<sup>422</sup> A moralização social auxiliava na invisibilização da prostituição como categoria de ofício ou profissão. Muitas mulheres acabavam negando as atividades e se qualificando como de serviços domésticos, por isso não conseguimos analisar historicamente muitas prostitutas. As fontes provenientes de órgãos repressivos tornam-se, portanto, observatório para a maioria dos historiadores que estudam a história da prostituição e da vadiagem, pois a prostituição não era crime, vadiar sim. Nos processos analisados, pouco encontramos sobre prostitutas, mas a referência como forma de xingamento era frequente, como veremos adiante.

<sup>423</sup> Tendo a prostituição como parte da vida social das trabalhadoras populares do final do século XIX, assumimos que nem só de exploração e imoralidade viviam essas mulheres, pelo contrário, mesmo em uma época onde a moral e a honra eram fundamentais para as relações e convivências, elas desafiavam com a autonomia do uso dos seus corpos um sistema religioso e de normas pré-estabelecidas.

prostitutas não aparecia na documentação<sup>424</sup>. Isto porque, como já foi comentado, a prostituição em si não era considerada crime de acordo com o Código Penal de 1890. A autora comenta que, apesar disso, muitos advogados e magistrados<sup>425</sup> do período alegavam que estas mulheres deveriam ser presas enquanto vagabundas, por estarem incursas no artigo 399 do Código Penal que previa prisão celular de 15 a 30 dias por:

deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.<sup>426</sup>

Ao analisar as ocorrências policiais presentes no jornal *A Federação*, entre os anos de 1886 a 1895, Flores (2018, p. 107) encontra apenas 17 mulheres descritas como meretrizes que foram encaminhadas a cadeia civil. Apesar da possibilidade de prender estas mulheres pelo artigo 399, nas ocorrências policiais, as meretrizes que aparecem registradas foram detidas por outros delitos, sobretudo embriaguez e desordem, e não por vadiagem. As poucas prisões de prostitutas evidenciam que, de fato, estas mulheres utilizavam da proximidade com os policiais e militares a seu favor, escapando assim das “garras da lei”. Os policiais, por sua vez, também “fechavam os olhos” para muitas das situações nas quais elas se envolviam, não só por considerarem a atividade legítima, como também por manterem uma série de trocas e acordos com as meretrizes:

Embora haja muitas mulheres descritas como ‘meretrizes’, isso não era o que havia motivado seu registro na delegacia, ou seja, ‘ser meretriz’ não era uma acusação ou algo que simplesmente justificasse prisões (ao menos as registradas nesses livros). Pelo contrário, em muitos casos, os policiais eram instados a atender essas mulheres, protegê-las, acionar mecanismos de assistência, entre outras funções. Isso nos leva a pensar que, não só os policiais viam essa ocupação como legítima, como as mulheres se sentiam relativamente seguras

---

<sup>424</sup> Importante destacar que certamente muitas mulheres que utilizavam da prostituição como forma de subsistência, seja temporária ou não, tentavam se proteger dos julgamentos legais ou morais mentindo ou omitindo sua condição. Era comum que muitas delas alegassem ser criadas, lavadeiras ou trabalhadoras dos serviços domésticos.

<sup>425</sup> Um dos magistrados a quem Garzoni (2007, p. 100) se refere é Antônio Bento de Faria (1876-1959), advogado, jornalista e escritor brasileiro. Ao comentar o Código Penal em 1904 ele justificava a prisão das prostitutas como vagabundas por exercerem funções manifestamente ofensivas a moral e aos bons costumes. Cabe destacar que, em contrapartida, haviam advogados como Evaristo de Moraes que consideravam “que as prostitutas não deveriam ser presas e processadas por vadiagem”, pois “essa medida só atingiria as mulheres que se prostituíam e não os homens que se serviam da prostituição”, já que para a existência da prostituição era necessária a clientela e, portanto, era injusto que a punição “recaísse em apenas uma das partes” (GARZONI, 2007, p. 101).

<sup>426</sup> Código Penal de 1890, capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras. Grifo nosso. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm)>.

para solicitar a sua ajuda em determinadas circunstâncias. (GARZONI, 2007, p. 105).

Mais comum do que a relação das prostitutas com comandantes, inspetores e delegados, era a relação destas mulheres com homens dos escalões mais baixos das instituições policiais e militares. As frequentes e rotineiras rondas e patrulhas destes homens fardados pelas ruas, fazia com que constantemente eles entrassem em contato com as meretrizes, não só para vigia-las e reprimi-las, como também para trocar favores e utilizar de seus “serviços”. Muitas vezes a proximidade com estas mulheres acirrava as disputas e inimizades existentes entre membros de diferentes corporações, como os militares e os guardas municipais. Conforme Pereira (2002, p. 37), muitos dos comandantes utilizavam a presença das prostitutas na rua como uma forma de justificar o comportamento de seus subordinados:

Dado que as ruas estavam ‘infestadas’ de prostitutas, as confusões por causa delas seriam algo natural, praticamente uma fatalidade. Implícita nessas explicações estava a noção de que os homens, em especial homens de baixo escalão, como praças e soldados, eram donos de instintos sexuais que sobreporiam a qualquer ponderação racional, noção que de resto justificava a existência da prostituição como uma necessidade social, um recurso que evitaria a sodomia e outras práticas sexuais consideradas transgressoras aos olhos dos oficiais e comandantes.

Em relatório de ronda da Guarda Municipal, de 4 de janeiro de 1893, o oficial João Canto do Amaral relatou ao seu comandante sobre um conflito que se deu entre um praça e um sargento da Brigada Militar, além da patrulha que fazia a ronda no local, compareceu também um alferes da Brigada para apaziguar a situação. Entretanto, apesar da briga ter ocorrido entre os dois homens, quem acabou atrás das grades da cadeia civil foram três mulheres que estavam envolvidas no conflito:

A patrulha do 1º. quarto do Alto da Bronze, comunicou-me que um sargento da Brigada Militar teve um conflito com uma praça do 11º. Regimento, comparecendo um alferes da referida Brigada, este prendeu e mandou conduzir a Cadea Civil, três mulheres que estavam envolvidas no conflito, isto a ordem do Dr. Chefe de Polícia. A patrulha da rua da Conceição prendeu e conduziu a Cadea, a ordem do Dr. Chefe de Polícia, uma mulher de cor preta, por embriaguez e desordem.<sup>427</sup>

---

<sup>427</sup>AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal.



É possível que estas três mulheres presas por estarem envolvidas no conflito no Alto da Bronze fossem meretrizes e, portanto, acabaram sendo “responsabilizadas” pela briga, numa tentativa do alferes da Brigada de proteger e justificar o comportamento indisciplinado do praça e do sargento<sup>428</sup>. Como comentado, era comum que as meretrizes fossem, por vezes, o motivo ou o estopim das rivalidades e brigas entre os homens fardados. Contudo, quando elas estavam presentes e diretamente envolvidas, as proporções da disputa entre homens tornavam-se maiores. Pereira (2002, p. 44) salienta que estes homens viviam em um processo constante de construção da sua autoridade e “um confronto com outros homens, diante de um público composto em grande parte pelas próprias mulheres, significava perder a ‘força moral’” e “sem a ‘força moral’, não haveria arma nem farda suficiente para transformar um homem em autoridade”. Era, portanto, imprescindível para eles que não perdessem ou parecessem fracos diante do público feminino.

Buscando exemplificar um caso de resistência feminina envolvendo policiais, citamos um processo criminal em que o promotor público denuncia Idalina Carvalho da Silva, de 22 anos, solteira e do serviço doméstico como incurso nas penas do artigo 304 do código penal, por ter na noite de 25 de outubro de 1892 dado facadas no praça do 13º Batalhão de Infantaria João Ignácio Pacheco próximo a uma taverna existente nos fundos da Escola Militar<sup>429</sup>.

No auto de perguntas feito a João Ignácio Pacheco “respondeu que hontem a noite quando passava por uma taverna que existe atrás da escola militar foi interrompido pela mulher de nome Idalina Carvalho da Silva que o fez parar e perguntou-lhe: ‘não paga nada’”. Nessa fala o praça Pacheco dá alusão que a ré é de vida fácil, e possivelmente prostituta, a fim de diminuí-la perante a lei, mostrando como a referência a prostituição poderia soar negativamente no campo jurídico, como também no social. Até poderíamos pensar que ser abordado por uma profissional do sexo, era

---

<sup>428</sup> O Alto da Bronze – atual Praça General Osório – localiza-se entre as ruas Duque de Caxias, Coronel Fernando Machado e General Portinho. Segundo Constantino (1994, p. 94), havia neste local uma casa de porta e janela onde morava Felizarda, “conhecida como ‘não-sei-o-quê-de-bronze’, que acabou por emprestar seu apelido” ao lugar. Nesta casa e local viviam as “mulheres que ofereciam prazeres por sussurros”.

<sup>429</sup> “Art. 304. Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incurável e que prive para sempre o offendido de poder exercer o seu trabalho.” Código Penal de 1890, disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> acessado em 26 de setembro de 2017.

uma descrição de experiências comuns da época para quem circulava por aqueles espaços urbanos à noite, contudo é muito provável que João Ignácio e Idalina vivessem em uma relação de amasiamento e, portanto, ele utilize dessa expressão para ofender a moral da ré.<sup>430</sup> Não descartamos a possibilidade de que Idalina fosse prostituta, pois como visto por Lericce Garzoni (2007) muitas prostitutas se envolviam com agentes policiais, usando esses envolvimento como estratégias em caso de apreensões.

Vejamos como João Ignácio é abordado pelo advogado de defesa:

Idalina Carvalho da Silva victima das brutalidades e da embriaguez de um soldado offendido acha-se submetida a processo e coagida de sua liberdade.

Idalina infeliz e amasiada com o offendido que a alimentava com a aguardente privando-a de alimentos alem de espancala sob o frívolo pretexto de ciúmes, fatigada com o tal viver declarando formalmente na noite de 25 de outubro do corrente anno não querer viver com o offendido que a matava de fome e que procuraria outro homem, O offendido possuído do furor dando-lhe duas cacetadas (declaração do offendido fls 5.) atacando-se com a infeliz tentou estrangula-la (depoimento da primeira testemunha fls11), e a accusada é inferior em forças ao offendido e sem duvida com temor da morte, somente se lembra que uma onda de sangue subiu-lhe de perto a cabeça, e quando a demanda que o agredido defendendo como puder? [...]

Covarde o offendido, desde que amancebado-se com uma mulher sem dar-lhe o necessário para a vida; a sujeita ao vicio da bebida, e depois por não querer a desgraçada viver com o seu algoz, a espanca e tenta assassinal-a! [grifos nossos]

Neste trecho redigido pelo advogado de defesa temos um riquíssimo discurso que manipula representações sobre como João Ignácio Pacheco não exerceu seu papel masculino. Vemos que “o offendido que a alimentava com a aguardente, privando-a de alimentos, alem de espancala sob o frívolo pretexto de ciúmes”, ou seja, por estar amasiado com Idalina o praça Pacheco (como é nomeado pelas testemunhas) não cumpria seu papel de amásio/marido, que era de alimentar a mulher, a ponto dela optar por romper o amasiamento, pois ele “a matava de fome” e mais, dava-lhe aguardente, provocando o vício da bebida em Idalina.<sup>431</sup> Também chamado de covarde por espancar sua “amancebada” a quem não lhe dava comida, apenas bebida, o praça Pacheco assim é

<sup>430</sup> Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo número 1765, maço 72, estante 11.

<sup>431</sup> Isto também foi uma estratégia da defesa para justificar a embriaguez de Idalina. “Art. 397. Fornecer a alguém, em logar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal-o, ou de augmentar-lhe a embriaguez: Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias”. Código Penal de 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acessado em 26 de setembro de 2017.

desqualificado no discurso da defesa, pois não poderia agredir Idalina já que não era cumpridor do seu papel de masculinidade que era cuidar e alimentar a companheira, mesmo que envolvidos em uma relação afetiva-sexual consensual. Havia uma forte percepção e ‘juízo de caráter’ sobre o homem que deveria ser mantenedor e provedor de sua família, independente do grupo social que se pertencia<sup>432</sup>. De acordo com Boris Fausto (1984, p.10):

O “marido exemplar” se define pelo desempenho na esfera privada do papel de proteção e assistência, possibilitado pelo exercício de uma atividade pública – o trabalho. Se o marido for pobre, o papel é entendido em termos estritamente materiais (o sustento do lar); se fugir à condição de pobreza, compreende em algum grau a “assistência espiritual” que não se espera de “gente rude”. Em regra, a valoração positiva do marido é expressa por testemunhas através de qualificativos como “boa pessoa”, “homem de caráter pacífico”.<sup>433</sup> [...] Por sua vez, a imagem do marido será tanto negativa quanto mais se afastar das expectativas de proteção e assistência à família. (Fausto, 1984, p.10)

Idalina é *infeliz* por ter se amasiado com um homem que não cumpria seu papel social. *Vítima* por viver amancebada com um homem que a levou ao vício da embriaguez. *Desgraçada* por ser espancada quando quis procurar outro homem que a alimentasse. Por estar em desgraça com um praça que não cumpria suas obrigações, era justificável Idalina ir à procura de outro homem que conseguisse lhe prover o sustento.<sup>434</sup> Aqui vemos bem demarcado os discursos de gênero, o homem como mantenedor e a mulher como dependente. Uma mulher agredir fisicamente um homem poderia ser visto como motivo de chacota pela população, principalmente por ele fazer parte de um corpo policial, o qual deveria ser conhecido pela cidade, já que aí encontramos uma inversão de papéis, pois ela se valeria de uma qualidade masculina, a força física, e ele de uma característica feminina, a passividade.<sup>435</sup> Outro ponto

---

<sup>432</sup> Ver mais em: BARBOSA (2015); FAUSTO (1984).

<sup>433</sup> No processo estudado é inquerido as testemunhas qual o comportamento do praça Pacheco, sendo que todas dizem não saber.

<sup>434</sup> “[...] o homem de renome “sabia fazer”, em sentido amplo. Esta conduta envolvia saber comportar-se, ter propriedade e domínio de si, e cumprir seus deveres de forma exemplar como pai, marido e conhecer seu lugar no ordenamento social.” BARBOSA (2015, p.114)

<sup>435</sup> De acordo com Barbosa (2011, p.99) “a implantação dos moldes da família burguesa era essencial para a modernização e a ordem. As determinações das novas regras tinham o apoio da ciência: a medicina social assegurava as “características femininas” (fragilidade, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, subordinação da sexualidade à maternidade) por razões biológicas. Quanto ao homem, sua “natureza autoritária”, empreendedora, racional e sexual estava ligada a sua força física.

importante é que uma das fachadas foi dada na virilha de Pacheco, uma possível estratégia para ferir e tirar sua ‘masculinidade’, ou, talvez, uma vingança contra alguma ofensa cometida, possivelmente sexual.<sup>436</sup>

A argumentação da defesa teve boa aceitação, já que o caso foi encerrado por falta de provas. Carla Barbosa (2011, p.106) faz uma observação sobre relacionamentos: “estes laços conjugais e de amasiamento reproduziam certos valores de recorte cronológico e social. O poder é aqui entendido como sinônimo do poder patriarcal”. O patriarcalismo dava direitos civis aos homens sobre suas mulheres praticamente sem restrições, como explica a historiadora. Continuando o raciocínio Carla Barbosa explica que “a dominação patriarcal ainda configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, tendo uma base material e representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. Mas nem sempre encontramos nas fontes criminais a reprodução de estruturas de poderes patriarcais e muitas mulheres, como Idalina, possivelmente revoltadas com alguma situação, utilizavam da agressão para reivindicar um incômodo que vinham vivendo.

Ser chamada de prostituta, ou um xingamento que aluda a esta ocupação, também deve ser pensado como uma forma de desvalorização do feminino, pois nem sempre ser chamada de prostituta significava que a mulher exercia essa atividade. Os policiais referidos nesse texto poderiam chamar de prostituta um relacionamento mais casual, ou uma ex-amásia, por exemplo. Cláudia Fonseca (1997, p. 532) explica que a definição de falta de moral feminina é tão ampla que xingamentos como este poderiam ser “uma arma potencial contra praticamente qualquer mulher adulta”.<sup>437</sup> As dúvidas e a suspeita policial recaíam sobre as mulheres que andavam nas cidades, pois não era local

---

Assim justificava-se através das características atribuídas às mulheres uma atitude de submissão e um comportamento que não maculasse a sua honra”.

<sup>436</sup> Será que o praça Pacheco teve relações com outras pessoas? Não sabemos, pois nada foi declarado no processo, mas Maíra Ines Vendrame (2016), ao estudar versões da morte de um padre imigrante italiano, encontra testemunhos de que ele poderia ter sofrido ataques no “baixo ventre” devido a uma possível ofensa contra a honra de uma jovem. A autora explica que agressões nessa região sugerem punição a ofensas sexuais cometidas, vingança contra crimes sexuais.

<sup>437</sup> Cláudia Fonseca (1997, p.316) explica que a mulher que trabalha podia ser confundida com as “mulheres públicas”, “em vez de ser admirada por ser ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário”. Ser chamada de prostituta poderia soar tão ofensivo naquela sociedade, pois como vimos os boatos corriam soltos e isso poderia sujar a honra de uma mulher, não só pensando por um possível casamento perdido, mas também por uma oportunidade de emprego, um favor, ou outro tipo de socialização. Sobre representações e cotidianos da mulher popular em Porto Alegre ver: ALMALEH (2018).

recomendado para a circulação desse público. A mulher considerada pública, ou seja, a mulher que circulava nas ruas da cidade por diversos motivos, tinha dificuldades em se defender, pois era considerada desonrada, como se não tivesse nada a preservar. Esse discurso, que segue a linha de padrões pré-determinados para as mulheres, é válido para compreendermos a nossa herança cultural e social do conceito de *mulher fácil*, encontrado nos discursos de abusadores, justificando padrões de conduta feminina e, mais gravemente, abusos sexuais e mentais.<sup>438</sup>

### Considerações finais

As justificativas para a manutenção da prostituição e do relacionamento dos soldados e policiais com as meretrizes estavam associadas às ideias de masculinidade e virilidade vigentes no período, ideias que se manifestavam não só no comportamento sexual destes homens fardados, mas também nas brigas e conflitos que frequentemente ocorriam entre eles. Contudo, quando tais conflitos envolviam mulheres, a necessidade de “provar” sua masculinidade fazia com que estes indivíduos levassem os confrontos de forma ainda mais violenta.

Os breves casos aqui relatados são apenas uma pequena amostra das cotidianas relações que os homens de farda mantinham com as “mulheres de vida airada”. Tais relações, por vezes delicadas, envolviam uma série de negociações, não apenas com as meretrizes, mas também com seus colegas de trabalho, que viviam em constante processo de construção de autoridade, autoridade esta que deveria ser reconhecida pela população:

---

<sup>438</sup> De acordo com a revista Exame: “Uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Só de agressões físicas, o número é alarmante: 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora. Esses números, que mostram o persistente problema da violência contra as mulheres no Brasil, fazem parte de uma pesquisa feita pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança. Os dados, divulgados hoje, no Dia Internacional da Mulher, mostram que 22% das brasileiras sofreram ofensa verbal no ano passado, um total de 12 milhões de mulheres. Além disso, 10% das mulheres sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. E ainda: 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro. A pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família. E o agressor, na maior parte das vezes, é um conhecido (61% dos casos). Em 19% das vezes, eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex-companheiros. As agressões mais graves ocorreram dentro da casa das vítimas, em 43% dos casos, ante 39% nas ruas.” Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>> Acessado em 30 de setembro de 2017.

No exercício de suas atribuições, eles mobilizavam um conjunto de valores que fundamentava suas ações e suas negociações diárias por autoridade. As autoridades que eles mesmos reconheciam e esperavam que fossem reconhecidas pela ‘população’ a ser vigiada – nesse caso, ‘as meretrizes’ que viviam no centro da cidade – passava, por um lado, pela habilidade de dar ordens a elas, de estabelecer acordos, pela prerrogativa de admoestá-las, por não se mostrar ‘relaxado’ e não deixa-las abusar, e por outro, por não serem questionados ou desautorizados por homens pertencentes a outras corporações ou graus hierárquicos. (PEREIRA, 2002, p.43).

Além disso, o caso de Idalina com o praça Pacheco nos mostra que as mulheres nem sempre aguentavam caladas as prerrogativas de seus amásios, mesmo que esses fossem parte de uma camada da população que trabalhava em órgãos de controle social, como a polícia.

Por fim, no que toca a noção de masculinidade, que esteve presente ao longo deste texto, citamos aqui, por concordar, a definição de Mauch (2008, p. 5): “Por masculinidade entendo os valores e atributos histórica e culturalmente construídos como ‘de homens’ nas relações sociais e de gênero”. Assim como o conceito de virilidade, os significados da masculinidade são reformulados de acordo com o tempo, com a cultura e com as experiências de cada um. Pensamos, contudo, que algumas características fazem parte da noção de masculinidade da sociedade brasileira desde séculos passados até o presente. A necessidade de afirmar-se como dominante, como mais forte e mais capacitado, ainda é algo que permanece na maior parte dos homens, o que acabava influenciando não só nos recorrentes episódios de abuso e violência contra as mulheres, como também em brigas e conflitos no trânsito, nos bares e na rua e que, assim como no XIX, servem para que os homens reafirmem e “meçam” entre si, sua honra, virilidade e masculinidade.

## Referências

ALMALEH, Priscilla. *Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900)*. 2018. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. “*José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina*”. Relações de gênero e violência afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1889-1930). 2015. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FLORES, Giane Caroline. *Sob a farda da polícia: controle social trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX)*. 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In PRIORE, Mery del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 511-531.

GARZONI, Lericce de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007, Dissertação (mestrado).

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. (p.143 – 179).

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002, Tese (doutorado).

PAROLO, María Paula. *Ni súplicas, ni ruegos: las estrategias de subsistencia de los sectores populares en Tucumán en la primera mitad del siglo XIX*. Rosario: Prho historia ediciones, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p.263 – 274, jul/dez 2008.

\_\_\_\_\_. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. In. *Cuadernos de Antropologia Social*, n.36, 2012, p.11-31.

SCOTT, Joan W. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoria postestructuralista. *Feminist studies*, vol. 15, n.2, p.71-99, jul-dez 1990.

VENDRAME, Maria Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH – RS, 2016.

## **Quanto vale a vida de uma mulher na China? Uma análise das memórias de opressão presentes no livro “As boas mulheres da China”\***

Bettina Pinheiro Martins \*\*

Analisar a história da China não é uma tarefa fácil. Compreender aproximadamente cinco mil anos de história, com olhos ocidentais, nos coloca frente a barreiras culturais, sociais e linguísticas que precisam ser atravessadas com cuidado para não dar margem a equívocos. Entretanto, o pesquisador ocidental encontra-se livre de tabus e algumas práticas sociais enraizadas na sociedade chinesa, o que possibilita uma criticidade maior em relação à história.

Embora, desde o começo do século XX, a história da China venha atraindo a atenção de pesquisadores e pessoas do senso comum, a mesma se revela ainda um mistério: vários aspectos de sua história se encontram muito bem guardadas na memória dos chineses, e são poucos os que se encontram dispostos a revelá-las. É o caso da história das mulheres. Para os chineses, os detalhes da vida cotidiana e íntima dificilmente são expostos. A China, como sociedade patriarcal, vê na figura da mulher a representação da feminilidade e da passividade. A ideia confuciana de que "numa mulher, a falta de talento é uma virtude" continua presente na imagem que a mulher chinesa tem aos olhos masculinos, e muitas vezes aos seus próprios olhos (XINRAN, 2008).

A partir da instalação da República Popular da China pelo Partido Comunista Chinês (PCC) em 1949, é unânime dizer, entre os pesquisadores, que o país mergulhou num contexto jamais visto em outros países. Embora suas raízes tenham caráter

---

\* A análise aqui apresentada é um fragmento de uma pesquisa maior, que resultou na Monografia para a obtenção do grau de bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas.

\*\* Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas.



marxista-leninista, possui características próprias, um "socialismo à moda chinesa". A historiografia, grosso modo, divide o período da liderança de Mao Zedong em três momentos: a repressão aos direitistas, o *Grande Salto para Frente* e a Revolução Cultural.

A Revolução Cultural, período principal para a análise desta pesquisa, é entendida pela maioria dos historiadores como tendo ocorrido entre 1966 e 1969. Entretanto, para a maioria dos chineses (Shu, 2012), ela só terminou em 1976 — ano da morte de Mao Zedong. A política do período foi marcada pela intolerância. Conforme lembra Pinheiro- Machado (2013), pouco a pouco, toda e qualquer ação era condenada com penas que variavam entre a reeducação no campo, a prisão, a tortura e a difamação e humilhação.

A intolerância, a ortodoxia, a violência, o culto à personalidade de Mao, as campanhas antidireitistas e a adesão em massa dos jovens à Guarda Vermelha foram características marcantes da época. Intelectuais, filhos de intelectuais, burgueses e suas famílias, antigos proprietários de terras, amigos de pessoas suspeitas: todos eram condenados e perseguidos. O medo de ser considerado inimigo do comunismo fez com que a China instaurasse uma fase de denúncia, pânico e paranoia social. Para se proteger e mostrar fidelidade a Mao, os indivíduos delatavam todo e qualquer comportamento suspeito. O *Livro Vermelho*<sup>439</sup>, de Mao — que trazia suas reflexões políticas marxistas — foi consumido em proporções recorde, constituindo o segundo livro mais lido da história da humanidade, perdendo apenas para a Bíblia Sagrada. (PINHEIRO-MACHADO, 2012, p. 124)

Durante sua política de idolatria à sua personalidade, Mao voltou-se para os meios de comunicação, sobretudo o *Diário do Povo*<sup>440</sup>, que despejou sobre o país um editorial após o outro, reafirmando a "autoridade absoluta" do presidente Mao, chamando os jovens para "varrer os diabos e demônios" e mobilizando a população para a Revolução Cultural. (SHU, 2012, p. 73). A partir da inclusão destes jovens ao movimento, deu-se início a uma das principais características do período — os chamados Guardas Vermelhos.

---

<sup>439</sup> Criado para promover o culto à personalidade de Mao Zedong, o Pequeno Livro Vermelho uma coleção de citações muito curtas do líder, servia como mecanismo de doutrinação (SHU, 2012).

<sup>440</sup> Jornal oficial do Partido Comunista Chinês e principal meio de comunicação do governo com a população.

Os guardas vermelhos eram, majoritariamente, alunos do ensino médio e superior dos anos de 1966-1968. Nasceram pouco antes ou depois de 1949, desde a infância, foram instruídos para odiar a velha sociedade e adorar o partido e o presidente Mao. Sob estímulo de Mao, os jovens se organizaram em pequenos grupos dos guardas vermelhos, e o movimento logo se transformou num furacão político que arrastou toda a China e colocou a nação chinesa de ponta cabeça. (SHU, 2005, p. 137)

Nesta conjuntura, uma onda de vandalismo tomou conta da sociedade chinesa. "Rapidamente os guardas vermelhos invadiam as casas, confiscavam e queimavam os livros e objetos antigos, espancando e humilhando as pessoas que parecessem não se conformar com o espírito das coisas." (SHU, 2005, p. 151) No campo, a violência era sentida na mesma medida. "As comunas populares e as aldeias ao redor das grandes cidades tinham igualmente os seus guardas vermelhos." (SHU, 2005, p. 152)

Para o autor, a extensão da violência dos jovens Guardas Vermelhos sugere "a verdadeira profundidade da frustração que estava no centro da sociedade chinesa". (SHU, 2005, p. 164)

Os jovens precisavam de pouco estímulo de Mao para se levantar contra seus pais, professores, quadros partidários e os mais velhos e para executar incontáveis atos de sadismo calculado. Durante anos, tinham sido convocados a levar uma vida de sacrifício revolucionário, contenção sexual e obediência absoluta ao Estado, tudo sob condições de controle perpétuo. Sentiam-se reprimidos, irados e conscientes de sua impotência. Assim, aceitaram avidamente a ordem de eliminar toda a restrição, e os alvos naturais eram aqueles que pareciam restringir suas vidas. Para eles, o todo-sábio e todo-culto Mao era o salvador. (SHU, 2005, p. 164-165)

O movimento dos Guardas Vermelhos terminou em 1969 e, em abril desse mesmo ano, o PCC convocou seu IX Congresso, declarando oficialmente -vitorioso a política da Revolução Cultural. Entretanto, "o povo chinês se refere ao período de 1966 a 1976 como os "10 anos de grandes desastres" (*shi-nian haojie*), e na China, normalmente, a Revolução Cultural é sinônimo de "grande tumulto" e "grande caos". (SHU, 2012, p. 112) Conforme Pinheiro-Machado (2012, p. 127), "o governo chinês se desculpou pelos excessos e atrocidades da Revolução Cultural e considera o pior horror já praticado por sua política". Entretanto, estupros, violências físicas e psicológicas,

distúrbios mentais, assassinatos, perseguições e prisões são alguns dos efeitos desta histeria que foram sentidos em todos os cantos da China durante o período da Revolução, e são alguns dos traumas carregados até hoje.

Para a realização deste artigo, fez-se o uso, como fonte de pesquisa, do livro de não-ficção intitulado “*As Boas Mulheres da China: vozes ocultas*”, de autoria da jornalista chinesa Xue Xinran, publicado no Brasil em 2003 pela editora Companhia das Letras e, originalmente, em Londres, no ano de 2002, pela editora Chatto & Windus. Xinran, a autora, expõe, ao longo de quatorze relatos presentes no livro, memórias de opressão, violência e abandono sofridas por mulheres chinesas durante a segunda metade do século XX.

O livro nos apresenta à uma coletânea de relatos pessoais de mulheres chinesas, reunidos por Xinran ao longo de quase uma década, entre 1989 e 1997, período em que a autora trabalhou como apresentadora no programa de rádio *Palavras na brisa noturna*, situado na cidade de Nanquim.

Nele eu discutia vários aspectos do cotidiano e usava minhas próprias experiências para obter a confiança dos ouvintes e sugerir meios de lidar com as dificuldades da vida. [...] O programa era uma coisa nova, inclusive para mim. Eu estava só começando como apresentadora e tentava fazer algo que nunca se fizera no rádio. (XINRAN, 2003, p.15)

Em *Palavras na brisa noturna*, Xinran procurava abrir um espaço para que as pessoas pudessem se sentir à vontade para respirar e desabafar, caso quisessem, após anos de repressão política. Em 1949, com o Partido Comunista Chinês (PCC) subindo ao poder na China, a mídia tornara-se o porta-voz do Partido e fornecia as únicas informações a que os chineses tinham acesso (XINRAN, 2003). Questões pessoais eram reprimidas em nome da Revolução.

Quando Deng Xiao Ping iniciou o lento processo de abertura da China, em 1983, tornou-se possível para os jornalistas, caso fossem corajosos, tentar fazer mudanças sutis na maneira como apresentavam as notícias. Também se tornou possível, embora talvez mais perigoso, discutir questões pessoais na mídia. (XINRAN, 2003, p.15)

Na primavera de 1989, Xinran recebera uma carta em seu programa, pedindo por ajuda. Um garoto de nome Zhang Xiaoshuan<sup>441</sup> lhe escreveu relatando um caso de abuso na aldeia onde morava, cerca de duzentos e cinquenta quilômetros de distância de Nanquim. Um homem velho, de sessenta anos, havia recentemente comprado uma esposa, de doze anos de idade. Para que a menina não fugisse, ele amarrou-a com uma corrente de ferro. Foi a primeira carta recebida por Xinran contendo um pedido de socorro. Intervir na situação fora visto com reprovação até mesmo pelas autoridades estatais, que não viam motivo para interferir num costume aldeão praticado há anos. Conforme relata XINRAN (2003), a lei não tinha poder algum no interior. Os camponeses temiam apenas as autoridades locais, que controlavam seus suprimentos, fertilizantes e ferramentas agrícolas. Esta conjuntura fora o que abriu seus olhos para a situação da figura feminina na China moderna.

Não recebi nenhum elogio por salvar a menina, só críticas por "deslocar soldados, causar agitação entre as pessoas" e desperdiçar o tempo e o dinheiro da emissora. Fiquei abalada com essas queixas. Havia uma garota em perigo e, ainda assim, ir em socorro dela foi visto como "exaurir as pessoas e drenar o tesouro". Quanto valia, exatamente, a vida de uma mulher na China? Essa pergunta começou a me perseguir. A maioria das pessoas que me escreviam na rádio eram mulheres. Geralmente eram cartas anônimas ou assinadas com um nome fictício. Muito do que diziam me causava um choque profundo. Eu achava que compreendia as chinesas. Lendo as cartas, percebi como estava enganada. Elas viviam uma vida e enfrentavam problemas com que eu nem sequer sonhava. (XINRAN, 2003, p.17-18)

A partir desta situação, Xinran começou a interessar-se pela vida íntima das chinesas, de modo a colher relatos e fazer entrevistas ao longo dos oito anos seguintes. Para esta pesquisa, escolheu-se dois dos relatos apresentados pela autora em seu livro. Os relatos escolhidos são: *A menina que tinha uma mosca como animal de estimação*, p.21–49; *A mulher cujo casamento foi arranjado pela Revolução*, p.134–144. A escolha destes como fonte de pesquisa se dá diante da ideia de inseri-los no contexto da China pós 1949 e analisá-los através de uma perspectiva histórica, traçando um panorama da sociedade chinesa atual e sua relação com as mulheres e discutindo gênero, sociedade e tradição.

---

<sup>441</sup> Nome fictício. Todos os nomes mencionados no livro são ficcionais. Foi uma escolha da autora para preservar a identidade das pessoas envolvidas.

**“A menina que tinha uma mosca como animal de estimação”**

Hongxue, estuprada pelo pai pela primeira vez aos 11 anos de idade. Dividia um aposento num dormitório coletivo com o pai e o irmão mais novo. Durante a Revolução Cultural, dormitórios coletivos eram comuns, de modo a igualar todos os membros do PCC. A história de Hongxue foi sabida por Xinran através de cartas e folhas de diário que esta recebeu em seu programa de rádio, em 1989. Estas folhas continham o selo e o endereço de um hospital na província de Henan, onde Hongxue estivera internada durante a década de 1970. No diário, Hongxue relatava o horror vivido por ela durante o tempo em que dividira o aposento com seu pai, que era militar, e sua luta para tentar afastar-se dele.

Naquela altura tinha parado de fingir que era “amor paterno”. Ameaçava-me, dizendo que, se eu contasse para alguém, seria criticada em público e teria que desfilar pelas ruas com palha na cabeça, porque eu já era o que chamavam de “um sapato usado”. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.25)

Por causa desta situação, Hongxue começou a ficar gravemente doente. Emagreceu muito rápido e começou a ter graves crises de pânico. Entretanto, mesmo internada, seu pai arrumava pretextos para molestá-la. A partir da primeira ida ao hospital, Hongxue encontrou, em meio às injeções, remédios e exames, um meio de fugir dos abusos, passando a ficar doente propositalmente. Quanto mais graves eram seus ferimentos, mais tempo longe da casa de seu pai ela passava, criando a partir disto um mecanismo de defesa.

No inverno, encharcava-me de água fria e saía para o gelo e a neve. No outono, comia comida estragada. Uma vez, em desespero, estendi o braço embaixo de um pedaço de ferro que estava caindo, para cortar a mão esquerda na altura do pulso. (Não fosse por um pedaço de madeira macia embaixo, eu certamente teria perdido a mão.) Nessa ocasião, ganhei sessenta noites inteiras de segurança." *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.27)

Ao longo dos anos, Hongxue ficara internada com cada vez mais frequência, de modo que sua realidade familiar se tornou os médicos e enfermeiros do hospital. Seu diário data do ano de 1975, quando tinha dezessete anos de idade. No dia 21 de abril, Hongxue escreveu sobre sua vontade em criar um filhote de mosca dentro do hospital, como animal de estimação.

No domingo passado não tive nenhum tratamento intravenoso, então dormi bem, até ser despertada por uma sensação suave na pele, um arrepio. Como só estava parcialmente acordada e com muita preguiça de me mexer, fiquei imaginando de onde viria a sensação. Fosse a causa qual fosse, continuava lá, subindo e descendo apressada pela minha perna, mas não me perturbava nem me assustava de maneira alguma. Era como se um par de mãos minúsculas me acariciasse suavemente. Eu me senti muito grata àquele par de mãozinhas e quis saber de quem eram. Abri os olhos e vi: era uma mosca! Que horror! Moscas são cheias de germes e sujeira de esgoto! Mas eu não sabia que as patas de uma mosca podem ter um toque tão suave e leve, ainda que sejam sujas. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.32)

A partir deste contato, Hongxue começou a criar um filhote de mosca no dia 6 de maio, alimentando-o e o deixando num "ninho" de gase em cima da mesa-de-cabeceira. Cuidava-o incansavelmente, com medo de que a mosca fugisse ou fosse morta por algum funcionário, o que acabou acontecendo no dia 9 de junho. A mosquinha fora esmagada dentro do saco de gase, sem querer, pelos enfermeiros do hospital.

Pobre mosquinha. Morreu sem nem mesmo ter crescido. Coloquei-a com todo o cuidado numa caixa de fósforos que eu vinha guardando fazia muito tempo. Forrei a caixa com um pedaço de algodão branco que puxei do recheio do meu acolchoado. Quis que ela dormisse com um pouco mais de conforto. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.37-38)

Hongxue não enterrou a mosca, mas colocou-a, dias mais tarde, dentro de um

bombom de licor que ganhara de uma das enfermeiras do hospital. Enterrá-la significava deixá-la partir, de modo que Hongxue preferiu manter sua "companheira" por perto, guardando-a na geladeira. A menina ansiava por uma família de verdade, que lhe desse amor e segurança. O toque das patas da mosca, no entanto, fora sua única forma de afago durante a vida.

As folhas finais do diário demonstram a angústia de Hongxue em voltar para a casa de seu pai. O médico lhe avisara que sua condição estava de estabilizando, de modo que teria alta em breve para se recuperar em casa.

A enfermeira-chefe disse que a partir do outono vai haver uma grande falta de leitos e que as pessoas que têm doenças prolongadas terão que deixar o hospital. Voltar para casa? Seria terrível! Tenho que pensar num jeito de continuar aqui. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.47)

Ao pensar em algum plano para continuar no hospital, Hongxue acidentalmente caiu na escada da cantina do hospital e cortou o braço. Os enfermeiros redobram o cuidado com o ferimento por causa de sua saúde frágil, que poderia facilmente desenvolver uma septicemia devido ao número de moscas no hospital.

Moscas são grandes portadoras de doenças. As palavras da dra. Yu me deram uma ideia, que decidi experimentar. Não me importo com as consequências. Até a morte é melhor do que voltar para casa. Vou esmagar a mosca grande em cima do corte no meu braço. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.48)

Junto com as folhas do diário, Xinran recebeu também um certificado de óbito, datado de 11 de setembro de 1975. Hongxue morreria de septicemia, aos 17 anos de idade.

A verdade é que não tenho medo de morrer. A Velha Mãe Wang diz que "a vida e a morte estão separadas por um fio". Acho que ela deve ter razão. A morte deve ser como o sono; gosto de dormir e de estar longe deste mundo. Além disso, se eu morresse, não teria que temer que me mandem para casa. Tenho só dezessete anos, mas acho que é

uma boa idade para morrer. Serei jovem para sempre e jamais ficarei velha como a Velha Mãe Wang, que tem o rosto todo marcado de rugas. *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.36-37)

### **“A mulher cujo casamento foi arranjado pela Revolução”**

Neste capítulo, Xinran relata uma ligação que recebera na secretária eletrônica da rádio, de uma mulher cuja vida privada estava longe de ser igual à pública. Anonimamente, a mulher, na casa dos 50 anos, contara à Xinran sua história de estupro, casamento forçado e infelicidade.

Eu não achava que houvesse tantas histórias de mulheres, semelhantes mas diferentes. Tenho certeza de que você não pode transmitir todas. Mesmo assim, penso que muitas mulheres ficarão agradecidas a você. As suas linhas telefônicas dão a elas a oportunidade de falar sobre coisas que não ousam ou não podem mencionar desde que eram bem jovens. Você deve saber que é um grande alívio para as mulheres dispor de um espaço para se expressarem sem medo de acusações ou de reações negativas. É uma necessidade emocional, não menos importante do que as nossas necessidades físicas. *Mulher anônima* (XINRAN, 2003, p.135)

A mulher nascera numa família de pais instruídos, que haviam estudado no exterior. Estudando durante a infância e adolescência numa escola moderna, em estilo ocidental, ela sabia de seu privilégio e sua sorte em gozar da liberdade que outras meninas chinesas da época não tinham.

Eu me sentia muito grata aos meus pais, que nunca me fizeram imposições nem me obrigaram a seguir os papéis tradicionais das chinesas. Não só frequentava a escola, ainda que fosse uma escola para meninas, como também sentava à mesma mesa que os amigos dos meus pais e discutia política e atualidades. Podia comparecer a qualquer reunião ou praticar qualquer esporte ou atividade que quisesse. Um ou outro 'bem-intencionado' na cidade me censurava pelos modos modernos, mas durante toda a infância e enquanto estudava fui muito feliz. O mais importante é que eu era livre. *Mulher anônima* (XINRAN, 2003, p.139- 140)



Apesar de ter sido criada numa família liberal, a mulher, aos 17 anos, resolveu aderir à Revolução após ler um livro chamado *A estrela vermelha* (XINRAN, 2003), ansiando por lançar-se num empreendimento grandioso. Apesar da oposição de seus pais, que achavam a ideia insensata, ela fugiu de casa em direção às áreas de concentração do Partido, trabalhando, a partir disso, aonde fosse designada. Sua boa criação a fez destacar-se perante as outras meninas, visto que ela sabia cantar, dançar, atuar e tocar música. No dia do seu aniversário de 18 anos, a mulher fora chamada ao escritório do líder do regimento, que lhe atribuiu uma "missão". Ansiando por fazer parte do Partido, ela aceitara sem pensar, mesmo não sabendo qual seria sua missão final. Fora então levada, no meio da noite, para o prédio do governo regional, onde foi apresentada a um oficial de alta patente.

Mais tarde, na mesma noite, fui despertada por um homem subindo na cama. Aterrorizada, estava prestes a gritar quando ele me tapou a boca com a mão e disse, em voz baixa: 'Xiu, não perturbe o repouso dos outros camaradas. Esta é a sua missão'. [...] A voz dura era do oficial que eu tinha conhecido ao chegar. Não tive forças para me defender, nem saberia como. Só pude chorar. No dia seguinte, o Partido me informou que, à noite, realizaria uma festa simples para celebrar o nosso casamento. Aquele oficial é o meu marido até hoje. *Mulher anônima* (XINRAN, 2003, p.143)

Aos olhos dos outros (XINRAN, 2003), a mulher tinha tudo o que poderia desejar: um marido ocupando um cargo importante no governo; dois filhos bem-sucedidos; e uma casa grande, confortável e moderna. Entretanto, conforme Xinran expõe, a mulher relatou não haver comunicação de verdade na família. "Quando estamos só nós, tudo o que se ouve são os ruídos da existência animal: comer, beber e ir ao banheiro". (XINRAN, 2003, p.136) Sua função como esposa, para o marido, (XINRAN, 2003) era servir como prova de sua 'simplicidade, diligência e caráter correto', para que pudesse passar a ocupar um cargo mais alto. "Para o meu marido, a carreira é tudo; as mulheres satisfazem apenas uma necessidade física, mais nada. Ele costuma dizer: 'Se você não usa a mulher, para que se dar ao trabalho de tê-la?'" (XINRAN, 2003, p.143)

Não sei por que, mas minha mãe sempre me perguntava se eu era feliz. Ela morreu e nunca respondi diretamente à pergunta. Eu não sabia como responder; ainda assim acho que ela sabia a resposta. *Mulher anônima* (XINRAN, 2003, p.140)

Xinran não pôde comentar sobre este relato durante seu programa de rádio. Ao pedir permissão às autoridades para transmitir a história, estes recusaram, alegando que seria prejudicial à imagem dos dirigentes do Partido.

### **A condição da mulher na China do século XX**

Conforme Bueno (2009), a literatura chinesa apresenta algumas controvérsias no que diz respeito à figura feminina, ressaltando tanto a necessidade de enquadrá-la como um ser submisso quanto defendendo sua liberdade como ser autônomo e consciente. Ainda na dinastia Han (206 a.C. até 220 d.C), havia três princípios para ser considerada uma mulher honrada: humildade, dedicação e submissão ao marido.

A mulher modesta serve, antes de tudo, aos outros; põe-se por último, antes mesmo de si. Se faz algo de bom, não menciona; se faz algo ruim, nunca o nega. Nunca deixa desonrar-se, e resiste quando outros lhe falam ou fazem mal. Aparenta sempre ser temerosa e medrosa. Quando uma mulher segue tais preceitos, ela pode ser dita humilde, mesmo na frente dos outros. (BUENO, 2009)

No que diz respeito à virtude da dedicação, Bueno (2009) aponta que "uma mulher deve dormir tarde e acordar cedo para seus deveres. Não deve recusar trabalhos fáceis ou difíceis. Deve ser arrumada, laboriosa, cuidadosa e sistemática. Quando uma mulher realiza estas coisas, ela pode ser dita dedicada". Quanto à submissão,

Uma mulher deve ser correta na maneira de servir, humildemente, ao seu marido. Deve proporcioná-lo paz de espírito e tranquilidade, cuidando de seus casos. Não deve ser bisbilhoteira, e não rir de modo idiota. Deve ser limpa, e arrumar de modo higiênico os vasos e a comida, bem como as oferendas aos antepassados. (BUENO, 2009)

Em tempos recentes, uma das práticas de opressão feminina mais conhecida na China foi o enfaixamento dos pés, técnica que consistia em deixar o pé feminino com

aspecto de uma 'flor de lótus', visto que pés pequenos eram sinônimo de feminilidade. Esta prática, conforme Bueno (2009), foi proibida no final do século 19, e novamente pela República em 1911, tendo se dissipado de maneira gradual conforme a modernidade adentrava à China.

O texto de Yu Huai (1617 + 1697) é o primeiro estudo sobre a origem do enfaixamento dos pés, hábito que apavorava os ocidentais chegados a China no século 19. Uma moda estética terrível - mas que não era diferente, porém, do deformante espartilho europeu ou das exaustantes exigências modernas de beleza. (BUENO, 2009)

A partir da fundação da República Popular da China, em 1949, houve, de certa forma, alguns avanços em relação à figura da mulher na sociedade.

Abolindo as antigas leis do casamento, promovendo a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e ensejando sua participação nos quadros políticos do partido, Mao combateu intensamente as tradições machistas do passado, alcançando um substancial sucesso nas áreas mais urbanizadas e na educação. (BUENO, 2009)

Entretanto, conforme Bueno (2009), "na China, os homens são normalmente submissos à autoridade de três sistemas (o poder político, o poder do clã, o poder religioso). Quanto às mulheres, estão, além disso, submissas à autoridade dos homens ou o poder marital." Embora, na teoria, o socialismo vise a igualdade entre homens e mulheres nas atividades sociais e de produção, o peso dos costumes milenares chineses não fora algo fácil de se dissipar. Os relatos colhidos por Xinran e expostos em *As boas mulheres da China* concordam com este fato.

O primeiro relato escolhido para esta pesquisa, *A menina que tinha uma mosca como animal de estimação* (p.21–49), evidencia o machismo, a opressão e o silenciamento sofridos pela adolescente Hongxue durante a década de 1970. Seu pai, o agressor, além dos abusos sexuais, também a agredia psicologicamente. Em uma das passagens do livro, em seu diário, Hongxue escreveu que "*se eu contasse para alguém, seria criticada em público e teria que desfilar pelas ruas com palha na cabeça, porque eu já era o que chamavam de 'um sapato usado'*" (p.25). A partir deste trecho, pode-se

analisar o controle da mulher por parte da figura masculina. A mulher, enquanto ser carregado de 'feminilidade', deve ser virgem até seu casamento, como forma de manter sua 'pureza'. No caso de Hongxue, a humilhação se daria ao fato de que não arranjaría um bom casamento caso sua 'impureza' viesse à tona. Deste modo, havia um controle psicológico por parte de seu pai, que usava destas questões culturais como forma de domínio.

Nas páginas 25 e 26, presente indiretamente no relato, podemos perceber como eram os dormitórios na época da Revolução Cultural. A divisão era feita por famílias, que normalmente possuíam uma única peça. No dormitório ao lado, outra família alojava-se.

Pus um cadeado na porta do quarto, mas ele não se importava de acordar todos os vizinhos e batia até que eu abrisse. Às vezes enganava as outras pessoas no dormitório e elas o ajudavam a forçar a minha porta, ou então dizia que precisava entrar pela janela para pegar alguma coisa porque eu tinha o sono muito pesado. Outras vezes era meu irmão quem o ajudava, sem entender o que fazia. Assim, trancasse a porta ou não, ele entrava no meu quarto, em plena vista de todos. [...] Os vizinhos me diziam: "Você estava dormindo como uma morta. O coitado do seu pai teve que entrar pela janela para pegar as coisas dele!" *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.25–26)

Não houve, a partir da análise deste relato, qualquer desconfiança por parte dos vizinhos em relação ao que acontecia no dormitório de Hongxue. Pelo contrário, o pai, sendo homem e conseqüentemente exercendo sua autoridade, não fora vítima de contestação. A página 27 traz à tona uma parte da carta de Hongxue, onde ela relata ter contado a verdade a sua mãe.

Eu não aguentava mais e contei a verdade à minha mãe. Vi que ela ficou terrivelmente perturbada. Mas, poucas horas depois, a minha "sensata" mãe me disse: "Pela segurança da família toda, você vai ter que suportar isso. Caso contrário, o que é que nós todos vamos fazer?" *Diário de Hongxue* (XINRAN, 2003, p.27)

Embora o divórcio fosse politicamente aceito, moralmente a prática ainda era vista com maus olhos pelos chineses. Ademais, conforme Xinran (2003, p.249), "em

unidades de trabalho estatal, praticamente tudo o que é designado a uma família vai no nome do homem". Divorciar-se seria a ruína da família, moral e financeiramente, mesmo embora a mãe de Hongxue tivesse um emprego. Às vistas da sociedade, Xinran cita que "mulheres divorciadas eram tratadas como folhas mortas" (2003, p.249). Ademais, "os casais precisavam da autorização de seus empregadores para se divorciar [...], quando as enormes estatais se encarregavam de amparar seus funcionários até a morte e a dedicação ao partido era considerada como mais importante que os dramas individuais." (TREVISAN, 2006, p.51)

A comoção do relato se dá com o fato da morte de Hongxue, aos 17 anos, vítima de septicemia. Após receber a notícia de que teria alta do hospital em que se encontrava internada — e segura dos abusos de seu pai —, ela causou sua própria morte ao esmagar uma mosca morta em um ferimento aberto que tinha no braço. Com isso, pensamos em como a falta de voz e apoio às mulheres vítimas de abuso causam atitudes extremas, como a de Hongxue. Este caso veio à tona somente no ano de 1989, quando Xinran recebera as folhas de seu diário. Entretanto, trinta anos separam as datações dos escritos de Hongxue, da década de 1970, com a publicação do livro de Xinran, em 2002. E nestes trinta anos, soma-se a certeza de que a violência sofrida por Hongxue não fora um caso isolado.

O segundo relato aqui analisado, *A mulher cujo casamento foi arranjado pela Revolução* (p.134–144), traz à tona a situação do casamento arranjado, prática comum na China ainda nos dias atuais. Contrariando a crença de que apenas mulheres "sem instrução" são vítimas de opressão física e/ou psicológica, este relato expõe a infelicidade de uma mulher que, à época do relato, nos anos 1990, estava na casa dos 50 anos, e que havia tido uma infância privilegiada em relação às outras meninas de sua época. A mulher nascera numa família de pais instruídos, que haviam estudado no exterior; ela própria estudou durante a infância e adolescência numa escola moderna, em estilo ocidental. Entretanto, aos 17 anos, após resolver aderir à Revolução contra a vontade de seus pais liberais, ela fora dada em casamento a um oficial de alta patente do Partido.

Xinran (2003) analisa que esta era uma prática comum. "Muitos homens que aderiram à Revolução deixaram mulher e filhos para trás, a fim de seguir o Partido.

Quando atingiram posições graduadas, o Partido lhes deu uma nova esposa, porque a primeira ficara retida em áreas ocupadas pelo inimigo". (XINRAN, 2003, p.145)

A maioria das novas esposas eram estudantes que acreditavam fervorosamente no Partido Comunista e idolatravam os homens de fuzil no ombro. Muitas vinham de famílias abastadas e eram todas cultas. Eram completamente diferentes das primeiras esposas, que eram sobretudo camponesas. O refinamento delas estimulava nos oficiais o desejo por novidade, e a sua instrução as tornava boas professoras e oficiais de estado-maior. (XINRAN, 2003, p.145)

Conforme o relato da mulher, desde o começo do casamento a relação fora puramente uma questão sexual e moral. O divórcio, nesta situação, colocaria a carreira do marido em risco. Conforme a mulher relata à Xinran, embora tenha pensado inúmeras vezes em deixá-lo, ele proferiu várias ameaças, de modo que ela estava 'presa' no relacionamento.

Em 1950, depois que o Partido Comunista assumiu o controle sobre a maior parte da China, o novo governo se viu diante do problema de decidir o que fazer com as primeiras esposas de seus líderes. Muitas delas, casadas com homens que agora ocupavam altos cargos, foram para Pequim com os filhos, na esperança de encontrar o marido. O governo estava promovendo a libertação das mulheres, a igualdade sexual e a monogamia, de modo que topou com um dilema. Os funcionários tinham constituído nova família com as novas esposas: que esposa e que filhos seriam repudiados, e quais seriam conservados? Não havia lei alguma em que basear uma decisão. (XINRAN, 2003, p.145–146)

Obviamente, as segundas esposas — cultas — eram agora as esposas oficiais. A solução encontrada pelo Partido fora a indenização vitalícia e o reconhecimento de alguns direitos especiais para as primeiras esposas, de modo que estas se encontrassem, então, sob a proteção do governo e não fossem, assim, censuradas por suas aldeias. A ideia do divórcio ou de ser uma 'mulher usada', como mencionado anteriormente, era algo alvo de humilhações, de modo que essa 'proteção' do governo visava amparar socialmente estas mulheres abandonadas. O cumprimento dessas regras, segundo Xinran, fora efetivado simplesmente pelo fato de que as primeiras esposas mal as compreendiam. Segundo Xinran (2003, p.146), “essas mulheres analfabetas, que não

sabiam ler nem os ideogramas mais simples, só entendiam uma coisa: pertenciam aos homens que lhes tinham levantado o véu e que as transformaram de meninas em esposas”. Xinran analisa que:

[...] poucas dessas mulheres simples e honestas se valeram de sua posição especial ou de privilégios para obter uma vida mais fácil. Meramente aceitaram a pensão do governo — uma soma pequena, que quase não acompanhava a inflação — e criaram os filhos sozinhas. Pouquíssimas tornaram a se casar. (XINRAN, 2003, p. 146)

A partir deste relato, percebem-se duas 'categorias' de esposas infelizes: as camponesas, que foram abandonadas por seus maridos, e as novas esposas, que mesmo tendo, aos olhos dos outros, tudo o que uma mulher poderia querer em termos de conforto e estabilidade, se encontravam apenas na posição de 'esposas', e não de mulheres humanas, dotadas de sentimentos e vontades próprias.

Entretanto, conforme Pinheiro-Machado (2013),

O consumo da indústria cultural global fez com que os chineses recebessem novas influências de comportamento, especialmente no que diz respeito aos modelos de relacionamento. O romantismo retratado nos filmes de Hollywood e nas campanhas publicitárias toma conta do imaginário da população chinesa. Todavia, a influência que mais toca a população, hoje, são os próprios filmes nacionais, imbuídos de *aiking* (amor romântico) — palavra condenada nas décadas anteriores. A palavra amor só era permitida quando se dirigida à nação, ao Partido e, claro, a Mao. (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p.181)

Pinheiro-Machado (2013) analisa que, embora, atualmente, casamentos formados por indicações familiares ainda sejam uma prática comum na China, os chineses cada vez mais têm escolhido seus parceiros, influenciados pela ideologia ocidental de romantismo. "O romantismo apareceu em diversas fases da história da China, especialmente na literatura. Não é um fato novo na China, a não ser em sua intensidade e valorização". (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p.182)

Com as possibilidades de escolha nos relacionamentos e com a educação das mulheres, a sociedade vai cedendo em seu modelo centrado na figura do homem. O aumento da participação das mulheres na esfera pública e o seu acréscimo de poder encoraja as outras mulheres. (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p.182)

### **Considerações finais**

Usar a literatura como fonte histórica nos permite trabalhar com o conceito de verossimilhança. Ao analisar os relatos expostos no livro *As boas mulheres da China*, não podemos tratá-los como verdade. Não há, no caso de Hongxue, 'provas' acerca da existência do seu diário; no que diz respeito ao segundo relato, que fora sabido através de uma mensagem deixada na secretária eletrônica de Xinran, não se teve contato com essa gravação. Entretanto, estes relatos servem como representação de uma China real, que fora exposta por Xinran de maneira literária. Embora a literatura não possua um compromisso com a verdade, ela evidencia, muitas vezes, a realidade vivida pelos próprios autores ou pela sociedade no momento em que fora escrita. É o caso de Xinran. Também uma vítima dos traumas da Revolução Cultural, entende-se que a autora conseguiu abordar, por trás dos relatos, a situação em que a China se encontrava a partir da segunda metade do século XX.

A História tem um papel fundamental nesta conclusão, pois é através dela que conseguimos fazer uma reconstrução do contexto dos relatos. Cabe ao historiador analisar estas representações para chegar ao seu objeto de estudo final e, nas palavras de Pesavento (2012),

[...] não esqueçamos que o historiador da cultura visa, por sua vez, a reconstruir com as fontes as representações da vida elaboradas pelos homens do passado. Fonte como representação do passado, meio para o historiador chegar às representações construídas no passado. Mais que um mero jogo de palavras, este raciocínio não leva a desconsiderar a realidade sobre a qual se construíram as representações, mas sim a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações. (PESAVENTO, 2012, p.42)

No que diz respeito às mulheres na sociedade chinesa, percebe-se que a teoria é diferente da prática. Mesmo uma política significativa como a Mao Zedong, que visava



a igualdade de gênero, não fora o suficiente pra culminar com o milenarismo dos costumes chineses. Rosana Pinheiro-Machado (2013, p.118) analisa que, "os anos 50 mostravam uma China unificada em seu território, alfabetizada, feminista, multicultural e, principalmente, orgulhosa de si própria". Entretanto, nesta pesquisa, considera-se um equívoco pensar a China como 'feminista'. Como anteriormente mencionado, a política de Mao em abolir as antigas leis do casamento, promover a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e ensejar sua participação nos quadros políticos do partido (BUENO, 2009), alcançou relativo sucesso, principalmente nas áreas urbanas, mas não transformou, nem de longe, a China num país feminista. Ainda há um longo caminho para a igualdade.

Um dos caminhos mais férteis para se trabalhar com temas ligados a eventos traumáticos em uma sociedades e trazer à tona as memórias de opressão e violência são as análises da chamada literatura de testemunho, um lugar para se dizer o indizível, narrar o inenarrável, dar voz às vítimas de traumas e acolher o seu sofrimento.

Para publicar este livro, Xinran precisou sair de Nanquim, mudando-se para Londres em 1997. Naquela época, na China, ela poderia ser presa por escrever um livro como este. A mudança para a Inglaterra tornou possível, para Xinran, dar vozes a estas mulheres antes silenciadas, revelando uma capacidade de resistência e esperança ante o medo e a violência.

Finalmente, espera-se que este trabalho contribua para pesquisas centradas na temática das memórias de opressão de mulheres em todas as sociedades, orientais, ocidentais, do presente e do passado. Acredita-se que a partir da redenção destas falas e sentimentos, poderemos recuperar nossa condição humana, no que esta expressão tem de melhor: a capacidade de viver coletivamente, de estabelecer relações solidárias, de compartilhar a vida de forma equilibrada e justa.

### **Fonte**

XINRAN, *As boas mulheres da China: vozes ocultas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 283 p.

### **Referências**

BUENO, André. *A mulher na China*. Cem textos de História Chinesa, Chinologia: 2009. Disponível em: <<http://chinologia.blogspot.com.br/2009/08/mulher-na-china.html>>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132p.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China: passado e presente*. 01. ed. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2013.

## **As representações das mães em processos de defloração de Novo Hamburgo na década de 1930**

Yara Fernanda Chimite\*

### **Introdução**

Este artigo pretende discutir as representações maternas em processos-crime de defloração da cidade de Novo Hamburgo na década de 1930. O objetivo é tentar descobrir, através dos discursos presentes nesses processos, quais os lugares e papéis atribuídos à mulher e mãe na sociedade hamburguesa do início do século XX. A pesquisa foi empreendida entre 2012 e 2013, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), dentro do projeto *Arrabaldes teuto-brasileiros: espacialidade, moral e controle em Novo Hamburgo na primeira metade do século XX*, do grupo Cultura e Memória da Comunidade da Universidade Feevale. A proposta do projeto era de analisar os processos de configuração do espaço urbano de Novo Hamburgo a partir do desenvolvimento industrial do período, com especial ênfase, como o nome sugere, nos mecanismos de controle e ordenação. O foco estava nas regiões periféricas e na perspectiva do cotidiano, com a intenção de englobar diferentes atores sociais, em especial as mulheres, usando fontes diversas, como ocorrências policiais, jornais e registros de nascimento e óbito.

Foi dentro desse contexto que nasceu esta pesquisa. A partir da leitura de diversos processos de defloração – que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre – apareceram repetidas instâncias em que quem participava ativamente do inquérito era a mãe da vítima, enquanto o pai só figurava no registro de nascimento. Minha curiosidade foi aguçada, então, para descobrir mais a respeito dessas mães: quais eram suas funções nos processos; como eram tratadas pelas pessoas envolvidas; quais eram seus papéis em suas respectivas famílias; como a moral da mãe afetava a percepção da moral das filhas;

---

\* Mestranda em Processos e Manifestações Culturais. Universidade Feevale

e assim por diante. Dos trabalhos que usam como base processos de defloração, a maioria foca nas relações de gênero e nas representações da vítima e do réu. Essa problemática gerou resultados muito interessantes, porém nossa intenção com esse artigo é diversificar os personagens explorados, abrangendo também a figura materna.

### **Alguns fundamentos teóricos**

Esta pesquisa, ao privilegiar uma escala menor de análise, se insere na área da micro-história, conforme desenvolvida por autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Conforme este último, “a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais” (LEVI, 2014, p. 1). Isso quer dizer que, embora possam ser feitas – ou devem ser, na concepção do autor – perguntas de interesse amplo, aplicáveis a qualquer lugar, as respostas são sempre únicas e exclusivas quando olhadas sob a perspectiva micro-histórica. Por exemplo, usando o presente trabalho, temos a pergunta geral de como as mães são representadas em processos de defloração. Ela poderia ser aplicada facilmente a qualquer lugar do mundo onde tenha existido, em algum momento, o crime de defloração previsto em lei. Mas as respostas encontradas em um lugar – por exemplo, neste trabalho, Novo Hamburgo – não se aplicam a todos os outros lugares. Porque as pessoas daqui são únicas e têm suas próprias condições, elaboram suas próprias estratégias, vivem suas próprias vidas. E uma vida, segundo Levi, nunca é típica (LEVI, 2014).

Seguindo essa ideia, o propósito não é rejeitar a história geral, mas se somar a ela, acrescentando um novo nível de análise e complexificando o panorama histórico. Apesar de parecer excessivamente complicado em termos de pesquisa, essa forma de ver a história se aproxima da realidade no sentido em que esta é, de fato, o produto das ações de uma multiplicidade de agentes. Dentro disso, se faz necessário distinguir dois níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, suas práticas e representações; e as condições históricas de existência desses atores na época em que viveram. Essa perspectiva objetiva evitar interpretações generalizadas, ou uma homogeneização histórica (BENSA, 1998).

Considerando nossa proposta de trabalho, cabem algumas explicações sobre os principais conceitos utilizados. Um dos fundamentais é representação, entendida no sentido empregado por Roger Chartier (2002), de esquemas intelectuais que dão sentido ao mundo. Na concepção do autor, diferentes grupos constroem a realidade a partir de

classificações, divisões e delimitações. Essas construções podem até vir a ser naturalizadas, mas são historicamente constituídas e, portanto, estão sujeitas mudanças, principalmente devido às disputas de interesses e relações de poder dos vários grupos sociais. Tais esquemas se configuram em práticas, ou seja, ações embasadas pelas formas de entender a realidade. Portanto, quando dizemos que se pretende estudar as representações maternas, queremos entender quais as construções sociais a respeito das mães no referido contexto.

Outro conceito fundamental na formação deste trabalho é o de cotidiano, enquanto a vida dos indivíduos, que são simultaneamente seres particulares e genéricos. Aí estão incluídos trabalho e lazer, a vida privada, as atividades sociais, enfim, todas as realizações diárias, estudadas em suas continuidades e mudanças, permanências e rupturas (HELLER, 2014). Não se trata, porém, apenas de estabelecer uma dicotomia entre público e privado, mas de desafiar a presumida prevalência do primeiro sobre o segundo na constituição da história. A ideia é expor o cotidiano não como uma reprodução de condutas e normas dominantes, mas como um espaço de escolhas individuais que afetam o desenrolar histórico, possibilitando a inclusão de grupos diversos na construção historiográfica (CERTEAU, 2014; DEL PRIORE, 1997).

A proposta desta pesquisa é, assim, encontrar as representações maternas e o cotidiano das famílias hamburgueses nos anos 1930. E como isso será feito? Da forma como Carlo Ginzburg (2006) diz, como um detetive. É o paradigma indiciário, em que a História é vista como fragmentada e o que o historiador tem para trabalhar são os cacos, pistas, resquícios do passado que precisam ser encontrados, analisados e transformados em uma narrativa histórica (relativamente) coerente, embora parcial. Diante dessa proposta, é necessário atentar para todos os detalhes e pormenores, para o dito e o não dito.

Não surpreende, portanto, que a análise do discurso nos seja particularmente importante. Os depoimentos e julgamentos contidos nos processos criminais são discursos, no sentido de construções intelectuais que usam da linguagem, falada, escrita, etc., para atingir determinados objetivos (MAINGUENEAU, 2000).

Processos-crime são produzidos pelo Poder Judiciário e, como tal, ferramentas de controle social. É importante ter isso em mente quando se trabalha com esse tipo de fonte, uma vez que a interpretação dos discursos deve levar em conta o propósito de aquelas pessoas estarem ali e de aqueles documentos estarem arrolados. Um processo

criminal parte de um fato, considerado em um dado momento como crime, e a denúncia, os depoimentos, as certidões, e tudo mais que o delegado ou o juiz julgarem relevante para a apuração, têm como objetivo determinar a culpa ou não do réu. Assim, sua construção se dá através das falas de diferentes personagens, que mentem, se esquecem, são incoerentes, se enganam, manipulam, tentando, de alguma forma, influenciar no resultado. Soma-se a isso o fato de que todas as vozes são mediadas pelo escrivão, que narra em terceira pessoa tudo o que os envolvidos dizem. Exemplo disso é a expressão “reparar o mau pelo casamento” que figura, com alguma diferença, na grande maioria dos processos. Ou isso era uma frase extremamente difundida entre as pessoas da época ou o escrivão estava imputando sua própria voz na narrativa.

Todos esses fatores contribuem para que críticos da fonte considerem os processos criminais como excessivamente ficcionais para servirem de base fidedigna a uma pesquisa histórica. De fato, o aspecto ficcional é inegável: é impossível saber quem está mentindo, quem está dizendo a verdade ou o que realmente aconteceu. Mas, para o historiador, isso é o que menos importa. A riqueza dos processos criminais está nas interações entre seus personagens, e deles com o sistema vigente. Como observa Mariza Corrêa, “no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do real que melhor reforce o seu ponto de vista” (CORRÊA, 1983, p. 40).

Processos-crime dispõe de uma grande quantidade de informações, só esperando que alguém se dedique a procurá-las. Em especial, eles são ferramentas úteis ao se trabalhar com o supramencionado cotidiano, uma vez que costumam figurar as classes mais baixas, justamente quem pouco aparece na historiografia tradicional. A razão disso é que os populares, contrariando os desejos da elite, não reproduziam os ideias dominantes ao pé da letra. Ao contrário, os reconfiguravam, os reformulavam e os adaptavam à sua própria realidade e, como resultado, incorriam em desvios das normas vigentes que atraíam atenção das autoridades. Para nossa alegria enquanto historiadores, o escrutínio das autoridades a ações que consideravam estranhas gerou processos com impressionante nível de detalhamento, garantindo dados inestimáveis sobre relações sociais, práticas cotidianas e hábitos das camadas populares (GRINBERG, 2009).

Por isso, não importa a impossibilidade de se descobrir a verdade. O interessante são justamente as variadas posições expostas, mostrando que haviam diversos atores

sociais, cada um lutando dentro de suas possibilidades para atingir seus próprios objetivos, dentro das restrições que lhe eram impostas. É precisamente nesse Efeito Rashomon<sup>442</sup> que se encontra a riqueza de possibilidades e os meios para complexificar o panorama histórico do local que se deseja estudar.

Os processos criminais nos oferecem pistas para o trabalho de detetive de que fala Ginzburg, mas é necessário uma atenção especial para identifica-las. Eles são como janelas para o passado, permitindo um vislumbre de um momento na vida de uma pessoa e, por tabela, possibilitando uma compreensão mais aprofundada de toda uma sociedade, das relações de poder em seu interior, das tentativas de controle e das resistências. A fim de captar essas informações deve-se atentar para as repetições, as continuidades e rupturas, para aquilo que é considerado plausível ou não no interior do processo. Como explica Sueann Caulfield:

É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum (CAULFIELD, 2000, p. 39).

Por mais peculiares que alguns processos-crime possam parecer, e o são, eles não estão flutuando no ar, desligados de tudo ao seu redor. As concepções de crime e os parâmetros para determinar a culpa ou a inocência não surgem do nada. São construídos com base em uma série de normas sociais, estas fundamentadas nas representações de que fala Chartier. Os processos mostram pessoas reais, de carne e osso e, portanto, únicas, mas seus dramas eram compartilhados com seus contemporâneos. Por se tratarem de relatos de crimes é fácil assumir que se tratam apenas de desvios e não têm nada a acrescentar sobre a vida das pessoas “de bem”. Porém, de acordo com Levi “qualquer que seja sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se

---

<sup>442</sup> Efeito Rashomon é um termo usado pelo antropólogo americano Karl G. Heider em 1988. Ele se referia à influência da subjetividade nas lembranças, que permite que um mesmo fato seja relatado de formas significativamente diferentes, mas igualmente plausíveis, pelos seus observadores. O nome deriva do filme japonês Rashomon (羅生門), de 1950, dirigido e coescrito por Akira Kurosawa, em que quatro testemunhas descrevem um assassinato de formas contraditórias, porém o espectador nunca descobre qual delas, se alguma, é verdadeira (HEIDER, 1988).

que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justificava” (LEVI, 2000, p. 176).

Por essa razão é importante a articulação dos dados retirados dos processos com outros documentos e com outros trabalhos historiográficos, a fim de que, juntos, possam desenhar o panorama histórico do período da ocorrência. Esta pesquisa não tem a pretensão, portanto, de se sustentar sozinha como uma revelação total das representações maternas em Novo Hamburgo. Pelo contrário, visa se somar às produções já existentes e contribuir para uma visão mais rica do passado hamburguense. Atentando para as limitações e características peculiares aos processos-crime, eles são uma valiosa fonte, abundante em informações para que se possa diversificar os atores históricos e aprofundar os conhecimentos sobre as relações sociais no período.

### **Defloramentos, mulheres e Novo Hamburgo no início do século XX**

Antes de nos embrenharmos pelos processos-crime, convém, então, uma breve contextualização histórica do período trabalhado. As primeiras décadas do século XX foram de intensas transformações para a sociedade brasileira. O ímpeto urbano misturou nas cidades ricos, pobres, ex-escravos, emigrados do campo e mais uma variedade de pessoas, formando um conjunto heterogêneo que gerou profundo desagrado nas elites. A burguesia conservadora empreendeu amplos esforços na tentativa de organizar e higienizar essa população, instituindo mecanismos de controle e impondo padrões e valores, tidos como mais elevados, sobre todas as camadas sociais. Tais medidas foram assunto constante de debates entre juristas, médicos, políticos, Igreja, e outros intelectuais da época. A imprensa fazia sua parte divulgando amplamente os modelos a serem seguidos. Um dos assuntos de particular interesse no período eram as “mulheres modernas”. A saída das mulheres do lar para trabalhar levantou críticas e preocupações com a manutenção dos valores familiares. Procurava-se estabelecer limites bem definidos do que era considerado apropriado ou não, tentando preservar intactos conceitos que já não davam conta da realidade feminina. Embasando-se em um determinismo biológico de afinidade feminina com as coisas do lar, a mulher foi fixamente posicionada sobre o tripé bambo da mãe–esposa–dona-de-casa (MALUF; MOTT, 1998).

O Poder Judiciário era um dos grandes mantenedores da moral brasileira, com leis enquadrando todas as condutas desviantes consideradas como distúrbio. É aí que se



encaixa o crime de defloração, uma das ocorrências mais populares da época<sup>443</sup>. O artigo 267 do Código Penal de 1890 declara crime “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (BRASIL, 1890). Boris Fausto explica com clareza o significado social desta lei, dizendo que “o crime de defloração define a preocupação central da sociedade com a honra materializada em uma peça anatômica – o hímen [...], um acidente biológico que veio facilitar o controle da sexualidade feminina através da distinção entre mulheres puras e impuras” (FAUSTO, 2001, p. 201). O que estava em jogo era a honra da família brasileira, e não são minhas as palavras. O próprio nome do Título XVIII deixa bem claro qual era o foco na questão: “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Dentro dessa mesma seção estavam ainda os crimes de estupro e rapto – apenas com vítimas femininas –, lenocínio e adultério. Esse conjunto demonstra a atenção dada à moral das mulheres enquanto “instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família” (FAUSTO, 2001, p. 196).

Pela expressão “de menor idade” é possível fazer um paralelo com o crime de pedofilia moderno, imaginando que a preocupação estava no abuso de uma moça jovem. Mas não era esse o caso, uma vez que o réu se livrava da prisão ao casar com a vítima. E a problemática maior é que nenhum dos crimes sexuais tinha como objetivo garantir os direitos das mulheres por si mesmas, enquanto indivíduos. O corpo feminino era entendido como uma régua da honra dos outros: do marido, dos filhos, dos pais e, por conseguinte, da sociedade como um todo.

Tudo isso se mostra na forma como os processos se desenrolavam. A ideia de “sedução, engano ou fraude” resultava tão vaga quanto dá a impressão de ser, e o julgamento desses casos estava aberto à interpretação do juiz. Geralmente quando era feita uma denúncia de defloração, a vítima alegava que cedeu aos avanços por ter recebido do réu promessa de casamento. O abandono ou término do relacionamento configurava, então, o engano ou fraude. A apuração da honestidade de ambos os lados, defesa e acusação, é a parte, mais fascinante de todo o processo. É onde aparecem os conceitos de honra da sociedade em questão, como eles eram apropriados e utilizados pelos envolvidos, as estratégias de cada um e em que eles obtém sucesso ou não. Se faz notar aí uma virgindade moral, para além da virgindade física. Existe toda uma

---

<sup>443</sup> Apenas um exemplo, em seu estudo sobre a moralidade no Rio de Janeiro no início do século XX, Sueann Caulfield constatou que na cidade, entre 1920 e 1940, havia quase 500 casos anuais de defloração, em contraste com uma média de menos de 150 casos de homicídio (CAULFIELD, 2000).

empreitada para encontrar testemunhas que reafirmem a honestidade da vítima, que garantam que é uma moça séria e bem-comportada, a fim de comprovar que foi uma vítima inocente de sedução (VIEIRA, 2007).

Por serem consideradas manchas à reputação de toda a família, tendem a predominar os processos de crimes sexuais entre as camadas mais baixas, o que pode ser inferido através das ocupações declaradas pelos envolvidos e o atestado de miserabilidade, que comprovava que a vítima não tinha condições de arcar com os custos judiciais. Em geral, a elite tendia a resolver os problemas do tipo por outras vias menos públicas. Também há numerosos indícios de que os populares experimentavam a sexualidade de forma diferenciada, sendo que a perda da virgindade não era, via de regra, impedimento para um casamento. Além disso, a intimidade concedida pelas famílias aos casais – muitos defloramentos aconteciam na casa da própria vítima – era muito maior que entre pessoas mais abastadas, chegando a ser difícil, por vezes, diferenciar entre namoro e amasiamento (MILENGROSSO, 2011; ENGEL, 2000).

Quanto a Novo Hamburgo nesse contexto, a cidade se encaixa, de modo geral, no que foi descrito anteriormente. Município recém emancipado de São Leopoldo (em 1927), estava em pleno processo de urbanização e as constantes migrações, atraídas pela indústria calçadista, se chocaram com uma população predominantemente de descendentes dos imigrantes alemães chegados em 1824. O grande número de pessoas provenientes de outras regiões levou a uma reconfiguração dos espaços urbanos e complexificação das relações sociais. Simultaneamente, eram empreendidos esforços de organização, higienização e modernização da cidade (SELBACH, 1999).

Quanto às mulheres hamburguenses, um estudo das representações femininas nas décadas de 1920 e 1930 no jornal O 5 de Abril, realizado por Claudia Schemes, Catiúscia Mendes e Magna Magalhães (2017), aponta que havia uma reprodução dos ideais nacionais já referidos, colocando a mulher na posição de mãe, esposa e dona-de-casa, e desvalorizando suas outras atividades, como o trabalho e o esporte.

Isso é o que aparece de modo geral. Não queremos, porém, incorrer no erro apontado por Levi (2014), de tentar generalizar uma vida para encaixá-la em padrões pré-determinados, nem cair na simplificação de que fala Magali Gouveia Engel (2000), atribuindo símbolos universais e experiências simetricamente compartilhadas a mulheres de todos os lugares, independente das diferenças financeiras, étnicas, regionais etc.

Mergulhemos, então, em nossos processos e vejamos o que eles têm a oferecer.

### **Hilda e o defloramento que não foi**

O primeiro processo<sup>444</sup> tem início em outubro de 1939, quando Hilda<sup>445</sup>, viúva, 43 anos, prestou queixa contra Inocêncio, 21, por este ter deflorado sua filha, Maria, com 19 anos de idade. O fato se passou na casa onde a vítima residia com a mãe, no bairro África<sup>446</sup>, em uma noite em que o casal ficou conversando na sala “como de costume” (fl. 2) enquanto Hilda se retirou para o seu quarto e encostou a porta para ficar mais à vontade. Esse momento é um exemplo da intimidade concedida ao casais das classes populares em contraste com as normas da elite de que falamos antes.

A situação não foi parar na justiça imediatamente. Hilda só ficou sabendo do acontecido alguns dias depois, por intermédio de uma irmã de Inocêncio, Olinda, e primeiro tentou resolver o caso por conta própria. Segundo ela, no mesmo dia “mandou chamar o acusado, interpelando-o sobre o assunto” (fl. 2). Foi só quando ele lhe respondeu que “podia levar o fato ao conhecimento da Polícia” (fl. 2) que decidiu procurar as autoridades. Interessante é que, mais tarde, uma das testemunhas diz que Maria tinha irmãos, e que o réu aproveitava quando eles não estavam em casa para visitar a namorada. A figura masculina parece exercer a função protetora, nesse caso, afastando pretendentes, mas quem toma providências é a mãe para tentar resolver a situação do defloramento da filha.

Maria e Inocêncio não concordam em muita coisa em seus depoimentos, a começar pelo tempo de relacionamento. Ela e mãe afirmam que o namoro já durava mais de um ano. Ele, ao contrário, diz que o namoro começou um ao antes, mas durou apenas duas semanas. Ela conta que, seis meses antes, o acusado já lhe havia feito “proposta indecorosa” (fl. 6) e que sua recusa deixou as “relações estremecidas” (fl. 6), mas depois voltaram a se reconciliar. Ele nega o relacionamento e afirma que só ia na residência da ofendida para acompanhar ela e sua mãe, a pedido delas, à noite, quando retornavam de visitas quase diárias à casa dele.

---

<sup>444</sup> JUÍZO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, Cartório do Cível e Crime. Processo-crime nº 49, 1939. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>445</sup> Os sobrenomes foram omitidos para preservar as identidades dos envolvidos.

<sup>446</sup> Atual bairro Guarani. O nome, África, é simbólico, pois se refere a uma área povoada por população negra e mista na periferia das regiões centrais, ocupadas pelos imigrantes alemães (MAGALHÃES; BENDER, 2017).

Foi em uma ocasião dessas que Inocêncio fala que se deu o ocorrido que, segundo ela, ele propôs, e segundo ele, ela o obrigou a fazer. Conforme relata Maria, o réu prometeu que “caso ficasse certificado de que a depoente era virgem, o acusado repararia o mal pelo casamento” (fl. 6). Ele até concorda que prometeu, por insistência dela ou, mais precisamente, que teria prometido caso ficasse provada a virgindade da moça, mas tal promessa “desapareceu no momento em que o depoente declarou à ofendida que ela já havia sido deflorada”, depois que “certificou-se com os dedos que a ofendida não era mais virgem” (fl. 7). Ele vai além, dizendo que Maria reclamou que “o serviço não havia sido bem feito” (fl. 7), dando a entender que não apenas ela não era mais virgem, como tinha experiência o suficiente para julgar seu desempenho.

Todo esse jogo de “promessa de casamento” e “já havia sido deflorada” é recorrente em processos de defloração. Original é a saída que o réu encontra para justificar ter tido relações com a moça apesar de dizer ser “noivo há tempos” (fl. 7) de outra moça: foi obrigado. Segundo Inocêncio, chegando à casa de Maria, “procurou retirar-se sendo nisso impedido pela ofendida que fechou a porta de saída” (fl. 7). Depois de ter se certificado com os dedos que ela não era mais virgem, tentou fugir mais uma vez “por uma porta dos fundos o que foi impedido pela ofendida que segurou-lhe pelo casaco arrastando-o para perto de um fogão onde tiveram relações sexuais” (fl. 7).

Quando entram as testemunhas, a irmã de Inocêncio, a supracitada Olinda, corrobora com a versão dele, do tempo de namoro ao noivado com outra moça, passando pelo fato de que ele só ia na casa de Maria quando era chamado por ela. Já os outros dois depoentes, Altemar e José, cuja relação com o caso não é explicada, complicam um pouco a situação. Primeiro porque ambos apoiam a honra da vítima, dizendo que é “moça honesta”, “de exemplar comportamento”, que “se dedica ao trabalho” e que nunca ouviram sequer falar mal da mesma (fl. 9). Segundo, os dois dizem saber do namoro, que há visitas regulares à casa da ofendida, que Inocêncio dá demonstrações de ciúme e que a família de Inocêncio seguidamente chamava Maria para ir visitá-los. Nada disso condiz com o relacionamento distante expresso pelo réu.

Um parêntese. Um ponto a ser levantado é que, na descrição de honestidade tanto do réu quanto da vítima, na maioria dos processos aparecem adjetivos como “trabalhador” e “trabalhadora”. Isso condiz com o discurso vigente em Novo Hamburgo no período, expresso principalmente pela imprensa local, de uma cidade de

trabalhadores diligentes, focados no progresso industrial (SELBACH, 1999). Apesar de o trabalho feminino ser visto com desconfiança segundo a historiografia sobre a época, foi difícil encontrar referências negativas às mulheres que possuíam uma ocupação. Ao contrário, normalmente era visto como ponto positivo. As funções exercidas estavam de acordo com o que a literatura descreve, em geral empregadas domésticas ou operárias de níveis subalternos, embora outros casos também apareçam.

Findo o parêntese, o testemunho de um dos rapazes traz uma pequena referência a Hilda que também é interessante. Ele diz que “a mãe de Maria é viúva” e que “nada sabe contra a mesma” (fl. 9). É pouco, mas indica que o comportamento pressuposto da filha passa pelo comportamento da mãe. Se houvesse algo desabonador a ser dito sobre Hilda, possivelmente toda a construção de Maria como “boa moça” estaria comprometida.

Considerando que um dos depoentes disse que Inocêncio lhe contou, em particular, na mesma noite do fato, que havia deflorado Maria, o réu talvez não tivesse tanta certeza de que ela não era virgem quanto disse ter. O que é interessante, porque há uma reviravolta: não houve defloramento. O laudo médico, anexado na folha 4 – e depois ignorado no processo inteiro – indica que não houve “cópula carnal”. Ou seja, o motivo de toda essa comoção, o único ponto de concordância entre réu e vítima, não aconteceu, ou Maria estava certa e o serviço não foi bem feito.

É curiosa a disponibilidade da justiça em empreender toda uma investigação para um caso como esse. O atestado de miserabilidade, que consta neste e em muitos casos de defloramento, indica que os custos ficam por conta do poder público. Isso demonstra que havia uma grande preocupação com a honra das famílias, dado o investimento que acabava sendo feito em processos por crimes sexuais.

Curiosa, também, a conclusão do delegado, que não acreditou na história de Inocêncio sobre ter sido forçado por Maria, mas também julgou que a ofendida, “de físico reforçado” (fl. 11), podia ter chamado por sua mãe, que estava no cômodo ao lado. Daí concluiu que “o que houve não foi mais do que a comum vontade de ambas partes” (fl. 11).

### **Julia, a articuladora**

O segundo caso<sup>447</sup> é bem mais complexo, a começar pelo fato de o laudo médico não ser negativo. Mas também há reviravoltas. A história inicia em junho de 1938. A vítima, Sibila, estava morando na casa de uma amiga íntima e comadre de sua mãe, de nome Olinda, a quem prestava ajuda, no Rincão dos Ilhéus. A moça, então com 15 anos, estava lavando roupas em um arroio distante da residência, quando Carlos, de 30 anos, se aproximou com beijos e abraços, para surpresa dela, já que não eram namorados. Em seguida o acusado a subjugou e a deflorou e ninguém ouviu seus gritos por socorro. Para piorar, o réu ainda a ameaçou de morte caso relatasse o fato a alguém. Foram meses até que sua mãe, Julia, notasse a falta de menstruação e a obrigasse a confessar.

A denúncia só foi feita em janeiro de 1939, juntamente com exame de corpo de delito. O médico não apenas constatou o defloramento, como especifica que houve estupro, e que este é “antigo” (fl. 6). O problema é que essa declaração é muito vaga, não oferece nenhuma precisão de tempo. “Antigo” se aplica aos sete meses desde quanto tinha se passado o fato? Ou quer dizer que é anterior? A interpretação fica a encargo do delegado.

Por motivos não declarados, o inquérito só começa em novembro, quando são chamadas duas testemunhas, Alfredo e José, cuja relação com o caso também não é dada. Aqui, assim como no processo anterior, parece se tratar de vizinhos, cuja função é dar os precedentes da vítima e de sua família a fim de comprovar a pertinência da denúncia. Os dois homens não sabiam nada do fato ou de um possível namoro entre a ofendida e o réu, mas afirmam que ela tinha “bom procedimento” e “sempre foi uma menina honesta e recatada” (fl. 10). Embora não constem os depoimentos do acusado ou da mãe nessa parte do processo, o relatório do delegado diz que Carlos nega qualquer envolvimento com o fato, dizendo estar sofrendo “uma grande injustiça” (fl. 11), enquanto Julia corrobora com a versão da filha, por quem ficou sabendo do ocorrido.

Aí vem a primeira reviravolta. Chamada a depor novamente em dezembro, Sibila apresenta outra versão completamente diferente do caso. Permanece mais ou menos o local, a residência de Olinda mas, segundo a ofendida, o defloramento aconteceu em seu quarto de dormir, nos fundos da casa, onde o acusado entrou por uma janela. Na nova versão Carlos “não usou de violência alguma” pois ela “consentiu que

---

<sup>447</sup> JUÍZO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, Cartório do Cível e Crime. Processo-crime nº 31, 1939. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ditas relações foram [fossem] tidas”, e “não chamou por socorro algum e nem gritou”, já que “o denunciado, antes de ter relações sexuais com a depoente prometeu casar com ela” (fl. 17v). Ela mantém que não eram namorados mas diz que “gostava do réu”, porém repete que este “ameaçou a depoente de morte caso esta contasse o feito” (fl. 17v). Também diz que não relatou o ocorrido aos seus parentes “porque ficou com medo de sua mãe”, mas foi descoberta quando “ficou grávida de cinco meses, tendo abortado” (fl. 17v).

Em nenhum ponto do processo, ao menos do que ficou registrado pelo escrivão, é perguntado a Sibila o motivo da mudança drástica em seu depoimento, por isso não temos nada em que nos basear. Alfredo e José estão de volta para repetir o que já disseram: que não sabem de nada e que denunciado e vítima são “ambos boas pessoas” (fl. 19). Julia também mantém sua posição, repetindo a nova versão da filha, até porque foi por esta que tomou conhecimento do fato. Apesar de dizer que não sabe se os dois eram namorados, acrescenta que, em um baile ao qual foi em companhia de Sibila, “o denunciado cortejou muito a ofendida” (fl. 22v). Como a filha não estava residindo com ela, porém, não sabia dizer se o réu a visitava ou não.

A segunda reviravolta é trazida pelas testemunhas pedidas por Carlos. Olinda, com quem Sibila estava morando, disse que a vítima esteve na sua casa por quinze dias e, nesse período, “não namorou o réu e nem tampouco pessoa alguma” (fl. 23v). Só que, quando Olinda foi na casa da ofendida para indagar sobre o defloramento, Julia se intrometeu dizendo “pode deixar que quem fez isso, foi o meu filho Ernesto”, ao que Sibila “ficou quieta, com ar de riso” (fl. 23).

Esse depoimento já era bem ruim para a causa de Sibila, mas as duas outras testemunhas de defesa repetem a mesma história. Alberto, amigo de Carlos, disse que soube por intermédio de um irmão da ofendida, Arlindo, que “quem foi que deflorou a vítima foi um seu próprio irmão, apelidado de Nesto” (fl. 24). Acrescentou ainda que “o denunciado contou ao depoente que estava sendo processado mas que não tinha nenhuma responsabilidade” (fl. 24). E o próprio Arlindo, sexta testemunha, confirma que ouviu de sua própria mãe que a vítima “tivera relações sexuais com um seu irmão chamado Nesto” (fl. 25). Não só isso, mas também que “soube que sua irmã já havia denunciado um outro como autor de seu defloramento, um tal de Lola, tendo sua família desistido por motivos que o depoente ignora” (fl. 25). Mesmo assim, Arlindo não acredita que seus irmão seriam capazes desse ato, “caso contrário esse fato já teria

acontecido antes, visto como ambos moravam juntos com outra irmã também moça de dezesseis anos mais ou menos em companhia de sua mãe” (fl. 26).

Alguns pontos interessantes podem ser levantados nesse processo e um deles é a ação da mãe. Julia aparece diretamente poucas vezes, mas sua presença é sentida ao longo de todo o documento, em especial nos depoimentos de seus filhos. Pela forma como se referem a ela, dá a entender que era a figura central da família. Julia era casada, embora Sibila fosse filha ilegítima de outro homem, já falecido – e no registro de nascimento (fl. 5) ela ganhou o sobrenome do pai – mas o marido não entra em cena em nenhum momento, nem os filhos homens exercem função de cabeças da casa, como foi visto. É a mãe quem toma a dianteira no processo e, indo pelo depoimento de Olinda (“pode deixar que quem fez isso, foi o meu filho Ernesto”), parece uma pessoa resoluta, pronta a resolver o problema.

Boris Fausto (2001) fala sobre como a figura masculina exercia a função protetora-repressora nas famílias, mas no nosso caso parece ser Julia quem o faz, como demonstra Arlindo, dizendo que sua irmã era “uma moça séria, recatada” e que “nunca saía de casa, a não ser alguma vez em companhia de sua mãe” (fl. 25v). Além disso, os filhos demonstram temor, como Sibila, que disse não ter relatado o ocorrido aos parentes “porque ficou com medo de sua mãe” (fl. 17v). Arlindo também, contando que a mãe estava “braba com ele” por ter dito a outros sobre o defloramento da irmã por Ernesto, chegando a chamá-lo de “lambanceiro” (fl. 25v). Ele narra esse fato com um tom de surpresa, dizendo que “foi só hoje que sua mãe assim procedeu, pois, o depoente sempre ia a casa dela e nunca lhe disse nada que lhe ofendesse” (fl. 25v).

Julia articula os acontecimentos. Se considerarmos os depoimentos da defesa, suas ações parecem ser voltadas para a proteção dos filhos. De um lado Ernesto, enquanto parente próximo, estaria sujeito a uma pena maior caso fosse acusado do defloramento, sem contar que não poderia se casar com a vítima. De outro, o defloramento somado ao incesto seria uma mancha gigantesca na reputação de Sibila e, como já vimos, na de toda a família. A tentativa de incriminar outro homem – se foi isso que de fato aconteceu – bem como o sumiço de Ernesto, que ninguém sabia dizer onde estava, corroboram com essa teoria.

Outro ponto de interesse é a questão do trabalho, que volta a aparecer. De forma positiva para o réu, que é descrito por Olinda e Alberto como pessoa “séria e trabalhadora” (fl. 23v). De forma mais duvidosa para a vítima, pois é dito pela mãe que



“sua filha nunca trabalhou fora de casa” (fl. 22v), como uma comprovação de que não teve oportunidade de realizar nenhum ato questionável, concordando com a visão que já apontamos de que o trabalho feminino era responsável pelo afastamento do lar.

Quanto à conclusão do processo, as mudanças de depoimento da vítima são levadas como incoerência ou falsidade e a denúncia considerada improcedente. O réu foi absolvido um dia depois do Natal. Qual das versões apresentadas pelos envolvidos é a correta, se alguma, jamais saberemos. É como coloca o juiz, Leão Lustoza: “se é mentira, se é verdade, não há certeza. Mas a confusão ficou, mais uma, no seio destes autos, no emaranhado da prova colhida, difusa e frágil” (fl. 29).

### **Considerações finais**

Apesar de muito divertido, o trabalho com processos criminais apresenta algumas dificuldades inerentes à forma como eles são construídos. Há muitas versões possíveis em um único crime e, se nosso objetivo fosse descobrir o que se passou, estaríamos fadados ao fracasso. Mas não é isso que buscamos. Queremos as relações sociais, os hábitos, os conceitos das camadas da população que dificilmente vão aparecer em outras fontes. E, para isso, esses documentos se prestam com louvor.

Usamos apenas dois processos criminais, que representam duas situações em um mar de centenas de casos, cada um com suas peculiaridades. Não vamos, portanto, tentar usar eles como se fossem uma representação de todos os defloramentos ocorridos em Novo Hamburgo. Pudemos, no entanto, captar algumas pistas valiosas que devem contribuir para o entendimento do papel das mães na sociedade do início do século XX. Especificamente, observamos que as mães podiam exercer uma função central na vida de suas famílias, sendo responsáveis pela garantia de bom comportamento, por resolver problemas e por articular estratégias para lidar com as situações. Outros casos vão figurar mães que não fazem nada disso e são quase figuras decorativas, mas nos nossos elas são ativas e determinadas. Também vimos o valor atribuído ao trabalho na construção dos precedentes de honestidade.

Por não serem as personagens principais nos processos de defloração, informações sobre as mães são esparsas e fragmentadas. Acredito, portanto, que esta pesquisa se beneficiaria de uma ampliação no *corpus*, abrangendo mais processos, a fim de contar com mais situações e mais dados em que basear a análise. Mas já pudemos

contribuir um pouco para a construção de um panorama histórico diversificado para Novo Hamburgo.

## Referências

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.

BRASIL. Código penal (1890). *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>. Acesso em: 8 maio 2018.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 2 v.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CORREIA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-275.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, v. 1, n. 1, p. 153-177, 2000. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi01.htm#sthash.aYYzzaCJ.dpbs](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi01.htm#sthash.aYYzzaCJ.dpbs)>. Acesso em: 8 maio 2018.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: a história dos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

HEIDER, Karl G. The Rashomon effect: when ethnographers disagree. *American Anthropologist*, v. 90, n. 1, mar 1988.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JUÍZO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, Cartório do Cível e Crime. Processo-crime nº 31, 1939. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JUÍZO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, Cartório do Cível e Crime. Processo-crime nº 49, 1939. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1413-7704-tem-20-20143606.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

MAGALHÃES, Magna Lima; BENDER, Lucas Petry. Histórias desveladas: Os processos-crime como fonte histórica. In: MARONEZE, Luiz Antonio Gloger (Org.). *Histórias de Novo Hamburgo: 90 anos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MILENGROSSO, Carlos Eduardo. Honra e conduta: populares e práticas amorosas em Porto Alegre (1898-1923). *Crítica Histórica*, ano 2, n. 4, p. 197-218, dez 2011. Disponível em: <[http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com\\_content&view=category&id=65:artigos&Itemid=60&layout=default](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=category&id=65:artigos&Itemid=60&layout=default)>. Acesso em: 9 maio 2018.

SCHEMES, Claudia; MENDES, Catiúscia Cabreira; MAGALHÃES, Magna Lima. A mulher hamburguesa nos anos 1920 e 1930 e o jornal O 5 de Abril: representações construídas. In: MARONEZE, Luiz Antonio Gloger (Org.). *Histórias de Novo Hamburgo: 90 anos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2017.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. 1999. 416 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

VIEIRA, Miriam Steffen. Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”. *Lepaarq*, Pelotas, v. 4, n. 7/8, p. 103-122, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1195>>. Acesso em: 9 maio 2018.

Parte VII:  
Temas Variados  
Saúde

## **“Vai a esta hora o tracoma colhendo em seus tentáculos novos candidatos para a cegueira”: a profilaxia do tracoma e a imigração**

Leonor C. B. Schwartzmann\*

### **Introdução**

Nos primeiros anos do século passado, uma das doenças infecciosas causadoras de grande sofrimento e de cegueira era o tracoma. Considerava-se a imigração como fator primordial na propagação da moléstia no país. A incidência era elevada, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul. Tratava-se de uma doença altamente transmissível e estava relacionada às precárias condições de higiene da população, às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, de rede de abastecimento de água e saneamento.

Tracoma é uma doença infecciosa causada pela *Clamidia trachomatis*. A afecção inflamatória crônica pode ser acompanhada por uma ceratoconjuntivite crônica recidivante que, em decorrência de infecções repetidas, produz cicatrizes na conjuntiva palpebral, podendo levar à formação de entrópio (pálpebra com a margem virada para dentro do olho) e triquíase (cílios invertidos tocando o olho). As lesões resultantes deste atrito podem levar a alterações da córnea. (MSFNS\*\*, 2001, p. 7) É uma das causas mais frequentes de doença infecciosa que leva a cegueira. A forma ativa da doença atinge principalmente crianças de idade pré-escolar. Apesar da gravidade das lesões, não é uma doença de caráter letal, como o que poderia suceder com doenças como a peste bubônica, a febre amarela, a febre tifoide e varíola que tiveram seus surtos no Brasil. Com início de sulfas, em 1930, e dos antibióticos, desapareceu nos países desenvolvidos. Segundo Lódola e Campos, apesar da incidência em várias regiões do país, ocorreu uma ausência de recordações mais significativas da doença pelos

---

\* Doutora em História. Fundação SOAD de Pesquisa. Porto Alegre.

\*\* Abreviatura de: MINISTÉRIO DA SAÚDE/ Fundação Nacional da Saúde.

memorialistas provavelmente em decorrência de ser uma moléstia de caráter não letal. (2017, p. 253.)

Doenças infecciosas estão vinculadas aos grandes deslocamentos populacionais. O tracoma foi uma doença que acompanhou estes movimentos. J. F. Sigaud no livro *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império*, publicado inicialmente em 1844, assinalou que as doenças do aparelho visual (oftalmia, catarata e a amaurose) eram muito comuns entre os negros, sendo de caráter grave e prognóstico sombrio, e que era grande o número de cegos tanto nas cidades como nos campos. Afirma que a oftalmia importada para o Brasil seguiu as características da oftalmia oriunda do Egito, foi trazida pelos navios negreiros, causou epidemias no litoral brasileiro e que se expandia com muita rapidez nas cidades. Foi vista no depósito de crianças abandonadas do Rio de Janeiro e não poupou ninguém. (2009, p. 253)

Conforme Lycurgo Santos Filho, na clássica obra *História Geral da Medicina Brasileira*, a doença foi trazida pelos africanos escravizados no século XVIII “do continente africano vieram para o Brasil entidades patológicas então inexistentes, como a ancilostomíase, o tracoma, a filariose.” Trazida para o Brasil, a oftalmia purulenta ou tracoma logo se disseminou causando epidemias como a do Crato, Ceará em 1792. (SANTOS FILHO, 1977, p. 137 e 224) Deve-se esta última epidemia, no entanto, ter chegada à região do Cariri por meio de ciganos expulsos de Portugal, que se estabeleceram nas províncias do Ceará e do Maranhão no final do século XVIII, constituindo o chamado primeiro foco da doença. (MSFNS, 2001, p. 9) Com a intensificação da imigração europeia, a doença se disseminou pelo sul e sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Como se percebe, teorias que explicam a origem e/ou a maneira de propagação da doença sofreram alterações com o passar do tempo, sempre vinculadas aos deslocamentos humanos.

A origem do tracoma no Rio Grande do Sul deu-se principalmente a partir da zona colonial, introduzida pelos alemães e italianos ainda no século XIX. Ocorreu em várias partes do Estado que receberam imigrantes nos primeiros fluxos (Caxias, Hamburgo Velho e São Leopoldo), como, também, mais tardiamente, nos novos núcleos coloniais de Ijuí, São Luiz, Santo Ângelo, Santa Rosa e Porto Lucena. Era uma doença temida, pois sendo endêmica nas áreas coloniais, poderia se alastrar para os centros urbanos. Além desses aspectos os indivíduos provenientes das regiões coloniais

eram estigmatizados devido às aparentes poucas condições de higiene. Segundo Esteves:

Nestes locais foi o tracoma infiltrando-se insidiosamente entre os habitantes e aumentando seus malefícios com o crescimento das populações e vinda de novas levas de imigrantes e radicação de elementos nacionais que para aí se dirigiram. Apesar da faixa devastadora que foi aumentando aos poucos o mal não assumiu caráter muito grave entre os atacados.

Dado o acúmulo de gente vivendo às margens de alguns rios que alimentam o Guaíba, como o Taquari, Jacuí, Sinos e caí, foram as colônias estabelecendo ramificações para novos agrupamentos. Hoje cidades densamente colonizadas apesar de florescentes, são muito tracomatizadas. (1943, p. 186)

São Paulo foi o estado brasileiro pioneiro no tratamento e na implementação de atividades sanitárias no combate e prevenção. Segundo Lódola, dados oficiais revelaram que em 1907, dos 38.037 indivíduos examinados, 14.967 pessoas (39, 35%) estavam com tracoma. No ano seguinte, era de 27,06% a percentagem de pessoas acometidas pela doença. A enfermidade atingia diretamente a mão de obra imigrante que, ao contrair a oftalmia, afastava o trabalhador dos seus afazeres. Os enfermos pobres, sem apoio para o tratamento por parte do governo recorriam à assistência médica através das Santas Casas ou de atendimentos gratuitos. Para os que tinham condições financeiras, a terapêutica ficava por conta dos médicos particulares que cobravam valores considerados elevados pelo tratamento. O tratamento era longo, muitas vezes acompanhado de trocas diárias de curativos pelo período de 15 dias. Além da ausência do doente no local de trabalho, muitas vezes havia também a falta de outras pessoas que deixavam as regiões rurais para acompanhar os enfermos na busca de tratamento. Era alta a reincidência da doença, a produtividade poderia ser afetada, ocasionando perda financeira. (2016)

São Paulo possuía, desde 1904, legislação que visava proibir a entrada de imigrantes tracomatosos no porto de Santos, como acontecia nos EUA e na Inglaterra. No entanto, esta atitude não perdurou, devido à pressão dos fazendeiros de café, que necessitavam da mão de obra imigrante. A proibição foi substituída por uma multa para o dono do navio que trouxesse imigrantes com tracoma. A primeira medida de controle nacional foi decretada em 1923 quando foi decretado o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, que proibia o desembarque de imigrantes com tracoma, medida naquele momento totalmente inócua, pois a doença já estava disseminada pelo

Brasil, e não mais dependia da imigração para a sua manutenção. (SILVA et al, 2017, p. 3)

Tardiamente, a questão era discutida no Rio Grande do Sul. Uma série de notícias sobre a incidência em outras regiões do país era divulgada nos jornais locais. Constavam do relato de casos que envolviam principalmente crianças. Em 1911, Foi registrado que a doença apareceu de forma epidêmica no Abrigo Santa Maria de São Paulo, acometendo cinquenta e quatro entre as cento e quatro crianças que estavam sob a sua guarda. (SERVIÇO telegráfico, 1911, p. 2) Esta informação demonstrava a gravidade de incidência, principalmente naquele grupo etário e, em ambientes coletivos densamente habitados. Desta maneira, os aspectos de prevenção e tratamento da oftalmia purulenta e da cegueira infantil foram incluídos ente os temas oficiais do 1º Congresso Infantil de Proteção à Infância- sessão de Higiene, que foi realizado no Rio de Janeiro. Neste encontro, enfatizou-se a necessidade de uma legislação especial e de medidas enérgicas na profilaxia da doença. (1º Congresso..., 1920, p. 1) É interessante acrescentar que, além dos aspectos do acometimento do grupo de risco, questões de gênero foram identificadas com o controle da doença em São Paulo: salientou-se que “o feminismo acaba de ter mais uma conquista no Brasil”, pois o governo daquele estado havia nomeado duas farmacêuticas recentemente diplomadas para auxiliar o serviço de profilaxia do tracoma. (O FEMINISMO, 1907, p. 1)

Não existem dados oficiais sobre a doença nas duas primeiras décadas do século passado, no Rio Grande do Sul. Sabe-se que médicos individualmente tentaram combater a doença, não havendo um planejamento de governos estadual para combatê-la, mesmo tendo em sua presidência um oftalmologista, o Dr. Carlos Barbosa (1908-1913). Indiretamente, podemos perceber que o número de indivíduos acometidos pela doença era elevado ao observar o movimento do serviço de olhos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: estima-se que uma média de sessenta indivíduos era acompanhada diariamente, entre pacientes ambulatoriais e/ou hospitalizados. Segundo o Dr. Britto, chefe do serviço, “essa cifra é bem significativa para dar uma ideia aproximada da proporção de tracomatosos entre nós”. (1910a, p.1) O médico frisou que muitos dos pacientes eram procedentes das regiões coloniais e que apresentavam sequelas e/ou complicações tardias de tratamentos cirúrgicos mal conduzidos, como cauterizações profundas e excisões, que levaram a verdadeiras destruições da mucosa,



com formação de extensos cordões cicatriciais e alterações da conjuntiva palpebral. (1910b, p. 1)

### **O prof. Britto e a pesquisa do tracoma**

O Dr. Victor de Britto, oftalmologista e professor da Clínica de Olhos da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, foi um dos primeiros médicos a tratar da questão do tracoma no Rio Grande do Sul. Possuía treinamento em vários países europeus. Sua história mostra um interesse especial no tema, como se percebe que, ao ser admitido como membro da Academia Nacional de Medicina, em 1888, proferiu palestra sobre a doença. Suas atividades associativas são reconhecidas; foi sócio fundador da Sociedade Rio-grandense Médico-cirúrgica (1886) e membro fundador da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1898). No início da década de 1910, chefiava a Clínica Oftalmológica da Santa Casa de Misericórdia. Seus adjuntos eram Francisco Freire de Figueiredo e Oscar Noronha (LETTI, 2013). Na década de 1920, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia durante o triênio de 1919-1921, período conhecido pelas grandes reformas da instituição. Nesta ocasião, criou o Primeiro Regulamento do Serviço Sanitário da instituição. Atuou ainda na política, sendo eleito deputado Federal.

Em 1905, Britto apresentou um relato sobre sua experiência no acompanhamento de pacientes com tracoma no 3º Congresso Científico Latino Americano realizado na Capital Federal. Suas conclusões foram transcritas na revista científica *Brazil Médico*, mais importante periódico científico nacional que abordava temas sobre medicina:

1. O tracoma existe no Rio Grande do Sul, localizado de preferência nas zonas coloniais.
2. Fora dessas zonas os casos de tracoma vão escasseando, de modo a se tornarem raros nos centros mais afastados.
3. Ao lado de formas graves e de malignidade acentuada, figuram, representando a maioria, as formas de mediana gravidade e as formas benignas.
4. O tracoma no Rio Grande não oferece particularidade alguma que autorize a conferir-lhe caráter de malignidade maior que a do tracoma nos países europeus, de onde o Brasil o tem importado por intermédio da corrente imigrante.
5. A porcentagem do tracoma no Rio Grande do Sul é muito inferior á apresentada pelas estatísticas nos países acima aludidos.
6. A julgar pelos dados oferecidos pelo Dr. Wernicke, no seu trabalho apresentado ao segundo congresso latino-americano, não só a

proporção do tracoma é mais elevada, mas também a sua difusão é maior na República Argentina do que no Rio Grande do Sul.

7. Os mesmos dados confrontados com as informações contidas no trabalho do Dr. Mello Barreto, apresentado ao referido congresso, autorizam a concluir que a expansão do tracoma na Argentina é maior que no Estado de S. Paulo.

8. No Estado de São Paulo, o tracoma é domiciliado nas zonas povoadas por integrantes, procedentes de países grandemente infestados pelo tracoma.

9. As medidas higiênicas de caráter internacional devem ter por fim obstar a continuação da entrada de imigrantes tracomatosos, por meio de fiscalização rigorosa feita por pessoal idôneo, no portos de partida ou nos de chegada, ou em ambos para maior segurança.

10. As medidas de exceção para o Brasil reclamadas pelo Dr. Wernicke ao governo argentino, com o fim de separar os imigrantes embarcados nos portos brasileiros com destino à República Argentina dos procedentes dos portos europeus, para o mesmo destino, não repousam sobre bases sólidas, susceptíveis de sanção científica.

11. O perigo brasileiro, a influência nefasta do Brasil para a República Argentina, denunciados pelo Dr. Wernicke, não passam de viciosa interpretação dos processos estabelecidos pela estatística. (O TRACOMA, 1905, p. 328-329)

O vínculo da doença com a imigração direcionada ao sul do país, portanto, era reconhecido, sendo considerado, desta maneira, o flagelo das populações coloniais. As pessoas doentes provenientes dessas áreas rurais eram estigmatizadas pela infecção visível, que se alastrava rapidamente frente às poucas condições de higiene, ausência de cuidados médicos e de saneamento. Além disto, a infecção e a resultante possibilidade de contágio passavam a ser encaradas como assunto de defesa nacional, na medida em que um médico argentino Dr. Wernicke sugerira que o Brasil tinha se tornado um foco perigosíssimo do Tracoma, constituindo-se esse no novo perigo brasileiro. Deve-se lembrar de que os navios que traziam os imigrantes para a Argentina faziam escalas nos portos brasileiros, sendo então questionadas aqui as condições de saúde não dos imigrantes, mas dos próprios brasileiros. Quanto ao Rio Grande do Sul, não havia informações balizadas sobre a incidência, diferentemente do que ocorria em São Paulo.

Entre as medidas preventivas ditadas por Britto citam-se as seguintes: aproveitar a oportunidade da consulta para difundir as noções sobre o tratamento e iniciar uma campanha séria da profilaxia contra a doença; haver uma campanha encampada pelo governo através dos jornais e pelas autoridades sanitárias; sugere que deveriam ser tomadas medidas de higiene defensiva (polícia sanitária, profilaxia geral e higiene domiciliar) de responsabilidade do Governo Federal, cujo objetivo capital seria o exame metódico e sistemático dos imigrantes no porto de chegada ou de saída para identificar

os chamados imigrados tracomatosos; ministrar cuidados de higiene a fim de se evitar o contato direto, lavar os olhos, evitar o uso comum de águas, toalhas e panos e que deveria ser empregada atenção redobrada na prevenção da disseminação em colégios e internatos. Fora estes aspectos, sugeria a Diretoria de Higiene que fosse distribuído panfletos e que fosse feita uma propaganda sistemática que divulgasse noções sobre os perigos da infecção e os meios higiênicos próprios para evitá-la. (1910c, p. 1) O médico incluiu, entre as medidas profiláticas, a organização de um serviço para tratamento dos afetados que seria dividido em distritos e cada um deles confiado à direção de um especialista; a visitação domiciliar nas zonas tracomatosas seria implementada juntamente com a realização de exames oculares e fiscalização das condições higiênicas que, na medida do possível, se pretenderia melhorar. Quanto ao local indicado para o tratamento dos doentes, este seria oferecido em serviço hospitalar desde que fosse impossível fazê-lo no domicílio particular. Além destes aspectos, o que seria frequentemente enfatizado nos editoriais e nos materiais de divulgação, os serviços deveriam ser prestados gratuitamente pelos médicos, respeitando rigorosamente a liberdade individual. (1910d, p.1)

### **Debates entre os Drs. Arrigo Cini e Victor de Britto nos periódicos**

No início da década de 1910, houve um debate acirrado nos jornais de Porto Alegre sobre os métodos a serem utilizados para impedir a expansão do tracoma, doença infecciosa que levava a cegueira, associada às inadequadas condições de higiene principalmente entre as populações das regiões coloniais. A contenda ocorreu entre dois médicos oftalmologistas: Victor de Britto e o italiano Arrigo Cini. Britto liderava as discussões sobre a profilaxia já anteriormente a virada para o século XX. Foi redator de uma serei de matérias sobre o tracoma que saíram principalmente no jornal *A Federação* em 1910.

A trajetória de Arrigo Cini indica que atuou como assistente na clínica do Hospital Oftálmico de Turim, pelo período de dois anos. Exerceu no Hospital Italiano de Buenos Aires antes de se radicar definitivamente em Porto Alegre, em 1901. (CLÍNICA OCULISTA, 1901, p. 2) Seu nome aparece na Lista de Impostos sobre Profissões de Porto Alegre pela primeira vez em 1901. (AHPAMV, 1901) Seus pacientes eram atendidos na *Pharmacia e Drogeria Italiana* no início de sua carreira no

Brasil. Logo após a sua chegada à Capital, já era sócio-benfeitor da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Fazia parte do corpo clínico como médico oculista, acumulando as funções de médico externo. (MUHM, 1906, p. 9) Na década de 1920, Cini chefiava o serviço de oftalmologia do Hospital Beneficência Portuguesa.

Antes das desavenças, constata-se que Cini e Britto já possuíam relacionamento profissional calcado no respeito e na admiração. Em 1907, Cini foi convidado pelo colega de especialidade que era diretor da 2ª seção- Clínica Oftalmológica, da Santa Casa de Misericórdia Porto Alegre, para assumir, em sua ausência, como médico interino. Apesar do convite, Cini não chegou a ocupar o cargo naquela ocasião. Entretanto, se constata que exerceu ali nos meses de janeiro de 1909 e fevereiro de 1910, durante a ausência do diretor da Clínica Oftalmológica. Nestas ocasiões, sua competência foi solicitada especialmente para atuar nos chamados casos melindrosos.

Segundo Schwartzmann (2017), a introdução de uma diferente conduta terapêutica no caso de doentes acometidos por conjuntivite tracomatosa ocasionou uma séria discussão no meio médico porto alegre. O Prof. Victor de Britto e Arrigo Cini se incompatibilizaram nas questões relativas às condutas a serem seguidas. Britto, em editorial publicado no jornal *A Federação* indicava “incutir no ânimo do público a necessidade de se precaver contra possíveis - quiçá prováveis - investidas no nosso meio social por esses *soit-disant* portadores de remédios milagrosos”. (BRITTO, 1910e, p.1) Sustentado na experiência de 24 anos como especialista, o professor faz um arrazoado das possibilidades de tratamento correntes em diversos países europeus (Suíça, Alemanha, França, Hungria, Rússia e Bélgica), excluindo significativamente a experiência italiana. Identifica ainda a utilização do jequiriti, massagens medicamentosas, nitrato de prata, sulfato de cobre, sublimado, instilações de protargol e pomada amarela, escarificações, cauterizações com sulfato de cobre e uso de *radium* nos diversos estágios da doença. Segundo o médico, em seu serviço hospitalar “os sais orgânicos de prata são atualmente empregados com largueza, [e] de algum tempo a esta parte, o protargol ou argirol são usados como parte integrante do método por mim instituído no tratamento do tracoma”. (1910f, p.1) Discute, ainda, a possibilidade da utilização da eletrólise, mas esta deveria ser combinada com outras terapias, no caso o método electro-sublimado-jequitírico praticado por H. Coppez em Bruxelas, ou seja, contra-indicativa o seu uso desacompanhado de outros “meios de ação mais ou menos poderosos”. (1910g, p.1)

As críticas eram dirigidas ao médico italiano. Britto afirmava ter sido informado da existência de um especialista atuando em Porto Alegre, o qual dizia estar identificado com a opinião dos oculistas italianos residentes em São Paulo, capitaneados pelo Dr. Pignatari, que se propuseram, junto ao Ministério da Agricultura, a debelar o tracoma no Brasil. Cini, pelo seu lado, relatou ser o método eletrolítico, por ele empregado com resultados excelentes em seu consultório particular, capaz de satisfazer as aspirações de uma luta eficaz contra aquela enfermidade ocular. O brasileiro, usando de certa ironia, convidou o colega a apresentar seu tratamento na Santa Casa de Misericórdia seguindo a praxe da época:

“- Venha, pois, o ilustre confrade, seja quem for, grego ou troiano, alemão ou italiano. É coisa que pouco se me dá. Meu serviço hospitalar está inteiramente às suas ordens. Os pacientes serão confiados aos seus cuidados, e eu, passando de professor a enfermeiro, terei o maior prazer em ser seu auxiliar e registrar os resultados colhidos pela ressuscitada antigualha da eletrólise no tracoma”. (1910a, p. 1)

Apesar das discussões entre os médicos, a verdade é que o tratamento eficaz indicado para o tracoma só iniciou com a introdução das sulfas no final da década de 1930 e da antibioticoterapia mais tardiamente. A relevância da doença era de tal significado que era tema de questões nos exames de revalidação de diploma estrangeiro da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, ainda em décadas subsequentes. (SPARVOLI, 2005)

Estávamos no período da famigerada liberdade profissional. Percebe-se que pautaram, nas discussões, a presença dos médicos estrangeiros atuando ilegalmente, disputas de pacientes, tratamentos preconizados, tópicos sobre charlatanismo, falta de decoro profissional, como também a utilização de fórmulas mágicas e secretas. Desta maneira, subjaz no texto de Britto que havia uma organização e profissionalização dos médicos estrangeiros que possuía características mais modernas que a dos brasileiros, entre elas a maneira de receber e divulgar sua prática profissional em propagandas inseridas nos jornais e de cobrança de honorários profissionais que, presume-se pela leitura dos artigos, não incluíam o atendimento gratuito. O médico assinala que os médicos brasileiros deveriam ser pautados por sentimentos considerados altruístas e patrióticos da medicina, que os impediriam de cobrar dos pacientes tracomatosos. A discussão entre os médicos foi ao campo da difamação. Britto insistia que o médico

italiano deveria tratar os doentes de forma humanitária na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, inferindo que o colega atendia somente em sua clínica privada, esquecendo sua atividade diária no Hospital Beneficência Portuguesa. Assim, destacava que havia egoísmo e interesse exclusivo do colega estrangeiro em sua clínica particular e que era sua função colocar de sobre aviso o público do mercantilismo médico. Independentemente do tratamento sugerido, identifica-se uma modificação no comportamento de atuação dos médicos. O médico filantropo, altruísta humanitário, com uma imagem pública idealizada e centrada na caridade e dedicação convive com médicos que exigem um reconhecimento profissional qualificado.

### **Considerações finais**

A incidência do tracoma no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, associou-se ao grande fluxo migratório que ocorreu ao longo do século XIX e início do século seguinte, tornando-se uma doença de caráter endêmico. A partir dos focos localizados nas regiões de colonização, se espalhou pelo estado sulista. Analisando as medidas de combate ao tracoma no Rio Grande do Sul, no mesmo período, percebe-se a ausência de políticas oficiais oferecidas pelo governo estadual, diferentemente do que acontecia em São Paulo, estado que também recebeu grande contingente de imigrantes e que precocemente desenvolveu políticas de controle.

### **Referências**

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho. Lista de Pagamento de Imposto sobre Profissão, 1901.

BRITTO, Victor de. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 13 out 1910, p. 1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 11 out., 1910, p.1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 17 out., 1910, p.1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 27 jun., 1910, p.1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 5 out 1910, p.1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 7 out 1910, p.1.

\_\_\_\_\_. *O tracoma e o Rio Grande*. A Federação, Porto Alegre, 10 out 1910, p.1.

CLÍNICA oculista. A Federação, Porto Alegre, 6 mai 1901, p. 2.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

ESTEVEVES, Aldehydr. Incidência do tracoma e o seu combate pelo D. E. S. no R. G. do Sul. In: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha. *Panteão médico rio-grandense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

LETTI, Nicanor. *História da Faculdade de Medicina da UFRGS. Início. O professor Victor de Britto*. Disponível em: <<http://antoniovalsalva.blogspot.com.br/2009/10/o-professor-victor-de-britto.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013

LÓDOLA, Soraya. *O tracoma em viagem pelos trilhos da economia: uma análise sobre a primeira comissão de tratamento e profilaxia do tracoma em São Paulo no início do século XX*. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, Nov 2016.

LÓDOLA, Soraya. CAMPOS, Cristina. *Emílio Ribas e o tracoma em São Paulo no início do século XX*. XXIX Anais do Simpósio Nacional de História . Contra os preconceitos: História e Democracia. Brasília, 24 a 28 de julho, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ Fundação Nacional da Saúde. Manual de controle do Tracoma. Brasília: ASCOM/PRE/FUNASA, 2001.

MUSEU DA HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficência*. Apresentado pelo seu presidente, João Aydos, em sessão de Assembleia Geral em 14 de janeiro de 1906. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Echenique Irmão & Cia., 1906, p. 9.

O FEMINISMO acaba de ter mais uma conquista. A Federação, Porto Alegre, 23 jan 1907, p. 1.

O trachoma no Rio Grande do Sul. *Brazil-Medico*. Rio de Janeiro, 1º set 1905, ano XIX, nº 3, p. 328-329.

1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância. A Federação, Porto Alegre, 1 mai 1920, p. 1.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

SERVIÇO telegráfico. A Federação, 11 dez 1911, p.2.

SIGAUD, J. F. X. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Maria Beatriz A.; ANDRADE, Maria Sandra; OLIVEIRA, Yohana V.; MARQUES, Maria Gabriela S.; PINHO, Clarissa M; LOPES, Katiúscia A. M. Trachoma as cause of blindness: literature review. *International Archives of Medicine. Section: Ophtalmology*. Vol. 10 nº 56, 2017, p. 3.

SCHWARTSMANN, Leonor B. *Médicos italianos no sul do Brasil (1892-1938)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SPARVOLI, Ana Maria, Entrevista oral, Rio de Janeiro, em 26 e 27 de julho de 2005.

SERVIÇO telegráfico. A Federação, Porto Alegre, 11 dez 1911.

## **Velhos atores, novos agentes: atuação médica sanitarista em Juiz de Fora (1893-1911)**

Maciel Antônio Silveira Fonseca\*

### **Introdução**

O século XIX, sobretudo durante sua segunda metade, foi um período marcado pelo grande dinamismo que ocorreu na sociedade mundial em função da modernização que refletia cada vez mais na configuração do espaço urbano e nas transformações provenientes das novas demandas sociais. Tal movimento de modernização foi possível a partir dos grandes avanços científicos e tecnológicos que anunciaram uma nova era de mudanças na humanidade.

A expansão das malhas férreas, macadamização de ruas nos grandes centros urbanos, alargamento de ruas, canalização de esgotos e a produção de manufaturados são elementos que simbolizaram o advento da modernidade (HOBSBAWM, 2005, p. 61). Anunciou-se, então, uma era de mudanças, de melhorias do bem-estar coletivo e das novas oportunidades do mercado de trabalho.

O discurso da modernização foi incorporado pela sociedade brasileira que, durante meados do século XIX, assim como em outros países da América Latina, conquistou a sua independência e buscou articular um novo e eficiente aparato político na consolidação dos Estados Nacionais. De um modo geral, tal discurso ganhou a adesão dos diversos grupos das elites políticas que se espelhavam nos ideais estéticos e culturais dos centros europeus, que foram o cerne dessas mudanças. O resultado foi a criação de uma série de associações de caráter científico e de cunho nacionalista, que buscaram a valorização de suas capacidades e potencialidades (CAPEL, 1992, p. 169).

O final do século XIX marcou também o debate cientificista racionalista que se pautava no positivismo comtiano e no darwinismo, permeando os principais ciclos letrados da sociedade brasileira (NAVA, 1972, p. 94). Nesse debate, a moral social era

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.



entendida como elemento fundamental na construção de um Estado moderno, garantindo a ordem da coletividade e disciplinando a população para o progresso vindouro. Tal disciplina incidia sobre as formas como o cidadão se portaria em sociedade, e também no modo como esse indivíduo despendia o seu tempo. Portanto, o lazer, as condições de trabalho, as relações familiares e até mesmo os locais de habitação dessas pessoas, tornaram-se alvo de ações e posturas de intelectuais e políticos que buscaram enquadrar o Brasil nos moldes internacionais (CAMPOS, 2002, p. 32).

O elemento fundamental da proposta modernizante foi a salubridade dos espaços públicos, tendo como principais agentes, conseqüentemente, os grupos de médicos ou demais indivíduos que mantinham estreita ligação com o campo das ciências experimentais em crescimento no decorrer do século XIX, sob forte influência iluminista do século XVIII e do método cartesiano (SIGOLO, 1996, p. 149). O período foi marcado pela ascensão do capitalismo e de todo o projeto modernizador trazido por ele, especificamente pela renovação tecnológica e científica que a todo o momento buscava sua desvinculação com o passado colonial obsoleto, que não condizia com os novos padrões vigentes no cenário europeu (BARROSO, 2008, p. 14-16).

O maior contingente populacional significou o agravamento de uma série de questões. Pobreza acentuada, violência urbana, degradação moral e social, proliferação de epidemias e doenças, além da mendicância foram alguns dos problemas iniciais trazidos com a modernidade capitalista industrializada. Vale ressaltar que, embora não fosse interessante aos empregadores que os seus trabalhadores adoecessem, a camada social mais afetada em razão das condições existentes na época foi a dos operários e demais indivíduos subalternos da sociedade.

A Medicina Sanitária tornou-se, então, canalizadora das vontades dos setores detentores do capital e de prestígio social. Presenciou-se um momento no qual projetos de implementações sanitárias na urbe eram objetos constantes nas pautas das Câmaras, em grande medida devido ao fato de que uma parte dos agentes da saúde ocupava cargos na política local ou regional. Com isso, foi a partir desse momento que a Medicina adquiriu o seu caráter de Ciência Médica e passou a agir incisivamente na organização do espaço público, com suas intervenções e suas postulações de caráter higienista que incidiam sobre as legislações e regiam a população alvo dos empreendimentos modernizadores.

Contudo, segundo George Rosen, o projeto de reforma sanitária empreendido em meados do século XIX teria partido da ação dos legisladores como aparato utilizado para o controle social. Logo, a atuação dos médicos no processo teria sido elemento secundário, porém importante, na consolidação dos projetos propostos (ROSEN, 1994, p. 37). Com isso, a medicina passou a ser entendida como um instrumento mediador do projeto modernizador (BARROSO, 2008, p. 18-19).

Portanto, o ideário social de modernidade será consolidado pelos grandes empreendimentos de urbanização voltados à melhoria do espaço de convivência entre a população das cidades. O êxodo rural proveniente do declínio da produção cafeeira e a ascensão das atividades fabris, contribuíram para o acelerado fluxo de uma população multicultural e cosmopolita em diversas cidades brasileiras que comungavam deste processo de industrialização. Imigrantes e migrantes passaram a preencher os cenários urbanos das localidades em cujas atividades econômicas operavam por meio da mão de obra fácil, barata e com grande rotatividade.

### **Primórdios e consolidação da assistência à saúde em Juiz de Fora durante o século XIX: a Casa de Caridade**

Juiz de Fora não fugiu à regra quanto ao acúmulo de capital proveniente da produção cafeeira. O município teve vultuosa participação na produção e desenvolvimento da cultura do café na região da Zona da Mata, durante a segunda metade do século XIX. Elevado para a categoria de Vila, em maio de 1850 pela Lei estadual nº 472, o grupo social que se desenvolveu na região não tardou a iniciar o seu processo de expansão urbana, com a construção da Câmara Municipal (1853) e a Casa de Caridade (1854). Pouco tempo depois, a vila foi elevada à categoria de cidade, em 1856 (OLIVEIRA, 2016, p. 27-28).

A cidade foi marcada por um número significativo de produtores da rubiácea, o que refletiu no grande contingente populacional de escravos na região. Tal estimativa populacional foi sendo intensificada gradativamente quando, em 1861, foi inaugurada a construção da Estrada União e Indústria, financiada por Mariano Procópio Ferreira Lage<sup>448</sup> em parceria com o Governo Imperial. A construção da estrada ocasionou a

---

<sup>448</sup> Político, engenheiro, Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Deputado Federal. Construtor e incorporador da Companhia União e Indústria que construiu a rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis, inaugurada em 1861 pelo Imperador Dom Pedro II. Teve participação ativa no desenvolvimento urbano de Juiz de Fora nas suas décadas iniciais, durante o século XIX.

vinda em larga escala de imigrantes alemães e tirolezes para Juiz de Fora, pois seriam a principal mão de obra utilizada na execução das obras (COUTO, 2016, p. 30-31).

O avanço na produção cafeeira e a melhoria nas condições de escoamento do produto, favoreceram um crescimento elevado e, conseqüentemente, o acúmulo de capital por parte de seus proprietários. Tal fenômeno figurou como elemento chave para a industrialização da cidade, pois foi a partir do capital excedente que os proprietários de terra começaram a investir na indústria como fonte alternativa de renda, o que garantiu uma série de pioneirismos na cidade, como a criação da primeira usina hidrelétrica da América Latina pelo industrial Bernardo Mascarenhas, que foi também o principal responsável pela incorporação da rede elétrica na cidade na última década do século XIX<sup>449</sup>.

A expansão política, econômica e social da cidade inseriu gradativamente a população em uma conjuntura de grandes transformações. Dentre elas, a que desempenhou papel basilar na consolidação da modernidade no município, foi o desenvolvimento de um aparato assistencialista que passou a pensar em problemáticas cotidianas, como a pobreza, o saneamento e a necessidade do embelezamento das ruas como forma de enquadrar Juiz de Fora nos moldes da, então, capital imperial, Rio de Janeiro, que, por sua vez, se espelhava na suntuosidade e opulência parisiense.

Inevitavelmente, ao falarmos de assistência à saúde em Juiz de Fora no século XIX, nos deparamos com a figura do Comendador José Antônio da Silva Pinto (1785-1870), que, posteriormente, viria a receber o título de Barão da Bertioga, por Dom Pedro II quando este visitou a cidade de Juiz de Fora. Silva Pinto foi um benfeitor que esteve atrelado às questões religiosas e políticas da região. Cafeicultor e proprietário de vasta região de terras, o Comendador fez parte de uma série de grupos de assistência mútua entre seus pares. Teve participação ativa na política juiz-forana.

José Antônio investiu maciçamente no desenvolvimento de Juiz de Fora, mostrando, desde os primórdios, uma preocupação com a salubridade do espaço social. Tal preocupação pode ser interpretada ao observarmos que partiu dele a iniciativa de construir o cemitério municipal da cidade, tendo financiado metade da construção. Foi

---

<sup>449</sup> Fundou a Companhia Mineira de Eletricidade (1888), construindo a sua primeira Usina Hidrelétrica, que também foi a primeira da América do Sul e que até hoje é conservada como relíquia. Fundou a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, da qual foi o primeiro presidente. Importante industrial e capitalista, contribuiu para os avanços tecnológicos de Juiz de Fora durante o século XIX.

responsável também pela construção de uma coluna hidráulica que abasteceria a população adjacente à sua fazenda, com água do poço.

Rogério Oliveira entende que Silva Pinto estava inserido no processo de desenvolvimento implementado por Dom Pedro II no Brasil. Com efeito, o autor assinalou que:

Buscava-se construir uma cidade moderna, rica e saudável voltada para a ordem, o progresso e o bem-estar da população. O objetivo era tornar o centro urbano um lugar atraente, garantindo o bem viver da elite dominante, em consonância com as atualizadas concepções de higiene, planejamento urbano, eletricidade, transporte, etc. Buscava-se a implementação de uma modernidade sem perder de vista o elitismo de uma sociedade agrária, escravista e ainda conservadora (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Conforme citado no trecho acima, Juiz de Fora buscava a inserção em um modelo de cidade moderna, mas, ao mesmo tempo, manteve os resquícios sociais de uma sociedade escravista. Para o memorialista Pedro Nava, que foi um médico que viveu o momento de transição cultural da cidade, assinalou que:

Abolida esta [a escravidão] e não se podendo mais comprar o negro, as senhoras de Minas tomavam para criar negrinhas e mulatinhas sem pai e sem mãe ou dadas pelos pais e pelas mães. Começava para as desgraças a dormir vestidas em esteiras postas em qualquer canto da casa, as noites de frio, a roupa velha, o nenhum direito, o pixaim raspado, o pé descalço, o tapa na boca, o bolo, a férula, o correão, a vara, a solidão (NAVA, 1972, p. 259).

Entretanto, segundo nos mostrou Nava, parecia haver certa aceitação por parte das negras que, muitas vezes, acabaram sendo coniventes ou conformadas com o estigma e condições as quais eram submetidas. Disputavam, inclusive, a atenção de suas "senhoras" com as demais negras que estavam na mesma situação. De acordo com o que Nava completa sobre a condição servil dessas negras:

Apesar disto, íntimas das sinhás, ajudando nos fuxicos, nas intrigas - servis, bajuladoras, vendo tudo, alcovitando namoros, sabendo dos podres e integradas em cheio nos complexos sexuais dos meninos da família. Em casa de minha avó materna funcionava o sistema. Ela era mesmo tida como grande disciplinadora de negrinhas, disputando a palma dessa primazia em Juiz de Fora, com a D. Guilhermina do Dr.

Rosa da Costa e a D. Clementina do Dr. Feliciano Pena<sup>450</sup> (NAVA, 1972, p. 259).

Assim, a partir de um cenário marcado de dualidades, no qual a modernidade progressista contrastava com o conservadorismo escravista, que foi construída a Casa de Caridade em Juiz de Fora. O empreendimento não somente seguia os dispositivos legais previstos na legislação provincial (OLIVEIRA, 2016, p. 41), como também representava a consolidação de um aparato desenvolvido para atender as demandas sociais e governamentais sobre a saúde pública.

A iniciativa de Silva Pinto funcionou como instrumento de afirmação política local, ao passo em que buscou enquadrar Juiz de Fora nos modelos das ações filantrópicas e de assistência instituídas na Europa (BRESCIANI, 2008, p. 26). Contudo, não ficou claro a quem o estabelecimento atendeu. Segundo Rogério Oliveira:

[...] Mais nenhuma menção faz o compromisso sobre qual o formato da relação entre a Mesa da Irmandade e da Casa de Caridade, como também não está claro se esta se propunha a atender a população da cidade como um todo, apenas os pobres e desfavorecidos, ou ainda se apenas aos irmãos (OLIVEIRA, 2016, p. 45-46).

Podemos perceber que a instituição de caridade serviu precariamente para suas finalidades durante as primeiras décadas de sua existência. Sabe-se que, embora fossem registrados constantes investimentos por parte do Barão da Bertioga somados aos pequenos donativos de objetos e alimentos oriundos de terceiros, não era incomum que os jornais locais notificassem algum atendimento que foi deixado de ser prestado por falta de recursos.

Com a morte de Silva Pinto, no ano de 1870, parte de sua fortuna havia sido deixada para a Casa de Caridade em testamento (TRAVASSOS, 1993, p. 52-60). Entretanto, em documento datado de 12 de maio de 1876, a Presidência da Província questionou sobre a não destinação do referido espólio às finalidades expressas em testamento pelo benfeitor (OLIVEIRA, 2016, p. 50). Tal material corroborou com a ideia de que durante todos esses anos a administração da Casa de Caridade tenha passado por acentuados problemas em sua gestão. Com isso, foram justificados também os problemas enfrentados na produção dos livros de receitas e despesas, que geraram

---

<sup>450</sup> Ambas as famílias são importantes figuras no cenário político e social de Juiz de Fora. Tiveram atuação política e econômica, circulando nos principais espaços de sociabilidade da cidade.

inconstâncias na prestação de contas da Casa de Caridade. Rogério de Oliveira constatou que, somente a partir do ano de 1886, os livros de receitas tornaram-se regulares e passariam a ser aprimorados a partir de 1897, na gestão de Braz Bernardino Loureiro Tavares, quando este Provedor passou a desenvolver os relatórios anuais.

### **A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e a Liga Mineira contra a Tuberculose: sanitarismo e civilização**

Contando com duas colônias de imigrantes alemães, na década de 1850, e uma hospedaria de imigrantes italianos a partir da década de 1880, Juiz de Fora passou a figurar como um palco de mortalidade e contaminação de doenças que eram somadas às precárias condições de vida às quais eram submetidos os imigrantes e migrantes (CHRISTO, 1994, p. 29-33). A chegada de tais indivíduos na cidade fez com que o contingente populacional fosse somado aos demais que já viviam no local em condições de alta precariedade.

Determinados imigrantes foram, então, instalados em submoradias, com alimentação insuficiente e precária, muitas vezes, sendo vistos à margem da sociedade. Somou-se ao grupo o grande contingente de escravos libertos com a abolição da escravatura. Ou seja, a transição do século XIX para o século XX legou à Juiz de Fora uma massa de indesejados que serviam de vetores para doenças e contribuíam para a propagação das moléstias que incidiam nas alarmantes taxas de mortalidade na cidade (BARROSO, 2005, p. 8-9).

Nesse rol de doenças que afligiam Juiz de Fora, a tuberculose foi uma das tantas que chegou vitimar inúmeras pessoas. O medo em torno da doença se deu, também, em função da sua facilidade de contágio e pelas proporções tomadas por seu agente patogênico, que contaminava do mais miserável morador de rua ao mais abastado barão do café. Ficou claro, porém, que elementos como a boa alimentação, higiene pessoal, atividades físicas e repouso implicavam em um organismo mais resistente à doença e menos propenso ao seu contágio, embora não significasse a isenção total de sua contaminação.

Discutiu-se em Juiz de Fora nas duas últimas décadas do século XIX sobre empreendimentos e obras que pudessem contribuir para o crescimento urbano da cidade. Influenciada pelo modelo da então capital brasileira, que, por sua vez, buscava influência em Paris, a Câmara Municipal juiz-forana passou a estabelecer nas pautas de

suas discussões a real necessidade de efetivar o desenvolvimento político e social do município. Segundo Goodwin Jr (1997, p. 121-124), as intervenções da modernização que chegavam ao Brasil foram provenientes do intercâmbio produzido entre as elites locais e a capital do Império brasileiro. Os recursos dos grandes produtores de café, então, foram responsáveis por efetivar e subsidiar parte dos projetos que foram gradativamente incorporados ao município de Juiz de Fora.

No ano de 1891, a recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889) estabeleceu uma comissão especializada para propor novas medidas que seriam aplicadas e incorporadas aos projetos de saneamento da cidade. Denominou-se, então, Comissão Sanitária, para a qual foram nomeados alguns engenheiros e médicos da cidade que iriam compor o grupo a fim de contribuir com projetos estruturais e medidas de salubridade (HOWYAN, 2004, p. 24).

Após a análise das condições geográficas de Juiz de Fora, que envolviam o estudo do clima, relevo, meteorologia e hidrografia, decidiram por contratar um engenheiro francês com habilitação em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyan, que implantou o chamado "Plano Howyan" (HOWYAN, 2004, p. 13). Em seu projeto, analisou principalmente as condições da cidade referentes ao tratamento das águas pluviais, que, muitas vezes empoçadas, serviam como vetores de doenças. Em sua pesquisa, constatou que, entre os anos de 1891 e 1892, havia no perímetro da cidade, que contava com 12 mil habitantes, grandes extensões de pântanos que se multiplicavam em decorrência das chuvas, gerando focos de água estagnada que difundiam uma série de moléstias, como a tifo (HOWYAN, 2004, p. 33, 47, 53 e 59).

A proposta de Howyan foi de melhorar os calçamentos que se encontravam precariamente macadamizados, dividir os esgotos a partir do tipo de imóvel que o produzia<sup>451</sup>, canalizando-os, implantar a profusão de águas para escoar os esgotos, construir chafarizes que não somente manteriam o fluxo de água como também embelezariam a cidade e trabalhar no curso do Rio Paraibuna, alargando-o e aprofundando-o para que se evitassem as constantes cheias ocasionadas em período de chuvas. As propostas incluíam, também, a drenagem das regiões pantanosas, melhorias

---

<sup>451</sup> Segundo Howyan, era necessária a canalização dos esgotos nos imóveis, que deveriam ser diferidas conforme a natureza deste imóvel. Segundo o engenheiro, dividiu-se em: 1º) Hospitais, abrigos para mendigos etc.; 2º) Câmaras Municipais, Casernas, Usinas, Tribunais, Fábricas, etc.; 3º) Escolas, Conventos, Instituições, etc.; 4º) Prisões; 5º) Grandes Hotéis, etc.; 6º) Casas particulares; 7º) Pequenas moradias, casas de campo etc.

na coleta e na disposição do lixo e o processo de colmatagem, que basicamente reuniria os nutrientes oriundos dos lodos produzidos no rio que cortava a cidade.

Todo o projeto desenvolvido por Howyan representava a busca de sua inserção em um contexto modernizado. Ao longo do relatório final do projeto elaborado por Howyan, em 1893, percebe-se que inúmeras vezes o engenheiro evocou o discurso de que a cidade somente seria civilizada e moderna caso adotasse as postulações sanitárias por ele instituídas. A alcunha "Éden do Brasil" foi atribuída à cidade e, se viesse a adotar as medidas evidenciadas na época, segundo Howyan:

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.

Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o Éden do Brasil e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República. (HOWYAN, 2004, p. 61)

Com a crescente necessidade da reorganização dos serviços sanitários para se adequar à Medicina Sanitária no Brasil e os recorrentes surtos epidêmicos entre as décadas de 1890 e 1900, conforme assinala Elaine Barroso (2008, p. 33), o poder público passou a investir em medidas e ações voltadas ao higienismo das cidades, que viveram um período de grandes efervescências sociais decorrentes das medidas empregadas pelo Estado. É possível destacar o isolamento de pessoas que representavam e apresentavam alguma característica que contrastasse ao modelo de salubridade almejado. Foi o caso dos portadores de doenças mentais e portadores de doenças infecto-contagiosas, naquilo que Barroso (2008, P. 33) denominou "limpeza social".

Com isso, é possível entender a importância que a institucionalização da saúde teve para a sociedade juiz-forana e os ideais do cientificismo empregados pelos médicos e filantropos em Juiz de Fora, durante o período em questão. Ao estudar a assistência à saúde em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, Virna Braga assinala que:

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o império até a República, contudo são mais recorrentes do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra "hospitais" foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças



infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros. (BRAGA, 2015, p. 86)

O fator que serviu como alicerce para o desenvolvimento de Juiz de Fora, principalmente na esfera cultural, foi o grande desenvolvimento no setor econômico, possibilitado pela incorporação das fábricas para a produção industrial (ANDRADE, 1987, p. 16-19), embora a predominância do capital fosse decorrente das atividades agropecuárias e comerciais, por se tratar de uma região com localização privilegiada, interligando a capital com as demais regiões ao norte dos portos onde os produtos seriam comercializados (AMARAL, 1998, p. 7). Com isso, possibilitou a ampliação no campo científico, artístico e educacional, incorporando a cidade aos padrões entendidos como de saneada e moderna, promovendo solo fértil aos debates de cunho higienista.

Vanessa Lana (2006) apresentou em sua dissertação a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, no final do século XIX. A autora assinalou que, com a mudança de regime político no país na transição interséculos, somando as transformações tecnológicas, a modernização passou a ser buscada por meio dos espaços na cidade, o que incidia diretamente na aplicabilidade dos conhecimentos da medicina para que se criasse um ambiente salubre com o intuito de refletir no controle das doenças da população.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora foi apenas um dos muitos aparatos desenvolvidos para acompanhar o dinamismo da cidade, cujo desenvolvimento estava cada vez mais efervescente. Seus membros buscavam legitimar suas ações por meio de estratégias de intervenções do espaço público e privado, a partir do conhecimento específico da categoria médica a fim de contribuir para o modelo higienista e salubre do espaço urbano.

Diante do cenário de atuação e transformações no campo médico-científico, um grupo de agentes locais decidiu institucionalizar a assistência direcionada ao tratamento da tuberculose, que, naquele momento, assolava a população em grande escala, resistindo aos fármacos e terapias presentes e ineficazes, mostrando-se necessária uma intervenção da sociedade. No final do século XIX, surgiu o instituto Pasteur na França. Instituição sem fins lucrativos, que se destinava ao estudo dos micro-organismos e da produção de vacinas que pudessem atuar no controle e combate das doenças que tanto dizimavam no período. Muitos países adotaram os preceitos deste instituto, pois suas atividades laborais tinham como alvo as doenças infecciosas. Com uma cultura que

seguiu os moldes franceses, o Brasil incorporou a ideia e disseminou o instituto nas principais cidades do território nacional, como Rio de Janeiro (1888) e São Paulo (1903).

Em Juiz de Fora, o Instituto Pasteur foi criado em 1908 como um desdobramento da Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900). Sua criação se deu principalmente pela ação do médico Eduardo de Menezes. Entre 1886 e 1888, Eduardo de Menezes esteve em viagem de estudos na Europa, onde visitou importantes centros médicos em Viena, Berlim e Paris. Neste último país, esteve presente no Hospital dos Alienados e estagiou no Instituto Pasteur em um laboratório junto com Louis Pasteur durante quatorze meses, com estudos voltados para a atuação prática antirrábica (AMARAL, 2015, p. 28-29).

Tendo estreitas relações com a corte imperial brasileira, voltou ao Rio de Janeiro, em 1888, com o intuito de fazer parte do corpo médico oficial. No ano correspondente, voltou também o médico Ferreira dos Santos, que havia tido contato com Menezes em Paris, pois ambos fizeram o mesmo estágio. Ferreira dos Santos foi responsável por criar o primeiro Instituto Pasteur no Brasil e o segundo no mundo, no ano de 1888, no Rio de Janeiro. Já Menezes, tendo sido agraciado com algumas condecorações, como o título de Moço Fidalgo e Comendador da Ordem de Cristo, ficou impossibilitado de manter a sua vida na corte por contrair a peste branca, tendo como opção mudar-se para Juiz de Fora por conta do clima propício ao tratamento indicado contra a tuberculose. Após sua cura, instalou sua clínica médica e deu início a uma série de participações em instituições culturais da cidade:

[...] passou o resto de sua vida dedicando à cidade o melhor de seu talento e capacidade de liderança, junto a importantes instituições: a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), o Instituto Granbery (1890), a Academia de Comércio (1894), os cursos superiores de Farmácia e Odontologia (1904), o curso de Direito (1912), a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900) com seus institutos Pasteur (1908) e Antiofídico (1921). Em Juiz de Fora foi, também, membro fundador e primeiro presidente da Academia Mineira de Letras e escreveu os seus livros, dentre os quais destacamos, em vista de suas preocupações de higienista, "O Clima de Juiz de Fora", "A Serra de Ibitipoca, relatório sobre o seu clima" e "Cidade Salubre". (AMARAL, 2015, p. 29-30)

A partir de então, entendemos que a atuação nos meios sociais de grande circulação da elite local permitiu que Eduardo de Menezes conseguisse maior adesão de membros colaboradores nos projetos de desenvolvimento de novas pesquisas e na

aplicação de seus resultados na população que necessitava de tal assistência. De um lado, grandes industriais e produtores agropecuários atuando para consolidar seu poder na esfera municipal, de outro uma demanda não atendida pelo Estado e que necessitava de uma intervenção para a melhoria da qualidade de vida da população.

No geral, os médicos avaliavam a Zona da Mata mineira como local de grandes propriedades terapêuticas no combate à tuberculose, conforme consta no relatório enviado para a comunidade de Lima Duarte pela Liga Mineira contra a Tuberculose, após os representantes desta Liga voltarem do Congresso Contra a Tuberculose, realizado em Paris, no ano de 1905. Juiz de Fora e suas adjacências mostravam ser de fundamental importância no combate dessa doença, em vista de sua posição geográfica privilegiada. Conforme publicado no jornal "O Pharol", em 27 de setembro de 1906:

O sanatorio é instrumento indispensável da Obra anti-tuberculosa, e a escolha de local, factor importantíssimo para que elle assegure toda a sua efficácia, embora não desconheça-mos que em quasquer condições de clima o Sanatorio seja util.

Em Minas Geraes e em quase todo o Brasil abundam os locais em condições ideaes; é preciso porém que estes locais sejam explorados e levados ao conhecimento dos medicos e do publico para que possam ser aproveitados opportunamente, visto que neste particular como para todas as fontes de bem e riqueza publicas a nossa natureza tão rica e prodiga ainda tem muitos recursos desconhecidos.

Ultimamente tivemos occasião de conhecer e explorar uma região que reúne o conjuncto de todas as condições ideaes para Santatorio, é a serra de Ibitipoca. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1906)

Vale salientar que, além das ações voltadas ao combate da tuberculose, o projeto modernizante e institucional objetivou também abordar o processo da elaboração do discurso médico-sanitarista que foi empregado pelos médicos e filantropos a fim de legitimar as ações das instituições, que, muitas vezes, se valeram de tais discursos para se firmar como entidades que detinham exclusivamente os conhecimentos científicos para combater as epidemias. Os principais veículos de comunicação e difusão destes debates foram os jornais e a estratégia de publicidade a partir da fixação de cartazes nos principais pontos de acesso da grande massa da cidade: as estações de transporte ferroviário, os bondes que circulavam no centro urbano e dava acesso às periferias e também nos comércios que se concentravam na região central da cidade. Os materiais foram objetos de desinteresse por parte da população, conforme evidenciou a publicação do jornal "O Pharol" com mensagem da Liga, ainda em setembro de 1906:

Além destas, inúmeras são as instituições que servem á questão da tuberculose, protegendo os recém-nascidos e meninos, pelo aleitamento e a educação hygienica, proporcionando boas condições hygienicas á classe mais miseravel da sociedade, a qual definha na domesticidade sem luz, sem ar e sem alimento reparador.

O que podemos nós fazer ora com uns 20 contos de que dispomos? Esphacelal-os em cartazes para servirem ás moscas e serem ludibriados pelo proprio publico; em revistas sem effeito pratico; montar dispensarios, fazer sanatorios, custeal-os? Temos nós o bafejo official que ao menos nos communique uma migalha de autoridade moral? (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1906)

A Liga Mineira contra a Tuberculose foi uma instituição filantrópica que incorporou em seu discurso a proposta de erradicar a tuberculose ou, caso não conseguisse erradicá-la, ao menos minimizar os impactos negativos que a doença oferecia para a população. A Liga iniciou, então, um empreendimento que se propôs a seguir o modelo empregado no Rio de Janeiro, caracterizado pela imposição de medidas coercitivas colocadas em práticas pelos órgãos públicos tendo em vista a eficácia das medidas de saúde, conforme explicitou o médico e presidente da Liga Mineira, Eduardo de Menezes, no relatório anual de 1905:

Eu não vejo sinão dois meios de fazer obra util. Um, consiste em medidas coercitivas, como as que são postas em pratica no Rio de Janeiro pela directoria da saude publica: é a intervenção administrativa official, que depende de despezas, de autoridades com poderes sufficientes, medidas que emanam dos governos locaes e geraes. Outro, consiste em instituições particulares, os sanatorios e os dispensarios; aquelles para restringir a mortalidade porporcionar a curabilidade e affastar da sociedade os individuos tuberculosos que são os fócios de propagação e disseminação; estes para proporcionar tratamento medico aos tuberculosos. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1905)

Esse modelo de institucionalização empregado no início do século XX, foi a promessa de livramento do mal que vitimava um grande número de desafortunados na cidade. O discurso proposto pela Liga Mineira, embora fosse no sentido de erradicar a tuberculose na cidade e, com isso, favorecer o bem-estar coletivo, não garantia que os seus agentes se interessassem pelas medidas que a associação havia postulado. É importante considerar também a necessidade de aprovação da sociedade para a qual tais medidas de saúde eram destinadas, pois foi possível constatar, a partir de algumas fontes trabalhadas, que parte da população desacreditava nas ações e no discurso médico, chegando a depredar cartazes afixados e outros materiais educativos propostos

com o intuito de orientar a comunidade. Ressaltando que tais materiais foram primordiais na difusão do conhecimento médico naquele momento, conforme pode ser visto a seguir, com base na publicação da Liga Mineira Contra a Tuberculose, no jornal "O Pharol", em 06 de setembro de 1905, dizendo que:

[...] Esta Associação fundou-se com a consciencia de que não poderia desempenhar o seu papel dentro de algum tempo, attento ás condições da crise geral e a somma de capitaes necessarias para obter os seus fins. O assumpto sobre tuberculose repetido na imprensa diaria tornou-se platonico para que a sua continua repetição produza effeitos. Os cartazes sobre os perigos e os inconvenientes relativos aos escarros, são tão inefficazes, que nos trens, nas estações ferreas e onde que se encontrem affixados, os escarros abundam sotopostos no chão, e o publico não escarra em cima mesmo dos cartazes porque não lhes traz geito.

Os jornaes e as publicações periodicas espalhadas avulsamente, contendo materia relativa á tuberculose, não attingem a população que mais carece das respectivas instrucções, aproveitam apenas a algumas das classes letradas. Não são, mais praticos, mas especulativos, para que justifiquem o esgotamento dos parcros recursos de nossa caixa. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1905)

Como pode ser constatado acerca da atuação da Liga Mineira contra a Tuberculose, o jornal "O Pharol" demonstrou que a elite médica e intelectual de Juiz de Fora mobilizou-se constantemente em torno da prestação da assistência à saúde com a proposta de instruir e instituir práticas rotineiras que, por si só, reduziriam a incidência da tuberculose. O referido periódico mostrou também que aos poucos, em vista da resistência à adesão das postulações da Liga, a associação passou a evocar diretamente o poder público para que realizasse intervenções nas casas e famílias que se recusassem a adotar as medidas propostas.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa buscou trabalhar novas perspectivas da assistência à saúde em Juiz de Fora, a partir da atuação de velhos atores. A Santa Casa de Misericórdia da cidade foi palco de desenvolvimento do projeto modernizador empreendido pela sociedade oitocentista, incorporando o que havia de melhor na prestação dos serviços médicos na transição do século XIX para o século XX. Ícone de poder, requinte e tecnologia, a instituição, que era e ainda hoje é gerida pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, canalizou as principais demandas médicas da cidade e região, atuando como polo referencial de atendimento aos enfermos. Além disso, fomentou o desenvolvimento de

outras instituições voltadas ao controle e combate de doenças, que incidiam diretamente no cotidiano da população.

### Referências

AMARAL, Lucas Marques. *Eduardo de Menezes e a Liga Mineira contra a Tuberculose*. Publicação Museu da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Concorde Editora Gráfica, 1998.

AMARAL, Lucas Marques. *Eduardo de Menezes: educador, cientista e higienista*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. n.15, 2015.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912 -1924)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise*. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

BARROSO, Elaine A. Laier. *Modernização e Higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)*. 2008. 224.f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora. 2008.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. *Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923)*. 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene*. Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925 - 1945). São Carlos: RiMa, 2002.

CAPEL, Horácio. *El Asociativismo científico em iberoamerica*. La necesidad de un enfoque globalizador. Interciencia, v.17,n.3,maio/junho, 1992, p.168-176.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *"Europa dos pobres": Juiz de Fora na belle-époque mineira*. Juiz de Fora. EDUFJF, 1994.

COUTO, Rita. *Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

GOODWIN Jr, James William. *A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888*. LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HOBBSAWM, Erick. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem*. trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Valle. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

LANA, Vanessa. *Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908*. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE. *O PHAROL*. Juiz de Fora, set. 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE. *O PHAROL*. Juiz de Fora, set. 1906. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 03 mar. 2018.

NAVA, Pedro. *Bau de ossos - memórias*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Companhia Dias Cardoso, 1953.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. *Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)*. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec; EDUESP. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SIGOLO, Renata Palandri. *Pensamento médico e História: um breve ensaio*. Revista de História Regional, v. 1. Ponta Grossa: 1996. Arquivo para download. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2021>>. Acesso em 13 dez.2017.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. *Salvo erro ou omissão*. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

TRAVASSOS, Miriam. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora*. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

# Identidade



## **Memória e identidade na construção de um anarquista: Roberto Freire e sua adolescência**

Giovan Sehn Ferraz\*

### **Introdução**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior na qual analisamos as narrativas acerca da criação da Somaterapia de Roberto Freire, procurando compreender como esta técnica terapêutica, de pretensão científica e anarquista, emergiu da contracultura dos anos 1970. A técnica terapêutica de que tratamos, conhecida por “Somaterapia”, ou apenas “Soma”, foi idealizada e desenvolvida por Roberto Freire a partir de experiências dentro do Centro de Estudos Macunaíma, junto aos teatrólogos Myriam Muniz e Sylvio Zilber e ao professor de arquitetura da USP Flávio Império, onde pesquisavam técnicas de desbloqueio da criatividade para atores. Na análise do processo de criação desta técnica terapêutica, foi indispensável a investigação acerca da trajetória de vida de seu criador e, neste trabalho, procuramos apresentar brevemente algumas das discussões realizadas, centrando nossa atenção em um determinado período da trajetória de vida de Freire anterior à criação da Somaterapia: do início de sua adolescência até o ingresso na Faculdade de Medicina. As principais fontes analisadas nessa pesquisa foram constituídas pela obra bibliográfica de Freire e de somaterapeutas, clientes, admiradores e dissidentes da Somaterapia. No entanto, também analisamos algumas publicações vinculadas à Somaterapia, além de matérias, anúncios e referências em veículos da imprensa. Percebemos, nas análises realizadas, incongruências e dissonâncias que compreendemos relacionarem-se diretamente com processos de memória e identidade, tanto nas narrativas autobiográficas de Freire quanto nas narrativas acerca da criação da Somaterapia, onde muitas vezes autor e obra confundem-se. Nessa reflexão, utilizamo-nos principalmente dos aportes teóricos de

---

\* Mestre em História. Professor da Rede Municipal de Ivoti, RS.

Bourdieu (1996), Pollak (1992), Alberti (2000), Catroga (2015), Rondelli e Herschmann (2000), Schmidt (2000) e Rojas (2000).<sup>452</sup>

A investigação a respeito da trajetória de vida de Freire serve não só para ampliar nossa compreensão do objeto de estudo (a criação da Somaterapia), como também pelo fato de, nas fontes analisadas, as narrativas sobre as trajetórias da técnica terapêutica e de seu criador frequentemente se misturarem e confundirem. Além disso, as “ilusões biográficas” e as questões de memória verificadas na análise da trajetória biográfica de Freire também se verificam nos escritos acerca da história da Somaterapia.

A técnica terapêutica de que tratamos, conhecida por “Somaterapia”, ou apenas “Soma”, foi idealizada e desenvolvida por Roberto Freire a partir de experiências dentro do Centro de Estudos Macunaíma, junto aos teatrólogos Myriam Muniz e Sylvio Zilber e ao professor de arquitetura da USP Flávio Império, onde pesquisavam técnicas de desbloqueio da criatividade para atores. Segundo seu idealizador, a terapia nasceu a partir de seu contato pessoal com a técnica teatral de um grupo estadunidense de teatro, o *Living Theater*, em seu espetáculo *Paradise Now*, cuja técnica se baseava nas teorias de Wilhelm Reich<sup>453</sup> (FREIRE, 2002). A Somaterapia, segundo Freire e seus seguidores, busca libertar o indivíduo da neurose e das couraças musculares causadas pela sociedade repressora através de dinâmicas corporais, jogos teatrais e Capoeira de Angola.

As principais fontes analisadas nessa pesquisa foram constituídas pela obra bibliográfica de Freire e de somaterapeutas, clientes, admiradores e dissidentes da Somaterapia. No entanto, também analisamos algumas publicações vinculadas à Somaterapia (como o Boletim Brancalione, o Jornal Tesão e o atual sítio eletrônico da

---

<sup>452</sup> Agradecimentos à Profa. Dra. Juliane C. P. Serres (UFPEL) e ao Prof. Dr. José M. R. Remedi (UFMSM) pelas preciosas indicações.

<sup>453</sup> Wilhelm Reich (1897-1957), nascido em aldeia da Galícia, no então Império Austro-Húngaro, entrou em contato com a psicanálise enquanto ainda era estudante de Medicina, em 1920. Permaneceu junto à Sociedade Psicanalítica de Viena até 1933, onde elaborou as bases do que seria chamado de Análise do Caráter e Teoria do Orgasmo, articulando psicanálise e marxismo, e desenvolveu projetos de intervenção social: a Sociedade Socialista para o Aconselhamento e a Investigação Sexual, em Viena, e a Associação Alemã para uma Política Sexual Proletária (Sexpol), em Berlim, já em 1930, quando filiou-se ao Partido Comunista Alemão. Por divergir teoricamente de Freud quanto à origem social da neurose e por enfatizar os problemas psicológicos e sexuais gerados pelo capitalismo, em detrimento dos fatores econômicos, foi expulso da Sociedade Psicanalítica em 1933 e do Partido Comunista em 1934. Defendia que a neurose era causada por limitações ao potencial orgástico das pessoas, defendendo que o orgasmo total era condição primária para uma vida saudável. Publicou, dentre outras obras, *Psicologia de Massas do Fascismo* (1933), *A revolução sexual* (1936), *A função do orgasmo* (1942) e *Análise do Caráter* (1949). (ALBERTINI, 2011).

terapia), além de inúmeras matérias, anúncios e referências encontradas no acervo digital da Folha de São Paulo e em outros veículos da imprensa. Salientamos que, no presente trabalho, portanto, mesmo que todas essas fontes não se encontrem nominalmente citadas, as reflexões aqui realizadas são direta ou indiretamente influenciadas pelas análises das mesmas.

As obras de Freire analisadas nessa pesquisa são constituídas por: sua autobiografia publicada (FREIRE, 2002), romances literários (FREIRE, 1973; 1986; 1995-1996), ensaios científicos (FREIRE, 1988; 1991; 1993; 2006) e ensaios políticos (FREIRE, 1977; 1984; 1987; 1990; 1995b). No entanto, ao longo de todas essas obras, bem como em outras narrativas que remetem diretamente à história da Somaterapia, são encontrados diversos elementos autobiográficos, nos quais muitas vezes a história da técnica terapêutica e de seu criador acabam por confundir-se<sup>454</sup>. Em todos os romances, notamos elementos autobiográficos e argumentos “científicos” e políticos do autor, percebendo muitas vezes como os romances, em especial *Coio*te, funcionam, de certa forma, como “marketing” para a Somaterapia<sup>455</sup>. Nos ensaios científicos e políticos, da mesma forma, elementos literários mesclam-se com elementos autobiográficos e convicções pessoais do autor confundem-se com argumentos políticos e científicos<sup>456</sup>. Na análise das fontes, dessarte, mostrou-se de suma importância a reflexão sobre os processos de memória e identidade que emergiam, bem como sua relação com a história da criação e desenvolvimento da Somaterapia.

---

<sup>454</sup> O próprio Freire salienta que seu romance *Coio*te (1986), por exemplo, se trata de um “esboço científico” acerca de como seria a vida de um “protomutante” que não houvesse sofrido repressão social. Em seu romance *Cleo e Daniel* (1966), o autor por vezes afirma ter “provado” a impossibilidade do amor nas condições autoritárias da Ditadura Militar. Seu romance *Os Cúmplices* (1995-1996) é compreendido como síntese biográfica, com elementos literários, de toda uma geração. Na tese de Caiaffo, ex-cliente de Somaterapia e admirador de Freire, temos igualmente a afirmação de que “a porta de entrada no universo da SOMA podem ser os próprios romances de Freire” (CAIAFFO, 2009, p. 90, grifo do autor), afirmação a qual é repetida por alguns simpatizantes como Silva (2015, p. 187) e Simões (2011a, p. 7, 185; 2011b, p. 2).

<sup>455</sup> Tanto é que no final de *Coio*te e *Os Cúmplices* consta posfácio e nota com referência direta à Somaterapia, sendo que nos dois volumes do último, a nota inicia-se assim: “Para comunicar-se com Roberto Freire e/ou obter informações sobre a Soma, uma terapia anarquista, você pode utilizar os seguintes canais: [...]”. (FREIRE, 1995, p. 332; 1996, p. 285).

<sup>456</sup> Na orelha de Freire (1987), consta que sua obra, até então, poderia ser dividida em duas partes, uma literária e outra científica. “Entretanto, como ele faz em sua vida cotidiana, o estudo e a pesquisa científica, [...], misturam-se à criação literária, sendo amalgamadas as duas dimensões pela ideologia e pela prática anarquistas”. Esta obra, *Sem tesão não há solução* (1987), ao lado de *Viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu!* (1977) e *Utopia e Paixão* (1984), constituir-se-ia em “ensaios psicossociológicos e políticos” (FREIRE, 1987, orelha do livro).

Dessa forma, no presente trabalho, procuramos apresentar brevemente algumas das discussões realizadas, centrando nossa atenção na análise da trajetória de vida de Freire anterior à criação da Somaterapia, pois compreendemos que a mesma está intimamente relacionada ao surgir e ao desenvolver da terapia. Analisamos, mais especificamente, o primeiro período de sua trajetória abordado com profundidade em sua autobiografia (FREIRE, 2002), isto é, do início de sua adolescência até o ingresso na Faculdade de Medicina. Assim o fazemos não por compreendermos que estas experiências precoces se constituam em experiências determinantes na criação da Somaterapia décadas mais tarde (embora seu contato com o teatro e a militância política já nessa fase possam de fato tê-lo influenciado), mas porque percebemos nas construções narrativas de Freire sobre este período a mesma tendência a essencializar e transpor a períodos passados críticas, comportamentos e visões de mundo que o mesmo terá apenas muito mais tarde, à época da escrita de suas memórias.

#### **A “ilusão biográfica”: memória, identidade, sentido e coerência**

Na composição da trajetória de Freire anterior ao surgimento da Somaterapia, grande parte das informações coletadas é proveniente de sua autobiografia (FREIRE, 2002). Essa obra foi publicada logo após o somaterapeuta Jorge Goia defender dissertação de mestrado em Psicologia pela UERJ sobre a história de Roberto Freire<sup>457</sup>. Silva, em sua tese<sup>458</sup>, defende que a dissertação de Goia e a autobiografia de Freire possuem íntima relação:

São duas narrativas distintas em sua forma, porém imbricadas em seus conteúdos e sentidos, sendo a autobiografia possivelmente oriunda das entrevistas realizadas por Jorge Goia, dada a semelhança dos temas abordados em ambas. Lacunas, lugares e nomes esquecidos nas entrevistas foram preenchidos na narrativa autobiográfica, porém o factual é apenas um simples detalhe a diferenciar as duas narrativas. *A série de entrevistas impôs a Freire lembrar o passado, não lembranças espontâneas que surgiram em meio a uma conversa, um descanso ou a leitura de um livro, mas sim memórias inquiridas e direcionadas pelo entrevistador* que, apesar de invasivo, confere a

---

<sup>457</sup> GOIA, Jorge Luis. *Conversações com um Terapeuta Anarquista: Roberto Freire e a Soma*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Infelizmente, não conseguimos acesso a esta dissertação.

<sup>458</sup> SILVA, C. F. *Arte e Anarquia: uma ética da existência em Roberto Freire*. 2015. 284 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

Freire um caráter de “autoridade do narrador”. (SILVA, 2015, p. 31, grifo nosso).

Além disso, também ressalta a autora, em relação ao momento de fala de Freire no escrever de sua autobiografia:

[...] a autobiografia tornou-se também um inventário e afirmação de uma militância política para o autor, que no momento de escrita passava por uma crise relacionada à cisão do *Coletivo Brancaleone* poucos anos antes; e em relação à *Soma* e o *Anarquismo Somático*, que não encontrou respaldo e aceitação no meio anarquista e acadêmico. Portanto, o momento autobiográfico de Freire também foi marcado pela frustração diante do repúdio à *Soma*, que para ele foi uma importante contribuição para o viver libertário e para um repensar da psicoterapia. (SILVA, 2015, p. 36, grifo da autora).

Percebe-se, portanto, que nossa principal fonte de informações deste período da vida de Freire está longe de ser uma fonte imparcial de dados objetivos acerca desta história. Pelo contrário, trata-se de um constructo narrativo bastante posterior aos fatos narrados, em um momento em que o próprio Freire já se encontra com mais ou menos 75 anos de idade, e, portanto, fadado à subjetividade intrínseca da memória. Além do esforço em ordenar os eventos de sua trajetória de vida de uma forma coerente e que lhe faça sentido, o que por si só já aponta para a subjetividade da escrita, salienta-se também, com Silva (2015), que o *momento autobiográfico* de Freire também é marcado por situações específicas que dizem respeito a eventos imediatamente próximos ao seu narrar, como os apontados pela autora.

Constatamos, na análise tanto da autobiografia publicada de Freire (2002) quanto em diversas outras passagens e escritos no qual o autor fala sobre sua trajetória de vida<sup>459</sup>, a mesma preocupação em dar sentido à narrativa autobiográfica apontada por Bourdieu em seu conhecido ensaio *A ilusão biográfica*:

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do

---

<sup>459</sup> Além de entrevistas e matérias publicadas na imprensa, também temos na obra científica e política do autor (FREIRE, 1977; 1984; 1987; 1988; 1990; 1991; 1995) e literária (FREIRE, 1966; 1986; 1995; 1996), diversas passagens que apontam direta ou indiretamente para relatos autobiográficos.

efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 1996, p. 184).

Assim, o trabalho de memória ocorre de forma a ordenar e organizar os eventos do passado, buscando torná-los inteligíveis ao presente da construção retórica, de acordo com as preocupações presentes do autor no momento da escrita, o que se relaciona intimamente com a identidade em curso de construção do momento (BOURDIEU, 1996; POLLAK, 1992; ALBERTI, 2000; CATROGA, 2015; RONDELLI e HERSCHMANN, 2000). Dessarte, compreendemos a memória enquanto um “*fenômeno construído*”, de forma consciente ou não, operando sempre de forma seletiva<sup>460</sup> (POLLAK, 1992, p. 204, grifo do autor; CATROGA, 2015, p. 16).

Ao não problematizarmos essas relações entre a memória e a autobiografia, corremos o risco de incorrer justamente naquilo que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Schmidt (2000), ao analisar a produção atual de biografias nos campos da historiografia, jornalismo, literatura e cinema, também constata uma preocupação frequente em “construir uma identidade estável para os personagens”, muitas vezes caindo na armadilha da predeterminação, de apresentação de características do personagem adulto como se estas o acompanhassem imutáveis ou em potência desde a

---

<sup>460</sup> Para Catroga, a memória não é um “armazém inerte”, é “retenção afetiva e ‘quente’ dos traços inscritos na tensão tridimensional do tempo”, “memória e esquecimento se exigem reciprocamente” (CATROGA, 2015, p. 16, 20).

infância. O autor nota, assim, uma busca latente em apresentar a história de vida dos indivíduos como conjuntos lineares e coerentes (SCHMIDT, 2000, p. 58-59)<sup>461</sup>.

Buscamos, neste trabalho, portanto, fazer o oposto do esforço recorrente de apresentar as trajetórias como histórias lineares e coerentes, esforçando-nos ao máximo para não cairmos nas armadilhas das ilusões biográficas. Opomo-nos, assim, à ideia linear e simplista de biografia, criticada por Rojas (2000), onde

el resultado final es conocido desde el principio de la vida del biografado, y en donde este último avanza en su itinerario como dentro de una marcha ascendente, tersa, sin fisuras, lógica y totalmente coherente que no puede mas que conducirlo hacia el objetivo predeterminado de antemano. La vida de un individuo es enormemente más compleja, más llena de encrucijadas, de contradicciones, de golpes de suerte y de cambios súbitos, de puntos abiertos, los que un verdadero biógrafo debería ser siempre capaz de aprehender y de incorporar sutilmente en su análisis. (ROJAS, 2000, p. 40).

Por conseguinte, em vez de apresentar a trajetória de vida de Freire e de sua técnica terapêutica como histórias lineares, ordenadas e coerentes, sem contradições internas, procuramos apresentar e analisar a complexa teia de acontecimentos que se apresentam nas fontes como relacionadas ao emergir desta técnica terapêutica e da trajetória de seu idealizador<sup>462</sup>.

Percebemos, na análise da autobiografia de Freire, dissonâncias em relação a outras obras suas, bem como no cruzamento com outras fontes de informações. As discrepâncias mais marcantes foram justamente as que concernem à história da Somaterapia, o que compreendemos ser devido ao fato de haver mais textos escritos de

---

<sup>461</sup> O autor ressalta ainda que esse esforço de coerência aparece inclusive nas próprias fontes: “As próprias fontes, sobretudo as de caráter autobiográfico, são ardilosas pois estabelecem uma consciência e uma coerência retrospectivas sobre um passado não tão linear” (SCHMIDT, 2000, p. 60).

<sup>462</sup> “Pues la verdadera historia es necesariamente crítica, tiene que calar hondo y restituir toda la complejidad del pasado. Tiene que ser historia compleja, múltiple, plurifacética, que sea capaz de hacer hablar a los silencios, que restituya la complejidad de la vida en el pasado, tal como esa complejidad se nos aparece en el presente” (ROJAS, 2000, p. 42). “[...] os biógrafos não devem se fixar na busca de uma coerência linear e fechada para a vida de seus personagens, mas que precisam sim apreender facetas variadas de suas existências, transitando do social ao individual, do inconsciente ao consciente, do público ao profissional, e assim por diante, sem tentar reduzir todos os aspectos da biografia a um denominador comum.” (SCHMIDT, 2000, p. 63).

Freire sobre a mesma. O fato de encontrarmos estas discrepâncias quanto a este tema aponta para a possibilidade de que as informações não dissonantes em outros temas também poderiam ser contrastadas com maiores pesquisas, defrontando-se, assim, com novas dissonâncias. Salientamos, por fim, que, haja vista o discutido, a autobiografia de Freire e as diversas outras passagens autobiográficas não foram analisadas nesta pesquisa como sendo a história *per se* da vida de Freire, tampouco da Somaterapia, mas como narrativas diversas do autor sobre suas memórias.

### **“Adolescência libertária”: A identidade entre a burguesia e a pobreza**

Joaquim Roberto Corrêa Freire nasceu em 1927, no Bixiga, um bairro de imigração italiana da cidade de São Paulo (FREIRE; BRITO, 1988, p. 110; FREIRE, 2002, p. 12). Sobre sua infância, Freire diz ser “impossível” lembrar qualquer coisa em relação a este tempo vivido, iniciando suas narrativas de vida já na adolescência. De uma infância alegadamente “pobre”, o autor narra a ascensão social de sua família através de seu pai, “comerciante, muito trabalhador, em sua vida ele passou de empregado a gerente e, finalmente, chegou a diretor de grandes empresas”. Mudando-se para o Jardim Paulista em 1941, com 14 anos, Freire conhece José Luís Pati<sup>463</sup>, cujo pai era “um excelente poeta e membro da Academia Paulista de Letras, embora filho de um sapateiro imigrante do sul da Itália”. Através deste amigo, Freire já na adolescência haveria entrado em contato com o teatro – frequentando, com Zé Luís, “assiduamente [...] ópera, teatro e balé nacionais e internacionais, aprimorando, assim, nosso contato com *o que havia de melhor nas artes cênicas*” – e com intelectuais como “Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato”, conhecendo-os pessoalmente na casa de Zé Luís. (FREIRE, 2002, p. 10, 14, 19-20, 25-26, grifo nosso).

Entrevemos, nessas passagens, elementos que merecem aqui ser problematizados. O primeiro a que nos detemos é o conceito de *pobreza* que emerge na

---

<sup>463</sup> Freire diz que Zé Luís, como o chamava, parecia seu oposto, “sempre superior e melhor em tudo”, lindo, rico e inteligente, em oposição a um Roberto “feioso, sem graça, de olhos muito grandes e completamente gago”. Zé Luís é o primeiro personagem que Freire afirma ser a “personificação do outro que foi se tornando o meu Eu”. Para ele, esse amigo “teve o papel principal na história dos meus catorze aos dezessete anos e, depois, incorporei-o de tal modo em minha vida, que permanece até hoje em mim, mesmo depois da sua morte aos trinta anos, como se fosse parte da minha pessoa, confirmando a possibilidade absurda de bastar uma só vida para dois homens”. (FREIRE, 2002, p. 19, 20, 23, 25).



narrativa de Freire. No romance *Os Cúmplices*, publicado em 1995 e 1996, em dois volumes, há informações inspiradas em elementos autobiográficos que nos auxiliam a compreender o pensamento e a história de Freire. Segundo o próprio autor, o livro conta “a visão objetiva e subjetiva” que Freire tem de sua geração: “Não se trata de biografia pessoal, mas sim de uma obra de ficção, com personagens criados para viver a realidade dos fatos sociais e políticos dessa época”<sup>464</sup>. Os personagens principais do romance são dois irmãos, de ascendência italiana, nascidos no Bairro do Bixiga, que podem, segundo o próprio Freire mais uma vez, ser compreendidos como alter-egos deste. Como Freire, os irmãos também cresceram em uma família “pobre”, porém, em determinada passagem, o autor narra como “os meninos comiam sempre a mesma coisa, não adiantava querer inventar: feijão, arroz, batata frita e bife” (FREIRE, 1995b, p. 7, 42). Além disso, em sua autobiografia, o autor afirma que seu avô paterno havia sido médico importante formado na Alemanha e um tio seu “preparava-se para candidatar-se a professor na faculdade de Medicina de São Paulo”, informações estas que também aparecem em outras fontes<sup>465</sup> (FREIRE, 2002, p. 41). Percebe-se, portanto, que o conceito de pobreza de Roberto Freire é bastante relativo a seu lugar social.

No mesmo romance, ao narrar a experiência dos avós dos irmãos Conti, Freire fala deles como se fossem *extremamente pobres*: “A vida da família Conti seguiu, então, assim. Primeiro, na *extrema pobreza*, vivendo no cortiço”. Porém, os dados que descreve apontam para uma pobreza relativa, principalmente quando comparada à realidade da maioria dos brasileiros do período, especialmente entre a população que recém havia se visto livre da escravidão. Seus avós, como narra Freire, ao saírem da fazenda de café, foram à cidade e logo conseguiram alugar um quarto num cortiço e, depois de um tempo, conseguiram comprar “tudo o que necessitavam para viver ali”, a avó trabalhando como lavadeira e o avô fazendo bico. Não nos deteremos aqui na

---

<sup>464</sup> “Os incidentes expostos são quase todos reais. ‘Quase’, porque foram tratados de forma ficcional, assim como o nome de algumas pessoas envolvidas. São episódios que vivi pessoalmente e outros que me foram contados por amigos e por companheiros conhecidos durante a luta contra a ditadura ou depois dela. [...] por que este não é um livro autobiográfico e por que optei pela ficção? Primeiro, porque minha vida e minha aventura política pessoal não tiveram suficiente valor e importância para merecer tal enfoque. Segundo, porque o vivido e o visto por mim nos anos sessenta e setenta no Brasil foram uma coisa tão horrenda, tão monstruosa e tão covarde que eu não poderia deixar minha vida passar sem contá-los em todos os seus detalhes através dessas duas vidas apaixonadas e plurais [dos irmãos Conti]” (FREIRE, 1996, p. 7-8).

<sup>465</sup> “Meu avô era médico, meu tio era médico, eu ia ser médico também” (FREIRE, 1987, p. 149); “Meu sonho era ser escritor e trompetista, mas, com um avô e tio médicos, fui obrigado a seguir carreira”, diz Freire (COMODO, 1991, p. 12); entre outros.

análise das condições de trabalho dos imigrantes italianos no Brasil do início do século XX, tampouco questionamos as dificuldades enfrentadas por este grupo social, porém, acreditamos que as afirmações de Freire e seu conceito de pobreza devem ser problematizados, principalmente quando pensamos em outros grupos sociais do período. No mesmo romance, Freire ainda narra o momento em que Victor, tal qual o próprio Freire, encontra-se no dilema de seguir ou não a carreira médica por desejo da família, pensando nas “dificuldades de sobrevivência” enfrentadas por sua família, “[n]o trabalho quase sempre *escravo*” e em como sua decisão de não seguir a medicina o levaria a “regredir financeiramente”, “*voltando às condições*” de seu avô e de seu pai. Nota-se que o autor não se constringe em utilizar o termo *escravo* para descrever o passado de trabalho de sua família, exagera a opção de Victor em arranjar qualquer trabalho “que nos sustente” como uma *volta às condições* de seus antepassados, e tampouco problematiza o valor atribuído à ascensão econômica. Temos, ainda, no mesmo romance, as seguintes referências que contribuem para relativizarmos a *pobreza* alegada por Freire: a escola dos irmãos é particular; as casas dos colegas em que frequentavam festinhas continham saleta de entrada, sala de jantar e vitrola; Marina, namorada de Victor, “sonhava ser professora [...] mas sabia dos baixos salários da profissão”. (FREIRE, 1995, p. 16, 15, 252, 203, 175, 249, grifo nosso).

Podemos compreender melhor o conceito de *pobreza* que emerge no pensamento de Freire ao constatar o seu lugar social-econômico, tanto de origem quanto o ocupado ao longo de sua trajetória de vida, sempre próximo às classes médias e altas. Acreditamos serem estes seus referenciais quando ele fala em *pobres*, *trabalho escravo* e *extrema pobreza*. Outras passagens nos auxiliam nesta reflexão. No primeiro capítulo *Tesudos de Todo Mundo, Uni-vos!* (1995), Freire narra: “Aprendi a amar o futebol na várzea [...] com *os meninos de classe média baixa* no bairro do Bixiga [...]”, porém, na sequência, praticamente contradiz-se: “Mas, infelizmente, a gente cresce e *um time de bairro pobre* acaba [...]”. Mesmo assumindo a possibilidade interpretativa de que jogavam no bairro pobre meninos de classe média baixa, percebe-se como as categorias “pobre” e “classe média baixa”, se não se alternam e confundem, pelo menos relacionam-se intimamente. No terceiro capítulo do mesmo livro, Freire disserta sobre

sua aversão a “velhos”<sup>466</sup>, tratando-os como categoria aparentemente universal nos dois primeiros parágrafos, porém, no terceiro parágrafo, algumas das características apontadas pelo autor para justificar sua aversão dizem respeito a um grupo social bem definido: a classe média e alta e seus “velhos” ricos, isto é, seu entorno socioeconômico (FREIRE, 1995a, p. 13, 39, grifo nosso). Percebe-se, assim, como o autor acaba universalizando uma categoria socioeconômica bastante restrita (os “velhos” ricos), com os quais têm maior convívio, como podemos averiguar na seguinte passagem:

Suporto ainda menos sua paixão pelo poder. Por *possuírem muita grana* (sempre roubada, implícita ou explicitamente) obrigam a família a suportá-los, a ouvir seus desaforos debochados e autoritários. E as famílias aguentam tudo isso, *de olho na herança*, para se tornarem mais tarde velhos tão estúpidos e cruéis, perpetuando assim o autoritarismo do poder econômico senil. (FREIRE, 1995a, p. 39, grifo nosso).

Compreendemos também que o conceito de *pobreza* que emerge no discurso de Freire relaciona-se intimamente com a constituição da Somaterapia, principalmente no que tange ao “público-alvo” da técnica terapêutica. São frequentes as indicações, diretas ou indiretas, de que este público trata-se de “jovens burgueses”<sup>467</sup>. Uma das afirmações mais polêmicas encontradas nas fontes a este respeito é em Colling (1994). Nesta entrevista, Freire diz: “As pessoas que não passam a ser elas mesmas é porque optaram pela vida burguesa”, ao que o jornalista questiona: “E daí? Ela não tem mais espaço na Soma?”. Então, vem a resposta polêmica de Freire:

Não, nós ajudamos. Se ela quer ser burguesa, tudo bem. Só que tem que ser burguês e bom capitalista! Agora ser intermediário, trabalhar para o capitalista e receber um salário mínimo é horrível. Se você quer ser capitalista seja banqueiro e não seja bancário. Faça grande! (COLLING, 1994, s/p.).

---

<sup>466</sup> “Eu não gosto de velhos. Porque *nenhum velho* presta pra nada neste mundo. Eles só sabem encher o saco da gente com suas rabugices reacionárias. Além disso, são muito usados e muito feios, nem para sexo eles servem. [...]”. (FREIRE, 1995a, p. 39, grifo nosso).

<sup>467</sup> Tais referências podem ser encontradas, entre outros, em Freire (1977, p. 277; 1987, p. 174; 1988, p. 48, 152; 1991, p. 69-70; 1995b, p. 71; 2006, p. 298-299), Freire e Mata (1997, p. 6), Paz (1985, p. 10), Cleidejane (1991, p. 7-8), Comodo (1991, p. 12), Souza (1991, p. 13), Colling (1994), Tesão (1994, p. 13) e Reimberg (2007, p. 23).

Não foi encontrada nenhuma problematização acerca desta afirmação em qualquer fonte, seja na obra de Freire ou nas produções, inclusive acadêmicas, dos somaterapeutas e simpatizantes a que tivemos acesso. Ressalta-se que esta entrevista (COLLING, 1994) encontra-se no sítio eletrônico da Somaterapia. Devido aos limites e às necessidades de recorte de nossa pesquisa, não pudemos realizar uma análise mais aprofundada sobre este tema, o qual é tão profícuo para reflexão acerca da relação complexa e, por vezes contraditória, das práticas ditas alternativas (neste caso, a Somaterapia) e a cultura, sociedade e economia circundantes, uma vez que é também frequente o discurso de que os somaterapeutas vivem “fora” ou “à margem” do “sistema capitalista” (COMODO, 1991, p. 15; TESÃO, 1993, p. 1; TESÃO, 1994, p. 4, 13; FREIRE, 1995b, p. 84, 131; entre outros). Limitamo-nos aqui, portanto, apenas a apontar as referidas direções para futuras pesquisas.

Além do conceito de pobreza, encontramos nas fontes outros elementos que poderiam ser chamados de característicos do modo de vida “burguês” que Roberto Freire vai se empenhar tanto em criticar posteriormente em sua vida e obra. O próprio autor reconhece sua origem burguesa de classe média, porém, é frequente o discurso de que o mesmo, assim como os somaterapeutas, teriam “rompido” com seu passado burguês. Em Colling (1994), os somaterapeutas aparecem como referencial “concreto e direto” para as pessoas: “Nós somos pessoas que *foram burguesas* e que um dia *rompemos com a burguesia*. Passamos a viver do nosso potencial criador. [...] hoje vivo dos direitos autorais. Não preciso mais me prostituir por nada” (FREIRE in COLLING, 1994, s/p., grifo nosso). Em Freire (1990), consta a narrativa de determinada sessão de Somaterapia em que Freire dizia a seus clientes que “não era mais um burguês neurótico” (FREIRE, 1990, p. 49).

Além de passagens semelhantes, que são encontradas em várias outras fontes, há também um discurso recorrente que coloca anarquistas e somaterapeutas em oposição absoluta à “burguesia”. No entanto, encontramos, por exemplo, em Freire (1987), a seguinte passagem: “Hoje em dia não paro, não fico em lugar algum. Tenho casa em São Paulo, Ilha Bela, Mauá e minha paixão é Paris. Estou sempre em circulação. Trabalho dois ou três dias por semana e nos outros estou viajando” (FREIRE, 1987, p. 171). Em artigo de Simões, temos também a informação de que Freire escreveu o livro *Histórias Curtas & Grossas* (1991) “durante uma temporada em Canoa Quebrada,

litoral do Ceará, onde comprara um terreno, um buggie e construía uma casa simples” (SIMÕES, 2012, p. 241). Junto à afirmação anterior de que o mesmo vivia “de direitos autorais”, percebe-se como sua crença de que vivia “fora do sistema capitalista” é bastante relativa a seu lugar social, ignorando a complexa rede de relações sociais e econômicas que possibilitam a existência de tal estilo de vida.

Entrevemos, também, naqueles trechos citados no início deste item, que Freire, no momento do escrever de sua autobiografia (FREIRE, 2002), já com 75 anos de idade, ainda demonstrava um apreço não problematizado ao valor do trabalho e ao esforço de ascensão social de homens que, embora nascidos pobres, tenham conseguido ascender social e economicamente na sociedade capitalista (no caso, seu próprio pai e o pai de Zé Luís, como vimos anteriormente)<sup>468</sup>.

Outro elemento “burguês” é o apreço pelas “belas artes”, a “alta cultura”, a “alta literatura”. Em seu romance *Os Cúmplices* (FREIRE, 1995a), vislumbramos o conceito de cultura emergindo apenas em sua conotação de consumo de bens culturais, atrelado a uma noção de “alta cultura” e “belas artes”. Em certa passagem, os irmãos Conti, personagens principais da trama e alter-egos de Freire, aproximam-se de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, com os quais conversam sobre política nacional e internacional, literatura e artes, o que “ia nos introduzindo *na cultura*”. Em outra passagem, Freire é mais explícito quanto ao que compreende como “formação cultural” dos irmãos Conti: “óperas, balés, concertos e teatro”; “gosto pela música sinfônica”; “eu me tornei ouvinte apaixonado de Beethoven, de Mozart e de Bach”; “Gustav Mahler”; “eu me apaixonei pelos pintores impressionistas”; “Bruno se emocionava com as peças esculpidas”; Monteiro Lobato, Jorge Amado, Érico Veríssimo (FREIRE, 1995b, p. 80, 155-157, grifo nosso). A frequência destas referências<sup>469</sup> e o conceito de cultura utilizado nos ajudam, mais uma vez, a compreender melhor o lugar social ocupado e de

---

<sup>468</sup> Em seu romance já citado, *Os Cúmplices*, este apreço não problematizado ao valor do trabalho e da ascensão econômica também aparece de forma indireta, quando Freire refere-se ao “conde Francisco Matarazzo”, o “homem mais rico do Brasil”, como “imigrante italiano como eles [os avós dos irmãos Conti] e que começou a vida aqui [no Bixiga] vendendo linguiça e salame nas ruas” (FREIRE, 1995b, p. 13).

<sup>469</sup> Em seus outros romances (FREIRE, 1973, 1986), o narrador não economiza em referências literárias e artísticas atreladas a esse mundo da “alta cultura”. Em *Cleo e Daniel*, há menções frequentes ao *Concierto de Aranjuez* e a autores como William Blake, Rimbaud, Pierre Berger e Lautréamont, entre outros (FREIRE, 1973), enquanto que em *Coiote*, há menções à estátua grega da Vitória da Samotrácia, à Marcha Triunfal da Aida de Verdi, a Shakespeare, Mozart, Joan Miró, Renoir, David Hamilton, Leo Ferré, Garcia Lorca e Sarah Bernhardt, entre outros. (FREIRE, 1986).

origem de Freire. As referências à “alta cultura”, como vimos anteriormente, aparecem inclusive em sua formação intelectual precoce e o apreço de Freire pela arte atrelada a esta cultura é tal que em seu livro *Sem tesão não há solução* (1987), o autor narra um episódio no mínimo inusitado. Em sua adolescência, durante uma visita a um museu com quadros de Gauguin, Van Gogh e uma exposição de plumagens de pássaros em adereços indígenas, a beleza visual experienciada por ele foi tal que lhe provocou “um tesão tão desesperador, que a única solução foi me masturbar no banheiro do museu, sem nenhuma fantasia erótica além das cores e das formas daquelas plumagens tropicais” (FREIRE, 1987, p. 121)<sup>470</sup>.

Como se percebe, ao pesquisar a trajetória de Roberto Freire e de sua técnica terapêutica, encontramos várias dissonâncias e rupturas. Porém, não interpretamos estas dissonâncias como fatores que poderiam servir para deslegitimar a vida e a obra de Roberto Freire ou de sua técnica terapêutica. Não é nosso intuito entrar em discussões internas à metodologia terapêutica ou política, tampouco em discussões de cunho pessoal em relação à vida de Roberto Freire. Procuramos, em nossa pesquisa, apenas destrinchar o surgimento desta técnica terapêutica, pautando nosso trabalho em um esforço científico e historiográfico oposto ao esforço memorialista de Freire e somaterapeutas/simpatizantes, que se pautam em uma história da Somaterapia e de Roberto Freire enquanto narrativa linear e heroica.

Dessarte, opomo-nos, com Huyssen (2014), à noção de que “todas as lembranças são igualmente válidas e meramente interpretadas”, defendendo, em contraposição, “uma dialética de processos de memória que reconhece suas incertezas, mas, ainda assim, leva em conta suas afirmações de verdade”, pontuando que “a aproximação da verdade histórica continua a ser essencial” (HUYSEN, 2014, p. 177-178). Compreendemos, assim, que o reconhecimento da incerteza inevitável da pesquisa histórica não invalida de forma alguma a busca pela verdade histórica (BLAU, 2011). Para isso, é fundamental a distinção entre memória e história, conforme discutimos anteriormente. Salientamos, ainda, que, em nossa pesquisa, em vez de propor “uma

---

<sup>470</sup> Em nossa pesquisa, diferentemente de Freire, compreendemos, com Cuche (1999), o conceito de cultura em seu sentido amplo – enquanto “modos de vida e de pensamento” – e, principalmente, dinâmico – como “um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução”. Trata-se, portanto, de uma “produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si”. (CUCHE, 1999, p. 11, 137, 143).

história”, objetiva e “verdadeira”, da Somaterapia, limitamo-nos a analisar e problematizar as variadas histórias que surgiram nas fontes.

### **Entre o comunismo e o anarquismo, entre a arte e a medicina**

Ao lado de Zé Luís, Roberto Freire entrou em contato com o comunismo através de conversas com um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, assim como os irmãos Conti do romance *Os Cúmplices*, citados anteriormente. Entusiasmando-se com o socialismo, resolveram, então, participar da Juventude Comunista, “comparecendo a algumas de suas maçantes reuniões”. Porém, não demorariam a abandonar o movimento, pois foram “acusados de preferir diversões tipicamente pequeno-burguesas a reuniões do partido”, após terem faltado a uma reunião para se encontrarem com meninas que “pretendiam namorar”. Freire considera esta sua “primeira tentativa de praticar uma precoce opção socialista, através do Partido Comunista Brasileiro” (FREIRE, 2002, p. 29-30).

Em sua construção narrativa autobiográfica, Freire coloca seus atritos com o marxismo desde o primeiro contato, assim como o repúdio ao autoritarismo, o que o levaria a experienciar profundas contradições ao atestar a presença do hierarquismo e do autoritarismo dentro do comunismo. A crítica ao autoritarismo e à violência dos governos e Estados aparece de forma bastante recorrente nas fontes, na qual Freire trata esses elementos – autoritarismo e violência – como valores que devem ser combatidos a todo custo, que não condizem com o viver libertário e anarquista defendido etc. Porém, há de se destacar que em seus romances o autoritarismo e a violência de seus personagens principais muitas vezes aparecem de forma louvada e até mesmo positiva, ou, no mínimo, sem grandes críticas ou problematizações. O uso da violência, em seus romances, aparece frequentemente atrelado a um ideal de masculinidade, o qual se confunde muitas vezes com o ideal de protomutância. Seus principais personagens (Rudolf, Daniel, Coiote, Bruxo, Victor e Bruno Conti), incluindo-se aí aqueles que viveriam de forma mais plena a liberdade anarquista e protomutante que Freire defende com a Somaterapia (Daniel, Coiote e Bruno), utilizam-se frequentemente da violência, agressões, socos, porradas, bofetadas e espancamentos para resolverem seus problemas. (FREIRE, 1973, 1986, 1995b, 1996).

Em parte, esse culto à violência pode ser compreendido pela influência da Gestalt no pensamento de Freire e na formulação dos princípios da Somaterapia. Segundo Freire, na Gestalt há a oposição entre a *agressividade*, compreendida como saudável e natural, e a *violência*, compreendida como resultado patológico da repressão daquela. Para Joel Latner:

Na nossa cultura, onde a violência é divertimento e assassinato é prática difundida entre o público, fica difícil valorizar a agressão e a destruição. A sabedoria convencional manda-nos conviver em paz, descartando conflitos e rancores. Aprendemos a ser complacentes. Agressão e destruição tornaram-se palavras pesadas, apontando para a dissolução de nossos controles, ameaçando-nos com o caos e com a possibilidade de nos perdermos numa enxurrada de ódio emanada de nós mesmos. Mas, aqui não se trata do livre desempenho das funções orgânicas de agressão e destruição. É, na verdade, um estado de insanidade coletiva gerado justamente pela repressão dessas funções. (LATNER apud FREIRE, 1977, p. 86).

No entanto, por mais que nos discursos diretos acerca da Somaterapia, principalmente em alguns ensaios políticos/científicos e na autobiografia, tal questão apareça dessa forma formulada, nos romances a distinção não é tão clara (FREIRE, 1977, p. 86; 1995b, p. 203-207; 2002, p. 422-425). O próprio narrador utiliza-se, por vezes, de termos como “violência” e “autoritarismo” para remeter-se a comportamentos de seus personagens, como no caso do narrador-personagem Victor, que reconhece, em dado momento, que seu irmão, Bruno, “resolveu grandes problemas meus com seu autoritarismo e violência”. (FREIRE, 1996, p. 40).

Mesmo assim, como indicamos anteriormente, em determinados momentos Freire não se exime de fazer uma crítica contundente ao que chama de “autoritarismo”, colocando a existência dessa crítica em si desde a adolescência. Ao narrar como testemunhou a violência da ditadura de Vargas contra uma passeata estudantil<sup>471</sup>, Freire

---

<sup>471</sup> “Porém, houve um dia em que vivemos diretamente a violência de Filinto Müller, chefe de Polícia do Governo Vargas, que impediu uma passeata, atirando e matando alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em protesto contra a prisão do presidente de seu Centro Acadêmico, o Onze de Agosto. Naquele dia, decidimos ir assistir à passeata e nos colocamos num lugar que nos pareceu seguro [...]. Assistimos, emocionados, àquele grande número de jovens, desfilando corajosamente e gritando seus *slogans* contra a ditadura de Vargas [...]. De repente, chegou a Polícia, que avançou contra os estudantes, batendo neles com seus cassetetes e prendendo os que reagiam às agressões ou que julgavam ser os líderes. [...] Era a primeira vez que assistíamos à covardia criminosa de poder de estado transformado em ditadura fascista.” (FREIRE, 2002, p. 31).



afirma: “O ódio ao autoritarismo, sobretudo o político e militar, cresceu muito em nós naquele dia [...]. Se dentro de mim era clara a opção pela democracia, por outro lado, eu não conseguia acreditar nos políticos e nem nos seus partidos”. (FREIRE, 2002, p. 32). Ao mesmo tempo, enquanto seu amigo Zé Luís tornava-se realmente marxista, Freire aponta para suas discordâncias em relação ao comunismo:

Embora sentindo-me visceralmente um socialista de nascença, eu não conseguia também me entusiasmar com a União Soviética e com os partidos comunistas, especialmente com o autoritarismo de seu líder, Joseph Stalin. [...] havia algo na prática do comunismo, tanto na União Soviética, quanto no Partido Comunista, que incomodava. Percebia ser uma espécie de autoritarismo e um desagradável hierarquismo que não combinavam muito bem com a ideia que fazia de socialismo. (FREIRE, 2002, p. 33).

Sua narrativa autobiográfica, no entanto, contrasta com outras obras, através das quais podemos relativizar sua suposta oposição precoce ao marxismo. Em Freire (1987), o autor narra que, quando leu Marx (supõe-se, pela primeira vez), sentiu a mesma identificação que será observada em relação a outros autores de que seus escritos eram seus: “Marx concorda comigo, suas observações parecem as minhas”. Somente após ler “Bakunin e outros anarquistas”, passou a discordar de Marx (FREIRE, 1987, p. 150). Em *Os Cúmplices*, também narra o autor que Bruno e Victor eram “tipicamente de esquerda, se bem que mesmo nessa posição *desconfiávamos do marxismo*”. (FREIRE, 1996, p. 131, grifo nosso). Isto é, mesmo em um romance escrito já na década de 1990, onde frequentemente vemos o autor projetar valores seus do momento à infância de seus personagens<sup>472</sup>, ainda vemos o marxismo sendo retratado com apenas uma “desconfiança”, e não uma oposição convicta e precoce como aparece na autobiografia. A partir da década de 1960, Freire militará pela Ação Popular, organização católica de orientação marxista, entre 1962 e meados da década de 1970, e só se afirmará publicamente como anarquista em 1977, o que nos leva a compreender que, por mais que seja possível que houvesse atritos entre Freire e o marxismo tanto na adolescência

---

<sup>472</sup> Em dado momento, por exemplo, o autor narra que Victor e Bruno, ainda crianças, não gostavam “daquela escola autoritária” (FREIRE, 1995, p. 32).

quanto na década de 1960, esses atritos provavelmente não foram articulados de forma tão convicta como defende Freire em sua autobiografia<sup>473</sup>.

Segundo sua autobiografia, seria ainda na adolescência que Freire descobriria o anarquismo, quase que por acaso<sup>474</sup>, através de um livreiro que lhe indicou o Centro de Cultura Social. Freire coloca esta primeira leitura de algumas obras anarquistas como “uma extraordinária descoberta: a ideologia anarquista correspondia exatamente ao que eu sentia dentro de mim sobre justiça social” (FREIRE, 2002, p. 34).

Segundo sua autobiografia, outro conflito experienciado por Freire ainda na adolescência, além daquele citado entre socialismo autoritário e socialismo libertário, teria sido, segundo o autor, o seu conflito essencial entre a arte e a medicina. Freire esforça-se por colocar em si desde a adolescência a ânsia e a vocação por ser escritor. Ao longo do livro, cita diversas vezes os romances que vinha lendo, precisando as épocas das leituras, o que denota a importância dada a elas no nível de *acontecimentos* vividos por ele. Ao longo de toda a obra, percebe-se o esforço em contrapor a carreira médica e científica à carreira artística. Esta é a dicotomia apontada pela metáfora “Eu é um outro”, que dá título à autobiografia. De certa forma, podemos dizer que a Somaterapia representou a síntese ou a superação dessa dicotomia, ao aliar o discurso científico à alegada vocação artística e política do autor.

Para Roberto Freire, o ingresso na faculdade de Medicina foi sentido como uma imposição familiar, uma “profissão escolhida por eles para mim”:

Meu avô paterno fora médico importante e formado na Alemanha, um tio também médico preparava-se para candidatar-se a professor na faculdade de Medicina de São Paulo. Na minha geração, eu teria de

---

<sup>473</sup> Nossa compreensão é reforçada, também, em análise de Simões: “[...] ainda não há [na década de 1960] em sua existência a presença do Anarquismo como perspectiva política, ou seja, o desejo de combater o Estado, o Governo e até mesmo a noção de Política. Até o final da década de 1960, Freire ainda estava profundamente comprometido com certa militância socialista, a mesma que combateria veementemente nas décadas seguintes.” (SIMÕES, 2011a, p. 52).

<sup>474</sup> “Um dia, estando sozinho perambulando pelo centro da cidade, acabei por descobrir uma pequena livraria na avenida São João. Conversando com o livreiro, um senhor gordo que me pareceu muito inteligente e culto, ele me falou de anarquismo, uma outra forma de compreensão e de aplicação do socialismo, que ele chamou de ‘libertário’, em oposição ao ‘autoritário’ da União Soviética. [...] Voltei àquela livraria muitas vezes, e fui ampliando meus conhecimentos e reforçando assim minha ideologia anarquista, que me parecia ter nascido comigo. [...] Aquele livreiro gordo e culto que me apresentou o anarquismo, vim a saber depois ser o eclético professor Carlos Ferreira” (FREIRE, 2002, p. 34-35).

ser o novo médico da família. Eles haviam decidido assim e tentavam convencer-me ser a Medicina uma linda e humanitária profissão, bem como me garantiria o futuro, em termos financeiros. Eu os ouvia calado, nunca discuti o assunto e nem consegui explicar-lhes não ser essa a minha vocação, nem o meu real desejo. (FREIRE, 2002, p. 41)<sup>475</sup>.

Enquanto frequentava um cursinho preparatório para o vestibular, em vez de estudar para o mesmo, Freire diz ter passado seu tempo lendo romances de John Steinbeck, William Faulkner, Ernest Hemingway, Aldous Huxley e Charles Morgan. Antes disso, Freire também cita autores como Fernando Pessoa, Alexandre Dumas, Honoré de Balzac, José de Alencar, Machado de Assis, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Antônio Alcântara de Machado, dando especial ênfase a sua paixão pela literatura justamente no momento de sua narrativa em que ingressaria na faculdade de Medicina (FREIRE, 2002, p. 47-51, 58-59).

Por não ter conseguido estudar, Freire reprovou em seu primeiro exame vestibular, o que o teria levado a uma “profunda depressão”, ao pensar em como comunicar o resultado a sua família, já esperando pela frustração e tristeza deles. Estes pensamentos teriam lhe levado a questionar se realmente queria ser médico, se não fazia isso por “chantagem afetiva”<sup>476</sup>, se não ficariam felizes se ele se tornasse um bom escritor. Porém, quando contou a seus pais o resultado do vestibular, espantou-se com a paciência e compreensão dos mesmos, o que lhe levou a dedicar-se mais ao vestibular, conseguindo, no ano seguinte, ingressar na Faculdade Nacional de Medicina da

---

<sup>475</sup> Vera Schroeder, somaterapeuta e companheira de Freire na década de 1990, ao escrever um artigo sobre ele, também atesta esta imposição: “A escolha da medicina não foi bem uma escolha. A sensação que [Freire] teve foi a de ter seguido uma linha reta, um caminho lógico a ser tomado numa família de médicos e advogados” (SCHROEDER, 2008, p. 234).

<sup>476</sup> Esta expressão será muito utilizada posteriormente por Freire ao falar sobre a Antipsiquiatria e o fenômeno do Duplo Vínculo, os quais conheceria no mínimo apenas a partir de 1970. Em *Tesudos de todo mundo, uni-vos!* (1995), Freire chega a afirmar que “só vim a tomar conhecimento [do fenômeno do duplo vínculo] no início da década de 1980” (FREIRE, 1995b, p. 122). Percebe-se, nesta passagem de sua autobiografia, que Freire reinterpreta sentimentos antigos com um novo arcabouço teórico e uma nova visão de mundo, visto que é bastante improvável que o mesmo utilizasse exatamente a mesma expressão já na adolescência para referir-se ao que sentia. É, portanto, muito provável que esta reinterpretação de sentimentos antigos tenha não apenas mudado a forma como Freire se refere a estes sentimentos como a forma mesma como compreende e relembra desses sentimentos, sendo possível que sua lembrança fosse inclusive modificada pela nova visão de mundo. Outra hipótese seria a de que a expressão “chantagem afetiva”, na verdade, seria originária da fase adolescente de sua vida e posteriormente tivesse encontrado semelhança com o discurso antipsiquiátrico. Para validar esta hipótese, bastaríamos comprovar que os antipsiquiatras não utilizam esta exata expressão. Infelizmente, dadas às limitações de nossa pesquisa, fomos obrigados a nos contentar apenas em levantar estas hipóteses.

Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. (FREIRE, 2002, p. 59-61; FREIRE, 1977, p. 329).

### **Considerações finais**

Analizamos, neste trabalho, uma parte da trajetória de Roberto Freire anterior à criação da Somaterapia, principalmente a partir de seus discursos autobiográficos. Analizamos, assim, as construções narrativas do autor, procurando compreender como sua memória e identidade foram construídas e reconstruídas a partir de sua trajetória pessoal. Percebemos, nos discursos que emergem nas fontes, como a memória do autor e suas construções narrativas com frequência se mesclam e confundem em seus discursos, misturando elementos autobiográficos com argumentos científicos, políticos e literários.

Percebemos, nesta análise, um esforço narrativo de ordenação e coerência próprios do que Bourdieu chama de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1996). Neste esforço, averiguamos a mesma tendência encontrada nas narrativas acerca da história da Somaterapia em essencializar e transpor a períodos passados críticas, comportamentos e visões de mundo de momentos posteriores, como é o caso do anarquismo “desde sempre” e das críticas ao marxismo e à psicanálise, que teriam sido feitas desde o primeiro contato. Percebe-se, nesta direção, como Freire procura articular, por exemplo, um discurso de ruptura radical e primária com a “burguesia”, porém, na análise das fontes que remetem aos períodos mais remotos de sua trajetória, notamos incongruências nesse discurso, apontando para importantes aproximações entre o autor e valores tipicamente “burgueses”, principalmente a partir da análise das noções do autor de “pobreza” e “cultura”.

Averiguamos, na análise das fontes que remetem tanto a este período quanto ao processo de criação e desenvolvimento inicial da Somaterapia, dissonâncias, rupturas e irregularidades nos diversos discursos e narrativas, nos quais aspectos muitas vezes contraditórios acabam por ir de encontro a uma ideia de linearidade biográfica ou histórica, em um esforço em ordenar e dar coerência aos eventos que compreendemos próprio da memória. Nesta análise, procuramos apontar para essas rupturas não para julgar, deslegitimar a técnica ou a vida de Freire, mas para compreender melhor este

complexo processo de criação e desenvolvimento desta técnica terapêutica, em um esforço científico e historiográfico que compreendemos ser oposto ao esforço memorialista de Freire e dos somaterapeutas e simpatizantes que muitas vezes apresentam uma narrativa linear e heroica, tanto da trajetória de Freire quanto da história da Somaterapia. Em nossa análise, portanto, percebemos como a trajetória de Freire, assim como a da Somaterapia, se deram de uma forma um pouco menos coerente, mais complexa e fluída do que aparece nas fontes, como compreendemos ser próprio dos processos humanos.

Compreendemos, em nosso trabalho, que as contradições encontradas, tanto do movimento contracultural como um todo quanto do próprio Freire, são inerentes à complexidade dos fenômenos humanos, principalmente por estes fenômenos se tratarem, neste caso, de movimentos simultaneamente contestatórios da cultura circundante e oriundos dessa mesma cultura a que se critica, notadamente a classe média “burguesa”. Pensamos, portanto, ser compreensível que encontremos tais contradições e que essas contradições não deslegitimam a crítica que estes atores sociais dirigem à cultura e à sociedade tidas por dominantes. Porém, é nosso dever enquanto historiadores apontar e problematizar essas contradições encontradas, uma vez que elas nos auxiliam a compreender a relação ambígua que Freire e a contracultura mantêm com a cultura e sociedade circundantes, matizando seus discursos.

## Referências

ALBERTI, V. Um drama em gente: trajetórias e projetos de Pessoa e seus heterônimos. In: SCHMIDT, B. B. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 179-242.

ALBERTINI, P. Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil. *Boletim de Psicologia*, v. LXI, n. 135, 2011, p. 159-176.

BLAU, A. Uncertainty and the History of Ideas. *History and theory*, 50, oct. 2011, p. 358-372.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

CAIAFFO, S. S. *Cartogramas de um terapeuta anárquico*. 2009. 134 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CATROGA, F. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CLEIDEJANE, Maria. O pai da Soma solta o verbo. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 fev. 1991. Caderno C, p. 7-8. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

COLLING, Leandro. O terapeuta da anarquia. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 28 e 29 mai. 1994. Caderno de Domingo, s/p. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

COMODO, Roberto. Militante do prazer. *Revista JB*, 1991, p. 12-15. Sem maiores informações. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CUCHE, D. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

FERRAZ, G. S. *Somaterapia e Contracultura: criação e desenvolvimento de uma técnica terapêutica no Brasil dos anos 1970*. 2018. 211 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

FREIRE, R. *Cleo e Daniel*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. (1ª edição: 1966).

FREIRE, R. *Viva Eu, Viva Tu, Viva o Rabo do Tatu!*. São Paulo: Símbolo, 1977.

FREIRE, R.; BRITO, F. R. A. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. (1ª edição: 1984).

FREIRE, R. *Coiole*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FREIRE, R. *Sem tesão não há solução*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. (1ª edição: 1987).

FREIRE, R. *Soma: uma terapia anarquista*. Vol. 1: A alma é o corpo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

FREIRE, R. *Soma: uma terapia anarquista*. Vol. 2: A arma é o corpo (Prática da Soma e Capoeira). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FREIRE, R.; MATA, J. *Soma: Corpo a corpo*. Vol. 3. 1993. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0015/9011/SOMA\\_livro\\_.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0015/9011/SOMA_livro_.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

FREIRE, R. *Tesudos de todo mundo, uni-vos*. São Paulo: Siciliano, 1995a.

FREIRE, R. *Os Cúmplices*. Vol. 1. São Paulo: JSN Editora, 1995b.

FREIRE, R. *Os Cúmplices*. Vol. 2. São Paulo: Clacyko, 1996.

FREIRE, R. *Eu é um outro*. Salvador: Maianga, 2002.

FREIRE, R. [et al]. *O tesão pela vida: soma, uma terapia anarquista*. 1. ed. São Paulo: Francis, 2006.

HUYSSSEN, A. *Culturas do passado – presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIMBERG, Maurício. A função do orgasmo. *Cult*, 2007, p. 18-23. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

ROJAS, C. A. A. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, B. B. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 9-48.

RONDELLI, E.; HERSCHMANN, M. Os *media* e a construção do biográfico: a morte em cena. In: SCHMIDT, B. B. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 279-309.

SCHMIDT, B. B. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, B. B. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 49-70.

SCHROEDER, V. Corpo, Arte e Política – as contribuições de Roberto Freire para a Psicologia no Brasil. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, Vol. 4, nº 2, p. 230-242, 2008.

SILVA, C. F. *Arte e Anarquia: uma ética da existência em Roberto Freire*. 2015. 284 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

SIMÕES, G. F. *Roberto Freire: tesão e anarquia*. 2011. 227 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011a.

SIMÕES, G. F. Roberto Freire: tesão e anarquia. In: Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, 11, 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2011b.

SIMÕES, G. F. Roberto Freire: um pirata anarquista. *Verve*, n.21, p. 231-261, 2012.

SOUZA, L. Roberto Freire, o homem enfrentando o sistema. *O Estado*, Florianópolis, 16 mai. 1991. *Cultura*, p. 12-13. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

TESÃO: Prazer e Anarquia. *Jornal da Soma*. São Paulo, n. 1, nov. 1993. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

TESÃO: Prazer e Anarquia. *Jornal da Soma*. São Paulo, n. 3, jun. 1994. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/publicacoes/imprensa/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

## **Tejiendo relaciones en torno a un vacío: sobre la identidad de José de Acosta SJ. y su familia.**

Luis Alberto Murguía\*

### **Introducción**

La siguiente comunicación la he dividido en dos partes. La primera parte busca rastrear a partir de ciertos documentos históricos y libros, las acusaciones que fueron proferidas contra el jesuita español José de Acosta, al cual calificaban como siendo descendiente de judíos, que su familia era conversa y por tanto, él era un cristiano nuevo. Las acusaciones quedaron en el vacío ya que no fueron llevadas a cabo averiguaciones ni se presentaron pruebas en el momento. Así como también de parte de los historiadores que estudiaron sobre su vida, no aportaron prueba alguna. El resultado de ese acompañamiento en relación a sus orígenes, me permite destacar como a partir de ciertos “silencios” en torno a su origen, produjo que se entretujeran una serie de suposiciones. Desde la aparición de la biografía de José de Acosta, realizada por León Lopetegui en 1942, parece que no se han encontrado nuevas informaciones para el sí o para el no en relación a su origen, pero al mismo tiempo sembraron la duda. Y esa insatisfacción en relación a esos resultados y la incongruencia de ciertas afirmaciones ligeras me llevaron a intentar un ejercicio de interpretación histórica que buscase a partir de la documentación a mano, establecer nuevas problematizaciones, encontrando un nuevo camino que no fuese el de repetir viejos e inseguros trechos. Este ejercicio, este nuevo camino, y por qué no llamarlo de simples desvarío, constituye la segunda parte de esta comunicación.<sup>477</sup>

### **Las acusaciones**

---

\* Doutorando PPG História – Unisinos / CAPES.

<sup>477</sup> Siempre tengo en mente la opinión de Giovanni Levi de que “a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito” (LEVI, 1996, p. 169).



Comenzaré por la opinión quizá la más ponderada y equilibrada. Para el también jesuita, León Lopetegui, de la documentación analizada en los archivos jesuitas en Roma no existe ninguna mención sobre el origen judío del padre Acosta hasta antes del año de 1593. Razón de la importancia de este año estriba en el contexto que rodeó a las negociaciones y presiones realizadas por Felipe II y de su delegado especial, José de Acosta, para que se realice la convocación a la quinta Congregación general.<sup>478</sup> En ese sentido, en que tomamos como hilo conductor de esta exposición un momento casi al final de la vida de Acosta es justamente con la finalidad de desbravar a partir de esta acusación diversos momentos de la vida de José de Acosta y de su familia a partir de sus encuentros con la Compañía de Jesús. Por lo tanto no existe una secuencia lineal ya que mi objetivo no es construir una biografía secuencial, pero principalmente problematizar el problema de una identidad, de la de ser de linaje converso, atribuida por otros y nunca afirmada o negada.<sup>479</sup>

Retrocedamos un poco en el tiempo para poder mejor explicar el papel de José de Acosta. Acosta llegó a España en setiembre de 1587. Había permanecido un año en México, después de haber tenido una estadía de catorce años en el Perú. Cargaba la experiencia de haber sido provincial de la Compañía en el Perú, de haber participado de manera notable en la realización del III Concilio Limense entre 1582 y 1583, de llevar para autorización la publicación de dos importantes libros: *De procuranda indorum salute* y su *Historia natural y moral de las Indias*. Su fama le antecedió de largo su llegada. Ya el General Claudio Acquaviva escribía al padre Gil González el 21 de noviembre de 1587

“Gracias a Dios que son llegados los indianos con salud y las flotas con prosperidad... del P. José de Acosta creo bien que tiene todas las buenas partes que V. R. dice, y en este concepto le tengo yo después que he visto algunas cosas suyas; yo le deseo y espero porque nos consolaremos todos con su presencia” (LOPETEGUI, 1942, p. 583-584).

---

<sup>478</sup> El autor menciona la existencia posible de informes secretos que se encontraban separados del resto de los informes y que tenían informaciones sobre la historia de cada candidato a la Compañía y su recorrido dentro de ella. Al mismo tiempo, afirma el autor, no haber encontrado ningún rastro de este tipo de documentación (LOPETEGUI, 1942, p. 11).

<sup>479</sup> “De modo sintomático, a própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não-linear e suas contradições se tornaram os protagonistas dos problemas biográficos com que se deparam os historiadores” (LEVI, 1996, p. 173).

Desde su llegada a España hasta septiembre de 1588, Acosta se detendría en Madrid entre la corte de Felipe II y las reuniones dentro del Consejo de Indias con la finalidad de informarles sobre los graves problemas que enfrentaban sus reinos americanos y en especial, los relacionados a las encomiendas, los tributos, las minas y los indios. Partiría después para Roma para entrevistarse con el General Acquaviva, el cual le encargaría importantes negociaciones que debería realizar frente a Felipe II, motivo por el cual regresaría luego para Madrid. De estos vaivenes y negociaciones, ocurridos antes de 1592, lo que estaba en el centro era la autonomía de la Compañía de Jesús en relación a la Corona y al Santo Oficio de la Inquisición española. A pesar de ser hombre de confianza de la Compañía, Acosta sería designado como agente de Felipe para realizar negociaciones frente al nuevo Papa, Clemente VIII, con la finalidad de convocar a la quinta Congregación y de defender los intereses de la Corona frente al Papado y a la Compañía.

Principal escollo para la convocación era la oposición tenaz del propio General Acquaviva que era contrario a cualquier reforma de los privilegios y exenciones de la Compañía. Sensible a los nuevos aires políticos, en especial al carácter confesionalista<sup>480</sup> de la política de Felipe II en temas concernientes a la relación entre Corona e Iglesia, se oponía a la designación de comisarios y visitadores nombrados por la Corona con el objetivo de que tuviesen autonomía en relación al General, ya que a su entender, esto llevaría a la división de los intereses de la Compañía, por lo cual estas autoridades nombradas deberían estar sujetos al General, y por ende, al propio Papa (PINTA LLORENTE, 1952, p. 51). En este conflicto se reflejaba con fuerte evidencia el peso de lo español en la Compañía en relación a una cada vez mayor presencia de miembros europeos, para no afirmar no-españoles, en sus filas.

Frente a la acción diplomática de la Corona en Roma, se levantó una operación orquestada por el propio General Acquaviva para socavar la labor de Acosta en pro de la convocación de la Congregación. Uno de sus primeras acciones sería la expulsión de

---

<sup>480</sup> Sobre la discusión de la noción de confesionalización, es interesante discutir el término a partir de la lectura de Heinrich LUTZ: *Reforma y Contrarreforma*. Madrid: Alianza Ed., 1992, p. 116-122; así como las reflexiones en relación a su uso para entender el gobierno de Felipe II en España, a través de José MARTINEZ MILLAN: *El confesionalismo de Felipe II y la Inquisición*. Trocadero, n° 6-7, 1994-1995, pp. 103-124.

Acosta de la casa profesa, residencia principal y en la cual vivía el propio Acquaviva, para trasladarlo a la Penitenciaría, y que en las propias palabras de Acosta, afirmó que

su principal intento, ha sido quitarme la reputación con los de la Compañía, y con los de fuera, para que en los negocios que tengo a cargo se haga poco caso de mí y según me han avisado ha comenzado por aquí con intento de pasar muy adelante, para lo cual he entendido que ha informado largamente al Papa, y escrito a los suyos para que también informen a V. Majestad (PINTA LLORENTE, 1952, p. 54).

Me quedo por ahora con la idea de Acosta: “quitarme la reputación”. A pesar de las resistencias, Acquaviva es derrotado en relación a la convocatoria de la Congregación. El Papa Clemente VIII, el 15 de diciembre de 1592, convoca a la realización de la Congregación, con la finalidad de realizar un estudio profundo de los males que acechaban a la Compañía y que habían sido denunciados anteriormente por sus miembros, en especial, los llamados “memorialistas” españoles. Primer resultado de la campaña de Acquaviva. En carta recibida por Felipe II por parte de la Inquisición el 13 de marzo de 1593 se dice:

en cuanto a la confianza que pretende se haga de su persona en las materias de Inquisición, parece negocio muy dificultoso y lleno de sospechas e inconvenientes, por ser los dichos de la cualidad que son, y así el Inquisidor General y el Consejo son del mismo parecer (PINTA LLORENTE, 1952, p. 66-67).

Además de Acosta, el aviso de la Inquisición se refiere al futuro cardenal Francisco de Toledo, también miembro de la Compañía y descendiente de una familia conversa judía. Por tanto, a partir de un miembro de la Compañía que conocidamente sabido era un cristiano nuevo, se hacía la relación con Acosta, de la cual no había pistas. Marco ahora la frase: “ser los dichos de la cualidad que son”.

Para el 2 de noviembre de 1593, comienza la quinta Congregación general. A pesar de la resistencia del General, la mayoría de las propuestas apoyadas por la Corona y por la Inquisición española fueron aprobadas, como la abolición de los privilegios y

exenciones de la Compañía en relación al Santo Oficio, o las materias relacionadas a las herejías o a las solicitudes sacramentales.

Pero un triunfo que se sumó el General Acquaviva fue el relacionado a la prohibición de admitir en la Compañía a cristianos nuevos, sean de origen judía o de origen *sarracena*. Esta decisión se mostraba contraria a aquello que pensaba el propio Ignacio de Loyola, y que en palabras del padre Juan Alfonso de Polanco en carta escrita para o padre Antonio de Araoz del 14 de agosto de 1583, afirmaba que

si allá por los humores de la Corte o del Rey pareciere que no se deban admitir, envíense acá, siendo buenos supósitos sujetos, como ya está escrito otras veces; que acá no se mira tan al sutil de que raza sea el que se ve ser buen supósito, como tampoco basta para que uno se acepte, la nobleza, si las otras partes no concurren

(MonIgn., 1907, 335).<sup>481</sup>

Esta decisión, por la campaña levantada por Acquaviva en los corredores de la Congregación, si bien no atingía directamente a Acosta así como también al recién nombrado cardenal, Francisco de Toledo S.J., sonaba como una advertencia a todos aquellos de la Compañía que eran de linaje moderno y que habían sido llamados de “memorialistas”.

De forma paralela a su primer movimiento –el inicio de una campaña de desprestigio de Acosta– el General Acquaviva decidió nombrar el 11 de setiembre de 1592 al padre Alonso Sánchez S.J. como su enviado especial en misión en Madrid. ¿Cuál era el problema de ese nombramiento? La historia de Sánchez con la de Acosta se entrecruzan en México en 1586 y 1587. Sánchez había llegado primero a México en 1579 para luego partir en misión para las Filipinas en 1581 en una de las primeras misiones de los jesuitas a estas islas. Desarrolló importantes labores, realizando viajes por el litoral de China y tuvo importante papel en el reconocimiento al gobierno de Felipe II de parte de los portugueses asentados en Macao. La propuesta de evangelizar a la China de forma pacífica –que sería después plasmada de manera razonada en el *De procuranda* de Acosta– sería atacada por el propio Sánchez. Apoyado en ese tiempo por

---

<sup>481</sup> BATAILLON, Marcel. Los jesuitas en la España del siglo XVI. México: Fondo de Cultura Económica, 2014. Kindle 5635-5636.

el propio Acquaviva, el provincial de la Compañía en México, Antonio Mendoza, en carta escrita el 17 de janeiro de 1585, le manifestó al General en relación al proyecto de Sánchez de una posible conquista por las armas de la China como

verdad que en la relación que envía de su viaje nos ha desagradado la doctrina que mezcla y la fuerza que pone en fundar que con predicación pacífica no se haría nada en la China, y que es necesario y muy lícito llevar ejército para conquistarla, que así lo llama él” (LOPETEGUI, 1942, p. 463).

La manera como Acquaviva buscó neutralizar la iniciativa de Sánchez de llevar a cabo una embajada en Madrid para exponer sus planes al rey Felipe II y de presentarle sus proyectos escritos, fue la de nombrar un superior inmediato. La infausta tarea recaería sobre el propio José de Acosta. Los dos se encontraban en México de pasaje hacia Madrid. Los dos tenían en sus mentes proyectos de evangelización diametralmente opuestos. Al nombrar a Acosta como su superior, y sabiendo de los proyectos divergentes de los dos, Acquaviva desautorizaba al propio Sánchez en cualquier tentativa de comunicar sus proyectos. Acosta, al mismo tiempo, sabedor de que una iniciativa como esa, podía significar traer abajo el trabajo que la Compañía realizaba en el Oriente, en especial en algunas ciudades de Japón, y que era contraria a la forma que él había propuesto en su *De procuranda* para evangelizarse a pueblos que él consideraba como semejantes a los griegos o romanos, escribió dos tratados para criticarlos desde una visión teológica y jurídica (OLLE, 2000, p. 136-150). Resumiendo: la desavenencia entre los dos partiría de una cuestión política, la conquista de la China. Sánchez se sintió desautorizado y al mismo tiempo humillado. Y el General Acquaviva sabía de ese sentimiento.

La oportunidad de Alonso Sánchez se la daría el propio Acquaviva al nombrarlo su enviado especial. Los ataques de Sánchez a Acosta se dieron en un plano personal, buscando desvirtuar su carácter. La oportunidad la tuvo el 22 de marzo de 1593, en audiencia que sostuvo con el propio rey. Al tratar sobre la convocación de la quinta Congregación y el papel desempeñado por Acosta, Sánchez manifiesta de forma directa que por el hecho de que Acosta era cristiano nuevo, se debía tener en cuenta que “ninguno, tarde o temprano, dejo de descubrir el pelo”. Lo caracteriza como un padre

“ambicioso”, por su origen nuevo, así como detalla su vida regalada y soberbia, en la cual buscaba ser atendido por muchos. Las visitas que realizó las describe como siendo superficiales y apresuradas. Tenía como ambición dentro de la Compañía ser nombrado provincial de algunas de las provincias de España. Al final Sánchez buscaba detallar la doblez del carácter de Acosta al afirmar “que ayuda a lo bueno y buenos y cristianos viejos de la Compañía, y no lo hace, sino a los pocos y malos y nuevos” (ASTRAIN, 1909, p. 539-545). Sánchez busca colocar como causa de los conflictos que se daban dentro de la Compañía y en relación a la Congregación, a un grupo pequeño de cristianos nuevos que actuaban con espíritu de cuerpo contra la propia Compañía.

A pesar de la posición que desde un comienzo había manifestado el propio Ignacio en relación a la incorporación de los cristianos nuevos dentro de la Compañía, el momento en el cual se levanta la quinta Congregación y las disputas que giran alrededor de ella, colocan en pauta la necesidad de barrar el ingreso a los cristianos nuevos. El General y su grupo establecieron una relación directa entre aquellos que se oponían a su gobierno dentro de la Compañía y que realizaban críticas abiertas a su gobierno. Acosta se opuso a este decreto y para Astrain lo hizo por ser cristiano nuevo.

Como resumen de esta campaña contra José de Acosta, podré citar la frase de una carta del padre Gil González dirigida a Acquaviva, el 6 de junio de 1594, en la cual figuran las líneas estratégicas del combate trabado: “que condenaron mucho el oficio que hacía el P. Alonso Sánchez en darle en todo con su genealogía y ambición” (LOPETEGUI, 1942, p. 481).

### **El hilo de la madeja**

Sabemos que José de Acosta nació en 1540 en la ciudad de Medina del Campo. Su padre era un mercader principal llamado Antonio Acosta y su madre se llamaba Ana de Porres, los cuales tenían nueve hijos. Sus padres tenían una familia grande, nueve hijos. Su padre se dedicaba a actividades comerciales, etc. La mayoría de las biografías comienzan con estas informaciones sobre José de Acosta y su familia. Es el caso de León Lopetegui y también la más reciente biografía sobre Acosta escrita por Claudio M. Burgaleta.

Burgaleta, siguiendo a Lopetegui, afirma que la cuestión sobre sus orígenes familiares estaba en abierto ya que no se había aportado nuevas pruebas (BURGALETA, 1999, p. 126). Lopetegui había afirmado que la familia Acosta descendía de judíos portugueses y que las informaciones tenían como origen el periodo alrededor del año de 1593 y las disputas que giraron alrededor de la quinta Congregación, donde circulaban acusaciones relativas a su carácter doble, a sus ambiciones, a la formación de una oposición dentro de la Compañía junto con otros cristianos nuevos y por haber votado contra el edicto que prohibía el ingreso de cristianos nuevos dentro de la Compañía.<sup>482</sup>

Esas serían las pruebas de que José de Acosta era un cristiano nuevo, un converso o de linaje nuevo o moderno, o como quisiéramos llamarlo. Me propongo trillar otro camino, en la cual construiré un “contexto” adecuado para este problema. Mejor dicho, me intereso por establecer una serie de redes y relaciones que me permitan entender ciertos comportamientos, como los de la familia Acosta, los negocios de Antonio de Acosta y su relación con la Compañía. Intento entender ciertos vacíos o “silencios”. A veces la imagen que se me viene a la cabeza es la de un agujero negro. Algo indefinido a simple vista, pero que atrae por su fuerza a los objetos que lo circulan o que están próximos, estableciendo una serie de redes, de caminos que lo contornan, dándole forma. Pero mismo así, se nos escapa esa materialidad, esa forma. Bueno, ahora manos a la obra.

Antonio de Acosta era un comerciante o mercader que trabajaba dentro del eje comercial que unía las ciudades y pueblos que tenían como núcleo dinámico a La Mesta, una región ganadera del centro de España. Las caravanas de comerciantes transeúntes y los pastores nómadas de ovejas de la región se juntaban en diversas épocas del año en determinados nudos de caminos donde con el tiempo se originaron ferias. Hasta el siglo XIII la circulación de productos se centraba en las ovejas y su lana, el vino y los cereales. Estos movimientos de hombres de diversas actividades atrajo a estos nudos, y en nuestro caso a Medina del Campo, a comerciantes de diversas regiones y de nacionalidades diversas, y entre estos grupos, a judíos. La importancia de esta comunidad se puede medir cuando en el año de 1290 se reunieron todas las aljamas

---

<sup>482</sup> El padre Astrain llama la atención de que la mayoría de los llamados “memorialistas” eran de linaje “nuevo” o “moderno”. En la votación de la aprobación del decreto, fueron 62 a favor contra 2 votos. (ASTRAIN, 1909, p. 592).

del reino de Castilla para acordar el tributo que deberían pagar. Solo la ciudad de Medina, sin considerar pequeños pueblos próximos, contribuyó con 44 mil maravedís, mientras que la ciudad de Valladolid y sus proximidades lo hicieron con casi 70 mil (RUIZ ASENCIO, 1, p. 155).

Si bien el panorama político estaba jalonado por una serie de enfrentamientos y disputas entre los reinos y las noblezas de Castilla y de León, la ciudad de Medina del Campo consiguió crecer y aumentar su importancia. La clave de ese crecimiento en el siglo XIV y XV radica en la importancia de sus ferias. Un primer impacto que se dio en la ciudad fue el aumento considerable de ciertas actividades relacionadas a la artesanía y al comercio local, apareciendo en la documentación de la época, profesiones como la de joyeros, zapateros, traperos y otras. Pero el mayor impacto de las ferias estaba relacionado a la constitución de un núcleo importante de mercaderes que provenían de diversas regiones. Frente a una sociedad que se seguía regida por importantes linajes locales, así como la presencia de guerreros, pastores y villanos, aparece ahora un elemento moderno: la presencia de hombres de negocios relacionados al comercio a larga escala y los cambistas.

Flujo de mercancías, y también flujo de hombres. Medina, como ya lo había mencionado, poseía una importante comunidad judaica. Ahora según los datos de servicios del año de 1464, los judíos de Medina contribuyeron con alrededor de 5 mil maravedís relativo al pago del servicio y medio servicio, valor cercano a lo contribuido por las juderías de Valladolid o de Zamora. Esa contribución subiría para 8 mil en 1484 y se mantendría estable durante toda esa década (VIÑUALES FERREIRO, 2002, p. 185-206). El peso de este grupo dentro de la sociedad medinense era importante y según Julio Valdeón Baroque podría explicar porque en medio de una crisis económica, no se dio en Medina del Campo un pogroms contra este grupo en 1391, año en que la Península se vio plagada de ataques contra los judíos (VALDEON BARUQUE, 1, p. 221).

Las ferias de Medina aportan una información adicional relevante. Con motivo de la celebración de las Cortes de Palenzuela en 1425, se menciona el papel de comerciantes portugueses dentro de las ferias. Medina del Campo a partir del comercio de sus propios productos locales, así como la circulación de diversas caravanas comerciales que giraban alrededor de Valladolid, pero que al mismo tiempo se



conectaba con Burgos en dirección al norte, con Porto al este y con Toledo hacia el sur. La importancia del eje norte-sur sería fundamental en el desarrollo de la economía castellana en el siglo XV, a la vez que sería determinante en la crisis de esta región en el periodo de la revuelta de las Comunidades con Carlos I y después con la crisis financiera que afectó a las ferias con Felipe II.

Las ferias que ocurrían en Medina acontecían dos veces al año, en los meses de mayo y de octubre, con una duración de 50 días aproximadamente. Circulaban en sus calles, numerosos comerciantes portugueses, franceses, flamencos, florentinos y genoveses, así como vascos y navarros. Valdeón Barúque menciona que se comerciaba miel, vino, aceite, perlas, sedas, brocados, lienzo, especias, esclavos pero principalmente se comerciaba lana. Al mismo tiempo, destaco que se desarrollaba un importante movimiento de letras de cambio (VALDEON BARUQUE, 1, p. 230).

Desde los primeros años desde que se iniciaron las ferias en la ciudad de Medina, alrededor de la década de 1410, la presencia de mercaderes portugueses fue año tras año creciendo en importancia. En 1425 las Cortes confirmaron casi la excepción total de los impuestos que deberían de pagar en las ferias castellanas, resolución que fue después confirmada por los Reyes Católicos en 1484. La gran presencia de portugueses en las ferias de Medina los llevó a que hiciesen del matrimonio con castellanas una de las estrategias utilizadas para poder obtener una inserción fuerte dentro de la propia comunidad (AL-HUSSEIN, 2, p. 61). Si no fue la estrategia de Antonio de Acosta, padre de José, pudo haber sido la de sus abuelos u otros parientes. Pero es importante señalar que el hermano de Ana de Porres, madre de José, se desempeñaría como “corredor” en Amberes, el cual además tenía mala fama entre los comerciantes locales (NADAL, 1898, p. 541).<sup>483</sup>

Al mismo tiempo, Medina del Campo mantenía frecuentes e intensas relaciones comerciales con varias ciudades del norte de Europa. Se establecía un duplo movimiento: las telas, tejidos y brocados de Flandes y de otras regiones que eran adquiridos para a circulación dentro de Castilla, y la exportación para esas mismas regiones de la lana merino con la que confeccionaban estos productos. En ese sentido,

---

<sup>483</sup> Debido a que podía haber servido como agente internacional, se puede pensar que operaba como un “corredor de cambios”.

Medina del Campo constituía un nudo de redes internacionales en que circulaban diversas mercancías, dinero, letras de cambio, personas y porque no, también ideas.

Volvamos a nuestro personaje del momento, Antonio de Acosta, con la finalidad de analizar algunas informaciones entrecortadas que nos pueden ayudar a echar luz sobre ciertos acontecimientos.

El 14 abril de 1556 el padre Juan Alfonso de Polanco escribe desde Roma para el padre Miguel de Torres sobre un hecho inusitado. Cuenta la historia de un mercader residente en Medina del Campo, llamado Antonio de Acosta, el cual tenía nueve hijos, seis varones y tres mujeres, de los cuales han entrado a la Compañía cinco varones: Jerónimo, Cristóbal, Diego, Bernardino y José (MonIgn, 1911, p. 246-247). Además de este hecho importante, hay uno que me llama también la atención en relación a su familia. El único hijo que no entró en la Compañía fue Hernando de Acosta, el cual serviría en el ejército de Felipe II en campañas en Granada contra los moros, en Italia y en Flandes y moriría en 1595. Además de esta información, se sabe que dos de sus hermanas entraron en órdenes religiosas, siendo que una de ellas, María de Acosta llegó a ser abadesa (LOPETEGUI, 1942, p. 17-19). De la otra hermana, llamada Juana, se tiene la información dada por José de Acosta al responder al cuestionario de Nadal a fines de 1561: “la otra tiene medianamente para casarse y al presente es doncella” (LOPETEGUI, 1942, p. 613) y otra por su hermano Bernardino de Acosta que informa que para casarse tiene una dote de diez mil ducados (NADAL, 1899, p. 544). Los hijos de Antonio de Acosta tuvieron un destino amarrado a la vida religiosa, diferente al suyo. Aparentemente. Ninguno de ellos, hasta lo que se sabe, ejerció la actividad de mercader o comerciante.

En Medina del Campo, los mercaderes eran un grupo social nuevo, los cuales dependían fuertemente de las relaciones familiares. Comportamientos como el de nombrar a alguno de los hijos, principalmente el mayor, como socio de la compañía o como agente de la misma en otras ciudades, eran prácticas comunes. Se buscaba encontrar continuadores del negocio dentro de la propia familia (AL-HUSSEIN, 2, p. 194-195). Y esos continuadores no existían en los negocios de Antonio de Acosta. Mejor dicho, de forma consciente o no, Antonio de Acosta fue cerrando las puertas del siglo o de las actividades comerciales a sus hijos y las puertas que fue abriendo fueron

aquellas que ofrecía la vida religiosa. Para explicar esa elección consciente, es necesario desvendar otras informaciones.

La noticia recibida por Polanco sobre los hijos de Antonio corre rápidamente a través de las cartas que circulaban dentro de la Compañía. El jesuita medinense Gaspar de Loarte recibe también sobre este hecho una carta el 16 de abril de 1556 de Loyola, en la cual Antonio de Acosta es llamado de “amico nostro”. Además se agrega una información importante. Antonio de Acosta se había ofrecido para emprestar una importante suma de dinero para pagar unas deudas contraídas para abrir el Colegio de Roma (MonIgn., 1911, p. 268). A través de las cartas que circulaban se evidenciaba la intencionalidad de destacar el ejemplo de los hijos del comerciante, el cual no era único. Con este destaque, se evidenciaba el trabajo positivo de la Compañía. En carta al padre Pedro Ribadeneyra del 12 de mayo de 1556, Loyola mencionaba el caso de los dos hermanos de Fulvio Androzzi, luego los cuatro hermanos de la ciudad de Pésaro que se hicieron jesuitas y los cinco de Medina del Campo: los Acosta (MonIgn., 1911, p. 378-379).

Las menciones a la proeza de haber entrado a la Compañía cinco hermanos, son contantemente repetidas y mencionadas con la finalidad de que a través de las lecturas de estas cartas estimulen un movimiento de incorporación de nuevos miembros, edificar el espíritu de los simpatizantes y futuros candidatos para que entren en la Compañía.

Pero ahora me detengo en las palabras dirigidas al padre Gaspar de Loarte, cuál era el significado exacto de “amico nostro”. Así como Antonio de Acosta, Loarte también era de Medina del Campo. Pero lo importante es que tenemos además la información de que Loarte era un cristiano nuevo.<sup>484</sup> No se puede de olvidar, de que para Ignacio de Loyola, la ascendencia judaica no constituía un impedimento para ingresar a la Compañía. El caso del ingreso a la Compañía de Loarte y de Diego de Guzmán, a pesar del fuerte posicionamiento favorable de Loyola y de su secretario Jerónimo Nadal, muestra la oposición interna que existía dentro de la Compañía a la

---

<sup>484</sup> Es interesante leer la carta encaminada por Loarte y por Diego de Guzmán, los dos cristianos nuevos, al padre Antonio de Araoz en la cual le presentan el problema de la posibilidad de que se niegue su ingreso a la Compañía por motivo de ser los dos de linaje nuevo: “por algunas causas parecía á V. P. no conuenir por aora nuestra entrada en la Compañía, aunque sabemos que lo que se pone por inconueniente no lo es acerca de V. P., ni le agrada tal manera de sentir en varones tan euangélicos”. Carta de Gaspar de Loarte y Diego de Guzmán para Antonio de Araoz, 13 de julio de 1553. EpMx., 1900, p. 392-394.

incorporación de cristianos nuevos. Oposición que se compaginaba a la postura del Tribunal de la Inquisición (MARYKS, 2010, p. 80-83).

Ahora quiero explorar otra información importante arriba mencionada: sobre la suma de dinero emprestada para pagar unas deudas de la Compañía por parte de Antonio de Acosta. Para eso sigo esta pista, la carta que escribió el padre Antonio de Araoz para Polanco desde Valladolid el 24 de febrero de 1556. En ella relata que el padre Jerónimo Nadal había visitado la ciudad de Medina del Campo con la finalidad de saber cómo estaba el proyecto de levantar el colegio y fue informado de que Antonio de Acosta había ofrecido a la Compañía tres mil ducados de ayuda para el Colegio Romano (EpMx., 1901, p. 214).<sup>485</sup> No contento solamente con este ofrecimiento, Antonio había ofrecido un terreno que lindaba con su casa y con el futuro colegio de Medina con la finalidad de ampliarlo (LitQua, 1895, p. 263). Ofrecimientos que se cumplieron parcialmente.

La modernización que atravesaba Medina del Campo debido al incremento de las actividades mercantiles había hecho de la ciudad un lugar por donde circulaban mercaderes extranjeros. Los propios comerciantes de Medina del Campo al constituir sus compañías comenzaron a adquirir algunos hábitos o prácticas comerciales provenientes de otros espacios, principalmente de los italianos y de Flandes. Los contratos de constitución de las compañías ya no eran solo acuerdos orales sino que se hicieron detallados acuerdos comerciales en que se incorporaban diversas obligaciones y deberes de los socios, se colocaban los objetivos de la sociedad, con fecha de inicio y fin así como las cuotas de los socios. El uso extensivo de las letras de cambio ya significa la expresión de las intensas relaciones comerciales con otros espacios fuera de Castilla (AL-HUSSEIN, 2, p. 202-205). El propio ofrecimiento de Antonio de Acosta de los tres mil ducados es una expresión de como el comercio en Medina había provocado determinadas mudanzas. Antonio se ofreció a emprestar a la Compañía 3 mil ducados, moneda que solamente podía ser usada para transacciones externas. Ese valor sería otorgado a través de una letra de cambio que sería otorgada a través de su corresponsal que se encontraba en Valencia y que luego sería cobrada en Roma (LitQua,

---

<sup>485</sup> También existe la carta de Francisco Borja para Ignacio de Loyola, fechada el día 26 de febrero de 1556 informándole del mismo ofrecimiento de Antonio. MonBor, 1908, p. 254.

1895, p. 214).<sup>486</sup> Además en comentario del padre Francisco de Borja para Ignacio de Loyola, en una carta escrita el 26 de febrero de 1556, al mencionar el dinero ofrecido por Acosta y que sería enviado de Valencia a Roma, destaca que el ducado sería cotizado a 1 real y medio, lo cual era beneficioso (MonBor, 1908, p. 254). Antonio de Acosta era un mercader que se encontraba dentro de los ejes de comercio que conectaban a las ferias de Medina del Campo con otras plazas castellanas. ¿Sería posible que también tuviese relaciones con otras plazas europeas, como las del norte de Italia o las de Flandes?

En 1540, el mismo año del nacimiento de José de Acosta, se tiene noticia de que Antonio de Acosta constituyó, por escrito, una compañía. Tenía como finalidad el comercio de paños y telas en la propia región de Medina del Campo. La compañía estaba integrada por tres socios: el propio Antonio de Acosta que participaba con 450 mil maravedís, que representaba 3 partes y media de la sociedad; Juan Criado que había aportado 250 mil maravedís y representaba 2 partes y media, y por último, Lucas Fresno, el cual no había aportado capital ninguno. Antonio había cedido 1 parte de la sociedad para contar con su apoyo en las actividades. Por el volumen del capital empleado era una compañía pequeña que operaba en el comercio a escala local y quizá en algún momento a escala regional. La compañía de Antonio tendría una duración de 7 años establecida en el contrato de abertura, pero no tenemos información si fue o no renovada (AL-HUSSEIN, 2, p. 208).

En una carta de Francisco Borja, describe a Antonio como “anda muy caído” al referirse sobre el dinero prometido y que no había podido cumplir con sus compromisos financieros con la Compañía (MonBor., 1908, p.281). La carta fue escrita en 1557. Bueno, a partir de 1550 se inicia un momento de crisis económica por toda la Península y que afecta en especial a los mercaderes y sus compañías. No se puede olvidar que la Corona atravesaba problemas urgentes derivados de los conflictos que se arrastraban en Alemania, Francia e Italia. La gran cantidad y excesivos valores de préstamos pedidos por la Corona hasta el año de 1556 y el no cumplimiento de los pagos llevaron a una crisis gigantesca. Los préstamos solicitados tenían como principal destino el mantenimiento de los ejércitos en el exterior. Esta falta de dinero al interior del

---

<sup>486</sup> MonIgn, 1911, p. 268, presenta importantes detalles sobre la transacción a ser realizada con la letra de cambio.

territorio, sea en la forma de numerario, préstamos o de capitales, tuvo como consecuencia inmediata el aumento de los intereses cobrados. Esto llevaría a una crisis grave entre los mercaderes que actuaban en las ferias de Medina del Campo. El número de bancarrotas entre los mercaderes y de banqueros de Medina del Campo sería considerable tanto en número como en valores en relación al resto de Castilla (AL-HUSSEIN, 2, p. 234-241, p. 260-265).

La crisis por la cual atravesaban las ferias de Medina del Campo en el año de 1557 podía explicar en buena parte el retroceso de Antonio de Acosta en relación a su ofrecimiento de un préstamo para la Compañía. La actitud de Antonio de Acosta de haber intentado realizar un préstamo para la Compañía no era un acto esdrújulo. Consideremos el caso de su paisano Pedro Cuadrado. Mercader que actuaba en Flandes y que había conocido a Ignacio de Loyola en Amberes en la casa del comerciante segoviano Juan de Cuellar, el cual era visto como un seguidor de los “alumbrados”. Al aficionarse a su persona y años después, ya de regreso a Medina del Campo, en el año de 1557, fundaría junto con su mujer, Francisca Manjón, el colegio de la Compañía en Medina del Campo (BORJA MEDINA, 1999, p. 182). Antonio de Acosta al no poder realizar el préstamo para la Compañía ofrece una huerta al lado de su casa con la finalidad de ampliar el Colegio de Medina del Campo. Eso en el año de 1557.

En carta escrita por Jerónimo Nadal para el padre Jacobo Laynez desde Toledo en 1561, se hace una referencia importante: “El juro del P. Francisco se acaba en Mayo, y déuense dos años menos dos meses del tiempo de la rotura de Antonio de Acosta” (NADAL, 1898, p.411). Es decir que alrededor de 1558 o 1559, la compañía de Antonio de Acosta quebró, eso significa “rotura”. Posteriormente en 1567, tenemos la carta del mismo Nadal ahora para el padre Francisco de Borja en la que consulta

Otros tienen algunos impedimentos, que nos hazen dubdar. Entre los quales es vno el doctor Diego de Acosta, que quanto a su persona y doctrina, estoy bien satisfecho, y a su pulpito también; mas he entendido que en Anuers tiene vn tio, llamado Francisco de Porras, que es corredor, y no bien quisto, sino al contrario. Tememos que éste le haría no ser tenido en lo que conuiene a vno que predica, etc.; y también por auer su padre quebrado en España, que entre mercaderes, en Anuers, sabe no a buen nombre (NADAL, 1898, p. 541).

A estas alturas se podría pensar que una de las estrategias de Antonio de Acosta fue aproximarse a la Compañía con la finalidad de obtener seguridad y estabilidad. Si el origen de su familia era nueva; la Compañía en ese periodo, posterior a la expulsión de los judíos y a la conversión por el bautismo de aquellos que querían permanecer en Castilla, representaba un espacio de convivencia lejos de posibles persecuciones o acosos. Basta pensar en las personas de los medinenses que habiendo sido aceptos en la Compañía, eran de origen judío: Gaspar e Diego de Loarte, Baltasar de Torres, Gregorio de Valencia, José de San Julián, el donador del Colegio de Medina: Pedro Cuadrado, además de la posibilidad en relación a los Acosta. Para Robert A. Maryks, existe una clara tendencia dentro de las familias conversas de asimilarse al nuevo panorama castellano posterior a la expulsión por parte de los Reyes Católicos. Con el surgimiento de la Compañía de Jesús, se percibe a la misma como un espacio de sociabilización y de estabilidad. Muchos se incorporarán en sus filas sea como religiosos pero también como financistas de sus colegios y residencias así como en la obras pías patrocinadas por la Compañía (MARYKS, 2010, p. 54, 216).

Lo que podría parecer parte de un habilidoso mecanismo de sobrevivencia social por parte de grupos minoritarios y perseguidos, puede también ser el caso de una conversión sincera al catolicismo, representado para nuestros personajes, en la figura de la Compañía de Jesús. En ese sentido, los motivos de seguridad y estabilidad, desde un punto de vista material, o económico, estarían distantes dentro de ese cálculo.<sup>487</sup>

Una muestra de que el cálculo económico estaba distante de las actitudes de Antonio de Acosta es que para 1554, antes de que la crisis de las ferias lo atingiese, cuatro hijos suyos ya se encontraban en la Compañía y para 1556, su hijo mayor, Jerónimo, entraba en la Compañía.<sup>488</sup> Para reforzar esta idea, traigo un recuerdo de José de Acosta que a sus trece años, y ya militando dentro de la Compañía, relata ese espíritu que transmitido por la Compañía, alimentaba ya a su familia por medio de una carta para Loyola, escrita en Medina del Campo el 31 de mayo de 1554 (LitQua., 1896, p. 5-

---

<sup>487</sup> Como observado por Levi: “Todavía as fontes de que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas, ou seja, acerca dos atos” (LEVI, 1996, p. 175).

<sup>488</sup> De la visita realizada por el padre Nadal por la Península entre mayo de 1553 y terminada antes de octubre de 1554, realiza un catálogo de los jesuitas de España en el cual consigna a los cuatro hermanos Acosta, destacando que en 1554 Bernardino de Acosta ya era hermano dentro de la Compañía, por tanto, fue el primero en entrar en ella (ASTRAIN, 1912, p. 409-411).

7). Me refiero a la reunión que se realizó en Medina del Campo por motivo de la división de España en provincias jesuíticas y que reunió a los padres Jerónimo Nadal, Francisco de Borja, Miguel de Torres, Antonio de Araoz y Francisco de Estrada, reunión que fue realizada en la casa de Antonio de Acosta en abril de 1554. La excitación de la reunión se trasluce en las propias palabras de Acosta: “¡Cuántas crisis fueron capaces de salir de nuestros corazones! ¡Con lo que todos se maravillaron! ¡Oh buen Jesús!” El espíritu que se trasmite es de fraternidad, caridad y edificación. Y ese sentimiento es el que movió a toda la familia Acosta. No por acaso, dos años después, Jerónimo, que por ser el mayor de los hijos, tenía la responsabilidad, pero también por la tradición tenía la misión de seguir los pasos de su padre Antonio, dejó los negocios para entrar en la Compañía.<sup>489</sup>

Pero si pensamos que esa espiritualidad, ese deseo de pertenecer a la Compañía solamente se da en los hijos, estamos completamente engañados. A través de dos cartas escritas por Jerónimo de Acosta e Bernardino de Acosta dirigidas para el padre Francisco de Borja el 18 de octubre de 1569, estos le comunican el deseo de su padre, Antonio de Acosta de querer pertenecer a la Compañía. En el mismo día, el padre Gil González también le escribe al padre Borja, explayándose más sobre el asunto (MonBor., 1911, 200-204). Coloca como primer impedimento el hecho de ser casado, con sesenta y seis años (nació en torno de 1503), siendo que Ana de Porres tenía en ese entonces setenta años (de 1499), pero en la medida de que es voluntad de ambos y ella hace voto de continencia, no existe traba alguna. Por ser anciano, se podría pensar que debería evitarse su incorporación, pero manifestó que él pagaría su propio sustento y del hermano que lo atendiese. Y por último, por ser hombre de negocios y para evitar que los mismos obstaculicen su labor, él nombró un factor para que le administre los negocios. En ningún momento alguna referencia a ser de linaje nuevo.<sup>490</sup> La respuesta del padre Borja, dada el 25 de enero de 1570, coloca como principal obstáculos a su incorporación plena dentro de la Compañía el hecho de que su esposa todavía este vive. Por ese motivo, acepta la inclusión de Antonio, colocando como condición de que no

---

<sup>489</sup> La libertad de elección, por más determinación que exista de un determinado contexto, es una variable que debe ser tomada en consideración y que al mismo tiempo, coloca en cuestión los sistemas normativos y sus variadas contradicciones (LEVI, 1996, p. 179-180).

<sup>490</sup> Pero no se puede dejar de lado el comentario posterior del mismo padre Gil González sobre la labor del padre Alonso Sánchez contra José de Acosta al atacarlo en su “genealogía y ambición” hecho en 1594. Lo que podría significar que los vientos habían cambiado en relación a los cristianos nuevos dentro de la Compañía.



realice todavía los votos dentro de la Compañía y que pueda escoger entre cualquiera de los colegio en España (MonBor., 1911, 278-279).

### **¿Un nuevo problema?**

Es verdad de que en la trayectoria de José de Acosta, de Antonio de Acosta y de su familia, existen algunos vacíos a ser cubiertos, algunos silencios a ser enunciados. Pero al mismo tiempo creo que parte de los problemas encontrados se pueden resumir a una crítica a la idea de identidad. ¿Una familia cristiana nueva continúa siendo una familia judía? ¿Cuándo un converso, deja de ser judío? La dificultad de identificar a los Acosta como judíos o como cristianos nuevos no sólo se debe a una dificultad de fuentes históricas. Los ataques que solamente aparecieron en torno de 1593 y que pueden ser contextualizados en relación a la quinta Congregación, no pueden ser tomados como pruebas de su condición. Frente a la identidad que se buscaba adscribir en José de Acosta como cristiano nuevo, perteneciente a una “raza”, surge un “silencio”, un aparente vacío en el cual se estaba dando un proceso de constitución de una espiritualidad cristiana que identificaba a Acosta y a su familia.

Al querer establecer una discusión en dónde se sujete a los Acosta dentro de una dicotomía judío-converso y cristianos nuevos-cristianos viejos, llevamos nuestra discusión para un callejón sin salida. Al final, son los otros (los acusadores), y si seguimos por ese mismo camino, somos también nosotros, los que estamos intentando forzar una identidad, como queriendo colocar una camisa de fuerza.<sup>491</sup> Es posible entonces que nos engañemos al querer establecer una noción como la de “identidad” para individuos que ejercían su propia libertad de elección, dentro de parámetros posibles. Y dentro de esa opción, para ellos y para muchos más no era posible aceptar pasivamente la identidad de “converso” y afines. La dificultad de situar a los Acosta estriba, además de un problema documental, en que ellos se niegan a ser elementos pasivos, a ser carimbados como si la condición de ser conversos, marranos o cristianos

---

<sup>491</sup> Si para Carlo Ginzburg, al tratar de la historia de Menocchio, así “como la lengua, la cultura ofrece al individuo un horizonte de posibilidades latentes, una jaula flexible e invisible para ejercer dentro de ella la propia libertad condicionada” (Ginzburg, 1999, p. 10), quisiera adicionar también que también el historiador en el oficio y tiempo de su profesión, establece para “nuestra historia” su propia jaula, inscribe a nuestros personajes, en este caso a la familia Acosta, dentro de ciertos marcos y fronteras. Es decir, construimos su propia identidad.

nuevos, los pudiese definir por entero. En ese sentido, la pasión con la que viven su religiosidad cristiana, la libertad con que renuncian al siglo o a lo mundano, para recogerse en una vida al servicio religioso cristiano, nos permite percibir el esfuerzo de construir una imagen o una identidad que no es estática, sino fluida. Es decir, son ellos mismos que en un determinado momento optaron, escogieron, construyeron su propia identidad. Y esta fue construida en torno de la Compañía de Jesús.

La cuestión de que si los Acosta eran de linaje nuevo o no, a mí parecer, continua abierta a espera de nuevos documentos. Sólo que a través de las pistas que intenté seguir, surgió una serie de informaciones que me permitieron tener un panorama mayor sobre el cual visualizar diversos aspectos de la vida y las relaciones que se entretrejan en los trayectos de los Acosta. Aquello que surgió ante mis ojos es la muestra de una trayectoria que está relacionada a hombres que viven una identidad en el día a día, que están sujetos a ciertas convenciones y determinaciones, pero que a la vez obtienen ciertos espacios de maniobra. La propia asunción de convertirse en miembros de la Compañía, dejando de lado la vida mundana, nos indica como José o todos los Acosta tuvieron que realizar un ejercicio de elección, se vieron envueltos en un drama personal al tener que escoger entre la vida religiosa o seguir los negocios. Lógico que no existen pruebas o documentos históricos que delaten ese sufrimiento, pero el brillo de las palabras de un retoño como era José de Acosta al escribirle a Ignacio de Loyola o la renuncia de Antonio de Acosta de vivir sus últimos años con su esposa Ana para poder entrar en la Compañía nos dice mucho de la vida espiritual, de la satisfacción y de la felicidad personal que encontraron en torno de la Compañía.

## Referencias

AL-HUSSEIN, Falah Hassan Abed. Los cambios y el mercado del dinero medinense. En: LORENZO, Eufemio (coord.). *Historia de Medina del Campo y su tierra*. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo, volumen 2, 1986.

AL-HUSSEIN, Falah Hassan Abed. Las compañías o asociaciones de mercaderes. En: LORENZO, Eufemio (coord.). Volumen 2, 1986.

ASTRAIN, Antonio. *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, tomo 1, 1912.

ASTRAIN, Antonio. *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, tomo 3, 1909.

BARTH, Fredrik (comp.). *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México: FCE, 1976.

BATAILLON, Marcel. *Los jesuitas en la España del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014. Edición Kindle.

BORJA MEDINA, Francisco. *Iñigo de Loyola y los mercaderes castellanos del norte de Europa. La financiación de sus estudios en la Universidad de Paris*. En: *Hispania Sacra*, vol. 51, n° 103 (1999).

BURGALETA, Claudio M. *José de Acosta, S.J. (1540 -1600) His Life and Thought*. Chicago: Loyola Press, 1999.

EPISTOLAE MIXTA (EpMx). Madrid: Augustinus Avrial, tomo III, 1900.

EPISTOLAE MIXTA (EpMx). Madrid: Excudebat Fortanet, tomo V, 1901.

GINZBURG, Carlo. *El queso y los gusanos*. Barcelona: Muchnik ed., 1999.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. Em: Janaina AMADO e Marieta de Moraes FERREIRA (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LITTERAE QUADRIMESTRES (LitQua). Madrid: Augustinus Avrial, tomo II, 1895.

LITTERAE QUADRIMESTRES (LitQua). Madrid: Augustinus Avrial, tomo III, 1896.

LOPETEGUI, León. *El padre José de Acosta S.J. y las misiones*. Madrid: CSIC, 1942.

LUTZ, Heinrich: *Reforma y Contrarreforma*. Madrid: Alianza Ed., 1992.

MARTINEZ MILLAN, José. *El confesionalismo de Felipe II y la Inquisición*. Trocadero, n° 6-7, 1994-1995.

MARYKS, Robert A. *The Jesuit Order as a Synagogue of Jews. Jesuits of Jewish Ancestry and Purity-of-Blood Laws in the Early Society of Jesus*. Leiden: Brill, 2010.

MONUMENTA BORGIA (MonBor.). Madrid: G. Lopez del Horno, tomo III, 1908.

MONUMENTA BORGIA (MonBor.). Madrid: G. Lopez del Horno, tomo V, 1911.

MONUMENTA IGNATIANA (MonIgn.). Madrid: G. Lopez del Horno, tomo V, 1907.

MONUMENTA IGNATIANA (MonIgn.). Madrid: G. Lopez del Horno, tomo XI, 1911.

NADAL, Jerónimo. *Epistolae*. Madrid: Typis Augustini Avrial, tomo 1, 1898.

NADAL, Jerónimo. *Epistolae*. Madrid: Typis Augustini Avrial, tomo 2, 1899.

OLLE, Manel. *La invención de China / The invention of China: Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000.

PINTA LLORENTE, Miguel de la. *Actividades diplomáticas del P. José de Acosta. En torno a una política y a un sentimiento religioso*. Madrid: CSIC, 1952.

RUIZ ASECIO, José Manuel. Medina del Campo en la Alta Edad Media (siglos VIII-XIII). En: LORENZO, Eufemio (coord.). *Historia de Medina del Campo y su tierra*. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo, volumen 1, 1986.

VALDEON BARUQUE, Julio. Medina del Campo en los siglos XIV y XV. En: LORENZO, Eufemio (coord.). *Historia de Medina del Campo y su tierra*. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo, volumen 1, 1986.

VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo. Los repartimientos del «servicio y medio servicio» de los judíos de Castilla de 1484,1485,1490 y 1491. En: *Sefarad* 62 (2002).

# Polícia e Direito

## **Corpo de Tropa da Província do Piauí: organização, engajamento e fuga da polícia 1852 a 1873**

Marcelo Cardoso\*

### **Introdução**

O artigo tem objetivo de analisar o Corpo de Polícia da Província do Piauí entre 1852 e 1873 quando, no primeiro momento, é criado o regulamento próprio para organizar a economia e disciplina antes feita com base no Exército. A nova lei vigorou com algumas alterações, até em 1873, quando surge a necessidade de reformá-la. Dentre as mudanças estavam a forma de engajamento e como vinha sendo aplicada a correção da disciplina dos militares. Nesse sentido é importante entender, até que ponto a necessidade de efetivo e de manter a disciplina impôs mudanças no regulamento da instituição no Piauí? A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise das fontes que versam sobre a Polícia e os militares desta força na província. Dessa documentação destacam-se os regulamentos dos anos de 1853 e 1873, ofícios de comandantes e fichas do livro mestre que trazem dados sobre os homens engajados, fugitivos e recapturados, julgados e punidos na Província. Esse estudo visa investigar, a partir da trajetória individual de policiais, as mudanças na organização da instituição.

A historiografia da Polícia no Piauí é pouco desenvolvida, no entanto há um conjunto de obras produzidas pela própria instituição em datas comemorativas. Esses trabalhos pouco fazem referência, senão em leis da época, acerca do aparato policial e os policiais no século XIX. Os trabalhos desenvolvidos pela instituição ou sob sua coordenação buscam identificar sua origem, quase sempre remetendo as milícias, um esforço de buscar representar um passado heroico que é repetido na letra do hino da Polícia Militar estadual<sup>492</sup>. Isso faz da Polícia Militar do Piauí, pretensa sucessora do

---

\* Marcelo Cardoso Graduado em história pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e atualmente cursa Pós-Graduação em nível de Doutorado em história na Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM-SM, RS). E-mail: macaseixa@hotmail.com.

<sup>492</sup> A letra da música do Hino da Polícia Militar do Piauí foi escolhida em um concurso realizado no Comando do Coronel Canuto Tupy Caldas que venceu o texto escrito por José Gamaliel Teixeira

Corpo de Polícia Provincial, ter uma história confusa e ignorada pela historiografia piauiense.

Até 1950 é uma característica comum na historiografia sobre as instituições policiais no Brasil conforme diz Silva (2003, p.37) buscar a origem da instituição antes dos corpos policiais das províncias surgidos no século XIX. Essa era a forma mais empregada para narrar o progresso da instituição policial. Um exemplo no Piauí é a obra de Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro publicada em 1975 com título “Soldados de Tiradentes: História da Polícia Militar do Piauí” em que a origem da Polícia Militar está atrelada as milícias empregadas nas lutas, em prol da independência, contra as forças do Exército português.

Décadas após 1950 desenvolve-se Silva (2003, p.37) uma tendência de estudos acerca das instituições e práticas policiais no Brasil após a independência. Esse trabalho tem a pretensão de seguir a linha dos estudos sobre a história da polícia que tem tido dimensão no eixo sul-sudeste do país. Nesse sentido busca-se narrar a história social dos militares do Corpo de Polícia do Piauí a partir da análise de documentos da instituição produzidas tanto pelos comandantes quanto pelos policiais à época.

Os livros da corporação, ofícios dos comandantes, relatórios e mensagens de presidente da província registram a vida administrativa da instituição a partir das ocorrências e pedidos dos militares bem como outras informações. Esse material compõe parte das fontes para análise da instituição e dos militares do Corpo Policial no Piauí no século XIX que estão disponíveis no Arquivo Público Estadual do Piauí (APEPI) e acervos particulares cedidos para pesquisa realizada a nível de mestrado por Cardoso (2018) intitulado “*Juro defender a constituição política do Império e obedecer a meus superiores[...]*”: *Corpo de tropa de polícia da Província do Piauí 1835-1865*<sup>493</sup>.

A documentação do Corpo de Polícia do Piauí mostra ainda os destacamentos, fuga, punições e expulsão dos policiais. Esses indícios permitem reconstruir, quando analisados em conjunto, a história social da instituição revelando seu funcionamento e a efetividade ou não dos regulamentos. Há um conjunto de possibilidade de análise das

---

Noronha trazendo em suas estrofes alusão a “vitória” da Polícia Militar na Batalha do Jenipapo. Em seu coro diz “avante, ó Polícia Militar, Exemplo de um povo varonil, Que fez em Jenipapo ecoar, O Piauí na Independência do Brasil” (PINHEIRO FILHO; CELSO PINHEIRO, 1975, p.125).

<sup>493</sup> Pesquisa concluída em 2018 na Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito para obtenção do grau de mestre. O trabalho tratou da criação e organização do Corpo de Polícia do Piauí até o momento que é mobilizado para a Campanha da Guerra no Paraguai. A análise deu ênfase as mudanças na legislação da instituição e a forma como eram vivenciadas pelos policiais, comandantes e comandados.

fontes que permitem não só entender o funcionamento da instituição, mas traçar um perfil dos homens que dela faziam parte. Esse trabalho analisou o período entre 1852 e 1873 que é marcado pela promulgação respectivamente do primeiro e segundo regulamento do Corpo de Polícia do Piauí.

Quando foi criado, em junho de 1835, o Corpo de Polícia da província do Piauí era regido pela lei nº 13 que segundo Araújo (2015) tinha base no regulamento do Exército. Em 1852 é promulgado o novo regulamento, próprio da instituição, mudando na lei a forma de engajamento e disciplina que passam a ser exclusivamente pelo voluntariado e sem a punição feita por castigos corporais com “Espadas de plancha”. As dificuldades para efetiva-lo, na prática, teriam provocado outras alterações que culminam na promulgação do regulamento de 1873. Essas mudanças revelam uma indecisão quanto a forma que devia ter a força policial, sendo importante analisar as transformações ocorridas e as razões que justificam no período.

Em 1861 o julgado de três praças em Teresina, capital da província do Piauí, dá indícios das contradições que impulsionavam as alterações na legislação do Corpo de Polícia e revela o drama que compõe a trama da vida militar na instituição. As várias folhas onde está registrado o “crime” dos militares, o julgamento e a sentença que coube a cada um dos envolvidos contam mais que a história da disciplina e a origem social antes do engajamento destes homens na polícia, informa também como a instituição organizou-se para recebê-los e suas reações. Esse processo e as demais fontes citadas auxiliará o percurso traçado em busca da reconstrução da história do Corpo de Polícia do Piauí.

### **Corpo de tropa de polícia**

No Brasil, o momento de instabilidade política vivido antes da abdicação de D. Pedro I agrava-se como afirma José Murilo de Carvalho (2012) a partir 1831 quando a administração Imperial passa a ser feita por regentes. Nesse contexto são tomadas algumas medidas, buscando manter a ordem, como extinguir a Guarda Real de Polícia, criar a Guarda Nacional, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes na corte e autorizar a formação de Corpos de Guardas Municipais Permanentes nas províncias do império.

A reorganização e administração da justiça impulsiona a formação de uma força policial nas províncias, pois é quando na ótica de Vellasco (2004) entra em vigor o



código criminal e de processo criminal. A força policial era necessária ainda porque existia uma demanda provocada por conta da ameaça à ordem. No contexto do Piauí é criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes que em 1835 segundo Pinheiro Filho e Pinheiro (1975) na presidência de Manoel de Sousa Martins pela Resolução Provincial nº 13 (1835) foi substituído pelo Corpo de Tropa Polícia com efetivo inicial fixado em 309 homens.

O efetivo do Corpo de Polícia do Piauí era definido anualmente mediante aprovação da Assembleia Provincial no ano anterior. Em 1860 o presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque que havia sucedido Antonio Corrêa Couto na presidência da província afirma à Assembleia Provincial conforme Relatório (1860) que o efetivo do Corpo de Polícia estava fixado em 179 praças, porém incompleto com 127 homens. O presidente atribuía o desinteresse pelo engajamento ao baixo soldo que os Praças recebiam que contribuía para não ter voluntários suficiente e piorando a situação muitos soldados que tinham cumprido o tempo de serviço obrigatório não eram substituídos. No mesmo relatório reclama da disciplina dos policiais afirmando que “Não será satisfatório o seu estado disciplina em quanto estiver subdividido em pequenos destacamentos” (RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1860, p. 5). Essas reclamações são posteriores a publicação do regulamento de 1852 implementas para resolvê-las.

O processo verbal mandado instaurar em 17 de janeiro de 1859, na secretaria do Corpo de Polícia do Piauí, exemplifica a aplicação do Regulamento de 1852 e do seu ritual previsto em lei. Na Cópia do processo que informa a sua instauração está registrada a presença do Comandante do Corpo Policial, Major Antonio Joaquim de Lima Almeida, como o presidente do conselho para julgamento de praças, os autos do processo verbal escrito pelo Alferes Augusto de Atayde que compunha como auditor esta descrito os motivos originais da formação do conselho para julgamento das praças como segue abaixo:

[...] o processo verbal de primeira instância, pelo qual escrita, que os soldados Clarindo Joaquim da Silveira, Francisco Vieira de Barros e Vicente Pereira do Nascimento do referido corpo, se evadiram do calabouço do Quartel respectivo, onde se achavão presos, as sete e meia horas da tarde do dia vinte e três de agosto do ano próximo passado, pelo que o dito senhor comandante, ordena a formação deste conselho de segunda instancia, do qual esse presidente fazer este auto escrito por mim Alferes servindo de Auditor, para por ele seguirem os mais termos, até sentença final: e eu Ernesto Augusto de Atlayde

Alferes servindo de Auditor e escrevi e assinei. (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA, 1861)

Antonio de Sousa Brito Gayoso é o presidente da província do Piauí em 1861 a quem o Corpo de Polícia estava subordinado e havia nomeado seu comandante o Major Antonio Joaquim de Lima Almeida. Em 1852 a capital da província havia sido transferida de Oeiras para a Vila do Poty, as mudanças ocorriam também no Corpo Policial que teve aprovado seu primeiro regulamento no mesmo ano e mudava a forma como era feito julgamento das praças. A lei de criação do Corpo de Tropa de Polícia não previa instauração de conselho para verificar a formação da culpa dos militares antes de aplicar a punição. No regulamento de 1852 estava previsto a formação do conselho para julgamento das praças em primeira instância e ao término o comandante requisitaria ordem do presidente para nomeação de conselho de 2ª instância.

Sobre os aspectos organizacionais e hierárquicos Pinheiro Filho e Pinheiro (1975) o Corpo de Polícia estava subordinado ao presidente da província que escolhia o comandante e nomeia os oficiais dentre homens de sua confiança. As Praças eram “assentadas” pelo Comandante do Corpo Policial com o consentimento do presidente. Quando foi criado estava organizado em um Estado Maior e duas companhias com efetivo previsto de 309 praças que não ficou completo. Ao longo dos anos o efeito foi diminuindo em vez de aumentar. O presidente da Província na Mensagem (1861) informa que em razão da crise financeira em 1860 a Assembleia Provincial aprovou a redução do efetivo da polícia de 179 a uma companhia de 60 praças. No período de estudo o efetivo do Corpo de Polícia sofria variações que levam a ter um dos menores efetivos.

Nos ofícios dos Comandantes de destacamentos ao comandante do Corpo de Polícia constam vários pedidos de pagamento das diárias (Pret) em atraso das praças destacados. Uma das alegações era a dificuldade que os cofres da província do Piauí enfrentavam no pagamento dos militares. Isso tornava difícil a condição de sobrevivência daqueles homens e dos que deles viessem a depender já que o valor era reduzido. Esses fatores vinham dificultar o voluntariado de homens afirmando o presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque “a insuficiência do soldo respectivo não estimula o serviço voluntário, ao passo que é notável o número de indivíduos que o pedem no meio batalhão” (RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1860, p. 5).

O ofício nº 20 endereçado ao comandante do destacamento do Corpo Policial na vila de Jaicós, datado de 26 de março de 1860, mostra a dificuldade encontrada no pagamento dos militares como pode ser verificado abaixo:

Ilustríssimo Senhor- Respondendo officio de Vossa Senhoria de vinte e seis de março findo, tenho a dizer-lhe que o collecter desta Villa até hoje ainda não teve ordem para pagar o destacamento aqui existente, por isso os soldados vão sentindo privação do que lhes é preciso, e não convido que continuem desta forma, peço a V. Sr<sup>a</sup> que dê suas providencias a respeito - logo que aparecer a ordem de que tracta vossa senhoria empregarei meos esforços para que os soldados sejam pagos regularmente conforme vossa senhoria deseja (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA. 1860).

A resposta do Alferes secretário do Corpo Policial, José Ricardo da Silva, ao comandante do destacamento da vila de Jaicós não era nada animadora para as praças ali destacados. Elas passavam privações e ainda não havia ordem do coletor autorizando ao comandante paga-las. Não resta dúvidas que está era uma das razões do desinteresse dos homens de voluntariar-se ao serviço militar no Corpo de Polícia que não lhes garantia suprir as necessidades.

A análise da historiografia que trata da história da polícia em outras regiões do império leva a constatar que os problemas enfrentados pelos policiais da província do Piauí são em suas generalidades compartilhadas por outras forças policíacas. No século XIX afirma Holloway (1997), referindo-se à polícia do Rio de Janeiro, que era comum os baixos vencimentos dos policiais, elevado risco no serviço e a antipatia da população. Nesse estudo além dos problemas citados identificou os relacionados a insuficiência de contingente que geravam o inconveniente de depender dos guardas nacionais para o policiamento. Existia um desinteresse em servir no corpo de permanentes e uma preferência pela Guarda Nacional que apesar de não remunerada estava isenta da obrigação de tratar com um público desrespeitoso, correr risco de ferimentos em confronto com elementos perigosos e ser convocado para lidar com todo tipo de problema.

No Corpo de Polícia do Piauí havia insuficiência de efetivo para cobrir toda a província e uma variedade de tarefas que tornava comum, como em outras regiões do Império, o emprego de destacamentos da força de linha do Exército e Guarda Nacional. Essa obrigação dos guardas nacionais no policiamento iria ser interrompida conforme Uricochea (1978, p.137) em 1874 quando houve uma lei de reforma da Guarda

Nacional proibindo seu emprego no policiamento e restringindo-o à casos extraordinários como guerra externa ou rebelião doméstica. É verdade que bem antes existia uma orientação do governo imperial para que não fosse empregado a força de linha e guardas nacionais no policiamento como segue:

Não devemos, pois contar com auxílio do exército para o serviço de guarnição. Por outro lado, também não se deve fazê-lo pesar indefinidamente sobre guarda nacional sob pena de prejudicar-se, cada vez mais, a pequena lavoura, a cuja classe quase toda ella pertence. Em summa, o governo imperial, de um momento para outro, como já tem practicado em época anteriores e há pretendido ultimamente, pode mandar que não corram mais por conta dos cofres geraes as despesas com destacamentos de guarda nacional. (RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1866, p. 15)

Após 1874 Pinheiro Filho e Pinheiro (1975) afirma que a Guarda Nacional só podia ser convocada pelos presidentes de província em casos extraordinários como revoluções e motins. Isso teve como consequência o aumento do efetivo da polícia. Nesse momento o governo Imperial comprometeu-se a auxiliar as províncias com recursos para pagar os corpos policiais como afirma Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro:

[...]autorizou, também, que toda a renda oriunda da concessão de patentes da Guarda Nacional fosse empregada com as polícias. Somente em 1876 foi dada à província do Piauí, pelo governo Imperial, [...] 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis) Depois, nada mais. (PINHEIRO FILHO; PINHEIRO, 1975, p.37)

A sobrecarga de tarefas no Corpo de Tropa de Polícia na Província do Piauí como verificado não foi suprida pelos investimentos prometidos, sendo constante as queixas dos presidentes a Assembleia Provincial. Nos últimos anos do recorte a prática do recrutamento forçado como solução para aumentar o efetivo havia sido condenada e apostava-se em mudanças no engajamento e na disciplina como a proibição dos castigos físicos e ofertar vantagens aos voluntários para atrair homens ao serviço militar na polícia. Quando observada a documentação percebe-se que as medidas não se efetivaram ao passo da lei já que na prática continuavam os casos de deserção, desacatos aos comandantes e punições físicas. Esses casos serão tratados em seguida e revelam o contraste entre o antigo paradigma e o novo padrão de polícia e policias que irá se constituir com as mudanças na instituição.

### **Do assentamento à fuga da polícia**

Nos outros países, mesmo quando as polícias começam a se organizar, os recrutamentos se efetuam sob proteção ou por recomendação. Por vezes, as autoridades se preocupam com a qualificação dos policiais, mas essa preocupação só diz respeito aos responsáveis, não aos executantes. (MONET, 2006, p.63)

O termo “soldado” durante boa parte do período colonial conforme Peter M. Beatte (2004) em “A sodomia e os praças nas forças armadas brasileiras” serviu para significar um degredado do sexo masculino e solteiro. Nesse estudo esclarece que os homens casados gozavam de dispensa do serviço militar e era comum o uso de degredados para preencher os regimentos coloniais. Aqueles que não tinham títulos na sociedade brasileira pós-independência afirma Beatte (2004) identificavam-se como casados. Nesse contexto tornavam-se alvos dos recrutadores de homens para as forças armadas os que fossem punidos ou faltassem as responsabilidades patriarcais e os que tem envolvimento em distúrbios com outros homens.

Complementando a identificação dos “aspirantes à praça” agora não mais no Exército e sim nos Corpos de Permanentes das províncias, em São Paulo, no final do império, Rosemberg (2008, p. 92) indica que os integrantes desta força tinham como características serem homens, pobres, mas na condição de livres. Nesse estudo destaca que a masculinidade era um fator que estava ligado a ocupação policial no século XIX e por tanto excluía as mulheres. A função policial carrega a marca do sexo masculino: a virilidade, o ideal corporal, o sentido de coesão. Esses são segundo André Rosemberg a marca dos candidatos e complementa que:

Além de homem, o voluntário tinha que gozar de liberdade formal. A ideologia que conformava a força policial paulista era compatível com os princípios que identificavam a inclusão e a inclusão institucional – polícia e forças armadas – na Europa do final do século XIX como um fundamento do exercício de cidadania. Os escravos, *pour cause*, não eram aceitos na corporação, se bem que alguns, como veremos, tentaram burlar a proibição e assentaram praças mesmo assim, permanecendo engajados até que se flagrasse sua real situação (ROSEMBERG,2008, p.92).

A pobreza era outra característica comum que identificava Rosemberg (2008) os pretendentes a praças do Corpo Policial Permanente da Província de São Paulo. Essa marca era compartilhada independentemente de qual origem tivessem ou a qual etnia pertencessem. Na província de São Paulo Rosemberg (2008) afirma que eram

recrutados dentre aqueles homens mais pobres que não declarassem dominar quaisquer ofícios especializados como segue.

No universo total dos indivíduos engajados são incomuns os alfaiates, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, pintores que decidem se tornar permanentes e, assim, tornam-se obrigados por lei regulamentar a dedicarem-se exclusivamente ao serviço policial (eram proibidos os trabalhadores sob contrato de prestação de serviços assentarem praça na força pública) (ROSEMBERG,2008, p.95).

O contexto do Corpo Policial de Permanentes da província de São Paulo apontado por André Rosenberg para o final do império provavelmente não está distante da realidade enfrenta pelo Corpo de Polícia do Piauí. No entanto, até 1864 era comum a prática dos castigos físicos e somente a partir de 1866 com a reorganização do Corpo de Polícia é possível identificar com mais nitidez as características elencadas por Rosenberg aos candidatos voluntários a praça no livro mestres<sup>494</sup> ou ficha de assentamento da instituição no Piauí. Um estudo anterior da instituição iria revelar um perfil mais grave dos candidatos à praças como sendo formada por homens recrutados a força dentre vadios e desordeiros.

Há que ser ressaltado além das características anteriores a condição de livre para os candidatos ao Corpo de Polícia no Piauí. Os registros de assentamento dos homens que engajavam no Piauí indicam que maioria era composto por homens solteiros e livres, exceto quando escravos conseguiam engajar de forma ilegal como também é verificado por Rosenberg no Corpo de permanentes da província de São Paulo.

Os registros nas fichas de livro mestre contendo dados dos engajados e os ofícios que dão conta de suas transgressões revelam que o destino dos recrutados era as vilas e cidades distantes da origem do recrutamento que terminava por obriga-los a deixar a família e partir em destacamentos para lugares desconhecidos. Esses homens livres, condição que a habilitava a praças, quando engajados perdiam a liberdade já estavam obrigados ao serviço militar por determinado tempo. Na fuga eram tidos como desertores e perseguidos para ser recapturados e punidos conforme regulamento do Corpo de polícia. A visão dos que eram recrutados a força para o serviço militar poderia diferir dos que vinham engajar-se de forma voluntária. Assim como podia, diante da rigidez dos regulamentos, virem arrepender-se do engajamento. A liberdade necessária para engajamento no Corpo de Polícia vinha extirpar-se na instituição.

---

<sup>494</sup> Livro composto de fichas específicas com dados pessoais de homens engajados no Corpo de Polícia.

O Corpo de Polícia na província do Piauí empregou dois modelos para preenchimento das vagas existentes para oficiais e praças. Os primeiros eram nomeados dentre os homens de confiança do presidente da província. No caso das praças era feito pelo engajamento que devia ser pelo voluntariado, mas também foi empregado, por não haver homens voluntários suficientes, o recrutamento a força. Nesse texto as situações são tratadas tomando casos de homens que foram engajados como praças pelos dois modelos e as medidas empregadas pelos descontos para livrar-se do serviço militar.

O ofício nº 16, Arquivo Público do Piauí, Caixa do Corpo de Polícia, informa em 10 do mês de janeiro de 1860 que o Major Antonio Joaquim de Lima e Almeida respondendo pelo comando do Corpo de Polícia pedia ao presidente da província, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, para assentar o voluntário Raimundo José de Santana como praça que já devia ter sido considerado apto em inspeção de saúde já que era a condição exigida do voluntário para o serviço na referida instituição. O voluntário Raimundo havia manifestado a vontade de fazer parte do Corpo de Polícia da província, contudo estes casos não eram suficiente para preencher as vagas disponíveis sendo necessário, apesar de proibido, os recrutados pela força.

A preocupação em registrar os dados das praças no ato do engajamento não só por meio do nome, mas número e demais características físicas compõem o que Ginzburg (1989) traça como uma preocupação comum nas sociedades que registram principalmente por meio do nome, porém afirma “quanto mais a sociedade é complexa tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identificação de um indivíduo” (GINZBURG, 1989, p.172). Nesse trabalho Ginzburg (1989) faz uma análise dos pequenos indícios que permitem levar até uma dada realidade ou coisa, porém a preocupação da instituição em identificar seus homens por meio do registro em livro próprio seria a garantia de recaptura-los nos casos de fuga do Corpo de Polícia. Assim é comum a documentação da polícia trazer os indícios que individualizam suas praças.

Nos autos do corpo de delito presente no Arquivo Público do Piauí, Caixa do Corpo de Polícia, consta as informações de um fugitivo. Retiradas do livro Mestre que informam o nome do pai, Francisco Joaquim da Silva, forma de engajamento tendo sido recrutado para o Corpo de Polícia e a referida data, 8 de outubro do ano de 1855. Nessa época comandava o Corpo de Polícia o major reformado da Guarda Nacional, Antonio Joaquim de Lima e Almeida. Esse homem é Clarindo Joaquim Vieira, soldado, tinha na

época do recrutamento a idade de 18 anos. Os demais dados que individualiza Clarindo são altura de quatro pés e dez e meia polegada, cabelos ruivos, olhos azuis. Natural da vila da União, província do Piauí. Quando assentou praça recrutado não tinha ofício, seu estado civil era solteiro. Clarindo assim como os demais militares do Corpo de Polícia eram identificados por um número.

Nos autos do corpo de delito contidos na Caixa do Corpo de Polícia (APEPI) consta ainda informações de Francisco Vieira de Barros de “pai outro” e identificado pelo número cento e setenta, recrutado em 25 de maio de 1860. Ele tinha a idade 19 anos, altura “secessenta e huma polegadas”, cabelos castanhos, olhos castanhos. Francisco não tinha ofício antes do recrutamento, era solteiro e natural da vila de Príncipe Imperial na província do Piauí. O soldado número 170 pertencia a 1ª Companhia do Corpo de Polícia do Piauí.

Clarindo Joaquim da Silva, Francisco Vieira de Barros, Vicente Ferreira do Nascimento e Raimundo José de Santana são homens que haviam engajado no Corpo Policial nos anos de 1855, o primeiro, e os demais em 1860, além de jovens tinham em comum o estado civil e o fato de não possuírem uma profissão. O último difere dos demais por ter sido seu assentamento no Corpo de Polícia como voluntário. Os primeiros guardam em comum a forma de engajamento feita pelo recrutamento.

O soldado Clarindo Joaquim da Silveira logo que foi recrutado destacou-se para a vila de Campo Maior. Desse local desertou a quinze de maio de 1856, tendo sido cinco dias depois capturado na vila onde foi recrutado inicialmente. A deserção custou a Clarindo sua primeira prisão do dia 13 de outubro até o dia trinta do mesmo mês e ano. Após cumprir sua punição foi novamente destacado para outra vila, Batalha, no dia trinta e um de julho de 1857. Nessa vila o delegado de Batalha denunciou Clarindo, dando parte, ao presidente da província. Isso fez com que fosse transferido para o destacamento de Barras para sofrer o castigo corporal de 50 *cincoenta planchadas*<sup>495</sup>. Esse castigo era pelos desacatos e indisciplina praticados no destacamento da vila de Batalha. Depois de ter cumprindo a punição corporal na vila de barras recolheu-se de lá no dia 15 de maio de 1859 quando “marchou em diligencia a São Gonçalo” no dia 17 de maio de 1859 e recolheu-se da mesma a onze de junho do mesmo ano.

---

<sup>495</sup> Castigo corporal previsto nos artigos de guerra do General de Lippe. No corpo de polícia do Piauí foi usado para punir e corrigir a indisciplina dos militares até a substituição pela perda de parte dos vencimentos. O castigo era aplicado com instrumento apropriada para tal e denominadas espada de prancha.



A documentação existente no Arquivo Público do Piauí, Caixa do Corpo de Polícia, informa que Clarindo em seus 4 anos no Corpo de Polícia havia sido destacado para vários lugares distantes de onde nasceu, havia sido preso e sido punido corporalmente. O soldado já contava a idade de 22 anos e fazia sua primeira baixa para hospital no dia 27 do mês de junho de 1859 onde passou mais de 5 dias, quando teve alta. Em 15 de julho do mesmo ano fez nova baixa para o hospital, tendo alta no dia vinte e três do mesmo mês e ano. Depois de curado consta ainda nos seus registros que ausentou-se sem licença “a treze”, e completou a deserção 25 de agosto de 1859. Dessa deserção foi capturado na província do Maranhão, cidade de Caxias como pode ser conferido abaixo:

Veio reconduzido da deserção da cidade de Caxias a vinte e quatro de Outubro, sendo ali capturado a dezenove de setembro tudo de mil oitocentos e cinquenta e nove. Ficando preso para conselho, e por ordem do dia do Corpo de vinte e quatro de novembro de mil oitocentos e cinquenta e nove, sob numero quarenta e cinco, foi posto em liberdade por ter sido compreendido no indulto do decreto imperial de vinte de setembro de mil oitocentos e cinquenta e nove. Destacou para Oeiras a vinte e hum de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove, e passou deste para Jaicós ao primeiro de Janeiro de Mil oitocentos e sessenta. (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA, 1859)

O soldado Clarindo Joaquim Vieira após ter sido novamente destacamento para a Vila de Jaicós ausentou-se em 8 de abril e apresentou-se no destacamento de Oeiras a 12 de maio, tendo sido recolhido a 5 de julho de mil oitocentos e sessenta. Foi preso para conselho, porém evadiu-se do calabouço na noite de 20 e apresentou-se ao corpo a 27 de agosto de 1860.

Francisco Vieira de Barros que havia sido recrutado no ano de 1860 deu baixa para hospital a 23 de junho e alta no dia seguinte. Nesse ano, em 23 de julho, foi preso para responder a conselho peremptório. A história do soldado Francisco recém recrutado iria encontrar-se com a de outros dois soldados presos no calabouço e nas páginas do processo a que iriam responder por fuga na noite de vinte, onde estavam presos. O fato de terem apresentado a 27 de agosto de mil oitocentos e sessenta poderia mudar seu destino. O soldado Francisco apesar do pouco tempo no Corpo de Polícia, contando uma prisão no mesmo ano que foi recrutado, não parece ser menos sofrida que a de Clarindo e outros homens que foram recrutados de forma involuntária, autorizado pelo presidente da província do Piauí.

### **Disciplina e julgamento de praças**

Assim como em outras forças militares como, por exemplo, a Armada Imperial “na disciplina e no recrutamento eram concebidos pelos agentes recrutadores como modalidades do Antigo Regime” (SERRALHEIRO, 2017, p.24), desta forma os indícios deixados nas páginas do conselho formado para julgamento dos soldados e apuração da culpa acerca da fuga do calabouço vão servir de guia no percurso que leva a identificar as mudanças na instituição policial. Pinheiro Filho e Pinheiro (1975) afirma que enquanto não teve um regulamento próprio a disciplina no Corpo de Polícia do Piauí fica sendo feita conforme o regulamento que existia no Exército.

Quando em 1852 é promulgado o Regulamento da Presidência, Arquivo Público do Piauí, Caixa de Decretos, são dadas as providências acerca da economia e disciplina do Corpo de Polícia provincial que tem entre outras demandas o fim do recrutamento forçado e excluía o Castigo Corporal. Essa medida na disciplina dos policiais retorna em 1859 sob alegação do presidente do Piauí à Assembleia Provincial que diz “...reconheceu-se que a disciplina ia á perder-se sem esse correctivo. E de feito assim havia de acontecer em um corpo formado quase pelo recrutamento” (RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1858, p. 8). Em 1864 a punição corporal “foi substituída pela perda da terça parte do vencimento diário” (PINHEIRO FILHO; PINHEIRO, 1975, p. 26) e ainda poderia serem aplicadas outras penalidades.

As praças do Corpo de Polícia estavam sujeitas a serem punidas, dentre outros motivos, pela fuga de presos que tinham a obrigação de guardar. Esse foi o motivo da prisão de um Furriel do Corpo de Polícia que fazia a guarda do quartel no dia da fuga dos soldados presos no calabouço. Os soldados que fugiram do calabouço e o Furriel responsável pela segurança do quartel estavam presos na prisão civil da cidade de Teresina para julgamento do conselho formado para apuração da culpa e, não haviam sido punidos corporalmente, aguardavam a sentença final. Uma cópia de ofício encontrado no Arquivo Público do Piauí nos informa o julgamento do Comandante do Corpo Policial que diz:

[...] Guardavam o quartel na falta de mais praça para ter efetivamente uma guarda – o Furriel Florencio Beraldo Caldeira, um soldado e o Corneta, e estes eram bastante para obstar a fuga dos presos em quanto reunidas as ordenanças organizavam a guarda para a noite, como tenho feito anteriormente, se o primeiro tivesse o cuidado e cautela que devia ter como lhe tenho ordenado, pelo que julgando-o culpado na fuga dos presos filo prender aguardando para o

procedimento anterior as respeitáveis ordens de V. Ex.<sup>a</sup>. (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA, 1860)

No trecho acima, cópia do ofício 352, escrito por Jeremias de Lima e Almeida, sargento quartel mestre que servia de secretário no Corpo de Polícia, nota-se que apesar de admitir a defasagem no efetivo da instituição e na Guarda do Quartel o comandante considerava o Furriel culpado pela fuga dos presos do calabouço alegando falta de “cuidado e cautela que devia ter como lhe tinha ordenado”. Assim consta na ordem que “cabe-me dizer-lhe que proceda com toda a energia contra os que forem achados em culpa por semelhante fuga”. Essa energia foi entendida como sendo a prisão até a decisão final do presidente da província. A informação da fuga pelo chefe de polícia fez o comandante designar oficiais para capturar os fugitivos, porém sem êxito. Esse é um exemplo de punição de militares por conta da fuga de presos. Nesse caso os fugitivos eram outros militares, mas o mesmo era aplicado a presos civis como será verificado.

Outro caso que coube a instauração de conselho de formação de culpa ocorreu em 1861 quando o presidente da província mandou instaurar um conselho de 2<sup>a</sup> instância para proceder contra o soldado da 2<sup>a</sup> companhia do Corpo Policial do Piauí, José Gregório Pereira pela fuga do criminoso José Justino Ribeiro que havia sido condenado a sete anos de prisão. O preso cumpria pena na cadeia da Vila de Campo Maior, destacamento ao qual pertencia o soldado José Gregório Pereira.

Apesar das alterações feitas pelo Regulamento de 1852 continuava a disciplina no Corpo de Polícia da Província do Piauí muito ligada aquela que era aplicada na Força de Primeira Linha do Exército. Assim no dia 21 de novembro de 1860 saiu da secretaria do Corpo de Polícia um documento direcionado ao major comandante, Antônio Joaquim de Lima e Almeida, com o termo do conselho de primeira instância que iam responder os soldados da primeira e segunda companhia. A conclusão foi escrita pelo tenente Firmo Antônio Marques como segue:

Incluso remeto a V. S<sup>a</sup> o termo do conselho de primeira instância que responderão os soldados da primeira e segunda companhia, Clarindo Joaquim da Silveira, Francisco Vieira de Barros e Vicente Pereira do Nascimento. Deos guarde a V. S<sup>a</sup> Secretaria do Corpo Policial do Piauí 21 de novembro de 1860. (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA, 1860)

O documento informava o processo aberto contra os militares que guardavam ainda um fato em comum além de pertencer a mesma companhia. Clarindo e Francisco

Vieira de Barros pertencerem a 1ª companhia, estavam presos na cadeia pública e cometeram o crime de arrombamento do calabouço do quartel onde estavam presos. O terceiro, Vicente Pereira do Nascimento, da 2ª companhia estava em fuga. Isso permanecendo poderia dá sentença diferenciada dos demais. Ao final assinou como presidente do conselho o tenente Firmo Antonio Marques, comunicando os fatos ao comandante do Corpo de Polícia.

O auto do Corpo de Delito no Arquivo Público do Piauí em Caixa do Corpo de Polícia assinado pelo comandante do Corpo Policial em 1861 a informação que além do Furriel encontravam-se presos na cadeia pública de Teresina os soldados que haviam fugido do calabouço do quartel para responder ao conselho de segunda instância. Esse conselho ia proceder o julgamento das praças pelo crime de arrombado do “Calabolço” do quartel para fuga. O conselho foi montado da seguinte maneira: interrogante, alferes Manoel Hilário da Rocha; Auditor, Alferes Ernesto Augusto de Athayde; Vognes o Sargento da Guarda Nacional, Ernesto Mendes Vieira; o sargento vago mestre do Corpo Antonio Frederico da Silva Viana. Esse conselho foi organizado em 11 de janeiro do mesmo ano.

O comandante do Corpo de Polícia informava ao presidente da província, depois da prisão do Furriel e das praças que haviam fugido do quartel, o resultado do referido processo verbal instaurado no ano de 1860 que teve a decisão final em segunda instância em 1861 como transcrito no ofício nº 20 abaixo:

Levo a consideração de V. Ex<sup>a</sup> o incluso processo verbal instaurado pela fuga dos soldados do corpo a meu comando, Clarindo Joaquim da Silveira, Francisco Vieira de Barro, e Vicente Ferreira do Nascimento do calabouço do respectivo quartel, onde estavam presos; cujo processo foi, em segunda instancia julgado improcedente como se vê da decisão do conselho, que apelou de sua mesma decisão. (APEPI. CAIXA DO CORPO DE POLÍCIA, 1861)

Acrescenta-se que o depoimento das testemunhas na Subdelegacia de Polícia do 2º Distrito, no Auto de Exame e Corpo de Delito em Arquivo Público do Piauí, Caixa do Corpo de Polícia, afirma que os réus haviam se apresentado, cinco dias após a fuga, de forma voluntária. Os réus declararam que a janela do calabouço da prisão havia sido arreventada quando armavam uma rede. Isso fez com que viessem evadir-se de forma natural como também foi seu regresso a prisão civil cinco dias depois. Nesses termos o processo foi julgado improcedente porque o “Regulamento da Presidência” número 16

de 28 de abril de 1852 nomeado de “Regulamento do Corpo de Polícia” não previa pena alguma para o caso ou “fuga” com apresentação voluntária. A decisão final coube a conselho que deu a sentença, ouvidas as testemunhas e os réus, complementando que não podia ser imposta pena alguma a preso que foge da prisão sem praticar violência contra o guarda ou carcereiro.

A decisão do conselho para as praças assemelhou-se a que o Comandante do Corpo de Polícia tomou à cerca do soldado Manoel Pinto da Silva que havia ausentado do destacamento de São Diego e apresentou-se na Vila do Senhor Bom Jesus do Gurgueia de forma voluntária. Nesse caso o comandante alegou que apesar de ter ocorrido a desobediência não havia previsão, no Regulamento do Corpo, de crime de deserção para os casos que o fugitivo viesse a apresentar-se logo em seguida. Assim também foi julgado improcedente pelo conselho de 2ª instância o crime dos soldados envolvidos na fuga da prisão do quartel e acusados da destruição de uma grade de janela do calabouço.

O crime foi julgado improcedente, porém em 31 de janeiro de 1861 no ofício nº 20 Arquivo Público do Piauí em Caixa do Corpo de Polícia o Comandante do Corpo de Polícia recomendava ao presidente da província que os três soldados viessem assentar praça no Exército. Nessa época era comum punir praças da polícia com a transferência para o Exército. Essa teria sido outra forma de puni-los, já que não havia previsão de punição legal?

### **Considerações finais**

O trabalho fez uma reflexão acerca da história da organização do Corpo de polícia, seu primeiro regulamento e verificou alguns pontos do regulamento de 1852 que apresentavam uma permanência do que existia na resolução de criação deste Corpo policial em 1835. O engajamento era feito de voluntários e na ausência destes apelava-se para o recrutamento a força. Essa prática provocou problemas na disciplina do Corpo de Polícia tais como fugas que tiveram como consequência o endureceu da disciplinar.

O julgamento das praças em conselho de formação de culpa dá indício de uma mudança no regulamento da polícia em 1852 quando foi excluído o castigo corporal e adotou-se a formação de conselho de 1ª e 2ª instância para julgar casos mais graves de indisciplina. A rigidez do regulamento era causa de antipatia aos que poderiam voluntariar-se à polícia. Assim as medidas mais brandas, perda de parte dos

vencimentos ou a transferência por tempo determinado para a força de linha, indica uma necessidade de atrair mais homens para engajar pelo voluntariado a instituição.

A história do julgamento das praças permitiu visualizar elementos que vão desde o engajamento dos homens para o Corpo de Polícia da província, as formas de resistência dos recrutados ao serviço militar até estratégias que o próprio Corpo de Polícia buscava para enquadrar as praças dentro das normas postas pela instituição no século XIX no Piauí.

### Referências

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai*. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

BEATTIE, Peter M. *Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomina e os praças nas forças armadas brasileiras (1860-1930)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARVALHO, José Murilo. A Vida Política 2. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Construção Nacional 1830-1889*. [s.1]: [s.n], [s.d].

CARDOSO, Marcelo. *“Juro defender a constituição política do Império e obedecer a meus superiores[.]”*: Corpo de tropa de polícia da Província do Piauí 1835-1865. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina-PI, 2018.

GINZBURG, Carlos. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia das letras, 1989.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. 2 ed. 1. Reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PIAUI. APEPI. Relatório Presidente João J. D’ Oliveira Junqueira à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí, 1858.

PIAUI. APEPI. Relatório Presidente Diogo Velho Cavalcante d’Albuquerque à Assembleia Legislativa Provincial. Typographia Constitucional de J. das S. Leite. Teresina. 1860.

PIAUI. APEPI. Relatório Presidente Antonio de Britto Gayoso à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Typografia-conservadora. 1861.

PIAUI. APEPI. Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Franklin Américo de Menezes Doria. 09 de Julho de 1866. SAN’LUIZ: Typ. De B de Mattos, 1866.

PIAUI. APEPI. Caixa S/N. Documento da Assembleia. Regulamento Corpo de Polícia. Secretaria do governo provincial do Piauí. 28 de abril, 1852.

PIAUÍ. APEPI. Autos do Corpo de delito. Assinado por Antônio Joaquim de Lima Almeida, comandante do Corpo de Polícia e pelo alferes Ernesto Augusto de Athayde, que serviu de Auditor. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. OFÍCIO Nº 16. 10 de janeiro 1860. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar. Província do Piauí Palácio da Presidência. Em 24 de Agosto de 1860.

\_\_\_\_\_. OFÍCIO Nº20. 18 de janeiro de 1861. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. OFÍCIO Nº 20. 31 de janeiro de 1861. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. CÓPIA OFÍCIO Nº 352. 24 de agosto de 1860. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. Subdelegacia de Polícia do 2º Distrito, Auto de exame e corpo de delito. Ano 1860. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. Cópia 20 de maio de 1860, anexa a Ofício data de 26 de março. Quartel do Comando do Corpo de Polícia do Piauí. Caixa: Palácio do Governo: Comando do Corpo de Polícia Militar.

PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*. Editora Artenova s.a, 1975.

ROSEMBERG, Andre. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. TESE - Doutorado História Social, USP- Universidade de São Paulo. 2008.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885). Dissertação de Mestrado, UFPel, Pelotas, 2017.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. TESE – Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife-PE, 2003.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. DIFEL, Difusão editora S.A. Rio de Janeiro – RJ. 1978.

## **Tensões e experiências no tempo: os operadores do direito e a história do processo de Manoel Joaquim dos Santos (Ceará – 1923)**

Lucas Pereira de Oliveira\*

### **Introdução**

Como ponto de partida para este artigo, buscou-se refletir sobre a atuação dos operadores do direito (advogados, promotores, juízes e delegados) frente às conflitualidades da cidade no sertão central cearense no período de 1871 a 1940. Entendemos que no espaço institucional da lei, estes operadores elaboraram ideias sobre a materialidade dos casos, traduzindo em discursos e imagens a história levada ao judiciário. Deste modo, coube a eles experimentarem o mundo dando significado ao passado, transferindo suas percepções sobre determinada realidade. Além disso, se movimentaram na Instituição Jurídica com relações de poderes nem sempre cordiais, mas de embate direto. Nesse sentido, a proposta deste escrito será, a partir de um caso, perceber como os responsáveis por mover a máquina da justiça experienciam seus ofícios, suas relações de trabalho e o sentido construído das histórias dos conflitos sertanejos. Aproximando-se do método indiciário e da micro-história, utilizamos como fontes primárias de pesquisa a ação criminal de Manoel Joaquim dos Santos, além de leis normativas, mensagem do Presidentes de Estado, Orçamento do Ministério da Justiça e fotografias.

A história é mesmo a ciência dos homens e mulheres no tempo. Historicizar é a arte de narrar, simbolizando esta prática com um método científico que legitima esse ato de contar, dizer e guardar as memórias que serão lembradas e/ou esquecidas pela

---

\* Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisa orientada pelo prof. Dr. Rinaldo José Varussa. Bolsista Capes/Demanda Social. Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará, com período sanduíche pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes. Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lukaspereira2@hotmail.com



sociedade. O ofício dos historiadores, enquanto exercício representativo de um lugar, que reflete sobre o passado no presente e o presente no presente, dimensiona-se a partir do diálogo que estabelecemos com os vestígios e as evidências que indicaram as práticas, ações e experiências da humanidade ao longo da história, os quais resguardam rastros imperfeitos, sinais opacos e pegadas de vida humana.

Na medida em que os anseios mudam e as ações se concretizam, as práticas historiográficas sofrem transformações, afinal seu entendimento é vivo. De fato, a dinâmica histórica é mesmo essa, é o que cada tempo e espaço exigem dela. Esses conjuntos de contextos experienciados alicerçam uma operação historiográfica e legitimam o campo de atuação de nós historiadores, a partir da definição de um método que a qualifica um estatuto de cientificidade.

A partir disso, estabelecem-se estratégias para a historização, delineiam-se caminhos a serem percorridos a se chegar aos reflexos do passado-presente-futuro, forja-se um campo de instrumentos e fontes sobre os quais se devem debruçar o historiador. Nessa metamorfose de ressignificações, o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer, assegura René Remond (2003).

Partindo dessa perceptiva é que nos debruçamos ao tema da justiça no sertão cearense na transição do séc. XIX para o séc. XX. Momento este, onde a justiça brasileira seguia se ressignificando, aprovando novos regulamentos jurídicos, demarcando com mais solidez as fronteiras de funções e cargos de seus funcionários e se fazendo mais presente nos conflitos citadinos no Ceará.

No espaço institucional da lei e do direito, os advogados, delegados, promotores e juízes atuam e elaboram concepções sobre a materialidade dos conflitos e traduzem em discursos e conceitos as histórias levadas ao judiciário local. A estes operadores do direito, cabia a experimentação de um mundo dando significado ao passado, transferindo suas percepções sobre determinada realidade e guerreando por uma noção de verdade. Nesse aspecto, esclareceu Fausto (1984, p. 36):

O que está em jogo é certa 'verdade' que o 'real' parece encerrar, enquanto um 'esquema elementar sobre o qual (...) se reconstituirá um modelo de culpa e um modelo de inocência'. Dessa manipulação do real configuram-se discursos, tanto de acusação como de defesa,

capazes de representar uma importante fonte para a apreensão de fatos de valores e representações sociais.

Desde sua fase inicial de denúncia ou parecer ministerial até a fase de instrução e julgamento, esta noção de verdade, travada por estes operadores do direito vão permear toda a ação judicial. Na *forma oral da lei* Portelli (2010) reflete que é a busca pela verdade processual que alimenta as diversas fases e procedimentos inquisitoriais e administrativos no sistema judiciário, na figura de seus inúmeros agentes. Assim, os operadores do direito na figura de seus membros, criam, representam, forjam, travam e experienciam as histórias levadas a ele e constroem para si e para a sociedade uma noção clara de verdade.

Deste modo, este artigo está estruturado em pelo menos três eixos de discussões, atendendo a escala de macro ao micro, onde se busca inicialmente refletir sobre as concepções de justiça, direito e lei, conceitos essenciais para o entendimento do contexto de transição do Poder Judiciário do Império para a República. Posteriormente apresenta-se o palco onde se desenrola a ação da justiça, a cidade. E por fim, com a análise do processo judicial, compreender as experiências, práticas e decisões dos operadores do direito frente ao caso de Manoel Joaquim dos Santos.

### **Por uma questão de direito, justiça e lei.**

Para se refletir sobre o Poder Judiciário, conceitos-chaves nos vem à mente: justiça e direito. Em senso comum, estes termos são erroneamente taxados quase como sinônimos. Entretanto, no Estado Moderno ambos carregam definições e especificidades próprias.

O seu entendimento tem um movimento histórico, de largadas e retomadas, em que se discute a construção de seus paradigmas e suas concepções originais. Aquela ideia de que a justiça é inerente a natureza humana, imutável no tempo e no espaço passa a ser contestada a medida em que as teorias juspositivistas dos sécs. XIX e XX e as teorias contemporâneas entendem a positivação das leis e a jurisdicização do Estado, enquanto legitimador da produção normativa.

Bobbio (1999), filósofo italiano, problematiza que o Estado concebe o direito como um ordenamento normativo. Ou seja, em uma nação, o direito se constitui como

um conjunto de leis, normas de conduta, regulação e organização, onde a sociedade precisa estar enquadrada para garantir a plenitude das relações sociais. Esse conjunto de normas, impostas por aqueles que têm o poder dominante, tenta regular as ações das mulheres e homens no tempo por meio da coação, sanção e punição.

Em seus estudos, há a sustentação de várias teorias da justiça divididas em linhas de raciocínio, baseadas em Hobbes, Aristóteles e Kant: Justiça como ordem; Justiça como igualdade; justiça como liberdade. A primeira ocorre dentro do ordenamento jurídico para os homens saíam do estado de anarquia e de guerra. A segunda, bem próxima do pensamento aristotélico, a justiça serve para garantir a igualdade nas relações entre os indivíduos e entre o Estado. A última, o entendimento pela qual os homens se reuniram em sociedade e constituíram o Estado é a “de garantir a expressão máxima da própria personalidade, que não seria possível se um conjunto de normas coercitivas não tutelasse, para cada um, uma esfera de liberdade, impedindo a violação por parte dos outros” (BOBBIO, 2000, p. 117).

Nesse sentido, compreendemos que o direito, enquanto conjunto de leis normatizadas, que nascem das inquietações de seu período, por vezes de costumes que em algum lugar no tempo e no espaço existia. Onde muitas vezes, por exemplo, o costume pode ser considerado como prática costumeira e igualmente como lei, conforme identificou Thompson em *Senhores e Caçadores* (1987) e *Costumes em Comum* (2011). Em seus trabalhos sobre a Inglaterra, os costumes por vezes são incorporados no texto da lei. Desta feita, Direito e Costume tem uma relação bastante próxima, onde muitas das vezes o direito nasce para reafirmar costumes e/ou para estabelecer novos padrões, distintos daqueles costumes anteriores.

Malerba (1994) reflete que foi por meio do direito que a elite brasileira tentou estabelecer padrões de uma cultura civilizada. O ordenamento jurídico caberia como um instrumento modelador dos hábitos e costumes da sociedade. Para ele, a lei é uma forma ideal, “um limite pretendido pelo segmento hegemônico e a todo momento burlado pelas partes em conflito” (1994, p. 20). Dessa maneira, a lei e os seus limites constituem-se num princípio para a formação do direito. Ao passo que a lei impõe, burlas também são percebidas, afinal as relações sociais são móveis e flexíveis. Algo similar foi percebido também por Pesavento (2004), em seu trabalho ela relata que:

A lei é, pois, fruto de uma vontade e de um acordo entre os homens, ou, pelo menos, do comum acordo entre aqueles que a fazem. É resultado de uma negociação entre seus autores em face de uma questão posta pelo convívio social. Sendo determinação e vontade, é uma forma objetiva de normatização da vida ou do controle social que pressupõe uma representação da sociedade desejável. Ou seja, a lei dispõe, interdita, concede, tendo como referência padrões que os homens estabelecem através da história (PESAVENTO, 2004, p. 27-37).

A lei é fruto de um tempo, de negociações e tensões entre os indivíduos que a fazem na tentativa de constituir normas de convívio, restringir práticas disformes e legislar procedimentos para as relações sociais. Ela, portanto, define o que é permitido e o que é proibido. Entretanto, é preciso ressaltar que a lei não existe apenas como reflexo de uma realidade que vem de cima para baixo sem nenhum tipo de dialética, nela também existe um movimento contrário, de baixo para cima. Dessa forma, o sentido dado a lei perpassa as relações sociais como normas endossadas pelos costumes e como causas de mudanças nos arquétipos sociais.

A elaboração e aprovação da Lei Negra de 1723, por exemplo, buscava reprimir e controlar as práticas dos caçadores clandestinos que atravessavam os limites dos parques e florestas da Coroa e de lá retiravam diversos produtos. Estes, se justificavam nos usos costumeiros estabelecidos no passado, e considerando principalmente os usos de bens naturais que eram, até aquele momento, de livre acesso aos habitantes daqueles territórios. A Lei Negra não significou somente uma consequência emergencial daquela realidade social, mas sim uma causa de mudanças nos padrões sociais ingleses (THOMPSON, 1987).

Dessa maneira, no Estado Moderno, embora o conceito de direito e justiça possam ser comparáveis e haver uma complementação, há diferenciações que precisam ser definidas. E mais, uma pode existir sem a presença da outra. Afinal não é seguindo à risca a ordem normativa (direito) vigente que se garante a justiça integral em uma sociedade. Embora um dos papéis do Poder Judiciário seja atuar por meio do Direito para garantir a Justiça, ela vai para além do Estado. Definir e combater o “justo” e o “injusto” não necessariamente precisa do aparato estatal (Poder Judiciário) para garantia da justiça em sua forma mais plena.

### **Um contexto em transição; uma justiça em disputa**

Durante a transição do período imperial para o republicano, o Brasil passou por uma reestruturação em suas Instituições, na tentativa de consolidação do novo regime. Porém, estas reformulações começaram a acontecer ainda no início do séc. XIX, sofrendo uma intensificação no final do mesmo século, quando a justiça e as funções judiciais vão se especializar, demarcando fronteiras mais sólidas, separando funções administrativas, judiciais e policiais.

A justiça brasileira estava em volta a projetos políticos distintos, conservadores e liberais travavam-se em lutas para definir quais tendências o judiciário passaria a seguir. O primeiro, tendia a ter um direcionamento mais centralizado na esfera federal, já o segundo, via no fortalecimento da esfera local a melhor alternativa para a construção de uma justiça. A partir desses embates políticos-ideológicos, as reformulações passaram a ocorrer e os conflitos são tensionados mais fortemente.

Os liberais realizaram algumas reformas no ordenamento jurídico com objetivos explícitos de descentralizar o poder político e administrativo fortalecendo cada vez mais a esfera local e regional. Por seu turno, os conservadores especialmente após a ascensão de Araújo Lima, em 1837, iriam imprimir um direcionamento político mais centralizado para a organização das instituições e do próprio Estado. Eles realizaram algumas reformas neste sentido como a Lei de 3 de dezembro de 1841 que reformou o Código do Processo Criminal diminuindo o poder dos juízes de paz (BATISTA, 2006, p. 22).

Na primeira metade do séc. XIX, os liberais instituíram o Juizado de Paz, onde os “homens das leis” vinculados às esferas regionais e locais passariam a comandar a justiça brasileira. A eles cabiam os mais variados desempenhos, ordem administrativa, jurídica e policial. Entretanto, toda essa diversidade e domínio de atribuições, além do poder efetivo da esfera local desagradavam à elite conservadora, que viam como atraso e característica limitante para uma justiça verdadeiramente eficaz e eficiente.

Alicerçado nesse entendimento, a elite conservadora limita os poderes dos juízes de paz em 1841, com a reformulação do código de processo criminal do Império. A partir desse momento, eles passariam a ter apenas atribuições administrativas e conciliatórias. A administração dos conflitos passou então a ser normatizados pelos juízes municipais, com o auxílio dos inspetores de quarteirão, oficiais de justiça e tabeliões. Entretanto, mais do que limitar os poderes, o Estado preocupou-se com a

formação científica e qualificação institucional desses profissionais, buscando integrar homens que fossem, além de conhecedores das leis, formados em ciências jurídicas e/ou sociais. Embora, em localidades menores e distantes dos grandes centros urbanos, não fosse raro de encontrar homens que, mesmo sem a formação, atuasse a frente da justiça local.

A formação desses profissionais vai ser desenhada a começar pelas concepções de direito, lei e justiça vindas da Europa, especialmente da Universidade de Coimbra em Portugal. Nesse sentido, na segunda metade do séc. XIX, o saber jurídico brasileiro vai gerar um espaço de reflexão, tanto sobre o controle social e ainda em alusão ao entendimento jurídico de tendências clássicas, monista evolucionista e positivista das escolas criminológicas.

A escola de Recife e o positivismo são, deste modo, importantes indicadores da renovação intelectual que perpassa o saber jurídico nas últimas décadas do século XIX. Mas transformações significativas ocorrem também nas bases institucionais do ensino e na formação das elites jurídicas, notadamente com a Proclamação da República (ALVAREZ, 2003. p, 28).

No campo das doutrinas penais, a escola clássica do direito tinha como idealizador o italiano Cesare Beccaria e está historicamente ligada à burguesia, ao liberalismo, à defesa da propriedade e ao individualismo; onde o crime seria simplesmente uma escolha do sujeito que a praticou. Suas principais características “(...) seria a defesa do livre-arbítrio absoluto e a tentativa de definir a moralidade dos fatos” (RIBERIO FILHO, 1994, p. 125-135). Já a escola positivista, representada por Cesare Lombroso e Enrico Ferri, percebia o indivíduo não como sendo um homem racional agindo livremente, mas que ele seria o produto de um meio genético e social específico, ou seja, vê o delito e o delinquente tanto como uma questão médica, psicológica e sociológica.

Com a segunda reforma ao código de processo criminal em 1871, esta demarcou a separação das funções do Judiciário e da Polícia, removendo da polícia, por exemplo, o papel de julgar os casos. A reforma instituída nesse contexto introduziu um elemento novo na administração policial, o inquérito. Agora, competia às autoridades policiais o exame de corpo de delito, procedimentos de busca e apreensão, inquirição de testemunhas e elaboração de um relatório que informava sobre o crime e os delinquentes. E ao judiciário cabia dar continuidade até o julgamento final dos casos.

Ainda nesta década, o decreto nº 2.342 de 06 de agosto de 1873, instituiu a criação de mais tribunais de relação, tribunal de instância superior do Poder Judiciário. Este órgão existe em países onde a tradição judicial portuguesa se fez presente. No Brasil, ele já se fazia evidente desde o período colonial, onde Brasil estava submetido a Portugal. O tribunal de relação da Bahia atendia toda a jurisdição da região norte. E o Rio de Janeiro era responsável pela jurisdição da parte sul. Vejamos o decreto que instituiu mais sete tribunais de relação no país.

Crêa mais sete Relações no Imperio e dá outras providencias.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1º Ficam creadas mais sete Relações no Imperio.

§ 1º As Relações existentes e as novamente creadas terão por districtos os territorios seguintes:

1º Do Pará e Amazonas, com séde na cidade de Belém.

2º Do Maranhão e Piauí, com séde na cidade de S. Luiz.

3º Do Ceará e Rio Grande do Norte, com séde na cidade da Fortaleza.

4º De Pernambuco, Paraíba e Alagoas, com séde na cidade do Recife.

5º Da Bahia e Sergipe, com séde na cidade do Salvador.

6º Do Municipio Neutro, Rio de Janeiro e Espirito Santo, com séde na Côrte.

7º De S. Paulo e Paraná, com séde na cidade de S. Paulo.

8º Do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, com séde na cidade de Porto Alegre.

9º De Minas, com séde na cidade de Ouro Preto.

10. De Mato Grosso, com séde na cidade de Cuiabá.

11. De Goyaz, com séde na cidade de Goyaz. (BRASIL, 1873, p. 258).

Percebemos a partir desse decreto assinado por Manoel Antônio Duarte de Azevedo, que a justiça começa a se ramificar por todo o território nacional. Pará e Amazonas; Maranhão e Piauí; Ceará e Rio Grande do Norte; Pernambuco, Paraíba e Alagoas; Bahia e Sergipe; Rio de Janeiro; São Paulo e Paraná; Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Minas Gerais; Mato Grosso; e Goiás foram os tribunais criados pela resolução da Assembleia Geral Legislativa em 1873. No Ceará, por exemplo, este fato foi bastante comemorado, onde foi incluído notas em diversos jornais de circulação no Estado. Vejamos o que diz o então presidente de província do Ceará, Barão de Ibiapina:

(...) têm os Cearenses junto á si esse novo templo da justiça, ultimo degrao ordinário da hyerarquia judiciária, para julgar suas causas em segunda e ultima instancia com grande commodidade dos povos (...) (IBIAPINA, 1874, p. 30).

O tribunal de relação do Ceará foi instituído na cidade de Fortaleza numa sede provisória no dia 03 de fevereiro de 1873, sob a presidência de Bernardo Machado da Costa Dória e contava com um orçamento semelhante aos outros seis Tribunais recém-criados. Suas despesas, com base no demonstrativo do Ministério da Justiça, giravam em torno do pagamento do ordenado mensal de sete desembargadores (4:000\$000 cada), gratificações (2:000\$000), além de despesa com os soldos de outros funcionários – Secretário, Amanuense, Officiaes de justiça entre outros - e com transporte e despesas de expediente e aluguel do prédio.

Na transição para o período republicano, a nomenclatura foi alterada para Tribunal de Apelação em virtude do texto constitucional de 1890. Com base na Constituição estadual em 1892, o tribunal voltou a denominar-se como anteriormente. Em 1921, com a terceira Constituição estadual passou a se chamar Superior Tribunal de justiça, sendo substituída por Corte de Apelação em 1934. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1937, consolidou a terminologia de Tribunal de Apelação.

Nesse contexto, o Tribunal passa a se constituir como delegação do Estado e não mais da União. Mesmo com a desfederalização, a esfera federal continuou a colaborar com o seu funcionamento pagando os alugueis anuais, por exemplo. Segundo o demonstrativo do Ministério da Justiça continuou a ser repassado da União a quantia de 3:000\$000 anuais. Com o comando do Estado do Ceará, o Estado do Rio Grande do Norte passa a ter seu próprio tribunal não estando mais vinculado ao Estado do Ceará. Segundo Nobre (1974), cessou-se as remoções de um tribunal para outro, o que segundo ele, prejudicava o funcionamento das cortes judiciárias. Assim, a justiça cearense busca consolidar a ordem republicana de ares civilizacionais, modernizante e progressista. E o Estado ampliar seu poder para normatizar as práticas cotidianas dos cearenses.

A justiça certamente ao mesmo tempo em que representou um espaço de efetivação de certos aspectos da cidadania e apresentou-se como a face visível e tangível do Estado para os não dominantes, desempenhou papel importante na ampliação e consolidação da base social de sustentação do Estado, mais larga do que se supõe (...) ela foi



uma das engrenagens na montagem do campo de legitimação do poder e aos homens de Estado, em suas ambições monopolizadoras, não passou despercebida a sua função nem seu potencial de sedução para o campo da ordem (VELLASCO, 2004, p. 225/226).

Nesses rastros de uma justiça, cidades do interior do Ceará apenas assistiam quase que passivamente o desenrolar da consolidação do direito no Estado. Os operadores que ali iniciaram os seus ofícios, começaram a ter que se deslocar para o interior para fazer da Instituição da Justiça um órgão presente nas várias cidades do Ceará. Cidades estas que, estavam ainda se constituindo, saindo de distritos, tornando-se vilas e cidades legalmente instituídas.

As primeiras comarcas constituídas remontam os anos de 1832 e foram as de Fortaleza, Aracati, Icó, Crato, Quixeramobim (que posteriormente se dividiria em outros municípios como Maria Pereira e está se dividiria em Senador Pompeu) e Sobral, respectivamente nessa ordem. Posteriormente, até 1859, foi instituída as comarcas de Inhamuns, Baturité, Granja, Ipu, Imperatriz, Saboeiro, Jardim e Viçosa. Até 1873, mais comarcas são criadas, quais sejam, Aquiraz, Acaraú, Russas, Jaguaribe, Telha, Maranguape, Barbalha, Lavras, Canindé e Tamboril. Ao todo 24 comarcas foram locais onde os primeiros formandos do direito passaram a trabalhar.

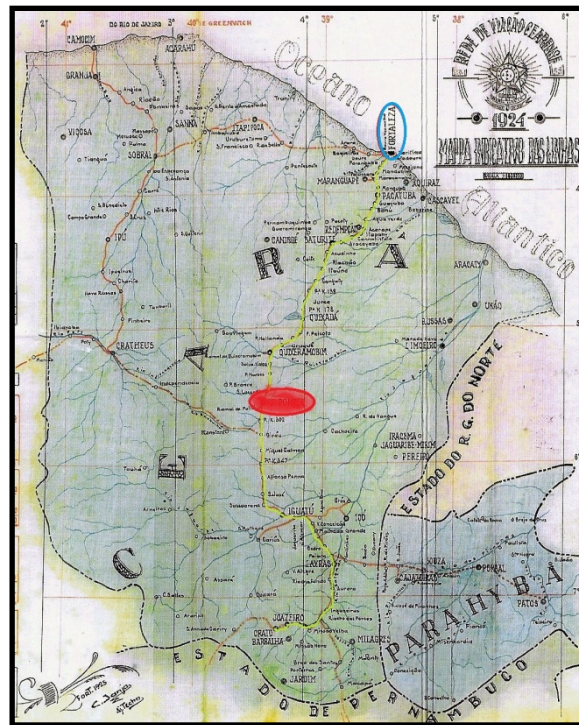
### **O palco, a vila, a cidade: Senador Pompeu/CE**

Rolnik nos diz que “a cidade guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializando sua própria história como uma espécie de escrita no espaço” (1988, p. 09). E Barros (2007) ainda nos assevera que a cidade é considerada como o lugar da cultura, como um produto coletivo da vida humana em sociedade e como *lócus* das experiências de seus habitantes. No espaço geográfico de uma vila, cidade, Estado ou território, vidas humanas se sociabilizam no cotidiano por entre os ínfimos espaços desses ambientes e através de sua cultura criam sentidos e significados para suas vidas<sup>496</sup>.

---

<sup>496</sup> Por cultura Thompson assevera que ela deve ser entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados” (THOMPSON, 2011, p. 17).

Figura 01 – Mapa do Ceará (1924-1927) / Itinerário Linha férrea cearense.



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927.shtml>

Senador Pompeu, cidade do interior do sertão central cearense localiza-se praticamente no centro do Estado (marcação vermelha no mapa acima, distante aproximadamente 275 km de sua capital Fortaleza) às margens do rio Banabuiú, responsável por amenizar os efeitos das secas no Nordeste. Sua emancipação política aconteceu em 03 de setembro de 1896, onde a então Vila de Humaitá, torna-se emancipada da cidade de Maria Pereira (Mombaça)<sup>497</sup>. Após 5 anos de sua emancipação, a antiga vila consegue se tornar cidade oficialmente constituída, através da lei n. 659 de 22 de agosto de 1901. É a partir de tal acontecimento, que o Estado vai com mais intensidade, se estabelecer por entre aqueles ambíguos habitantes.

De pequena Vila de Humaitá a cidade de Senador Pompeu, este lugar se constitui como o palco da experiência dos operadores do direito que denuncia, julga,

<sup>497</sup> Em 1851, a cidade de Maria Pereira (atual Mombaça) emancipa-se de Quixeramobim, elevando-se a categoria de vila e posteriormente a categoria de cidade. Humaitá (atual Senador Pompeu) nesse período é apenas um distrito da recém cidade emancipada. Em virtude de seu crescimento, o então distrito emancipa-se e passa a se consolidar no sertão central cearense. O seu crescimento acarretou, por exemplo, o rebaixamento de Maria Pereira a categoria de distrito pompeuense, ficando assim até 1933.

condena e/ou absorve estes habitantes, que de alguma forma quebraram a lógica normativa da justiça.

Figura 02 – Praça da Matriz - 1917



Fonte: Acervo Pessoal do Autor

A configuração dessa cidade, assim como tantas outras do interior cearense, cuja religiosidade católica é marca pujante tem seu ponto inicial na Igreja, a Capela de Humaitá<sup>498</sup>. A cidade recebe a alcunha de Senador Pompeu. Este nome foi dado em homenagem ao senador da República, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, importante nome da política brasileira da primeira República, por ele ser um dos principais nomes que influenciou na vinda da via férrea para o município, ligando o interior à capital cearense e possibilitando o escoamento da produção algodoeira local.

Desta maneira, as imagens trazidas no corpo deste texto devem ser entendidas como uma das marcas deixadas pelos seres humanos em determinados tempos e espaços. As imagens materializadas, nesse sentido, podem ser observadas como uma tentativa de impressão do presente, uma forma de congelar o “agora” para a posteridade. É o que podemos observar também na imagem a seguir:

---

<sup>498</sup> Uma escritura de doação de 19 de janeiro de 1886, escrita no Registro de Imóveis em 29 de dezembro de 1919, nos testemunha que a capela de Nossa Senhora das Dores o Sítio Humaitá foi doada de um terreno foreiro, por José Vicente Brasil Pimenta Lira, com a extensão de noventa braças de frente por mil oitocentos de fundos à margem esquerda do rio Banabuiú (GIOVANAZZI, 1999).

Figura 03 – Estação Ferroviária - 1940



Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Com a implantação da linha férrea e com a contribuição dos ingleses, o município sofreu alterações em seu espaço urbano, como por exemplo, o alargamento e saneamento de suas principais ruas, construção de novas habitações, estabelecimento da energia elétrica, obras para facilitar de ligação entre municípios e amenizar os efeitos das secas. Para além de modificações estruturais, o Estado iniciou uma preocupação com as práticas de higiene, os costumes sertanejos e de controle de pulsões dos habitantes (ELIAS, 1994)<sup>499</sup>.

Desta forma, os ares da “modernidade”, “civilização” e “progresso” pareciam circular livremente pelos anseios dos governantes. Entretanto, quando estes eram infringidos pela população, o sistema normativo e os funcionários da polícia e do judiciário se encarregariam de vigiar e puni-los. Desta maneira, estes funcionários estabeleciam-se como um braço do Estado querendo se fazer presente no cotidiano das cidades. Na tentativa, portanto, de disseminar o controle e a vigilância com a finalidade de coibir a desordem, transgressão e possibilitar uma nova ordem de convívio em sociedade. Entretanto, esse controle se dava não apenas pela por esses funcionários, mas também por todos os olhares dos habitantes da cidade. Nesse sentido, o olhar constitui-se também como uma forma de controle:

---

<sup>499</sup> Quando referencio os costumes, apoio-me nas reflexões trazidas por Elias (1994), com seu trabalho sobre o processo civilizador, que fez com que os historiadores intensificassem os estudos e as análises sobre mudanças sociais, especialmente a mudança dos costumes na vida privada e na vida pública e a importância dessas mudanças para a consolidação de uma civilização ocidental. Norbert Elias identifica “o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994, p. 95).

Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo. Formula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório (FOUCAULT, 2004, p. 218).

Foi nessa cidade, por exemplo, que o Floriano Benevides de Magalhães fez carreira na justiça cearense. Nascido no município de Quixeramobim (cidade ao lado de Senador Pompeu) em 23 de dezembro de 1896 foi membro de uma das famílias tradicionais do sertão cearense. Coube a ele, julgar diversos casos levado ao Judiciário local. Em Senador Pompeu e na região do sertão central, foi escrivão de juízo e execução criminais, 2º. Tabelião de polícia e judicial de notas, advogado e juiz municipal. Além de sua extensa carreira jurídica, integrou o Partido Comunista da cidade.

Tido como magistrado íntegro e competente passa alguns anos comandando a justiça pompeuense e em 1946, quando se encontrava sob a responsabilidade da comarca de Sobral é promovido para o juízo de segunda instância. E logo depois para a terceira instância, ocupando em 1953 a promoção para a quarta instância trabalhando na capital Fortaleza. Como comenta Nobre (1974):

(...) o Tribunal de Justiça do Ceará incluiu seu nome na lista tríplice, aliás em primeiro lugar, mas não foi o escolhido e promovido. Mas, um ano depois, com a disponibilidade do desembargador Otacílio Peixoto de Alencar, coube-lhe a cadeira respectiva, mediante promoção pelo critério de antiguidade e conforme resolução do Tribunal em 10 de dezembro de 1958 (p. 282).

São funcionários da justiça como Floriano Benevides de Magalhães que atuaram em Senador Pompeu que serão os personagens centrais do estudo em desenvolvimento. Eles foram os responsáveis por mover a máquina da justiça, ora absolvendo ora condenando, travando batalhas para reconstruir e desenvolver uma noção de verdade na cidade de Senador Pompeu, no Estado do Ceará.

Todavia, de acordo com relatório de presidente de Estado, Pedro Augusto Borges, algumas características seriam imprescindíveis para ocupar tal cargo.

Homem da lei, de si mesmo e de sua consciência, calmo, prudente, justo e probo, o juiz deve, ao conjuncto d'esses predicados, alliar superioridade de animo; deve ser inacessível ás paixões, subtrahir-se

a influencias extranhas á justiça, não ceder a suggestoes inconfessáveis do meio em que vive, para, com resolução e energia, tornar-se forte na aplicação da lei, e somente guiar-se pelas injunções dos seus graves deveres, pelas inspirações de sua razão esclarecida, ao dirimir as controvercias sujeitas á sua decisão.

Não há influencia mais benéfica e salutar do que o juiz que sabe compenetrar-se de sua verdadeira missão, impondo-se ao respeito público, pela certeza de que, órgão de um poder independente, a justiça não vacillará nas suas mãos (BORGES, 1901. p.49/50).

E ainda segue dizendo,

O magistrado, em uma comarca, inteligente e virtuoso, dissipa a intriga, inspira confiança a todos, considera os homens honestos, é uma garantia de ordem, liberdade e paz, e impossível é que não seja um exemplo poderoso para aquelles que em um tribunal têm de julgar os seus pares e são mais ou menos influenciados por suas nobres palavras (...). (BORGES, 1901. p. 51).

Nesta ocasião temos características essenciais para se tornar um bom operador do direito. Era preciso ser sereno, prudente, justo e estar imune às influências externas, segundo o presidente de Estado. Todavia, não foi raro de encontrar em nossas fontes preliminares juízes em que foram influenciados em suas decisões por chefes locais e coronéis, como o caso de Cel. Zequinha das Contendas. Para o presidente de Estado, o cargo de juiz de direito se bem assumido representaria uma garantia de ordem e o respeito as normas legais fundamentais para o Estado democrático de direito. Fazendo seu trabalhado de forma integra revelará para a sociedade que a justiça pune os que transgrediram a norma e mostra que o Judiciário é um Poder competente e necessário para esse contexto republicano.

Entretanto, para que isso ocorresse, era preciso que as remunerações a estes operadores do direito fossem convidativas. Em 1912, o então presidente de Estado Antônio Frederico de Carvalho Motta, redige a seguinte mensagem:

Os vencimentos, que ora percebem os funcionarios da justiça, são de tal forma exignos que não estimulam os homens de talento e competência, nem contribuem para aparelhar as vocações da cultura e pratica jurídicas que devem ter os sacerdotes da lei.

Dizer que o Juiz de Direito vence – 550\$000, o Juiz Substituto – 201\$000 e o Promotor de Justiça – 183\$333 mensaes, nas comarcas do interior, onde o transporte encarece toda a vida econômica, é

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

confessar que esta classe de intelectuaes se acha quasi que abandonada, sem os meios necessários para o desempenho desse dever que mantem o respeito e a ordem, toda a vida social (MOTTA, 1912, p. 15/16).

Para o presidente de Estado, as remunerações atuais dos operadores do direito no Ceará não contribuían para estimular a cultura jurídica e nem a chegada destes funcionários. Havia uma separação entre aqueles servidores que era titulares e aqueles que eram substitutos. A remuneração variava mais do que o dobro, enquanto o titular recebia cerca de 550\$000 réis, o substituto honorava o valor de 201\$000 réis. Os indícios apontam que no interior do Ceará, a justiça era comanda somente por juízes substitutos, o que dificultaria o estabelecimento da justiça local. Os titulares trabalhavam na capital Fortaleza ou dirigiam-se as capitais de estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia etc.

Na tentativa de precificar seus salários com os produtos vendidos na mesma década, ousamos redigir uma tabela para considerarmos o poder de compra desses funcionários da justiça.

Tabela 01- Poder de Compra

Produto	Preço
1 Casa de tijolos com uma porta de frente	400\$000
1 Casa de tijolos com duas portas de frente	600\$000
1 Peça de tricoline	99\$000
9 Camisas Balangandans	169\$000
2 carteiras de cigarro	1\$000
5 kg de Feijão	5\$000
2 pares de alpercata	20\$000
1 faca de ponta com bainha	10\$000

Fonte: Inventário de Maria do C. Ribeiro e Processo de furto dos réus Raimundo N. da Silva e Valdemar Santos

Os preços dos produtos foram retirados de outras ações judiciais encontradas no Fórum Dr. Francisco Barrosos Gomes na cidade de Senador Pompeu e nos permite visualizar mais componentes que giram em torno do papel social dos funcionários da justiça. Segundo o índice de preços apresentado pela obra *Estatísticas históricas do Brasil*, este período é apontado com uma inflação média de 6 a 7% ao ano permanecendo até 1930, quando a inflação teve a média de 4% a 7% (MOTTA; VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 149 - 153).

Fazendo essa relação entre salário e produtos, concordar com o presidente de Estado seria no mínimo insensato, haja vista esses operadores receberem valores bem superiores aos demais trabalhadores. Além de salários bem acima dos demais funcionários, os juízes gozariam ainda de garantias previstas pela constituinte. O texto do Art. 95 da CF de 1946, garantiria por exemplo, a “I - vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária; II - inamovibilidade, salvo quando ocorrer motivo de interesse público; III - irredutibilidade dos vencimentos” (BRASIL, 1946).

No início do séc. XX, cerca de vinte anos depois de a justiça chegar ao Ceará, os operadores do direito cearense já acumulavam salários, direitos e gratificações que possibilitavam uma capacidade enorme de adquirir bens e serviços, chegando ao poder de compra de uma casa de tijolos por mês. Bem diferente da situação dos trabalhadores assalariados comuns que somente quarenta anos depois, chegariam a ter um salário mínimo definido pelo Decreto-Lei n. 2162. E este variável, de acordo com a situação financeira da região, no Ceará se chegaria ao valor de 143\$400 e 120\$200 em Sergipe, por exemplo (DA SILVA, 2009, p. 30).

### **O caso do réu Manoel Joaquim dos Santos<sup>500</sup>: Operadores do direito e o espaço de luta**

No dia 17 de junho de 1923, através das letras do escrivão Francisco M. Vieira, o caso do réu Manoel Joaquim dos Santos foi levado ao Judiciário local para dar uma resposta a sociedade. Naquele espaço institucional da lei, os operadores do direito

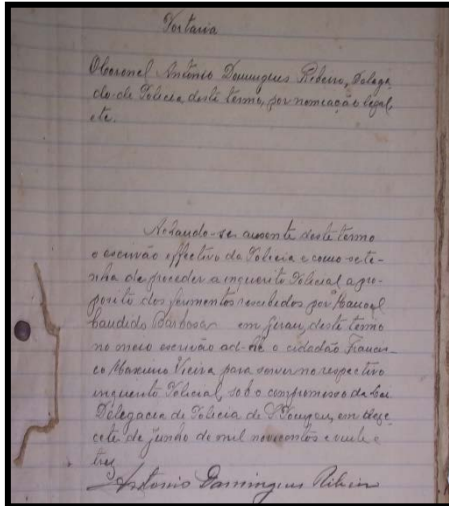
---

<sup>500</sup> Processo encontra-se localizado no Arquivo do Fórum Dr. Francisco Barroso Gomes na cidade de Senador Pompeu, no Estado do Ceará.



guerreavam para construir uma “verdade” sobre o ocorrido. Essa representação foi baseada pela fala das testemunhas e pelos depoimentos prestados pela vítima e réu.

Figura 04 – Inquérito Policial - 1923



Fonte: Acervo Pessoal do Autor

O primeiro personagem que vem logo na primeira página do processo judicial é o Coronel Antônio Domingues Ribeiro, o delegado. Ele é o responsável por construir a primeira versão do acontecimento (buscando provas, inquirindo testemunhas, indo ao local do crime etc.) e informar ao juiz municipal suas primeiras impressões sobre o delito. Para Correa (1975), os delegados são os encarregados de fazer a limpeza e a triagem dos casos de violação das regras sociais estabelecidas. Neste caso, ele contou com o auxílio do policial condutor pela diligência chamado Gabriel Salviano da Silva. Perguntado pelo delegado, o policial respondeu:

que hoje a tarde, segundo ouviu dizer o accusado presente Manoel Joaquim dos Santos no caminho que vai da povoação de Girau para o logar São Luiz na proximidade da linha do trem, virou em Manoel Candido Barbosa uma facada; que acto contino o referido accusado foi preso pelo Sr. Luiz Vieira, em flagrante delicto; que hoje, mais ou menos as quatro horas da tarde, já próximo a sahida do trem que viagem, digo que viaja do interior para esta cidade, na Estação da povoação de Girau, o referido Luiz Vieira, entregou ao declarante o mencionado accusado afim de ser o mesmo entregue ao senhor Delegado de Policia deste termo; que o ferimentos fora produzido por faca de ponta, cuja arma foi apreendida e é a mesma que o declarante

faz entrega nesta ocasião; que o referido acusado veio de Girau para esta cidade somente acompanhado do declarante, para evitar maiores despesas com passagens e porque o acusado acomodou-se perfeitamente com o declarante, não havendo assim a necessidade de outras pessoas para auxiliarem na condução do referido prezo.

O delegado tentando juntar mais provas do comprometimento de Manoel Joaquim dos Santos contra a vítima Manoel Candido Barbosa pede a inquirição pelo menos três testemunhas. Algumas delas disseram: “que encontrou o réo com a faca em punho”, “que ambos os envolvidos são notórios ao vício da embriagues” e “que ambos não trabalhavam, que ambos passavam o tempo sem fazer nada”.

Tentando seguir os rastros deixados por essa ação penal, alguns pontos de discussão podem ser assimilados, o primeiro deles trata-se da questão do delegado perguntar se a testemunha viu o indiciado com o instrumento do crime nas mãos. Na visão do delegado, isso provavelmente reduziria a chance do acusado dizer que ele não cometeu o crime. Dependendo do grau de confiabilidade dessa testemunha, em seu relatório final o delegado já poderia pedir a condenação do indiciado, foi o que aconteceu.

A segunda questão trata-se do questionamento sobre a vida social de ambos os envolvidos e o lugar social em que se encontravam. A segunda testemunha é bastante clara ao dizer que ambos os envolvidos bebiam e transitavam pela cidade sempre bêbados e fazendo algazaras. Deste modo, a condição social destes envolvidos vai influenciar diretamente no desenrolar da ação penal, afinal o crime trata-se de uma discussão entre dois “bêbados”, e não entre pessoas “modernas” e “civilizadas”. O que está diretamente relacionado com outra questão que merece nosso detalhamento, o fato de não trabalharem.

Sabemos que durante o século XVIII, enquanto o capitalismo pré-industrial estava por se desenvolver, a quantificação do tempo foi uma de suas engrenagens. Nos séculos seguintes, com o aumento e a aceleração da produção, a busca incessante por inserir o homem no processo produtivo era uma busca constante. Nesse sentido, era preciso enquadrar os costumes do homem a lógica produtiva do capital. O que temos nesse caso é que a lógica capitalista de produzir é quebrada pela prática daqueles que não estão desenvolvendo nenhum ofício e nem enquadrados nesse movimento global do trabalho. E isso condicionará na forma como estes operadores do direito trataram este

caso. A justiça, vai abordar esse processo com um olhar mais brando, se comparado a outros casos chegados até ela.

Vemos, portanto, que a construção de verdade dos operadores do direito, paira para além do crime cometido em si. A verdade processual leva em conta outros elementos que se fundem para concretizar os discursos. Nesse caso, por exemplo, temos elementos econômicos (quebra da lógica capitalista), sociais e culturais.

Algo semelhante foi visto nos trabalhos de Vellasco (2004) sobre o papel desempenhado pelas testemunhas na construção da verdade jurídica, já que este reside na fonte básica de elucidação do delito ocorrido. Parece-nos que os questionamentos feitos às testemunhas são bastante semelhantes ao visualizado pelo autor acima no início do séc. XIX. Questões como a conduta costumeira dos envolvidos e o grau de envolvimento deles figuram em todos os processos por nós analisados.

Durante a feitura da ação judicial diversas “provas” são produzidas para legitimar o que é dito. Não bastava apenas falar, esse discurso oral sobre os ferimentos sofridos era preciso materializar-se concretamente nos autos judiciais. Para isso, o delegado notifica os peritos Doutor Alcides Barreira e Leonel Valle, residentes também na cidade, para fazer o exame de corpo e de delito. Este exame serve como prova concreta da agressão sofrida pela vítima. Algumas perguntas são preparadas pelo delegado, na qual deverão ser respondidas pelos peritos encarregados. Notemos as principais:

(...) primeiro há offença physica produsindo dor ou lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue? Segundo qual o instrumento ou meio que o accasionou? Terceiro resultou ou pode resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente de algum órgão ou membro? Quarto resultou ou pode resultar em enfermidade incurável, que prive para sempre o offendido de pode exercer o seu trabalho?

Para responderem o que lhes foi perguntado, os peritos realizaram os exames e investigações na vítima e concluíram o seguinte:

Ao primeiro, sim, há ferimento com derramamento de sangue; ao segundo instrumento perfuro-cortante; ao terceiro e quarto impossível responder com segurança, uma vez que a victima não quis se submeter a observação indispensável para tal fim, apesar disso a julgar pela

ausência de quaisquer perturbações a não ser os fenômenos dolorosos, parece-nos que o ferimento pela sua sede, extensão e direção, não terá maiores consequências.

Aqui, as experiências concretas dos envolvidos são postas em disputa, em discursos que nem sempre são os deles, mas dos funcionários da justiça que traduzem o dito para o escrito. Nesse sentido, a disputa que antes era apenas de réu e vítima, requerente e requerido, passa a ser também dos operadores do direito. Nesse aspecto, Correa (1975) propõe que no instante em que os atos dos envolvidos se transformam em autos da justiça, os fatos passam a ser versões, que serão postos através dos agentes jurídicos em um jogo por legitimação. Dentro do âmbito jurídico, os operadores do direito buscam fundamentar o seu entendimento sobre o delito e persuadir os demais ao seu raciocínio.

Varussa (2012), ao buscar historicizar as demandas da justiça (1940 a 1960) e problematizar as experiências de trabalhadores ressalta:

Neste momento, a lei e o direito, noções que nas experiências observadas, definitivamente, não são sinônimas, perfazem um campo de lutas no qual ocorrem a legitimação e o convencimento — que definem o justo, o legal e o que é direito, enfim, o que é reivindicado e o que é defendido —, são forjados pelos personagens envolvidos, permeados por elementos que se articulam ao universo das relações sociais e neste se embasando, portanto (VARUSSA, 2012, p. 17).

Nesta ocasião temos realidades que fazem do campo jurídico de lutas um domínio plural. Os envolvidos diretamente nos delitos (re)criam suas histórias de conflitos e os operadores do direito transportam essas histórias contadas para a ação judicial. A partir disso, as configurações das fases jurídicas ocorrem, na tentativa de legitimar os próprios operadores. Articulados aos seus valores sociais, os advogados buscarão a absolvição de seu cliente e os promotores de justiça lutarão por sua condenação. Nesse emaranhado de experiências procura-se convencer o outro da sua verdade, busca-se negociar a definição do que foi legítimo e do que será reivindicado.

o judiciário ter-se-ia constituído um locus privilegiado do processo de negociação da ordem que, ao mesmo tempo em que estabelecia regras impessoais, conformando códigos morais e valores, afirmava a presença e intervenção do poder público como um espaço de mediação, cuja legitimidade apresentava-se através do discurso normativo impessoal e universalizante (VELLASCO, 2004, p. 24/25).

O procedimento legal do delegado depois de feito essa apuração preliminar foi redigir o relatório final contendo uma série de documentos como depoimentos, exame de delito e seu parecer final. Após isso ele encaminhou o inquérito policial ao representante do Ministério Público Francisco de Moura Mattos, o qual é o representante legal para denunciar o então indiciado ao crime. Vale ressaltar que o cargo de promotor de justiça foi criado em 1832, ainda no Império, na qual se definia as principais atribuições e os requisitos para nomeação dos promotores. Todas elas estão especificadas no art. 37 da lei 32 de 29 de novembro do ano acima mencionado<sup>501</sup>. Acompanhemos o que descreveu o Promotor Público na denúncia oferecida ao Poder Judiciário:

Denunciei o Manoel Joaquim dos Santos com impulso nas penas do artigo trezentos e três, gráo máximo, do código penal da República, por haver concorrido as circunstâncias agravantes dos parágrafos VI (motivo reprovado) V (superioridade em armas) e VII (Surpresa), combinado com o artigo 62, parágrafo III do mesmo código. Prezo em flagrante, foi o réu posto em liberdade mediante fiança idonea, devidamente processada e julgada; em 10 do corrente e no summário de 5 testemunhas, número legal, portanto; assignado o tríduo ao réu, depois de lhe serem tomadas as declarações finaes, não apresentou defesa escripta e nem documento para ser junto aos presentes autos. A prova feita é sufficiente para que, o réo Manoel Joaquim dos Santos seja pronunciado nos termos pedidos.

Notemos que ele é o encarregado de solicitar a justiça o cumprimento do código penal vigente de 1890. Ele então especifica e combina os artigos e incisos que o réu infringiu, concordando com o relatório do delegado de polícia na fase inicial do inquérito policial. Nisto, delegado e promotor se complementam em suas tarefas/funções de trabalho e buscam juntos para que sua verdade processual sobre o passado seja levada adiante, obtendo a condenação do indiciado. Após o oferecimento

---

<sup>501</sup> “1º Denunciar os crimes publicos, e policiaes, e accusar os delinquentes perante os Jurados, assim como os crimes de reduzir á escravidão pessoas livres, carcere privado, homicidio, ou a tentativa delle, ou ferimentos com as qualificações dos artigos 202, 203, 204 do Codigo Criminal; e roubos, calumnias, e injurias contra o Imperador, e membros da Familia Imperial, contra a Regencia, e cada um de seus membros, contra a Assembléa Geral, e contra cada uma das Camaras.

2º Solicitar a prisão, e punição dos criminosos, e promover a execução das sentenças, e mandados judiciais.

3º Dar parte ás autoridades competentes das negligencias, omissões, e prevaricações dos empregados na administração da Justiça”. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11326006/artigo-37-da-lei-de-29-de-novembro-de-1832>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

da denúncia pelo promotor de justiça do caso, o indiciado passou a ser réu e o juiz presidindo as fases seguintes.

A justiça aqui, se constitui com uma dinâmica própria, na qual as “leis eram usadas e potencializadas pelos que investissem na norma jurídica como campo de luta e solução de conflitos” (VELLASCO, 2004, p. 136). A partir de agora, sob a presidência do juiz Augusto Dias Martins, os destinos dos envolvidos no crime passaria a ser definidos por ele. O juiz de direito assume uma posição de distanciamento do caso, enquanto advogados e promotores estão envolvidos diretamente com os personagens da agressão.

Novamente as testemunhas são intimadas pelo juiz a prestar seus depoimentos, agora à luz da autoridade judicial e não mais a policial. Durante esse novo depoimento, além das perguntas do juiz, promotor e advogado pode também fazer suas inquirições. O réu, 23 anos, solteiro e natural de Pedra Branca, esclarece as questões e fala:

Que logo á tardinha, de uma para duas horas da tarde, o respondente ia para sua casa em companhia de Manoel Cândido, Luiz Vieira, José Ignácio, Manoel Gerônimo e Antão de Tal, quando, em um dado momento, houve troca de palavras entre o respondente e o ofendido, sendo que Manoel Cândido chamou o respondente de “Cabra Ruim” e como o respondente dissesse que cabra ruim era elle, Manoel Cândido aproximou-se do cavallo, quebrou um pedaço de pau de cerca e deu com o mesmo uma bordoadada no respondente, a qual foi aparada no braço direito, existindo ainda o ferimento produzido pela mesma pancada; que acto contínuo o offendente puchou de uma faca, que reconhece ser a que lhe foi mostrada nesse momento e procurou defender-se investindo contra o seu agressor, não tendo visto na ocasião, se a faca manejada pelo offendente ferira ou não Manoel Cândido;

E seguiu dizendo que em seguida, “o seu companheiro de viagem Luiz Vieira deu-lhe voz de prisão, atendendo a mesma prisão, sendo então levado para a povoação de giral e desta para essa cidade em companhia de Gabriel Salviano num trem da estrada de ferro”.

A vítima Manoel Candido Barbosa, 38 anos, casado e residente no sítio Pau Torto, também foi convidada a falar sobre o fato. Ele disse:

que hontem mais ou menos as duas horas da tarde, o respondente hia regressando para sua casa, em companhia de Luiz Vieira, Rogério

Vieira, Jose Inácio, Antonio Flor, conhecido por Antão, Manoel Jerônimo, Esequiel Clemente e o acusado Manoel Joaquim dos Santos, sendo que este hia montado na garupa do cavallo do Luiz Vieira; que pouco antes da referida viagem o accusado havia emsultado por palavras ao respondente e ameaçando-o com uma faca, ao que o respondente não ligou emportancia; que pouco instante depois de iniciada viagem, o acusado disse para o respondente: cabra eu lhe furo. Acto continuo, saltou do cavallo abaixo; que o respondente então foi decendo do burro em que hia montado e quando acabava de por o pé em terra, o accusado enfiou-lhe uma facada; que ao sentir-se ferido o respondente lançou mão de um pedaço de vara de uma cerca que achou próxima e procurou defender-se; que acto continuou ate os companheiros de viagem interferirem, tendo Luiz Vieira effectuado a prisão de Manoel Joaquim dos Santos;

Percebamos que há uma curiosidade na transcrição da fala do réu e da vítima para o texto escrito, homens analfabetos não saberiam pronunciar palavras como a que estão no termo de seus depoimentos. Por certo, houve aí a interferência do juiz ou do escrivão nesses depoimentos escritos. Uma apropriação do discurso que articula experiências de quem fala e aquela de quem escreve, uma espécie de rede de signos jogando dentro dos tribunais em busca de uma verdade. E tais discursos colocados nas páginas desta ação criminal, procuram representar um crivo linguístico-jurídico que norteia os operadores do direito a agir.

Portelli (2010) chama atenção para o fato de que a transcrição não manipula o conteúdo dito, mas a forma com que ele recoloca graficamente tem uma manobra implícita.

A estrutura gráfica gerada pelo transcritor confere ao texto a aparente objetividade de um documento. A supressão de preposições e predicados liberta o suspeito de uma narratividade originária, incompatível com a presunção de verdade objetiva do documento – uma vez que esta narratividade dá a ver o sujeito do narrador e o processo da memória. Em todas essas coisas, note-se, não há manipulação do conteúdo; o que o transcritor faz é colocar os fatos em relevo. Mas a questão é exatamente esta: a organização tipográfica e sintática induz a perceber o testemunho como fato, mais do que como palavras. Assim, ocorre uma manipulação implícita. (PORTELLI, 2010, p.70-71).

Temos experiências distintas contando o mesmo fato. O réu Manoel Joaquim dos Santos rememora o acontecido demarcando o lugar aonde ia junto com a vítima e mais alguns amigos. Em um dado momento, ambos se desentenderam porquê um

chamou o outro de “cabra ruim”. O acontecimento desencadeou uma briga entre eles, momento em que ele pega uma faca e chega às vias de fato com a vítima. A vítima mostrou em seu testemunho que o réu já havia vindo provocando ele durante todo o caminho. E que depois da agressão, ele tentou se defender com um pedaço de madeira arrancado de uma cerca.

A estrada de terra se constituiu no cenário onde réu e vítima travaram sua batalha e o uso da violência foi como uma norma válida para ambos os envolvidos, uma norma que ao que parece foi socialmente aceita nos costumes sertanejos, isso talvez explique a sentença dada a eles. Aspectos como esse é esclarecedor de importantes dimensões da cultura sertaneja e de seus costumes, onde a agressão em primeiro momento é a forma de resolver suas conflitualidades, e somente depois ela é levada ao judiciário local.

O costume aqui possui, como asseverou Thompson (2011), “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (p. 90). Portanto, a lei e o costume são vistos, também como lugar de conflitos.

Após a tramitação do processo criminal o juiz de direito Augusto Dias Martins convoca o Tribunal do Júri<sup>502</sup> para decidir o futuro do réu Manoel Joaquim dos Santos. Logo após, inicia-se os trabalhos de intimação de todas as pessoas envolvidas no caso, réu e vítima, testemunhas, advogado e promotor até o dia marcado para ocorrer a sessão, 11 de agosto de 1923.

O réu durante todo o percurso judicial não foi acompanhado por qualquer advogado. Sendo apenas constituído no dia de seu julgamento, haja vista, no tribunal do júri a exigência legal de um defensor dativo ou constituído para acompanhá-lo durante a decisão do corpo de jurados. Manuel Rodrigues do Nascimento, Luiz Gonzaga Bezerra, Jose Pessoa de Carvalho, Evaristo de Araujo e Silva, José Clemente da Rocha, Antônio Gurgel Valente e Raymundo Felismino de Oliveira foram as 7 pessoas sorteadas dos 21 inscritos para compor o conselho de sentença.

---

<sup>502</sup> A institucionalização do Tribunal do Júri no Brasil se deu com o advento da Lei de 18 de julho de 1822 para julgar apenas crimes de imprensa. Ao longo dos tempos, sofreu diversas transformações sendo revogada pela Lei n.261, de 31 de janeiro de 1842. Com o advento da primeira Constituição republicana, o tribunal do Júri é reativado 24 de fevereiro de 1981 passando a julgar crimes comuns.



Depois de feito o sorteio desses jurados, o juiz propõe que eles respondam os seguintes quesitos:

1°. O réu Manoel Joaquim dos Santos no dia 17 de junho próximo findo entre 13 e 15 horas, nas proximidades da Estação de Girau, deste termo, vibrou em Manoel Candido Barbosa, uma facada produzindo o ferimento grave?

2°. O réu foi impelido por motivos de re provas?

3°. O réu procedeu com surpresa?

4°. O réu tem superioridade em armas de modo que o ofendido não podia defender-se com probabilidade de repelir a ofensa.

5°. Existem circunstancias attenuantes em favor do reu?

Supreendentemente o júri responde ao primeiro quesito “Não”, por seis votos. Com a decisão dos jurados o réu estaria isento de qualquer penalidade. Na batalha travada nesse campo de lutas – o Poder Judiciário – o réu Manoel Joaquim dos Santos sai vitorioso dela. Algo de inquietude fica latente em nossa análise, qual a relação existente entre o réu e o corpo de jurados? Qual o motivo fez delegado e promotor não os convencer da condenação do réu? Falta de persuasão ou uma solidariedade de classe? Numa articulação entre as memórias forjadas e as experiências descritas ao longo do processo criminal, o júri deu uma segunda chance a Manoel.

Retrocedendo a história levada ao judiciário a mesma foi iniciada em 17 de junho de 1923 e teve seu fim em 11 de agosto do mesmo ano. Cerca de dois meses foram necessários para concretizar a justiça ou a falta dela, nesse caso. A noção de verdade sobre o passado travada durante esses meses foi dispare. Delegado e Promotor acreditavam na culpabilidade do réu, já o entendimento do corpo de Jurados foi outra. Em face do entendimento do júri, o promotor de justiça constitui uma apelação a 2ª. Instância, na tentativa de ver esta decisão modificada.

### **Considerações finais**

Pensar a história e esse processo de renovação epistemológica e metodológica se faz oportuno ainda mencionar os deslocamentos conceituais que incitam a constituição de novas abordagens e metodologias, que modificam o olhar do historiador,

fazendo-o problematizar o tempo, o espaço, o concreto, o abstrato como determinada existência social construída, pensada e significada.

Neste artigo compreendemos que as experiências dos operadores do direito foram elaboradas a partir de suas práticas dentro do Palácio da Justiça. Eles aprenderam a manobrar as leis, a lidar com os embates e conflitos na medida em que jogaram com a norma jurídica e com as funções pré-determinadas no sistema processual vigente. Suas experiências não foram constituídas apenas na frieza da impessoalidade e da racionalidade total, mas também no calor das relações afetivas, permeadas de negociações sutis e/ou embate diretos. A experiência deles foram também constituídas pelas dos que chegam a justiça para resolver suas conflitualidades. Nesse misto de relações e experiências, réus, vítimas, testemunhas e operadores do direito fazem do tribunal de justiça um lugar de lutas, reivindicações de direitos e busca por verdades legitimadas.

Chalhoub (2011) em seu trabalho *Visões da Liberdade* inicia sua reflexão com a história do sábio da Babilônia Zadig - que identificou os traços do cachorro da rainha sem nunca ter visto - para introduzir sua metodologia, fazendo o leitor acompanhá-lo nos métodos de dedução de Zadig. Esta técnica, nos mostra a importância de deixar que as nossas fontes nos façam refletir sobre a sociedade e as mudanças históricas da qual buscamos conhecer. Foi a partir desse entendimento que ousamos deixar falar o processo do réu Manoel Joaquim dos Santos.

Este processo judicial travado durante dois meses teve a interferência de vários discursos e várias versões sobre o passado. Cada operador do direito, contou e debateu a história de Manoel Joaquim dos Santos e Manoel Candido Barbosa. Ao longo das diversas fases pré-definidas pela legislação – fase inquisitorial e fase processual – os operadores do direito construíram não só a cena do delito cometido, mas reconstruíram padrões sociais desejáveis e reprováveis no espaço urbano e/ou rural. A justiça, aqui além de julgar, cria, combate e reafirma padrões e comportamentos.

Quando trouxemos na introdução deste trabalho o diálogo René Remond (2003) e sua ideia de que o historiador é sempre produto de um tempo, foi na tentativa de refletir e reafirmar que se muda o tempo, modifica-se as formas de reflexão sobre o passado e altera-se também as formas de narrar e forjar a história. Portanto, assim como o conhecimento é caleidoscópico, histórico e o lugar social ocupado pelo historiador

também sofre alterações, as experiências dos operadores do direito e os conflitos existentes levados ao judiciário também são plurais em formas, discursos e práticas.

## Referências

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas*. Saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: Método 2003.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BATISTA, Dimas José. *A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco, 1830 – 1880*. (Doutorado em história). São Paulo: Universidade de São Paulo.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. Alfredo Fait. 2. ed. São Paulo: Editora Mandarin, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais*. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1975.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DA SILVA, Edvaldo Fernandes. *Salário Mínimo: a desindexação entre a norma, o fato e o valor*. (Dissertação de mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. São Paulo: editora brasiliense s.a, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo: Hucitec/ Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: Eduem, 1994.

MOTTA, Ronaldo S; VERSIANI, Flávio R; SUZIGAN, Wilson. *Estatística histórica do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

NOBRE, Geraldo da Silva. *História do Tribunal de Justiça do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1974.

PESAVENTO, Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 2, p. 27-37, dezembro de 2004.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: letra e Voz, 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

RIBEIRO FILHO, Carlos Antônio Costa. Clássicos e positivistas no moderno Direito Penal brasileiro: uma interpretação sociológica. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1988

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil: (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. São Paulo, EDUSC, 2004.

# Cultura Letrada

## **Muito além do papel do jornal: periódicos como objeto e fonte da pesquisa historiográfica sob a perspectiva da microanálise**

Gilson Moura Henrique Junior\*

A ideia da produção deste artigo se organiza a partir da percepção de uma especificidade nos periódicos especialmente identificada como resultado colateral da análise das transformações das representações de Luiz Carlos Prestes pelo jornal *A Federação* no período entre 1924 e 1930, análise esta ocorrida durante a pesquisa para a produção da dissertação de mestrado.

A pesquisa em curso produziu a identificação de uma trajetória das representações de Prestes pelo órgão oficial do Partido Republicano Riograndense que faziam dele inicialmente um catafalco<sup>503</sup> de Assis Brasil até ser definido como portador de uma identidade, um rosto próprio que desenhava uma “hirsuta personalidade do ingênuo czar mercantil”(A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5), cuja importância era tanta que até a remoção da barba, parte do processo de construção de uma identidade identificável pelo periódico, se tornava não só assunto passível de ser noticiado, como construiu em torno dele uma ironia às representações em curso (A FEDERAÇÃO, 16 de fevereiro de 1924, p.6).

O caminho da transformação de Prestes de sicário de Assis Brasil a “Napoleão Brasileiro” é todo publicado em *A Federação*, assim como os elementos que demonstravam que estava ali quem às vésperas da Revolução de 1930, possuía um peso tal que precisava mais que ser respeitado, mas precisava ser vigiado e retratado politicamente, com todo o peso da ambiguidade que um possível aliado capaz de organizar um levante, que também podia ser um grande inimigo, trazia consigo, uma figura pública que merecia epítetos de Simões Lopes Filho como “Luiz Carlos Prestes,

---

\* Mestrando em História, PPGH-UFPel.

<sup>503</sup> Catafalco é o termo utilizado para definir um manequim de madeira ou de cera exibido ao lado do cadáver de monarcas nos funerais que praticamente exprimia o duplo corpo do rei (GINZBURG, 2001, p.86).

para quem eu poderia parodiar a frase histórica de Kleber a Bonaparte: ‘General, sois maior que o Brasil!’”(A FEDERAÇÃO, 23 de junho de 1928, p.9).

Essa trajetória exemplifica processos de construções de representações que explicam mais do que apenas o fenômeno analisado aqui, mas também um complexo conjunto de indícios que dão conta de elementos específicos de periódicos que a microanálise ajuda a entender colocando o periódico como parte do contexto das representações, como autor delas, e mais, como autor em si, como portador de um estilo identificável, produtor de um tipo de circulação de discursos no seio da sociedade (CHARTIER, 2014, p.20).

Essa produção do discurso possui uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45) e essa singularidade produzia uma rede de operações simbólicas que demonstrava uma ordenação narrativa tecnicamente produzida como utilitária da verdade enquanto fiadora do discurso, mas sem um processo enfático de fazê-la como tal, tornando-a apenas base sobre a qual se erige um discurso (CHARTIER, 2017, p.29).

A verdade, enquanto fragmento perceptível do real, aqui não é a que remete ao fato, o explicita e revela, mas a matéria-prima sobre a qual se organiza a produção do discurso, sem que este seja uma busca de representação do real, mas uma busca de representação fictícia a partir do real de forma que a narrativa e o discurso contemple sua utilidade política.

O processo descrito, processo de percepção de como um produtor de representações se organiza para tal, revelou outro processo: a especificidade do uso da técnica pelo periódico.

O contexto em que foram produzidas as representações estabelece o que podemos tratar como o caráter histórico do uso da técnica (GINZBURG, 1989, p.73).

Enquanto periódico, *A Federação* convivia com um processo histórico do desenvolvimento de um processo técnico específico entre jornais (BARBOSA, 2010) cujo peso era evidentemente sentido também na disputa pela hegemonia do discurso entre eles.

Essa disputa pela hegemonia contrapunha a utilização da técnica do discurso que não se diferenciava do ficcional e do subjetivo para outros tipos de estruturas de

discurso “profissionais”, “modernas”, que eram produzidos com uma técnica específica que exigia um tipo determinado de linguagem e formação (BARBOSA, 2010, p.152). Linguagem e formação que atribuíam um caráter de especificidade ao discurso de especialista na obtenção de fragmentos do real, de ilustração do real enquanto verdade.

O conjunto de técnicas que *A Federação* mantinha como assinatura se contrapunha a um processo de transformações entre os periódicos, um processo que acompanhava uma busca de produção de “isenção” de acordo com uma modernidade técnica, de maior produção de jornais diários, mais rapidez na reprodução de notícias, meios melhores de retratação do real. Mesmo possuindo recursos para disputar a narrativa da produção técnica com jornais do mesmo período, *A Federação* se punha na condição de utilitária de técnicas que não eram ali as mais modernas.

A opção por um viés de discurso que se afastava do discurso do jornalismo mais contemporâneo tomava forma especificamente por uma relação entre as representações do mundo e as tecnologias e a organização do periódico dentro deste contexto para produzir suas representações e sua disputa com outras formas de discurso e uso da tecnologia (CHARTIER, 2002, p.57).

Enquanto havia movimentos dos periódicos em geral para que se tornassem propagandeiros dos “novos tempos” instituindo uma nova linguagem, um novo discurso, que os distanciava da ficção e os colocava como portadores da mensagem da verdade, do real (BARBOSA, 2010, p.21-94), *A Federação* estabelece um tipo determinado de técnica de discurso que não isola a autoria ao editorial ou à linha editorial, ela posiciona a autoria como parte do cerne do discurso e do estilo.

Na busca da análise das representações de Prestes no recorte escolhido se percebeu o conjunto de processos supracitados e tais processos como um modelo excepcional dentro de uma normalidade cotidiana, que é frequentemente ignorada pela sua presença cotidiana não revelar ali sua especificidade, enquanto é único (GRENDI et al., 2012, p.27).

Este conjunto de técnicas presentes nesta “normalidade”, a linguagem, as técnicas de impressão e diagramação produzidas para construir representações, revelam uma especificidade, uma assinatura d’*A Federação*.



E a partir desta especificidade permite que identifiquemos em cada periódico sua especificidade a partir da análise dos processos particulares de produção técnica envolvidas em cada um, com sua dimensão histórica exclusiva, relacionada a um tipo de espectro técnico, de utilização da técnica, da tecnologia e da linguagem.

Permitiu-se entender aqui, a partir da microanálise, algo que é específico de um determinado sistema de formação de métodos e práticas de produção (GINZBURG, 1989, p.85).

O contexto em que foram produzidas as representações permitiram identificar além delas e suas especificidades, o caráter histórico do uso da técnica (GINZBURG, 1989, p.73).

A partir do periódico se buscou a análise das técnicas de representação e a linguagem de violência contida neles, com isso se percebeu a qualificação das representações enquanto utilização do duplo corpo dos personagens que remetem a uma mensagem em que um conjunto de elementos pejorativos se aglutina permitindo a referência à dissolução do corpo político (GINZBURG, 2014, p.21).

Todo este processo de mensagem identifica no discurso a constituição de elementos em que os que discordam do autor das representações são inimigos figadais da República, da Democracia ou do elemento constituinte de ordem ao qual se agarra a linha editorial (CHARTIER, 2014, p. 45). E esse fenômeno permite que observemos os periódicos como objeto e fonte.

A autoria pelo jornal (CHARTIER, 2014, p. 45); a produção de “efeitos de realidade” que busca a comparação simbólica com o discurso histórico ou de portador da “verdade” (CHARTIER, 2017, p.28); a linguagem de violência simbólica política através do discurso (DE CERTEAU, 1995, p.92); as representações como produtoras de duplo corpo (GINZBURG, 2001, p.86) e de substituição simbólica cuja imagem reflete uma ideia (CHARTIER, 2002, p.21); permitem um debate em torno das técnicas e da própria busca de reflexão do real filtrada pelo discurso d’*A Federação*, e da própria ideia de periódico enquanto elemento complexo cujo do uso das técnicas de discurso, diagramação, imagem produzem uma organização imagética a partir do conjunto entre apresentação do texto e do texto em si.

A identificação do processo junto *A Federação* tenta ampliar a lente com a qual os periódicos são observados. Acrescentando ao escopo das pesquisas em torno deles o processo de análise das técnicas de diagramação, do discurso, da produção da “verdade” e da relação do corpo jornalístico com ela, a história e a ficção.

Nos mesmos moldes se busca um debate historiográfico que dê conta de uma pesquisa que identifique as perspectivas de identificação do estilo e da faceta própria de cada periódico também enquanto formador de uma percepção do real dentro de mudanças sistêmicas elencadas por um processo de avanço tecnológico, tal qual o relógio produziu no sentido de tempo para a sociedade do capitalismo que se tornava o sistema dominante (THOMPSON, 2013, p.267-304).

### **Da fonte a objeto: a trajetória da microanálise revelando caminhos**

A perspectiva revelada pela pesquisa a respeito do periódico *A Federação* se deu pela observação das representações de Luiz Carlos Prestes nas páginas do periódico e o que elas continham de elementos particulares.

As técnicas que as produziam conviviam com um contexto histórico da própria técnica tanto quanto dos elementos políticos relacionados aos grupos em disputas e ao contexto histórico como um todo.

Explicitar o processo de produção das representações de Prestes, analisando indícios e assinaturas, observando em detalhes a própria publicação, a fonte em si, produzia perguntas que se relacionavam com um amplo quadro conjuntural.

De que jornal estávamos falando? Qual era o contexto de sua produção? Como a técnica de discurso produzia o texto final e que indícios de significado o texto induzia? Quais as motivações desse discurso? Que tipo de contradições ocorria nele? Além de tudo, como o discurso se estabelecia enquanto único e que tipo de técnica produzia sua publicação, como discurso se localizava nas páginas dos jornais?

Estas perguntas forma produzindo outras e revelado um complexo quadro que incluiu até a percepção dos jornais como algo além de seu aspecto final, do produto publicado, mas como um tipo de espaço dentro da sociedade com regras e elementos passíveis de serem analisados, das relações culturais até relações de parentesco.

A fonte revelava caminhos para outra pesquisa e ampliação da própria organização da pesquisa em andamento.

As representações de Luiz Carlos Prestes abriam picadas para uma trilha nova de percepção de sua produção que aludiam a uma transformação da fonte em um elemento que cumpria duplo papel, assumindo também o papel de objeto.

E o objeto abria caminho para mais um elemento analítico: o periódico como elemento único, como portador de um tipo de assinatura e especificidade. Cada jornal sendo uno, embora muito parecido com outro, normal dentro de uma comunidade de jornais, mas portador de um caráter único.

A *Federação* não era igual ao *Correio do Povo*, embora suas páginas fossem similares com exceções dos nomes e do discurso.

Para muito além de ferramentas, de vozes dos donos ou aparelhos de reprodução ideológica, para muito além de seu efeito final, os periódicos ocultam em suas páginas características de organizações complexas, cujo controle da edição final, a diagramação e o discurso, oblitera, deixa de revelar o trabalho coletivo envolvido na produção de significados e de um tipo de identidade específica, que reproduz no jornal uma característica cultural, uma marca de produção de símbolos, uma fala.

A *Federação*, como todo periódico, possuía, ao mesmo tempo, seus elementos comuns enquanto estrutura de produção típica dos jornais que organizava o trabalho de cada edição envolvendo um número específico de pessoas, do editor ao tipógrafo, e também produzia com características próprias uma singularidade de discurso e de portavoiz do castilhismo que o fazia único.

Cada jornal é uma estrutura complexa de realização das suas edições cronologicamente produzida diariamente ou semanalmente, com uma linha editorial, de sua linha, suas relações com a tecnologia, sua identificação com determinados campos políticos e sua forma de abordar o real, o tempo, o clima, o cotidiano, a ideia de verdade e progresso ou liberdade, categorias com diversas formas de interpretação.

Cada periódico possui suas características específicas, inclusive ser, como A *Federação*, portador de uma singularidade em relação ao tipo de utilização das modernas técnicas de produção disponíveis. A *Federação*, por exemplo, dispunha de capital para a utilização das técnicas mais modernas, porém optava por um tipo de uso

da técnica conservador para a época, mesmo possuindo meios para a utilização de técnicas e maquinário disponíveis desde o início do século XX (BARBOSA, 2010, p.31).

*A Federação* tinha sua “personalidade gráfica”, não utilizando ilustrações e fotos, mesmo com a reformulação de seu parque gráfico em 1917, ampliando sua tiragem para doze mil exemplares e ampliando seu arco de alcance dentro do Rio Grande do Sul, atuando na maior parte das cidades como ferramenta de disputa política, tendo um grau de impacto na produção de informação, que o tornavam importante elemento de autoria de representações e operações simbólicas.

No contexto da imprensa da época, de sua relação com as novas formas de produção jornalística, com sua tiragem e grau de influência, *A Federação* possuía uma relação com a concorrência que o opunha a eles não apenas politicamente, mas também enquanto compreensão de como se enxergava enquanto jornal e também enquanto utilitário ou não das novas linguagens jornalísticas presentes no contexto (BARBOSA, 2010, p.23)

Aplicando a variação de escala para analisar *A Federação*, observamos o periódico como se visto em uma lâmina de análise exposta a um minucioso trabalho laboratorial, obtendo de suas entrelinhas, em cada frase, na composição de cada diagramação, um tipo de leitura da apresentação dos personagens e na produção de operações simbólicas, um tipo específico de fenômeno que apesar de comum em jornais, ganha em cada um, uma característica única, singular (LEVI, 2009, p.14).

A trajetória de representações de Luiz Carlos Prestes revelou n’*A Federação* um caminho de análise que, de forma minuciosa (LEVI, 2009, p.14), nos fez perceber as representações de diversos meios, da linguagem utilizada ao uso da diagramação para localizá-la no espaço do jornal e do uso de elementos narrativos que atuam tecnicamente para produzir elementos de ficcionalidade na construção de uma história onde opositores e governo se relacionam como vilões confrontando heróis, e bandoleiros atacavam os valores da sociedade, da família e do progresso. Estes elementos nos permitiram entender também uma trajetória autoral de produção destas operações simbólicas, que transformavam a qualificação da oposição em “Federalistas” e “bandoleiros” como algo anterior ao próprio Prestes (FORNO, 2015).

Só que as representações de Luiz Carlos Prestes produzidas por *A Federação* o fazem avançar de um mero peão a Capitão. De elemento diluído numa narrativa anterior a um elemento central de uma narrativa onde Prestes se torna disputante do cetro da sedição (A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1).

A identificação deste fenômeno durante o processo de análise das representações de Luiz Carlos Prestes por *A Federação* nos levou à percepção da exigência das fontes e do objeto, estabelecer um padrão micro-histórico de observação em uma escala que permitisse o detalhamento máximo do fenômeno, e este detalhamento nos permitiu uma observação das representações de forma abrangente sob o ponto de vista técnico e teórico (LEVI, 2015, p.247).

O ponto de vista teórico buscou entender as diferentes formas de qualificação das representações e as possibilidades de análise ofertadas pela fonte (GINZBURG, 2012, p.130). E o ponto de vista técnico, os aspectos das representações enquanto definíveis pelas técnicas de produção do fio narrativo, do discurso à diagramação do jornal.

A capa dos jornais, a primeira página, sintetiza o foco discursivo do periódico, silenciando as contradições existentes em seu interior, focando num alvo de discurso que o próprio jornal, enquanto coletivo de páginas e produtor amplo de sentidos, por vezes acaba desmentindo. A síntese da capa é silenciadora de uma polifonia composta por uma coletividade de produção de sentidos, cuja circularidade entre os diversos níveis e classes existentes na produção do sentido final escapa pelas entrelinhas, faz escapar sentidos, signos, símbolos e operações simbólicas dos diversos níveis de cultura e de classe existente nas redações e estruturas produtivas dos periódicos (GINZBURG, 2011, p.12).

A análise das representações de Prestes fez surgir a percepção desta polifonia enquanto possibilidades, conjeturas e indícios, nas formas como as diferentes representações de Prestes se demonstraram visíveis nas páginas d'*A Federação*.

Prestes é representado por *A Federação* como um personagem secundário, um sicário de Assis Brasil que paulatinamente conquista um rosto, uma faceta que é reproduzida nas páginas do periódico com riqueza de detalhes, contradições, humor e desdém.

O releu bandoleiro se torna portador de um rosto de capitão construído em textos, cuja imagem nunca aparece nas páginas d'*A Federação*, e conquista paulatinamente uma personalidade, uma personalidade hirsuta, separada de Assis Brasil.

E este rosto transitava entre um possível aliado e um inimigo, um barbudo representante brasileiro da estética e da ética dos revolucionários russos.

A construção deste rosto entre 1924 a 1930 foi fruto de uma trajetória de Prestes onde seu próprio rosto, sua descrição se tornaram mais que uma curiosidade sobre si e seu programa e se refletiam em votações nas eleições que ocorriam, que faziam o nome Prestes, sua face, sua trajetória, seus defeitos e qualidades, obrigar a posições sobre suas representações e sua posição no corpo d'*A Federação*.

Cada voto repetido no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul em especial (REIS, 2014, p.111), mesmo durante uma campanha militar como a Coluna Prestes, fazia a necessidade das representações de Prestes conquistarem outro grau e outra complexidade.

Essa complexidade não ocultava contradições, pelo contrário, contradições estas que nos permitem perceber em um mesmo ano, em dias diferentes e posições diferentes dentro do jornal, elogios e ironias a respeito do próprio Prestes na capa e em páginas interiores.

Prestes era “um grande caráter, um grande espírito, um homem antes feito para construir do que para destruir” nas palavras de Getúlio Vargas na primeira página em setembro de 1929 (*A FEDERAÇÃO*, 04 de setembro de 1929, p.1).

Em dezembro o diretor do Correio da Manhã, o Doutor Ruy Carneiro<sup>504</sup>, apoiador de primeira hora da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa declarava: “Não tenho dúvidas que o nordeste irá às urnas com Getúlio Vargas e se preciso iremos às armas com Luiz Carlos Prestes!” (*A FEDERAÇÃO*, 24 de dezembro de 1929, p.1).

Quando o mesmo *A Federação* em Março noticiava que Prestes soltaria um manifesto, as ironias eram gigantes. Noticiado primeiramente em quinze de março de 1929, o manifesto vinha acompanhado de galhofas como: “‘O Capitão Prestes, negociante de secos e molhados numa cidade argentina, vai deitar um manifesto à nação’ é o que dizem os jornais e as agências de informações que exploram a hirsuta

---

504 Jornalista, deputado pela Paraíba de 1935 a 1937 e diretor do Correio da Manhã, da Paraíba.

personalidade do ingênuo czar mercantil” (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).

Ainda 1929, os elogios conviviam com menções ao radicalismo do Capitão e seu avanço na direção da “esquerda ultravermelha” (A FEDERAÇÃO, 23 de março de 1929, p.5).

Além das contradições existem as diferentes composições da diagramação e do discurso, a organização do discurso no jornal, ocultando ou revelando discursos de acordo com as mudanças de necessidade que o autor jornal precisava estabelecer enquanto significado e mensagem. As técnicas aqui usadas criavam uma narrativa para que as representações atuassem na construção de uma imagem de Prestes cuja trajetória percorria caminhos diferentes relativos à conjuntura do discurso e da linha editorial apoiadora do Partido Republicano Riograndense.

A produção do discurso se organizou de forma autoral, utilitário de técnicas similares às da ficção. Além disso, as técnicas de disposição do discurso no corpo do jornal influenciavam na produção final de sentido a partir de uma busca de uma determinada recepção maior ou menor à mensagem, O posicionamento do discurso relativo à recepção a partir de ferramentas de diagramação buscavam um eixo narrativo alinhado à linha editorial.

Nesse sentido *A Federação* é fonte e objeto, pois ao produzir as representações de Prestes, organizou um processo técnico que observado revelam novos problemas e novos objetos, que exigem a utilização de novas ferramentas, da análise da produção gráfica até a análise de discurso, passando pelas percepções das ferramentas de produção textual de significado.

*A Federação* compartilha com as representações sobre Prestes o papel de alvo de uma investigação que construiu em torno do jornal a contextualização do tempo e de sua função no período analisado. É mais que a voz do poder, ultrapassa sua função enquanto ferramenta de comunicação produtor de significados e de busca de hegemonia cultural, comunidade organizada, com símbolos, signos. O periódico é também autor

E essa percepção de autoria se deu a partir da análise em torno do processo da produção de representações. A ênfase nas operações simbólicas e as perguntas a partir

de um processo de microanálise fez surgir a percepção do periódico ser um autor, o que exigia um tratamento específico para as produções de representações.

### **O periódico enquanto autor**

Foi a partir de uma perspectiva focada no objeto (LEVI, 2009, p.14) que se percebeu o processo de autoria junto à produção de representações de Luiz Carlos Prestes por *A Federação*.

A perspectiva microanalítica se debruçou sobre as representações e acabou por perceber os papéis desempenhados pelas representações e pelos objetos na produção da narrativa e também seu impacto nos diferentes setores sobre os quais mantém influência, entre eles o próprio periódico (LEVI, 1992, p.137).

Com a observação do fenômeno em um recorte cronológico específico percebemos na linguagem envolvida, na mudança de paradigma de representações, se ampliou as perguntas e a partir disso se produziu uma análise que permitiu alcançar contribuições que podem ajudar a ampliar a visão historiográfica sobre o fenômeno e outros similares a ele (LEVI, 2015, p.248).

A primeira percepção das representações identificou o uso de um tipo de linguagem nos discursos que permitiam que o processo de produção de representações organizasse também a representação como lugar de estabelecimento de uma linguagem de violência (DE CERTEAU, 1995, p.93). Esse processo de uso da linguagem de violência, a partir da organização de uma operação simbólica que estabelecia uma linguagem derrisória diante do outro é participante de praticamente todo o processo de produção de representações e contribui para a definição do periódico enquanto autor, dando ao discurso um aspecto de estilo próprio.

O fenômeno também permitiu a da percepção do outro representando um símbolo apropriado de outros significados, participando de um processo que acaba obliterando o personagem original a partir de uma transformação do alter em ego, do outro sendo o eu, produzindo uma criação simbólica de substituição do objeto representado por sua representação, desenvolvendo uma operação simbólica cujo resultado final, o Capitão e seu rosto, exclui a origem das representações e os próprios símbolos ali existentes. A cabeça do Capitão toma o corpo do antigo ídolo *assisista* faz



dele apenas um símbolo perdido, uma base para um novo significado (GINZBURG, 2001, p.91).

A complexidade do fenômeno autoral produzido por *A Federação* é tal que o processo de representações permite que a característica da produção das representações como transubstanciação de Prestes de sicário e catafalco de Assis Brasil em portador de identidade seja também um processo de representação como simulacro, cuja função mimética adquire as características do objeto representado a partir das relações de força e lutas de representações que se adaptam às diferentes necessidades dos grupos produtores das representações (CHARTIER, 2002, p.17).

E é essa construção do discurso, das técnicas, que fazem d'*A Federação* o objeto que exerce com excelência a função autor, produzindo um tipo de circulação de discursos no seio da sociedade (CHARTIER, 2014, p.20).

O periódico aqui é autor, mas não no sentido comercial (CHARTIER, 2014, p.44), se qualificando como tal a partir da sua atividade enquanto produtor de discurso e portador de uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45).

A trilha de indícios que produziu essa identificação de autoria também percebeu nas representações o uso pelo jornal de técnicas da literatura pra produzir em sua afirmação de verdade um processo de estabelecimento do “fato”, explicando-o e, por fim, produzindo uma operação literária de construção do texto em torno do “fato” (CHARTIER, 2017, p.23).

Este processo de autoria se fundamentava por uma técnica de diagramação cujo fundamento era produzir uma taxionomia de significados, cujas representações ocupavam as páginas mais visíveis do jornal de acordo com a ordem de importância que o investimento nelas entendia ser fundamental torná-las passíveis de serem receptivas ao público.

As representações e suas transformações obedeciam a uma ordenação narrativa, cuja produção técnica e uso da verdade não a entendia como fiadora do discurso, mas apenas um elemento que sustentaria o discurso a partir de seu uso pontual, sem a necessária construção de provas a respeito, apenas como uma base sobre a qual se erige um discurso (CHARTIER, 2017, p.29).

A investigação das representações de Prestes por *A Federação* produziu a percepção das representações produzidas no contexto do recorte a partir da técnica da microanálise que ampliou o objeto das representações de Prestes para a própria forma periódico e seu uso da linguagem de das técnicas de produção. Assim a linguagem de violência, a produção de duplo corpo, a criação de uma representação que remete um símbolo a partir de outro, se revelaram não apenas resultado da análise das representações, mas também parte dos objetos, parte da análise, pois a técnica usada para sua produção revelava o periódico quando mais que uma fonte.

Todos estes elementos se revelaram um tipo de produção de sentido, uma produção de sentido cuja operação simbólica envolve linguagem e forma, expõe na linguagem uma apresentação da mensagem que a torna também mensagem.

Os periódicos aqui são a mensagem em forma e papel, em linha de produção, em formação de um tipo de assinatura de produção de mensagem e representações, um processo de representações que aqui se fez presente para que fosse fundamental processar suas características enquanto ação e as formas como esta ação foi executada.

E foi a partir da análise da forma como Prestes foi representado que se mostraram os indícios para que a observação dos periódicos fossem mais amplas e estabelecessem maiores espaços de produção de análise, análises essas que permitissem no decorrer do tempo um ganho de ferramentas para a produção historiográfica conquistasse novas formas de trabalho com jornais, revistas e assemelhados.

Os indícios existentes entre as investigações, nas entrelinhas, nas mudanças conjunturais, na linguagem e nas formas como as representações se davam, os elementos que induziam a determinadas viradas nestas representações, como os processos técnicos de sua produção se deram, como elas foram produzidas enquanto linguagem e onde foram colocadas nos jornais para que fossem vistas., tudo revelou os periódicos como parte de um processo de significação onde o papel não poderia ser ignorado em nome do resultado final da investigação das representações.

### **Os periódicos e seu papel enquanto naturalizadores de uma cultura própria do sistema**

As facetas dos periódicos envolvidas nas operações simbólicas e nas produções de significado perceptíveis na investigação das representações de Luiz Carlos Prestes

permitiram a identificação de seu papel enquanto autor, enquanto reproduzidor e produtor de mensagens relativas às disputas por hegemonia política, e também cultural, em seus contextos específicos, se não concreta e amplamente, pelo menos enquanto indícios investigáveis.

Mas o processo de análise indicavam paralelamente outros elementos, como a perspectiva de construção dos periódicos como portadores de um tipo de ideia de sistema, parte inclusive da produção da sua naturalização e implementação definitiva, como parte de uma construção de símbolos que davam conta de uma realidade que distanciava um mundo onde a informação, o dia, o clima, eram percebidos de outra forma e a partir de determinado conjunto de mudanças conjunturais se formou em outro mundo.

A própria ideia da produção de representações por *A Federação*, que não buscou criar nesta representação um paradigma de isenção ou de construção de uma “verdade” com base em prova, era diferente da ideia de jornal como produzidos a partir de uma técnica específica e exige um tipo de linguagem e formação (BARBOSA, 2010, p.152) já vigente nos primeiros anos do século XX.

Enquanto jornais como o *Correio da Manhã* propagandeavam “novos tempos”, cujo processo técnico se mantinha a partir de uma abordagem cujo uso de linguagem o obrigava a distanciar-se da ficção (BARBOSA, 2010, p.21-94), *A Federação* ainda mantinha linguagem e processos técnicos de produção de discurso anteriores, mais “antigos”.

Essa diferença, esse distanciamento entre formas de fazer indicavam a transformação nas percepções das funções dos periódicos pelo sistema, pelo mercado e comunidade de informações.

Jornais e revistas obedeciam a um papel de reproduzidores de discursos políticos culturais, ferramentas de produção de transformações do mundo e anunciadores suas transformações, porta-vozes do “progresso”, assim como os relógios forma porta-vozes de um tempo da disciplina, organizador do tempo do trabalho (THOMPSON, 2013, p. 267-304).

Jornais e os avanços técnicos eram parte intrínseca um do outro. Periódicos eram assim elementos que atuavam como mensageiros dos “novos tempos”

(BARBOSA, 2010, p.21-94), dando sentido a uma ideia onde a cada novidade surgida no mundo haveria um espaço onde eram noticiados os novos avanços tecnológicos, dos quais os jornais eram parte.

Enquanto produtores de sentido, autores de narrativas e construtores de linha editorial os periódicos ainda eram lugares, e lugares em que fervilhavam a cultura urbana, diversa, plural, nova e veloz, afetivamente ligada a uma relação de sociabilidade similar às dos cafés e bares (DE LUCA in PINSKY, 2008, 140).

Periódicos noticiavam o cotidiano, o cinema, o teatro, a política, mas também o dia e o tempo, o sol ou a chuva, o remédio e as passagens de trem, bonde, o banco e o boticário. Papéis outrora existentes e executados por pessoas se tornavam exercidos por jornais e revistas.

Ler era fundamental, para se saber até em que data se estava no calendário. Os impactos das transformações técnicas são também sociais e culturais (THOMPSON, 2013, p.151) assim como as transformações sistêmicas exigem novas percepções e um tipo de sustentação em ferramentas e regulamentos que ultrapassasse os processos complexos, subjetivos até, relativos a cada cultura encontrada nos mais diversos países (THOMPSON, 2013, p.161).

Assim como o sol, o período do ano, o clima não eram mais senhores do trabalho em laços com o trabalhador, cuja venda de sua força de trabalho exigia agora que o controle do seu tempo passasse para as mãos de quem pagava por ele (THOMPSON, 2013, p.272), a ideia de verdade, de notícias, das novidades e do correr da ideia de urbanidade e de convivência passavam agora de códigos compartilhados diretamente para códigos compartilhados por uma mediação impressa.

Essa mediação, feita pelos jornais foi paulatinamente feita com uma transformação dos periódicos em propagandistas das transformações, ícones e qualificadores de uma ideia de sistema naturalizado, moderno (BARBOSA, 2010, p.22).

Os jornais tornam-se arautos de uma “nova temporalidade” das cidades, onde “não há mais tempo a perder”, não pode atrasar em sua linha de tempo aliada à do cotidiano das cidades, é filho dileto de uma ideia de tempo demarcado, produzida pelas necessidades de um novo tempo, um novo tempo da produção e do trabalho (BARBOSA, 2010, p.40).

Além de novos arautos da modernidade, os jornais produziram novos artífices da verdade, da produção de um tipo de trabalho que nomeia o que é verdade ou não, imprime em papel, grava, o que é fato ou não.

As redações são comunidades de produção de um tipo de trabalho que delimita as transformações do cotidiano em papel impresso, que fazem a relatoria dos dias, anunciam o que se vende e o que se compra, o que se faz e se filma, o que se vê no teatro, o que se decide nos palácios, promovem inflexões políticas e são por vezes protagonistas delas ou vozes extremamente influentes em seu apontamento (MARTINS; LUCA, 2012, p. 7).

A própria ideia dos jornais enquanto inventores do nacionalismo ou do papel da linguagem impressa em sua produção (ANDERSON, 2005, p.176) elenca um aspecto fundamental dessa relação entre os periódicos e a realidade de seu tempo, não apenas como perpetradores da publicação da realidade, mas como produtores de ideias de realidade.

Esses processos e sua ligação íntima com as transformações do cotidiano são elementos que surgem a partir da construção de uma contextualização do papel das redações e dos jornais na produção das representações de Prestes e de todas as operações simbólicas que fazem d'A *Federação*, e, via de regra, de todos os periódicos, elementos de profundo peso na ideia de uma realidade em seu recorte temporal.

### **Considerações finais**

As especificidades de um processo de análise expandiram as possibilidades analíticas por sobre o objetivo a ponto de indicarem não um subtema, mas um tema de reflexão tangencial a partir da pesquisa original.

Esse papel dos periódicos, alinhados com seu papel enquanto autor, identifica um processo complexo de abordagens que exigem mais tempo para a investigação e um foco específico em cada periódico analisado.

O excepcional normal dos periódicos exige também a investigação em cada um deles dos processos de autoria e do papel naturalizador sistêmico, de seu papel enquanto portador de uma ideia do real e controlador de percepções dele.

As assinaturas, a folha de estilos de cada periódico anda de mãos dadas com o papel das redações enquanto núcleo de convivência e construção de culturas próprias e também do periódico enquanto ferramenta de demarcação do tempo e do espaço, da operação simbólica de construção de significados, entre outros elementos a serem investigados.

E cada elemento acaba identificando também outras necessidades de abordagem teórico-metodológica, da análise de discurso ao estudo da diagramação para entender as variáveis existentes entre as técnicas possíveis e como elas influenciam o significado proposto pela linha editorial dos jornais e revistas.

A existência de uma história dos jornais se torna praticamente uma demanda visível, onde a história seja mais do que uma percepção de como se produzem tecnicamente os processos editoriais e seus resultados finais, mas como os periódicos se transformaram no decorrer do tempo.

E esta historiografia dos jornais precisa de um processo que desvie dos reflexos deformados produzidos pelos espelhos deformantes que são as fontes (GINZBURG, 2002, p.44) e que encaminhem variações de escala combinadas com diferentes formas de observar os periódicos, tentando compreender assim os papéis desempenhados por estes objetos e fontes nos diferentes setores da vida sobre os quais mantém influência (LEVI, In: BURKE, 1992, p.137).

### **Fontes**

A FEDERAÇÃO, 16 de fevereiro de 1924, p.6

A FEDERAÇÃO, 23 de junho de 1928, p.9

A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1

A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5

A FEDERAÇÃO, 23 de março de 1929, p.5

A FEDERAÇÃO, 04 de setembro de 1929, p.1

A FEDERAÇÃO, 24 de dezembro de 1929, p.1

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.
- DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas, Papirus, 1995.
- FORNO, Rodrigo dal. *O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920*. 2015. 203 f. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131775/000980771.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- GRENDI, Edoardo et al. *Microanálise e história social*. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Cap. 1. p. 19-38.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras. 2011.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna: Decifrando o Sabá*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter et. al. *A Escrita a história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 133-161.
- LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 11-16.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 246-260.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

## Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras. 2014.

THOMPSON. E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras. 2013.



## **“Voltados para a luz”: a construção de uma Academia de Letras no Rio Grande do Norte (1935-1940)**

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra\*

Na noite do dia 14 de novembro de 1936, reuniram-se no Instituto de Música do Rio Grande do Norte, localizado no centro da cidade de Natal, importantes literatos do estado, entre eles Henrique Castriciano, Sebastião Fernandes, Antônio Soares, Juvenal Lamartine, Câmara Cascudo, Ivo Filho, Edgar Barbosa, Floriano Cavalcante, Otto Guerra, Matias Maciel, Waldemar de Almeida, Clementino Câmara, Bezerra Junior e Aderbal de França. A pretensão desses renomados eruditos<sup>505</sup> potiguares era fundar uma Academia de Letras, pretensamente composta por literatos do Rio Grande do Norte. No mesmo dia foi eleita, por esses mesmos personagens, a diretoria da Academia Norte-Riograndense de Letras composta pela seguinte ordenação: Henrique Castriciano (presidente), Câmara Cascudo (Secretário Geral), Edgar Barbosa (1º secretário), Aderbal de França (2º secretário), Clementino Câmara (Tesoureiro). Surgia, então, a Academia Norte-Riograndense de Letras.

Escolhido os membros da instituição e eleita a diretoria, na terceira reunião da entidade, no dia 28 de novembro de 1936, ainda em fase preparatória para a sua instalação definitiva, o lema da Academia foi escolhido. Diante de quatro propostas, o lema escolhido pelos acadêmicos foi “Ad Lucem Versus” (Voltados para a luz), elaborado pelo acadêmico Padre Monte.

Após a fase preparatória (eleição da diretoria e escolha do lema da entidade), a instalação oficial da Academia Norte-Riograndense de Letras aconteceu no dia 15 de maio de 1937. Neste dia, estavam presente dezoito acadêmicos<sup>506</sup> e algumas autoridades

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>505</sup> Optei por utilizar o conceito de “eruditos”, entendendo esses indivíduos como detentores de um saber letrado, de modo geral. Como ficará claro no decorrer do texto, alguns fatores inviabilizam o uso do conceito de “intelectual” para tratar dos personagens que lido no presente texto.

<sup>506</sup> Henrique Castriciano, Câmara Cascudo, Antônio Soares de Araújo, Nestor dos Santos Lima, Matias Maciel, Floriano Cavalcanti, Edgar Barbosa, Palmira Wanderley, Carolina Wanderley, Francisco Ivo

locais. Nesta solenidade, foram lidos dois discursos, sendo um por Câmara Cascudo e outro por Henrique Castriciano. Ambos discutiram alguns aspectos da história literária do Rio Grande do Norte<sup>507</sup>.

Até os episódios de preparação e instalação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, narrados anteriormente, diversos outros eventos antecederam e influenciaram diretamente na criação da entidade. Nesse sentido, a criação e consolidação da instituição devem ser compreendidas diante das mudanças e permanências derivadas de fatores políticos, sociais e culturais específicos da década de 1930, que circunscreveram a criação da entidade.

A partir da década de 1930, algumas tentativas de criação de uma Academia de Letras do estado foram encabeçadas por um importante erudito potiguar: Câmara Cascudo. Sobre algumas dessas tentativas, o próprio revelou que:

Anos depois, um advogado prestigioso, Heráclito Vilar (1893-1931), pensou na Academia e mandou-me chamar. Tivemos umas horas de plano na sua casa, onde está atualmente a agência de correios e telégrafos da Cidade alta [...] andamos uns meses trocando imagens, soprando as brasas da ideia. Era o Ano do Centenário e fui para o Rio de Janeiro. Quando voltei, Heráclito desanimara. Agora, era eu o homem que andava empurrando o velho sonho para realidade (FRANÇA, 1968, p. 32).<sup>508</sup>

Como veremos adiante, Cascudo foi uma peça central na fundação da Academia Norte-Riograndense de Letras. De antemão, basta saber que o mesmo tentou criar algumas outras entidades literárias no Estado, antes da Academia Norte-Riograndense de Letras. Ou seja, o assunto da criação de uma Academia de Letras no Rio Grande do Norte não representava uma novidade em 1936.

Essas entidades deveriam, para além de ser um espaço de discussão e promoção das obras literárias dos autores potiguares, instruir a juventude no caminho das letras, servir de exemplo a sociedade e promover a cultura do Estado.

---

Cavalcanti, Otto Guerra, padre Luiz Monte, Valdemar de Almeida, Clementino Câmara, Antônio Fagundes, Bezerra Júnior, Virgílio Trindade e Aderbal de França.

<sup>507</sup> Seria bastante interessante a análise desses discursos em um momento posterior. Entretanto, não consegui, até o momento, encontra-los.

<sup>508</sup> Apesar de ter sido Cascudo quem escreveu esse relato, nós só tivemos acesso a ele por meio de um artigo publicado por Aderbal de França, na Revista da Academia de Letras Norte Riograndense, número 7. O artigo publicado no ano de 1968 foi fruto de uma palestra do próprio Aderbal de França, no ano de 1949, quando o mesmo homenageou a Academia Norte Riograndense de Letras, na ocasião da cerimônia aniversário de treze anos da instituição.

Até mesmo antes da década de 1930, e antes do próprio Câmara Cascudo, diversas sociedades literárias foram criadas em Natal, capital do Estado. Algumas dessas sociedades são: *Primeiro de Março* (1889), *Le Monde Marche* (1894), *Congresso Literário* (1897), *Grêmio Polymathcio* (1898 – 1900), *Academia Literária Norte-Rio-Grandense* (1898), *Grêmio Literário Frei Miguelinho* (1902), *Grêmio Pedro Velho* (1909), entre outros<sup>509</sup>. Entretanto, nenhuma dessas sociedades se constituíram enquanto academia literária regional, uma vez que as pretensões de tais agremiações diziam respeito somente a uma sociabilidade de autores, sobretudo, de Natal, e não dos diferentes municípios do Estado.

Nesse sentido, refletindo acerca da criação de sociedades e academias literárias e duas perguntas surgiram: de que forma se estabeleceu uma unidade necessária entre os eruditos do Rio Grande do Norte, a fim de eles criarem a Academia Norte-Riograndense de Letras? Quais elementos unificaram os acadêmicos em torno dessa instituição?

Diante da amplitude das duas perguntas, nos deteremos em dois objetivos: 1) apontar possíveis fatores contextuais que contribuíram para a consolidação da instituição 2) Compreender estratégias e sensibilidades em comum que aglutinaram os acadêmicos em torno da Academia Norte-Riograndense de Letras. Nesse sentido, nossa meta é reconstituir aspectos políticos, culturais e sociais que circunscreveram a criação da entidade. Para isso, analisaremos a ação da Federação das Academias de Letras do Brasil, o movimento integralista no Rio Grande do Norte e a mudança na caracterização dos intelectuais brasileiros, na década de 1930, a qual privilegiou um novo tipo de saber.

Didaticamente o texto está dividido em quatro partes. Na primeira, analisamos a influência da Federação das Academias de Letras do Brasil na criação da Academia de Letras Norte-Riograndense. Na segunda parte, refletimos acerca do surgimento gradativo da figura do novo produtor do conhecimento no Ocidente, a saber: o intelectual. Na terceira, tecemos breves relações entre o movimento integralista no Rio Grande do Norte e a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Por fim, nas considerações finais, fechamos algumas questões apresentadas no decorrer no texto,

---

<sup>509</sup> Para ver mais sobre a vida literária durante a Primeira República, no Rio Grande do Norte, consultar: SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”: a vida intelectual natalense (1889-1930). 342 f. Dissertação (Mestrado em História. ) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

bem como destacamos algumas influências metodológicas da micro-história italiana na construção do texto.

O escopo documental do trabalho foi constituído por alguns artigos publicados em Revistas da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (especificamente os que versam sobre o surgimento da instituição), algumas notícias veiculadas pelo *Jornal do Comércio* (RJ) e o jornal *A Cruz* (MT) e o livro *Notas sobre o integralismo*, escrito por Luiz Gonzaga Cortez.

Delimitamos o período entre 1935 a 1940 para a nossa investigação, pois foi entre esses anos que os membros da Academia Norte-Riograndense de Letras articularam-se para a criação da entidade.

### **A Federação das Academias de Letras do Brasil**

Entre os dias 3 e 16 de maio de 1936 aconteceu no Rio de Janeiro, capital política e cultural do Brasil, o Congresso das Sociedades e Academias Literárias do Brasil. Para a realização do Congresso, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, auferiu junto à Vargas a doação de doze contos de réis<sup>510</sup>, que prontamente foi doado pelo presidente. A doação foi encaminhada a Academia Carioca de Letras, responsável por promover o evento. Tal doação corresponde a proposta do próprio Ministério da Educação de formação de uma cultura erudita no país, privilegiando a literatura como campo de fomentação dos valores defendidos por Vargas, e os literatos como agentes fundamentais no projeto cultural do governo (Velloso, 2003).

No Congresso reuniram-se literatos de diferentes estados do país, que discutiram, sobretudo, a necessidade do aumento do intercâmbio das produções literárias no Brasil. Como proposta para aumentar esse intercâmbio foi criada a Federação das Academias de Letras do Brasil.

Nesse sentido, a partir do Congresso patrocinado pelo Ministério da Educação, a Federação das Academias de Letras do Brasil surgiu no dia 1 de julho de 1936, tendo a frente dela o intelectual Afonso Costa, então presidente da Academia Carioca de Letras. Segundo consta no Estatuto da Federação, a entidade tinha os seguintes objetivos:

- 1º: Incentivar a mais perfeita solidariedade do espírito nacional;
- 2º defender direitos e aspirações de elementos federados e em geral dos homens de letras;
- 3º manter um centro de informação e intercâmbio;

---

<sup>510</sup> A doação foi realizada por meio do Decreto número 388, de 21 de outubro de 1935.

4º promover a realização de congressos de intelectuais; 5º estabelecer relações de intercâmbio com sociedades estrangeiras de letras e de cultura.

(1936, Estatuto da Federação das Academias de Letras do Brasil, p. 110-111)

Nesse sentido, é possível perceber que a principal meta da entidade era aglutinar o pensamento brasileiro, por meio da cooperação entre os intelectuais. Tal meta pode ser relacionada aos objetivos do projeto cultural autoritário de Vargas, que pretendia cooptar a intelectualidade brasileira em torno de um único eixo de pensamento, a saber, o descobrimento da brasilidade (Velloso, 2003). A meta do Estado era eliminar os conflitos entre os grupos, estabelecendo bases únicas para o pensamento brasileiro, através da cooperação. Dessa forma, os intelectuais tiveram um papel central na construção do sentido da nacionalidade, a partir da busca pela unidade nacional (Capelato, 2014). Nesse sentido, a Federação alinhava-se a essa política, que se pretendia harmoniosa, na medida em que a própria se colocava enquanto espaço de solidariedade do espírito nacional, a fim de promover a união entre os homens de letras.

Nesse sentido, a partir da atuação do Ministério da Educação na fundação da Federação e da proximidade entre os objetivos da Federação e da política cultural varguista, dirigida aos intelectuais, estabelecemos a seguinte hipótese: a Federação atendia positivamente ao projeto cultural de Vargas.

Além dos objetivos da Federação, é recorrente notícias em diversos jornais que corroboram com a nossa hipótese. Por exemplo, segundo o jornal *A Cruz*:

o espírito da unidade que norteia os destinos da Federação, no sentido de uma diretriz eficaz e semelhante para todo Brasil, em proveito das letras, na inteligência e da cultura dos brasileiros, vai merecendo apoio de quantos compreendem as finalidades da instituição (*A Cruz*, 1937, p.7).

Na medida em que a Federação pretendia estabelecer a solidariedade do espírito nacional, ela propunha arregimentar em torno dela as diversas Academias de Letras espalhadas pelo Brasil. Para isso, a entidade fundou novas Academias, rearticulou outras que estavam desativadas, e arregimentou para dentro dela as que já funcionavam regularmente.

No caso da Academia Norte-Riograndense de Letras, foi a própria Federação quem incentivou a criação da instituição. Comentando sobre o surgimento da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, escreveu Câmara Cascudo:

Encontrava-se [Câmara Cascudo] em 1936 no Rio de Janeiro e um dos meios companheiros de ônibus era Afonso Costa. Hospedava-me no Flamengo e ele residia em Botafogo, havendo um percurso diário em comum, voltando para casa. A conversa tinha um assunto predileto, que era a fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Afonso Costa estava obstinadamente tentando criar uma Academia em cada Estado para fortalecer a Federação, tornando-a de influência decisiva pela reunião de todos os colégios literários, espelhados pelo Brasil. De tanto conversar e sugerir, acabei prometendo meter-me na campanha (FRANÇA, 1968, p.32).

Cascudo depositou sobre si a responsabilidade de criar a Academia de Letras no Rio Grande do Norte, e, para isso, reuniu diversos literatos do Estado em reuniões preparatórias em sua casa. Entretanto, o esforço de Cascudo só pode ser entendido se analisado em um contexto mais amplo, nos termos de um projeto nacional. Esse projeto nacional atendia as aspirações das políticas de Vargas, que objetivava cooptar a intelectualidade brasileira em torno de um único pensamento central.

De um modo geral, a Federação atuou de modo contundente na arrematamento de Academias Estaduais, se colocando como um eixo de articulação entre os literatos dos diferentes Estados do país. Segundo Abano Mara (1963), Até o final da década de 1930, a Federação contava com as seguintes Academias Estaduais filiadas: Academia Cearense de Letras (1894), Academia Paraense de Letras (1900), Academia Pernambucana de Letras (1901), Academia Rio-grandense de Letras (1901), Academia Maranhense de Letras (1908), Academia Paulista de Letras (1909), Academia Mineira de Letras (1909), Academia de Letras da Bahia (1917), Academia Fluminense de Letras (1917), Academia Piauiense de Letras (1917), Academia Amazonense de Letras (1918), Academia Alagoana de Letras (1919), Academia Catarinense de Letras (1920), Academia Espírito-Santense de Letras (1921), Academia Mato-Grossense de Letras (1921), Academia Carioca de Letras (1926), Academia Sergipana de Letras (1929), Academia Paraense de Letras (1936), Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (1936), Academia Acreana de Letras (1937), Academia Goiana de Letras (1939). Interessante que a extensa lista deflagra o ambicioso projeto da Federação, que articulava instituições literárias de todas as regiões, desde as mais destacadas no cenário literário, como aquelas que não ocupavam um lugar de destaque no campo literário.

Dessa forma, o movimento de criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras faz parte do projeto da Federação, que por sua vez correspondia à política cultural de Vargas. Tal hipótese leva em conta que a Academia Norte-Riograndense de Letras surgiu a partir da movimentação de Afonso Costa, então presidente da Federação das Academias de Letras, e Câmara Cascudo, erudito do Rio Grande do Norte. Entretanto, não devemos compreender tal movimentação como um percurso natural da história, uma vez que os agentes detinham um campo de possibilidades para as suas ações, e a criação da Academia Norte-Riograndense de Letras apresentava-se como uma das possibilidades entre outras tantas. Por isso, vale salientar um elemento central na articulação entre Câmara Cascudo e Afonso Costa: a imprevisibilidade do percurso histórico. Foi a imprevisibilidade e, de certo modo, o próprio acaso quem uniu os dois personagens, em um cenário inusitado: o bonde que os levava para casa. Tal encontro deflagra a própria historicidade da Academia Norte-Riograndense de Letras, na medida em que sua criação foi resultado de um projeto político e cultural, mas também de encontros e desencontros ocasionais próprios da história. Quem garante que a entidade teria sido criada, por exemplo, se Cascudo e Afonso Costa não pegassem o mesmo bonde de volta para casa?

### **Entre eruditos e intelectuais: as novas regras de produção do conhecimento no Ocidente**

Entre o final do século XIX e início XX (sobretudo após a Primeira Guerra Mundial) a figura do produtor do conhecimento, no Ocidente, passou por uma profunda transformação. Do “erudito” mudou-se, gradativamente, para o “intelectual” (JUNIOR, 2005). A partir dessa mudança, discutiremos e lançaremos hipóteses, nessa parte do texto, acerca de como essa alteração na figura do produtor do conhecimento interferiu diretamente na criação da Academia Norte-Riograndense de Letras.

O erudito possuía vasto saber e transitava em diferentes áreas do conhecimento. Não possuía formação especializada e não se preocupava em circunscrever toda sua produção em uma determinada temática. Não era, portanto, o que entendemos atualmente como “especialista da área”. Seus estudos atentavam-se mais para a extensão do que para a profundidade do conhecimento. Por isso, sua relação com o saber, com os livros, com os documentos e com a biblioteca era pautada na quantidade. Nesse sentido, sua atividade de produção do conhecimento não era tida como uma profissão. Por isso,

quase sempre se dedicava às belas letras ou às humanidades como uma atividade prazerosa, já que tinha outro meio de sustento financeiro (JUNIOR, 2005).

A figura do intelectual enquanto produtor de cultura é diametralmente oposto as características atribuídas ao erudito. Primeiramente, a produção do conhecimento era sua própria profissão. Desse modo, sua procura pelo conhecimento se tornou interessada, já que sua subsistência passou a depender disso. Nesse sentido, a leitura de inúmeros livros como mecanismo de disputa dentro do campo, deu lugar a preocupação qualitativa com a leitura, não sendo mais interessante a simples soma do número de obras lidas, mas, sobretudo, a qualidade de apreensão do conteúdo discutido no texto. Aliás, as leituras se tornaram concentradas em uma área específica do conhecimento, pois elas se tornaram o eixo de sua produção. Disso surgiu a figura do “especialista” de uma dada disciplina. Nesse sentido, muito influenciado pelo protocolo científico consolidado durante o século XIX, o conhecimento produzido pelo intelectual deveria ter a maior carga de objetividade possível. A busca pela objetividade, da realidade e da verdade, interferiu também na própria produção das artes e literatura. Dessa forma, a escrita do texto pelas mãos dos intelectuais se pautaria por normas que atestassem a veracidade do informado. Disso decorre o comprometimento do intelectual com a exposição das fontes, da bibliografia e da própria linguagem especializada utilizada por ele no texto (JUNIOR, 2005).

Diferia também a relação desses sujeitos com o poder. Por um lado, o erudito mantinha-se próximo das instituições tradicionais de produção e distribuição de sentidos, tais como: Igrejas, Academias, Museus e Bibliotecas. Próximo também estava do Estado, sobretudo dos grupos que mantinham atividades rurais. Ele necessitava do arrimo do Estado ou destas instituições para poder produzir seu trabalho com as letras. Nas sociedades onde ainda não existiam formas de sobrevivência independente e autônoma das atividades relacionadas ao conhecimento e à cultura, o erudito necessitava do mecenato oficial para a subsistência. Por isso, os eruditos trabalhavam, sobretudo, no funcionalismo público. Nesse sentido, esses homens viviam dependentes das elites dirigentes, uma vez que elas controlavam as instituições político-administrativas e culturais. Por outro lado, o intelectual é marcado por uma certa autonomia ou distanciamento da ordem vigente, que configurou um elemento central na definição da identidade própria do seu trabalho. O intelectual não desempenhava apenas o papel de legitimador do regime ou de analista da ordem, mas de contestador. Esta nova figura do



intelectual pressupõe a existência de um sujeito do conhecimento que foi capaz de se colocar à margem da ordem estabelecida (JUNIOR, 2005).

A mudança do erudito para o intelectual se deu gradativamente, dependendo da realidade de cada país. Na medida que o sistema capitalista alcançou um maior grau de desenvolvimento, a sociedade burguesa exigiu um produtor do conhecimento engajado no seu tempo, antenado com a sua inserção social e com a utilidade daquilo que fazia. A produção de conhecimento ou o trabalho com a cultura por puro prazer ou deleite pessoal, para a satisfação da vontade de saber de uma única pessoa se tornou um tanto quanto insustentável. Além disso, a expansão da economia capitalista, o processo de industrialização e urbanização crescentes e a conseqüente separação entre cidade e campo, tornou a sociedade cada vez mais complexas.

No Brasil, devido ao tardio estabelecimento da modernidade no país, a mudança ocorreu entre os anos de 1920 e 1945. Sérgio Miceli (1979), ao discutir a transição do “intelectual tradicional” para o “intelectual moderno”, ressalta as diferentes formas como os intelectuais se relacionavam com as classes dirigentes e o Estado, no Brasil. Para isso, o autor lança mão de adjetivos como tradicional, oligárquico e moderno. Segundo Junior (2005, p. 156), Miceli trata, na verdade, “da emergência dos intelectuais e do desaparecimento progressivo da figura do erudito”.

Ainda em 1930, a criação da Universidade de São Paulo foi decisiva na divisão entre eruditos e intelectuais brasileiros, uma vez que iniciou o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. De certa forma, isso marginalizou boa parte dos letrados brasileiros, principalmente aqueles que não produziam escritos com base em regras e normas, que garantissem a legitimidade de suas produções. Entre os saberes marginalizados pelas instituições de ciências sociais estava o Folclore, que os próprios folcloristas entendiam se tratar de um saber marginal às produções intelectuais, pois nem sempre seguia métodos científicos (ORTIZ, 1992).

Nesse sentido, os sujeitos envolvidos na criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, na década de 1930, correspondiam à definição de erudito. No decorrer de suas vidas, os acadêmicos (até os anos de 1960) possuíam profundas relações com o Estado. Inclusive, entre os membros fundadores da entidade consta Juvenal Lamartine, governador do Estado entre 1928-1930. A Academia manteve também um relacionamento estreito com a Igreja Católica, contando com padres entre seus membros fundadores. Aliás, o próprio lema da Academia (“em direção à luz”,

originalmente em latim) foi escrito pelo Padre Monte, o qual buscou referências nos valores cristãos para a elaboração do mesmo.

Os eruditos responsáveis pela criação da entidade vinculavam-se as normas de escrita e a construção textual característica do século XIX. É recorrente nos artigos presentes nas primeiras cinco revistas da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (publicadas entre 1951 e 1959) a falta de preocupação com referências e fontes. Além disso, esses homens escreveram sobre diversos assuntos. Nas primeiras cinco edições, por exemplo, consta escritos relacionados a folclore, biografias, relato de viagens, crônicas, críticas, ensaios literários, etc.

Nesse sentido, nos parece coerente afirmar que os eruditos que fundaram a Academia de Letras Norte-Riograndense passavam, nos anos de 1930, por um momento de progressivo afastamento da figura do produtor do conhecimento, em virtude dessas mudanças que fundamentaram a troca do erudito pelo intelectual. Por isso, lançamos mão da seguinte hipótese: a criação da entidade representou também uma tentativa desses eruditos legitimarem e veicularem seu saber, criando, para isso, suas próprias instituições. Com a criação da instituição seria possível se manter no circuito da sociabilidade local, uma vez que a entidade congregava os produtores do conhecimento do Rio Grande do Norte, e a intelectualidade nacional proporcionada pelo intercâmbio com a Federação das Academias de Letras do Brasil.

### **O Movimento Integralista**

O núcleo da Ação Integralista Brasileira foi fundado no Rio Grande do Norte, no dia 14 de julho de 1933. No momento de sua fundação, o núcleo foi presidido por um triunvirato formado por Luís da Câmara Cascudo, Miguel Seabra e Francisco Veras Bezerra, que atuou até 1934, quando Câmara Cascudo assumiu a chefia do núcleo. Ao longo dos seus quatro anos de existência, o movimento contou com um pouco mais de três mil adeptos no Rio Grande do Norte. Dentre os adeptos, destaca-se a participação de renomados eruditos potiguares, entre os quais Câmara Cascudo, Miguel Seabra, Otto Guerra, Hélio Galvão, Antônio Soares Filho, Manoel Rodrigues de Melo, Walfredo Gurgel, Ulisses de Gois, Waldemar de Almeida e Hélio Galvão (CORTEZ, 1986). Interessante o fato de que, com exceção de Walfredo Gurgel e Ulisses de Góis, todos os eruditos citados anteriormente compuseram a Academia de Letras Norte-Riograndense em algum momento. Nesse sentido, gostaríamos de refletir um pouco acerca dessa

aproximação entre o Movimento Integralista do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-Riograndense de Letras.

Em pesquisa realizada por Bruna Lopes (2016), dentre os movimentos e instituições que os acadêmicos compartilhavam antes de entrar na entidade (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Maçonaria, Movimentos Católicos, etc.), a mesma destacou o fato de que dezenove integralistas compuseram a Academia Norte-Riograndense de Letras. A isso a historiadora responsabiliza o fato de que Câmara Cascudo, ao indicar os primeiros vinte e cinco membros fundantes da Academia Norte-Riograndense de Letras, elegeu aqueles que compartilhavam com ele espaços e movimentos.

O fato de Câmara Cascudo ter indicado os vinte e cinco membros fundadores da Academia Norte-Riograndense de Letras influenciou diretamente no alto número de integralistas na instituição. Aliás, importa dizer que Cascudo ocupou um lugar de destaque no movimento integralista local e nacional, chefiando o núcleo estadual da Ação Integralista Brasileira no Estado, entre os anos de 1934 e 1936 (ano em que o mesmo deu corpo ao projeto de fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras), e publicando sobre o movimento em jornais como *À Offensiva* (Rio de Janeiro) e *A República* (Rio Grande do Norte).

Segundo Luiz Corte, “o professor Manoel Rodrigues de Melo foi chefe interino da AIB-RN, quando Cascudo viajou para o Rio de Janeiro” (CORTE, 1986, p. 32). Provavelmente essa viagem, no ano de 1936, tenha sido a mesma que proporcionou o encontro entre Cascudo e Afonso Costa, no qual falamos anteriormente. Esse indício é relevante para reconstruirmos as teias que circunscreveram a criação da entidade: no momento em que Cascudo ocupava a presidência do Núcleo Estadual da AIB-RN, ele encontrou-se com Afonso Costa, e começou a articular a criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Além disso, Manoel Rodrigues de Melo, presidente interino do núcleo quando da viagem de Cascudo, se tornou, em 1943, membro da entidade, e presidente da instituição por vinte e um anos (1955-1976). Nesse período em que esteve à frente da instituição, Manoel Rodrigues encabeçou o exitoso projeto de construção do prédio da Academia. O prédio é situado no luxuoso bairro de Petrópolis, na capital do Estado. Inclusive, atualmente o prédio leva o nome de “Casa de Manoel Rodrigues”, em homenagem ao ex-presidente.

Se, por um lado, é fundamental a influência de Cascudo na alta presença de integralistas na entidade. Por outro, pensamos que esse alto número de integralistas na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras revela o compartilhamento de certa sensibilidade em comum, expressada na adesão dos acadêmicos ao movimento. Essa sensibilidade comum manifestou-se na defesa de certa proposta de sociedade. Tal proposta pode ser entendida, em termos gerais, a partir dos termos divulgados pelo movimento, a saber o combate a crise e a desordem, que assolava o país, por meio de uma proposta autoritária de governo, que priorizava a pátria, a família e Deus (TORQUATO, 2011).

O catolicismo, pilar central do integralismo, também é uma outra sensibilidade unificadora dos acadêmicos, na medida em que todos eram católicos. Com isso, não queremos negar as múltiplas formas de ressignificação do movimento integralista ou do catolicismo, compactuando com a perspectiva de que só havia uma única visão acerca dessas manifestações. Entretanto, não há como negar que a participação dos acadêmicos nesses movimentos, por mais que haja diferenças nas formas de enxergá-los, reverbera uma visão de mundo afincada em valores próximos, que unificavam esses homens.

### **Apontamentos conclusivos**

Distinto das construções memorialísticas dos acadêmicos que relataram o surgimento da Instituição (FRANÇA, 1968); (PEREIRA, 1987); (MELO, 1968), pensamos que só é possível compreender o surgimento e a consolidação da Academia Norte-Riograndense de Letras se levado em conta o conjunto dos elementos que possibilitaram a reunião desses eruditos. Por sua vez, os elementos aqui destacados (a Federação das Academias de Letras do Brasil, o momento de transformação dos produtores de cultura e o Movimento Integralista) sustentam a ideia de que só é possível entender o surgimento de uma instituição se levado em conta “estratégias de poder” e “sensibilidades em comum”, que arregimentam personagens em torno de uma “rede de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p.248).

Nesse sentido, o surgimento da entidade não é somente a expressão de um desejo particular. Por um lado, devem-se observar os fatores contextuais, na medida em que o projeto cultural varguista foi fundamental na criação da Academia Norte-Riograndense de Letras, por intermédio da Federação das Academias de Letras do Brasil. Por outro, precisa-se levar em conta a integração de uma lógica utilitária e

simbólica, que atuou, grosso modo, da seguinte maneira, na criação e consolidação da entidade: a criação da instituição como estratégia para permanecer no cenário da intelectualidade brasileira e os valores compartilhados pelos acadêmicos, expressados na adesão a movimentos políticos e/ou religiosos.

Por fim, cabe ressaltar uma reflexão cara a micro-história que orientou a produção deste texto, a saber, o sentimento de escolha dos agentes históricos (CARNEIRO, 2018). Tentamos deixar evidente que o surgimento da instituição não foi resultado de um movimento natural da história. Pelo contrário, o surgimento da instituição foi produto de estratégias particulares e coletivas, que fomentaram a necessidade de criação de uma entidade específica para a reunião desses eruditos. Nesse sentido, a criação da Academia Norte-Riograndense de Letras foi uma das inúmeras possibilidades de ação dos personagens que a fundaram. O processo de fundação da instituição é entendido por nós como uma barganha entre atores, que ocupavam diferentes posições devido à posse de status. Nesse sentido, os atores estabelecem estratégias, a partir das sensibilidades e valores compartilhados, para se portarem dentro do campo.

Em uma análise retrospectiva, podemos entender alguns dos elementos que possibilitaram e circunscreveram a criação da entidade. Entretanto, não custa ressaltar que o futuro não estava dado de antemão. Os intelectuais que compuseram a entidade tinham diante de si um contexto incerto e indeterminado. Nesse sentido, os personagens agiram dentro de situações que os forçaram a tomarem decisões, dentre as diversas possibilidades possíveis. Nesse sentido, a criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras surgiu como uma possibilidade, dentre várias disponíveis para esses homens.

Dito essas reflexões finais, cabe deixar claro que a nossa pretensão não foi esgotar o tema. Recuperar essas outras possibilidades de ação e entender outros elementos que circunscreveram a criação da instituição será nossa meta daqui para frente. Por ora, nos contentamos em apresentar esse “panorama geral” da criação da Academia Norte-Riograndense, a entendendo enquanto fruto da relação entre estratégias de poder e o compartilhamento de valores.

### **Fontes**

*Academia de Letras Estaduais. Manoel Abano Mora. Disponível em: ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. Academias de letras estaduais.* Disponível em: <[http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1963\\_64/ac1\\_1963\\_64\\_30\\_academias\\_de\\_letras\\_estaduais\\_manoel\\_albano\\_amora.pdf](http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1963_64/ac1_1963_64_30_academias_de_letras_estaduais_manoel_albano_amora.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Estatuto da Federação das Academias de Letras do Brasil. In: REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. n.21 Fortaleza/CE: Academia Cearense de Letras 1938.

FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, mai. 1937.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no RN. Natal/ RN: Clima. 1986.

FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL. A Cruz. Mato Grosso, fev 1937

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. *De Amadores a Desapaixonados*: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. Trajetos (UFC), Fortaleza/CE, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo*: Novas Histórias. Historiografia Brasileira em perspectiva. In: FREITAS, Marco Cezar de., org. São Paulo: Contexto, 2014.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Os usos da biografia pela micro-história italiana*: Interdependências, biografias coletivas e network analysis. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. (orgs). São Paulo: Letra e voz, 2018.

FRANÇA, Aderbal. *Treze anos da Academia*. In: REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS. n.7 Natal/RN: Academia Norte-riograndense de Letras, 1968.

LOPES, B. R. L.. *Academia dos Católicos*: Patronos e Primeiros Acadêmicos da Academia Norte Riograndense de (1936-1938). Revista História em Reflexão - Revista Eletrônica, v. 10, p. 58-75, 2016.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, 1979.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Notas para a História da Academia*. In: REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS. n.7 Natal/RN: Academia Norte-riograndense de Letras 1968.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas*. São Paulo. Olho d'água, 1992.

PEREIRA, Nilo. *Cinquentenário da Academia*. In REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS. n.19 Natal/RN: Academia Norte-riograndense de Letras, 1987.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, p.231-270, 2003.

TORQUATO, A. L. O. *As verdes páginas na biografia cascudiana*: Uma análise da atuação propagandista de câmara cascudo nos periódicos integralistas (1932-1937). In: XVII Semana de Humanidades, 2009, Natal. XVII Semana de Humanidades, 2009.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



ISBN 978-85-7843-8....-



9 788578 438579